



**ANA JOÃO
GASPAR DE SOUSA**

**Os recursos naturais e parques eólicos na
experiência turística rural**



**ANA JOÃO
GASPAR DE SOUSA**

**Os recursos naturais e parques eólicos na
experiência turística rural**

Relatório de Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizado sob a orientação científica da Doutora Elisabeth Kastenholz, Professora Associada do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família e ao meu marido pelo seu amor e apoio incondicional.

o júri

presidente

Doutora Zélia Maria de Jesus Breda
Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins
Professora Associada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Elisabeth Kastenholz
Professora Associada da Universidade de Aveiro

agradecimentos

A realização deste trabalho de investigação só foi possível devido ao apoio e estímulo de algumas pessoas a quem devo um agradecimento especial.

À minha orientadora, Professora Doutora Elisabeth Kastenholtz, pelo apoio, acompanhamento e incentivo ao longo do desenvolvimento deste projeto, bem como pela oportunidade que me deu em participar e integrar o projeto ORTE.

Aos meus pais, irmão, sogros e restante família próxima pelo constante apoio e incentivo durante a realização desta árdua tarefa, bem como pela compreensão face aos longos momentos de ausência.

Ao meu marido pela compreensão, motivação e apoio concedido durante a realização deste trabalho.

À Joana Lima por todo o acompanhamento, disponibilidade, incentivo e motivação ao longo deste tempo. Agradeço a amizade e estimo os bons momentos passados em trabalho, em especial, nas aldeias deste estudo.

À Mariana Carvalho, companheira nesta longa viagem de estágio/ projeto, pela sua amizade, apoio e estímulo.

Ao Professor Doutor Jorge Paiva por todo o carinho e motivação manifestados desde que tive o prazer de o conhecer. Agradeço a amizade, os ensinamentos e estimo os bons momentos que partilhámos, em especial, em Timor-Leste.

Às populações de Linhares da Beira e de Janeiro de Cima, pela colaboração neste projeto e por tão bem nos receberem durante o trabalho de campo.

Aos membros da equipa do projeto de investigação ORTE, pelo acompanhamento, incentivo e conhecimentos transmitidos.

A todos os que contribuíram, direta e indiretamente, para a concretização deste trabalho de investigação e que me foram incentivando a continuar. Obrigada!

palavras-chave

Experiência turística, turismo rural, recursos naturais, parques eólicos, comportamento ambiental, desenvolvimento sustentável, estudo de caso, Linhares da Beira, Janeiro de Cima, Aldeia Histórica de Portugal, Aldeia do Xisto, estudo exploratório, estudo qualitativo, WebQDA

resumo

Os espaços rurais têm vindo a ser valorizados numa perspetiva de multifuncionalidade, sendo o turismo um dos sectores ativamente promovidos dado o seu potencial como instrumento de desenvolvimento socioeconómico. Verifica-se, igualmente, um crescente interesse dos visitantes, especialmente de meios urbanos, na procura de experiências apelativas no meio rural.

O presente trabalho, integrado num projeto de investigação intitulado “*A experiência global em turismo rural e o desenvolvimento sustentável de comunidades locais*” (ORTE) (PTDC/CS-GEO/104894/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (cofinanciado pelo COMPETE, QREN e FEDER), teve como objetivo contribuir para uma compreensão mais profunda do fenómeno complexo que constitui a “experiência turística em espaço rural”, no âmbito do desenvolvimento sustentável de destinos rurais. Neste domínio, centrou-se a atenção no papel dos recursos naturais na experiência turística em espaço rural e na dimensão da “experiência da natureza”, no eventual impacto dos parques eólicos e no comportamento ambiental.

Com base em dois estudos de caso, Linhares da Beira - Aldeia Histórica de Portugal e Janeiro de Cima - Aldeia do Xisto, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, com recolha de dados primários – total de 97 entrevistas a visitantes, residentes, agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento – e de dados secundários vários. As entrevistas foram submetidas a uma análise de conteúdo que envolveu a categorização com recurso ao *software* WebQDA e a sistematização dos discursos.

No caso dos recursos naturais foi efetuado um levantamento para cada aldeia, recorrendo à análise de dados secundários e observação *in loco*, de forma a elaborar uma Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais. Os resultados obtidos no âmbito das entrevistas confirmam a importância dos recursos naturais no contexto da experiência procurada e vivida em espaço rural. No contexto dos parques eólicos, as opiniões obtidas no conjunto de visitantes, residentes e de outros agentes nas duas aldeias, parecem sugerir: uma perceção positiva da energia eólica; uma perceção positiva ou neutra para com os parques eólicos; uma perceção inexistente ou de baixo impacto na experiência turística do visitante e no sector do turismo; uma perceção mista de concordância/ discordância no que concerne à possibilidade destas infraestruturas poderem ser consideradas uma atração turística. No contexto do comportamento ambiental, os resultados obtidos parecem indicar que a grande maioria dos visitantes, no seu dia-a-dia, revela adotar comportamentos “amigos do ambiente”, tais como a reciclagem, a poupança de água, etc. Porém, apesar da maioria dos inquiridos ter afirmado que mantinham este tipo de comportamento tanto num contexto diário como num contexto de férias - regra geral, por uma questão de hábito ou de princípio - verificou-se, nalguns casos em Janeiro de Cima, uma menor prevalência de um comportamento ambientalmente responsável no contexto de férias rurais.

keywords

Tourism experience, rural tourism, natural resources, wind farms, environmental behaviour, sustainable development, case study, Linhares da Beira, Janeiro de Cima, Historical Village of Portugal, Schist Village, exploratory study, qualitative study, WebQDA

abstract

Rural areas have been valued on a perspective of multi-functionality, with tourism being one of the sectors actively promoted given its potential as a tool for socio-economic development. There is also a growing interest of tourists, especially from urban areas, in search of appealing experiences in the countryside.

The present work, part of a research project entitled "*The overall rural tourism experience and sustainable local community development*" (ORTE) (PTDC/CS-GEO/104894/2008), financed by Portuguese Foundation for Science and Technology (co-financed by COMPETE, QREN e FEDER), aimed to contribute to a deeper understanding of the complex phenomenon of the "tourism experience in rural areas", within a context of sustainable development of rural destinations. In this domain, the attention has been focused on the role of natural resources in the rural tourism experience and in the "nature experience" dimension, on the possible impact of wind farms and on environmental behaviour.

Based on two case studies, Linhares da Beira - Historical Village of Portugal and Janeiro de Cima - Schist Village, a qualitative study was conducted, with primary data collection - total of 97 interviews with tourists, residents, supply agents and planning and development agents - and varied secondary data collection. The interviews were subject to a content analysis that involved the categorization using the WebQDA software and a systematization of discourse. An inventory of natural resources was developed for every village, drawing on secondary data analysis and on-site observation, in order to develop a Matrix of Natural Resources/ Attractions Assessment. The results obtained during the interviews confirm the importance of natural resources in the context of the experience sought and lived in rural areas. In the context of wind farms, the views obtained from the set of visitors, residents and other actors in the two villages, seem to suggest: a positive perception of wind energy, a positive or neutral perception towards wind farms, a perception of low or nonexistent impact on the tourist experience and on the tourism sector, a mixed perception of agreement/ disagreement regarding the possibility of such an infrastructure as potential tourist attraction.

In the context of environmental behaviour, the results seem to indicate that the vast majority of visitors, in their day-to-day, reveal to adopt "environmentally friendly" behaviours, such as recycling, saving water, etc. However, although the majority of respondents state this kind of behaviour both in a daily context and in a holiday context - generally as a matter of habit or principle - in some cases in Janeiro de Cima, a lower prevalence of environmentally responsible behaviour was found in the rural holiday context.

ÍNDICE GERAL

CAPTÍTULO 1. INTRODUÇÃO	5
1.1. ENQUADRAMENTO DO ESTÁGIO/ PROJETO	5
1.2. BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE DE ESTÁGIO	5
1.3. BREVE DESCRIÇÃO E TEMÁTICA ANALISADA NA PARTE DE PROJETO	5
1.4. OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
1.5. ESTRUTURA DO RELATÓRIO ESTÁGIO/ PROJETO	8
CAPÍTULO 2. A SUSTENTABILIDADE, AS COMUNIDADES E O TURISMO	9
2.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
2.2 COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	11
2.3 O TURISMO, SEUS IMPACTES E A SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES	12
CAPÍTULO 3. O TURISMO, O ESPAÇO RURAL E O SECTOR ENERGÉTICO	17
3.1 O TURISMO NO MEIO RURAL	17
3.2 O SECTOR ENERGÉTICO EM ESPAÇO RURAL – CASO DA ENERGIA EÓLICA	20
3.3 IMPACTES DOS PARQUES EÓLICOS E ATITUDES/ PERCEÇÕES DO PÚBLICO	23
CAPÍTULO 4. PRODUTO TURÍSTICO, RECURSOS NATURAIS E CAPITAL NATURAL	38
4.1 O PRODUTO TURÍSTICO	38
4.2 CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS RECURSOS NATURAIS	39
4.3 O CAPITAL NATURAL	41
4.4 OS RECURSOS NATURAIS NO CONTEXTO DO TURISMO	43
4.5 A GESTÃO DE RECURSOS/ AMBIENTE E O MARKETING SUSTENTÁVEL NO DESTINO	46
CAPÍTULO 5. EXPERIÊNCIAS, COMPORTAMENTO AMBIENTAL E O TURISMO	49
5.1 A ECONOMIA DAS EXPERIÊNCIAS – CONCEITOS E DIMENSÕES	49
5.2 AS EXPERIÊNCIAS EM TURISMO – DIMENSÕES E NATUREZA	50
5.3 O COMPORTAMENTO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE DO DESTINO	53
CAPÍTULO 6. METODOLOGIA	61
6.1 ENQUADRAMENTO DO ESTUDO NO PROJETO ORTE	61
6.2 PROCESSO DE PLANEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO	62
6.3 FORMULAÇÃO DO PLANO DE INVESTIGAÇÃO	64
6.3.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DA INVESTIGAÇÃO	67
6.3.2 ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO – ESTUDO DE CASO	68
6.4 PROCEDIMENTOS PARA A RECOLHA, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DADOS	70
6.4.1 PROCESSO DE AMOSTRAGEM E TAMANHO DA AMOSTRA	70
6.4.2 PREPARAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	74
6.4.3 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS	80
6.4.4 A VALIDADE, FIABILIDADE E GENERALIZAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	87
CAPÍTULO 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	91
7.1 INTRODUÇÃO	91
7.2 ESTUDO DE CASO Nº 1 - LINHARES DA BEIRA (ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL)	92
7.2.1 CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA	92
7.2.2 CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA E NATURAL-CULTURAL	94
7.3 ESTUDO DE CASO Nº 2 – JANEIRO DE CIMA (ALDEIA DE XISTO)	112
7.3.1 CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA	112

7.3.2 CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA E NATURAL-CULTURAL	114
7.4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS EM LINHARES DA BEIRA (LB) E JANEIRO DE CIMA (JC)	124
7.5 A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA RURAL BASEADA NOS RECURSOS NATURAIS DO DESTINO	130
7.6 ATITUDES E PERCEÇÕES SOBRE OS PARQUES EÓLICOS DO DESTINO	151
7.7 COMPORTAMENTO AMBIENTAL NO DESTINO	163
CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES PARA O MARKETING DO DESTINO	171
8.1 CONCLUSÕES GERAIS	171
8.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO	177
8.3 PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICES	206
Apêndice 1 – Descrição de algumas técnicas de amostragem intencional	207
Apêndice 2 – Esquema do processo de seleção entre as várias técnicas de amostragem intencional	208
Apêndice 3 – Comparação entre entrevista estruturada, semiestruturada e não estruturada	209
Apêndice 4 – Descrição dos guiões de entrevista, de acordo com o tipo de entrevistado - projeto ORTE	210
Apêndice 5 - Descrição do papel do investigador (motivações, experiências pessoais e enviesamentos)	217
Apêndice 6 - Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais de Linhares da Beira	219
Apêndice 7 - Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais de Janeiro de Cima	255
Apêndice 8 - Tipo de perceções sobre os parques eólicos manifestadas por visitantes e residentes, em Linhares da Beira (LB) e Janeiro de Cima (JC)	281
ANEXOS	286
Anexo 1 – Localização de Linhares, Janeiro de Cima e Parque Natural da Serra da Estrela – PNSE	287
Anexo 2 – Perfil geológico do PNSE	288
ÍNDICE DE FIGURAS	
FIGURA 1. Triângulo da sustentabilidade, contribuindo todos os pilares para uma sociedade harmoniosa	10
FIGURA 2. O ciclo da degradação do ecossistema	13
FIGURA 3. Os elementos que constituem o capital rural	19
FIGURA 4. Funções ambientais e atributos: influências humanas e bem-estar	42
FIGURA 5. Organização espacial de um sistema de turismo local	45
FIGURA 6. As etapas da experiência	52
FIGURA 7. Exemplo de um modelo para compreensão do comportamento ambientalmente responsável	57
FIGURA 8. Componentes e fases do processo de planeamento da investigação	62
FIGURA 9. Processo circular da análise qualitativa	64
FIGURA 10. Processo dedutivo (linha tracejada: de C para B) e indutivo (setas largas: de A para C)	65
FIGURA 11. Procedimento para o desenvolvimento de um esquema de codificação	83
FIGURA 12. Visão geral do sistema de Codificação do WebQDA (parte 2)	84
FIGURA 13. Visão geral do sistema de Questionamento do WebQDA (parte 3)	85
FIGURA 14. Avaliação do número de categoria iniciais	86
FIGURA 15. Localização de Linhares da Beira, de Janeiro de Cima, e raio de 20km em redor de cada aldeia	91
FIGURA 16. Localização de Linhares da Beira	92
FIGURA 17. Afluência turística em Linhares da Beira entre os anos de 2002 e 2009	93
FIGURA 18. Mapa topográfico parcial de Linhares de Beira	94
FIGURA 19. Castelo de Linhares da Beira (foto do lado esquerdo) e a aldeia no sopé da cumeada “Casal da Ribeira”, vulgarmente designada por serra de Linhares (foto do lado direito)	94
FIGURA 20. Penedias graníticas em “Casal da Ribeira” (foto do lado esquerdo; no plano de fundo vê-se o cume de S. Domingos, com 1267m de altura); grandes blocos graníticos pela aldeia (foto do lado direito)	95

FIGURA 21. Exemplo de casas típicas em granito presentes em Linhares (na “Rua dos Penedos”)	95
FIGURA 22. Exemplo das fontes existentes em Linhares (com nome, as referidas por Abrantes, 1995)	96
FIGURA 23. “Levada” que atravessa Linhares, junto ao sopé do castelo e numa das ruas da povoação	97
FIGURA 24. Moinhos de Água da Corredoura, na saída leste de Linhares (atravessado por uma “levada”)	97
FIGURA 25. Espaço interpretativo dos Moinhos de Água da Rapa, na Ribeira da Cabeça Alta, na Rapa	98
FIGURA 26. Planta do linho em terrenos do Museu do Agricultor e do Queijo, Celorico da Beira	99
FIGURA 27. Mancha de pinheiro-bravo na encosta e culturas de sequeiro, respetivamente, atrás e à frente dos Moinhos de Água da Corredoura (foto do lado esquerdo superior); oliveiras (foto do lado esquerdo inferior); giesta-amarela no Verão, com fruto (foto do lado direito)	100
FIGURA 28. Mato rasteiro de <i>Halimium lasianthum</i> subsp. <i>alyssoides</i> no cume “Casal da Ribeira”	101
FIGURA 29. Exemplos de <i>Ailanthus altissima</i> , espécie exótica e invasora, na envolvente de Linhares	102
FIGURA 30. A paisagem da serra da Estrela e do vale do Mondego, observadas do castelo de Linhares	102
FIGURA 31. Localização da rampa de salto de parapente (A) e do mirante de Linhares (B)	103
FIGURA 32. Acesso à rampa de salto de parapente (no sinal vermelho), e vista da aldeia junto ao mirante	103
FIGURA 33. Sinalização do mirante pelo PNSE, vista da fonte da estrada e pormenor ao perto	104
FIGURA 34. Andorinhão-preto no castelo, e ilustração numa placa no Parque Eólico da Serra do Ralo	104
FIGURA 35. Pastor com o seu rebanho de ovelhas e cão, junto ao INATEL	105
FIGURA 36. “Sinalização” e pormenor da Calçada, e pedestrianistas holandeses que a vão percorrer	105
FIGURA 37. Placa de interpretação e sinalização do “Trilho das Ladeiras”, junto ao castelo de Linhares	106
FIGURA 38. Placa de interpretação e sinalização do “Trilho Serra do Ralo”, próximo de Vide Entre Vinhas	106
FIGURA 39. Placa de interpretação do Parque Eólico da Serra do Ralo e troço do “Trilho da Serra do Ralo” (fotos na parte superior); visitantes no dia de inauguração do percurso (fotos na parte inferior)	107
FIGURA 40. Localização do Parque Eólico da Serra do Ralo (mapa); aerogeradores visíveis do interior do recinto do castelo de Linhares (fotos na parte superior), e do exterior do castelo (fotos na parte inferior)	108
FIGURA 41. Minas de Azibrais observadas da estrada junto ao café “Nascer do Sol”, em Linhares	109
FIGURA 42. Praticantes de parapente em Linhares da Beira, e Clube de Parapente na aldeia	111
FIGURA 43. Localização de Janeiro de Cima	112
FIGURA 44. Vista aérea de Janeiro de Cima e de outros elementos em redor	114
FIGURA 45. Meandros do rio Zêzere observados do miradouro da Sarnadela (à beira da estrada N238)	115
FIGURA 46. Em cima: escarpas quartzíticas na barragem de Santa Luzia (lado sul) vistas a partir do miradouro, junto à aldeia de Vale Grande; Em baixo: a albufeira da barragem de Santa Luzia (lado norte)	116
FIGURA 47. Exemplo de casas típicas, de placas de xisto intercaladas com as pedras roladas do rio Zêzere	117
FIGURA 48. A Fraga da Água D’Alta (perto de Orvalho) e respetiva sinalização do Geossítio n.º 11	117
FIGURA 49. Moinho de água cravado na rocha, em Janeiro de Baixo (aldeia vizinha de Janeiro de Cima)	118
FIGURA 50. Em cima: ruínas do moinho de água de Janeiro de Cima e réplica da azenha; Em baixo: açude sem ponte (foto do lado esquerdo) e açude com ponte (foto do lado direito), no parque fluvial da aldeia	118
FIGURA 51. Elementos florísticos presentes no coberto vegetal, para além do pinheiro-bravo e eucalipto	119
FIGURA 52. Vegetação ripícola junto ao parque fluvial de Janeiro de Cima, e exemplar de urze (<i>Erica</i> sp.)	120
FIGURA 53. Janeiro de Cima: vinhedos (à esquerda), oliveiras (em cima); frascos de mel (em baixo)	120
FIGURA 54. Exterior e interior da “Casa das Tecedeiras”, em Janeiro de Cima	121
FIGURA 55. A “Barca” de Janeiro de Cima	121
FIGURA 56. Placa de interpretação do trilho “Ó da Barca!”, junto à igreja nova, e capa do panfleto	122
FIGURA 57. Minas da Panasqueira e escombrelas (à esquerda); Lavaria do Cabeço do Pião (à direita)	122
FIGURA 58. Parque Eólico de Arouca-Silva: visto de Janeiro de Cima (à esquerda); perto de Ceiroco, na estrada CM1404 (à direita) - sem sinalização nem placas de interpretação junto à entrada do parque	123
FIGURA 59. N.º de entrevistas semiestruturadas efetuadas, por aldeia e tipo de entrevistado	124
FIGURA 60. Caracterização dos entrevistados do tipo ‘Visitantes’ nas duas aldeias	124
FIGURA 61. Caracterização dos entrevistados do tipo ‘População’ nas duas aldeias	125
FIGURA 62. Mensagem deixada no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo, situado no castelo de Linhares	127
FIGURA 63. Categoria ‘motivações para visitar a aldeia’ (referências por tipo de entrevistado – Turista, Excursionista, População, Agente da Oferta, Agente de Planeamento e Desenvolvimento - em JC e LB)	133
FIGURA 64. Dimensão sensorial (cores, cheiros e sons) nos visitantes em LB e JC	136

FIGURA 65. Exemplos de atividades desportivas <i>outdoors</i> praticadas por alguns visitantes em LB (à esquerda: pedestrianistas holandeses que andavam a percorrer os trilhos da serra; à direita: bicicleta de um espanhol que percorria os trilhos da serra e que parou para visitar o castelo)	140
FIGURA 66. Classificação das atividades (de âmbito natural-cultural) no modelo 4Es da economia da experiência, com alguns exemplos retirados das entrevistas aos visitantes em LB e JC	141
FIGURA 67. Crítica sobre a falta de mapas, deixada no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo de LB	144
FIGURA 68. Recursos naturais percecionados pelos vários inquiridos como elementos distintivos de JC	146
FIGURA 69. Recursos naturais percecionados pelos vários inquiridos como elementos distintivos de LB	147
FIGURA 70. Entulho deixado na beira da estrada, perto de Janeiro de Baixo, junto ao percurso n.º 4	149
FIGURA 71. Mensagens de satisfação deixadas no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo de LB	151
FIGURA 72. Exemplos de opiniões favoráveis expressas por visitantes e residentes, nas aldeias de LB e JC	152
FIGURA 73. Opiniões dos visitantes de Linhares da Beira (LB) e Janeiro de Cima (JC) sobre os parques eólicos e a experiência turística	156
FIGURA 74. Copontos: JC, junto à Igreja Nova (à esquerda); LB, junto à Igreja da Misericórdia (à direita)	168

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. Alguns exemplos de aspetos ambientais negativos e positivos do turismo	14
TABELA 2. Principais argumentos utilizados no apoio ou na oposição aos parques eólicos	24
TABELA 3. Resumo de alguns estudos de natureza científica sobre as atitudes do público (em especial, os visitantes) para com energia eólica, parques eólicos (PE) e possíveis impactes no turismo	30
TABELA 4. Resumo de algumas sondagens de opinião sobre as atitudes dos visitantes para com energia eólica, parques eólicos (PE) e possíveis impactes no turismo	32
TABELA 5. Classificação dos recursos naturais (perspetiva ecológica-económica)	40
TABELA 6. Tipologia dos valores da “Biophilia”	55
TABELA 7. Plano de investigação qualitativo realizado no âmbito do Estágio/ Projeto	63
TABELA 8. Abordagem quantitativa, qualitativa e métodos mistos	66
TABELA 9. Técnicas de amostragem intencional utilizadas neste trabalho	71
TABELA 10. Tamanhos de amostra sugeridos para certas estratégias no âmbito de um estudo qualitativo	73
TABELA 11. Questões suplementares, elaboradas no âmbito deste estudo específico, inseridas no guião de entrevista geral (para o tipo de entrevistado visitante e residente) do projeto ORTE	76
TABELA 12. Dinâmica demográfica da freguesia de Linhares da Beira	92
TABELA 13. Dinâmica demográfica da freguesia de Janeiro de Cima	112
TABELA 14. Os motivos e perceções mais referidos pelos diferentes entrevistados para visitar LB ou JC	134
TABELA 15. Respostas dos visitantes entrevistados, em LB e JC, relativamente ao comportamento ambiental (o que deve ser incentivado, o que é praticado no dia-a-dia e o que é praticado em férias)	164

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO DO ESTÁGIO/ PROJETO

Este estágio/projeto encontra-se integrado no Projeto de Investigação ORTE - “*A experiência global em turismo rural e o desenvolvimento sustentável de comunidades locais*” (PTDC/CS-GEO/104894/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (cofinanciado pelo COMPETE, QREN e FEDER) e coordenado pela Universidade de Aveiro, que pretende analisar, de uma forma integrada e multidisciplinar, a experiência turística rural em algumas comunidades locais com distintas características geográficas, culturais, políticas e económicas, através de uma abordagem que englobe visitantes, comunidades locais e contextos do destino, no sentido de identificar a existência de conflitos de interesse, lacunas e vias de resolução contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável dos destinos rurais (Kastenholz, 2010).

Tendo em conta que o potencial da experiência turística rural depende da existência de recursos e património (material e imaterial) do destino, bem como da capacidade demonstrada pelos agentes locais em proceder à sua integração numa experiência turística rural global, é essencial analisar os elementos motivadores da visita turística existentes nas comunidades locais, bem como as infraestruturas e serviços que suportem a permanência dos turistas (Kastenholz, 2010).

Foi a motivação derivada da atualidade e relevância do tema do Projeto ORTE, bem como a possibilidade de desenvolver competências em investigação científica na área do turismo, num contexto de integração/ interação com um experiente grupo de investigação multidisciplinar, que levou a optar pela realização da vertente Estágio/ Projeto para obtenção do título de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, pela Universidade de Aveiro.

1.2 BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE DE ESTÁGIO

A parte correspondente ao Estágio teve por base o contexto do projeto de investigação ORTE referido no ponto anterior. A sua realização decorreu entre 1 de outubro de 2010 e 9 de junho de 2011, a tempo parcial, sendo que o número total de horas de frequência correspondeu às de um estágio de três meses a tempo inteiro. Este estágio foi realizado no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, sob orientação da Professora Doutora Elisabeth Kastenholz e supervisão da Bolseira de Investigação, Mestre Joana Lima.

No âmbito do Estágio foi prestado apoio à realização de diversas tarefas que serviram de base e/ ou complemento à investigação realizada na parte de Projeto, tendo sido desenvolvido um outro relatório, independente do relatório de Projeto, sobre o trabalho efetuado nesse contexto.

1.3 BREVE DESCRIÇÃO E TEMÁTICA ANALISADA NA PARTE DE PROJETO

A parte correspondente a este Projeto teve igualmente por base o contexto do projeto de investigação ORTE, descrito no subcapítulo 1.1. Começou a ser preparado logo no início de outubro de 2010, com a entrega da Proposta Descritiva do Estágio/Projeto, tendo decorrido a sua

preparação e aplicação em simultâneo com o decorrer da parte de Estágio prolongando-se, contudo, por um período de tempo superior, no qual a autora foi integrada na equipa do Projeto ORTE como Bolseira de Investigação. A parte de Projeto foi igualmente orientada pela Professora Doutora Elisabeth Kastenholtz.

Este estudo, para além de proporcionar o desenvolvimento das competências de investigação adquiridas ao longo da parte de Estágio, possibilitou o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade das aldeias de Linhares da Beira e de Janeiro de Cima, duas das três aldeias que foram objeto de estudo do Projeto ORTE, nomeadamente, ao nível da análise dos recursos naturais existentes como elementos-chave da experiência turística integral em espaço rural, bem como na análise exploratória do impacto da presença de parques eólicos nas áreas rurais e do potencial de virem a integrar o produto turístico rural, segundo uma ótica de desenvolvimento sustentável destas comunidades.

A escolha desta temática surgiu com a perceção de que, sendo as áreas rurais espaços normalmente deficitários ao nível de atividades económicas robustas que possibilitem o alavancar do desenvolvimento socioeconómico das comunidades, o explorar de novas ou alternativas configurações de produtos/ atividades, entre os quais os que resultam da interligação entre o sector do turismo e o sector das energias renováveis, poderá constituir uma oportunidade para valorizar, de forma sustentável, os recursos naturais existentes nessas regiões. De igual forma, a dinamização do sector do turismo nos destinos rurais, o desenvolvimento de novos produtos turísticos (que atraiam, satisfaçam e retenham a procura), visando tirar proveito do potencial destes territórios, segundo as novas tendências da procura, leva-nos a crer ser esta uma estratégia importante.

No âmbito deste estudo foi, assim, dada especial atenção ao potencial dos recursos naturais de duas regiões rurais particulares para integração num produto turístico rural diversificado, permitindo o desenvolvimento de uma oferta integrada que satisfaça diferentes motivações dos visitantes, permitindo o sucesso competitivo destes destinos no mercado nacional e global. Teve-se igualmente em consideração a integração do turismo, em particular do turismo rural, com outros objetivos e instrumentos de desenvolvimento presentes (ou planeados) nas áreas rurais, visando encontrar soluções para um desenvolvimento sustentável das comunidades locais, bem como a sustentabilidade da atividade turística no espaço rural, tendo em conta a otimização da experiência turística global, o bem-estar dos residentes e o uso racional dos recursos naturais. Deste modo, pretendeu-se analisar, nestas áreas rurais, a conjugação da utilização dos recursos naturais para fins turísticos com o crescente desenvolvimento e implantação de projetos de energias renováveis, fortemente apoiados pelas atuais políticas europeias e nacionais.

Vários estudos revelam que, nas áreas onde o turismo demonstra ser influente na economia local, a existência ou a possibilidade de vir a existir um parque eólico nas imediações pode levantar sérias questões sobre possíveis impactes negativos no turismo local, mesmo quando as perceções gerais do público sobre o desenvolvimento das tecnologias de energia eólica sejam positivas (ver, por exemplo, Barker, 2009). Na nossa opinião, consideramos que um parque eólico poderá vir a ser percecionado sob novas perspetivas como, por exemplo:

- novo produto turístico, para os visitantes que estiverem interessados na tecnologia da energia eólica ou em novas formas arquitetónicas na paisagem;
- complemento ao produto de turismo rural, ativo ou de natureza (por exemplo, definindo novos trilhos a explorar por pedestrianistas, praticantes de BTT, observadores de fauna e flora, etc.);
- possível objeto de educação ambiental, no contexto da energia renovável (ajudando a consciencializar o público sobre as questões da sustentabilidade energética, da utilização de formas de energia menos poluentes, da importância da reciclagem, etc.);
- nova possibilidade de desenvolvimento socioeconómico de áreas rurais, a ser integrada com outras atividades económicas (por exemplo, o turismo, a agricultura, a pastorícia, etc.);
- nova forma de ver e experienciar a paisagem (tendo em conta o desenvolvimento sustentável local e global), entre outras perspetivas.

Deste modo, no contexto da experiência turística em espaço rural, pretende-se explorar as motivações, perceções e atitudes de visitantes para com os recursos naturais de duas aldeias da região do Centro de Portugal (NUTS II) - Linhares da Beira (Aldeia Histórica de Portugal) e Janeiro de Cima (Aldeia do Xisto), bem como as perceções e atitudes das populações, dos agentes da oferta e dos agentes de planeamento e desenvolvimento locais/ regionais na valorização e conservação desse património natural. Nestas paisagens humanizadas, nas quais infraestruturas como os parques eólicos são uma realidade presente, é igualmente importante explorar as perceções e atitudes destes vários atores sobre os possíveis impactes e potencialidades derivados da implantação destes projetos de energia eólica no espaço rural, com especial enfoque nos visitantes que visitam estes destinos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável global.

É então sobre esta temática – recursos naturais e parques eólicos na experiência turística rural - que incidirá maioritariamente a análise exploratória deste Projeto, descrito ao longo dos capítulos seguintes. Numa vertente complementar será igualmente explorada a temática do comportamento ambiental no destino.

1.4 OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para este Projeto em particular foram delineados três objetivos principais e respetivos objetivos específicos. Assim, o **objetivo principal n.º 1** corresponde à caracterização das condições contextuais (contexto geográfico, demográfico, socioeconómico, biofísico e natural-cultural) consideradas pertinentes para o estudo do fenómeno em questão – a experiência turística rural, no âmbito dos estudos de caso das aldeias de Linhares da Beira e de Janeiro de Cima. Como *objetivos específicos* pretende-se: a) identificar e caracterizar os recursos naturais distintivos de cada aldeia e sua envolvente, com potencial de aproveitamento turístico; b) construir uma matriz de avaliação de recursos/ atrações naturais com potencial turístico (num raio de até 20km, definido a partir de cada aldeia); c) explorar a complementaridade e potencialidade para a criação de produtos integrados que otimizem uma experiência turística rural sustentável. O **objetivo principal n.º 2** diz respeito à análise exploratória, no contexto da experiência turística em espaço rural, das motivações, perceções e atitudes de visitantes, população, agentes da oferta e entidades locais/ regionais para com os recursos naturais existentes nas duas aldeias em estudo, e para com a presença de parques eólicos na região envolvente a estas, analisando o potencial de

ambos na ótica de desenvolvimento do produto turístico rural. Os *objetivos específicos* são: a) explorar o papel dos elementos de carácter natural no tipo de experiência procurada e vivida em meio rural e nas aldeias em estudo; b) explorar as percepções e atitudes de visitantes, população e de alguns agentes locais, sobre os impactes e potencialidades resultantes da presença de parques eólicos na região envolvente às aldeias em estudo, no contexto da experiência turística rural sustentável. Com o **objetivo principal n.º 3** pretende-se explorar a ligação entre o tipo de comportamento ambiental expresso pelos visitantes num contexto de férias e os impactes ambientais derivados da atividade turística nas aldeias, assim como a relação com as percepções e atitudes dos visitantes para com a energia eólica e a presença de parques eólicos no destino turístico.

1.5 ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE PROJETO

Este relatório de projeto é constituído por nove capítulos. No **Capítulo 1 - Introdução**, é referido o enquadramento teórico do Estágio/ Projeto realizado no âmbito do projeto de investigação ORTE, e descrito, resumidamente, o contexto de estágio e as temáticas analisadas no contexto do projeto, bem como os objetivos gerais e respetivos objetivos específicos que constituíram a linha orientadora deste estudo.

No **Capítulo 2 – A Sustentabilidade, as Comunidades e o Turismo**, é analisada a importância da sustentabilidade associada aos destinos turísticos, tendo por base os conceitos e dimensões do desenvolvimento sustentável e de comunidades sustentáveis, e o contributo que o turismo poderá dar nesse sentido.

No **Capítulo 3 – O Turismo, o Espaço Rural e o Sector Energético**, segundo a perspetiva de multifuncionalidade das áreas rurais, é abordado o turismo em espaço rural e o sector energético renovável, em especial, o contexto de exploração da energia eólica. Dessa forma, são igualmente descritos os impactes associados à implantação de parques eólicos, e analisadas quais e como se caracterizam as percepções e atitudes do público para com estas infraestruturas em meio rural.

No **Capítulo 4 – Produto Turístico, Recursos Naturais e Capital Natural**, é apresentado o conceito de produto turístico, as características dos recursos naturais e do capital natural, e o papel destes recursos no contexto do turismo. São ainda analisados os princípios inerentes à gestão de recursos naturais e ao marketing sustentável de destinos turísticos.

No **Capítulo 5 – Experiências, Comportamento Ambiental e o Turismo**, é abordada a experiência turística, e descritas as suas dimensões e natureza. Igualmente explorada é a temática do comportamento ambiental, segundo uma visão de desenvolvimento sustentável do destino.

No **Capítulo 6 – Metodologia**, é descrito processo de planeamento da investigação e justificadas as opções tomadas no desenvolvimento e análise de um plano de investigação qualitativo.

O **Capítulo 7 – Resultados e Discussão**, engloba a contextualização dos estudos de caso, a descrição do perfil dos entrevistados, a descrição e análise da experiência turística rural baseada nos recursos naturais, o examinar das percepções e atitudes reveladas pelos entrevistados sobre a presença de parques eólicos, e a análise do tipo de comportamento ambiental exibido no destino.

No **Capítulo 8 – Conclusões e Implicações para o Marketing do Destino**, são apresentadas as conclusões gerais relativas às temáticas abordadas, descritas as dificuldades e limitações de um estudo de carácter exploratório, e sugeridas propostas para investigação futura.

CAPÍTULO 2

A SUSTENTABILIDADE, AS COMUNIDADES E O TURISMO

2.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de **desenvolvimento sustentável** (sustentabilidade) começou a ser referenciado nos anos 80 (século XX), surgindo como alternativa ao tradicional modelo neoclássico de desenvolvimento económico (Choi & Sirakaya, 2006), no sentido de representar a solução para o problema de satisfazer as necessidades materiais de uma população em rápido crescimento, ao mesmo tempo que se minimizavam os danos ambientais (Bridger & Luloff, 1999). De acordo com Sharpley (2009), o facto da sustentabilidade ambiental ter começado a ser percecionada como um dos “alicerces” do desenvolvimento sustentável veio a configurar-se a característica-chave que distinguia este conceito dos paradigmas de desenvolvimento anteriores. Muito do debate existente sobre o significado do conceito salienta a tensão entre as necessidades económicas que levam ao crescimento material e os limites ecológicos que o podem sustentar (Roseland, 2000).

O *Relatório de Brundtland*, uma das primeiras tentativas de definição de desenvolvimento sustentável, enfatiza o “...desenvolvimento que providencia as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas” (WCED - World Commission on Environment and Development, 1987: 54), tendo o carácter vago contribuído para a sua popularidade junto de agências de desenvolvimento internacional, decisores políticos governamentais, académicos e ativistas do ambiente (Bridger & Luloff, 1999), apesar de ainda não existir uma definição universalmente aceite (Lachman, 1997; Ahn, Lee & Shafer, 2002).

Mas esta definição da WCED (1987) tem sido criticada por alguns autores, como Powell (2009), devido à perspetiva unidimensional de desenvolvimento sustentável, isto é, este não pode dizer respeito nem só à regeneração biológica nem apenas à visão económica. Logo, o conceito evoluiu da preservação dos recursos naturais (nas gerações atuais e futuras) para a colocação da ênfase nos valores associados com a diversidade cultural e comunitária, a preocupação com as questões sociais de justiça e de equidade e uma forte orientação para a estabilidade (Ahn *et al.*, 2002). Contudo, ao nível mais conceptual, o desenvolvimento sustentável é alvo de vigoroso debate, dado que os proponentes do mesmo divergem sobre o que deverá ser sustentável, o que deverá ser desenvolvido, como se fará a interligação entre ambiente e desenvolvimento, e por quanto tempo, o que revela a ambiguidade do conceito, chegando ao extremo de ser visto como um oxímoro, pois a “sustentabilidade” implica *manter* os recursos protegidos, enquanto o “desenvolvimento” implica *mudança*, requerendo a exploração dos recursos (Wall, 1997; Sharpley, 2000, 2009; Parris & Kates, 2003).

Sendo as escalas temporais e espaciais elementos-chave para alcançar a sustentabilidade (Bell & Morse, 2008), esta relaciona-se tanto com responsabilidades a nível local como global (Saarinen, 2006), quer com questões que afetam as gerações atuais e que poderão vir a condicionar as gerações futuras como, por exemplo, as crises energéticas derivadas da dependência de combustíveis fósseis, o aquecimento global, o crescimento populacional, etc.

O desenvolvimento sustentável é frequentemente definido através de várias dimensões, sendo que um dos primeiros conjuntos de dimensões inclui os **três principais pilares de sustentabilidade** - *ambiental, económico e social (sociocultural)*, intimamente inter-relacionados (relação simbolizada pelo “triângulo da sustentabilidade” - **FIGURA 1**) enquanto, um segundo conjunto inclui itens transversais como, por exemplo, os efeitos a longo prazo, as necessidades e a governança. Estes dois conjuntos de dimensões não são comparáveis ao mesmo nível, ou seja, se os efeitos a longo prazo e as necessidades podem ser utilizados para especificar o primeiro conjunto de dimensões, a dimensão institucional (governança) representa o esquema que serve de base à gestão das outras dimensões (Ahlheim, 2009; Joumard & Gudmundsson, 2010).

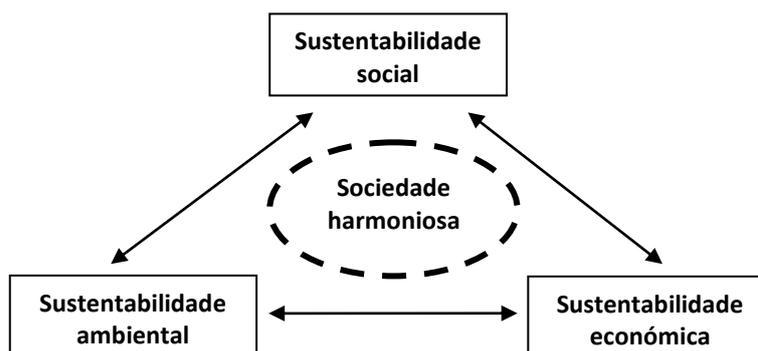


FIGURA 1 – Triângulo da sustentabilidade, contribuindo todos os pilares para uma sociedade harmoniosa
Fonte: adaptado de Ahlheim, 2009: 7

De acordo com Ahlheim (2009), estes três pilares da sustentabilidade não têm sempre o mesmo peso durante o processo de desenvolvimento, existindo uma relação de rivalidade entre o capital económico e o ambiental ao nível dos recursos, principalmente na perspetiva de curto prazo, na qual a proteção ambiental leva, geralmente, a uma redução do sector económico (comparativamente à situação em que os recursos naturais eram explorados impiedosamente). Na perspetiva de longo prazo, o negligenciar hoje da preservação do meio ambiente levará à redução do crescimento económico no futuro, pois este último depende de um ambiente intacto (o meio ambiente assegura, de diversas formas, *inputs* de produção na economia) mas, por outro lado, a proteção ambiental é uma opção realista só para uma sociedade que já atingiu um certo nível mínimo de bem-estar económico (*idem*). Logo, também existe uma relação de complementaridade, pelo que este autor afirma ocorrer rivalidade a curto prazo e complementaridade a longo prazo, entre esses dois aspetos da sustentabilidade. Este tipo de diferenças temporais nas relações também ocorre entre os restantes pilares do triângulo, constituindo um importante desafio, ao nível da governança, na manutenção do equilíbrio entre todos os três elementos (*idem*).

Contudo, na opinião de Joumard e Gudmundsson (2010), apesar das várias definições para “ambiente” (uma das mais tradicionais descreve-o como “a totalidade das condições circundantes”), o significado do termo “**pilar ambiental do desenvolvimento sustentável**” permanece vago, podendo referir-se algumas vezes à qualidade de vida, outras vezes aos recursos naturais indispensáveis para a vida ou atividade económica, ou à natureza no geral. Para Wilson (2001, citado por Mayer & Frantz, 2004) a **sustentabilidade ambiental** pode muito bem vir a

tornar-se o principal problema social deste século, tendo em conta que as principais problemáticas associadas a este tema derivam, em grande parte, das escolhas e ações humanas.

2.2 COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Para Prugh, Constanza e Daly (2000), as comunidades¹ são o primeiro local de responsabilidade na criação de um mundo sustentável, e segundo Powell (2009), o slogan “*pensar globalmente, agir localmente*” resume o debate contemporâneo sobre as **comunidades sustentáveis**, tendo em conta as preocupações sobre a participação democrática numa sociedade global. A aproximação ao nível da comunidade permite o esboço de planos de ação e práticas que sejam sensíveis às oportunidades e aos constrangimentos inerentes a locais específicos (Bridger & Luloff, 1999).

Callaghan e Colton (2008) afirmam que, o direcionar das ações no sentido do desenvolvimento sustentável não deverá ter só em vista a satisfação imediata das necessidades, nem a perspetiva abstrata de “futuro sustentável”, mas sim algo intermédio, que procure melhorar a curto e longo prazo a resiliência de uma comunidade (conseguindo esta absorver e/ ou adaptar-se rapidamente a situações de mudança e crise), através de investimentos nas diversas formas de **capital comunitário** tais como, o *capital ambiental* (ver **CAPÍTULO 4**), o capital humano, o capital social, o capital cultural, o capital estrutural público e o capital comercial. Estes autores salientam que, se o crescimento de qualquer uma destas formas de capital for continuamente feito à custa de uma outra, a comunidade não irá prosperar a longo prazo pelo que, a existência de uma sinergia positiva entre os vários tipos de capital levará a que a comunidade incremente a sua resiliência.

O conceito de “comunidades sustentáveis” é considerado vago e tem sido alvo de contestação (Brownill & Carpenter, 2009), estando dependente do tipo de definição de desenvolvimento sustentável adotada (Bridger & Luloff, 1999). As atividades que o meio ambiente pode sustentar e aquelas que os cidadãos desejam ter diferem entre comunidades (com base nos seus interesses individuais, necessidades e cultura), e sendo estes aspetos interdependentes, uma comunidade sustentável estará continuamente a ajustar-se, de forma a corresponder às necessidades socioculturais e económicas dos seus residentes enquanto tenta preservar a capacidade do meio ambiente de as suportar (Lachman, 1997; Roseland, 2000; Colton & Callaghan, 2005).

Segundo Powell (2009), uma comunidade sustentável tem um carácter multidimensional, caracterizado pelas seguintes vertentes: *sociocultural* (um espaço imaginado), *económico* (capaz de se autossustentar), *ambiental* (capaz de se auto-proteger da biodestruição) e *político* (definido por uma estrutura associativa que promove a participação democrática). Já segundo Bridger (1997, citado por Bridger & Luloff, 1999), a comunidade sustentável tipicamente ideal pode ser definida de acordo com cinco dimensões: 1) aposta no *incremento da diversidade da economia local*; 2) é *autossuficiente*, ou seja, apesar de ligada às grandes estruturas económicas possui

¹ Segundo Urry (1995, citado por Richards & Hall, 2000), a análise do conceito de “comunidade” engloba quatro tipos de perspetivas: 1) como *uma localização topográfica específica* (um grupo de pessoas que vive na mesma área, cidade, etc.), 2) como *um sistema social específico* (por exemplo, a comunidade internacional), 3) como *um “sentido de comunidade” ou “sentido de pertença”*, ou 4) como *uma ideologia* (por exemplo, um grupo de pessoas com os mesmos interesses, religião, raça, etc.). Ao longo deste relatório a expressão “comunidade” será utilizada mais segundo a primeira perspetiva, ou seja, a de um grupo de pessoas que vive numa localização topográfica específica.

economias locais vibrantes apoiadas na produção local, realiza o processamento local dos bens importados e, apresenta elevada cooperação entre as entidades económicas locais; 3) *promove a redução no uso de energia, a gestão e reciclagem dos resíduos gerados*, 4) *protege e melhora a diversidade biológica, gerindo cuidadosamente os recursos naturais*, e 5) *mostra empenho ao nível da justiça social, garantindo o acesso igualitário aos serviços públicos e a satisfação das necessidades diárias a todos os residentes*.

Aprofundando o ponto de vista ambiental, as principais preocupações incluem proteger a saúde ambiental e humana, manter vigorosos os ecossistemas e habitats, reduzir e/ ou eliminar a poluição da água, ar e solo, providenciar espaços verdes e parques para a vida selvagem, recreação (entre outros usos), apostar na gestão dos ecossistemas, proteger a biodiversidade, etc., tendo em consideração que uma comunidade só poderá ser sustentável a longo prazo se não degradar o seu meio ambiente e seus recursos finitos (Lachman, 1997).

Criar sustentabilidade é, então, um processo de aprendizagem, e as comunidades para serem sustentáveis têm de fazer um esforço no sentido de se desenvolverem e de atingirem um estado “saudável” através de uma abordagem integrada, a longo prazo, dos interdependentes aspetos ambientais, económicos e sociais (Lachman, 1997). Mas todo este processo acarreta enormes desafios pois, muitas vezes, existe pouca coordenação entre os atores e as ações, estando grupos com diferentes interesses a perseguir objetivos específicos mas isolados uns dos outros (Bridger 1992, citado por Bridger & Luloff, 1999). De igual modo, várias tomadas de decisão, políticas e programas são frequentemente formuladas fora da comunidade (prestando pouca atenção às consequências sociais, económicas ou ambientais), tendência potenciada pelo processo de globalização da economia. Logo, para que as medidas aprovadas sobre a “capa” da sustentabilidade, não passem somente de meros gestos simbólicos, levando ao efetivo desenvolvimento de uma comunidade sustentável e resiliente, é necessária uma mudança significativa nas estruturas, atitudes e valores, bem como uma forte liderança, interação social, visão estratégica e canais de comunicação funcionais e “transparentes” (Bridger & Luloff, 1999; Roseland, 2000; Callaghan & Colton, 2008).

2.3 O TURISMO, SEUS IMPACTES E A SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES

O **turismo** é um fenómeno espacial e para usufruir do produto turístico é necessária a deslocação do consumidor até ao local físico onde o bem é “produzido” (Rigall-I-Torrent, 2008), que podemos designar por área-destino, área-recetora ou comunidade anfitriã. De acordo com Richards e Hall (2000), a **comunidade** é a unidade de base do desenvolvimento, gestão, planeamento e marketing turístico. E foi em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, que se reconheceu que o sector do turismo poderia vir a contribuir para o desenvolvimento das comunidades (United Nations 1992, 1997, citados por Simpson, 2008). Por exemplo, Cunha (2006) refere que, ao nível regional, o turismo pode ser considerado uma força de desenvolvimento pois constitui a atividade que melhor pode valorizar os recursos endógenos (quer sejam naturais, humanos, históricos ou culturais), levando à dinamização e diversificação da economia, da produção local e à construção de infraestruturas e

equipamentos permitindo, assim, atenuar desequilíbrios regionais e alcançar uma distribuição mais equitativa do nível de vida entre regiões desenvolvidas e regiões mais desfavorecidas.

Nas áreas-destino, os recursos existentes são normalmente utilizados em simultâneo por visitantes e residentes, sendo que estes, nalguns casos, apresentam preferências e atitudes divergentes em relação à utilização desses mesmos recursos, podendo levar ao surgimento de conflitos e consequente degradação do ambiente e do bem-estar humano (Bimonte, 2008), bem como da qualidade da experiência turística. Assim, no âmbito da sustentabilidade, o turismo tem sido interpretado como um processo de negociação entre os interesses de quatro partes principais - o *visitante*, o *residente*, a *indústria* e o *meio ambiente* (Hughes, 2002), uma tarefa deveras complexa.

O sector do turismo pode induzir complexas mudanças ecológicas e socioeconómicas, que Gössling (2003) afirma poderem ser descritas no âmbito de um ciclo vicioso de autorreforço da degradação do ecossistema (**FIGURA 2**), dado os impactes provocados no local onde se desenvolve, sendo o reconhecimento destes um parâmetro crucial no processo de tomada de decisão, visando a sustentabilidade (Coccosis & Constantoglou, 2006). Assim, o turismo deverá ser entendido em termos do interface que se cria entre o lado da procura e o lado da oferta turística e dos consequentes impactes que tal interação gera ao nível das áreas recetoras.

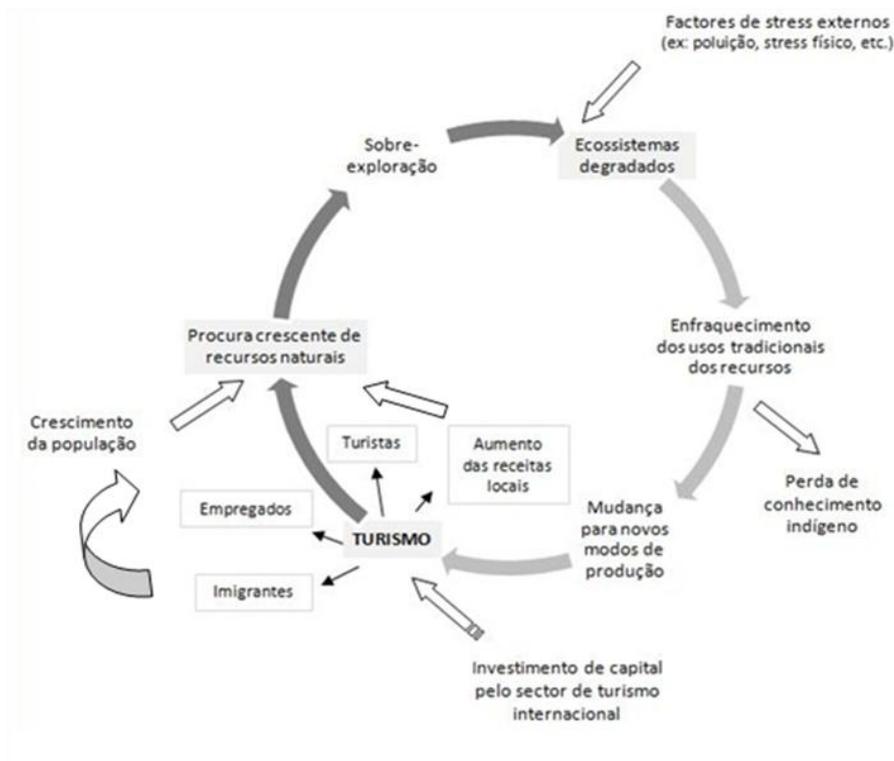


FIGURA 2 – O ciclo da degradação do ecossistema

Fonte: adaptado de Gössling, 2003: 393 (citando Gössling, 2001)

(com base no estudo do autor sobre o desenvolvimento turístico de uma aldeia em Zanzibar, Tanzânia)

Foi a partir de 1970 que os impactes ambientais do turismo começaram a ser mais debatidos, à medida que aumentava o volume de turismo internacional e se alargavam os limites espaciais da sua influência, levando a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD), em 1977, a reunir um grupo de peritos para examinar a interação entre o turismo e o meio ambiente (Holden, 2006). Na perspetiva de Holden (2000, citado por Sharpley & Telfer, 2002), os **impactes ambientais do turismo** podem ser classificados segundo: a) o *uso do recurso* – com base no resultado da competição entre o turismo e outras atividades humanas, pelo usufruto dos recursos naturais, b) o *comportamento humano e atitudes* para com o meio ambiente do destino turístico e c) a *poluição*, nomeadamente a da água, do ar, a sonora e a visual, sendo que todos estes potenciais conflitos podem levar à transformação dos habitats ecológicos e à perda de valores florísticos e faunísticos (Sharpley & Telfer, 2002).

Para Neto (2003), questões como o esgotamento dos recursos naturais e a degradação ambiental associadas às atividades turísticas (em especial, as pressões do turismo de “massas”) colocam sérios problemas ao desenvolvimento de muitas das regiões dependentes deste sector, pois a maioria dos visitantes opta por manter os seus relativamente altos padrões de consumo (e de produção de resíduos). Para o autor, as duas principais áreas de impactes ambientais do turismo são a pressão sobre os recursos ambientais e os danos nos ecossistemas, sendo hoje amplamente reconhecido que a expansão descontrolada do turismo é suscetível de provocar a degradação ambiental, e que esta última constitui, por sua vez, uma grave ameaça para a atividade turística. Assim, exemplos de impactes ambientais do turismo são referidos na **TABELA 1**.

TABELA 1 – Alguns exemplos de aspetos ambientais negativos e positivos do turismo

ASPETOS NEGATIVOS DO TURISMO (alguns exemplos)
-conduzir à degradação ou destruição de recursos ambientais locais, bem como gerar um volume considerável de resíduos e poluição (ao nível da água, ar, solo, subsolo, sonora, visual, etc.);
-provocar a perda/ dano de habitats selvagens (por exemplo, paisagens naturais, meios de água doce e marinhos, etc.) ou de solos agrícolas, aumentar a pressão sobre espécies ameaçadas e levar a distúrbios nos padrões de migração dos animais, como consequência, por exemplo, da construção de infraestruturas e equipamentos turísticos;
-turismo de “massas” tem tendência a ser espacialmente limitado a locais particularmente atrativos e a ambientes prístinos, não procurando estabelecer-se em zonas e comunidades problemáticas;
-mercantilização dos recursos naturais e/ ou difusão da ideia de estes poderem ser substituídos por bens importados;
-pressão sobre a disponibilidade/ preços dos recursos locais (por exemplo, energia, alimentos e matérias-primas).
ASPETOS POSITIVOS DO TURISMO (alguns exemplos)
-assegurar a sustentabilidade ambiental enquanto gera receitas através dos recursos (por exemplo, o ecoturismo pode trazer incentivos financeiros às comunidades locais, incentivando-as para a conservação ambiental);
-consciencializar os visitantes, quer para com os potenciais problemas ambientais, quer para com a apreciação dos valores naturais, proporcionando às pessoas um contacto mais íntimo com a natureza e o meio ambiente;
-contribuir para promover a preservação da vida selvagem, em especial, em África, América do Sul, Ásia, Austrália e Sul do Pacífico, ajudando na criação de Parques Nacionais e/ou Reservas de vida selvagem;
-códigos de conduta como: “WTTC Environmental Guidelines” e “PATA Code for Environmentally Responsible Tourism”.

Fontes: elaboração própria, com base nos autores Sharpley e Telfer, 2002; Gössling, 2003; Mason, 2003; Neto, 2003; Choi e Sirakaya, 2006; Robinson e Picard, 2006; Pike, 2008; Rigall-I-Torrent, 2008; UNEP- United Nations Environment Programme, 2011

Para além da quantificação dos impactes do turismo no ambiente, geralmente, numa perspetiva mais económica [por exemplo, o cálculo da sua *pegada ecológica* (ver por exemplo, Gössling, Hansson, Hörstmeier & Saggel, 2002) ou da sua *eco-eficiência* (eficiência ecológica) (ver por exemplo, Gössling *et al.*, 2005)], outras das questões mais estudadas academicamente, no contexto da sustentabilidade em turismo, têm sido a investigação das razões para as atitudes e comportamentos de não proteção do ambiente nos países recetores, bem como o estudo da política e gestão ambiental como ferramentas para proteger o ambiente natural nesses países (Crouch *et al.*, 2005).

Na perspetiva de Silva e Perna (2009), para orientar o turismo no sentido da sustentabilidade é necessário considerar a ação simultânea das dimensões *ambiental*, *económica* e *social* mas também a *institucional*, com a integração entre a economia e o meio ambiente no decurso de todas as fases de produção e de consumo. Outro componente-chave de muitas das definições de sustentabilidade é a *qualidade de vida*, pois quer a sustentabilidade quer o desenvolvimento estão intimamente relacionados com as pessoas, pelo que de pouco vale alcançar um sistema sustentável que reduza a qualidade de vida destas (Ahn *et al.*, 2002; Bell & Morse, 2008). Logo, o turismo pode desempenhar um papel importante na satisfação das várias necessidades dos indivíduos, podendo considerar-se relevante para a obtenção de uma melhor qualidade de vida.

Deste modo, na perspetiva do desenvolvimento sustentável, o uso racional dos recursos, do meio ambiente e o bem-estar das comunidades são objetivos para os quais um turismo sustentável pode e deve contribuir (Saarinen, 2006). Para a Organização Mundial de Turismo (UNWTO – World Tourism Organization, 2004) o **turismo sustentável** pode ser definido como aquele "*que tem em plena consideração os atuais e futuros impactes económicos, sociais e ambientais, abordando as necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs*". Exige-se, assim, a participação informada de todos *stakeholders* relevantes, uma forte liderança política que garanta uma participação alargada (e consensual) e uma constante monitorização dos impactes, introduzindo as necessárias medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário.

A União Europeia, consciente da crescente importância do turismo como sector de atividade no espaço europeu, e da necessidade de sustentar esse crescimento, tem implementado algumas medidas e ações como, por exemplo, as mencionadas no *Community Action Plan to Assist Tourism*, de 1991, um conjunto de iniciativas próprias no sentido da sustentabilidade do turismo, em especial ao nível *cultural* – como, por exemplo, a promoção e criação de rotas, melhoria dos serviços prestados nos museus; *ambiental* – por exemplo, a inventariação informatizada de recursos turísticos que possibilite a identificação de novas formas de turismo (como o turismo de natureza), a elaboração de um código de conduta ligado à ética ambiental para visitantes, a elaboração de um guia de boas práticas ambientais para empresas turísticas (como o ECOTUR); *rural* – por exemplo, o apoio à construção/requalificação dos acessos aos produtos turísticos em áreas rurais, a criação e promoção de novos produtos turísticos rurais (como no âmbito do programa de recuperação das aldeias históricas de Portugal); *informativo* – por exemplo, a produção de informação estatística (como a formação e consolidação de uma Conta Satélite do Turismo), *social* e de *juventude* (Silva & Perna, 2009). Desta forma, o procurar da sustentabilidade

deste sector no seio das comunidades anfitriãs também se reflete na melhoria da qualidade da experiência dos visitantes nestes destinos, trazendo benefícios a todos os atores.

Um importante contributo para a sustentabilidade ambiental pode ser dado através da colaboração dos agentes turísticos em ações interdisciplinares e intersectoriais que promovam o uso racional/ proteção dos recursos, a integração local/ regional com outros agentes e políticas de desenvolvimento (por exemplo, o sector energético ou o sector agrícola) e com as estratégias de marketing turístico, bem como a adoção de sistemas de certificação ecológica e/ ou eco-etiquetas em turismo. O objetivo destes últimos é enfatizar as melhores práticas em produtos/ serviços (Diamantis & Westlake, 2001). O *United Nations Environment Programme* (2001, citado por Stefano, 2004) refere a existência mundial de cerca de 70 eco-etiquetas e programas de certificação “verde” visando o turismo sustentável, envolvendo uma combinação de vários *stakeholders*, e com presença em áreas geográficas diversas. As eco-etiquetas são, geralmente, classificadas, em duas categorias: certificados de qualidade ambiental para os destinos turísticos (por exemplo, o *Blue Flag* – Bandeira Azul), e certificados de desempenho ambiental para as empresas turísticas (por exemplo, o *International Hotels Environment Initiative (IHEI)*, o *Green Flag for Green Hotels in Europe*, o *Green Key*). No caso específico do *Green Globe 21* este engloba quer os produtos, os destinos e os operadores turísticos (Buckley, 2001; Stefano, 2004).

Potts e Harrill (1998) defendem que o planeamento turístico ajudará a criar comunidades sustentáveis e resilientes, de modo a sobreviverem num ambiente internacional altamente volátil. Como refere Partidário (2003: 123), o turismo sustentável é “*um modelo de desenvolvimento que tenta adequar as práticas turísticas às características dinâmicas do sistema receptor*”, e que procura implementar os princípios de sustentabilidade em todos os tipos de atividades turísticas e segmentos do sector (Neto, 2003), pelo que um turismo dito sustentável deverá “amparar” comunidades específicas, pois a perspetiva holística da sustentabilidade implica que a contínua melhoria do bem-estar das comunidades humanas a nível económico, social e cultural seja um componente integrante de renovação do meio, ou seja, a sustentabilidade da comunidade tem de estar na base do **desenvolvimento turístico sustentável** (Richards & Hall, 2000).

Desta forma, e de acordo com uma **perspetiva holística** do desenvolvimento sustentável do turismo, este deverá ser “*ecologicamente responsável, socialmente compatível, culturalmente adequado, politicamente equitativo, tecnologicamente sustentador e economicamente viável para a comunidade anfitriã*” (Choi & Sirakaya, 2006: 1286), devendo contribuir para o incremento do nível de satisfação e qualidade da experiência dos visitantes, aumentando desta forma a sua consciencialização para as questões de sustentabilidade e para a promoção de práticas de turismo sustentável (UNWTO, 2004). O caso específico de orientação do sector turístico no caminho da sustentabilidade ambiental constitui, sem dúvida, um aspeto estratégico muito relevante pois, como sublinha Yaw (2005), os visitantes estão-se a tornar cada vez mais sofisticados na escolha do destino turístico, pelo que a **qualidade ambiental** dos destinos é um dos principais fatores que tem vindo a ganhar importância no conjunto de critérios de escolha (possível motivação *pull*).

CAPÍTULO 3

O TURISMO, O ESPAÇO RURAL E O SECTOR ENERGÉTICO

3.1 O TURISMO NO MEIO RURAL

Governos de diversos países têm vindo a considerar o turismo como uma estratégia de desenvolvimento económico, pelo seu potencial e como resposta às mudanças económicas, sociais e ambientais mundiais (por exemplo, o declínio do sector da manufatura, as alterações nas práticas agrícolas e piscícolas, a expansão das novas tecnologias, a mudança nas relações sociais, as alterações paisagísticas e ambientais, etc.), levando os países à procura de alternativas geradoras de receitas e emprego (Robinson & Picard, 2006). De igual modo, o turismo tem sido ativamente promovido como uma solução para os problemas económicos do meio rural (Cánoves, Villarino, Priestley & Blanco, 2004; Alter, 2007; Brandth & Haugen, 2010). Estas mudanças, associadas à globalização, têm intensificado a reestruturação das áreas rurais (também em Portugal), no sentido da sua valorização sob a perspetiva de **multifuncionalidade**, assente na transição de uma economia baseada na produção agrícola, florestal e reserva de mão-de-obra para uma economia baseada no meio rural como um elemento de consumo em que se combinam as atividades e funções anteriores com a proteção e qualidade do ambiente, a manutenção da paisagem, a preservação de valores e memórias socioculturais e, sobretudo, o desenvolvimento recreativo e turístico (Figueiredo 2003, 2008a; Correia, 2007; Fløysand & Jakobsen, 2007; Fonseca & Ramos, 2007; Galvão & Vareta, 2010).

Surge, neste contexto, a relevância de uma visão de sustentabilidade como paradigma de desenvolvimento do turismo em meio rural. A sustentabilidade é importante pois as comunidades necessitam de ser autossuficientes com base nos recursos que têm ao seu dispor, em especial as situadas marginalmente aos centros metropolitanos, dada a dificuldade em competir com estes a certos níveis (Richards & Hall, 2000; Powell, 2009). Assim, comunidades rurais nas quais a agricultura entrou em declínio, onde existem poucas alternativas de emprego e de obtenção de rendimentos, que sofrem com o êxodo humano para as áreas urbanas, deverão apostar na promoção dos recursos endógenos e na diversificação económica, criando novos mercados de consumo e valorizando quer os produtos, quer o património cultural e natural locais, respondendo, desta forma, à procura crescente de experiências alternativas que estas poderão oferecer (Ribeiro, 2007; Bergmann, Colombo & Hanley, 2008; Cawley & Gillmor, 2008) em áreas como, por exemplo, o agroturismo ou turismo rural, mas indo além da definição algo limitativa da legislação portuguesa de **turismo no espaço rural**², baseado num certo tipo de alojamento (TER).

Lane (1994) refere que o **turismo rural** pode incluir uma grande variedade de atividades turísticas devendo, contudo, estar localizado em áreas rurais, ser funcionalmente rural e de pequena

² O Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, veio consagrar o novo regime jurídico relativo aos empreendimentos turísticos. Deste modo, o turismo rural passou a ser definido como "(...) estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural". As modalidades de turismo no espaço rural são classificadas como: a) Casas de campo; b) Agro-turismo; c) Hotéis rurais (Ministério da Economia e da Inovação, 2008).

dimensão, ou seja, ter por base características locais distintas como sejam os recursos naturais, espaços livres e práticas tradicionais, controladas pela comunidade local e sustentadas por um crescimento gradual. A natureza multifacetada do turismo em áreas rurais pode, segundo Pigram (1993), manifestar-se sob a forma de *turismo cultural* ou de *turismo de património*, visando a compreensão de estilos de vida contrastantes e o intercâmbio de conhecimento e ideias, ou a visita/ participação a/ em lugares/ eventos históricos, ou sob a forma de um *turismo recreativo* ou de um *turismo de natureza*, com ênfase na interação e usufruto da natureza e paisagens naturais (por exemplo, realização de atividades como marchas pedestres, ou visitas a parques nacionais, etc.). Assim, apesar do termo *turismo rural* ser frequentemente referido como uma forma de turismo ou produto específico, uma definição consensual do turismo rural ainda não foi encontrada, dificuldade relacionada, em parte, com o problema de definir o "rural" no contexto dos países desenvolvidos no século XXI, dada a diversidade e especificidade que caracteriza estes espaços, bem como as transformações socioeconómicas e culturais a que têm sido sujeitos (Valente & Figueiredo, 2003; Kastenholz, 2003, 2004; Barke, 2004; Frochot, 2005). Jollivet (1994, citado por Figueiredo, 2008a) afirma que, maioritariamente, as tipologias que distinguem as **áreas rurais**³ referem-se a um conceito de **rural** e **ruralidade**⁴ que claramente as opõem aos centros urbanos, tanto em termos espaciais como sociais. Contudo, como o mundo urbano e o mundo rural são continuamente redefinidos pelo processo de globalização, esta dicotomia rural-urbano terá de ser encarada sob uma nova perspetiva que, para Figueiredo (2003), se manifesta, essencialmente, pela existência de um rural *para viver* (espaço de vida quotidiana) e de um rural *para visitar* (espaço de recreio e lazer), requerendo a utilização de formas de gestão do espaço rural que contemplem não apenas as necessidades e os interesses *exteriores* (derivados essencialmente da população urbana e do Estado), mas igualmente os das comunidades locais.

Deste modo, Saxena, Clark, Oliver e Ibery (2007) sugerem o termo **turismo rural integrado** visando a existência de coordenação e integração, ao nível local, no sentido de atingir um desenvolvimento turístico sustentável que a todos (procura e oferta) beneficie a longo prazo. Esta abordagem integrada do turismo nas zonas rurais tem por base uma interdependência multidimensional, pois procura promover o desenvolvimento deste sector de acordo com a força dos recursos locais (especificidades) existentes - naturais mas também históricos e culturais - e da ação combinada entre os múltiplos atores e redes de permuta, permitindo a competição do destino no mercado global (Cawley & Gilmore, 2008; Saxena & Ibery, 2010). O agrupamento de atividades e de atrações (podendo ser englobadas na experiência de turismo rural), nas áreas menos desenvolvidas, estimula a cooperação e parcerias entre as comunidades ao nível local e também com regiões vizinhas, servindo como propulsor do desenvolvimento económico através do turismo, dada a produção de externalidades positivas (Briedenhann & Wickens, 2004; Fleischer & Tchetchik, 2005). Como salienta Alter (2007), entende-se assim que no domínio de intervenções

³ Estas áreas, apesar de diversas, podem ser genericamente consideradas como "*partes do espaço económico que foram menos afetadas pelos processos de urbanização, tendo associado um padrão de distribuição da população e da atividade económica mais disperso, e sofrendo diferentes níveis de marginalização*" (Grimes, 2000: 13).

⁴ De acordo com Gamache, Domon e Jean (2004: 73), a noção de *rural*, relativa ao campo (território) encontra-se intimamente relacionada com a noção de *ruralismo* – idealização de uma vida no campo (estilo de vida) – e com a noção de *ruralidade* – pertencendo ao mundo rural (suas qualidades e atributos).

para o desenvolvimento rural, nomeadamente no âmbito da Iniciativa LEADER⁵, o turismo rural figure como um dos eixos de intervenção prioritário, enquanto elemento-chave de um desenvolvimento integrado e, muitas vezes, como elemento agregador fundamental que poderá interligar os sectores da economia rural e valorizar o território.

Mas sem uma região rural atrativa e vibrante na qual operar, os negócios de turismo rural não terão um produto viável para vender aos consumidores, pelo que Garrod, Wornell e Youell (2006) salientam, no contexto do desenvolvimento sustentável em meio rural, a importância de redefinir conceptualmente os recursos rurais como **capital rural**, um conceito que tem por base princípios de economia ecológica e uma perspetiva holística e integrada do prudente uso dos *recursos naturais, construídos e sociais* (ver **FIGURA 3**) a curto prazo, visando o bem-estar humano a longo prazo. Para estes autores, os vários componentes do “capital rural” são essenciais na cadeia de valor do turismo rural, indo desde as imagens campestres para promoção de um destino de turismo rural, ao desenvolvimento de atividades para levar à participação dos visitantes (por exemplo, conservação da natureza, visita a atrações, etc.), até à contribuição das tradições locais e costumes na criação de uma estada memorável, o que implica a dependência da qualidade da experiência em turismo rural da qualidade do “capital rural” que serve de suporte à mesma.

RECURSOS NATURAIS	RECURSOS CONSTRUÍDOS	RECURSOS SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none">• Paisagem terrestre e marítima• Fauna e flora selvagem• Biodiversidade• Geologia e solos• Ar e qualidade do ar• Água e qualidade da água• Cursos de água, rios, lagos e charcos• Matas, florestas e plantações• Sebes arbustivas e limites campestres	<ul style="list-style-type: none">• Edifícios agrícolas• Povoações rurais, desde residências isoladas a vilas• Características históricas como, edifícios históricos, vestígios de edifícios industriais• Trilhos, caminhos, vias e estradas	<ul style="list-style-type: none">• Língua• Trajes• Gastronomia• Artesanato• Festivais• Modos de vida• Outro tipo de tradições culturais locais

FIGURA 3 – Os elementos que constituem o capital rural

Fonte: adaptado de Garrod *et al.*, 2006: 119 (citando Garrod *et al.*, 2004)

Na perspetiva de Garrod *et al.* (2006), aspetos como atrair os visitantes, satisfazer as suas expectativas e, talvez o mais importante, encorajar o seu regresso no futuro são elementos essenciais para o sucesso do turismo rural. A atratividade das áreas rurais para o turismo e atividades recreativas pode primeiramente ser associada a uma imagem de ruralidade, estando assim intimamente relacionada com a ideia tradicional e romântica dos "bons velhos tempos", do estilo de vida puro e simples, da natureza intacta e da perfeita integração do Homem no seu ambiente natural (Kastenholz, Davis & Paul, 1999). Logo, os visitantes provenientes das áreas

⁵ O LEADER é uma iniciativa comunitária - programação atual relativa ao período 2007-2013 - que tem por objetivo a revitalização económica e social das zonas rurais, através do apoio à elaboração e execução de estratégias locais no âmbito de um desenvolvimento rural integrado (QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, 2011).

urbanas, que atualmente possuem poucas ligações familiares ao meio rural (contrariamente ao que sucedia na sociedade europeia da década de 60 do século XX) (Cánoves *et al.*, 2004), têm tendência a ver as áreas rurais como detentoras de potenciais características de oferta de maior qualidade de vida, pelo que uma das representações sociais dominantes destes espaços multifuncionais relaciona-se com a sua perceção como cenários de “regresso à natureza”⁶ (locais de descanso, de revitalização, de contemplação, etc.) e/ ou lugares idílicos⁷, ou seja, detentores de uma simbologia ambiental muito forte, derivada da crescente valorização e preocupação social com o ambiente (Valente & Figueiredo, 2003; Figueiredo, 2003, 2008a, 2008b).

Garrod *et al.* (2006) afirmam que o “capital rural” pode assegurar ou melhorar a qualidade do ambiente rural, aumentando também a qualidade de vida dos seus residentes, através da aposta em oportunidades recreativas, equipamentos e comodidades (de outro modo não disponíveis) quer por *investimento direto* (por exemplo, desenvolvimento de visitas interpretativas de observação de vida selvagem; implementação de esquemas de recuperação de habitats por empresas de agroturismo; construção de trilhos de bicicleta de montanha em áreas de floresta, etc.) quer por *investimento indireto* (por exemplo, associação a esquemas de acreditação ambiental; implementação de políticas que apoiem a venda exclusiva de produtos alimentares locais; contribuições monetárias para fundos de conservação; desenvolvimento da “marca” do destino com base nas características locais distintivas, etc.). Assim, um destino rural que pretenda uma permanência bem-sucedida no mercado deverá construir a sua identidade/ imagem de “marca” de modo a acentuar a essência das qualidades físicas, da paisagem, das pessoas, da cultura e das dinâmicas locais, para os potenciais visitantes, o que revela a importância dos ativos de “capital rural” na constituição e fornecimento dos produtos de turismo rural (*idem*), dado condicionarem a rede de serviços no destino passível de ser “ativada” pelos visitantes (Gnoth, 2003), resultando numa experiência global complexa (Kastenholz, 2010).

Mas, no contexto do turismo rural, há ainda que ter em conta os potenciais conflitos nestes espaços multifuncionais, associados ao uso dos bens comuns do “capital rural”, resultantes da competição com outras indústrias/ atividades económicas presentes no espaço rural como, por exemplo, as relativas ao sector energético, que iremos em seguida analisar.

3.2 O SECTOR ENERGÉTICO EM ESPAÇO RURAL – CASO DA ENERGIA EÓLICA

O carácter multifuncional do meio rural representa tanto um constrangimento como uma oportunidade para o potencial turístico (Pigram, 1993). Nele interagem uma multiplicidade de *stakeholders*, públicos e privados, com práticas diferenciadas, interesses, objetivos e estratégias distintos, e por vezes conflitantes (por exemplo, na definição dos usos do solo e/ ou aplicação de recursos), sendo fundamental a parceria do turismo com outros sectores de atividade (dominantes ou não), visando juntar sinergias para a qualidade, tendo em conta o mercado alvo de visitantes que se pretende atrair para esse território, bem como o otimizar dos investimentos feitos ao nível de infraestruturas de suporte dessas mesmas atividades (Silva & Perna, 2009).

⁶ Tendência também designada por “*naturophilia*” (Hall, 1998, citado por Cánoves *et al.*, 2004).

⁷ Para Figueiredo (2008a), áreas rurais mais remotas parecem ser as que melhor representam a ideia do “rural idílico”.

O sector energético é, na nossa opinião, um dos sectores de atividade económica (para além do sector agro-silva-pastoril ou do sector mineiro) que mais pode competir com o turismo ao nível dos recursos naturais do território - por exemplo, exploração hidroelétrica, extração de minerais energéticos como o carvão, petróleo ou gás natural, construção de parques eólicos terrestres, plantação de monoculturas de oleaginosas visando a produção de biodiesel, etc. - em especial nas áreas rurais, pelo que faz todo o sentido tentar conciliar as atividades dos dois sectores num contexto de desenvolvimento sustentável dos destinos.

As **energias renováveis**⁸ podem representar a solução para ultrapassar a escassez e o custo crescente dos recursos fósseis, mitigar o impacto das alterações climáticas e diminuir a dependência energética em relação a países terceiros, pelo que a diversificação das fontes de energia (recorrendo aos recursos endógenos) constitui umas das principais prioridades da política energética dos países desenvolvidos (Pinto, 2001; Bergmann *et al.*, 2008; Cassin & Zolin, 2009). Estas energias podem ajudar a enfrentar os problemas de isolamento e consequentes desvantagens socioeconómicas das áreas remotas e rurais de países desenvolvidos mas, sobretudo, dos em desenvolvimento, podendo ser a resposta para o fornecimento sustentável de energia elétrica e serviços às comunidades, trazendo benefícios ambientais, económicos e sociais, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nessas áreas (Cassin & Zolin, 2009).

Em especial, a **energia eólica** constitui uma das estratégias para ajudar a combater o aquecimento global e a cumprir o Protocolo de Quioto (Gamboa & Munda, 2007), registando a maior dinâmica de crescimento a nível mundial (Cassin & Zolin, 2009; Ledec, Rapp & Aiello, 2011). A imagem do “vento”, atualmente mais ligada à produção de energia elétrica, tem estado, ao longo dos tempos, associada a diversas aplicações através dos famosos “moinhos de vento” como, por exemplo, o bombear da água de poços, a drenagem de terras cobertas pela água (ajudando a criar as famosas paisagens holandesas), ou a moagem de grãos de cereais, transformando-os em farinha. Já no universo literário, quem não se lembra da memorável cena escrita por Cervantes em 1605, no qual o protagonista, D. Quixote, investe contra estas estruturas julgando-os gigantes.

O forte apoio dado pela União Europeia e certos Estados-Membros às energias renováveis tem contribuído significativamente para o crescimento da energia eólica nos últimos 10 anos, sendo esta, de longe, a fonte geradora de eletricidade mais popular, obtendo em 2009 (pelo segundo ano consecutivo) a maior quota de mercado das energias renováveis - cerca de 39% (GWEC - Global Wind Energy Council, 2010: 34-35). Contudo, em 2010 foi registado um ligeiro abrandamento no crescimento deste sector na União Europeia, não liderando o mercado pela primeira vez desde 2007 (apenas cerca de 17% das novas instalações energéticas contra os 51% do sector do gás natural) (GWEC, 2011: 36). No final de 2010, a Diretiva das Energias Renováveis (2009/28/EC) estabeleceu um objetivo de, pelo menos, 20% de incorporação de energia de fontes renováveis no consumo de energia final até 2020, sendo que cada Estado-Membro definiu uma meta nacional obrigatória para a quota de energia renovável que deverá alcançar até essa data

⁸ Ao contrário das *energias não renováveis* (ou convencionais), as *energias renováveis* são vistas como fontes de energia ilimitada, não poluente e de menor impacto ambiental, caso da energia hidroelétrica, das marés, das ondas, geotérmica, biomassa, solar e eólica (Warren, Lumsden, O'Dowd & Birnie, 2005; Akella, Saini & Sharma, 2009; Cassin & Zolin, 2009; Saidur, Rahim, Islam & Solangi, 2011).

(*idem*). Em Portugal foi delineada uma meta de 31% de incorporação de energia de Fontes de Energia Renováveis (FER) no consumo de energia final do país prevendo-se que, na produção de eletricidade em 2020, o contributo da energia eólica seja de 30% (APREN - Associação de Energias Renováveis, 2010: 9 e 11). A nível nacional, o investimento em energias renováveis, sobretudo na energia eólica, foi um dos ícones do “Plano Tecnológico”⁹, constituindo uma das principais apostas da política do governo do Primeiro-Ministro José Sócrates (entre 2005-2011). Como sublinham Afonso e Mendes (2010), as histórias relatadas nos meios de comunicação social destacavam, geralmente, casos de sucesso, apoiados numa iconografia de marketing político onde se evidenciavam fotografias idílicas de aerogeradores de cor branca (símbolo de energia limpa), sob um fundo verde (símbolo de ecológico) ou alaranjado do entardecer, sublinhando a grandiosidade da tecnologia. Também se evidenciavam os benefícios económicos (derivados das rendas recebidas pelo aluguer dos terrenos) para os municípios rurais do interior do país e proprietários locais de terras quase abandonadas e pouco produtivas (*idem*). De facto, o uso de energias renováveis em meio rural tem registado um crescimento contínuo, dado o aumento dos preços dos combustíveis convencionais e a elevada disponibilidade de recursos naturais nestas áreas (Cassin & Zolin, 2009). Existem, assim, importantes potencialidades no desenvolvimento socioeconómico rural, quer através do turismo sustentável, quer na utilização dos recursos naturais em projetos de energias renováveis (caso da energia eólica), mas visando sempre a sua integração nos processos locais de desenvolvimento rural (*idem*).

Pasqualetti, Gipe e Richter (2002) afirmam que o desenvolvimento eólico nas áreas rurais pode tender a inflamar os conflitos rurais-urbanos pré-existentes, nalguns casos porque os residentes rurais ficam ressentidos com os agentes de desenvolvimento urbanos que implantam projetos eólicos nas suas zonas, noutros casos porque os residentes rurais que desejam os aerogeradores, para produção elétrica e pelo desenvolvimento económico que daí pode advir, não gostarem da “intrusão” dos residentes urbanos que, pretendem preservar a paisagem campestre pelo seu valor recreativo e cénico. Possível reflexo desta situação em Portugal, em análise no projeto internacional, no âmbito do desenvolvimento sustentável, intitulado “*Éoliennes et paysage: la politique éolienne entre politique de l’environnement et politique du paysage*”¹⁰, tem sido a controversa questão de autorizar ou não a implantação de projetos de energia eólica nas áreas protegidas, caso do Parque Natural do Montesinho, no qual as populações locais exigem a criação de um parque eólico (como aconteceu no lado espanhol) nos improdutivos “baldios” (zonas geridas como um “bem-comum”), aspirando aos benefícios económicos que daí podem advir, e reagindo contra as reclamações dos que a ele se opõem, sentindo-as como uma interferência externa e ilegítima na gestão comunitária de um património local (Afonso & Mendes, 2010).

Os diversos impactes ambientais, socioeconómicos e culturais associados aos parques eólicos devem ser cuidadosamente definidos, geridos e monitorizados (Ledec *et al.*, 2011) pelo que, de seguida, iremos abordar alguns dos mais relevantes bem como as atitudes do público sobre estes.

⁹ Ver, por exemplo, a notícia do Jornal Público de 18/07/2005: “*Sócrates: aposta em energias renováveis vai reduzir dependência do petróleo até 2010*”. Consultado a 19/09/2011. URL: http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/socrates-aposta-em-energias-renovaveis-vai-reduzir-dependencia-do-petroleo-ate-2010_1228456

¹⁰ Estudo coordenado pelo CIREN - *Centre International de Recherche sur l’Environnement et le Développement*, e que integra equipas de investigação provenientes da França, Alemanha e Portugal (Afonso & Mendes, 2010).

3.3 IMPACTES DOS PARQUES EÓLICOS E ATITUDES/ PERCEPÇÕES DO PÚBLICO

A energia eólica é normalmente aceite como uma forma de energia “limpa”, não emissora de gases de efeito de estufa (caso do dióxido de carbono, um dos principais gases que contribui para as mudanças climáticas) durante o seu funcionamento, e emitindo quantidades mínimas durante o processo de fabricação e implantação dos vários componentes que constituem os parques eólicos (Cassin & Zolin, 2009; Saidur *et al.*, 2011). Esta tecnologia não requer os mesmos níveis de investimento exigidos pela energia nuclear, das marés ou geotérmica (Álvarez-Farizo & Hanley, 2002) e apresenta um reduzido consumo de água (Ledec *et al.*, 2011; Saidur *et al.*, 2011). Assim, hoje em dia, este tipo de energia renovável é amplamente considerado um componente chave da sustentabilidade ambiental (Ledec *et al.*, 2011). Contudo, todas as formas de energia têm algum tipo de impacto negativo sobre o ambiente (Warren & Birnie, 2009), sendo que os projetos de energias renováveis requerem, normalmente, grandes quantidades de espaço para capturar a energia do vento/ da água/ da radiação solar em quantidades suficientes para poderem ser comercialmente viáveis (Bergmann, Hanley & Wright, 2006; Nadaï *et al.*, 2010). No que concerne ao **tipo de impactes, ambientais e sociais, dos parques eólicos**, descritos na literatura sobre a temática¹¹ (e geralmente mais associados a uma avaliação negativa) temos, por exemplo: os *visuais* (no contexto específico da paisagem), os *sonoros*, na *avifauna* e *quirópteros*¹², *outros impactes ambientais* (por exemplo, na utilização do solo, na flora, etc.), a *interferência eletromagnética*, no *turismo*, entre outros (ver, por exemplo, Brittan, 2001; Devlin, 2002; Johnson *et al.*, 2003; Devine-Wright, 2005; Travassos *et al.*, 2005; Drewitt & Langston, 2006; Coelho, 2007; Couto & Couto, 2007; Wolsink, 2007; Eltham, Harrison & Allen, 2008; Lilley, Firestone & Kempton, 2010; Saidur *et al.*, 2011).

Alguns destes impactes têm sido avaliados através dos instrumentos preventivos de planeamento disponíveis, caso dos processos de **Avaliação de Impactes Ambientais**¹³ (AIA) que procuram, como afirma Miranda (2007), analisar de uma forma global as implicações ambientais, contemplando os efeitos físicos, biológicos e socioeconómicos, para que a decisão final se baseie numa avaliação sistemática integrada (no contexto português ver, por exemplo, Coelho, 2007 ou Amaral, 2009). Outros impactes têm sido analisados sob uma perspetiva social, caso do estudo das **atitudes e perceções do público** para com os projetos de parques eólicos, quer em funcionamento ou planeados, quer em terra (*onshore*), no mar (*offshore*), ou em ambos os casos, sendo diversos os estudos¹⁴ (teóricos ou empíricos) realizados em vários países e ao longo da

¹¹ Para mais informações sobre esta temática ver, por exemplo, Ledec *et al.* (2011), um relatório recente que aborda os principais impactes ambientais e sociais associados ao desenvolvimento de projetos de energia eólica.

¹² Em Portugal está a decorrer o projeto “*Soluções integradas para a gestão da biodiversidade em parques eólicos: reduzir e compensar a mortalidade de aves e quirópteros*” (Wind & Biodiversity), consórcio entre a Bio3 e Universidade de Aveiro, visando atingir um compromisso entre a sustentabilidade económica e a ambiental (Bio3 Website, 2011).

¹³ Na legislação portuguesa - Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro - os aproveitamentos de energia eólica para produção de eletricidade sujeitos a processo de AIA estão descritos no anexo II do documento (Amaral, 2009). É no âmbito do AIA que é elaborado, pelo proponente, o “Estudo de Impacte Ambiental” (EIA), contendo uma descrição e caracterização do projeto e das alternativas, a listagem dos impactes previstos, a definição das medidas de gestão ambiental e, ainda, um Resumo Não Técnico (RNT) (*idem*).

¹⁴ Nos estudos a *itálico* aplicaram-se métodos de avaliação económica. Riddington, McArthur, Harrison e Gibson (2010) utilizaram o *contingent valuation* e, os restantes autores, o *choice experiments*. Álvarez-Farizo e Hanley (2002) utilizaram ambos os métodos.

última década (ver, por exemplo, Wolsink, 2000, 2007; Álvarez-Farizo & Hanley, 2002; Devlin, 2002; Devine-Wright, 2005; Ek, 2002, 2005; Kaldellis, 2005; Kempton, Firestone, Lilley, Rouleau & Whitaker, 2005; Warren *et al.*, 2005; Bergmann *et al.*, 2006, 2008; Firestone & Kempton, 2007; Johansson & Laike, 2007; Krueger, 2007; Ladenburg & Dubgaard, 2007; Van der Horst, 2007; Wüstenhagen, Wolsink & Bürer, 2007; Eltham *et al.*, 2008; Lothian, 2008; Zoellner, Schweizer-Ries & Wemheuer, 2008; Dimitropoulos & Kontoleon, 2009; Graham, Stephenson & Smith, 2009; Jones & Eiser, 2009, 2010; Marinho, 2009; Devine-Wright & Howes, 2010; Gee, 2010; Ladenburg, 2010; Lilley *et al.*, 2010; Riddington *et al.*, 2010; Swofford & Slattery, 2010; Warren & McFadyen, 2010; Frantál & Kunc, 2011; Jones, Orr & Eiser, 2011). Em Portugal, segundo Afonso e Mendes (2010), tem sido insignificante o debate público sobre os efeitos ambientais, sociais e estéticos da energia eólica apesar da sua crescente difusão. Devine-Wright (2005: 135) alerta que “apesar da infinidade de estudos empíricos existe uma falta de ferramentas metodológicas quantitativas fiáveis e válidas [por exemplo, uso de estatísticas de probabilidade multivariada] que permitam operacionalizar as perceções do público sobre os parques eólicos”.

De um modo geral, os **principais fatores que afetam a opinião pessoal** sobre os projetos de parques eólicos são: a *intrusão visual* (valor estético) dos aerogeradores, a *poluição sonora*¹⁵, a *perceção sobre a necessidade* deste tipo de energia, a *eficiência* dos aerogeradores, o nível de *conhecimento e informação* relacionados com o assunto, a *proximidade/ distância ao local* de implantação dos aerogeradores, os *efeitos nas aves e nouro tipo de vida selvagem*, a *quantidade de solo ocupado*¹⁶ e a *perceção sobre o grau de interferência eletromagnética* (Devlin, 2002). Tal diversidade de fatores implica que a reação do público aos parques eólicos revele sentimentos opostos sendo que, em geral, os oponentes parecem argumentar de uma forma mais “audível” (Van der Horst, 2007). Warren e Birnie (2009) resumiram os principais argumentos utilizados no apoio ou oposição a estes projetos, com base em Szarka (2007), da seguinte forma - **TABELA 2**.

TABELA 2 - Principais argumentos utilizados no apoio ou na oposição aos parques eólicos

Principais argumentos – APOIO	Principais argumentos – OPOSIÇÃO
• Constituem uma fonte de energia renovável, sem emissões de CO ₂ (após a construção)	• Impactes na paisagem -> destruição da sua estética e carácter natural, ameaçando o turismo
• Contribuem para mitigar as alterações climáticas	• Impactes ambientais -> estabilidade das encostas, hidrologia, fauna e flora (em particular nas aves)
• Contribuem para a segurança energética	• Incómodos ao nível da poluição sonora (mecânica e aerodinâmica) e efeito-sombra (movimento das pás)
• São economicamente competitivos	• Iniquidade socioeconómica, dados os lucros obtidos pelas empresas que exploram, e não pelo tecido local
• Constituem uma atração turística, visto serem esteticamente agradáveis e símbolos “verdes”	• Sector da Defesa -> interferências nas zonas de treino de voo a baixa altitude e nos radares de defesa aérea
• Contribuem para a criação de emprego e com benefícios para as comunidades	• Produção intermitente de energia, estando dependente das condições climatéricas

¹⁵ Simão, Densham e Rodrigues (2004) referem que os aerogeradores, atualmente, são bastante silenciosos. O ruído emitido ronda os 50 decibéis (db) na base do aerogerador e 35 dB a 450 m, sendo que 40 dB corresponde a um nível de ruído não nocivo para o Homem. Segundo Devlin (2002), o grau de perturbação tem por base a perceção do público.

¹⁶ Apesar de um parque eólico poder ocupar uma área significativa, esta será de apenas 1%, permanecendo 99% livres para uso na agricultura, pastagens, etc. (Simão *et al.*, 2004). Estas construções temporárias são relativamente fáceis de remover dos locais e recicladas após ter terminado seu período de funcionamento (Frantál & Kunc, 2011).

• Contribuem como multiplicadores de produção	• Uma solução ineficiente, inapropriada e insignificante
• Contribuem para o desenvolvimento sustentável	• Impactes técnicos na rede elétrica nacional (fonte de fornecimento variável)

Fonte: adaptado de Warren e Birnie, 2009: 108 (com base em Szarka, 2007)

De todos os fatores já mencionados, o mais determinante para a compreensão das atitudes da opinião pública (quer no apoio, quer na oposição) é, segundo Wolsink (2007), a **avaliação do impacte visual da energia eólica nos valores da paisagem**¹⁷, decorrente da implantação de parques eólicos e infraestruturas associadas. Desta forma, alguns estudos (ver, por exemplo, Hurtado, Fernández, Parrondo & Blanco, 2004; Torres Sibille, Cloquell-Ballester, Cloquell-Ballester & Darton, 2009; Molina-Ruiz, Martínez-Sánchez, Pérez-Sirvent, Tudela-Serrano & García Lorenzo, 2011) têm procurado desenvolver instrumentos e metodologias de avaliação, para uso das entidades e agentes de desenvolvimento públicos e privados, de forma a prever e analisar o potencial efeito visual dos parques eólicos na paisagem antes de estes serem efetivamente construídos. De acordo com Cassin e Zolin (2009), a altura dos aerogeradores (muitas vezes chegam a exceder os 100m de altura), a sua localização (na maioria das vezes são implantados na/ou perto da costa, em planícies interiores, áreas rurais ou zonas montanhosas para um melhor aproveitamento dos recursos eólicos e pela proximidade a infraestruturas de transmissão de eletricidade), o seu número, as suas cores, os materiais utilizados e o tipo de iluminação são os principais fatores que podem influenciar a magnitude do impacte visual destes projetos, em especial, nas áreas ricas em valores naturais e culturais.

Contudo, a perceção do impacte visual destes equipamentos tem implícito um elevado grau de subjetividade. Os aerogeradores podem ser vistos, essencialmente, como objetos padronizados, com carácter “industrial” ou “urbano”, encontrando-se assim “deslocados” na paisagem rural (questão que é alvo de aceso debate), ao mesmo tempo que representam valores ecológicos e formas de produção de energia não poluentes (Nadaï & Van der Horst, 2010). Como exemplifica Devlin (2002), os aerogeradores podem ser visualizados como um novo elemento positivo na paisagem, por transmitirem uma sensação de maior qualidade ambiental e uma fonte de energia mais “transparente” - nas palavras de Pasqualetti (2001: 698), “*com a energia eólica, o que o que nós vemos é literalmente o que nós obtemos*”, não havendo assim “*preocupações com o aquecimento global, derramamentos de petróleo, recuperação de minas, resíduos radioativos ou vulnerabilidades estratégicas*”. Mas Devine-Wright (2005), refere que a relação entre uma perceção positiva dos aerogeradores e a sua visão como símbolo de “progresso” ou, por vezes também, como símbolo de um “regresso ao passado” (associação aos tradicionais “moinhos de vento”) não é ainda evidente, exigindo mais investigação empírica sobre as suas dimensões físicas e simbólicas, de forma a compreender como ocorre a moldagem dessas perceções. Este autor (p. 128) salienta igualmente que “*apesar de a literatura enfatizar os impactes visuais negativos dos aerogeradores há pouca evidência de que os mesmos sejam universalmente percecionados como estruturas ‘feias’*”, existindo até “*vários exemplos de avaliações positivas*”.

¹⁷ A paisagem é um conceito complexo, utilizado em variados contextos e disciplinas (Pinto-Correia, Abreu & Oliveira, 2001). Mas, segundo a definição da Convenção Europeia da Paisagem, “*paisagem designa uma área territorial, tal como é percecionada pelas pessoas, cujo carácter é resultado da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos*” (Council of Europe, 2000).

Há assim quem considere que os aerogeradores se integram harmoniosamente na paisagem e quem os veja como um objeto realmente perturbador (Simão *et al.*, 2004). Este é um julgamento pessoal de quem vê, pois a qualidade estética não pode ser provada/ refutada (Devlin, 2002). O “belo” não é definível nem diretamente mensurável, sendo a percepção afetada pelos elementos em redor (*idem*). Como diz o ditado, “*a beleza está nos olhos de quem vê*” (Warren *et al.*, 2005: 867), e daí a diversidade de opiniões pessoais sobre o impacto visual destas estruturas.

Segundo Álvarez-Farizo e Hanley (2002), os impactos percecionados irão afetar a resistência, ao nível local, relativamente aos projetos de energia eólica. Deste modo, é necessário tê-los em consideração no âmbito do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, dado serem as diretamente mais afetadas pela implantação destas infraestruturas (Bergmann *et al.*, 2008). Na oposição aos parques eólicos, parte resulta de uma reação à escala (muitas vezes inadequada ao local), à rapidez e ao carácter descoordenado da instalação deste tipo de projetos (lembrando as célebres “corridas ao ouro”), suscitando o temor de uma rápida industrialização de áreas percecionadas como “naturais” (Warren *et al.*, 2005), manifestado em especial por aqueles com uma noção romântica da natureza intrínseca da terra, e que sentem que esta não deve ser “domada” pelo Homem (Devlin, 2002). Desta forma, os receios expressos por várias populações estão relacionados com a forma como os projetos eólicos podem modificar as paisagens e a sua relação com estas (Pasqualetti, 2011b), ou seja, transformar a sua identidade, pelo que o carácter rural da maioria dos locais sujeitos a este desenvolvimento contribui para a percepção de um impacto elevado dessas estruturas (Devlin, 2002). Como afirma Figueiredo (2003: 157), “*uma das formas através das quais a sociedade se apropria das áreas rurais é justamente através das paisagens*”. Logo, quer a paisagem natural como a rural representam os valores tradicionais ligados ao património e à estabilidade, geralmente associados a qualidades como a tranquilidade, a saúde, a robustez ecológica e a autenticidade (Lowenthal 1997, citado por Antrop, 2006).

Nas áreas rurais, a conservação da paisagem deve levar à proteção igualitária dos recursos naturais e culturais, mas tendo cuidado com as tradicionais abordagens conservacionistas, frequentemente inflexíveis e retrógradas, pois estratégias modernas devem ser orientadas para o desenvolvimento, visto a sociedade e o meio ambiente estarem em constante evolução (Höchtel *et al.*, 2007). Também as paisagens têm um carácter dinâmico dados os processos naturais e/ ou humanos¹⁸ a que estão sujeitas (Devlin, 2002). Mas Pasqualetti *et al.* (2002) afirmam que a natureza tem sido separada da economia rural e das experiências a ela associadas, pelo que a definição de paisagem tem sido reduzida aos seus aspetos artísticos, tranquilos ou contemplativos, no sentido de constituir uma experiência visual similar a uma pintura paisagística do século XIX, em que qualquer conexão entre a aparência exterior da paisagem e as condições económicas que a produziram é negada. Como exemplo disto temos os conteúdos de promoção turística, onde ainda predominam as representações da paisagem associadas à estética romântica presente nas pinturas (Domingues, 2003). Contudo, na nossa sociedade industrial, as paisagens resultam essencialmente da influência do Homem (Pasqualetti *et al.*, 2002) pelo que “*vários autores reconhecem que as paisagens verdadeiramente naturais não existem*” (Salgueiro 2001:

¹⁸ Segundo Pinto-Correia *et al.* (2001: 197), “*a compreensão da paisagem implica o conhecimento de factores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua inter-relação*”.

41, citada por Pereira & Pedrosa, 2007). A paisagem é então uma realidade construída (Pereira & Pedrosa, 2007), um reflexo das necessidades sociais e económicas de determinada sociedade num dado momento temporal, pelo que uma perspetiva holística implica a integração destas com os aspetos naturais de uma forma sustentável (Antrop, 2006). Logo, mesmo lidando com a subjetividade da perceção visual, é necessário “ver” as paisagens como *objetos* no sentido científico, para melhor compreender e gerir o seu elemento estético (Pasqualetti *et al.*, 2002).

Autores como Álvarez-Farizo e Hanley (2002) têm afirmado que a oposição ao desenvolvimento de parques eólicos provém, maioritariamente, daqueles que vivem nas proximidades destas infraestruturas. Porém, Devine-Wright (2005) salienta que os vários estudos empíricos que procuraram investigar a relação entre a “hipótese da proximidade” e uma maior perceção negativa sobre os parques eólicos não têm sido, no geral, bem-sucedidos (resultados variáveis). Outros autores referem que a oposição e as preocupações da população local relativamente aos parques eólicos diminuem significativamente após a concretização dos projetos, comparativamente às reveladas na fase de pré-construção (Braunholtz, 2003; Bell, Gray & Haggett, 2005). Devine-Wright (2005) sugere, então, que as tentativas de explicar as perceções e atitudes sobre os parques eólicos devem ir para além dos parâmetros físicos (como a distância aproximada, o tamanho e cor dos aerogeradores, etc.) e abranger a influência dos processos e redes sociais que podem afetar o grau de importância pessoal atribuído a estas estruturas. Neste contexto, Pasqualetti (2011b) adverte para o facto de esta dinâmica social ser ainda pouca compreendida, valorizada e estudada. Devlin (2002) refere que fatores como, a perceção de necessidade para a sociedade desta fonte de energia, a perspetiva de visão dos recursos naturais [utilitária *versus* estética], a existência de possíveis benefícios individuais económicos, sociais ou culturais, e o nível de participação da comunidade no processo de planeamento (aspeto de suma importância) determinam o nível de aceitação social destes projetos energéticos na paisagem.

Bell *et al.* (2005) mencionam igualmente que, para a obtenção de um apoio social esclarecido sobre a energia eólica, deve-se apostar na melhoria do conhecimento pessoal ou, em alternativa, mudar o “mundo” ao invés de tentar mudar a mente das pessoas. A mudança do “mundo”, ou antes da tecnologia associada a esta fonte de energia, tem sido, segundo afirma Pasqualetti (2001), um dos caminhos mais seguidos no desenvolvimento de projetos de energia eólica, tendo em conta as imensas melhorias introduzidas nos equipamentos ao longo dos últimos anos de forma a evitar ou minimizar os aspetos negativos associados à mesma (por exemplo, ao nível do ruído, do tamanho, da cor, do acabamento e da disposição espacial dos aerogeradores no terreno, bem como nos aspetos relativos à eficiência, fiabilidade e segurança). Esta otimização da tecnologia poderá, na nossa opinião, alavancar benefícios ao nível da conservação da natureza e biodiversidade (por exemplo, diminuição da mortalidade de aves e morcegos), ao nível económico (por exemplo, melhoria na eficiência de produção elétrica contribuindo assim para diminuir os custos com a importação de energia externa) e ao nível social (por exemplo, diminuição dos impactes visuais, sonoros e de interferência eletromagnética nas populações locais), contribuindo para uma possível melhoria da perceção do público, caso se tenha igualmente em consideração as preferências deste relativamente ao tipo e localização dos parques eólicos. Por exemplo, no que concerne ao tamanho têm sido encontrados resultados consistentes que sugerem que parques

eólicos de menor dimensão são percebidos de forma mais positiva comparativamente aos empreendimentos de maior dimensão (NFO, 2003; Devine-Wright, 2005; Bergmann *et al.*, 2008).

Mas, como alerta Devine-Wright (2005), a pesquisa empírica realizada sobre parques eólicos encontra-se, frequentemente, pouco fundamentada na teoria da ciência social existente, sendo raros os estudos que utilizam modelos conceituais para gerar hipóteses com o objetivo de explicar a percepção pública sobre estes projetos de energia. De acordo com este autor, o conceito explicativo mais citado, utilizado em diversos estudos, tem sido o conceito **NIMBY** (acrônimo em inglês para a expressão “*not in my backyard*”). Como explicam Bell *et al.* (2005), quando as pessoas mencionam as paisagens ou motivos ambientais para justificar a sua oposição ao desenvolvimento de projetos específicos (caso dos parques eólicos), a sua preocupação real é, de facto, muito mais pessoal, revelando um dilema social – o NIMBY - sugestivo da ideia de que “*sim, a energia eólica é uma boa ideia desde que não esteja implantada no quintal da minha casa*”. Tal dilema parece indicar a existência de um desfasamento entre uma atitude motivada pela preocupação com o “bem-comum” e um comportamento motivado pelo “autointeresse” - ou seja, a contribuição para a sociedade em geral (por exemplo, através da produção de alguns megawatts de energia pelo parque eólico local) é avaliada pelo indivíduo como sendo insignificante, quando comparado com o considerável esforço pessoal necessário para fazer essa contribuição (por exemplo, o seu local favorito para passear ser “danificado”, resultando num menor valor utilitário) (*idem*). Desta forma, a perspetiva convencional é a de que as pessoas apoiam na generalidade a energia eólica mas sentem relutância em aceitar propostas específicas de desenvolvimento local que os possam vir a afetar (Wolsink, 2000, 2007; Devlin, 2002; Bell *et al.*, 2005). O conceito de NIMBY encontra-se amplamente difundido e está sujeito a diversas interpretações (Devlin, 2002), havendo contudo a tendência para rotular toda a oposição a desenvolvimentos específicos como sendo uma oposição do tipo NIMBY (Wolsink, 2007). No entanto apesar de, geralmente, existir sempre algum grau de NIMBYismo subjacente ao processo de localização dos aerogeradores, diversos estudos têm demonstrado que este dilema social não é sempre assim tão evidente (Devlin, 2002), tendo vindo a ser criticado por vários autores (ver, por exemplo, Wolsink, 2000, 2007; Bell *et al.*, 2005; Ek, 2005; Kempton *et al.*, 2005; Warren *et al.*, 2005; Van der Horst, 2007; Jones & Eiser, 2009; Swofford & Slattery, 2010; Warren & McFadyen, 2010) que argumentam que o mesmo é simplista, não refletindo a complexidade das motivações humanas nem a sua interação com fatores sociais e políticos (Wolsink, 2000; Bell *et al.*, 2005). Frantál e Kunc (2011) salientam que fatores como as preocupações ambientais, os contextos da paisagem e a sua percepção subjetiva, bem como a tendência para preservar a identidade local têm um papel dominante no processo de formação da atitude de oposição aos aerogeradores.

De acordo com Short (2002), a interpretação das paisagens - processo subjetivo e seletivo – é o resultado da combinação das imagens transmitidas pelos meios de comunicação social com as próprias memórias e associações do indivíduo, levando assim a uma comparação subconsciente entre a realidade que se apresenta diante deste (mundo rural) com esses ideais (paisagem), sendo que se não forem coincidentes, o indivíduo experiencia uma sensação de perda e de insegurança. Deste modo, a implantação de projetos de energias renováveis (caso dos parques eólicos) em áreas rurais, para além de impactes diretos nas comunidades locais, pode ter impactes indiretos nos habitantes urbanos (um dos maiores *stakeholders* do ponto de vista de decisão política),

dadas as alterações no meio ambiente que irão experienciar durante a sua passagem ou visita às áreas rurais (Bergmann *et al.*, 2008), um vasto espaço disponível (consequência da desertificação do meio rural) para satisfazer as suas mais variadas necessidades (Antrop, 2006). Desta forma, os indivíduos que durante gerações viveram nas cidades terão uma visão muito diferente das zonas rurais, comparativamente aos indivíduos que mantiveram viva a experiência de ruralidade (Van der Horst & Lozada-Ellison, 2010), podendo então atribuir um valor negativo a um parque eólico, dados os impactes visuais subjacentes, mesmo que nunca cheguem a visitar a área afetada (Bergmann *et al.*, 2008). Assim, no que concerne às opiniões dos habitantes rurais *versus* urbanos sobre os projetos de energia eólica, Devlin (2002) refere que o tempo de permanência na região (habitante permanente *versus* habitante temporário), bem como a natureza do emprego criado (de curta duração *versus* de longa duração) pode afetar o que é considerado de desenvolvimento "aceitável" em áreas rurais, assim como o nível de oposição sobre o que é considerado de desenvolvimento "inaceitável". Para este autor, tem sido demonstrado que os residentes rurais permanentes (em especial, os de áreas economicamente frágeis e mais dependentes do sector primário - Van der Horst & Lozada-Ellison, 2010) estão mais dispostos a aceitar/ apoiar a introdução de aerogeradores nestas zonas, pois estão acostumados em ganhar o sustento a partir da produtividade da terra [perspetiva utilitária dos recursos naturais] e com as mudanças sazonais na paisagem, ao contrário dos residentes urbanos temporários, que revelam uma menor disposição para aceitar elementos intrusivos na paisagem rural [perspetiva estética dos recursos naturais]. Estudos empíricos como os de Bergmann *et al.* (2006) revelaram uma maior vontade de pagar ("*willingness-to-pay*", em inglês) dos inquiridos no sentido de evitar um impacte de nível elevado (mas não de nível baixo ou moderado) na qualidade das paisagens, resultante do desenvolvimento de projetos de energia renovável, bem como para evitar impactes sobre a vida selvagem. Logo, parece haver alguma evidência de que os inquiridos de áreas rurais aceitam melhor os possíveis impactes ambientais negativos na paisagem, comparativamente aos inquiridos de áreas urbanas, sendo que também valorizam mais, do que últimos, os benefícios na qualidade da vida selvagem, na redução da poluição do ar e na criação de empregos de longa duração (*idem*). Para Bergmann *et al.* (2008), os resultados sugerem que, neste contexto, os conflitos entre rurais e urbanos são suscetíveis de serem solucionados.

Devine-Wright e Howes (2010) propõem o uso de abordagens alternativas à explicação NIMBY para uma compreensão mais aprofundada das bases sociais e psicológicas das perceções sobre os parques eólicos, através de estudos empíricos que apliquem conceitos da teoria das representações sociais, caso da "ligação ao lugar" (*place attachment*¹⁹) pois, como afirma Gould (2005), quando se visita frequentemente um local desenvolve-se uma noção de lugar ao longo do tempo, criando desta forma uma ligação a essa paisagem. Por exemplo, os resultados do estudo empírico realizado por Devine-Wright e Howes (2010) - relativo a uma proposta de parque eólico no mar, em *North Wales* - (envolvendo o uso de métodos qualitativos e quantitativos), indicaram diferenças significativas nas respostas dadas pelos residentes de duas cidades costeiras (n=488), revelando que a oposição emerge a partir das contradições simbólicas entre a *natureza* - um lugar representado em termos de beleza cénica e que proporciona um ambiente reparador quer para

¹⁹ Segundo Altman e Low (1992, citados por Devine-Wright & Howes, 2010), este conceito é um fenómeno complexo que incorpora um vínculo emocional entre indivíduos e/ ou grupos e os locais familiares que habitam ou visitam.

os residentes quer para os visitantes - e a *indústria* - um parque eólico que virá industrializar a área e “cercar” a baía. Numa das cidades, os dados sugerem que esta contradição foi experienciada como uma ameaça à identidade por aqueles que revelaram ter uma forte “ligação ao lugar”, originando atitudes negativas e um comportamento de oposição (*idem*). Estes autores referem ainda que, ao nível de estudos empíricos até à data, só um outro estudo, realizado por Vorkinn & Riese, em 2000, analisou as relações entre a “ligação ao lugar” e o apoio a um projeto de energia renovável. Jorgensen (2011) refere um outro desafio no contexto da “ligação ao lugar”, que é a construção de modelos conceptuais que integrem a *experiência estética da paisagem*.

Estando, geralmente, os parques eólicos terrestres situados junto de/ ou em áreas rurais populares para atividades turísticas e de recreio, é de salientar os poucos estudos empíricos, com carácter científico, realizados até hoje, que procuraram analisar os **impactes dos parques eólicos terrestres no turismo** e as **atitudes/ percepções e experiência dos visitantes** para com essas infraestruturas, frequentemente declaradas como negativas (Aitchison, 2004; Sheperd, 2009; Warren & McFadyen, 2010; Van der Horst & Lozada-Ellison, 2010; Frantál & Kunc, 2011). Na **TABELA 3** foram resumidos alguns desses estudos mais recentes.

TABELA 3 – Resumo de alguns estudos de natureza científica sobre as atitudes do público (em especial, os visitantes) para com energia eólica, parques eólicos (PE) e possíveis impactes no turismo

Marinho, 2009 [Portugal]
<p><u>AMOSTRA VÁLIDA:</u> n=230 (alunos do 9º ano) + n=20 (professores de Física e Química)</p> <p><u>OBJETIVOS:</u> identificar conceções/ opiniões de alunos e professores do concelho de Fafe sobre a energia eólica e os PE, em especial, o PE das Terras Altas de Fafe (TAF).</p> <p><u>ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• <u>Alunos:</u><ul style="list-style-type: none">-<i>Visitas a PE:</i> 83,1% (n=191) “já visitaram”; 16,5% (n=38) “nunca visitaram”;-<i>Quais os PE visitados:</i> 83,1% (n=182) “PE das TAF”; 16,5% (n=45) “PE do Marão” (perto de Vila Real), 0,4% (n=25) “PE da Fonte da Mesa” (perto de Lamego); 5,7% (n=11) “outros PE” (por exemplo, Gerês, Montalegre, Fátima, e em Espanha) [Nota: alguns disseram mais que uma hipótese];-<i>Como foram realizadas as visitas aos PE:</i> 83,8% (n=160) “com familiares”; 24,1% (n=46) “com grupo de amigos”; 2,7% (n=5) “visitas de estudo”; 1,6% (n=3) “outros motivos” (por exemplo, com os escuteiros ou porque moravam perto de PE); [Nota: alguns disseram mais do que uma hipótese];-<i>Possibilidade de o PE das TAF poder ser atração turística – Subamostra de alunos que vive mais perto deste PE:</i> 57,2% (n=28) “concordam”; 2% (n=1) “discordam”; 40,8% (n=20) “não têm a certeza”. <u>Subamostra de alunos que vive mais afastado deste PE:</u> 48,1% (n=87) “concordam”; 8,3% (n=15) “discordam”; 41,4% (n=75) “sem certeza”;-<i>Justificação das respostas anteriores (PE pode ser atração turística) – Subamostra de alunos que vive mais perto deste PE (n=28):</i> 25% “a paisagem é bonita a partir do PE”; 21,4% “o PE é interessante/ chama a atenção”; 17,9% “o PE provoca curiosidade”; 14,3% “o PE é bonito”; 10,7% “o PE é uma novidade”. <u>Subamostra de alunos que vive mais afastado deste PE (n=87):</u> 20,7% “a paisagem é bonita a partir do PE”; 20,7% “o PE provoca curiosidade”; 19,5% “PE é uma raridade”; 12,6% “o PE ser um lugar social”; 10,3% “o PE fornece um melhor conhecimento deste tipo de energia”; 5,7% “o PE pode ser benéfico para a cidade”; 4,7% “as pessoas gostam de ver um PE”;-<i>Justificação das respostas anteriores (PE não pode ser atração turística):</i> o aluno que mora perto do PE das TAF não justificou a sua escolha. Já os 15 alunos que moram afastados referiram o facto de o “parque não ter qualquer interesse” e “não ter monumentos para visitar”.• <u>Professores:</u><ul style="list-style-type: none">-<i>Impacte do PE no turismo:</i> 50% (n=10) “benéfico”; 25% (n=5) “não tem impacte”; 5% (n=1) “prejudicial”; 20% (n=4) “não responderam”. Os que responderam “benéfico” justificaram a opinião com o facto de terem estudado o assunto nalgumas disciplinas, de haver visitas de estudo a PE, da sensibilização para o uso da energia eólica e da curiosidade da população. Os que responderam “prejudicial” referem a poluição visual.-<i>Utilização do PE das TAF como recurso didático:</i> 75% (n=15) “não utilizam”; 20% (n=4) “utilizam”. Os que responderam “não” apresentaram como argumentos: “uma visita de estudo ao parque eólico não pode contemplar muitas áreas curriculares”; “o desconhecimento do Parque Eólico das TAF”; “o desconhecimento dos contactos dos seus responsáveis” e “a falta de oportunidade para efetuar uma visita ao PE”. Já os que responderam “sim” justificam o uso do PE quando lecionam o subtema “Energia” nas aulas.

-Visitas de estudo a PE: 95% (n=19) “nunca realizou”; 5% (n=1) “uma só vez” (PE do Marão).
Warren e McFadyen, 2010 [Escócia]
<p>AMOSTRA VÁLIDA: n=68 residentes (R) + n=38 turistas (T)</p> <p>OBJETIVOS: explorar as atitudes/ percepções do público para com o desenvolvimento de PE terrestres, no sudoeste da Escócia (incluindo os efeitos cumulativos de múltiplos PE).</p> <p>ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:</p> <p>-<i>Hipótese testada e não confirmada</i> -> H3: desenvolvimento extensivo de PE torna região menos atraente para os T;</p> <p>-<i>Apoio dos T à energia eólica na Escócia em geral:</i> 79% “apoiam” / <i>Apoio nas áreas estudadas:</i> 64% “apoiam”;</p> <p>-<i>Preocupações expressadas pelos T sobre os PE:</i> 23% “perturbação do habitat”; 22% “impacte visual”; 10% “produção intermitente/ insignificante de energia”;</p> <p>-<i>Impacte dos PE nas futuras visitas à região:</i> 9 em cada 10 inquiridos – “sem qualquer influência”; nos restantes - metade disseram que os “encorajava a voltar”, a outra metade que os “desencorajava”;</p> <p>-<i>Exemplos - opiniões negativas sobre PE:</i> “área corrompida”, “destruição do meio rural”, “profanação da paisagem”;</p> <p>-<i>Exemplos - opiniões positivas sobre PE:</i> os aerogeradores são “tranquilos, não desagradáveis” e “visualmente apelativos...como uma atração turística”;</p> <p>-<i>Conclusões:</i> a presença de PE, para a maioria dos T, não foi um fator significativo na escolha do destino. Os PE não parecem tornar a região menos atrativa para os T.</p>
Frantál e Kunc, 2011 [República Checa]
<p>AMOSTRA VÁLIDA: n=156 visitantes (V) (por vezes referidos como turistas - T) + n=73 agentes da oferta local (AOL)</p> <p>OBJETIVOS: avaliar empiricamente os possíveis efeitos negativos da construção de PE na imagem da paisagem (influência ou não da percepção e da experiência dos T) e no potencial turístico das áreas afetadas (duas áreas rurais, uma com um PE planeado – SA1 - e outra com um PE em funcionamento há alguns anos – SA2).</p> <p>ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:</p> <p>-<i>Hipóteses testadas e confirmadas</i> -> H1: PE são percecionados mais positivamente, comparativamente a outras infraestruturas industriais; H2: maioria dos T não vê a presença de PE nas paisagens como sendo negativa para a sua experiência; H3: a percepção dos T sobre a imagem da paisagem e a sensação de atração difere da dos R locais; H4: as características sociodemográficas e as variáveis psicográficas (comportamento espacial e preferências de viagem) e geográficas (local de residência) têm influência nas percepções do fenómeno;</p> <p>-<i>Impacte de PE na experiência turística:</i> 20% “não deixou uma boa impressão”; 20% “é um elemento positivo na paisagem” (comparativamente a outras infraestruturas ou atividades industriais), representando um símbolo de “energia limpa”; restantes inquiridos – “nem positiva nem negativa”;</p> <p>-<i>Impacte nas futuras visitas de T - Área SA1:</i> 90% “sem impacte”. <i>Área SA2:</i> 95% “não teve impacte nas visitas atuais nem terá nas futuras”. Autores concluem assim que a presença de PE tem apenas um pequeno efeito sobre a atratividade do local e a escolha do destino turístico. Mas só uma minoria acredita que a presença de PE possa ter um “impacte positivo” (aumento no número de T). Apenas 6% em SA1 e 4% em SA2 vê a construção de PE como tendo um efeito negativo, dados os danos no carácter da paisagem e a percepção do PE como elemento perturbador (este inquiridos opõem-se ao desenvolvimento da energia eólica na generalidade do país);</p> <p>-<i>PE versus turismo (n=156 V):</i> 27% “PE afeta bastante o carácter da paisagem” (68% “não afeta”); 35% “não é possível usar PE para a promoção do turismo” (35% “pode ser usado”); 84% “PE não desencoraja a visitar o local” (6% desencoraja a visitar o local”); 65% “com interesse em visitar um PE se existir um centro de visita/ informação” (27% “sem interesse”); 69% “PE contribui positivamente para a proteção do meio ambiente” (18% “não contribui”);</p> <p>-<i>Preferências de implantação de projetos de PE na paisagem:</i> 60% “maior número de pequenas explorações eólicas (3-5 turbinas) localizadas em locais diferentes”; 10% “um PE de grandes dimensões (8-10 turbinas) numa única área”;</p> <p>-<i>Relação entre a percepção e as atitudes dos T e certas características sociodemográficas, comportamento espacial e preferências de viagem:</i> não se registaram diferenças estatisticamente significativas na percepção/ atitudes relativamente ao género ou nível de escolaridade. Os grupos etários até 39 anos tendiam a apoiar o PE com mais frequência do que os mais velhos (mas só até aos 60 anos). Os casais ou famílias com filhos revelaram uma maior tolerância à presença de PE ou então focaram outros atributos do destino que não este. Os que visitavam o destino pela primeira vez, tendiam a serem neutros na sua percepção, enquanto os repetentes revelaram uma atitude mais pronunciada – cerca de um terço foram positivas, um terço foram negativas, e apenas um terço permaneceu neutro. Concluiu-se assim que, um oponente típico de PE é um indivíduo entre os 40-59 anos, geralmente masculino, viajando sozinho ou com amigos, durante um/ dois dias, e visitando regularmente os locais “familiares”. Os R locais/ regionais, analisados como T, também parecem opor-se mais à presença de PE nas áreas onde passam férias;</p> <p>-<i>Percepção dos AOL:</i> “maioria dos T não se importa com a presença de PE”.</p>

Fonte: elaboração própria

Sherperd (2009) refere que, nos estudos já realizados, muita da ênfase tem sido colocada nos níveis de visitação, desviando-se tendencialmente das suas motivações e atitudes, apesar de estas poderem influenciar os níveis de visitação ao longo do tempo. Para este autor, a compreensão

dos impactes que o sector de “energia verde” tem nos sectores do lazer e recreio permitirá compreender o processo de escolha de um destino por parte dos visitantes, ajudando assim ao planeamento de futuros parques eólicos. Para um planeamento a longo prazo é igualmente importante estimar os impactes que a instalação de parques eólicos, em determinada área geográfica, terá nas receitas económicas provenientes das atividades turísticas (*idem*), em particular nas economias locais que mais delas dependam (Bergmann *et al.*, 2008; Frantál & Kunc, 2011). Autores como Fleischer e Tchetchik (2005) referem que os visitantes estão dispostos a pagar mais por alojamento localizado em áreas atrativas, detentoras de belas paisagens e como uma abundância de atividades turísticas. Desta forma, considerando que a introdução de novos elementos antrópicos na paisagem é um assunto sempre controverso, em especial, se a área afetada tem um potencial natural ou histórico-cultural raro ou único (Frantál & Kunc, 2001). Importa então identificar quais as preferências públicas relativamente à expansão das tecnologias de energia renovável em áreas rurais e pensar na consciencialização do público sobre os potenciais benefícios e constrangimentos resultantes das mesmas (Bergmann *et al.*, 2008).

Numa outra vertente (mais ligada ao marketing), têm sido realizados vários inquéritos *ad-hoc*/sondagens de opinião, com o objetivo de analisar e prever possíveis impactes no sector do turismo (por exemplo, atratividade do destino, receitas turísticas, etc.), através da recolha de dados sobre as atitudes e perceções dos visitantes para com a energia eólica e projetos específicos (concretizados ou planeados) de parques eólicos (terrestres e/ ou marítimos), encomendados por entidades governativas, entidades do sector energético, entidades do sector do turismo, grupos de oposição locais/ regionais, etc., e recolhidos por empresas/ organizações de pesquisa de mercado ou de consultadoria públicas ou privadas (ver, por exemplo, MORI Scotland, 2002; NFO, 2002; Haughton, Giuffre, Barret & Tuerck, 2003; NFO, 2003; Aitchison, 2004). Na **TABELA 4** foram resumidas algumas das sondagens de opinião efetuadas no contexto do turismo e frequentemente citadas pelos autores de estudos empíricos de carácter científico.

TABELA 4 – Resumo de algumas sondagens de opinião sobre as atitudes dos visitantes para com energia eólica, parques eólicos (PE) e possíveis impactes no turismo²⁰

MORI Scotland, 2002 [Escócia]
<p>AMOSTRA VÁLIDA: n=307 turistas (T)</p> <p>OBJETIVOS: avaliar a perceção dos T sobre os PE na região de Argyll, para compreender se e como estes desenvolvimentos podem afetar o turismo na Escócia.</p> <p>ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">-<i>Impacte de PE na perceção de Argyll como um lugar a visitar:</i> 43% “efeito positivo”; “43% “um efeito igualmente positivo e negativo”; 8% “um efeito negativo”; 1% “não sabem”;-<i>Impacte dos PE nas futuras visitas à região:</i> 91% “não faria diferença”; 4% “estariam mais predispostos a regressar”; 2% “estariam menos predispostos a regressar”; 3% “não sabem”;-<i>Interesse em visitar um PE em Argyll caso este possuísse um centro de visitantes:</i> 80% “estariam algo ou muito interessados”; 19% “pouco ou nada interessados”; 1% “não sabem”.
NFO, 2002 [Escócia]
<p>AMOSTRA VÁLIDA: n=180 visitantes (V)</p> <p>OBJETIVOS: obter informação sobre o potencial impacte dos PE no turismo escocês.</p> <p>ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">-<i>Impacte de PE na experiência turística:</i> 29% foi prejudicada; 18% foi melhorada;

²⁰ Para mais leituras sobre outros estudos *ad-hoc* efetuados ver, por exemplo, o relatório preparado para o Governo Escocês, em 2008, intitulado “*The economic impacts of wind farms on Scottish tourism*” (URL: <http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/214910/0057316.pdf>) ou a folha informativa “*Wind Farms and Tourism*” (de junho de 2010), na página da Renewable UK (URL: <http://www.bwea.com/energy/briefing-sheets.html>).

-Justificação para as respostas anteriores – **Prejudicada**: 51% “feios”; 23% “elementos estranhos”; 9% “um mal necessário”; 8% “intrusivos”; 6% “barulhentos”; 10% outros aspetos. **Melhorada**: 34% “bons para o ambiente”; 28% “elementos com boa aparência”; 13% “uma boa ideia”; 9% “um mal necessário”; 13% outros aspetos;

-Associação de palavras com PE: 21% “energia natural/ energia amiga do ambiente/ limpa”; 19% “moinhos de vento”; 14% “turbinas”; 12% “grandes/ enormes moinhos de vento numa colina”; 7% “desagradáveis, diminuindo a beleza da paisagem e da linha de horizonte”; 6% “feios”; 4% “barulhentos”; 5% “sem opinião”;

-Reações gerais para com o desenvolvimento de PE: 75% “atitude positiva ou neutra”; 21% “atitude claramente negativa”; 3% “não tem opinião”;

-Impacte de PE na paisagem: 31% “estragada”; 11% “sem qualquer problema”; 7% “impacte seria terrível”, etc.;

-Declarações de Atitude: 61% “interessados em visitar PE se houvesse um centro de visitantes” (34% não interessados); 9% “os PE seriam uma atração adicional se estivessem localizados em populares áreas turísticas” (74% discordam); 28% “tenderiam a evitar uma área rural se soubessem que aí existiam PE” (58% iriam na mesma); 15% “o uso de PE na promoção turística da Escócia seria um apelo adicional para os V” (65% discordam), etc.;

-Impacte dos PE nas futuras visitas às zonas rurais da Escócia: 63% “se o número de PE aumentasse tal não faria diferença na probabilidade de virem passar férias na região”; 2% “o impacte seria mínimo”; 15% “iriam ficar longe da região”; 10% “teriam menos probabilidade em regressar”.

Haughton et al., 2003 [Estados Unidos da América]

AMOSTRA VÁLIDA: n=497 turistas (T)

OBJETIVOS: análise dos custos-benefícios para a economia de Cape Cod, caso a proposta de PE seja construída na região (caracterizada por uma forte dinâmica turística).

ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:

-Impacte visual do PE na paisagem: 62% “iria piorar”; 7% “iria melhorar”; 32% “nem melhorar nem piorar”;

-Impacte na duração da estadia: 3,2% “permaneceriam, em média, menos 2,9 dias”; 1,8% “não visitariam de todo a região”; 1% “permaneceriam, em média, mais 13 dias”;

-Impacte no número de visitantes: aumento das visitas de T em cerca de 0,6%;

-Impacte nas despesas dos visitantes: gastos diários sofreriam uma redução média líquida de \$44,67 por entrevistado por ano; 11% “pagariam menos pelo alojamento na sua visita à região”, enquanto 1% “pagariam mais”;

-Conclusão: efeito líquido de todos os fatores levaria a menos 75,15 dólares gastos em média por T/ ano. Extrapolados para a totalidade de T na região, a redução nos gastos seria entre US \$57 milhões e \$123 milhões.

NFO, 2003 [Reino Unido]

AMOSTRA VÁLIDA: n=266 visitantes (V)

OBJETIVOS: compreender e quantificar o impacte dos PE na experiência do V e nas motivações para férias no País de Gales.

ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:

-Impacte de PE na experiência turística dos V: 23% “prejudicada”; 17% “melhorada”;

-Associação de palavras com PE: 23% “energia natural/ energia amiga do ambiente/ limpa”; 21% “grandes/ enormes moinhos de vento numa colina”; 12% “turbinas”; 11% “moinhos de vento”; 10% “desagradáveis, diminuindo a beleza da paisagem e da linha de horizonte”; 6% “barulhentos”; 1% “feios”; 2% “sem opinião”;

-Reações gerais sobre o desenvolvimento de PE: 78% “atitude positiva ou neutra”; 21% “atitude claramente negativa”; 1% “não tem opinião”;

-Impacte de PE na paisagem: 33% “estragada”; 18% “sem qualquer problema”; 1% “impacte seria terrível”; etc.;

-Declarações de Atitude: 68% “interessados em visitar um PE com um centro de visitantes” (23% não interessados); 21% “os PE seriam uma atração adicional se estivessem localizados em populares áreas turísticas” (67% discordam); 22% “tenderiam a evitar uma área rural se soubessem que aí existiam PE” (66% iriam na mesma); 24% “o uso de PE na promoção turística do País de Gales proporcionaria um apelo adicional para os V” (59% discordam), etc.;

-Impacte dos PE nas futuras visitas às zonas rurais do País de Gales: 68% “se o número de PE aumentasse não faria diferença na probabilidade de virem passar férias na região”; 9% “impacte seria mínimo”; 11% “iriam ficar longe da região”; 2% “menos probabilidade em regressar”.

Aitchison, 2004 [Reino Unido]

AMOSTRA VÁLIDA: n=379 visitantes (V) (por vezes referidos como turistas - T)

OBJETIVOS: (1) estudo das atitudes dos T para com a energia renovável no geral e a energia eólica em particular; (2) estudo do impacte dos PE existentes em áreas turísticas populares; (3) estudo do impacte potencial de um futuro projeto de PE no número de V, na experiência turística e na economia de turismo local; (4) avaliação das opiniões dos T relativamente ao desenvolvimento de PE como atrações turísticas.

ALGUNS RESULTADOS/ CONCLUSÕES:

-Apoio ao uso das energias renováveis nas três áreas analisadas (North Devon – proposta para um projeto de PE; Cornwall + Mid-Wales – com PE em funcionamento): no geral foi demonstrado um forte apoio ao uso destas energias. Por exemplo, em North Devon: 42,1% (n=82) “apoiam fortemente”; 39% (n=76) “tendem a apoiar”;

-Impacte do PE na futura visita à região (North Devon): 86,7% (n=170) “nem encorajar nem desencorajar de visitar”; 7,2% (n=14) “encorajar a visitar”; 6,1% (n=12) “desencorajar a visitar”;

-Possibilidade de os PE poderem ser atrações turísticas (North Devon): 51,0% (n=98) “concordam”; 43,8% (n=84) “discordam”; 5,2% (n=10) “não sabiam ou não tinham opinião”;

-Impacte na experiência turística global (North Devon): 58,2% (n=114) “não tem impacte”; 18,4% (n=36) “tem impacte positivo”; 14,8% (n=29) “tem impacte negativo”;

-Impacte no número de T: os resultados indicaram que, com o desenvolvimento de projetos de PE não haveria nenhuma perda financeira global nos lucros relacionados com o turismo.

Fonte: elaboração própria

De um modo geral, os resultados dos estudos científicos e *ad-hoc* sugerem que, a maioria dos visitantes perceciona os parques eólicos como neutros ou até positivos, não afetando, geralmente, nem a sua decisão de visitar ou regressar a determinado local (mesmo que impacte na paisagem seja visto como negativo) nem a sua experiência turística, podendo nalguns casos ser vistos até como atrações turísticas. De igual modo, Devine-Wright (2005) afirma que, tanto nas sondagens gerais (opinião sobre a energia eólica) como nas mais específicas (opinião sobre os parques eólicos), têm sido registados níveis elevados e estáveis de apoio público para com as energias renováveis no geral e para com a energia eólica em particular, comparativamente a outros tipos de recursos energéticos. Logo, a evidência atual (embora limitada) é de que, os parques eólicos, não pareçam ter mais do que impactes localizados e de pequena dimensão no turismo, algo que no entanto poderá mudar, à medida que mais projetos sejam implantados nas paisagens de todo o mundo (Warren & Birnie, 2009; Van der Horst & Lozada-Ellison, 2010).

Em Portugal, segundo um estudo da Comissão Europeia, 70% (dos 1000 portugueses inquiridos) referiram ser a favor da energia eólica, 12% não são a favor nem contra e 2% opõem-se ao seu uso (European Commission, 2007). De facto, o aparecimento destas novas paisagens energéticas tem tido, neste país, uma aceitação pacífica, contrariamente a outros países europeus (como a Alemanha, França ou Reino Unido), mesmo em sectores como o turismo, onde os interesses entram frequentemente em conflito com o sector da energia eólica, pois têm sido neutralizados através de soluções estratégicas e negociações (Nadaï *et al.*, 2010). Também a APREN (2010: 79-80) afirma que até à data, de um modo geral, não se tem registado oposição, por parte da opinião pública, à construção de parques eólicos no território nacional. De acordo com esta entidade, os benefícios identificados para o País (por exemplo, redução das importações energéticas, redução das emissões poluentes, etc.), aliado ao facto da presença das aerogeradores nas serras ser, até há pouco tempo, relativamente dispersa, permitem que a visão geral seja positiva, sendo os efeitos negativos detetados pontuais e localizados (por exemplo, interferência das turbinas com o sinal de televisão, nível de ruído superior ao permitido por lei, dificuldades nos processos de contratação de terrenos relativamente aos parques e linhas elétricas, etc.) e, normalmente, de fácil resolução. Contudo, a APREN reconhece que a expectável proliferação de aerogeradores pelo território nacional e conseqüente escassez crescente de locais com potencial eólico – levando a uma maior pressão sobre zonas ambientalmente sensíveis - não exclui nem um aumento da tensão com grupos e autoridades ambientais, nem o registo de mais casos de conflito/ reações negativas das populações à instalação de novos parques, caso os efeitos negativos se tornem comuns ou ocorra a divulgação pública de casos precedentes (*idem*).

No caso particular das sondagens de opinião, estas têm uma importância e significado especiais para os grupos de pressão, jornalistas e políticos envolvidos no debate político e de desenvolvimento, fornecendo igualmente alguma indicação sobre o nível de apoio público às

políticas energéticas de cada país (Walker, 1995). É típico dos agentes do desenvolvimento eólico enfatizarem as pesquisas que relatem a não existência de impactes ou onde sejam só referidos os positivos, contrariamente aos oponentes deste tipo de infraestruturas que, invariavelmente, selecionam um número limitado de estudos que revelem impactes negativos, ignorando todos os que refiram nenhuns impactes ou positivos (Riddington *et al.*, 2010). Como salienta Van der Horst e Lozada-Ellison (2010: 236), no caso das afirmações sobre os impactes no turismo, estas partem muitas vezes de atores locais que dependem deste sector, não sendo difícil de imaginar situações em que as pessoas utilizam o argumento do “turismo” para colocar a sua própria opinião na “boca” de terceiros, do tipo “*não é um problema para mim mas os turistas não iriam gostar*”. Já Walker (1995) argumenta que estas sondagens podem ser criticadas tendo em conta: o contexto artificial onde são efetuadas as questões; a irrelevância de obter opiniões nacionais representativas quando os projetos são localmente específicos; a análise e apresentação de resultados algo simplista (por exemplo, através de uma média) - podendo ocultar diferenças substanciais nas atitudes entre os diferentes grupos de pessoas; e a pouca indicação sobre o que está por detrás destas opiniões particulares. Logo, como estes questionários *ad-hoc* não aplicam modelos conceptuais claros (tais como as teorias de psicologia social na formação da atitude), as conclusões a que chegam são, geralmente, versáteis, limitando bastante a possibilidade de conseguir identificar tendências gerais (Wolsink, 2007). Como afirma Aitken (2010: 1835), “*as sondagens de opinião só podem fornecer um instantâneo da opinião pública e são incapazes de refletir o carácter mutável e dinâmico das opiniões públicas*”, pelo que os argumentos sobre a temática da energia eólica se devem centrar antes em análises qualitativas mais detalhadas, “*essenciais para se compreender como as opiniões mudam no tempo, e como os contextos geográficos, temporais, sociopolíticos e culturais influenciam e alteram a resposta do público*”.

O sector do turismo parece assim enfrentar um dilema – é uma indústria exigente em termos energéticos, que cada vez mais tem de apostar no uso da energia “verde” mas, ao mesmo tempo, olha para os aerogeradores como uma ameaça que pode prejudicar a sua rentabilidade, dado o sucesso do seu produto também depender do uso dos recursos naturais existentes no destino (Barker, 2009). Colocamos então a seguinte questão: “Terão de ser as motivações e visões destes dois sectores sobre a natureza objeto de conflito permanente ou será possível chegar a uma coexistência pacífica?”. Deng, King e Bauer (2002) afirmam que, ambientes atraentes ao nível paisagístico incorporam, muitas vezes, elementos (principais e periféricos) como a comunidade local, estradas e trilhos, equipamentos para os visitantes e atrações pelo que, quando os destinos são bem geridos e os visitantes estão conscientes e bem informados, esses elementos complementam os atributos naturais e contribuem para a satisfação. Isto leva-nos a sugerir que, da mesma forma, elementos como os aerogeradores, implantados em zonas montanhosas ou espaços rurais, poderão vir a ser considerados como um complemento positivo da paisagem, e um novo tipo de produto turístico, se devidamente planeados e integrados nos objetivos de desenvolvimento das comunidades que os acolhem, bem como monitorizados e acompanhados de estratégias de sensibilização ao nível da interpretação (por exemplo, colocação de painéis informativos sobre os habitats da região, fauna e flora locais, e funcionamento/ interesse dos parques eólicos) e da promoção (ferramentas de marketing visando captar segmentos de visitantes com interesse nas energias renováveis, ambiente e numa paisagem dinâmica e

sustentável) contribuindo, assim, para a satisfação dos visitantes e comunidades locais e não degradando a atratividade da região.

Alguns autores têm referido igualmente esta perspetiva de aproveitamento turístico dos parques eólicos. Frantál e Kunc (2011) sugerem que os parques eólicos podem ser utilizados no desenvolvimento de novas formas de turismo se associados, por exemplo, a centros de educação ambiental, a torres de observação ou a percursos de natureza. Por exemplo, Van der Horst e Lozada-Ellison (2010) salientam que o ciclismo de montanha (BTT) poderá ser estimulado positivamente com a criação de novas rotas/ acessos que levem até aos parques eólicos. Desta forma, e por estarem frequentemente presentes nas áreas rurais, os parques eólicos podem contribuir para a criação de ativos de “capital rural”, referidos por Garrod *et al.* (2006), como essenciais na cadeia de valor do turismo rural. Munday, Bristow e Cowell (2011) sugerem então que os projetos de energia eólica podem ajudar a financiar medidas que apoiem e incentivem mais esta modalidade de turismo (alavancando benefícios económicos), algo ainda pouco comum.

Alguns destes equipamentos são populares atrações turísticas motivando a vinda de visitantes por si só, quer possuam centros de visitantes²¹ ou não, sendo frequentes os pedidos de informação sobre estes em *websites* turísticos (BWEA - British Wind Energy Association, 2006). Pasqualetti (2001) salienta que, este “turismo do vento” é um dos sinais que revela uma possível adaptação do público a este tipo de energia, sendo frequente ver viajantes curiosos e intrigados a parar de propósito para fotografar estes novos elementos da paisagem [situação que também confirmei por experiência própria]. Frantál e Kunc (2011) argumentam, então, que uma adequada promoção de marketing deste tipo de projetos pode até ajudar na criação de uma “marca do lugar” (caso as localidades onde estejam implantados os adotem como ícones), podendo ser este o primeiro passo para percecionar a visibilidade da energia eólica, não como um problema, mas como um ativo na atual concorrência entre destinos. Estes locais podem, por exemplo, vir a ser percecionados como um destino “verde” - onde se produz e consome energia “limpa”, a partir de recursos locais renováveis - com potencial para atrair um número crescente de visitantes com preocupações ambientais (SEI - Sustainable Energy Ireland, 2003; Barker, 2009).

Em Portugal já existe também algum aproveitamento turístico dos parques eólicos, caso de uma rota turística²² no Parque Natural de Serra d'Aire e Candeeiros, que propõe uma jornada cultural por moinhos de vento antigos e um aerogerador no Parque Eólico dos Candeeiros (aberto ao público como espaço-museu) (Nadaï *et al.*, 2010); da criação de percursos pedestres/ BTT associados a parques eólicos – caso do “Trilho do Vento” do Parque Eólico das Terras Altas de Fafe (concelho de Fafe)²³, ou do “Trilho da Serra do Ralo” do Parque Eólico da Serra do Ralo (concelho de Celorico da Beira)²⁴; das atividades promovidas pelo programa “Ciência Viva no

²¹ Ver, por exemplo, a página da “Partnerships for Renewables” (URL: <http://www.pfr.co.uk/cloich/15/Wind-Power/23/Tourism/>).

²² Para mais informações sobre a Rota do Vento consultar a página das “Dinâmicas Naturais Animação Turística, Lda.” (URL: <http://www.dinamicasnaturais.com/Escolas-RotaVento.html>).

²³ Para mais informações consultar a página do “Ave Turismo” (URL: <http://www.avedigital.pt/?idc=703&idi=6914>).

²⁴ Para mais informações consultar a página da GDF SUEZ (URL: <http://www.gdfsuez-energia.pt/en/criacao-de-percurso-pedestre-no-parque-eolico-da-serra-do-ralo/>).

Verão”²⁵, com observações astronómicas em parques eólicos (por exemplo, em Miranda do Corvo) ou visitas *in loco* para aprender sobre o seu funcionamento (por exemplo, em Arouca). Igualmente prevista, como um projeto-âncora da Rede das Aldeias do Xisto, está a criação de um “Centro Interpretativo do Vento” no Parque Eólico da Pampilhosa (Serra do Açor) - desenvolvido e explorado numa lógica de rede com outros centros interpretativos, caso do Centro de Atrações Mineiras e do Centro de Ciência Viva da Floresta – com uma forte componente científica (espaço dedicado a serviços educativos onde se abordará, por exemplo, a história do vento e a sua origem), artística (espaços para exposições temporárias e permanentes) e de diversão, que sirva de referência a nível local, nacional e até mesmo internacional (Simão, 2009).

Como um resumo do que até agora foi analisado temos que, a sociedade atual tem sido confrontada com um dilema no cerne do debate sobre a energia eólica – o usufruto estético (e muitas vezes económico) *versus* a atitude moral para com o ambiente, tendo em conta uma perspetiva/ valorização local ou global da natureza (Gould, 2005; Barker, 2009). Mas a presença física dos aerogeradores serve para nos lembrar que o nosso fornecimento de energia elétrica tem custos ambientais, independentemente da distância a que estejam situados ou da sua camuflagem visual (Pasqualetti, 2000). Para este autor, a melhor forma de avaliarmos este tipo de energia passa, primeiro, por compreendermos que o facto da geração de energia eólica ser um processo visível não significa que seja necessariamente prejudicial, e segundo, que se tem de valorizar as paisagens da energia eólica como sendo lembranças benignas de que, as comodidades e estilos de vida que apreciamos têm custos associados, não devendo estes ser escondidos nem esquecidos. Esta visão corresponde, em certa medida, à minha perspetiva.

Considerando que as práticas territoriais de produção energética estão também relacionadas com questões de aceitação social da extração ou uso dos recursos naturais (Frolova, 2010), iremos abordar no capítulo seguinte, quais as características, valores e perspetivas relativas ao uso e gestão dos recursos naturais, no caso particular do produto turístico e do turismo no espaço rural.

²⁵ Para mais informações consultar a página da “Ciência Viva no Verão”, a listagem de todas as ações decorridas em 2011 (URL: <http://www.cienciaviva.pt/veraocv/2011/folheto2011.asp?acao=showlistfolheto>).

CAPÍTULO 4

PRODUTO TURÍSTICO, RECURSOS NATURAIS E CAPITAL NATURAL

4.1 O PRODUTO TURÍSTICO

Vários autores têm procurado compreender o turismo através de uma abordagem sistémica, caso de Leiper (1990, citado por Cooper, Fletcher, Fyall, Gilbert & Wanhill, 2008) que definiu um sistema turístico constituído por três elementos fundamentais: os *turistas* (os atores do sistema - representando o lado da procura), a *“indústria do turismo”* (todos os negócios e organizações envolvidos na entrega do produto turístico – representado o lado da oferta), e um *elemento geográfico* (constituído pela região de origem, de trânsito e de destino). Neste modelo, todos os elementos interagem entre si ao nível da entrega do produto turístico, ao nível das transações e impactes, e nos diversos contextos em que cada tipo de turismo ocorre (Cooper *et al.*, 2008).

No caso da **oferta turística**, Martins (2003) refere que o conceito inclui o conjunto de todos os bens, serviços e infraestruturas adquiridos/ utilizados pelos visitantes, criados com o intuito de satisfazer as suas necessidades e colocados ao seu dispor, bem como os elementos naturais e culturais que estimulam a sua deslocação. Este autor afirma que a oferta turística e, em particular, alguns dos seus elementos integrantes, só é objeto de procura quando englobada num produto concreto, criado para responder a necessidades concretas dos consumidores turísticos, o que nos leva ao conceito de **produto turístico** – *“conjunto dos elementos que, podendo ser comercializados, direta ou indiretamente, motiva as deslocações, gerando assim uma procura”* (p. 8). A criação e promoção de produtos turísticos corresponde ao reconhecimento da existência de grupos de indivíduos com motivações e necessidades próprias (segmentos de mercado diferenciados), pelo que é fundamental a definição de uma estratégia de marketing coerente, de modo a identificar os benefícios primários que os visitantes procuram, pois estes devem ser inerentes aos produtos turísticos a oferecer (Martins, 2003). Assim, do ponto de vista do turista, o consumo turístico diz respeito a um **produto turístico total**, definido como *“a experiência completa desde que (o turista) sai de casa até que regressa”* (Middleton, 1988: 78-81, citado por Kastenholtz, 2010), englobando uma série de produtos singulares, para além de outras ofertas, atrações e recursos, elementos que nem sempre são comercializáveis (como o património, os aspetos ambientais, a simpatia da população, o clima) (Kastenholtz, 2010). Este é então um produto complexo, caracterizado pela heterogeneidade, perecibilidade, inseparabilidade, simultaneidade da produção e consumo, e intangibilidade (Cunha, 2003). Como afirma Costa (2001: 79), a política de promoção de um território deverá traduzir as realidades e dinâmicas locais pelo que *“o conhecimento rigoroso dos recursos existentes permite, a posteriori, proceder à identificação de clusters de oferta, que permitirão, então, colocar no mercado produtos devidamente estruturados e com valor comercial”*, segundo uma estratégia de “produto-espço”.

No contexto dos destinos, os **recursos naturais** são o primeiro componente da oferta turística (Cunha, 2003), constituindo assim o núcleo do produto e da experiência turística (Sharpley, 2009), pelo que deles iremos falar em seguida, na tentativa de perceber melhor em que consistem.

4.2 CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS RECURSOS NATURAIS

Um renque de árvores lá longe, lá para a encosta.
Mas o que é um renque de árvores? Há árvores apenas.
Renque e o plural árvores não são coisas, são nomes.

Tristes das almas humanas, que põem tudo em ordem,
Que traçam linhas de coisa a coisa,
Que põem letreiros com nomes nas árvores absolutamente reais,
E desenham paralelos de latitude e longitude
Sobre a própria terra inocente e mais verde e florida do que isso!

[Alberto Caeiro, 1914] ²⁶

Na tentativa de classificar os elementos do mundo em que vivemos muitas são as perspetivas e opiniões. No contexto do turismo, os recursos de um destino são, geralmente, interpretados como naturais, culturais e sociais (Farsari & Prastacos, 2001). Nesse sentido, iremos analisar a dimensão natural, tendo em consideração que a visão inicial de sustentabilidade colocou o enfoque nos **recursos naturais** e ambiente, preocupando-se com aspetos como a poluição da água e do ar, a erosão do solo, a acidez ou alcalinidade do solo, a produtividade das culturas, a biodiversidade, etc. (Bell & Morse, 2008), essenciais à sobrevivência e bem-estar humanos.

Como referem os autores Camp e Daugherty (2004), de um ponto de vista ecológico, os recursos naturais incluem todos os elementos com que o Homem contacta e que lhe proporcionam algum tipo de utilidade, por exemplo, energética, estética, etc., o que abrange um mundo de infinitas possibilidades. Estes autores sugerem como uma definição funcional de recursos naturais, o serem *“objetos, materiais, seres vivos ou energia encontrados na natureza que podem ser utilizados por seres humanos”* (p. 4), o que inclui assim recursos como o solo, a água, animais terrestres e aquáticos, as florestas, minérios combustíveis e não combustíveis, fontes de energia como a solar e a eólica, bem como elementos com utilidade recreativa (montanhas, praias, etc.). É de salientar que a perceção de “utilidade” vai variando na sociedade humana ao longo do tempo, segundo os usos tradicionais e os avanços tecnológicos (por exemplo, antes do século passado ninguém imaginava o grau de importância que o petróleo viria a adquirir na atualidade) (*idem*).

Numa perspetiva ecológica-económica, uma das classificações básicas de recursos naturais, segundo características como a reciclagem e reversibilidade, é a distinção entre **recursos renováveis** - recursos bióticos, como populações de plantas e animais, com capacidade de crescimento populacional ao longo do tempo, através da reprodução biológica, e **recursos não renováveis** – recursos abióticos, como reservas de minerais, sem a capacidade de crescimento populacional ao longo do tempo. O primeiro tipo de recursos está englobado numa outra categoria mais abrangente – “recursos de fluxo” (caso, por exemplo, da radiação solar, da energia eólica, das marés, etc.), cujo nível de uso atual não tem implicações na sua disponibilidade futura, contrariamente ao segundo tipo de recursos, inseridos na categoria mais abrangente - “recursos de reserva” (Perman, Ma, Mcgilvray & Common, 2003; Field, 2008). Mas para melhor compreender a complexidade e diversidade dos bens e serviços que a natureza fornece é importante distinguir entre **valores de uso**, nos quais os atributos naturais são utilizados de alguma forma (por exemplo, através do consumo tradicional como o de irrigação de culturas, ou

²⁶Em o “O Guardador de Rebanhos”. In *Poemas de Alberto Caeiro*. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1946.

um uso mais sensorial como o de observação de aves ou os valores cénicos), e **valores de não uso**, que dizem respeito à simples existência dos recursos naturais, podendo estar relacionada com a perspetiva de um uso futuro (*valor de opção*) ou com o desejo de salvaguardar um ecossistema saudável para as gerações futuras (*valor de legado*) (Field, 2008).

Na **TABELA 5**, Field (2008) categorizou os *valores de uso*, dividindo-os em **recursos extrativos** e **recursos não extrativos**. Os primeiros designam aqueles que estão sujeitos a algum processo de remoção física do seu meio natural (e talvez sujeitos a algum tipo de transformação física durante o seu uso), enquanto os segundos representam serviços de valor sem ser necessário removê-los do seu meio natural – contudo, muitos recursos naturais fornecem quer produtos extrativos como serviços não extrativos, pelo que a divisão pode ser considerada algo ambígua (*idem*). No caso particular da *paisagem*, esta pode ser vista como um conceito sintético e integrador, pois representa tanto uma realidade física/ material (resultado de uma interação dinâmica contínua entre os processos naturais e as atividades humanas), como imaterial e simbólica (Antrop, 2006).

TABELA 5 – Classificação dos recursos naturais (perspetiva ecológica-económica)

RECURSOS NATURAIS	PRODUTOS E SERVIÇOS DOS RECURSOS NATURAIS	
	EXTRATIVOS	NÃO EXTRATIVOS
Minerais	<i>Não combustíveis</i> (bauxita) <i>Combustíveis</i> (carvão)	<i>Serviços geológicos</i> (declives)
Floresta	<i>Produtos florestais</i> (madeira)	<i>Recreação</i> (pedestrianismo) <i>Proteção dos ecossistemas</i> (controle de cheias, retenção de CO ₂)
Terra	<i>Fertilidade</i>	<i>Espaço, valor cénico</i> [paisagem]
Plantas	<i>Alimento e fibras</i> (culturas agrícolas, alimentos não cultivados) <i>Biodiversidade</i> (plantas medicinais)	
Animais terrestres	<i>Alimento e fibras</i> (animais domésticos/selvagens) <i>Biodiversidade</i> (variabilidade genética)	<i>Recreação</i> (observação de aves, ecoturismo)
Piscícolas	<i>Alimento</i> (peixes marinhos/de água doce)	<i>Recreação</i> (pesca desportiva, observação de baleias)
Água	<i>Abastecimento</i> industrial e municipal, <i>irrigação</i>	<i>Recreação</i> (canoagem)
Serviços climáticos	<i>Fontes de energia</i> (geotérmica)	<i>Fontes de energia</i> (solar), [eólica] <i>Equilíbrio global da radiação</i> <i>Espectro de radiofrequências</i> <i>Catástrofes naturais</i>

Fonte: adaptado de Field, 2008: 29

Na Declaração do Milénio foi referida a necessidade de se considerarem certos valores fundamentais, essenciais nas relações internacionais do séc. XXI como, por exemplo, o respeito pela natureza, exigindo um especial cuidado na gestão dos seres vivos e recursos naturais segundo os preceitos do desenvolvimento sustentável pois, só assim, os recursos providenciados pela natureza poderão ser preservados para usufruto futuro (UNMDG - United Nations Millennium Development Goals, 2008). Logo, os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo deverão ser alterados e os comportamentos ajustados, pois os recursos são escassos e finitos (Fennell & Butler, 2003; UNMDG, 2008). O ritmo de exploração de um recurso natural só poderá ser “sustentável” caso, a longo prazo, a capacidade deste providenciar as necessidades das gerações futuras não seja prejudicada de forma significativa (Field & Field, 2003).

4.3 O CAPITAL NATURAL

A essência do conceito de **capital**, no contexto económico, é que este constitui uma reserva capaz de gerar fluxos de bens e/ ou serviços (Ekins, Simon, Deutsch, Folke & De Groot, 2003). A economia clássica identifica três tipos de reserva de capital - *terra*, *trabalho* e *capital manufacturado* - mas, com o aumento da consciencialização sobre o papel dos recursos ambientais na produção, autores como Ekins (1992, em Ekins *et al.*, 2003) desagregaram estes em quatro tipos diferentes – capital manufacturado, capital humano, capital social/organizacional e **capital natural** (incluindo assim a energia e outros recursos ambientais não contemplados no capital *terra*), também intitulado como **ecológico**²⁷ ou **ambiental**²⁸. Sharpley (2009) refere porém que, o conceito de *capital ambiental*, para além de incluir o *capital natural* (por exemplo, o clima, paisagens naturais, etc.), pode ser interpretado de forma mais ampla, englobando também o ambiente construído que, direta ou indiretamente, adiciona valor ao produto turístico, constituindo ambos a atração ambiental de um destino. No sistema económico, os vários tipos de capitais contribuem quer diretamente para o bem-estar humano ou, indiretamente, para o processo económico (*inputs* no processo produtivo de bens/ serviços) (Barbier, 2002).

Segundo Field (2008), no caso do capital natural, este combina a noção de *inputs* providenciados pela natureza com a ideia de que a sua quantidade e qualidade podem ser afetadas pelas ações humanas. Este capital natural constitui uma complexa categoria que engloba quatro tipos distintos de funções ambientais: 1) *provisão de recursos*, renováveis e não renováveis, para a produção (*inputs* de matéria e de energia), 2) *absorção dos resíduos* resultantes tanto do processo de produção como da venda de bens de consumo (capacidade assimilativa), 3) *funções básicas* de suporte de vida (provisão de serviços ecológicos como, por exemplo, a regulação climática), e 4) funções que contribuem para o *bem-estar humano* – ou “amenities” (designando os “serviços com carácter aprazível”) - tais como, as paisagens naturais esteticamente agradáveis (Barbier, 2002; Ekins *et al.*, 2003; Sharpley, 2009).

Assim, o capital natural consiste numa imensidão de “bens ambientais” que designam o “conjunto de bens comuns”, intimamente relacionados com o famoso conceito de “tragédia dos comuns”, referido por Harding em 1968, no qual a condenação a que este tipo de bens está sujeito se deve à combinação fatal de “não exclusão” e “rivalidade” no uso (este último significa que a qualidade desse conjunto de bens comuns diminui à medida que o número de utilizadores ou a intensidade do uso aumenta) (Ahlheim, 2009). No caso do turismo, a “rivalidade” de uso está implicitamente relacionada com o número de visitantes que visitam um destino (Bimonte, 2008), e nesse sentido com o conceito de “capacidade de carga do destino” (O’Reilly, 1986). Ekins *et al.* (2003) afirma que sem as **funções de base do capital natural** nenhuma outra categoria de funções poderia existir de forma sustentável (**FIGURA 4**). As primeiras são frequentemente não perçecionadas e somente valorizadas pela sociedade quando a função é danificada ou perdida (*idem*). Assim, uma

²⁷ A *ecologia* é um ramo da biologia que estuda a distribuição e abundância dos seres vivos (meio vivo), e as interações entres estes e/ou o componente abiótico (meio não vivo), ou seja, o estudo dos ecossistemas (unidade funcional da ecologia) a uma escala local (por exemplo, um lago) ou a uma escala global (a biosfera) (Art, 1998; Perman *et al.*, 2003).

²⁸ O *ambiente*, normalmente, designa o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, abrangendo elementos do clima, do solo, da água e de organismos (Art, 1998), mas também pode incluir os elementos antrópicos (derivados da ação humana), como o património cultural (Joumard & Gudmundsson, 2010).

das principais preocupações atuais é sobre como o esgotamento de recursos naturais poderá estar a afetar os serviços ecológicos fornecidos pelo ambiente (Barbier, 2002).

Cada um dos tipos de reserva de capital mencionado por Ekins (1992, em Ekins *et al.*, 2003) pode, portanto, ser associado a um tipo de sustentabilidade – por exemplo, um declínio nas reservas de capital natural é um sinal de insustentabilidade ambiental. Logo, se a sustentabilidade depende da manutenção da reserva de capital, uma das questões importantes é se a reserva total de capital deve ser mantida, permitindo a substituição entre as várias partes que a constituem ou se certos componentes do capital, em especial o referente ao capital natural, são insubstituíveis pois contribuem para o bem-estar humano de uma forma única que não pode ser replicada por outro componente do capital (Ekins *et al.*, 2003).

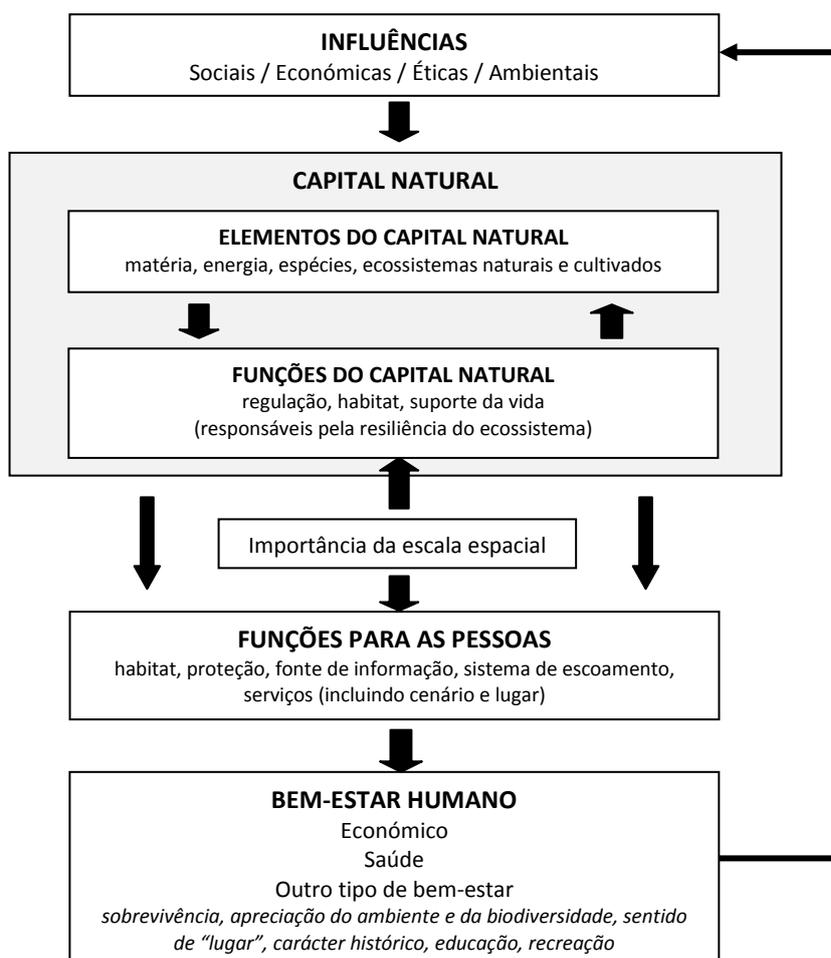


FIGURA 4 – Funções ambientais e atributos: influências humanas e bem-estar
Fonte: adaptado de Ekins *et al.*, 2003: 172

Desta forma, na literatura, podem identificar-se duas abordagens principais ao conceito de sustentabilidade, não facilmente reconciliáveis, e que diferem principalmente pelo conteúdo em termos de “ambiente”: 1) a designada como “**fraca**”, frequentemente aplicada por peritos em economia e por quem toma as decisões, e 2) a designada como “**forte**”, mais utilizada no contexto da análise ambiental (Joumard & Gudmundsson, 2010). No caso da **abordagem “fraca”** não há essencialmente nenhuma diferença intrínseca entre as formas naturais e outras formas de capital,

ou seja, o capital natural é um componente do capital total (composto por capital físico/manufaturado, capital humano, capital social e capital natural) pelo que, o valor do uso/consumo do mesmo, pelas gerações atuais, pode ser reinvestido sob a forma de capital reproduzível economicamente, a ser transmitido às gerações futuras. Assim, os itens ambientais são sistematicamente transformados em valores monetários a fim de torná-los comparáveis com os valores económicos (para poderem entrar na contabilidade “verde”, análises de custo-benefício, etc.), podendo ser utilizados para tomar decisões, visando a obtenção de um ótimo económico. Logo, nestas condições, o desenvolvimento sustentável de um sector económico não fica limitado por nenhum constrangimento ecológico. Já a **abordagem “forte”** reivindica o carácter irredutível do capital natural, ou seja, o capital físico/manufaturado ou o capital humano não podem substituir a totalidade dos recursos ambientais ou serviços ecológicos prestados que compõem o capital natural pelo que, o desenvolvimento sustentável deverá respeitar as limitações ecológicas, preservando a quantidade e a qualidade do capital natural, no sentido de um equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade, e não a procura de um ótimo unidimensional (Barbier, 2002; Joumard & Gudmundsson, 2010). Segundo Ekins *et al.* (2003), na metodologia científica, esta última abordagem referida é a preferida como ponto de partida num estudo empírico.

Um conceito intermédio entre estas duas abordagens é o chamado **“capital natural crítico”** definido por Ekins *et al.* (2003: 6) como o *“capital natural que é responsável por importantes funções ambientais e que não pode ser substituído na prestação dessas funções pelo capital manufaturado”*, apesar de tal não significar que se possa caracterizar determinados elementos naturais como sendo intrinsecamente “críticos” ou “não críticos”. Atualmente os economistas concordam que uma parte do ambiente não é substituível, nem passível de ser valorizada como uma receita ou valor de capital, devendo ser gerida de acordo com os limites críticos, enquanto a maioria dos ambientalistas concorda que nem todas as unidades na natureza têm de ser preservadas inalteradas para todo o sempre, mas tendo sempre em conta a escala a que ocorre a destruição (Joumard & Gudmundsson, 2010). Desta forma, no centro deste debate está a questão do ambiente ter ou não um papel “essencial” na manutenção do bem-estar humano e, caso sim, se serão necessárias “regras de compensação” especiais que garantam que as gerações futuras não venham a ser prejudicadas pelo esgotamento do capital natural atual (Barbier, 2002).

4.4 OS RECURSOS NATURAIS NO CONTEXTO DO TURISMO

O turismo é uma atividade ambivalente em relação ao ambiente (Cunha, 2003), e no contexto da sustentabilidade, os constrangimentos ambientais desempenham um papel importante na determinação dos tipos e limites apropriados de desenvolvimento (Fennell & Butler, 2003), com implicações para o desenvolvimento turístico nos destinos. Por exemplo, o conceito de “capacidade de carga” - que segundo Goldsmith (1974, citado por Hillery, Nancarrow, Griffin & Syme, 2001) pode subdividir-se nas categorias: físico, ecológico, económico e percebido (este último, relativo à experiência do visitante) - deriva do reconhecimento de que as atrações naturais podem ter limite potencial para o turismo (*idem*). Geralmente, os recursos água e energia estão na base das principais preocupações, dado serem bastante utilizados pelo sector do turismo nas áreas recetoras, superando, na maioria das vezes, os níveis de uso da população local (Farsari & Prastacos, 2001). O potencial natural pode ser considerado o fator decisivo na

localização da maioria das atividades de turismo e recreação, determinando tanto o uso funcional da terra como a distribuição espacial (Frantál & Kunc, 2011), podendo os elementos naturais complementar e providenciar o contexto para as atrações culturais (Hall, 2004). A natureza está também no cerne da compreensão popular de ruralidade mas, apesar do meio rural ser valorizado como um “local de natureza”, a proteção do meio natural é muitas vezes negligenciada (Woods, 2005). O ambiente natural das áreas rurais revela-se particularmente frágil e suscetível de ser danificado pelo desenvolvimento turístico (cada vez mais encarado como alternativa económica na revitalização destes locais), pelo que os custos ambientais assumem uma especial importância, dada a possibilidade de degradação, e até destruição, dos recursos rurais (sujeitos a uma variedade de usos) que inicialmente constituíram a motivação da visita à área rural (Cánoves *et al.*, 2004). Desta forma, perante as presumíveis mais-valias económicas diretas e efeitos multiplicadores proporcionados pelo turismo, coloca-se a questão de como compatibilizar o crescimento previsto do sector com o uso racional e sustentável dos seus *inputs* de produção a longo prazo, desafio complexo dada a íntima relação do turismo com os recursos naturais (Silva & Perna, 2009). Tal situação constitui o “paradoxo do turismo”, pois “quanto mais bem sucedido for um local na oferta de um ambiente agradável para férias, mais visitantes atrairá e maior será o potencial de impactes negativos na qualidade ambiental do destino turístico” (p. 478), pelo que a sua resolução tem de garantir altos níveis de bem-estar dos visitantes utilizando a menor quantidade possível de recursos naturais (*idem*).

Sharpley e Telfer (2002) afirmam que o turismo poderá inclusivamente ajudar a valorizar ativamente os recursos naturais, ao invés de ser um agente de degradação. Por exemplo, a valorização dos recursos naturais em países menos desenvolvidos, poderá ser feita através da aplicação de mecanismos financeiros inovadores (como o pagamento de serviços do ecossistema ou “eco-taxas”), sendo que o acrescentar dessa receita adicional na sua economia, visando a proteção ambiental, poderá gerar novas atividades económicas no sector ao mesmo tempo que previne a desvalorização dos ativos turísticos (*idem*). Deste modo, sendo os recursos naturais a fonte local de matéria-prima e de valor acrescentado, as suas características aprazíveis (“amenities”) são consideradas, cada vez mais, como determinantes importantes no crescimento das regiões melhor dotadas (Marcouiller *et al.*, 2004), caso das zonas rurais, podendo proporcionar a estas uma vantagem competitiva no mercado global. Mas é necessário ter em consideração as dimensões económica, social e ambiental para se compreender a relação entre os atributos atrativos, o turismo e a distribuição de receitas no âmbito do planeamento do espaço rural (Marcouiller, Kim & Deller, 2004), visando garantir a “sobrevivência” da atividade turística no destino (Cunha, 2003) e o bem-estar das comunidades anfitriãs.

Os autores Fennell e Butler (2003) exploraram a relação entre o turismo e o ambiente através do desenvolvimento de um modelo de organização espacial de um sistema de turismo local (**FIGURA 5**), tendo em conta que num destino turístico atuam diferentes *stakeholders*, com distintas características, necessidades e expectativas.

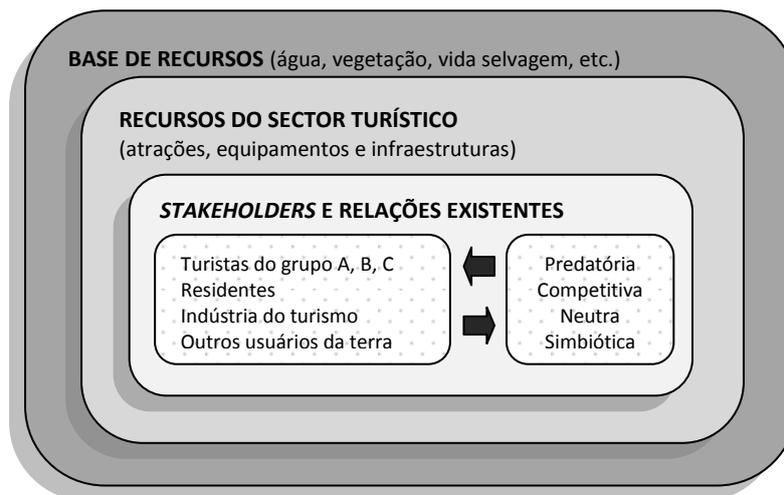


FIGURA 5 – Organização espacial de um sistema de turismo local
Fonte: adaptado de Fennell e Butler, 2003: 201

Com base no contexto espacial, estes autores sugerem que os turistas ocupam um destino turístico como parte de um sistema apoiado numa base de recursos (onde estão incluídos elementos como os recursos hídricos, a flora e a fauna) que, a nível temporal, vão sendo transformados pelas atividades humanas (caso do turismo), desenvolvimento de tecnologia e criação de infra- e superestruturas, manifestando-se em diferentes tipos de relações entre *stakeholders*, de acordo com a forma como utilizam a base de recursos naturais. No caso da relação do tipo “predatória” um determinado *stakeholder* aparece como figura dominante, tendo um alto nível de impacto e influência sobre os restantes e o meio; na relação “competitiva” existe livre concorrência pelos recursos entre todos os *stakeholders*; na relação “neutra” é baixo o impacto sobre outros *stakeholders* ou sobre a base de recursos; e na relação “simbiótica” existe uma coexistência partilhada ou benéfica entre os *stakeholders*, ou entre estes e o meio (*idem*). Verifica-se, desta forma, a complexidade no uso dos recursos de um destino turístico, quer pelos *stakeholders* do sector do turismo quer por outros utilizadores e sectores de atividade.

As atividades turísticas devem, então, assegurar os direitos e responsabilidades dos indivíduos, permitindo aos membros da comunidade anfitriã, que queiram prosseguir com as suas competências e ligações tradicionais aos recursos naturais, que o possam continuar a fazer, podendo até contribuir para a sua valorização, pelo que o desenvolvimento turístico deverá incentivar uma relação benéfica e não conflituosa com o modo de vida de cada residente da comunidade (Ashley & Roe 1998, citados por Simpson, 2008). Assim, este sector deverá ajudar a alavancar uma relação “simbiótica” entre os diversos *stakeholders*, e entre estes e a utilização da base de recursos, permitindo que todos possam beneficiar. Como defende Partidário (2003), no âmbito da sustentabilidade do turismo em espaços naturais, há a necessidade de uma maior interdependência entre o turismo (“uso dos recursos”), o ordenamento do território (“gestão dos recursos”) e o ambiente (“capital de recursos”), num processo sinérgico, evitando desta forma a degradação da sua base de suporte - o capital natural (e também o cultural).

4.5 A GESTÃO DE RECURSOS/ AMBIENTE E O MARKETING SUSTENTÁVEL NO DESTINO

Field (2008) refere que um conceito primário na **gestão dos recursos naturais** é o de *conservação* – ritmo de uso dos recursos naturais que constitua, num certo sentido, um ótimo social - na perspetiva de uma linha de ação que encontre o equilíbrio adequado entre as várias motivações de um indivíduo/grupo e evite as ações que levem ao desperdício e danos excessivos. De acordo com este autor, um conceito recente, derivado da noção de conservação, é o da *gestão de ecossistema*, no qual as decisões de gestão dos recursos deverão ser sustentadas pelos princípios da ciência ecológica. Outro conceito que tem assumido uma importância crescente na literatura sobre a gestão de recursos naturais é o de **governança adaptável**, enfatizando a aprendizagem e adaptação entre os atores nos diferentes níveis de administração política e escalas geográficas, como uma condição prévia para a emergência do desenvolvimento sustentável permitindo, assim, clarificar como os capitais humano e social podem ser integrados para a promoção de resultados mais sustentáveis (Clark & Clarke, 2011). Os princípios de governança adaptável têm também sido referidos no contexto do turismo sustentável, por exemplo, ao nível da gestão de áreas protegidas (ver, por exemplo, Plummer & Fennell, 2009), e no contexto da gestão de “sistemas” de energia à escala da paisagem (como possível solução para os conflitos entre energia e paisagem, caso dos parques eólicos) (ver, por exemplo, Van der Horst & Lozada-Ellison, 2010).

No contexto de um destino turístico, Hawkins (1994, citado por Welford, Ytterhus & Eligh, 1999) afirma que, muitas vezes, uma **gestão ambiental** tem início com o desenvolvimento de programas que: i) utilizem a energia de forma eficiente; ii) minimizem os resíduos provenientes de instalações turísticas (incentivando os fornecedores a reduzir o empacotamento, a implementar programas de reutilização de produtos, a realizar a compostagem dos resíduos biodegradáveis, e a reciclar os restantes resíduos); iii) minimizem o uso de água (através da instalação de tecnologia de poupança de água, e reutilização da água para uso nas atividades secundárias - como a rega de jardins); iv) eliminem os resíduos de forma eficaz. O autor menciona ainda outro tipo de ações mais avançadas, que incluem: i) o incentivo de um uso mais eficiente (e mais “amigo do ambiente”) do meio de transporte, quer pelas empresas quer pelos turistas; ii) a incorporação das preocupações da comunidade nos planos e programas de turismo; iii) a substituição dos produtos potencialmente perigosos (incluindo produtos químicos e pesticidas) por opções ambientalmente mais benignas; iv) a aquisição de bens e produtos locais, e incluir as especialidades locais nos menus, garantindo assim a viabilidade da agricultura local (o que, por sua vez, protege o carácter das paisagens e reduz as emissões derivadas do transporte); v) o ter em consideração as implicações ambientais durante a conceção de novas infraestruturas, efetuando uma avaliação de impacte ambiental global (antes da tomada de decisões em matéria de desenvolvimento); vi) a informação dos visitantes sobre a sua seleção de produtos, e sobre os meios que permitem identificar quais os produtos que respeitam, e os que não respeitam, a qualidade do ambiente.

Muitas das sugestões anteriores estão intimamente relacionadas com o tipo de estratégias de marketing adotadas pelos agentes que atuam num destino turístico, influenciando assim a imagem deste – por exemplo, o ter ou não preocupações com o ambiente e sustentabilidade. Este é um aspeto cada vez mais relevante, dada a emergência de uma nova consciência ambiental, derivada da preocupação crescente, por parte do consumidor e das políticas empresariais, com a

proteção do ambiente e o uso sustentável dos recursos. Segundo Batra (2006), tal desafia as tradicionais abordagens de marketing turístico, promotoras de uma sociedade materialista, em que o *status* se adquire com base no número/ tipo de destinos que se visitam e, nas atividades de lazer que se realizam, ao invés da adoção de comportamentos eticamente responsáveis enquanto membros de uma comunidade global. Desta forma, têm sido diversas as abordagens propostas no sentido de conciliar o papel do marketing²⁹, na produção e consumo, com as mais amplas necessidades e limitações ambientais (e sociais), incluindo os conceitos de “marketing verde”, “marketing social” (Peattie 1992, citado por Sharpley & Pearce, 2007), “marketing societal” e “ecomarketing” (Sharpley & Pearce, 2007), designações que Fuller (1999, citado por Sharpley & Pearce, 2007) engloba dentro do conceito de **marketing sustentável**, definido como o:

“processo de planear, implementar e controlar o desenvolvimento (de produtos), o preço, a comunicação de mercado e a distribuição de produtos, de forma a satisfazer os seguintes critérios”:
(i) corresponder às necessidades dos consumidores, (ii) corresponder aos objetivos organizacionais e (iii) ser um processo compatível com os ecossistemas”.

No contexto do *marketing mix* todos os elementos que o constituem deverão estar em harmonia entre si – *Produto, Preço, Distribuição e Comunicação de Mercado* (os 4P’s) - de forma a alavancar um turismo mais sustentável. Assim, e considerando uma visão de sustentabilidade ambiental, ao nível do *Produto* deve-se, por exemplo, apostar no desenvolvimento de produtos que sejam mais sustentáveis por natureza (como férias numa perspetiva de conservação ambiental), em iniciativas de turismo de pequena escala baseadas na comunidade rural ou no afastamento de produtos que sejam intrinsecamente não sustentáveis (como visitar destinos com fracos padrões ambientais, ou com desenvolvimento inapropriado, nos quais os turistas consomem demasiados recursos locais); ao nível do *Preço*, por exemplo, cobrir os custos de reabilitação de qualquer dano causado pelo turista no meio ambiente, ou pagar pelos recursos consumidos pelo turista; ao nível da *Distribuição*, por exemplo, encorajar a venda direta, situação que pode representar, geralmente, um melhor preço para o consumidor e para o produtor [mas, na nossa opinião, é também importante incentivar os intermediários de marketing especializados, por exemplo, em turismo sustentável]; ao nível de *Comunicação do Mercado*, por exemplo, evitar a “poluição visual” nos destinos turísticos provocada pelos diferentes tipos de material de promoção (diminuindo a atratividade do local), não criar expectativas irrealistas sobre os produtos, e gerar uma “consciencialização” nos turistas sobre aspetos relacionados com a sustentabilidade (por exemplo, através do “marketing verde”) (Swarbrooke, 1999; Batra, 2006). O marketing pode ajudar a consciencializar os consumidores para a adoção de comportamentos mais sustentáveis.

Apesar das evidências empíricas sobre a influência do conhecimento ambiental dos consumidores na adoção de comportamentos ecologicamente favoráveis serem ainda contraditórias - nalguns estudos não foram detetadas ligações significativas entre os dois aspetos, enquanto noutros, o conhecimento sobre questões ecológicas revelou ser significativo na predição de um comportamento “amigo do ambiente” - (Laroche, Bergeron & Barbaro-Forleo, 2001), os visitantes têm de ser educados e estimulados para um “novo estilo de vida”, que se traduza em padrões de consumo mais amigos do ambiente (Dief & Font, 2010) e no apoio às tecnologias de energia renovável. Por exemplo, em certas zonas da Dinamarca, os parques eólicos são utilizados para fins

²⁹ Para mais informações sobre esta temática ver, por exemplo, Kastenholz e Paul (2004).

de marketing, ou seja, os hotéis e outros tipos de alojamento que possuam turbinas eólicas são utilizados na promoção do “turismo verde”, visando ir ao encontro do crescente interesse dos turistas por questões ambientais e novas tecnologias (Bergmann *et al.*, 2008). Estudos como, por exemplo, os realizados por Dalton, Lockington e Baldock (2008) indicam que a maioria dos turistas revelou um interesse por alojamentos “amigos do ambiente” abastecidos por fontes de energia renovável, sendo que no caso da energia eólica foi registado um elevado nível de aceitação visual dos parques eólicos terrestres localizados nas proximidades de um centro de alojamento turístico.

É então necessário que as organizações/ empresas turísticas atribuam maior importância à segmentação do mercado, no sentido de atrair categorias de visitantes que, para além de economicamente atrativas, sejam também sensíveis à adoção de comportamentos sustentáveis e de menor impacto ecológico (Dinan & Sargeant, 2000; Kastenholz, 2004; Crouch *et al.*, 2005) compatibilizando adequadamente as necessidades dos visitantes com a experiência oferecida (Tregear *et al.* 1997, citados por Batra, 2006), revelando uma preocupação com as áreas-destino, seus recursos e comunidades. Pode, assim, exigir-se uma mais ativa “gestão da procura”, no sentido de atrair a determinado destino os visitantes que poderão trazer mais benefícios e causar menos impactos negativos, ajudando ao desenvolvimento sustentável desse destino (Kastenholz, 2004). Considerando que uma comunidade anfitriã pode ser afetada negativamente, ao nível ambiental e social, por políticas de marketing de turismo pouco responsáveis, o envolvimento direto das populações locais no planeamento e gestão do destino, oferece excelentes oportunidades na consciencialização turística e ambiental, estimulando a preocupação com a conservação dos seus recursos e com a manutenção de uma imagem favorável do destino, um dos fatores chave para a competitividade e sucesso do desenvolvimento sustentável de destinos turísticos (Buhalis, 2000; Batra, 2006; Manente & Minghetti, 2006).

Pike (2008) refere que um destino competitivo apresenta um equilíbrio entre negócios de turismo rentáveis, eficaz posicionamento no mercado, meio ambiente atrativo, experiências positivas para os visitantes e o bem-estar dos residentes, indo ao encontro da perspectiva de **marketing integrado e sustentável do destino** proposta por Kastenholz (2006), no qual o termo *integrado* diz respeito à complexidade do produto e, o termo *sustentável* tem por base o princípio de respeito pelo património (natural e cultural) como condição essencial da atratividade contínua do destino e do desenvolvimento digno da atividade turística (englobando tanto o bem-estar das comunidades como a qualidade da experiência para os visitantes), o que implica a aposta num planeamento estratégico assente em estudos rigorosos, numa eficiente organização, coordenação e gestão do destino e das suas ações de marketing. Desta forma, a gestão e o marketing são elementos essenciais ao nível do destino turístico, no sentido de satisfazer consumidores cada vez mais exigentes, obter impactos positivos, ganhar ou reforçar uma posição forte no mercado global, e assegurar o desenvolvimento sustentável (Manente & Minghetti, 2006). Mas, nesta perspectiva do marketing, é preciso ter em consideração que, quer ao nível de produtos quer de destinos turísticos, os consumidores ambicionam mais do que apenas a entrega e consumo de produtos e serviços, procurando antes situações de consumo exclusivo que criem experiências memoráveis, o que tem levado um número crescente de empresas do sector do turismo a concentrar-se na criação e gestão de “experiências” para os seus clientes (Walls, Okumus, Wang & Kwun, 2011), uma das temáticas que irá então ser aprofundada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

EXPERIÊNCIAS, COMPORTAMENTO AMBIENTAL E O TURISMO

5.1 A ECONOMIA DAS EXPERIÊNCIAS – CONCEITOS E DIMENSÕES

Segundo Robert Desjarlais, “*tentar escrever sobre os humanos sem fazer referência à experiência é como tentar pensar sobre o impensável*” (1996: 71, citado por Andrews, 2009). A noção de **experiência** como nova dimensão da economia (denominada “produção experiencial”) começou a ser desenvolvida em 1970 por Alvin Toffler, que previu uma mudança de paradigma que afetaria profundamente os bens e serviços no futuro, levando a uma nova etapa da estrutura económica dos mercados (Knutson & Beck, 2003; Lorentzen & Hansen, 2009). Mas foram as contribuições de Pine e Gilmore (1998) que “popularizaram” o papel das experiências, sugerindo que o modelo tradicional de economia de serviços tinha sido ultrapassado pelo **modelo da economia das experiências**, um novo estágio na cadeia de progressão de valor económico. Segundo estes autores, na base do novo modelo está um “palco de experiências”, no qual a intersecção do eixo da participação ativa/ passiva do indivíduo com o eixo da absorção/ imersão define quatro dimensões possíveis de experiências (os 4Es): educacional, estética, entretenimento e escapista.

No modo de experiência ‘**educacional**’ o visitante ‘absorve’ os acontecimentos que se desenrolam diante dele, enquanto ‘participa ativamente’ em atividades que educam a mente (aprendizagem intelectual) ou treinam o corpo (desenvolvimento das aptidões físicas) (Oh, Fiore & Jeoung, 2007), ou seja, adquire competências no âmbito do “saber-saber” e do “saber-fazer”. Já no modo de experiência ‘**estética**’ o visitante usufrui simplesmente ‘o estar’ no contexto do destino, ‘imerso’ neste sem afetar nem alterar a natureza do ambiente que lhe é apresentado, apreciando ‘passivamente’ a forma como este apela aos sentidos (modo fortemente assente na dimensão sensorial da experiência). Diversas atividades turísticas baseadas na apreciação visual/ contemplação inserem-se no modo da experiência ‘estética’, pelo que este poderá constituir um determinante importante nas avaliações que os visitantes fazem do destino, bem como da experiência global (Oh *et al.*, 2007). No caso do modo de experiência ‘**entretenimento**’ o visitante ‘absorve’ os acontecimentos que se desenrolam diante dele e que lhe captam a atenção, apreciando ‘passivamente’ as atividades e/ ou o desempenho de outros indivíduos, tal como sucede, por exemplo, quando assiste a um concerto de música (Oh *et al.*, 2007). Este modo reflete geralmente itens relacionados com a “diversão” que caracterizam, por exemplo, o modo “*amusement*” de Elands e Lengkeek (2000), referido no subcapítulo seguinte. No que concerne ao modo de experiência ‘**escapista**’ o visitante ‘imerso’ de forma intensa num contexto do destino diferente do seu dia-a-dia, participando ‘ativamente’ em atividades locais do seu interesse, afetando e/ ou alterando a natureza do ambiente real ou virtual que lhe é apresentado (Oh *et al.*, 2007). Em resumo, podemos sugerir então que a experiência ‘entretenimento’ diz respeito ao *ser entretido*, a experiência ‘educacional’ ao *aprender*, a experiência ‘estética’ ao *apreciar* e a experiência ‘escapista’ ao *agir/ fazer*. A combinação destas quatro dimensões poderá ajudar a criar uma experiência enriquecedora ou uma experiência de consumo ótima – “*sweet spot*” (Pine & Gilmore, 1998). Contudo, a classificação das experiências segundo os dois eixos atrás referidos implica dificuldades pois, na realidade, as fronteiras entre as dimensões são frequentemente

pouco definidas (Oh *et al.*, 2007), pelo que uma determinada experiência poderá não estar relacionada exclusivamente com uma das quatro dimensões pois, frequentemente, as experiências contêm elementos que lhes permitem ser classificadas dentro de todas as dimensões (Mehmetoglu & Engen, 2011).

A convergência de forças, como o surgimento de novas tecnologias que impulsionaram experiências inovadoras, os consumidores cada vez mais exigentes, sofisticados e com maior poder económico (que procuram satisfazer uma necessidade *sociológica* – estatuto social - ou *psicológica* – autorrealização e sentido de vida), e o escalar da intensidade competitiva do mundo empresarial têm alavancado o desenvolvimento da noção de economia das experiências (Knutson & Beck, 2003; Sundbo, 2009). Tem então sido sugerido que a criação de experiências memoráveis que “agarrem”, de forma personalizada, o consumidor é a estratégia mais eficaz para se obter a melhor vantagem competitiva (Pine & Gilmore, 1999; Jackson, Morgan & Hemmington, 2009), ao nível empresarial bem como dos destinos. Desta forma, o conceito da economia das experiências está intimamente relacionado com o turismo, quer nas suas origens quer nas suas implicações (Morgan, Elbe & Esteban, 2009).

5.2 AS EXPERIÊNCIAS EM TURISMO – DIMENSÕES E NATUREZA

O turismo moderno constitui-se como um importante “palco”, percorrido por indivíduos que procuram os vários elementos representativos do bem-estar, visando a satisfação de um grande número de necessidades, tais como o relaxamento e o bem-estar físico, o sentimento de pertença, a aceitação social, o prestígio, a aprendizagem, a autorrealização a diversos níveis, bem como as impressões estéticas (Aho, 2001). Desta forma, sendo o turismo claramente um negócio de natureza humana, a tentativa de o compreender sem ter em consideração as experiências dos protagonistas envolvidos resultará em algo imperfeito e incompleto (Andrews, 2009).

Para competirem num mundo global, os destinos turísticos, caracterizados geralmente pela presença maioritária de pequenas e médias empresas (sensíveis às mudanças do mercado), têm de procurar formas inovadoras de valorização das suas características naturais e culturais distintivas, visando a criação de novas e atrativas experiências para quem os visita, ou seja, como afirma Sternberg (1997), têm de se tornar apelativos no sentido de corresponder aos desejos e à imaginação dos visitantes. Assim, no contexto da economia das experiências, são vários os destinos turísticos que se começam a definir a si próprios como “experiências” visando corresponder às atuais tendências da procura (Richards, 2001). Deste modo, tem sido sugerido que as experiências são um fator-chave no posicionamento dos destinos e no planeamento de viagens, atraindo, conseqüentemente, o interesse da investigação turística³⁰ (Oh *et al.*, 2007).

A experiência é considerada um processo mental (Sundbo, 2009), através do qual o consumidor procura memórias afetivas, sensações e simbolismo, que combina para criar uma duradoura experiência holística, de carácter pessoal (Hosany & Witham, 2009). Desta forma, embora “*duas pessoas não possam ter o mesmo tipo de experiência particular*” (Pine & Gilmore, 1999: 12), podem ter experiências comparáveis (Lorentzen, 2009). No caso da **experiência turística** esta

³⁰ Ver artigo recente de Walls *et al.* (2011), que resume vários estudos sobre a experiência do consumidor em turismo.

resulta assim da interligação de três elementos – *bens/serviços turísticos*, o *turista* e o *destino turístico* (Sørensen, 2004) sendo que, neste último, se deve destacar o importante papel da comunidade anfitriã e a interação (direta ou recorrendo a intermediários), entre visitantes e residentes. Como exemplo disto temos que, num estudo empírico realizado por Jensen (2010), se chegou à conclusão que o uso de guias turísticos locais com fortes laços sociais com a comunidade anfitriã [os “*cultural brokers*”, de Cohen (1988)], ao invés de guias não locais que trabalhassem para operadores turísticos centralizados, podia enriquecer a qualidade da experiência mútua no encontro entre visitantes e residentes, apoiando o desenvolvimento sustentável local através da melhoria do envolvimento da comunidade. Deste modo, o significado da experiência turística está associado às múltiplas interpretações dos componentes sociais e ambientais e às atividades resultantes da globalidade da experiência (Tussyadiah & Fesenmaier, 2009).

O afamado modelo sugerido por Pine e Gilmore (1998; 1999) tem vindo, aos poucos, a ser aplicado no contexto da experiência turística (ver, por exemplo, Oh *et al.*, 2007; Hosany & Witham, 2009; Jurowski, 2009; Mehmetoglu & Engen, 2011, Quadri-Felitti & Fiore, 2012). Todavia, na opinião de Aho (2001), este modelo da economia da experiência não integra todos os tipos relevantes de experiências no turismo como, por exemplo, o ficar melhor de saúde (bem-estar físico) ou os vários tipos de conquistas pessoais (por exemplo, atividades que levem à autorrealização). Por exemplo, Van den Berg *et al.* (2003, citados por Jorgensen, 2011) referem que a preferência por um determinado destino resulta da capacidade do indivíduo em conseguir obter benefícios reparadores desse meio, através de experiências que satisfaçam a necessidade de ser fisicamente mais ativo (recorrendo a atividades de exploração ou de desafio físico), ou o desejo de aprender e ficar a conhecer melhor aquele destino (recorrendo à observação ou estudo pormenorizado). Assim, como alternativa ao modelo de Pine & Gilmore (1998), Aho (2001) sugere a distinção de quatro núcleos essenciais (podendo aparecer simultaneamente com diferentes graus) relativos às experiências turísticas: 1) *o ser afetado emocionalmente*, ou experiências emocionais, 2) *o ser instruído*, ou experiências educacionais, 3) *o ser exercitado*, ou experiências práticas (por exemplo, as competências linguísticas, em ténis ou montanhismo), 4) *o ser transformado*, ou experiências de transformação (por exemplo, mudanças permanentes a nível mental ou físico, ou no modo de vida). Já os autores Elands e Lengkeek (2000: 70-71) ao tentarem desenvolver uma escala para medição das experiências turísticas, sugeriram que estas podem ser expressas por diferentes modos – intitulados “*modes of experience*”, tais como: “amusement” (entretenimento/ diversão temporária); “change” (evasão da rotina/ stress do quotidiano, relaxamento, recuperação do bem-estar); “interest” (aprendizagem/ aquisição de novos conhecimentos, procura da novidade e variedade); “rapture” (autodescoberta, o ser surpreendido, o ser desafiado) e “dedication” (procura pela autenticidade, integração/ imersão, a ligação ao lugar, a afeição).

Aho (2001) refere que as experiências turísticas podem representar um fenómeno individual ou coletivo, sendo que o processo inclui três estádios – o *antes da visita* (inclui a tomada de decisão, o planeamento e a preparação da viagem, bem como o acumular de expectativas, estas últimas muito importantes sob o ponto de vista da experiência turística e da satisfação geral), a *visita em si*, e o *depois da visita* (onde se faz o balanço e considerações finais), que formam a base de um modelo do processo das experiências turísticas, no qual estão representados um total de sete

estádios, interligados num sistema dinâmico (**FIGURA 6**): 1) *orientação* – despertar do interesse; 2) *conexão* – reforço do interesse, resultando na decisão de ir; 3) *visita* (constitui o centro da influência) – conjunto da viagem e estada no destino; 4) *avaliação* – comparações entre experiências anteriores e alternativas, e conclusões para ações futuras; 5) *armazenamento* – do tipo físico (como fotografias³¹, filmes, *souvenirs*), do tipo social (como o lembrar de pessoas e interações sociais) e do tipo mental (afetos, impressões e novos significados); 6) *reflexão* – representações repetidas da experiência (espontâneas e encenadas); 7) *enriquecimento* – apresentações de filmes, *souvenirs*, etc.; preparação de encontros e redes para partilha de memórias; novas práticas criadas durante a viagem.

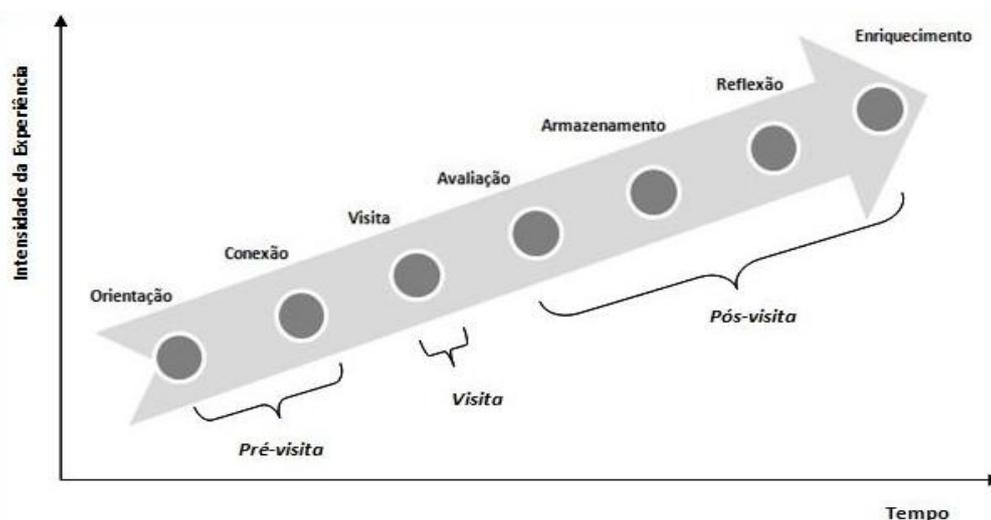


FIGURA 6 – As etapas da experiência

Fonte: adaptado de Aho, 2001: 36

Segundo Aho (2001), os estádios prévios são necessários mas não são condição suficiente dos estádios posteriores (pois novas experiências podem emergir e o significado de experiências antigas pode sofrer alterações em cada estádio do processo). Cada um destes envolve diferentes processos básicos que assumem variadas formas em cada caso e indivíduo, sendo que o tipo e a “força” de um estádio específico depende de circunstâncias como, por exemplo, tempo, dinheiro, conhecimento, habilidades, atitude e redes sociais do indivíduo, não podendo ser generalizadas (*idem*). Este é um modelo conceptual para avaliação da dimensão global das experiências resultantes das visitas turísticas, (aspeto central na avaliação da satisfação dos visitantes), indo ao encontro de uma perspetiva holística da vivência de experiências (Hosany & Witham, 2009).

A “experiência” pode então ser o elemento que liga a produção ao consumo (Andersson, 2007), pelo que a atividade produtiva central do turismo deverá ser a criação de experiências turísticas (Sternberg, 1997), sendo que a natureza e o alcance das experiências oferecidas ao nível de um destino, e percebidas pelos visitantes, determinam o valor do mesmo (Oh *et al.*, 2007). Desta forma, a produção e o consumo de produtos das experiências está frequentemente ligado ao “lugar” (no sentido de ambientes naturais ou artificiais), levando Lorentzen (2009: 835) a afirmar

³¹ Mas, para Scarles (2009), o fotografar/ as fotografias representam complexos espaços performativos, ultrapassando as fronteiras do *antes*, *durante* e *após* experiências de viagem, infiltrando-se na totalidade da experiência turística.

que o papel deste, na economia das experiências, “*incrementa o valor experiencial dos produtos no mercado (...), através da criação de identidade e do envolvimento do consumidor*”.

No contexto do turismo tem sido bastante debatida a natureza da experiência turística (ver, por exemplo, Uriely, 2005), mais especificamente, a experiência de “lugar” e a procura da “autenticidade”, conceitos cuja definição, ao longo do tempo, foi evoluindo dos objetos/ambientes físicos para uma construção essencialmente social, até às abordagens relacionadas com a identidade individual e o significado (Trauer & Ryan, 2005; Belhassen, Caton & Stewart, 2008). Efetivamente a *autenticidade* tem sido interpretada à luz de diversas perspetivas conceptuais, da mais objetiva à mais subjetiva. Por exemplo, Cánoves *et al.* (2004) afirmam que a “autenticidade” não pode ser separada do conceito de “qualidade”, ainda mais tendo em conta que muitos produtos de turismo rural estão a tornar-se artificiais, perdendo assim, possivelmente, a qualidade essencial que é a sua autenticidade. Porém, para Wang (1999), não é a autenticidade objetiva e construtiva convencional (baseada na autenticidade do objeto original), mas sim a versão existencial e subjetiva (baseada na autenticidade das atividades e experiências vividas pelo indivíduo), a fonte alternativa na obtenção de experiências autênticas em turismo, pois, em certos tipos de turismo ligados à natureza, paisagem, aventura, visita a amigos e familiares (entre outros), o que os visitantes procuram é o seu “eu” autêntico e a autenticidade intersubjetiva, pelo que é irrelevante ou pouco relevante o facto dos objetos turísticos consumidos ou apreciados serem autênticos ou não.

Chhetri, Arrowsmith e Jackson (2004) afirmam então que as experiências humanas em destinos turísticos são complexas, incertas e de carácter multidimensional, razão pela qual ainda não há uma teoria única que defina o significado e a extensão da experiência turística. Segundo estes autores, as pessoas visitam um destino turístico com a finalidade de satisfazer e alcançar determinados objetivos e necessidades, sendo que em meio natural (ou num contexto de experiência estética da paisagem - Jorgensen, 2011) a intensidade e perceção das experiências são influenciadas pelo domínio multissensorial (por exemplo, visual, sonoro, etc.), envolvendo processos de organização, categorização e reconhecimento (construção de significados) da informação. O tipo de respostas emocionais desenvolvidas dependerá da sua compreensão e consciência do contexto histórico e cultural da paisagem [assim como do biofísico], bem como do seu próprio conhecimento/ formação cultural [e ambiental], ou seja, dependerá de imagens cognitivas percecionadas ou construídas (*idem*). Tendo isto em conta, vamos em seguida explorar as questões relativas às perceções e comportamento ambiental dos consumidores e empresas turísticas no destino.

5.3 O COMPORTAMENTO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE DO DESTINO

À luz da crescente consciencialização e sensibilização dos indivíduos sobre o mundo complexo e dinâmico que nos acolhe, em especial em situações de catástrofe como cheias, secas, incêndios, furacões, erupções vulcânicas, sismos e *tsunamis*, e sobre as consequências das nossas ações no equilíbrio do sistema ecológico, em especial, ao nível da sobre-exploração de recursos naturais (e consequentes crises alimentares e energéticas), perda de biodiversidade, introdução de espécies exóticas, poluição e as tão faladas alterações climáticas (ver, por exemplo, Watson, 2008),

tornam-se cada vez mais relevantes as questões relativas aos comportamentos dito “verdes” ou ambientalmente responsáveis, no âmbito do paradigma da sustentabilidade, e a sua integração nas rotinas diárias dos indivíduos e suas comunidades, inclusive num contexto de lazer e turismo.

As questões de preservação dos recursos naturais, de salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico, da promoção e valorização do património local têm vindo a adquirir, cada vez mais, importância no seio das sociedades contemporâneas (Valente & Figueiredo, 2003). Andereck (2009) refere a importância do ambiente natural como um motivador para as experiências turísticas. Verifica-se, por exemplo, uma procura crescente pelo contacto com a natureza, em especial, por indivíduos de zonas urbanas, que tendem a sair para o espaço-campo em busca de novas atividades desportivas, de autenticidade, de novas relações sociais e de outras formas de usufruir o seu tempo livre (Alter, 2007), pois muitos sentem que o mundo natural está muito mais ligado à qualidade das suas vidas do que ter grandes posses materiais ou económicas (Grady, 2009). Este interesse progressivo pelo espaço natural e rural, quer como alternativa turística quer como alternativa residencial, aparece associado às ideologias que promovem a fuga à cidade [espaço artificial], dado que este meio e a sua paisagem lembram, acima de tudo, a tranquilidade, o ambiente natural e a liberdade, a harmonia e a qualidade de vida (Galvão & Vareta, 2010).

Sendo o Homem parte integrante do ecossistema, é compreensível que a inerente afinidade dos humanos para com o meio natural explique a sua atração pelo mesmo (Grady, 2009). Em 1984, Edward Wilson, no seu livro *Biophilia: The human bond with other species* apresentou o conceito de “Biophilia” – em sentido estrito, o amor pela natureza viva e, em sentido lato, todo o espectro de respostas inatas (ou seja, predisposição genética) aos fenómenos biológicos (Soulé, 1993). Esta teoria sugere que a identidade humana e a personalidade pessoal dependem, de alguma forma, da sua relação com o mundo natural, uma necessidade que vai além das funções básicas providenciadas por esta, incluindo influências ao nível emocional, cognitivo, estético e, até, espiritual (Kellert, 1993). De igual modo, também o inverso – a aversão, rejeição do mundo natural – levando, por vezes, à destruição de alguns dos seus elementos, pode ser vista como uma extensão das necessidades inatas de contacto com a natureza viva, pois esta afiliação emocional à natureza confere vantagens distintivas no processo evolucionário humano (a adaptação, persistência e prosperidade quer como indivíduos quer como espécie) (*idem*). Este autor salienta que *“a responsabilidade ética para a conservação da natureza ultrapassa, assim, a simpatia altruísta ou a preocupação compassiva: é algo orientado por um profundo sentido de autointeresse e imperativo biológico”* (p. 60), pelo que é crucial a proteção da diversidade da natureza e manutenção do seu funcionamento saudável, dado representar a melhor hipótese das pessoas experienciarem uma existência satisfatória e plena de significado (pelo contrário, a degradação das relações com o meio natural aumenta a possibilidade de uma existência menos satisfatória a nível material, social e psicológica).

Kellert (1993), através da “Biophilia”, definiu nove categorias (apesar de limitada validação empírica) que revelam qual o tipo de relação do ser humano com a natureza (**TABELA 6**). Por exemplo, Woods (2005), no contexto do espaço rural, afirma que a forma como a sociedade humana responde às mudanças origina diferentes respostas, dependendo da perceção de cada indivíduo sobre a natureza. Assim, se a perspetiva for utilitária, um certo grau de alteração no

ambiente não será preocupante, dado que a natureza é percecionada como sendo resiliente o suficiente para se adaptar, contrariamente a uma perspetiva naturalista, na qual uma alteração ambiental é percecionada como resultando em danos irreparáveis no meio natural (*idem*).

TABELA 6 – Tipologia dos valores da “Biophilia”

TIPO	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO
UTILITÁRIO	Exploração prática e material da natureza	Sustento físico/ segurança
NATURALISTA	Satisfação com a experiência direta/ contacto com a natureza	Curiosidade, aptidão para o ar livre, desenvolvimento mental/ físico
ECOLOGISTA-CIENTISTA	Estudo sistemático da estrutura, função e relação na natureza	Conhecimento, compreensão, capacidade de observação
APRECIADOR	Atratividade física e beleza da natureza	Inspiração, harmonia, paz, tranquilidade
SIMBÓLICO	Uso da natureza para a expressão metafórica, em linguagem, no pensamento expressivo	Comunicação, desenvolvimento mental
HUMANISTA	Forte afeição, apego emocional, "amor" pela natureza	Criação de laços conjuntos, partilha, cooperação, companheirismo
MORALISTA	Forte afinidade, respeito espiritual, preocupação ética com a natureza	Ordem e significado na vida, parentesco e laços de afiliação
DOMINADOR	Superioridade, controle físico, domínio da natureza	Capacidades mecânicas, destreza física, capacidade de subjugar
NEGATIVISTA	Medo, aversão, alienação da natureza	Estabilidade, proteção, segurança

Fonte: adaptado de Kellert, 1993: 59

Para Newton (2007), as funções apresentadas por Kellert incluem várias dimensões *subjetivas* (como a autonomia e o adquirir de competências), *objetivas* (como necessidades materiais básicas) e *relacionais* (como as relações de parentesco) que caracterizam o conceito de **bem-estar humano**, indo ao encontro de uma ideia prevalente em muitas culturas e sociedades - a de que, o envolvimento/ligação com a natureza (por exemplo, contacto com os espaços verdes do tipo florestal, rural, urbano, etc.) tem impactes positivos ao nível físico, mental e social (existindo efeitos sinérgicos entre esses benefícios). De igual forma, os estudos realizados por Mayer e Frantz (2004) apoiam as alegações de ecologistas e de ecopsicólogos sobre o facto da ligação à natureza ser um importante preditivo do comportamento ecológico e do bem-estar subjetivo.

Parece assim existir algum tipo de ligação entre ausência ou a presença dos valores da “Biophilia” e o comportamento da sociedade humana relativamente à relação com o meio natural e seus recursos, de que são exemplos, num e noutro sentido, a sobreexploração de recursos, a poluição, a opção por projetos de energias renováveis (como a energia eólica), o grau de interesse nos valores da paisagem, a procura por atividades na natureza (como o turismo de natureza), a criação de áreas protegidas, a construção de ecoaldeias, entre outras. Ludwig *et al.* (1993, citado por Sharpley, 2001: 41) afirmaram, pertinentemente, que “os problemas dos recursos, não são realmente problemas ambientais: são problemas humanos”, ou seja, a destruição/ degradação de recursos, incluindo aqueles de que depende o desenvolvimento turístico, não resultam da escassez ou fragilidade dos recursos, mas sim da forma excessiva ou inadequada com que são explorados pelas pessoas (*idem*). Esta degradação dos recursos, no contexto turístico, para além

de uma questão de número é também de **atitude**³², ou seja, nalguns casos depende mais do tipo de **comportamento** (ver, por exemplo, Budeanu, 2007) do que do número de turistas que visitam um destino (Bimonte, 2008). A relação comprovada entre atitudes e comportamentos tem, no geral, alavancado o interesse para o papel das atitudes ambientais como possíveis indicadores de comportamentos de ação com motivação ambiental (Kotchen & Reiling, 2000), apesar de, segundo Tarrant e Green (1999), serem modestas as correlações encontradas entre as atitudes e os comportamentos ambientais existindo, pelo menos três razões pelas quais as primeiras não podem prever os segundos: a especificidade de atitude, a medição da atitude e, o efeito dos fatores externos sobre as relações atitude-comportamento (caso da experiência direta).

Em diversos estudos (ver, por exemplo, Kim, Borges & Chon, 2006; Dolnicar & Grün, 2009; Jones *et al.*, 2011), uma das medidas de atitudes ambientais mais aplicada tem sido a **Escala do Novo Paradigma Ambiental** (em inglês, *New Environmental Paradigm Scale* ou NEP), criada por Dunlap e Van Liere (em 1978) para avaliar a relação global entre os seres humanos e o ambiente, servindo como resposta ao **Paradigma Social Dominante** (em inglês, *Dominant Social Paradigm* ou DSP). O DSP diz respeito a um sistema de crenças com base antropocêntrica, presente nos indivíduos de sociedades industrializadas, que vê o ambiente natural e suas espécies como uma base de recursos para serem consumidos e manipulados para satisfação das necessidades humanas (ou seja, os seres humanos são independentes dos sistemas naturais). Já o NEP representa um sistema de crenças de base ecocêntrico, no qual os seres humanos são vistos como fazendo parte dos sistemas naturais sendo, desta forma, limitados por estes. A escala NEP original contém 12 itens e compreende três aspetos principais: o *equilíbrio da natureza*, os *limites ao crescimento*, e o *domínio dos seres humanos sobre a natureza*. A versão mais recente da escala incorpora agora 15 itens (compreendendo mais dois aspetos principais, para além dos três anteriores), intitula-se de **Novo Paradigma Ecológico** e, apesar de continuar a colocar a ênfase no domínio ecológico (e não sociopolítico), procura contudo fundamentá-la no contexto de teorias sociopsicológicas relevantes. Na escala NEP, as pontuações mais elevadas indicam uma orientação ecocêntrica, reflexo de um compromisso com a conservação dos recursos naturais, enquanto pontuações mais baixas indicam uma orientação antropocêntrica, reflexo de um empenho na exploração dos recursos naturais (Tarrant & Green, 1999; Villareal, 2005; Dunlap, 2008; Hawcroft & Milfont, 2010). Tanto a escala revista como a original continuam a ser alvo de diferentes interpretações por parte dos investigadores (medindo desde preocupações ambientais, a atitudes ambientais, e os valores/ crenças ambientais, entre outras) embora, para Dunlap (2008), a medição do grau de *visão ecológica* que os indivíduos têm do mundo constitua uma preferência pessoal. Mas, autores como Mayer e Frantz (2004), elaboraram um tipo de escalas que, ao contrário da avaliação de crenças cognitivas fundamentais (do domínio do NEP), avaliam mais a experiência afetiva específica, caso da intitulada **Escala de Conexão com a Natureza** (em inglês, *Connectedness to Nature Scale* ou CNS), que mede os níveis de ligação/ reação emocional de cada indivíduo ao mundo natural, na tentativa de compreender se a sensação de conexão com a natureza conduz, efetivamente, a um comportamento ecológico.

³² *Atitude* é o estado mental induzido pela aplicação de um *valor* (convicção, crença ou ideal abstrato) a um objeto ou situação específica; já os *valores* têm sido vistos como determinantes das atitudes e comportamentos (Kim *et al.*, 2006).

Lee e Moscardo (2005) mencionam que os primeiros estudos sobre o comportamento ambientalmente responsável centraram-se na suposição de que o conhecimento estava ligado às atitudes, e as atitudes ligadas ao comportamento, de acordo com um modelo linear. Mas muitas outras variáveis deverão ser tidas em consideração tais como as atitudes ambientais, a consciencialização das questões, o conhecimento das estratégias de ação e a intenção de agir pelo que, estes autores (p. 550) desenvolveram um modelo (**FIGURA 7**) - partindo da *teoria do comportamento planeado*, de Ajzen e Driver (1992), e do *modelo de comportamento ambientalmente responsável*, de Hines *et al.* (1986-1987) – que as integrasse, visando investigar os efeitos das experiências em alojamentos de ecoturismo nas atitudes ambientais e intenções comportamentais dos visitantes, obtendo resultados que sugerem que, experiências satisfatórias providenciadas por este tipo de alojamento podem reforçar as atitudes ambientalmente favoráveis dos visitantes, aumentando assim o interesse por novas experiências de ecoturismo.

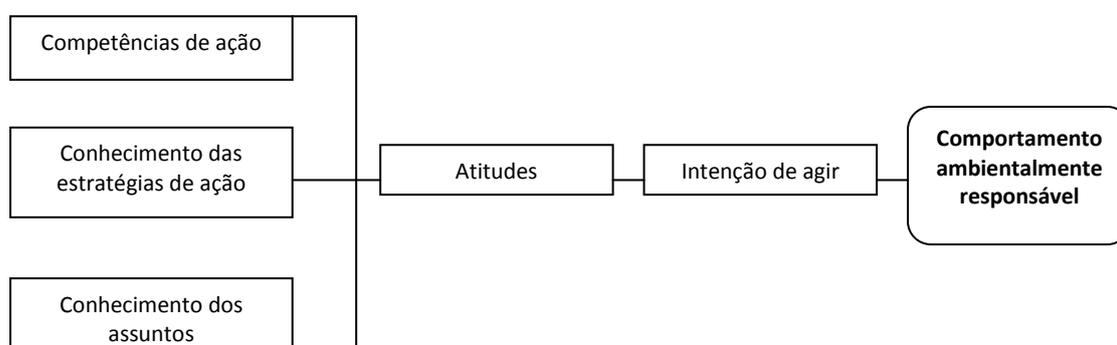


FIGURA 7 – Exemplo de um modelo para compreensão do comportamento ambientalmente responsável
Fonte: adaptado de Lee e Moscardo, 2005: 550

O fortalecimento da ligação ao meio natural e o desenvolvimento de comportamentos pró-ambientais, visando a proteção dos recursos naturais, deverá ser tido em consideração quer na rotina do dia-a-dia, em casa e no local de trabalho, na comunidade onde estamos inseridos, quer nos momentos de férias e lazer, nas áreas de destino. Num dos poucos estudos empíricos realizados sobre a heterogeneidade do comportamento individual com consequências ambientais, em ambiente doméstico e em férias, Dolnicar e Grün (2009) tentaram analisar se os indivíduos diferiam sistematicamente nos seus padrões de comportamento com consequências ambientais e, se os padrões de comportamento diferiam sistematicamente entre os contextos/ ambientes. Os resultados apoiaram a primeira hipótese (revelando a existência de segmentos de mercado que poderão ser alvo de estratégias de marketing personalizadas) enquanto, para a segunda, verificou-se que alguns grupos de indivíduos não alteraram muito o seu comportamento entre os contextos/ ambientes mas, todavia, a maioria tendeu a envolver-se num menor número de comportamentos pró-ambientais no contexto de férias (*idem*). Logo, é essencial determinar as razões para a existência de tais diferenças comportamentais, por exemplo, se são de natureza *objetiva* (existência ou não de certas infraestruturas no destino) ou *subjativa* (atitude do indivíduo), permitindo identificar estratégias adequadas visando a sustentabilidade ambiental, com implicações significativas numa gestão ambientalmente sustentável por parte das entidades locais e dos destinos turísticos (*idem*). No mesmo âmbito, um estudo de Barr, Shaw, Coles & Prillwitz (2010) sugere que os indivíduos no seu quotidiano diário/ doméstico parecem estar

relativamente dispostos a empenhar-se em comportamentos ambientalmente favoráveis, contudo, a transferência dessas práticas (mais sustentáveis) para o contexto do turismo revela ser problemática, dificultando assim, segundo Budeanu (2007), o alavancar de um turismo sustentável nos destinos.

Mas é crucial aprofundar os estudos empíricos, visando compreender quais as características pessoais e sociais que podem encorajar um indivíduo a adotar comportamentos pró-ambientais (Jorgensen, 2011), de forma a identificar segmentos específicos de consumidores. Segundo Fennell e Butler (2003), os turistas podem ser diferenciados de acordo com a sua atitude e comportamento ambiental, podendo estes incluir a eliminação de resíduos, a seleção de hotéis “verdes”/ eco-eficientes, o conhecimento, preferências e a sensibilidade para com os aspetos ambientais específicos das regiões/ destinos turísticos (neste contexto ver, por exemplo, Kelly, Haider, Williams & Englund, 2007), entre outros (por exemplo, os visitantes que revelam uma inclinação mais ambiental são menos propensos a provocar impactes negativos diretos no ambiente). Assim, tendo em conta o modelo de organização espacial de um sistema de turismo local (ver **FIGURA 5**) elaborado pelos autores, os turistas “sem interesse” ambiental podem ser classificados como *predatórios*, os com “pouco interesse” classificados como de *competidores*, os “moderadamente interessados” identificados como *neutros*, e os que defendem que as características ecológicas são de “interesse-chave” são categorizados de *simbióticos*. Na perspetiva de Sharpley (2001), um visitante que deseje ser identificado com a cultura de um determinado destino ou com um tipo particular de turismo, pode adaptar a imagem que tem de si próprio de forma a “ajustar-se” à identidade do destino ou do tipo de turismo, ou seja, os indivíduos que se definem a si próprios como sendo visitantes ambientalmente conscientes (“bons”) irão orientar o seu comportamento para o consumo de tipos particulares de turismo ou para a integração (a nível do meio ambiente e cultura local) com a área recetora, sendo mais sensíveis às mensagens de conteúdo “verde”, e podendo ser influenciados a visitar destinos ou a adquirir produtos/ serviços de empresas que as promovam. Isto vem ao encontro da opinião da comunidade internacional, expressa na *Declaração de Davos*, sobre a necessidade de se incentivar os visitantes a reduzir a sua pegada ecológica ou a compensar as emissões que não possam ser reduzidas diretamente nas suas tomadas de decisão sobre a viagem, sobre o destino e as atividades locais a realizar, de acordo com opções “amigas do ambiente” que contribuam tanto para a preservação do meio ambiente como do património cultural, tendo em conta os possíveis impactes ambientais, climáticos, económicos e sociais (UNWTO, 2007).

A relação entre os valores ambientais e comportamentos ambientalmente conscientes tem sido reiteradamente examinada ao longo dos anos³³, parecendo existir um consenso geral sobre o facto de uma orientação a favor do ambiente poder ser a condição necessária para induzir ações “amigas do ambiente” (por exemplo, o fazer reciclagem no dia-a-dia), embora possa ser insuficiente na determinação do tipo de comportamento (Barr, 2004; Kim *et al.*, 2006). De acordo com a perspetiva geral do seu estudo, Mayer e Frantz (2004) referem que se as pessoas se sentissem ligadas à natureza estariam, então, menos propensas a prejudicá-la pois, caso o

³³ Por exemplo, no âmbito de estudos sobre as respostas dos indivíduos para com as mudanças da paisagem, tem sido confirmada a importância das atitudes e dos valores ambientais (Soini, Pouta, Salmiovirta, Uusitalo & Kivinen, 2011).

fizessem estariam, essencialmente, a prejudicar a si próprias. Contudo, salientam que muitas das pessoas com conhecimento de causa assumem um comportamento autodestrutivo, enquanto outras simplesmente não têm noção de que as suas ações são destrutivas (*idem*). Por exemplo, no contexto da energia eólica, Ek (2005) refere ser mais provável que indivíduos com interesse por questões ambientais revelem atitudes mais positivas em relação a este tipo de energia do que os restantes. Mas, como afirma Van der Horst (2007), as atitudes para com as energias renováveis podem ser afetadas por valores morais, pelo que esta maioria das opiniões positivas possa ter implícito um ser politicamente correto ou socialmente aceitável, uma vez que a expressão de uma oposição ao “verde” poderia implicar que estes indivíduos não se preocupavam com a sustentabilidade das gerações futuras ou com a degradação ambiental.

Deste modo, a expressão por princípio de uma atitude “pró-verde” não indica que na prática se atue em conformidade, ou seja, se aja como verdadeiro “cidadão verde” – o que também é por vezes designado “*value-action gap*” (Van der Horst, 2007). Desta forma, autores como McKercher, Prideaux, Cheung e Law (2010) referem a existência de lacunas entre o nível de consciência e o nível de ação sendo que, nalguns casos, foi sugerido que indivíduos mais conscientes das questões ambientais (locais e globais) revelam afinal pouca ou nenhuma probabilidade de vir a alterar voluntariamente os seus comportamentos, sendo provavelmente necessária a intervenção do governo para “obrigar” a criar mudanças comportamentais significativas, por exemplo, nos padrões de viagens turísticas (e noutro tipo de consumos pouco sustentáveis), pelo que as mudanças de comportamento poderão ser alcançadas através de uma combinação de ações voluntárias e involuntárias.

Nesse sentido, o desenvolvimento e promoção de instrumentos como os *códigos de conduta* poderá constituir uma ferramenta eficaz na influência do comportamento dos consumidores [também no contexto dos destinos turísticos] (Miller, 2001), estimulando a adoção de um comportamento ambientalmente favorável. Silva e Perna (2009) referem igualmente a necessidade de se integrar a educação ambiental nas atividades formativas e económicas (incluindo assim o sector do turismo), através da constituição de redes/ parcerias entre e com os agentes locais, e assegurar a mobilização dos jovens enquanto agentes críticos de mudança, pelos efeitos intergeracionais e dinâmica social associada à alteração de comportamentos, regras de produção e consumo, no âmbito de um desenvolvimento sustentável. Já Ballantyne e Parker (2011) sugerem que a opção de participar em ações no âmbito da aprendizagem ambiental pode desempenhar um papel importante na adoção de práticas sustentáveis, caso estas proporcionem experiências que tenham impacte no comportamento diário e no estilo de vida dos visitantes.

Ao nível dos negócios empresariais no destino, a opinião expressa na *Declaração de Davos* é que se deverá promover e realizar investimentos em programas de turismo no âmbito da eficiência energética, bem como na utilização dos recursos energéticos renováveis, com o objetivo de reduzir a “pegada de carbono” do sector no seu todo, integrando o turismo na formulação e implementação de programas e planos estratégicos de adaptação e mitigação ao nível local, regional e nacional (UNWTO, 2007). É ainda referida a necessidade de promover a conservação da biodiversidade, ecossistemas e paisagens naturais, reforçando a resiliência às mudanças climáticas (assente na utilização sustentável feita pelo turismo, a longo prazo, da base de recursos

ambientais), e de implementar a diversificação de produtos com ênfase climática, reposicionar destinos e sistemas de apoio, e promover a procura e a oferta ao longo do ano.

Como reforça Andereck (2009), as empresas turísticas devem considerar a implementação de inovações “verdes” adicionais, caso visem atrair os visitantes ambientalmente conscientes. Também na perspetiva do Turismo de Portugal (2010), é crucial a introdução de formas de produção e de consumo que reforcem a eficiência ambiental e a imagem socialmente responsável das empresas, perante as atuais prioridades de ação no domínio do ambiente. Então, as empresas devem adotar critérios de desempenho ambiental, (através de mudanças ao nível da gestão e desenvolvimento da sua atividade), bem como aprofundar comportamentos ambientais que contribuam, por exemplo, para a redução do consumo de água e dos recursos energéticos, diminuição do volume de resíduos gerados, e minimização da contaminação atmosférica (*idem*). Ao nível social, têm o dever de informar e formar os clientes, os seus trabalhadores e os fornecedores sobre a importância dos comportamentos “verdes” (*idem*). Desta forma, as empresas que tenham em séria consideração as questões ambientais podem criar uma vantagem competitiva sustentável (Laroche *et al.*, 2001). Silva e Perna (2009) salientam a existência, em Portugal, de bons exemplos de experiências empresariais, relativas à relação entre as unidades turísticas e o meio ambiente (adoção de boas práticas ambientais), em que, por um lado, a empresa beneficia de uma imagem associada à conservação ambiental e, por outro, racionaliza e reduz custos operacionais como consequência dos investimentos “verdes”. Logo, as empresas turísticas, ao apostarem em ações de sustentabilidade, inseridas numa política integrada dos aspetos económicos, ecológicos, sociais e institucionais, conseguem obter simultaneamente vantagens microeconómicas e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos destinos. Isto poderá levar à eliminação ou, pelo menos, à atenuação do já referido “paradoxo do turismo”.

CAPÍTULO 6 METODOLOGIA

6.1 ENQUADRAMENTO DO ESTUDO NO PROJETO ORTE

Este estudo enquadra-se no Projeto de Investigação ORTE - “*The overall rural tourism experience and sustainable local community development*” (PTDC/CS-GEO/104894/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (cofinanciado pelo COMPETE, QREN e FEDER) e coordenado pela Professora Doutora Elisabeth Kastenholz da Universidade de Aveiro. O projeto ORTE procura analisar, de uma forma integrada e multidisciplinar, a “experiência turística rural” no contexto de três aldeias portuguesas, através de uma abordagem a visitantes, população local, agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável dos destinos rurais.

A seleção das três aldeias atualmente alvo do estudo no projeto ORTE – *Linhares da Beira, Janeiro de Cima e Favaios* - teve por base critérios de similaridade tais como, serem marcadamente rurais, estarem localizadas no Norte ou Centro de Portugal, terem boas/ razoáveis acessibilidades, possuírem algum tipo de infraestruturas e serviços turísticos (por exemplo, alojamento, restauração, atrações, eventos, etc.), apresentarem uma certa diversidade de produtos e recursos turísticos, serem alvo de procura turística, terem associada uma Marca específica ou estarem integradas numa rede (por exemplo, Aldeia Histórica, Aldeia de Xisto, Aldeia Vinhateira, etc.), conterem uma comunidade com raízes locais e com alguma densidade demográfica, manifestar a presença de algumas atividades económicas e de uma população ativa, serem alvo da atuação de associações de desenvolvimento (que implementem projetos no âmbito do programa LEADER ou outros), revelarem uma comunidade com interesse em participar/ contribuir para o projeto, bem como líderes locais com disponibilidade e dinamismo, entre outros fatores. Contudo, estas aldeias e suas comunidades apresentam também distintas características geográficas, socioculturais, políticas e económicas, recursos endógenos, património (material e imaterial) e dinâmicas de desenvolvimento que poderão condicionar experiências de turismo rural distintas. O projeto ORTE, recorrendo a uma análise multidimensional e interdisciplinar, visa compreender de forma aprofundada a **experiência global em turismo rural** e avaliar o potencial do destino em oferecer ao visitante uma experiência completa, multifacetada e apelativa (Kastenholz, 2010).

No âmbito do projeto ORTE, que teve início em 2010 e terminará em 2013, está prevista a aplicação de metodologias qualitativas e quantitativas (*métodos mistos*) na abordagem às questões da investigação. Dado a realização deste Estágio/ Projeto coincidir com a fase de recolha e análise de dados qualitativos, e considerando a natureza exploratória do estudo, ou seja, a procura de pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho (Quivy & Van Campenhoudt, 1998), optou-se pela aplicação de um esquema qualitativo. Essa abordagem qualitativa teve como objetivo ajudar a aprofundar a compreensão sobre determinadas dimensões da experiência, caso do papel dos recursos naturais na experiência turística rural, contribuindo para a obtenção de uma informação mais rica e detalhada, bem como para “orientar” o desenvolvimento da posterior fase quantitativa do ORTE.

6.2 PROCESSO DE PLANEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Os três objetivos gerais definidos no **Capítulo 1** evidenciam a natureza exploratória deste estudo, que envolve dois estudos de caso - *Linhares da Beira* (Aldeia Histórica de Portugal) e *Janeiro de Cima* (Aldeia de Xisto), no contexto da experiência turística em espaço rural. Na **FIGURA 8** encontram-se esquematizadas os vários componentes (questão de partida, relevância da questão e questões específicas) e fases do processo de planeamento referentes a esta investigação.

Questão de partida:

“Qual o papel dos recursos naturais na experiência turística em espaço rural, e de que forma a sua exploração pelo Homem - caso da energia do ‘vento’ através dos parques eólicos - poderá influenciar as perceções, atitudes e experiências dos visitantes nos espaços rurais?”

Relevância da questão:

Este estudo poderá ajudar a aprofundar a compreensão sobre o potencial dos recursos naturais para integrar um produto turístico rural diversificado, e sobre a forma como poderá ser feita a sua conjugação com outras dinâmicas e estratégias de desenvolvimento presentes nas áreas rurais – caso dos parques eólicos - segundo uma perspetiva sustentável de otimização da experiência turística global, de melhoria do bem-estar das comunidades anfitriãs e do uso racional dos recursos.

Questões de investigação específicas:

-Que tipo de recursos naturais/ atrações estão presentes nas aldeias em estudo e num raio de até 20 km, e de que forma poderão vir a integrar um produto turístico rural diversificado?

-Como são experienciados os recursos naturais pelos visitantes e quais as perceções de residentes, agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento, no contexto da experiência turística rural?

-Como é influenciada a experiência turística em espaços rurais onde estejam presentes parques eólicos, tendo em conta as perceções e atitudes dos visitantes, residentes e dos agentes locais?

-Qual o potencial dos parques eólicos para vir a integrar um produto turístico rural?

-Que tipo de comportamento ambiental é manifestado pelos visitantes no dia-a-dia e em tempo de férias?

-Qual a relação entre o tipo de comportamento ambiental expresso pelos visitantes em tempo de férias, os impactes ambientais derivados da atividade turística nas aldeias, e o tipo de perceções e atitudes dos visitantes para com a energia eólica e a presença de parques eólicos no destino turístico?

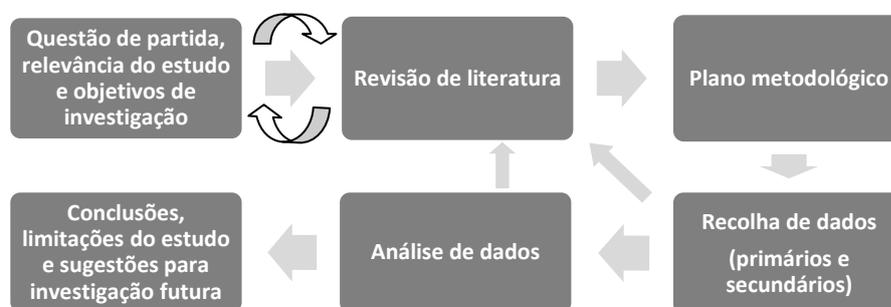


FIGURA 8 – Componentes e fases do processo de planeamento da investigação

Fonte: elaboração própria

Neste estudo, o processo de recolha e análise bibliográfica representou um importante apoio para a investigação, fornecendo ideias para a elaboração da questão de partida e definição dos objetivos principais e específicos, ideias para a definição do plano metodológico, bem como informação sobre investigações realizadas por outros autores (possibilitando a comparação dos resultados obtidos neste estudo com outros já publicados), permitindo, desta forma, o enquadramento teórico das temáticas debatidas (caso do desenvolvimento sustentável, impactes do turismo, turismo rural, sector energético em espaço rural, impactes dos parques eólicos, recursos naturais e capital natural no turismo, a experiência turística e o comportamento ambiental no destino). Nos subcapítulos seguintes serão descritas as opções inerentes à formulação de um plano de investigação qualitativo, refletidas no esquema seguinte - **TABELA 7**.

TABELA 7 - Plano de investigação qualitativo realizado no âmbito do Estágio/ Projeto

Paradigma	Interpretativismo (com base na fenomenologia)
Abordagem / Lógica	Qualitativa / Indutiva
Estratégia	Estudo de caso múltiplo ou coletivo fenomenológico
Propósito	Exploratório
Fenómeno de interesse	Experiência turística em espaço rural
Casos	Aldeias de <i>Linhares da Beira</i> e de <i>Janeiro de Cima</i> . As aldeias constituem a unidade de análise mais ampla, enquanto as políticas, práticas e pessoas constituem a unidade de análise mais restrita.
Crítérios de seleção	Seleção intencional (características semelhantes ou diferentes entre casos)
Tipo de dados	Primários e secundários
Recolha de dados primários	Entrevistas semiestruturadas (criação de guiões diferenciados de acordo com o tipo de entrevistado) aplicadas “cara-a-cara” e observações <i>in loco</i>
Procedimentos éticos aplicados³⁴	Identificação dos entrevistadores e clarificação dos objetivos e regras do estudo; respeito pelos inquiridos e suas opiniões; anonimato dos inquiridos (visitantes e residentes); disponibilização dos dados recolhidos nas entrevistas a agentes da oferta e a agentes de planeamento e de desenvolvimento; divulgação dos resultados ao público e comunidades anfitriãs
Participantes	Turistas, excursionistas, residentes, agentes da oferta, agentes de planeamento e desenvolvimento (em atuação na aldeia e região envolvente)
Tipo de amostragem	Amostragem intencional do tipo “variação máxima” (visitantes e população) + amostragem intencional do tipo “bola de neve” (turistas residenciais, população e agentes de planeamento e desenvolvimento). No caso dos agentes da oferta (alojamento, restauração, etc.) foi efetuado um levantamento em cada aldeia visando a sua entrevista na totalidade.
Entrevistas entre dados secundários analisados	13 dezembro 2010 e 26 maio 2012 (<u>Visitantes</u> : período da primavera e verão) Análise documental variada (por exemplo, recolha de dados estatísticos; livro de visitas do Posto de Turismo; planos estratégicos das áreas protegidas sob gestão do Instituto da Conservação da Natureza (antigo ICN ³⁵ e atual ICNF); brochuras, panfletos e outro material de promoção turística; estudos de impacte ambiental dos parques eólicos, páginas de internet, entre outros.
Análise de dados	Análise de conteúdo; estudo <i>within-case</i> e comparação <i>cross-cases</i>
Tipos de triangulação	Triangulação de dados; triangulação de investigadores
Software utilizado	WebQDA
Papel do investigador	Descrito no APÊNDICE 5

Fonte: elaboração própria

³⁴ Para mais informações sobre este assunto ver, por exemplo, a temática sobre códigos de ética em Yin (2011: 39-41).

³⁵ A designação antiga - ICN, pelo facto de ser facilmente reconhecida e comumente utilizada, continuará a ser utilizada neste relatório, em vez da atual designação de Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

6.3 FORMULAÇÃO DO PLANO DE INVESTIGAÇÃO

A escolha do *tipo de esquema* – **qualitativo**, **quantitativo** ou **métodos mistos** - constitui uma das várias decisões a serem tomadas durante a formulação do plano de investigação, sendo estas influenciadas pela questão de partida do estudo, pelas experiências pessoais do investigador e pela audiência para quem o investigador escreve (Creswell, 2009). Outros aspetos a ter em consideração são os *pressupostos filosóficos* em que se fundamenta a investigação, as *estratégias de pesquisa* associadas, e os *métodos para a recolha, análise e interpretação dos dados* (*idem*). Assim, um processo de planeamento de investigação em qualquer área, incluindo o turismo, abrange um determinado número de etapas sequenciais, que raramente se desenvolvem de forma direta ou linear (Veal, 2006). O modelo clássico do processo de investigação implica o desenvolvimento inicial de uma **teoria**³⁶, seguido do gerar e do testar de **hipóteses**³⁷, e da interpretação final dos resultados (Vanderstoep & Johnston, 2009). Este é, geralmente, um processo circular pois os resultados voltam a integrar o sistema fornecendo material para futuras pesquisas (Vanderstoep & Johnston, 2009), podendo envolver um ou vários circuitos (Veal, 2006).

No contexto da investigação em turismo, a maioria dos estudos realizados envolve a recolha, análise e apresentação de dados estatísticos, pelo que a informação expressa, frequentemente, uma natureza quantitativa (por exemplo, número de turistas que visitam um destino de férias específico), sendo que, por vezes, até informação com carácter qualitativo é apresentada sob uma forma quantitativa (por exemplo, recurso a escalas do tipo *Likert* de 1 a 5, para avaliação do nível de satisfação dos visitantes relativamente a certos serviços turísticos) (Veal, 2006). Contudo, na **metodologia qualitativa**, e contrariamente à **metodologia quantitativa**, a informação recolhida e as conclusões geradas não implicam, normalmente, o uso de uma análise estatística, pelo que, de forma geral, se recolhem grandes quantidades de informação, mais ou menos detalhada, sobre um número de casos relativamente pequeno (Veal, 2006), com vista a produzir uma narrativa ou descrições textuais do **fenómeno** em estudo (Vanderstoep & Johnston, 2009) – termo que designa o “*evento que é experienciado pelo indivíduo que o vivencia*” (Shkedi, 2005: 52). Como os dados que emergem de um estudo qualitativo são essencialmente descritivos (Creswell, 2009), o processo circular de análise assenta em processos de *descrição* e *classificação* do fenómeno, e na observação de como os *conceitos se relacionam entre si*, o que leva a novas descrições (**FIGURA 9**), ou seja, a descrição fornece as bases para a análise mas a própria análise estabelece também a base para uma descrição mais detalhada (Dey, 1993).

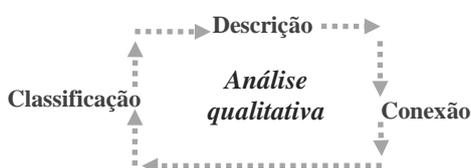


FIGURA 9 – Processo circular da análise qualitativa

Fonte: adaptado de Dey, 1993: 32

³⁶ Segundo Vanderstoep e Johnston (2009: 4) a teoria é “*um conjunto de princípios organizadores que auxilia os investigadores a descrever e a prever acontecimentos*”, estando estreitamente ligadas à questão-base da investigação.

³⁷ Hipóteses são “*previsões específicas sobre o que vai acontecer com base na teoria*” (Vanderstoep & Johnston, 2009: 5), elaboradas a partir de observações informais, da experiência do investigador, ou revisão de literatura (Veal, 2006).

Uma abordagem qualitativa revela um *carácter exploratório* pois, normalmente, o investigador que a ela recorre procura compreender um fenómeno para o qual existe pouca ou nenhuma informação, e interpretar as suas manifestações e os contextos em que emerge ou é experienciado, através da utilização de múltiplas fontes de dados em vez de uma só (Lewis, 2003; Creswell, 2009; Yin, 2011). Desta forma, este tipo de investigação encontra-se frequentemente associada a um tipo de **raciocínio indutivo**, no qual se procuram padrões nos dados de forma a gerar intuitivamente uma teoria – a observação/ recolha de dados precede a formulação da teoria, ao contrário da investigação quantitativa assente, geralmente, num **raciocínio dedutivo** – a observação/ recolha de dados é efetuada com base na teoria e após a formulação de hipóteses (**FIGURA 10**) (Finn, Elliott-White & Walton, 2000; Veal, 2006; Creswell, 2009; Vanderstoep & Johnston, 2009).

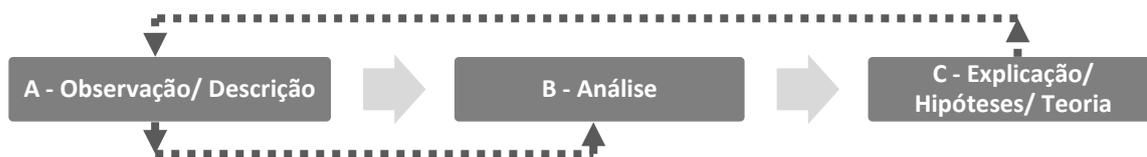


FIGURA 10 – Processo dedutivo (linha tracejada: de C para B) e indutivo (setas largas: de A para C)

Fonte: elaboração própria, com base em Veal, 2006: 34

A evidência resultante da investigação em turismo tende a apoiar este tipo de associação (abordagem qualitativa → processo indutivo; abordagem quantitativa → processo dedutivo), contudo fica a ressalva que, tendo em conta as exigências das questões de investigação, métodos quantitativos podem ser utilizados para gerar hipóteses e desenvolver teorias, e os qualitativos usados para testar hipóteses, pelo que os dois métodos devem ser vistos como sendo complementares entre si, e não como competitivos, podendo ser combinados de forma a maximizar as forças e a minimizar as fraquezas de cada um (Finn *et al.*, 2000), podendo estar presentes em diferentes fases num processo de investigação qualitativa (Snape & Spencer, 2003). A **TABELA 8** resume as características geralmente associadas a três das abordagens atuais.

Aprofundando as **forças da abordagem qualitativa**, autores como Johnson e Onwuegbuzie (2004) salientam, por exemplo, aspetos como o permitir: (i) que os dados sejam baseados nas categorias de significados dos próprios participantes (e não nas categorias definidas pelo investigador); (ii) normalmente, a recolha de dados no contexto natural; (iii) estudar um número limitado de casos em profundidade; (iv) descrever fenómenos complexos [caso do fenómeno social relativo à experiência turística]; (v) obter informações sobre o caso individual; (vi) compreender e descrever as experiências pessoais dos indivíduos sobre os fenómenos; (vii) realizar comparações e análises entre casos; (viii) identificar e descrever, detalhadamente, os fatores de fixação e os contextos relativos aos fenómenos de interesse; (ix) o estudo de processos dinâmicos; (x) ser sensível às situações e condições locais, bem como às necessidades dos *stakeholders*, possibilitando que os investigadores possam mudar o enfoque da sua pesquisa como resultado das mudanças que possam ocorrer durante a realização de um estudo; entre outras. Contudo, de acordo com os mesmos autores, algumas das **fraquezas da abordagem qualitativa** são, por exemplo: (i) a possibilidade de não se poder generalizar o conhecimento a outros indivíduos ou cenários; (ii) a

dificuldade em fazer previsões quantitativas, em testar hipóteses e teorias; (iii) uma, geralmente, maior morosidade na recolha e análise dos dados, comparativamente à investigação quantitativa; (iv) uma maior facilidade de os resultados serem influenciados pela visão pessoal do investigador.

TABELA 8 – Abordagem quantitativa, qualitativa e métodos mistos

CARACTERÍSTICAS	ABORDAGEM QUANTITATIVA	ABORDAGEM QUALITATIVA	ABORDAGEM MÉTODOS MISTOS ³⁸
Pressupostos filosóficos	Positivismo, pós-positivismo (visão do mundo que procura identificar e avaliar as causas/ antecedentes que influenciam os efeitos/ resultados)	Interpretativismo, construtivismo social (visão do mundo que assenta na interpretação do ponto de vista que os indivíduos revelam ter sobre a situação em estudo)	Pragmática (visão do mundo que nasce das ações, situações e das consequências em vez de condições antecedentes)
Posição do investigador	Lado de “fora”	Lado de “dentro”	Livre posicionamento
Objetivo e âmbito da investigação	Determinar → hipóteses ou questões específicas	Compreender → questões gerais ou fenómenos complexos	Construir soluções viáveis → pluralista
Relação com a teoria	Testar hipóteses	Gerar hipóteses e desenvolver teorias	Teoria testada sob uma abordagem de investigação quantitativa ou qualitativa
Tipo de raciocínio	Dedutivo (pré-determinado)	Indutivo (emergente)	Dedutivo e Indutivo
Tipo de dados	Dados numéricos	Dados de texto ou imagem	Dados quantitativos e qualitativos
Recolha de dados	Perguntas fechadas; Inquéritos por questionário; Observações (ex.: contagens); Fontes secundárias (ex.: Censos), etc.	Perguntas abertas; Inquéritos por entrevista (geralmente, não diretiva ou semidiretiva); <i>Focus groups</i> ; Observações (ex.: do tipo participante); Fontes secundárias (ex.: textos), etc.	Perguntas fechadas e abertas
Estratégias associadas	Estudos não experimentais (descritivos e de correlação); Experimentais ou “Quasi-experimentais”	Etnografia; Teoria fundamentada (“ <i>grounded theory</i> ”); Fenomenologia; Estudos de caso; Narrativa, etc.	Sequencial; Simultânea; Transformativa
Análise de dados	Análise de unidades -> uso de testes estatísticos (ex.: testes χ^2 , testes-t, análises de variância, de correlação, de regressão, etc.) ou estatísticas descritivas (ex.: frequências)	Análise de textos ou imagens, com identificação dos temas principais ou padrões de interpretação -> ex.: uso de técnicas de análise de conteúdo	Análise quantitativa e qualitativa
Principal vantagem	Amostras grandes e validade estatística refletem de forma precisa a população	Narrativa descritiva rica e aprofundada da amostra da população	Generalização para toda a população e visão aprofundada sobre o significado do fenómeno na amostra de indivíduos
Principal desvantagem	Compreensão superficial dos pensamentos e sentimentos dos participantes	Amostra pequena não permite uma generalização para toda a população	Maior dispêndio de tempo na recolha e análise de dados mistos

Fontes: Finn *et al.*, 2000; Riley e Love, 2000; Shkedi, 2005; Veal, 2006; Creswell, 2009; Vanderstoep e Johnston, 2009

De forma a assegurar a **credibilidade e qualidade de um estudo qualitativo**, Yin (2011) sublinha que o investigador deverá observar o seguinte: i) garantir a “*transparência*” dos procedimentos, tornando a descrição e documentação da pesquisa acessíveis ao público; ii) *realizar a pesquisa de*

³⁸ Para mais informação consultar, por exemplo, Johnson & Onwuegbuzie (2004) ou Creswell (2009).

forma metódica (ou seja, explicitar os procedimentos da pesquisa, evitar enviesamentos inexplicáveis ou a distorção deliberada de dados, realizar o cruzamento de procedimentos e dados) deixando, contudo, espaço suficiente para a descoberta e ocorrência de eventos imprevistos; iii) *basear a pesquisa num conjunto explícito de provas*, visando obter conclusões sobre os dados que foram recolhidos e analisados de forma honesta.

Nesse sentido iremos então, de seguida, abordar aspetos relativos aos pressupostos filosóficos e à estratégia de investigação que caracterizam este estudo.

6.3.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS DA INVESTIGAÇÃO

No que concerne aos paradigmas filosóficos, a **dicotomia positivismo/ interpretativismo** é uma das mais referidas no âmbito das ciências sociais (ver, por exemplo, Guba & Lincoln, 2005; Veal, 2006; Creswell, 2009). Os **pressupostos positivistas** representam o esquema de investigação mais tradicional, similar ao adotado pelas ciências naturais (por exemplo, a Biologia) - uma aproximação à *investigação quantitativa* - no qual o investigador se apresenta como independente do objeto de estudo (o comportamento e as ações humanas) que pretende avaliar, recolhendo observações empíricas, medidas e dados quantificáveis com o objetivo de testar a teoria ou os modelos desenvolvidos no início do processo de investigação (método dedutivo) (Veal, 2006; Creswell, 2009), visando facilitar a replicação, generalização e, conseqüente, validação “científica”. Por outro lado, os **pressupostos interpretativistas** representam um esquema mais aproximado à *investigação qualitativa*, no qual o investigador interage com o objeto de estudo em análise tentando compreender o “ponto de vista” dos participantes (os múltiplos significados das suas experiências), explicado pelos próprios, bem como os contextos socioculturais e históricos subjacentes, o que implica uma abordagem mais flexível e multifacetada ao nível da recolha de dados (de carácter mais subjetivo), e o desenvolvimento da teoria ou padrões de significados no final do processo de investigação (método indutivo) (Veal, 2006; Creswell, 2009). Neste último caso, a interpretação dos dados pelo investigador, que procura recolher pessoalmente a informação dos participantes e visitar o contexto *in situ*, é moldada pelas suas próprias experiências e conhecimento (Creswell, 2009), o que dificulta a replicação e generalização dos resultados (contudo, estas não são as questões fundamentais deste tipo de paradigma). No contexto da investigação em turismo, Riley e Love (2000) verificaram, após análise de artigos publicados em quatro tipos de jornais científicos da área (*Journal of Travel Research; Annals of Tourism Research; Tourism Management* e o *Journal of Travel and Tourism Marketing*), que o positivismo é o paradigma dominante, verificando-se, contudo, uma (lenta) emergência do uso de métodos associados ao paradigma interpretativo.

Segundo Schwandt (2000), a **fenomenologia** é uma das formas tradicionais na base da noção do *interpretativismo*, pois procura compreender o modo como atribuímos significado às nossas próprias ações [experiências vividas] e às de terceiros. A compreensão dessas “experiências vividas” permite a caracterização da fenomenologia como uma perspetiva filosófica [e, por exemplo, paradigma sinónimo do interpretativismo/ construtivismo - Jennings, 2007] ou como um método (Moustakas 1994, citado por Creswell, 2009), associado à recolha de dados. No contexto do turismo, a abordagem fenomenológica visa compreender o fenómeno subjetivo e introspetivo

da “experiência turística” (Cohen, 1979), pelo que Andereck, Bricker, Kerstetter e Nickerson (2006) salientam a importância da interligação das três dimensões de significados - a *vertente social*, a *vertente ambiental*, e a *vertente das atividades realizadas* no âmbito da experiência, sendo esta complexa e dinâmica, interpretada de forma diferente por cada indivíduo. Assim, um estudo fenomenológico procura captar e descrever a “essência” da experiência dos participantes (Berg, 2001), constituindo um reflexo, o mais verdadeiro e claro possível, da realidade interpretada por quem a vivenciou (Vanderstoep & Johnston, 2009).

6.3.2 ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO – ESTUDO DE CASO

Dey (1993) salienta que um dos aspetos relacionados com o *processo de descrição* da análise qualitativa (ver a **FIGURA 9**), a ter em conta é o *contexto* (seja este espacial, temporal, social, relacional, etc.) como forma de situar a ação ou o fenómeno (providenciando uma base adequada para a interpretação e explicação), pois os “significados” dependem do contexto onde são observados. Nesse sentido, o recurso a **estudos de caso** enquanto estratégia de investigação empírica poderá dar um importante contributo pois, como refere Yin (2003: 13), estes investigam “*um fenómeno contemporâneo no seu contexto de vida real, em especial, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes*”, ou seja, o uso do estudo de caso visa analisar as condições contextuais que se têm como pertinentes para o estudo do fenómeno em questão. Recorrendo a várias técnicas de recolha de dados tais como entrevistas, observação e análise de documentos (Denzin & Lincoln, 2005), um estudo de caso terá como resultado a descrição e a interpretação do **caso** (Vanderstoep & Johnston, 2009), termo que designa a *unidade de análise*, ou seja, um exemplo do fenómeno de interesse a ser investigado (Veal, 2006).

Contudo, o exposto na **Tabela 8** é alvo de críticas de autores como Yin (2003: 14), que afirma que esta estratégia “*não deve ser confundida com a ‘investigação qualitativa’*”, devendo antes ser vista como uma estratégia de investigação abrangente, dado poder basear-se na recolha e análise de múltiplas fontes de dados (do tipo quantitativo, qualitativo ou um misto dos dois). Assim, autores como Beeton (2005) ou Veal (2006) sugerem que o estudo de caso é uma metodologia de investigação que envolve o uso de vários métodos ou técnicas (*método múltiplo*). Da mesma forma, e no âmbito da investigação em turismo, Jennings (2001, citado por Beeton, 2005) sublinha que a aplicação dos estudos de caso é adequada tanto aos paradigmas mais assentes numa lógica hipotético-dedutiva como aos baseados numa lógica mais holística-indutiva. Esta estratégia de investigação pode então envolver um único (*single case study*) ou múltiplos estudos de caso (*multiple case study*), com um propósito explicativo (das presumíveis relações causais), descritivo, ilustrativo, exploratório, ou de meta-avaliação (Yin, 2003). A proposta de Stake (2005: 445), para a tipologia dos estudos de caso, distingue entre: i) *estudo de caso intrínseco* (o investigador procura uma melhor compreensão de um caso particular, que lhe desperta um interesse intrínseco), ii) *estudo de caso instrumental* (o caso em si não constitui o principal interesse do investigador, prestando contudo um apoio na compreensão de um interesse externo, mais geral), e iii) *estudo de caso coletivo* (o estudo instrumental estende-se a vários casos, de forma a investigar um fenómeno, população ou condição geral, por comparação). Este autor adverte, assim, que o “*estudo de caso não é uma opção metodológica mas uma decisão sobre o que irá ser estudado*” (p. 435). Logo, o estudo de caso pode ser visto segundo uma perspetiva de

sistema (caso de uma organização, uma comunidade, etc.), limitado a uma determinada localização, momento de tempo ou propósito (Vanderstoep & Johnston, 2009). No contexto do turismo, por exemplo, uma investigação sobre os visitantes num destino turístico específico pode ser visto como um estudo de caso do local/ destino (Veal, 2006).

O objetivo de uma investigação baseada num estudo de caso não é o de produzir resultados que permitam uma generalização para toda a população, mas antes o de apresentar algumas implicações/ sugestões gerais relativas a questões teóricas ou políticas (Veal, 2006). Todavia, segundo Gama (2009: 77), dever-se-á optar pela utilização de casos múltiplos sempre que haja a possibilidade e recursos, tendo em conta que as conclusões obtidas “*independentemente em situações múltiplas serão mais poderosas do que as provenientes de uma situação singular*” e que “*os contextos de cada caso [poderão] conter algumas diferenças*”, pelo que a possibilidade de alcançar conclusões comuns nas situações múltiplas poderá ter importantes consequências na “*capacidade de generalização das conclusões, por comparação com o caso único*”. Desta forma, os estudos de caso apresentam características únicas ao nível das estruturas conceituais, aplicação prática e problemas associados (por exemplo, éticos) (Denzin & Lincoln, 2005), sendo que nenhum investigador consegue, compreensivelmente, “contar toda a história” sobre o caso, pelo que terá de encontrar a perspetiva que melhor o representa, optando por critérios (escolhas subjetivas) assentes, por exemplo, no financiamento do projeto, nos leitores potenciais, numa maior compreensão, na possibilidade de publicação, etc. (Stake, 2005).

Para um *estudo de caso fenomenológico*, Stake (2005) refere a necessidade de se combinar uma interpretação subjetiva (mas disciplinada) e descrição fiel do experienciado pelos indivíduos, com o respeito e curiosidade pelas diferentes perceções culturais do fenómeno e com a representação empática dos contextos locais, no seio do paradigma interpretativista, maximizando a aprendizagem obtida com o caso. O investigador deverá então definir a seleção de casos de acordo com a natureza das questões de pesquisa, podendo optar (seleção intencional) pelo estudo de casos com base em critérios de características semelhantes ou diferentes, de tipicidade ou de atipicidade do fenómeno em estudo, de capacidade ilustrativa de uma proposição particular, ou de pragmatismo (Veal, 2006; Vanderstoep & Johnston, 2009). No âmbito deste trabalho específico, os critérios de seleção de casos – as aldeias em estudo - encontra-se descrito no subcapítulo 6.1, referente ao enquadramento do projeto ORTE.

Outro aspeto importante a considerar na conceção e realização de estudos de caso é a definição da unidade de análise (o caso), visando uma reflexão adequada sobre o tema principal do estudo (Veal, 2006; Yin, 2011). De acordo com Yin (2011), a maioria dos estudos qualitativos apresenta mais do que um nível de unidade de recolha de dados, sendo que cada nível pode conter um número diferente de unidades. Tipicamente, um estudo qualitativo poderá exibir um *nível mais amplo* contendo uma única unidade (por exemplo, uma única área geográfica, entidade social ou organizacional) que, por sua vez, incorpora um *nível mais restrito* contendo várias unidades (por exemplo, múltiplos participantes ou políticas, práticas ou ações no mesmo cenário) (*idem*). Neste estudo específico, as duas aldeias constituem a **unidade de análise mais ampla** (com uma função, em grande medida, contextual), enquanto as políticas e práticas (entrevistas a agentes da oferta e a agentes institucionais locais/ regionais, análise de documentos, observação) e pessoas

(entrevistas a visitantes e residentes) constituem a **unidade de análise mais restrita**. Dado o tópico principal do estudo ser a “experiência turística em espaço rural”, a recolha de dados será efetuada maioritariamente ao nível das unidades de análise mais restritas.

Seguindo o argumento de Stake (2005: 444), no qual “*um estudo de caso é tanto o processo de investigação de um caso como o produto resultante dessa investigação*”, este relatório final de Projeto pode ser definido como um estudo de caso fenomenológico, resultado de uma investigação exploratória, assente num estudo de caso coletivo, no seio do paradigma interpretativista, refletindo uma abordagem essencialmente qualitativa e raciocínio indutivo, como forma de melhor conseguir responder às questões específicas deste estudo.

6.4 PROCEDIMENTOS PARA A RECOLHA, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DADOS

6.4.1 PROCESSO DE AMOSTRAGEM E TAMANHO DA AMOSTRA

Uma **amostra** é um conjunto de participantes ou elementos selecionados a partir de uma **população ou universo** (a categoria global) com o objetivo de poupar tempo e esforço, bem como o de obter estimativas consistentes e imparciais acerca da situação da população de onde provieram (Schofield, 2006; Veal, 2006), pelo que a escolha do **processo de amostragem**, subjacente à seleção da amostra que participa num estudo específico, tem “*implicações na forma como os dados são recolhidos, analisados e interpretados*” (Veal, 2006: 283).

Na investigação social, os métodos de amostragem podem ser subdivididos em **amostragem probabilística/ casual/ aleatória**, na qual os elementos de uma população são escolhidos ao acaso, tendo igual e conhecida probabilidade de serem selecionados a partir desta, e **amostragem não probabilística/ não casual/ não aleatória**, em que os elementos refletem determinados grupos ou características, sendo deliberadamente selecionados a partir de uma população (probabilidade desconhecida) (Ritchie, Lewis & Elam, 2003). O primeiro tipo de amostragem é, normalmente, visto como a abordagem mais rigorosa no contexto da seleção da amostra numa *investigação quantitativa*, dado o interesse em obter uma amostra estatisticamente representativa, que possibilite a generalização dos resultados para toda a população, diferindo dos objetivos do segundo tipo de amostragem, mais utilizada numa *investigação qualitativa*, que se serve das características da população como a base de seleção da amostra, mas não ambicionando alcançar a representatividade estatística, o que a torna mais apropriada para estudos de pequena escala e em profundidade (*idem*).

No que concerne à investigação qualitativa, uma das estratégias de seleção de amostras mais utilizada (podendo ser aplicada tanto a indivíduos como a locais/ destinos) é a **amostragem intencional** (em inglês, engloba termos como *purposive/ purposeful sampling* ou *judgmental sampling*) (Marshall, 1996; Lodico, Spaulding & Voegtler, 2006; Creswell, 2011; Yin, 2011). Este tipo de amostragem pode designar diferentes tipos de abordagem, englobando diferentes tipos de composição de amostra de acordo com os recursos existentes, objetivos e âmbito do estudo, o que implica tomar decisões sobre quais os critérios que servirão de base a essa seleção – por exemplo, determinadas características sociodemográficas dos participantes, ou experiências, comportamentos ou papéis específicos, entre outros (Patton, 2002; Ritchie *et al.*, 2003). Assim, este tipo de amostragem tem como propósito selecionar as unidades de amostra (participantes

ou elementos) que revelem ser as detentoras de uma maior riqueza e pertinência de informação, visando obter uma diversidade de pontos de vista que não só apoiem como também desafiem as questões em estudo (Patton, 2002; Yin, 2011). Segundo Ritchie *et al.* (2003), apesar da seleção intencional envolver uma escolha deliberada por parte do investigador, tal não deverá sugerir a existência de um enviesamento na natureza das opções efetuadas, pois este tipo de processo de amostragem requer objetividade para que a amostra resista a um escrutínio independente.

No âmbito da amostragem intencional podem ser identificados diferentes tipos de estratégias/técnicas, descritos no **APÊNDICE 1**. Apesar das diferenças entre estratégias estas não são mutuamente exclusivas, podendo ser necessário recorrer a mais do que uma técnica de amostragem no decurso de uma investigação (Patton, 2002). Como afirma este autor “*a estratégia de amostragem deve ser selecionada de modo a adequar-se ao objetivo do estudo, aos recursos disponíveis, às perguntas feitas, e aos constrangimentos enfrentados*” (p. 242). No **APÊNDICE 2** podemos observar um esquema do processo de seleção (contendo a maior parte das técnicas descritas na tabela anterior), exemplificativo do que poderá ser utilizado pelo investigador qualitativo ao ponderar sobre quais as estratégias que melhor poderão responder aos objetivos do seu estudo e recursos disponíveis. A diferença entre as várias opções de amostragem intencional reside no facto destas serem empregues antes do, ou após o início da recolha dos dados (Creswell, 2011).

De acordo com as características das técnicas e tendo em conta as que poderiam melhor responder às questões da presente investigação, optou-se (**TABELA 9**), nas aldeias em estudo, por: (i) uma amostragem do tipo “*bola de neve*” na seleção dos agentes de planeamento e desenvolvimento (englobando os agentes de desenvolvimento local, entidades ligadas ao turismo e entidades governativas); (ii) um misto de amostragem do tipo “*variação máxima*” e de amostragem do tipo “*bola de neve*” na seleção de turistas residenciais e da população residente local, permitindo a flexibilidade de acordo com as necessidades e situações encontradas no terreno (Patton, 2002); (iii) uma amostragem do tipo “*variação máxima*” na seleção da amostra de turistas e excursionistas, que fosse detentora de uma diversidade de perspetivas, motivações e comportamentos que representasse a complexidade do fenómeno em estudo – a “*experiência turística rural*”. No caso dos agentes da oferta, detentores de um negócio local, foi efetuado um levantamento em cada aldeia visando a sua entrevista (ou dos seus representantes) na totalidade.

TABELA 9 – Técnicas de amostragem intencional utilizadas neste trabalho

TIPO DE INQUIRIDOS	TIPO DE AMOSTRAGEM	CRITÉRIOS (utilizados para as aldeias em estudo)
Visitantes ³⁹	<i>Variação máxima</i>	-Turistas ⁴⁰ nacionais e estrangeiros, maiores de 18 anos, viajando sozinhos ou num grupo de viagem (e pernoitando num raio máximo de 20 km);

³⁹ Designação atribuída a “*toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado*”, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1993 (Cunha, 2003: 19). O termo “visitantes” engloba, assim, turistas, turistas residenciais e excursionistas.

⁴⁰ Designação atribuída a “*todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou um alojamento privado no local visitado*”, adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1993 (Cunha, 2003: 19).

	Varição máxima e "bola de neve"	-Excursionistas ⁴¹ nacionais e estrangeiros, maiores de 18 anos, viajando sozinhos ou num grupo de viagem; -Turistas residenciais ⁴² nacionais e estrangeiros, maiores de 18 anos, alojados em residência secundária própria/ arrendada nos locais de estudo.
População	Varição máxima e "bola de neve"	-Pessoas maiores de 18 anos, cujo agregado familiar possui residência principal própria/ arrendada nos locais de estudo.
Agentes de planeamento e desenvol.	"Bola de neve"	-Representantes de associações de desenvolvimento local, de entidades ligadas ao turismo ou de entidades governativas (por exemplo, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais), que atuam na região que engloba as aldeias em estudo.

Fonte: elaboração própria

Relativamente ao **tamanho da amostra** não existem regras definidas na investigação qualitativa, pelo que as decisões a tomar dependem dos objetivos e questões do estudo, bem como dos recursos e tempo disponíveis (Patton, 2002). Como referem Ritchie *et al.* (2003: 83), as amostras qualitativas são, normalmente, de pequeno tamanho por três razões: (i) se os dados forem devidamente analisados, chegar-se-á a um ponto em que um aumento do tamanho da amostra não irá contribuir para a emergência de novas evidências [ou seja, o atingir da "saturação dos dados" - Marshall, 1996]; (ii) a amostragem intencional, na investigação qualitativa, difere de uma amostragem probabilística, no sentido de não existir a obrigatoriedade de assegurar uma amostra de dimensão suficiente para proporcionar estimativas ou para determinar variáveis estatisticamente significativas (inferência estatística); (iii) um estudo qualitativo produz informação rica em detalhe por cada unidade de recolha de dados, pelo que a amostra necessita de ter uma escala razoavelmente pequena para se conseguir analisar esse volume de informação. De acordo com os autores anteriores, a regra geral, para um único estudo qualitativo envolvendo entrevistas individuais, consiste em que o tamanho da amostra seja, normalmente, inferior a 50, pois um número muito superior a este começa a condicionar negativamente a qualidade da análise para a totalidade da amostra. Contudo, um tamanho das amostras demasiado pequeno poderá levar à não deteção de grupos/ elementos chave dentro da população em estudo, ou conter uma diversidade baixa que não permita explorar as várias influências dos diferentes fatores (*idem*). Na **TABELA 10** podemos observar qual o tamanho da amostra geralmente utilizado em diversos estudos qualitativos.

⁴¹ Ou "visitante de dia", designação atribuída "a todo o visitante que não passe a noite no local visitado", adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1993 (Cunha, 2003: 19).

⁴² O conceito de "turista residencial" ainda não é consensual (Alarcón, González & Pérez, 2010). Este tipo de turista pode utilizar a segunda residência como casa de fim-de-semana (frequência de visitas: alta; duração das visitas: curta) e/ ou como casa de férias (frequência de visitas: baixa; duração das visitas: longa) (Müller, 2002: 173). Estes indivíduos revelam ter, geralmente, um forte grau de ligação, de valorização e de fidelização ao destino onde se situa a residência secundária (Pedro, 2006). Como nem todas as residências secundárias são consideradas residências de férias (Frent, 2009), em Portugal, o INE definiu o conceito de "**residência secundária utilizada para fins turísticos**" como: "alojamento que não corresponde à residência principal da família e que é utilizado por um ou mais elementos do agregado familiar por motivos de recreação, lazer e férias ou outras atividades que não correspondem ao exercício de uma atividade remunerada nesse local. Incluem-se as unidades de alojamento arrendadas mediante a celebração de um contrato de timeshare" (INE - Instituto Nacional de Estatística, 2008), a partir da definição de "vacation home" da Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2010: 12). Assim, no presente estudo, o termo "turista residencial" será utilizado no sentido de indivíduo que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos, por motivos relacionados com a recreação, férias ou outra forma de lazer, que não impliquem o exercício de uma atividade remunerada no local visitado. Este permanece, pelo menos, uma noite num alojamento privado próprio ou arrendado (pago), que não a sua residência principal ou do agregado familiar. Excluem-se, assim, indivíduos alojados, de forma gratuita, em casa de amigos ou familiares (considerados, assim, só turistas).

TABELA 10 – Tamanhos de amostra sugeridos para certas estratégias no âmbito de um estudo qualitativo

TIPO DE ESTRATÉGIA	TAMANHO DE AMOSTRA RECOMENDADO
Etnográfico	Aproximadamente 30 a 50 entrevistas
Estudo de caso	1 caso ou múltiplos casos
Fenomenologia	Aproximadamente 6 participantes
Teoria fundamentada	Aproximadamente 30 a 50 entrevistas
Focus groups	6 a 9 pessoas por grupo; 4 grupos em cada audiência

Fontes: adaptado de Mertens, 2010: 332 (citando Morse, 1994 e Krueger, 2000)

Como já referido no subcapítulo 6.3.2, este trabalho assenta num **estudo de caso múltiplo/coletivo**, no qual **dois casos** foram investigados (unidade de análise mais ampla) – as aldeias de Linhares da Beira e de Janeiro de Cima - selecionados com base em critérios de similaridade mas também de dissemelhança. Como salienta Yin (2011), os resultados de um estudo de caso de dois locais pode gerar maior confiança do que os obtidos a partir de um único local, pois qualquer consistência de resultados que venha a ser encontrada, apesar das características distintivas dos locais, poderá apoiar as principais conclusões referidas pelo investigador no âmbito desse estudo. Já ao nível de análise mais restrita, Yin (2011) afirma que os investigadores, no geral, continuam a ter preferência por números grandes em vez de pequenos, sendo que *“o número de entrevistados, práticas, políticas ou ações incluídas num estudo pode facilmente atingir o intervalo das 25-50 unidades”* (p. 21).

Contudo, relativamente à preocupação com o tamanho da amostra, Patton (2002) e Yin (2011) salientaram, respetivamente, que *“a validade, o significado, e os conhecimentos gerados a partir de investigações qualitativas estão mais ligados à riqueza de informações dos casos selecionados e às capacidades de observação/ análise do investigador”* (p. 245), e que o investigador em vez de *“procurar uma qualquer fórmula estereotipada para selecionar o número apropriado [...] deverá refletir sobre a complexidade do seu tema de estudo e sobre o grau de profundidade que pretende atingir na recolha de dados de cada unidade”* (p. 92). Desta forma, o investigador qualitativo termina o processo de amostragem quando sente que já foram recolhidos dados relevantes suficientes para responder às questões do estudo, não definindo o tamanho da amostra no início da investigação (Altinay & Paraskevas, 2008).

Neste estudo específico, considerando a unidade de análise mais restrita, foram realizadas diversas entrevistas exploratórias, a turistas, excursionistas, turistas residenciais, residentes locais, agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento, totalizando um **total de 97 entrevistas** (Linhares da Beira=65; Janeiro de Cima=32). No momento em que se considerou ter sido alcançado o **critério de redundância** (ou ponto de saturação), dado que um aumento do tamanho da amostra já não iria proporcionar a obtenção de informação adicional revelante para a compreensão do fenómeno em estudo, deu-se por finalizada a fase de recolha de inquéritos por entrevista (Vanderstoep & Johnston, 2009).

6.4.2 PREPARAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Considerando os objetivos de investigação do Projeto ORTE e do presente estudo, o procedimento de recolha de dados qualitativos visava a obtenção de dados primários através da aplicação de inquéritos por entrevista a diversos *stakeholders* (visitantes, população, agentes da oferta e agentes institucionais) e da observação *in loco* (envolvendo, geralmente, o registo fotográfico e algumas notas de campo). Estes dados foram complementados com informação recolhida em fontes secundárias tais como, material promocional diverso (impresso e em sites *online*) relativo às aldeias/ região envolvente, registos escritos (por exemplo, anotações em livros de visitas presentes nos postos de turismo), livros publicados sobre aldeias/ região envolvente e documentos *online*.

Considerando o inquérito por entrevista, a perspetiva de Fontana e Grey (2005: 697) é que:

“Fazer perguntas e obter respostas é uma tarefa muito mais difícil do que parece à primeira vista. A palavra oral ou escrita tem sempre um resquício de ambiguidade, não importa o quão cuidadosamente formulamos as questões e o quão cuidadosamente relatamos ou codificamos as respostas. No entanto, entrevistar é uma das formas mais comuns e poderosas pela qual tentamos compreender os nossos semelhantes humanos”.

Assim, relativamente a este meio de inquérito, as três técnicas comumente referidas na literatura (**APÊNDICE 3**) sobre este modo de inquirição são a: **entrevista não estruturada**/ não diretiva; **entrevista semiestruturada**/ semidiretiva; **entrevista estruturada**/ diretiva (similar a um questionário e, por isso, normalmente associada a uma metodologia mais quantitativa) (Ghiglione & Matalon, 1993; Fontana & Grey, 2005; Jennings, 2005; Lodico *et al.*, 2006; Altinay & Paraskevas, 2008; Vanderstoep & Johnston, 2009; Creswell, 2011). As várias técnicas podem ser aplicadas “cara-a-cara”, por telefone, por internet (por exemplo, através *chat rooms*, videoconferências, etc.), ou enviadas por escrito por correio normal ou eletrónico (Veal, 2006; Creswell, 2011). De acordo com o número de participantes a entrevista pode ser classificada como individual (envolve o entrevistador e um participante), em par (envolve duas pessoas com ligações próximas, como um casal, pais/ filhos, etc.) ou em grupo (o chamado *focus groups*) (Jennings, 2005). Segundo Yin (2011), nas técnicas menos estruturadas (caso da entrevista não estruturada ou semiestruturada) a entrevista segue, geralmente, a modalidade de conversação, conduzindo a uma relação social entre entrevistador e entrevistado, individualizada para cada participante. Apesar de, nas técnicas menos estruturadas, o entrevistador não tentar adotar uma conduta uniforme para cada entrevista (Yin, 2011), deverá, em todos os casos, fazer os possíveis para garantir uma atitude neutra e imparcial (Wilson & Sapsford, 2006).

Numa investigação de natureza qualitativa devem ser colocadas, preferencialmente, **questões abertas** aos participantes em vez de **questões fechadas** (Yin, 2011), dado que, estas últimas, só permitem respostas que se encaixem em categorias que tenham sido pré-definidas pelo investigador (Fontana & Grey, 2005). No meio-termo temos as **questões semiabertas**, questões que incluem tanto perguntas abertas como fechadas (Creswell, 2011). As questões abertas permitem que os entrevistados criem as suas opções de resposta e expressem, da melhor forma, as suas experiências, sem restrições derivadas do ponto de vista do investigador ou de resultados de investigações anteriores (Creswell, 2011). Este tipo de questões está normalmente associado

às entrevistas não estruturadas (ou “entrevistas em profundidade”), nas quais o entrevistador propõe um tema para o entrevistado desenvolver à sua vontade, só intervindo para insistir ou incentivar o entrevistado a prosseguir (Ghiglione & Matalon, 1993), mantendo, porém, algum controlo na forma como decorre a entrevista (Altinay & Paraskevas, 2008).

De igual modo, as questões abertas são frequentemente utilizadas nas entrevistas semiestruturadas, técnica na qual o entrevistador conhece todos os temas que terá de abordar no decurso da entrevista, controlando, todavia, a ordem e a forma de os introduzir ao entrevistado (Ghiglione & Matalon, 1993), com base na sua perceção do que parece ser o mais apropriado no contexto no fluxo da conversação (Altinay & Paraskevas, 2008). Desta forma, o entrevistador tem liberdade para modificar a sequência das questões e o modo de as expressar, bem como para fornecer explicações, inserir questões extra (que incentivem os entrevistados a aprofundar as suas respostas) e omitir questões específicas (caso estas pareçam inadequadas para um determinado entrevistado) (Altinay & Paraskevas, 2008).

Tanto os modos de inquirição mais estruturados como os menos estruturados apresentam vantagens e desvantagens, pelo que não se pode afirmar que um deles seja preferível ao outro (Wilson & Sapsford, 2006). No caso específico deste estudo optou-se pela aplicação “cara-a-cara” (individual) de entrevistas semiestruturadas pois, comparativamente às outras técnicas de inquérito por entrevista é possível obter, simultaneamente, uma recolha de dados abrangente e sistemática, uma razoável facilidade na organização e análise dos dados e comparabilidade entre respostas (Patton, 2002). Assim, esta técnica permite explorar de forma mais aprofundada o fenómeno em estudo, obter novas perspetivas, identificar padrões gerais e compreender a relação entre as diferentes dimensões (Altinay & Paraskevas, 2008). Como a opção pela técnica de entrevista semiestruturada implica a delineação, com antecedência, do conjunto de perguntas a aplicar (Altinay & Paraskevas, 2008), foi elaborado um guião de entrevista específico para cada tipo de entrevistado – turista, excursionista, turista residencial, residente, agente da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento (do tipo Câmara Municipal, Entidade de Regional de Turismo, Associação de Desenvolvimento ou Rede de Turismo) (**APÊNDICE 4**). As questões, desenvolvidas após revisão bibliográfica sobre várias temáticas, foram refinadas pelos vários investigadores que integram o projeto ORTE (Kastenholz, Carneiro, Marques & Lima, 2012b). Os guiões para o tipo de entrevistados ‘turista’/ ‘excursionista’ foram traduzidos para a língua inglesa, francesa, espanhola e alemã. Os vários entrevistadores (membros da equipa ou colaboradores do projeto ORTE) que aplicaram os guiões tiveram a flexibilidade de alterar a ordem e a formulação das questões, podendo omitir algumas ou formular questões complementares, de acordo as respostas e perfil do entrevistado e/ ou contexto local.

Os dados primários obtidos com a aplicação dos guiões de entrevista do projeto ORTE possibilitam o estudo do fenómeno da “experiência turística rural” nas suas várias dimensões, permitindo compreender, por exemplo, qual a contribuição e importância dos recursos naturais. Contudo, considerando a questão de partida deste trabalho de investigação específico- “*Qual o papel dos recursos naturais na experiência turística em espaço rural, e de que forma a sua exploração pelo Homem - caso da energia do ‘vento’ através dos parques eólicos - poderá influenciar as perceções, atitudes e experiências dos visitantes nos espaços rurais?*”, foi necessário

definir questões próprias para explorar as atitudes e percepções de visitantes e residentes (e, nalguns casos, de agentes locais) sobre a energia eólica e os parques eólicos, bem como explorar o papel do comportamento ambiental, manifestado por estes, na vivência dessa experiência.

Deste modo, aos guiões de entrevista específicos para o entrevistado do tipo visitante (turista, excursionista e turista residencial) e residente, definidos para o projeto ORTE, foram adicionadas, respetivamente, mais onze (também nas versões em inglês, francês, espanhol e alemão) ou dez questões sobre as temáticas atrás referidas (**TABELA 11**), após uma revisão bibliográfica realizada no âmbito do Estágio/ Projeto, e validada por investigadores da equipa ORTE. Esta opção permitiu aproveitar os recursos humanos e financeiros disponíveis para a aplicação das entrevistas nas duas aldeias em estudo, não obrigando à formulação e aplicação de um guião suplementar. Determinadas questões sobre parques eólicos foram também aplicadas a alguns agentes locais, no sentido de compreender a sua percepção, explorando um outro ponto de vista.

TABELA 11 – Questões suplementares, elaboradas no âmbito deste estudo específico, inseridas no guião de entrevista geral (para o tipo de entrevistado visitante e residente) do projeto ORTE

TIPO DE ENTREVISTADO	QUESTÕES ADICIONADAS AO GUIÃO DE ENTREVISTA DO PROJETO ORTE (A=questão aberta; F=questão fechada; SA=questão semiaberta)	OBJETIVOS	BASE BIBLIOGRÁFICA
VISITANTE	(q1): Qual a sua opinião geral acerca da energia eólica? (A) (q2): E sobre a construção de parques eólicos terrestres? (A)	Compreender as atitudes face à energia renovável, em geral, e face aos projetos locais de energia eólica, em particular → explorar, de forma indireta, os possíveis impactes na experiência turística	Aitchison, 2004; NFO, 2002; NFO, 2003; Warren e McFadyen, 2010
	(q3): Tem conhecimento da existência aqui perto de um parque eólico? (F) (q4): Já visitou algum parque eólico? Se sim, porquê? Se não, tem vontade de visitar? Porquê? (SA)	Explorar as possíveis motivações no contexto da experiência turística	Autoria própria (q3); Marinho, 2009
	(q5): Sente que a existência de um parque eólico aqui perto influencia a sua experiência neste destino? De que forma? (SA)	Explorar, de forma direta, os possíveis impactes da presença de parques eólicos na experiência turística	Aitchison, 2004; Frantál e Kunc, 2011; NFO, 2002; NFO, 2003
	(q6): Acha que a existência de um parque eólico neste local tem impactes no ambiente ⁴³ ? Quais? (SA)	Explorar a percepção dos entrevistados sobre os possíveis impactes no ambiente local, resultado da presença de parques eólicos	Haughton <i>et al.</i> , 2003; NFO, 2002; NFO, 2003; Warren e McFadyen, 2010
	(q7): E tipo de impactes para o turismo? (A) (q8): Na sua opinião, podem vir a ser considerados um elemento atrativo? [como] (SA)	Explorar a percepção dos entrevistados sobre os possíveis impactes no turismo local, resultado da presença de parques eólicos	Aitchison, 2004; Frantál e Kunc, 2011; Haughton <i>et al.</i> , 2003; Marinho, 2009; MORI Scotland, 2002; Warren e McFadyen,

⁴³ Neste caso, “ambiente” é utilizado no sentido mais amplo do “capital ambiental”, englobando quer o capital natural quer o “ambiente construído” pela ação humana (Sharpley, 2009), caso da paisagem rural e do seu valor estético, aspeto explicado aos entrevistados.

			2010
	(q9): Na sua opinião geral, que tipos de comportamentos “amigos do ambiente” deveriam ser mais incentivados? (A)	Compreender o tipo de comportamento ambiental praticado pelos entrevistados no dia-a-dia e em férias → explorar, de forma indireta, os possíveis impactes para um turismo local sustentável, e a relação com a atitude para com as energias renováveis	Barr <i>et al.</i> , 2010; Budeanu, 2007; Dolnicar e Grün, 2009; Dolnicar e Leisch, 2008; Ek, 2005
	(q10): Quais os que coloca em prática no seu dia-a-dia? (A)		
	(q11): E em tempo de férias mantêm os mesmos? Porquê? (SA)		
RESIDENTE	-Questões similares às aplicadas para os visitantes mas com algumas diferenças: -perguntas retiradas: q5, q8 e q11; -perguntas extras: (q12) Qual a sua opinião sobre a construção de parques eólicos nas proximidades da aldeia? (A); (q13) Trouxe algum tipo de mudança? (A); -perguntas ligeiramente reformuladas: (q4) Já visitou algum? Porquê? (SA); (q6) Que tipo de impactes acha que um parque eólico neste local tem no ambiente? (A); (q7) Na sua opinião, a existência de um parque eólico nos arredores da aldeia tem efeitos no turismo? De que forma? (SA)	(q12) → Explorar as atitudes e percepções dos residentes para com a presença de parques eólicos na região envolvente à aldeia (q13) → Explorar os possíveis impactes que, direta ou indiretamente, levaram a mudanças na aldeia ou na sua envolvente, segundo a percepção dos residentes	Braunholtz, 2003; Eltham <i>et al.</i> , 2008; Kaldellis, 2005; Marinho, 2009; SEI, 2003; Swofford e Slattery, 2010; Warren <i>et al.</i> , 2005; Warren e McFadyen, 2010

Fonte: elaboração própria

Cada tipo de guião foi sujeito a um pré-teste, ou seja, na sua primeira aplicação no terreno, foi verificado se as questões inicialmente definidas eram perceptíveis e bem aceites pelos entrevistados, e quais as principais dificuldades ou queixas relativamente ao conteúdo e esquema apresentado. Estes guiões foram reformulados e otimizados até se atingir a versão final. Assim, entre dezembro de 2010 e maio de 2012 o investigador/ grupo de investigadores aplicaram as entrevistas semiestruturadas aos diversos tipos de entrevistados já mencionados – turista, excursionista, turista residencial, residente, agente da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento - após contacto com os atores-chave locais (*gatekeepers*) e obtenção das autorizações necessárias (Creswell, 2011) para aceder aos diversos locais das aldeias em estudo. Apesar de variável, cada entrevista teve uma duração aproximada de 30 minutos para os visitantes e residentes, de 60 minutos para os agentes de oferta e de 90 minutos para os agentes institucionais. No final de cada entrevista agradecia-se ao(s) participante(s), sendo este(s) informado(s) sobre o uso dos dados e a confidencialidade das respostas, bem como da possibilidade de consultarem os resultados obtidos, no âmbito do projeto ORTE, numa página de internet criada para o efeito (<http://cms.ua.pt/orte/>), disponível em português e inglês.

Considerando que a “finalidade de cada entrevista é registar a perspetiva particular do entrevistado da forma mais justa e completa possível” (Patton, 2002: 380), recorreu-se ao uso do gravador de voz, após obtenção do consentimento dos entrevistados. Deste modo, manteve-se o foco principal de atenção no entrevistado e não no registo escrito de notas. Contudo, nos casos

em que dois entrevistadores estiveram presentes, em especial, durante as entrevistas (de maior duração) a agentes institucionais ou agentes de oferta, foram tiradas algumas notas escritas de modo a descrever o contexto físico, bem como a registar frases-chave e os tópicos principais referidos pelo entrevistado, servindo de base à formulação de novas questões para aprofundamento de assuntos já abordados ou à exploração de novas direções, e/ ou para servir de *backup* caso o gravador sofresse alguma avaria (Patton, 2002).

Resumindo, o recurso a entrevistas na investigação qualitativa permite que: i) os participantes descrevam, com detalhe, a sua experiência pessoal; ii) o investigador tenha um maior controlo sobre o tipo de informação recolhida; iii) se obtenha informação útil quando não se consegue observar diretamente os participantes (Creswell, 2011). Todavia, também apresentam algumas desvantagens como: i) o fornecer informação “filtrada” segundo a perspetiva do entrevistador (sendo as visões dos participantes sintetizadas no relatório de investigação); ii) a forma de responder do participante ser afetada pela presença do entrevistador (por exemplo, levando o participante a expressar só a informação que vá ao encontro do que se “quer ouvir”); iii) as respostas obtidas poderem não ser articuladas ou perceptíveis (*idem*).

Assim, como forma de complementar a informação recolhida através das entrevistas semiestruturadas foram também efetuadas **observações in loco**. Estas implicam o “olhar” (Veal, 2006) para os comportamentos, características e atividades dos participantes (Patton, 2002; Creswell, 2009), bem como a recolha de informação através dos restantes sentidos - audição, olfato, tato e paladar (Foster, 2006), para descrever o cenário onde decorre a investigação (Patton, 2002). Nesse caso, o investigador pode surgir como **observador participante**, inserindo-se no processo social ou grupo a estudar, na tentativa de perspetivar, tão quanto possível, o mundo segundo o ponto de vista do indivíduo observado (perspetiva do “lado de dentro”), ou então como **não participante** (perspetiva do “lado de fora”), o que, teoricamente, terá um menor impacto na situação em estudo (Foster, 2006; Altinay & Paraskevas, 2008; Creswell, 2011).

Porém, como salienta Creswell (2011), em muitas situações observacionais é vantajoso para o observador alterar a sua posição, adaptando-a de acordo com as circunstâncias, o que torna difícil classificar o seu papel como estritamente participativo ou não participativo. De acordo com o exemplo dado por este autor, o investigador pode agir como observador não participante nas fases iniciais da investigação, ao entrar pela primeira vez em contato com o local de estudo, ou seja, simplesmente “observa em redor”, começando depois a envolver-se lentamente como participante ou, então, acontecer o inverso. Assim, a alternância entre os dois papéis permite que o investigador se envolva no cenário de forma mais subjetiva, mas que também possa “olhar” para este de forma mais objetiva (*idem*). Tendo em conta o fenómeno de interesse desta investigação – a *experiência turística em espaço rural* – o papel do investigador/ grupo de investigadores foi, mais frequentemente, o de observador participante, dada a possibilidade de perspetivar a experiência turística do ponto de vista dos participantes, nomeadamente nas visitas efetuadas ao diverso património histórico-cultural e natural existente nas aldeias em estudo (para familiarização com o local de investigação e posterior preenchimento das matrizes de avaliação dos recursos), e na participação em alguns eventos e atividades locais (por exemplo, participação na Festa do Bodo em Janeiro de Cima). Logo, o investigador/ grupo de investigadores imergiu no

"cenário" onde decorreu a investigação de forma a experienciar e a observar, em primeira mão, as várias dimensões que o caracterizam (Mason, 2002).

Caso seja uma **observação do tipo estruturada** o processo tem de obedecer a regras bem definidas sobre como o investigador deverá observar, com que frequência, etc., sendo os dados obtidos, geralmente, registados num formulário elaborado para o efeito e analisados quantitativamente (Veal, 2006). Já uma **observação do tipo não estruturada** é flexível, não tendo regras definidas sobre o que e o modo de observar, nem sobre os procedimentos de análise, pelo que o observador tem liberdade para decidir como efetuar a observação, registando o que considera ser importante, na tentativa de descrever, com um maior detalhe, o fenómeno de interesse (Foster, 2006; Veal, 2006). Neste estudo optou-se pela aplicação de uma observação não estruturada, o que implicou que o investigador/ grupo de investigadores tivesse de passar longos períodos de tempo na área em estudo a interagir socialmente e a estabelecer relações de confiança com os atores locais, com vista a minimizar o efeito da reatividade na recolha de dados (Foster, 2006). Tal poderá levar a um maior relaxamento e à-vontade do observado – exibição de um comportamento mais natural - perante o observador e o processo de investigação.

O registo das observações pode abranger notas de campo escritas, apontamentos em mapas, desenhos, registos fotográficos, de vídeo ou de áudio (Veal, 2006; Flick, 2009). Dada a dificuldade em tirar notas escritas enquanto se participa nalguma atividade ou evento, o registo das mesmas só foi, geralmente, efetuado *a posteriori*, ou seja, após a saída do local em estudo (Creswell, 2011). Nas situações em que foi necessário efetuar o seu registo no local procurou-se a forma mais discreta possível de o fazer, de modo a minimizar o efeito da reatividade do(s) observado(s). Sempre que possível optou-se pela **fotografia** como meio de registar a observação, visando melhor descrever e transmitir detalhes sobre características/ acontecimentos/ problemas específicos (Veal, 2006; Flick, 2009) (por exemplo, a descrição do meio biofísico, a disposição espacial do património construído, o estado de conservação dos recursos naturais e culturais, a densidade de visitantes numa atração turística, a natureza de um evento, o tipo de atividades desenvolvido pelos visitantes num determinado destino, etc.) – como diz o famoso provérbio: “uma imagem vale mil palavras”. Todavia, é preciso ter em atenção que nenhuma máquina fotográfica, por questões técnicas, “vê” da mesma forma que um olho humano, pelo que, tirar uma fotografia é optar, conscientemente ou não, por uma certa interpretação da realidade, de entre as inúmeras possibilidades existentes (Flick, 2009).

Os **documentos** escritos são outra fonte importante de informação na investigação qualitativa, ou seja, registos diversos de âmbito público ou privado que poderão ser utilizados pelo investigador na sua tentativa de compreender o fenómeno em estudo (Creswell, 2011). Neste estudo específico foi recolhida e analisada variada informação existente em suporte papel ou em páginas de internet tais como a relativa a dados estatísticos, planos estratégicos das áreas protegidas sob gestão do ICN, brochuras, panfletos e outro material de promoção turística, livro de visitas do Posto de Turismo de Linhares da Beira, estudos de impacte ambiental dos parques eólicos, entre outros. Esta fonte de informação constitui uma valiosa base de dados textuais, embora sejam, por vezes, difíceis de localizar e obter, podendo ser incompletos ou imprecisos (Creswell, 2011).

Assim, neste estudo foi recolhida informação através de múltiplas fontes de dados, o que implicou um intensivo trabalho de campo, tendo o(s) investigador(es) despendido um tempo considerável nas duas aldeias que serviram de cenário ao estudo do fenómeno de interesse - “experiência turística em espaço rural”. A imensa e diferenciada informação obtida foi sujeita a diversos processos de análise, de forma a interpretar as várias dimensões dos dados textuais e visuais recolhidos, visando obter uma “imagem global” do fenómeno em estudo. Deste modo, “o texto final produzido por um estudo qualitativo específico pode ser bastante extenso” (Polkinghorne, 2005: 144). No subcapítulo seguinte iremos descrever o processo de análise de dados utilizado nesta investigação, abordando, em especial, os recolhidos através de entrevistas semiestruturadas.

6.4.3 PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

Contrariamente à análise quantitativa, não existem regras únicas ou consensualmente aceites para a análise de dados qualitativos (somente várias linhas orientadoras para o processo) (Spencer, Ritchie & O’Connor, 2003; Creswell, 2011). Uma abordagem típica na análise qualitativa envolve a procura de **temas emergentes**, algo comparável (mas não equivalente) às “variáveis” da investigação quantitativa, o mesmo sucedendo com as relações entre temas (categorias), passíveis de serem exploradas como se fossem uma espécie de “tabulações cruzadas”/ correlações (Veal, 2006).

Um processo de análise qualitativa tem como principais características (Creswell, 2011):

- *ser um processo indutivo* - parte do particular/dados detalhados para os códigos e temas gerais. Contudo, Yin (2011) salienta que apesar de esta abordagem estar presente na maioria das investigações qualitativas, a opção por uma abordagem dedutiva pode ser de grande utilidade em certas circunstâncias como, por exemplo, permitir que se inicie a análise com alguns conceitos (categorias) relevantes já definidos em vez de se estar à espera que estes emergam posteriormente. Há, todavia, um risco de perda prematura de quaisquer novas perspetivas sobre o fenómeno que se procura compreender (*idem*). O processo de análise de dados no âmbito deste trabalho utiliza um **misto das duas abordagens – indutiva e dedutiva**;
- *recolha de dados e a sua análise serem atividades que decorrem simultaneamente* (contrariamente ao que sucede nas tradicionais abordagens da investigação quantitativa);
- *fases do processo serem iterativas* – movimento constante entre a recolha e análise de dados;
- *ser efetuada uma análise de cada vez e os dados serem lidos várias vezes* (visando desenvolver uma compreensão mais profunda sobre a informação recolhida). Logo, este é sempre um processo bastante moroso, qualquer que seja a estratégia utilizada (Spencer *et al.*, 2003);
- *ter por base uma investigação “interpretativa”* – avaliação pessoal do investigador sobre como uma descrição se ajusta a determinada situação. Esta interpretação difere de investigador para investigador, não significando que uma certa interpretação possa ser a melhor ou a mais exata. Significa somente que cada investigador traz a sua perspetiva à interpretação. Veal (2006) afirma, por exemplo, que a familiaridade do investigador com o local de investigação bem como com as atividades recreativas e turísticas realizadas pelos visitantes poderá contribuir para uma melhor interpretação dos dados recolhidos.

O processo de análise de dados qualitativos varia conforme o tipo de estratégia utilizado no plano de investigação. Assim, um **estudo de caso** ou uma investigação etnográfica implica a descrição detalhada do cenário onde decorre o fenómeno ou dos participantes, seguida da análise dos dados por temas ou categorias, enquanto uma **investigação fenomenológica** recorre à análise de declarações com um determinado sentido e à produção de “unidades de significado” (Creswell, 2009), visando captar/ desvendar a sua “essência” (Berg, 2001). Considerando que este trabalho específico pode ser definido como um *estudo de caso fenomenológico* (Stake, 2005) foi assim utilizado, no processo de análise de dados, um misto dos dois tipos de estratégias atrás referidos.

Segundo Creswell (2011: 237), a análise de dados qualitativos desenrola-se, comumente, ao longo de seis etapas, nem sempre sequenciais: 1) preparação e organização dos dados (por exemplo, a transcrição das entrevistas realizadas, registo das notas de campo num ficheiro de texto, digitalizar documentos, etc.); 2) exploração inicial dos dados durante o processo de codificação dos mesmos; 3) utilização dos códigos para desenvolver uma “imagem” mais global dos dados – construção de descrições e temas; 4) apresentação dos resultados através de narrativas e esquemas visuais/ imagens; 5) interpretação do significado dos resultados através de uma reflexão pessoal sobre o impacto dos mesmos e sobre o tipo de informações providenciado pela literatura sobre estes; 6) desenvolvimento de estratégias para validar a precisão dos resultados.

A tarefa (morosa) de **transcrição** das várias entrevistas realizadas no decorrer desta investigação envolveu vários investigadores e colaboradores do projeto ORTE. Apesar de existirem diversos sistemas de transcrição disponíveis, com diferentes padrões de exatidão, ainda não foi estabelecido uma norma consensual (Flick, 2009). Segundo este autor, se um dado trabalho não se encontra inserido no âmbito de um estudo analítico linguístico e de conversação (caso desta investigação) não se justifica a aplicação de um padrão exagerado de exatidão nas transcrições. Logo, de forma a simplificar a leitura e análise dos dados transcritos optou-se por uma forma de representação escrita baseada na ortografia padrão (normas da linguagem escrita), ou seja, não tendo em conta as peculiaridades da linguagem falada, tais como palavras mal pronunciadas, mas tentando ser o mais fiel possível ao que o entrevistado pretendia transmitir (Kowal & O’Connell, 2004). Todavia, procurou-se fazer o registo das breves pausas efetuadas pelo entrevistado (representadas por reticências), de algumas expressões fonéticas (como, por exemplo, “ahh” ou “hum”), de algumas emoções (caso dos “risos”, palavra transcrita entre parênteses curvos), e de alguns coloquialismos locais. No caso de alguma informação extra, por exemplo, alguém que interrompeu o interlocutor a meio de uma frase e acrescentou algo, colocaram-se esses dados entre parênteses curvos. Sempre que o sentido de algum pedaço de texto transcrito não fosse óbvio para o leitor ou o investigador quisesse acrescentar uma nota contextual, colocou-se essa informação dentro de parênteses retos. Em cada parágrafo transcrito o entrevistado foi, geralmente, definido através da letra R (resposta), enquanto a questão realizada pelo entrevistador foi, geralmente, definida através da letra P (pergunta).

Tendo em conta possíveis questões éticas relacionadas com a confidencialidade dos dados, todo o material relativo às entrevistas não foi etiquetado com o nome real dos participantes ou das instituições mas antes com um código fictício (Veal, 2006). Assim, no âmbito da investigação ORTE

foram atribuídas determinadas letras seguidas de um número, de acordo com o tipo de entrevistado. Por exemplo, aos visitantes foi atribuído o código T, à população o código P, aos agentes da oferta o código AO e aos agentes de planeamento e desenvolvimento o código APD. Na seção de resultados do presente relatório final de investigação (Capítulo 7) não foi apresentada a transcrição integral de cada entrevista realizada mas antes uma interpretação pessoal do investigador sobre a informação recolhida, sustentada por meio de exemplos específicos/ pequenos excertos selecionados (Vanderstoep & Johnston, 2009).

Todas as entrevistas foram submetidas a uma **análise de conteúdo**, envolvendo um processo de codificação e categorização dos discursos originais dos entrevistados. A análise de conteúdo, apesar de não ter uma definição universal, pode ser descrita como uma técnica que permite examinar dados não numéricos e não estruturados – provenientes de questões abertas, documentos variados (como jornais, panfletos turísticos, etc.) ou notas relativas a observações, imagens e fotografias, entre outros – de forma sistemática (Finn *et al.*, 2000), reduzindo a informação inicial em partes mais pequenas e relevantes de modo a facilitar a análise (Weber, 1990). A segmentação de texto ou de imagens a partir dos dados originais integra o **processo de codificação** (Creswell, 2009). A atribuição de uma classificação/ atributo (codificação descritiva) e de um determinado significado (codificação interpretativa) a esse conteúdo irá permitir a sua inserção num sistema de categorias (Souza, Costa & Moreira, 2011a). Como refere Berg (2001: 248), *“as categorias nas quais codificamos o conteúdo dos nossos itens variam de acordo com a natureza da investigação e com as especificidades dos dados”*. O investigador pode construir estas categorias de acordo com a informação que emerge dos dados recolhidos (e designá-las com termos baseados na linguagem do participante ou termos derivados do senso comum) e/ou utilizar categorias pré-definidas com base na teoria existente (Dey, 1993; Creswell, 2009).

Existem vários tipos de *software* de apoio à análise qualitativa no mercado como, por exemplo, o NVivo, Atlas.ti, MaxQDA, que auxiliam os investigadores a realizarem e obterem uma análise mais sofisticada e rápida (Finn *et al.*, 2000; Souza *et al.*, 2011a) No âmbito do projeto ORTE, optou-se pelo uso da aplicação informática WebQDA⁴⁴ - *Web Qualitative Data Analysis* pois, como refere Souza *et al.* (2011a), este *software* desenvolvido totalmente em Portugal é, para já, o único (dos atrás mencionados) que pode ser utilizado em rede por vários investigadores num ambiente colaborativo e distribuído como a internet pode oferecer. Desta forma, acedendo ao WebQDA pela internet (sem necessidade de instalação do programa no computador), foi possível estarem vários investigadores do projeto ORTE a efetuar, em simultâneo, o processo de codificação dos dados qualitativos, permitindo que cada um visualizasse o trabalho dos outros em tempo real.

No contexto da análise de conteúdo, o processo de criação e de aplicação de um **esquema de codificação** (quer seja feito manualmente ou por computador) envolve vários passos, sendo que Weber (1990) definiu um procedimento de oito etapas, descrito na **FIGURA 11**, e que serviu de linha orientadora para o processo de codificação realizado no âmbito do projeto ORTE.

⁴⁴ Para mais informações sobre o WebQDA consultar a página de internet: www.webqda.com

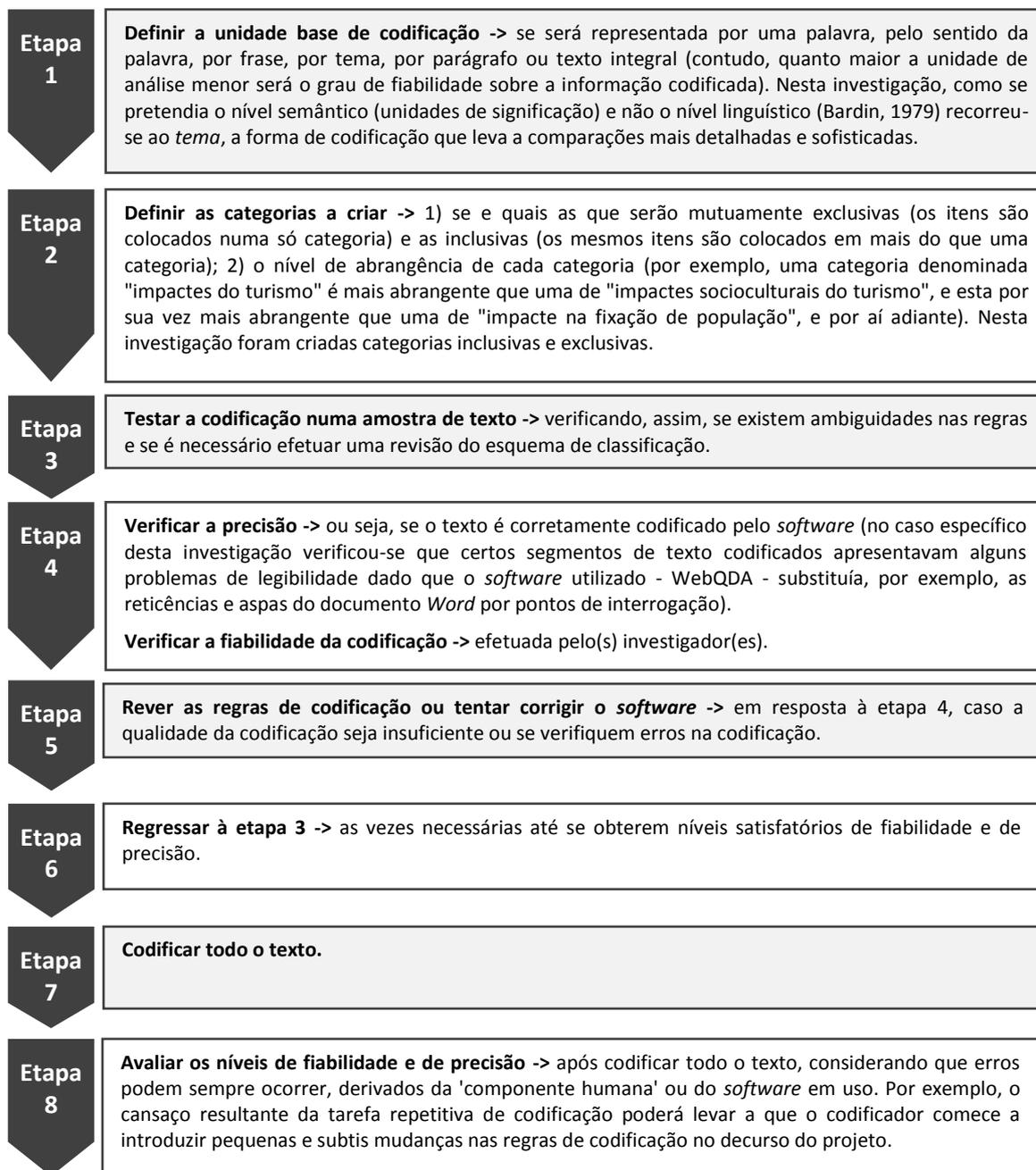


FIGURA 11 – Procedimento para o desenvolvimento de um esquema de codificação
Fonte: adaptado de Weber, 1990: 21-24

O software WebQDA (FIGURA 12) engloba três partes (Souza *et al.*, 2011a):

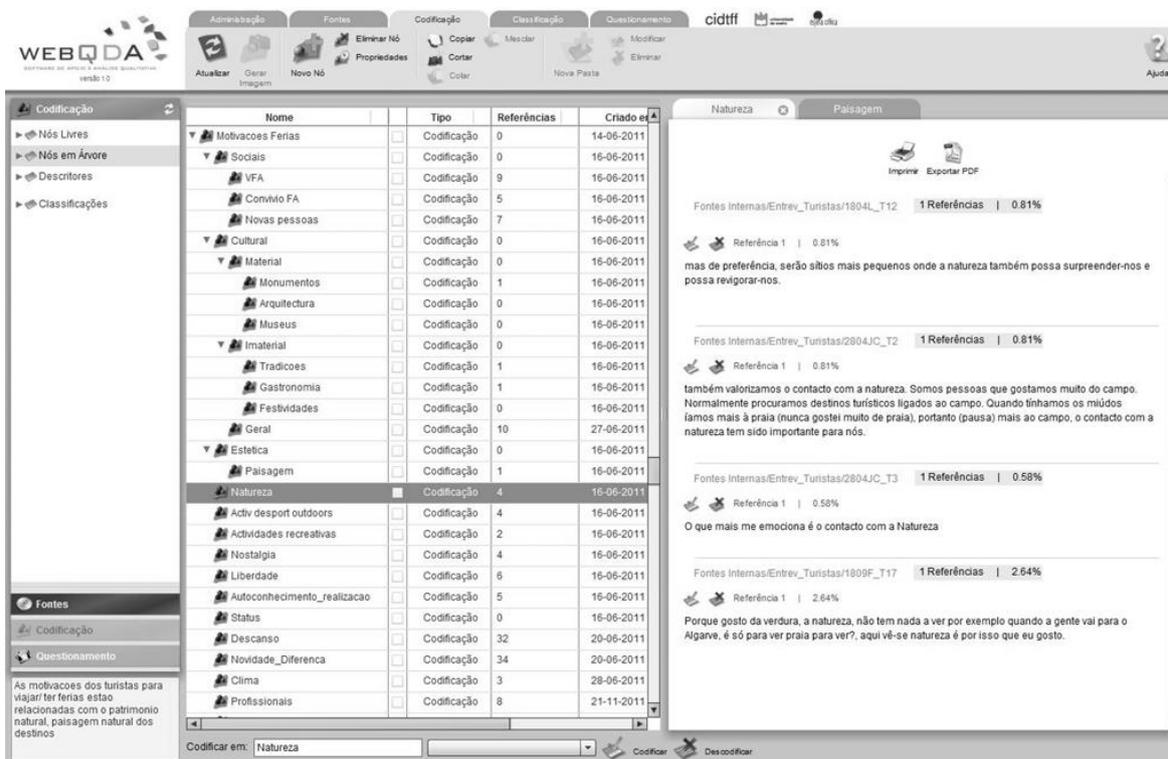


FIGURA 12 – Visão geral do sistema de Codificação do WebQDA (parte 2)

Fonte: elaboração própria (a partir da aplicação informática - versão 1.0)

1. **Fontes** – espaço onde o investigador coloca e organiza os vários tipos de dados recolhidos quer sejam do tipo texto, imagem, áudio ou vídeo;
2. **Codificação** – espaço onde o investigador cria as dimensões, indicadores ou categorias, sejam estas do tipo descritivo – designadas por *Descritores* e *Classificações*⁴⁵, ou do tipo interpretativo – designadas por *Nós em Árvore* e *Nós Livres*. Ao contrário das quatro etapas da análise de conteúdo – 1) Organização da análise; 2) Codificação, 3) Categorização; 4) Inferência - sugeridas por Bardin (1979), no caso do WebQDA (e outros *softwares* similares), a Codificação e a Categorização são realizadas em simultâneo e de forma tecnicamente simplificada, pelo que não se pode representar estas etapas separadamente;
3. **Questionamento** – espaço onde o investigador pode dispor de um conjunto de ferramentas (“Palavras mais frequentes”, “Pesquisa de texto”, “Matrizes”, “Pesquisa de código”) que o

⁴⁵ No caso das *Classificações* era possível criar categorias às quais se conferiam “Atributos”. Nesta investigação específica foi criada uma categoria denominada “Pessoas” que integrava atributos como: tipo de entrevistado (ou seja, turista, excursionista, turista residencial, população, agente da oferta ou agente de planeamento e desenvolvimento), local da entrevista (ou seja, Linhares da Beira, Janeiro de Cima, etc.), idade, género, estado civil, nível de escolaridade, local de residência (distrito), entre outros. Dentro de cada atributo, para além da existência de duas opções pré-definidas (“não aplicável” e “não atribuído”), era possível criar várias opções de escolha (por exemplo, para o local de residência foram criadas as opções relativas aos distritos do país) ou um espaço de preenchimento aberto (por exemplo, para a idade foi digitado o valor numérico referido pelo entrevistado). Para além dos atributos referentes ao contexto sociodemográfico do entrevistado foram também criados atributos que permitam definir opções do tipo sim/não/talvez, de forma a incluir os dados relativos à parte fechada de algumas perguntas semiabertas existentes nos guiões de entrevista caso, por exemplo, no guião dos turistas da pergunta p.17 - “Gostaria de viver numa área rural?”.

auxiliem a questionar os dados, na procura de padrões e relações entre estes. Na criação de *Matrizes* o investigador tem de definir a coluna, a linha e os critérios da matriz de dados (interseção, justaposição ou exclusão). As *Matrizes* são bastante úteis para, por exemplo, procurar padrões entre as categorias interpretativas (Nós) e a caracterização dos dados (Atributos). Estas são matrizes ativas, contendo cada célula o número de unidades de texto (“Referências”) ou de entrevistas/ casos (“Fontes”), às quais se pode aceder diretamente. Na **FIGURA 13** podemos observar o exemplo de uma matriz, resultante da interseção de dados codificados em categorias relativas aos parques eólicos e energia eólica (representadas nas várias colunas), com os tipos de visitantes entrevistados (representados nas várias linhas). Neste caso, cada valor dentro das células diz respeito a uma “Referência”. A descrição da matriz encontra-se no lado inferior esquerdo da imagem. No sistema de matrizes apesar de os números apresentados estarem ligados a unidades de texto ou casos podem ser tratados não só qualitativamente (por interpretação) como também quantitativamente (por análise estatística), existindo a possibilidade de se exportar a matriz obtida para uma folha de EXCEL.

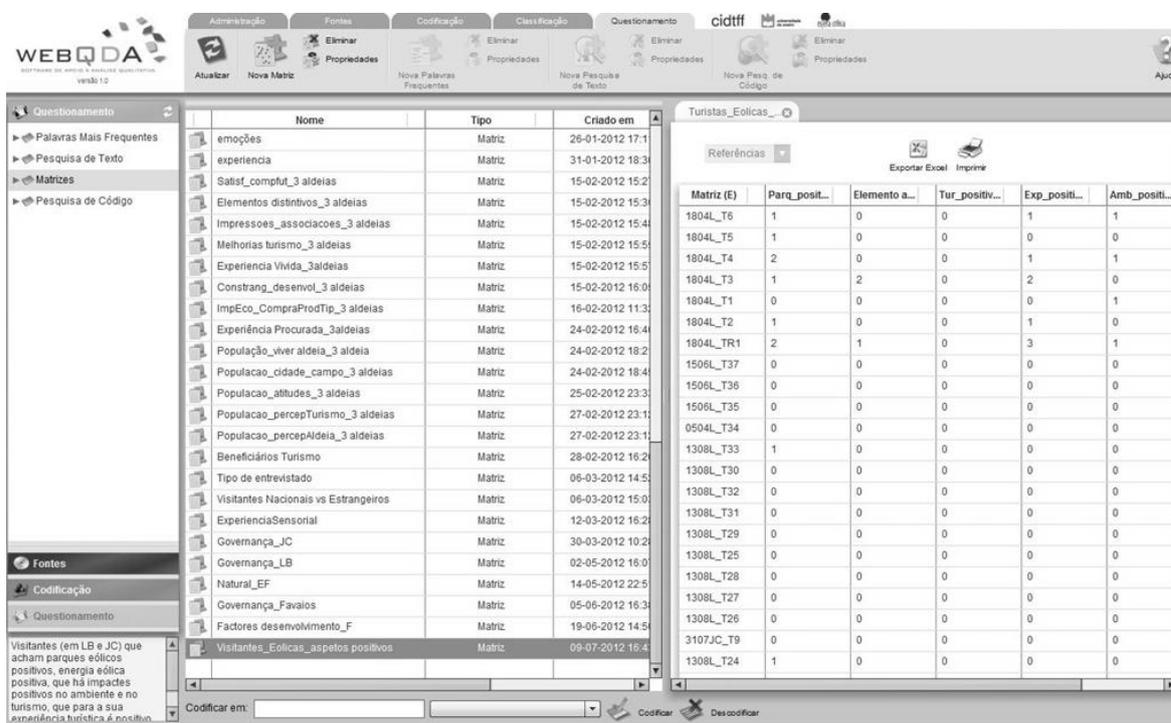


FIGURA 13 – Visão geral do sistema de Questionamento do WebQDA (parte 3)

Fonte: elaboração própria (a partir da aplicação informática - versão 1.0)

Regressando à **FIGURA 12** podemos observar um exemplo (retirado da extensa “árvore” original) das categorias-mãe e das subcategorias, localizadas a diferentes níveis, criadas dentro dos *Nós em árvore*. Mais ou menos no centro da imagem vemos, então, a Categoria “Motivações Férias”, com a subcategoria “Natureza” selecionada (e cuja descrição, definida pelo(s) investigador(es), se pode observar no canto inferior esquerdo da imagem), que contém pedaços de texto codificados (cada um designado como “referência”) a partir de quatro fontes diferentes, todas referentes a entrevistas efetuadas a turistas (em L-Linhares da Beira; JC-Janeiro de Cima; F-Favaios). Para o caso específico das questões sobre a energia eólica, os parques eólicos e o comportamento

ambiental foi criado, dentro dos *Nós em Árvore*, uma pasta independente intitulada “Eólicas” para codificação e categorização dos dados recolhidos nesse contexto. É de salientar que na árvore referente ao projeto ORTE geral foram vários os investigadores/ colaboradores que efetuaram o processo de codificação, tendo sido os resultados validados pelos restantes membros da equipa. Na árvore referente às “Eólicas”, o processo de codificação foi somente efetuado pela autora deste relatório de Estágio/ Projeto, tendo sido os resultados validados pela orientadora e por alguns investigadores da equipa ORTE. Já no contexto dos *Nós Livres* foram codificados pedaços de texto que correspondiam a dúvidas diversas para posterior debate e decisão final sobre a categorização.

Como salienta Dey (1993), um desafio associado à criação de um sistema de categorias é o de conseguir avaliar qual o número de categorias iniciais que permite alcançar um equilíbrio razoável entre a flexibilidade, a fiabilidade e a eficiência, de modo a refletir a complexidade e o volume de dados a serem diferenciados (FIGURA 14). Neste estudo, dada a complexidade e volume dos dados recolhidos, o número inicial de categorias criadas foi elevado, sendo quatro o valor máximo de níveis desenvolvidos (na FIGURA 12 vemos que a categoria-mãe “Motivações Férias” engloba, entre outras, a subcategoria “Cultural”, que integra as subcategorias “Material” e “Imaterial”, sendo que, por exemplo, a primeira ainda se subdivide nas subcategorias “Monumentos”, “Arquitetura” e “Museus”). O **ponto de saturação** foi atingido quando se considerou que tinham sido já identificados os principais temas e que novas evidências não iriam levar à criação de categorias adicionais (Creswell, 2011).

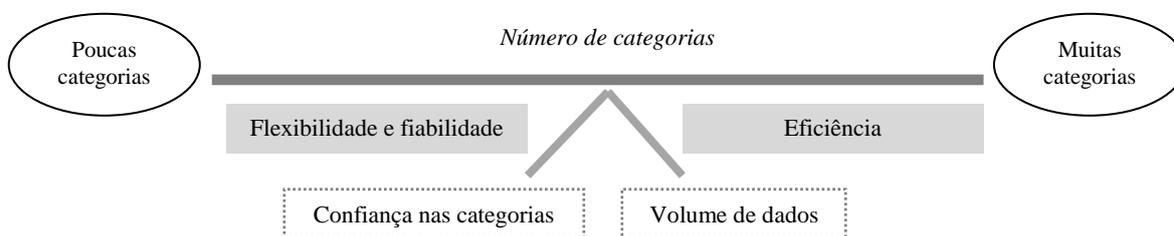


FIGURA 14 – Avaliação do número de categoria iniciais

Fonte: adaptado de Dey, 1993: 113

A categorização dos dados irá permitir ao investigador fazer comparações posteriores em termos de similaridade e de diferenças (Dey, 1993). Assim, o investigador poderá verificar, por exemplo, a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do discurso estão articulados uns com os outros – *abordagem à análise de conteúdo essencialmente qualitativa*, ou efetuar, por exemplo, uma contagem de frequências (absolutas ou relativas) dentro das categorias - *abordagem à análise de conteúdo essencialmente quantitativa* (Quivy & Van Campenhoudt, 1998; Finn *et al.*, 2000), ou até mesmo focar ambos os aspetos no âmbito de um determinado plano de investigação (Berg, 2001). Por exemplo, nesta investigação específica, os dados resultantes da parte fechada das perguntas semiabertas, presentes nos guiões de entrevista, poderão vir a ser submetidos a uma contagem de frequências, no âmbito da análise de conteúdo, recorrendo ao *software* de análise qualitativa. Contudo, Yin (2011) alerta para o facto de esta abordagem não ser considerada uma estratégia analítica adequada para a obtenção de informação relevante, no contexto de um estudo que pretende ter uma orientação qualitativa.

Nesse sentido, o investigador deverá formular, de uma forma sistemática, questões-chave que o orientem para a procura de padrões e de associações no conjunto de dados codificados e categorizados, dentro de um único caso (*within-case*) e/ou entre grupos de casos (*cross-cases*) (Spencer *et al.*, 2003), visando inferir sobre o fenómeno em estudo. Assim, no âmbito do contexto da experiência turística, bem como das perceções acerca dos parques eólicos, energia eólica e comportamento ambiental, procedeu-se a uma análise comparativa das respostas para examinar as inter-relações entre os discursos e a revisão da literatura, e para tentar identificar consistências e contradições entre as diferentes observações (McCracken, 1988), dentro do caso e entre casos.

Como enfatizam Souza, Costa e Moreira (2011b: 25):

“numa investigação qualitativa, a codificação e categorização não é, ou não deveria ser, um fim em si mesma, simplesmente porque retomar todos os dados nas suas devidas categorias permite a descrição, mas não permite “questionar os dados”. É necessário formular perguntas e questões que relacionem e integrem os dados e as categorias com as questões da investigação. [...] Por exemplo, podemos perguntar: i) O que é que está codificado simultaneamente na “categoria 1” e na “categoria 2”? ii) O que é que está codificado na “categoria 1” que não faz parte da “categoria 2”? e questionar: iii) Qual é a relação das categorias 1 e 2 com as minhas categorias descritivas”

Apesar de ser possível o investigador responder às questões referidas no excerto anterior sem o recurso a esta ou qualquer outra aplicação informática, a sua utilização permite uma melhoria do nível de eficiência do processo (Souza *et al.*, 2011b). Todavia, como salienta Dey (1993), o computador pode auxiliar na análise dos dados mas não pode analisar os dados pelo investigador, ou seja, a tarefa de interpretar, classificar e comparar dados depende da capacidade humana criativa e intuitiva, no decurso de um processo de abstração.

Este é, sem dúvida, o desafio da análise qualitativa, ou seja, a necessidade de “instruir” o *software* em cada passo da análise (classificação, codificação, combinação e recombinação de partes do texto) com base na capacidade analítica do investigador, contrariamente ao que sucede na análise quantitativa, na qual o investigador providencia um conjunto de dados de entrada, opta entre as várias fórmulas pré-definidas (sem necessidade de conhecer ou efetuar as complexas operações matemáticas subjacentes) e a aplicação informática (por exemplo, SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*) chega ao resultado final (Yin, 2011).

6.4.4 A VALIDADE, FIABILIDADE E GENERALIZAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Como salienta Gibs (2007), na abordagem quantitativa é dada uma forte ênfase aos pressupostos de *validade*, *fiabilidade* e *generalização* dos resultados de forma a assegurar a veracidade das relações causa-efeito observados. Contudo, estes termos não têm a mesma conotação no âmbito da abordagem qualitativa, pelo que os critérios subjacentes diferem dos tradicionais (Creswell, 2009). Assim, alguns autores têm sugerido antes os termos *credibilidade*, *confiabilidade*, *transferibilidade* para investigações de natureza qualitativa (Denscombe, 2007), mas tal não é ainda consensual, pelo que a terminologia convencional é frequentemente aplicada.

Avaliar a qualidade e o grau de confiança de uma investigação qualitativa não é uma tarefa fácil dado que, contrariamente ao que sucede nas experiências dentro das ciências exatas, não é viável

replicar um ambiente social pois este vai, inevitavelmente, sofrendo alterações ao longo do tempo (Denscombe, 2007). Logo, os resultados de uma investigação qualitativa dizem somente respeito aos participantes que nela estiveram envolvidos (suas atitudes e comportamentos) e à linha temporal e espacial durante e na qual decorreu o estudo (Veal, 2006). De igual modo, o tipo de envolvimento pessoal do investigador na recolha e análise de dados, no contexto de uma investigação qualitativa, faz com que seja quase impossível que um outro investigador venha a ser capaz de produzir dados similares ou a alcançar conclusões idênticas (Denscombe, 2007).

De acordo com Yin (2011), na investigação qualitativa o principal aspeto do controlo da qualidade diz respeito à **validade** (*credibilidade*) do estudo, pelo que o investigador deverá demonstrar que houve uma recolha e interpretação adequada dos dados de modo a que as inferências finais reflitam e representem, com a maior exatidão possível, o fenómeno que se pretendeu estudar. Nesse sentido, a aplicação de certo tipo de estratégias poderá contribuir para a produção de uma investigação qualitativa rigorosa e com elevada qualidade (Johnson & Onwuegbuzie, 2004). Visando esse propósito Creswell (2009: 191-192) sugeriu o uso de múltiplos modos de validação, recorrendo a algumas das estratégias a seguir descritas:

- **Usar processos de triangulação** – se os temas/ categorias forem definidos com base na convergência de evidências de várias fontes de informação ou perspectivas dos participantes este processo irá fortalecer a validade do estudo. Segundo Denzin (2009), a aplicação da triangulação no estudo de um mesmo objeto permite ultrapassar, em certa medida, os enviesamentos associados à perspectiva de um só investigador ou uso de um único método, pelo que se deverá considerar os seguintes **tipos de triangulação**, conforme o recurso a múltiplas (os): fontes de dados (*triangulação de dados*); investigadores/ observadores (*triangulação de investigadores*); perspectivas conceptuais sobre o mesmo conjunto de dados (*triangulação da teoria*); métodos (*triangulação metodológica*). No âmbito do projeto geral de investigação ORTE recorreu-se a todos os tipos de triangulação referidos anteriormente. Já no contexto do Estágio/ Projeto foram aplicadas a “*triangulação de dados*” e a “*triangulação de investigadores*” (pertencentes à equipa de investigação ORTE mas conhecedores do plano de investigação deste trabalho);
- **Validar recorrendo aos participantes** – averiguar as reações dos entrevistados que participaram no estudo, possibilitando o seu acesso aos resultados e conclusões, procurando auscultá-los e determinar se estes os consideram corretos e precisos. No âmbito do projeto geral ORTE foram efetuadas várias sessões de apresentações de resultados nas aldeias em estudo, de modo a dar a conhecer e obter um *feedback* sobre os resultados da investigação;
- **Fazer uma descrição rica e densa dos resultados** – a descrição detalhada do contexto do estudo, dos seus participantes, das várias perspectivas sobre um tema, etc., ajuda à obtenção de resultados mais ricos e mais realistas, fortalecendo a validade das inferências. No âmbito deste estudo, a tentativa de descrever aprofundadamente os resultados situa-se no capítulo 7;
- **Clarificar o tipo de enviesamento que o investigador traz para o estudo** - Denzin e Lincoln (2005: 26) afirmam que “*não existe uma única interpretação verdadeira*”. Podem, então, existir diferentes pontos de vista sobre o mesmo conjunto de dados. A visão/ interpretação de um investigador deverá ser o mais objetiva e verdadeira possível, mas é sempre passível de ser

afetada, até certo ponto, pelas suas normas e valores, preconceitos, cultura, antecedentes/ experiência pessoal, género, meio socioeconómico, etc., pelo que deverá ser feita uma autorreflexão sobre o tipo de contributo dado no estudo, de forma a criar uma narrativa aberta e honesta que os leitores aceitem bem. Sheperis, Young e Daniels (2010) sugerem, então, que um investigador qualitativo deverá declarar os motivos pessoais e profissionais e as razões para a realização do estudo; descrever o tipo de ligação pessoal ou profissional com os participantes e/ou fenómeno em estudo; declarar quaisquer preconceitos ou conjecturas sobre o fenómeno em estudo; referir quais as expectativas iniciais relativamente aos resultados da investigação; descrever de que forma os pensamentos, sentimentos e comportamentos iniciais podem ter interferido com o processo de investigação. Neste trabalho específico, o papel do investigador encontra-se descrito no **APÊNDICE 5**;

- **Procurar por evidências discrepantes e casos negativos** – que contradigam os temas obtidos e a perspetiva geral do estudo, de forma a testar explicações concorrentes. O investigador, ao apresentar essas evidências contraditórias, contribui para que a narrativa se torne mais realista e, portanto, válida. Nos capítulos referentes à revisão de literatura, resultados e conclusões procurou-se, dentro do possível, apresentar casos de evidências discrepantes;
- **Criar um envolvimento intensivo de longo prazo** – o investigador deverá passar tempo no terreno/ contexto do estudo, incrementando a sua experiência com o local e participantes, de forma a desenvolver uma compreensão completa e aprofundada sobre o fenómeno de interesse, dando credibilidade à narrativa, bem como precisão e validade às suas inferências. Neste estudo específico o envolvimento intensivo com o contexto e comunidades das aldeias em estudo teve início em outubro de 2010, e irá durar até 2013 (término do projeto ORTE);
- **Recorrer a auditorias externas** – ou seja, pessoas/ entidades não familiarizadas com o investigador/ projeto de investigação que realizem uma avaliação independente e objetiva ao longo de todo o plano de investigação, o que fortalece a validade geral do estudo qualitativo.

De igual forma, no contexto específico do estudo de caso, Gama (2009: 79) afirmou que *“a análise de casos como instrumento de investigação tem sido objeto de um estereótipo caracterizado pela falta de rigor e elevado grau de subjetividade”*. Nesse sentido, este autor sugeriu que:

“uma clara definição do fenómeno de estudo, um adequado enquadramento teórico, uma preocupação na adequada seleção da unidade de análise, uma fundamentada decisão sobre o tipo e forma de informação a recolher e respetiva triangulação, o seguimento dos princípios do protocolo de atuação, base de dados do estudo, e manutenção da cadeia de evidência, a utilização de uma lógica de ‘pattern-matching’⁴⁶, e a revisão do relatório final por informadores chave, constituem os procedimentos e instrumentos necessários e suficientes para ultrapassar a imagem historicamente pouco abonatória que envolve a investigação baseada no estudo de caso”.

O anteriormente exposto vem ao encontro do pressuposto da **fiabilidade** qualitativa (*confiabilidade*). Gibs (2007) descreve-a como a indicação de que a abordagem de um determinado investigador é consistente entre diferentes investigadores e diferentes projetos. Segundo este autor, uma forma de o assegurar é através do desenvolvimento de um conjunto de

⁴⁶ *“Técnica que consiste na utilização de uma lógica de verificação da correspondência de padrões, através da comparação de factos empiricamente suportados com factos teoricamente previstos”* (Gama, 2009: 79).

procedimentos no âmbito da estratégia de investigação utilizada (por exemplo, *estudo de caso*), e dos respetivos processos de recolha e análise de dados (por exemplo, criação de um protocolo de codificação). A criação e a divulgação destes procedimentos irá permitir a outros investigadores avaliar o quão acertadas foram as decisões e o quão adequados foram os modos de atuação, e fazer comparações com outros projetos (Denscombe, 2007).

De acordo com Creswell (2009: 193), “*o valor da investigação qualitativa assenta na descrição particular e nos temas desenvolvidos no contexto de um local específico*”. Assim, uma investigação qualitativa baseia-se, normalmente, no estudo intensivo de um número relativamente pequeno de casos (Denscombe, 2007), dificultando que os resultados obtidos num estudo específico possam vir a abranger um conjunto mais amplo de condições ou situações – processo de **generalização** (Yin, 2011). A abordagem convencional, no contexto da investigação quantitativa, assenta no pressuposto que os resultados de um estudo têm por base uma amostra probabilística, o que possibilita a sua extrapolação para o universo original/população do qual foi retirada a amostra (Yin, 2011). No contexto da investigação qualitativa uma forma alternativa do investigador abordar esta questão será através de um processo imaginativo ao cuidado da audiência do estudo, ou seja, caberá aos leitores utilizar a informação disponibilizada para inferir sobre o alcance desses resultados específicos, em termos da possibilidade de virem a ser encontrados em casos/contextos/circunstâncias similares (*transferibilidade*) (Denscombe, 2007).

No capítulo seguinte será desenvolvida uma narrativa descritiva rica e aprofundada como forma de apresentar os resultados derivados da abordagem qualitativa, procurando descrever – quer particularmente quer de forma holística - as experiências dos participantes e os “significados” subjacentes, no âmbito do fenómeno “experiência turística em espaço rural”, tendo por base o contexto das aldeias de Linhares da Beira e de Janeiro de Cima.

CAPÍTULO 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 INTRODUÇÃO

No âmbito dos subcapítulos 7.2 e 7.3, referentes respetivamente às aldeias de Linhares da Beira (LB) e Janeiro de Cima (JC) (ver localização no **ANEXO 1**) será efetuada a descrição, numa análise *within-case*, do contexto geográfico, demográfico, socioeconómico, biofísico e natural-cultural. Serão igualmente descritos os projetos de parques eólicos, existentes ou planeados, para a região envolvente às aldeias em estudo. Como complemento a esta descrição contextual será elaborada uma Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico (num raio envolvente de 20km, marcado em mapa – ver **FIGURA 15**), com base na classificação de recursos naturais de Field (2008) (ver **TABELA 5**), bem como nas matrizes de avaliação dos recursos do projeto PITER⁴⁷ - Terras do Vouga e do Caramulo, desenvolvidas segundo a técnica de avaliação de matrizes sugerida por Inskeep (1991, p. 96), geralmente utilizada em análises de planeamento.

Nos subcapítulos seguintes, tendo por base análises *within-case* e *cross-cases*, será descrito o perfil dos entrevistados (subcapítulo 7.4), e abordada a experiência turística rural baseada nos recursos naturais das aldeias em estudo e da sua envolvente (subcapítulo 7.5). Numa vertente exploratória complementar serão analisadas, no subcapítulo 7.6, as perceções e atitudes de visitantes, residentes e alguns agentes locais para com a presença de parques eólicos na região envolvente às aldeias, explorando possíveis impactes e potencialidades para o turismo e para a experiência turística em espaço rural. Já no subcapítulo 7.7 serão analisados os dados referentes ao comportamento ambiental manifestado pelos visitantes durante a visita às aldeias em estudo.



FIGURA 15 – Localização de Linhares da Beira, de Janeiro de Cima, e raio de 20km em redor de cada aldeia
Fonte: elaboração própria em ESRI-ArcGIS Explorer Desktop (versão 2.0.0.1750)

⁴⁷ Sigla do “Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante de Base Regional”, enquadrado pela Portaria nº450/2001, de 5 de maio. Em 2003, o Gabinete PITER do GrupUNAVE-Inovação e Serviços foi o responsável pela elaboração de um PITER específico para os concelhos de Águeda, Vouzela, Oliveira de Frades e Tondela (Costa, 2005).

7.2 ESTUDO DE CASO Nº 1 - LINHARES DA BEIRA (ALDEIA HISTÓRICA DE PORTUGAL)

7.2.1 CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

Povoamento de fundação medieval (século XII), Linhares da Beira é uma aldeia de ricos recursos histórico-culturais que pertence à rede “Aldeias Históricas de Portugal” (AHP), sendo também conhecida como a “Capital do Parapente” (MCB – Município de Celorico da Beira, 2009), dada as propícias condições climáticas e património natural que permitem a prática desta e de outras atividades desportivas, como o pedestrianismo ou BTT (bicicleta de todo o terreno). Localizada na proximidade à autoestrada A25 (Aveiro-Vilar Formoso), pertence ao concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda (**FIGURA 16**). A freguesia de Linhares da Beira integra o Parque Natural Serra da Estrela (PNSE) (ver **ANEXO 1**) e Sítio de Interesse Comunitário “Serra da Estrela” - Rede NATURA 2000 (ICN, 2005). Sob gestão do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, esta área protegida engloba, total ou parcialmente, os concelhos de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas, Covilhã, Seia e Gouveia.

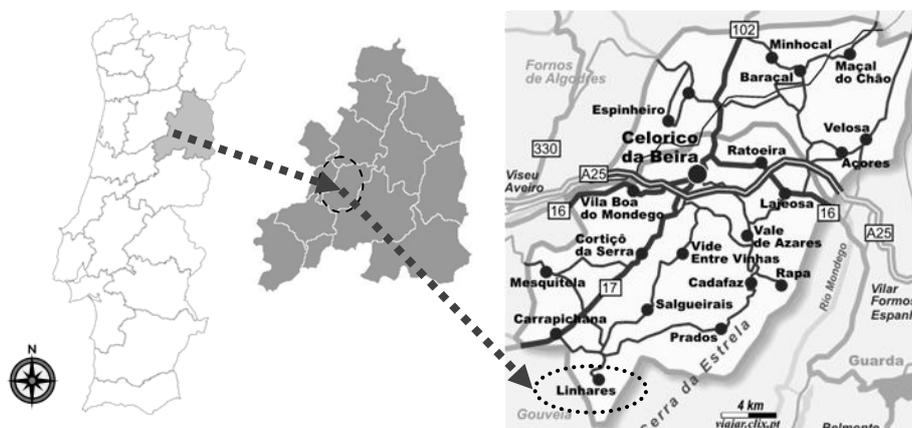


FIGURA 16 – Localização de Linhares da Beira

Fonte: elaboração própria (com base em DFR, 2012 e Viajar Clix, 2012a)

Um dos objetivos da classificação da Serra da Estrela como Parque Natural foi o de preservar e promover uma “*região de característica economia de montanha onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local*” particulares (Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de julho: 1562). Todavia, Linhares tem registado um franco declínio da população rural (**TABELA 12**), caracterizada pelo envelhecimento (cerca 37,1% da população tem 65 ou mais anos) e fortemente marcada por fluxos migratórios (MCB, 2009; INE, 2011), nomeadamente para países como a França, Estados Unidos da América, etc. Segundo os dados preliminares dos Censos de 2011, a localidade de Linhares (sede da Junta de Freguesia), com 15,7 km² de área (o que inclui as anexas Assanhas, Quintãs de Baixo e Quintãs de Cima – **FIGURA 18**) possui atualmente 259 habitantes (INE, 2011), ou seja, em 30 anos perdeu quase metade da população contabilizada em 1981.

TABELA 12 – Dinâmica demográfica da freguesia de Linhares da Beira (N.º= total de HM; H= homens; M= mulheres)

Freguesia	População residente (N.º)				Variação absoluta	Variação percentual (1981-2011)
	1981	1991	2001	2011		
Linhares da Beira	485 (227H; 258M)	380 (182H; 198M)	328 (151H; 177M)	259 (114H; 145M)	-226	-46,6%

Fonte: elaboração própria (com base em INE, 1983, 1993, 2002, 2011)

De acordo com a última publicação do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)⁴⁸, relativo ao ano de 2009, verifica-se que a sub-região NUT III Beira Interior Norte (que integra o concelho de Celorico da Beira), revelou ser um território menos competitivo e menos coeso do que o conjunto do país (Portugal=100), com um resultado final em termos de índice global de desenvolvimento regional (IG) de 95,99 (INE, 2012). No que concerne às atividades económicas na região regista-se o declínio do sector primário e secundário, ligeiramente colmatado pelo crescimento do sector terciário, com oportunidade de emprego, em especial, na atividade turística (ICN, 2005). Esta situação é evidente na aldeia histórica onde, nos últimos anos, se verificou o aparecimento de novas infraestruturas turísticas⁴⁹, caso da “Pousada INATEL” ou do restaurante “Cova da Loba”, em resposta a um fluxo turístico bastante positivo, maioritariamente constituído por visitantes nacionais. Isto apesar do decréscimo registado a partir do ano de 2002 (FIGURA 17), um possível indicativo da necessidade de aposta em novas atividades e/ou produtos, bem como opções de gestão e de promoção mais eficazes. Nesse sentido, o facto desta sub-região NUT III ter alcançado para o indicador compósito “qualidade ambiental⁵⁰” do ISDR um resultado de 103,30, ou seja, acima da média nacional (INE, 2012), poderá ser um indicativo do potencial dos recursos naturais para integrar e dinamizar um produto turístico rural diversificado.

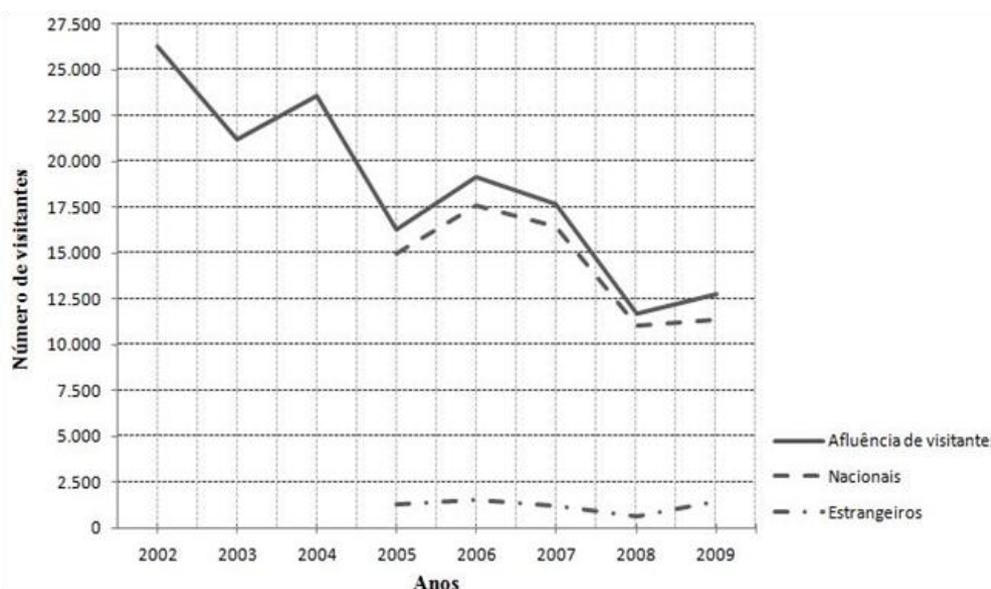


FIGURA 17 – Afluência turística em Linhares da Beira entre os anos de 2002 e 2009

Fonte: Elaboração própria (com base em AHP - Aldeias Históricas de Portugal, 2010 e MCB, 2005)

⁴⁸ O ISDR é um “modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental” (INE, 2012: 1).

⁴⁹ Em termos de oferta turística a aldeia possui atualmente cinco unidades de alojamento oficiais (‘Pousada do INATEL’, ‘Taberna do Alcaide’, ‘Casa Pissarra’, ‘Parque de Campismo’ da Junta de Freguesia e ‘Casa do Parapentista’ da Junta de Freguesia), dois restaurantes (‘Cova da Loba/Lopa’ e ‘Taberna do Alcaide’), dois cafés (‘Mimoso’ e ‘Nascer do Sol’), uma loja de artesanato e um Posto de Turismo. Para mais informações ver a página do projeto ORTE: <http://cms.ua.pt/orte/>

⁵⁰ O indicador de “qualidade ambiental” do ISDR reflete as “pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente (numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território), dos respetivos efeitos sobre o estado ambiental e das consequentes respostas económicas e sociais em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas” (INE, 2012: 4).

7.2.2 CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA E NATURAL-CULTURAL

O maciço central da Serra da Estrela apresenta uma linha de cumeadas com orientação nordeste-sudoeste, sendo na falda de “Casal da Ribeira” (1176m de altitude no marco geodésico) - uma das zonas de descolagem de parapente - que encontramos a aldeia, a cerca de 800m de altitude (**FIGURA 18**) (Barbosa & Correia, 1990), com o seu castelo estrategicamente implantado num cabeço rochoso granítico, dominando a paisagem do Vale do Mondego (**FIGURA 19**) (MCB, 2009).

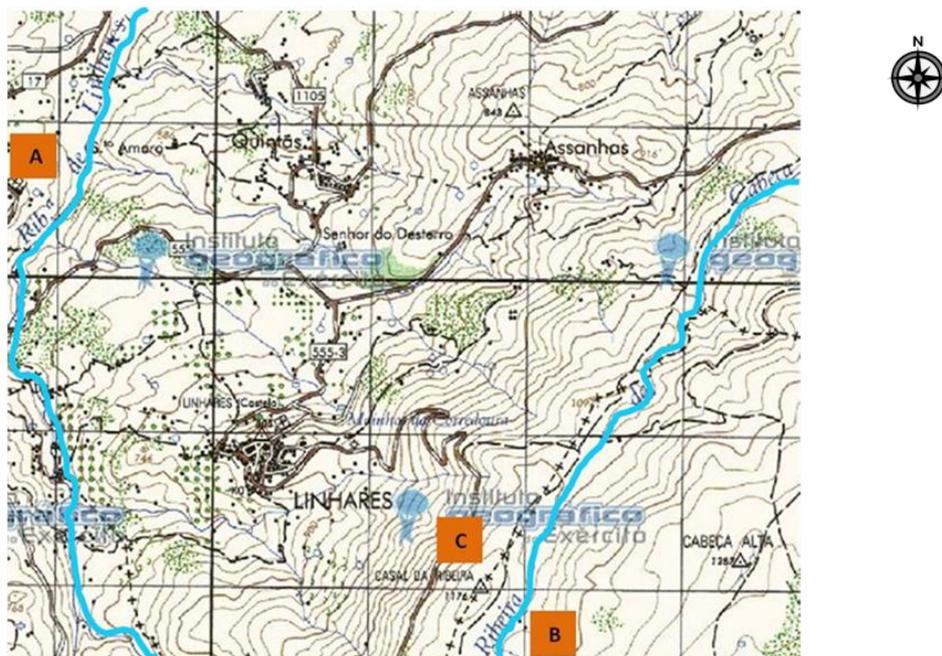


FIGURA 18 – Mapa topográfico parcial de Linhares de Beira
(letra A: ribeira de Linhares; letra B: ribeira da Cabeça Alta; letra C: cumeadas “Casal da Ribeira”)
Fonte: adaptado de IGeoE - Instituto Geográfico do Exército, 2006 (IGeoE-SIG)



FIGURA 19 – Castelo de Linhares da Beira (foto do lado esquerdo) e a aldeia no sopé da cumeadas “Casal da Ribeira”, vulgarmente designada por serra de Linhares (foto do lado direito)
Fonte: autoria própria

Segundo o Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de julho, a Serra da Estrela constitui “*um extraordinário componente natural de grande valor paisagístico com panorâmicas de rara beleza representando*

valores característicos da geografia natural” (p. 1562). Relativamente ao panorama geológico geral do PNSE (ver **ANEXO 2** relativo à zona centro/ norte do Parque) este caracteriza-se pelo domínio de uma extensa camada granítica interrompida, em certos locais, por afloramentos de metassedimentos (por exemplo, xistos, grauvaques, gnaisses, etc.) pré-câmbrios e câmbrios (o Complexo Xistograuváquico), por quartzitos e depósitos de superfície glaciários e fluvioglaciários (Marques, 1996; ICN, 2005; Aguiar, Rodrigues, Azevedo & Domingos, 2009). No **ANEXO 2** encontramos o perfil geológico de Linhares, onde é “*grande a abundância de cerros, de elevações graníticas com os flancos eriçados de penedias*”, e no qual espreitam “*por todos os lados, rochas de granito feldspático, montes de blocos enormes*” (**FIGURA 20**) (Marques, 1996: 25).



FIGURA 20 – Penedias graníticas em “Casal da Ribeira” (foto do lado esquerdo; no plano de fundo vê-se o cume de S. Domingos, com 1267m de altura); grandes blocos graníticos pela aldeia (foto do lado direito)
Fonte: autoria própria

Na aldeia, as construções mais antigas também são em granito, o que lhes confere um tom escuro-cinzento (Abrantes, 1995), acentuado em dias de chuva. Na opinião de Moreira (1980: 35), esta utilização de matérias-primas endógenas é “*uma prova de como o homem sabe tirar partido dos recursos naturais postos à sua disposição*” (**FIGURA 21**).



FIGURA 21 – Exemplo de casas típicas em granito presentes em Linhares (na “Rua dos Penedos”)
Fonte: autoria própria

Esta é uma região caracterizada por um clima temperado, com verões secos, nem muito frios nem muito quentes, e com invernos chuvosos (MCB, 2009), correspondendo ao tipo Csb segundo a classificação climática de Köppen (Peel, Finlayson & McMahon, 2007). “*A frequência dos ventos de oeste, que penetram largamente pela bacia do Mondego para virem descarregar sobre a Serra a*

sua humidade, explica a abundância de precipitações [...]” (Ribeiro, 1995: 338), sendo esta água “drenada principalmente pelos maiores rios de Portugal, o Mondego [...] e o Zêzere”, rios de montanha que nascem, respetivamente, a 1425m e 1640m de altitude (Marques, 1996: 38), sendo o concelho de Celorico da Beira atravessado pelo primeiro (MCB, 2009).

Relativamente a Linhares, diversas são as linhas de água existentes nas imediações da povoação como, por exemplo, a Ribeira de Linhares, a Ribeira da Cabeça Alta, entre outras, que transportam as “*águas frescas e cristalinas da Serra*” (MCB, 2009). Na aldeia podemos observar diversas fontes que abastecem de água a povoação (**FIGURA 22**), algumas das quais expressando a arquitetura dos séculos XII/ XIII - fonte Romana (por baixo da tribuna romana), XVI - fonte Babosa, e XIX - fonte de São Caetano (MCB, 2009). Esta última “*segundo a inscrição que contém, teria sido reedificada em 1829 sendo corregedor Bernardino Giraldes Pinto*” (Moreira, 1980: 41). De acordo com um ditado popular referido pela população da aldeia, e por nós testemunhado, “*Quem beber da fonte de São Caetano tem saúde todo o ano*”.



**FIGURA 22 – Exemplo das fontes existentes em Linhares (com nome, as referidas por Abrantes, 1995)
Fonte: autoria própria**

No que concerne ao recurso “água”, uma outra característica importante que podemos observar em Linhares é a famosa “Levada” (**FIGURA 23**), que nasce em Sete Fontes (Abrantes, 1997) e que

atravessa a povoação. Este é um sistema de desvio da corrente de água para irrigação das hortas e pastagens, o mover de moinhos, etc., permitindo, em determinadas alturas do ano, perceberem de forma bastante audível o barulho da água a correr. A “Levada” é alvo de um costume antigo que ainda hoje perdura – o envolvimento comunitário na sua limpeza. Como refere Santos (2011):

“No início de Maio procede-se à limpeza da levada até aos moinhos e no 3º. Domingo de Julho (Domingo do Anjo), dos moinhos até às Sete Fontes, situadas na freguesia de Videmonte. Cada habitação cede um homem ou na inexistência de um elemento do sexo masculino, uma mulher, para a limpeza da levada. A não comparência de um elemento por habitação e/ou família é punida com a aplicação de uma coima no valor de 25€ e afixada em local público a listagem dos infractores. [...] A transgressão do dever de efectuar a limpeza da levada no dia fixado para o efeito, por parte dos beneficiários da água da levada, implica a perda do direito ao seu usufruto. Pese embora, o facto de não existir nenhum documento em papel que suporte tal norma, todos os habitantes, de ambas as freguesias (Linhares da Beira e Videmonte), lhe dão cumprimento.”



FIGURA 23 – “Levada” que atravessa Linhares, junto ao sopé do castelo e numa das ruas da povoação
Fonte: autoria própria

A abundância hídrica da região tem contribuído assim para a fertilidade dos campos, sendo a água aproveitada, desde épocas remotas, para a irrigação dos mesmos com recurso a represas e açudes, o que, por sua vez, possibilitou o desenvolvimento de moinhos de água para moagem dos cereais (Moreira, 1980), símbolo de uma economia de subsistência que perdurou até aos anos 60/70 do século passado (MCB, s/d). Este é o caso dos Moinhos da Corredoura, atualmente ao abandono, e segundo Abrantes (1997: 92) um dos “vinte e tal que havia” próximos da povoação (**FIGURA 24**; localização na **FIGURA 18**, em letras azuis, a leste da aldeia).



FIGURA 24 – Moinhos de Água da Corredoura, na saída leste de Linhares (atravessado por uma “levada”)
Fonte: autoria própria

No concelho de Celorico da Beira, na aldeia da Rapa (cerca de 17km a nordeste de Linhares) podemos observar um desses moinhos, Moinhos de Água da Rapa (**FIGURA 25**), situado na margem da Ribeira da Cabeça Alta, cuja recuperação, em 2009, teve como objetivo preservar um elemento do património cultural derivado da exploração pelo Homem, ao longo dos séculos, do recurso natural “água”.



FIGURA 25 – Espaço interpretativo dos Moinhos de Água da Rapa, na Ribeira da Cabeça Alta, na Rapa
Fonte: autoria própria

Para além do uso humano, na atividade agrícola e na moagem de cereais, algumas das linhas de água existentes nas imediações de Linhares revelam um potencial ao nível medicinal. Por exemplo, nas proximidades de Quintãs, a cerca de 4km a noroeste de Linhares, encontramos as ruínas de um balneário termal⁵¹ construído sobre uma fonte de águas sulfurosas, junto à Capela de Santo Amaro (ver localização no canto superior esquerdo da **FIGURA 18**) (Moreira, 1980; Bastos, Quintela, Matos, 2002), mencionada por Fonseca Henriques, médico de D. João V, na seguinte descrição:

“Na Villa de Linhares, Comarca da Guarda, no sitio a que chamão Santo Amaro, ha huma fonte tepida de agoa sulphurea, de que naquela terra usão em banhos para males cutaneos, como são sarnas, proidos, impigens, pustulas, e outros achaques semelhantes; mas consideramos nós, que terá muytas mays virtudes; e que curará as queyxas de nervos, e juntas em temperamentos quentes e que serão os seus banhos tambem uteys para os affectos hypochondriacos, e flatos melancholicos” (Henriques, 1726: 66).

Para além da riqueza hídrica e geológica, a Serra da Estrela detém igualmente relevantes “refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional” (Decreto-Lei

⁵¹ De acordo com Bastos *et al.* (2002) este terá sido construído no início do século XX, funcionando normalmente até 1948, ano em que foi destruído por incêndio e abandonado.

n.º 557/76 de 16 de Julho: 1562). O tipo e distribuição do coberto vegetal é considerado muito importante na caracterização da paisagem (Marques, 1996). Considerando a divisão sugerida num estudo levado a cabo pela Universidade de Évora, em 2002, Linhares integra a unidade de paisagem designada por “Serra da Estrela”, detentora de uma “forte identidade resultante tanto das suas características naturais, como do seu conteúdo em termos históricos e culturais”, pelo que se pode considerar “pela sua dimensão e particularidade, como única no contexto nacional” (Abreu, Correia & Oliveira, 2004: 191). Relativamente a esta unidade de paisagem estes autores (p. 191) salientam a:

“[...] grandiosidade e profundidade das paisagens, uma forte sensação de altitude, de imensidão e, por vezes, de mistério. A serra da Estrela transmite sensações contraditórias de aridez e frescura, de suavidade e agressividade, encontrando-se paisagens acolhedoras e inóspitas; em qualquer caso, tais paisagens provocarão sempre uma atitude de respeito pelo testemunho que dão da história da terra e das comunidades humanas que viveram em condições especialmente difíceis.”

Testemunho desses árduos tempos, o linho, foi uma das culturas importantes neste território (Moreira, 1980). Planta outrora abundante, era utilizada no fabrico de tecidos de linho ou estopa, para confeção de vestuário e outros artefactos caseiros (Abrantes, 1995). O *Linum usitatissimum* foi perdendo a sua importância a partir do século XIX devido à concorrência do algodão (Castro & Martins, 2010), encontrando-se na região exemplares dispersos nos matos e beira de caminhos (**FIGURA 26**). Na opinião de Abrantes (1995), a toponímia da aldeia, Linhares, deriva dos vários e “belos linhares” (p. 13) - campos semeados de linho - cultivados nas imediações da povoação.



FIGURA 26 – Planta do linho em terrenos do Museu do Agricultor e do Queijo, Celorico da Beira
Fonte: autoria própria

Atualmente, a paisagem que circunda Linhares é seminatural e/ ou agrícola, caracterizada por manchas de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) misturado com o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), dando lugar aos castanheiros (*Castanea sativa*) e oliveiras (*Olea europaea*), giestais de *Cytisus multiflorus* (giesta-branca) e *Cytisus striatus* (giesta-amarela) (na **FIGURA 19**, lado direito, observar as manchas de tom amarelo correspondentes às flores da giesta-amarela, na primavera), urgeirais de *Erica australis* (que dão um tom rosado à paisagem durante a sua floração), rosmaninhos (*Lavandula* sp.), terras de regadio, milheirais, culturas arvenses de sequeiro, vinhedos, prados e lameiros à medida que descemos as encostas declivosas em direção ao vale (**FIGURA 27**) (Barbosa & Correia, 1990; ICN, 2005). Ao longo das linhas de água, nos bosques em galeria, é frequente a presença de freixos (*Fraxinus angustifolia*), amieiros (*Alnus glutinosa*), salgueiros/ vimeiros (*Salix* spp.), álamos (*Populus alba*), entre outros (Marques, 1996).



FIGURA 27 – Mancha de pinheiro-bravo na encosta e culturas de sequeiro, respetivamente, atrás e à frente dos Moinhos de Água da Corredoura (foto do lado esquerdo superior); oliveiras (foto do lado esquerdo inferior); giesta-amarela no Verão, com fruto (foto do lado direito)

Fonte: autoria própria

Já a vegetação natural, de azinhais e azereiros, é quase inexistente neste andar altitudinal (até 900m) de acentuada influência mediterrânica, sujeito a um intenso aproveitamento cultural por parte das populações ao longo dos tempos (ICN, 2005). Na opinião de Aguiar *et al.* (2009: 295), a “domesticação da paisagem natural prístina de montanha deixou sequelas severas na diversidade biológica e nos serviços dos ecossistemas mediados pelo solo”. Como afirmam Aguiar & Pinto (2007: 47), “as florestas de espécies autóctones, i.e. os bosques, são ecossistemas raros na paisagem vegetal actual de Portugal continental”. Segundo estes autores (p. 30-31), no país:

“[...] existem evidências de que a ação antrópica contribuiu desde cedo para o alastramento dos tipos de vegetação não florestal. Por exemplo, sabe-se que ocorreram queimadas conduzidas pelo Homem, aparentemente ainda em pequena escala, na Serra da Estrela há mais de 8500 anos (data estimada) [...] Estas desflorestações tinham como objectivo incrementar a área de pasto dos herbívoros com interesse cinegético, facilitar a observação de animais e/ou de grupos humanos rivais ou ainda de promover a expansão das espécies arbustivas e herbáceas mais apreciadas nas actividades de recollecção [...] O homem paleolítico e mesolítico não foi um utilizador passivo da natureza, mas sim um importante factor de mudança da fauna, da flora e da paisagem vegetal.”

De acordo com os mesmos autores, as transformações na paisagem por ação do Homem prosseguiram com a revolução neolítica, caracterizada pela sedentarização dos grupos de caçadores-recolectores e a adoção de um estilo de vida agro-pastoril. Como afirma Aguiar *et al.* (2009: 307) “a pastorícia foi o grande instrumento da domesticação da paisagem”. A transumância do gado no seio do sistema de montanhas⁵² que constitui o intitulado “Eixo de

⁵² Designação dada a uma forma de relevo com altitude superior a 700m (Aguiar *et al.*, 2009).

Culminação Ibérico” (desde a Serra da Estrela até ao Sistema Ibérico em Espanha) levou a uma desarborização quase completa da paisagem, sendo o coberto florestal substituído, predominantemente, por matos baixos de pirófitos (plantas resistentes ao fogo) como, por exemplo, a esteva, a urze (Aguiar & Pinto, 2007) ou o sargaço (*Halimium lasianthum* subsp. *alyssoides* – **FIGURA 28**) (MCB, 2009).

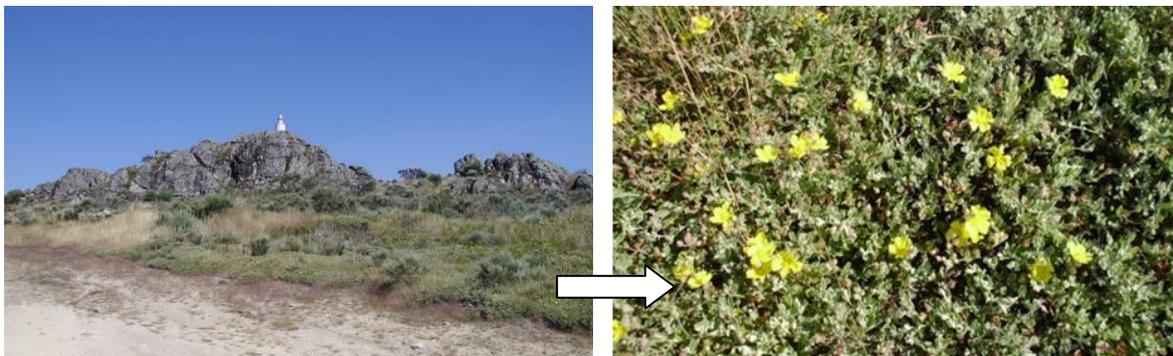


FIGURA 28 – Mato rasteiro de *Halimium lasianthum* subsp. *alyssoides* no cume “Casal da Ribeira”

Fonte: autoria própria

O posterior crescimento populacional levou também ao aumento da pressão sobre os recursos florestais ainda existentes. Como refere Moreira (1980: 20), ao longo da Idade Média, a evolução da agricultura levou à destruição de “florestas inteiras [...] para ganhar terrenos agrícolas”, levando a alterações radicais na paisagem serrana. Por exemplo, no século XIII:

“A falta de terra para cultivo era evidente em grande parte do país e a agricultura estendeu-se por espaços até então não cobiçados. O alargamento da agricultura a solos marginais e o encurtamento do ciclo de recorrência dos fogos nas montanhas agravaram os fenómenos erosivos e carregaram os grandes rios de sedimentos” (Aguiar & Pinto, 2007: 45).

Esta “desolação da paisagem da montanha portuguesa é reafirmada no século XIX pelos botânicos Conde de Hoffmannsegg (Link, 1805) e A.X.P. Coutinho (1877)” (Aguiar et al., 2009: 308), suscitando “uma resposta estatal à degradação do solo e da vegetação nas áreas marginais, à escassez interna de madeiras e lenhas, e a uma premente necessidade de produzir riqueza” (idem: 313), através da delimitação de políticas e planos de florestação, como foi o caso do Plano de Povoamento Florestal (1938-1968) (idem). Assim, “à medida que as florestas se tornaram escassas converteram-se de espaços indesejados em sistemas fundamentais de suporte do funcionamento dos ecossistemas humanos” (Aguiar & Pinto, 2007: 47). Contudo, após se ter alcançado nas décadas de 50/ 60 do século XX, o máximo populacional na maioria das localidades situadas nas zonas montanhosas portuguesas, desencadeia-se um forte fluxo migratório para fora das áreas rurais, por causas diversas como, por exemplo, as arborizações dos baldios (com pinheiro-bravo, etc.), implementadas no âmbito do Plano referido anteriormente, levando a alterações no modo de vida serrano e ao abandono de práticas agro-silva-pastoris tradicionais (Abrantes, 1997; Aguiar et al., 2009). Como afirma Ribeiro (1995: 342), ao longo da História tem-se verificado que “o nosso homem do campo é, por via de regra, inimigo da árvore que se não integra directamente na sua economia”, considerando que o que este desejava era “ter espaço livre para a cultura extensiva, para o pastoreio dos gados, mato para roçar, e ver longe das povoações os arvoredos onde se acoitavam malfeitores e animais daninhos”.

Essas mudanças possibilitaram, todavia, “a restauração da floresta nas áreas agrícolas marginais de Portugal” (Aguar & Pinto, 2007: 48) mas, infelizmente, nem sempre por espécies autóctones, e sim, por plantas mais competitivas (em condições de maior secura e perturbação do solo), caso das exóticas e invasoras *Acacia* spp., *Ailanthus altissima* (muito comum nas bermas da estrada N17, entre Celorico da Beira-Linhares, e de outras estradas secundárias a caminho da aldeia) (**FIGURA 29**), o próprio *Pinus pinaster* (alvo de plantação intensiva) ou o *Eucaliptus globulus*, com impactes profundos na biodiversidade nacional, no controlo de eventos catastróficos como os fogos florestais, na disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, bem como na componente estética da paisagem, tão valorizada em termos turísticos.



FIGURA 29 – Exemplos de *Ailanthus altissima*, espécie exótica e invasora, na envolvente de Linhares
Fonte: autoria própria

O castelo de Linhares constitui um miradouro panorâmico de excelência sobre o coberto vegetal do lado da serra mas mais ainda sobre o mosaico agricultado do vale do Mondego que se estende a seus pés (**FIGURA 30**), correspondente à unidade de paisagem designada por “Cova de Celorico”, a qual Abreu *et al.* (2004: 74) descreve como um conjunto com:

“um aspecto geral cuidado, fruto de um trabalho intensivo da terra, adequado às suas potencialidades. No entanto, algumas parcelas estão hoje abandonadas e cobertas por mato o que, localmente, confere à paisagem um carácter de desleixo e desordem. Ao longo dos limites das parcelas agrícolas, das estradas e de inúmeros caminhos, são frequentes os alinhamentos de árvores, por vezes sebes bem constituídas, o que contribui para a riqueza do padrão da paisagem. [Sendo] a diversidade cromática e de texturas [...] muito elevada.”



FIGURA 30 – A paisagem da serra da Estrela e do vale do Mondego, observadas do castelo de Linhares
Fonte: autoria própria

A cerca de 1060m de altitude, um outro ponto panorâmico sobre o vale do Mondego é o que se obtém a partir do “mirante de Linhares”, próximo do caminho de terra batida que leva até uma das rampas de salto dos parapentistas, com acesso pela estrada da Serra que sai a leste da aldeia e que passa junto à “Charca”, uma “*enorme barragem para armazenamento, durante a noite, das águas da Levada*” (Abrantes, 1997: 127), e ao parque de campismo (**FIGURAS 31, 32 e 33**). Neste local existem “*mesas, bancos e uma fonte, onde se pode repousar, tonificar os pulmões, observar Linhares e arredores, lá do alto, e desvendar as regiões longínquas do Caramulo*” (Abrantes, 1997: 128). Contudo, atualmente, os bancos e mesas encontram-se, infelizmente, bastante degradados e o espaço pouco cuidado. Já a fonte constitui local de paragem para abastecimento de água fresca e cristalina, em especial, pelos praticantes de parapente a caminho das rampas de salto.



FIGURA 31 – Localização da rampa de salto de parapente (A) e do mirante de Linhares (B)
Fonte: autoria própria



FIGURA 32 – Acesso à rampa de salto de parapente (no sinal vermelho), e vista da aldeia junto ao mirante
Fonte: autoria própria



FIGURA 33 – Sinalização do mirante pelo PNSE, vista da fonte da estrada e pormenor ao perto
Fonte: autoria própria

Deste miradouro privilegiado é possível observar, a sobrevoar a paisagem em redor, algumas das espécies de aves que representam a avifauna presente na Serra da Estrela, sendo algumas destas alvo de medidas de conservação, tanto a nível nacional e/ ou europeu. Assim, ao nível da diversidade de avifauna na envolvente de Linhares é de salientar a existência, por exemplo, de aves de rapina (caso da águia-de-asa-redonda, tartaranhão-caçador, tagarote, milhafre, etc.), galiformes (como a perdiz, codorniz, etc.), passeriformes de pequeno e de médio porte (caso da toutinegra, melro-de-água, corvo, etc.), andorinhões (andorinhão-preto) (FIGURA 34), entre outros (ICN, 2005). Relativamente ao andorinhão-preto (*Apus apus*), espécie estival que se pode observar a nidificar nas paredes do castelo de Linhares, já Abrantes (1995: 63) mencionava o chamamento gritante e o comportamento conspícuo destas aves que, junto ao castelo “cruzam o espaço em todas as direcções, lançando estridentes chilreados e nidificando nas torres, para regressarem, renovadas e felizes com a sua prole, em cada Primavera que passa”.

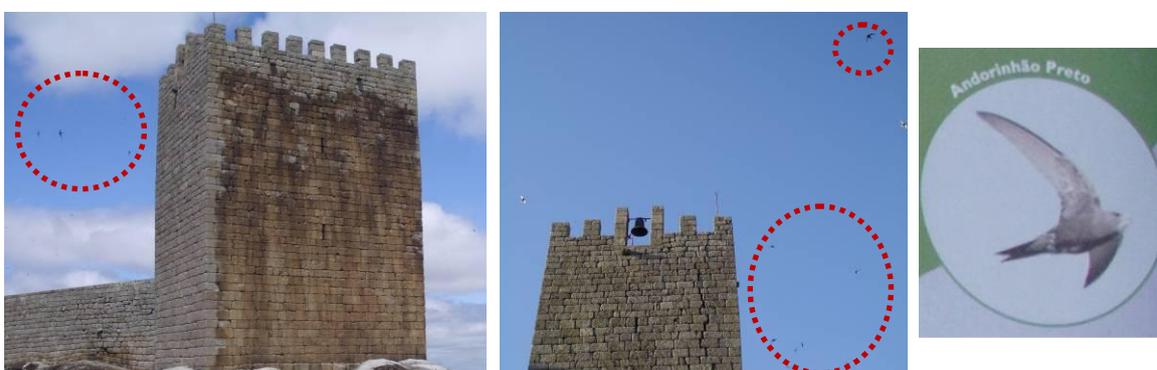


FIGURA 34 – Andorinhão-preto no castelo, e ilustração numa placa no Parque Eólico da Serra do Ralo
Fonte: autoria própria

Neste território é igualmente de registar a presença de quirópteros (como o morcego-hortelão, etc.), mamíferos terrestres (por exemplo, raposas, javalis, toupeiras, coelhos, etc.), anfíbios e répteis (caso da lagartixa-ibérica, etc.) (ICN, 2005), bem como de animais domesticados ligados à pastorícia como as ovelhas (**FIGURA 35**), em rebanhos muitas vezes guardados pelo famoso cão Serra da Estrela. Como sublinha Ribeiro (1995: 350):

“de todos os gados criados na Serra avulta, com incomparável importância, o ovino, a que se juntam geralmente algumas cabras [...] O gado grosso [bovinos] é pouco abundante [...] A ovelha dá a carne, o leite, de que se faz o queijo, a lã, que alimenta parte das indústrias têxteis da região, o estrume, que fertiliza as terras [...] é ela que forma os rebanhos e domina toda a vida pastoril”.

Esta paisagem serrana é cruzada por diversos caminhos de terra batida e veredas que encurtam as distâncias entre os locais de pastoreio, as terras de cultura, as quintas, os lugares e as freguesias, os centros rurais e os urbanos, sendo alguns constituídos por antigas vias romanas, das quais ainda encontramos certos vestígios, como acontece em Linhares (Marques, 1996).



FIGURA 35 – Pastor com o seu rebanho de ovelhas e cão, junto ao INATEL

Fonte: autoria própria

A Calçada Romana de Linhares (**FIGURA 36**), na saída sudoeste da aldeia, frente a um antigo edifício escolar, faz parte da estrada que ligava a atual Mérida (Espanha) a Braga (Falhas, 2010), um troço pertencendo “à antiga rede viária militar das legiões romanas que tinha a sua origem em Roma e cruzava a Serra em todas as direcções” (Abrantes, 1997: 20). De acordo com este autor (p. 61) “a via militar de Linhares partia de Talabrica (Viseu) com a de Folgoso [...] rumava a [...] Figueiró da Serra [...] atravessava a Ribeira da Vila (de Linhares) e entrava na Calçada Romana de Linhares que termina, em Linhares, antes da Igreja da Misericórdia”.



FIGURA 36 – “Sinalização” e pormenor da Calçada, e pedestrianistas holandeses que a vão percorrer

Fonte: autoria própria

Alguns destes caminhos e veredas são aproveitados por adeptos de caminhadas ou por praticantes de BTT, combinando a prática de uma atividade desportiva com o usufruto da natureza. Tendo em conta esse interesse, o Município de Celorico da Beira tem vindo a promover a criação e sinalização de percursos segundo diretrizes nacionais e europeias, possibilitando ao visitante a descoberta das características da paisagem, e do património natural e histórico-cultural existente nesta região. Caso disso são, por exemplo, os percursos sinalizados⁵³ “Trilhos das Ladeiras” (FIGURA 37) e “Trilho da Serra do Ralo” (FIGURA 38), na envolvente da aldeia.



FIGURA 37 – Placa de interpretação e sinalização do “Trilho das Ladeiras”, junto ao castelo de Linhares
Fonte: autoria própria



FIGURA 38 – Placa de interpretação e sinalização do “Trilho Serra do Ralo”, próximo de Vide Entre Vinhas
Fonte: autoria própria

Apesar destes trilhos específicos constituírem um bom exemplo ao nível de sinalização e interpretação parece que, de um modo geral, muito há ainda a fazer no que diz respeito à informação e promoção dos diversos percursos pedestres promovidos no seio do Parque Natural.

⁵³ Para mais informação sobre estes percursos, consultar os respetivos panfletos na página de internet do Município de Celorico da Beira: <http://www.cm-celoricoabeira.pt/turismo/percursospedestres/Paginas/default.aspx>

De acordo com o Programa de Visitação e Comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas, elaborado a pedido do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), “em termos de sinalização de percursos, alguns estão identificados no início, mas nem todos. De resto não existem outros painéis interpretativos, nomeadamente ao longo dos percursos, que são em grande número”, sendo também outro material informativo, como brochuras e panfletos “escasso, apesar de haver bastante material editado” (TT-ThinkThur, 2006: 29).

Desenvolvido pelo Município de Celorico da Beira, em parceria com a GDF SUEZ (entidade gestora do Parque Eólico da Serra do Ralo) e a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, o percurso pedestre temático “Trilho da Serra do Ralo” foi inaugurado em maio de 2009, visando a promoção do pedestrianismo, a sensibilização do público para as boas práticas ambientais e recursos endógenos da região, a informação sobre a energia eólica, e a criação de um interesse turístico em redor do Parque Eólico da Serra do Ralo (FIGURA 39) (GDF SUEZ, 2011). Esse “potencial turístico e didático que [...] representa para a região” constitui, na opinião de Jesus e Freire (2004: 11), um possível impacte positivo associado a esta infraestrutura, para além das mais-valias financeiras obtidas pelas entidades locais e proprietários dos terrenos alugados, derivados da instalação do Parque Eólico da Serra do Ralo. Nesse sentido, as perceções dos vários tipos de entrevistados recolhidas neste trabalho de investigação e analisadas no subcapítulo 7.6, poderão ajudar a compreender a validade ou não desta perspetiva de “potencial turístico”.



FIGURA 39 – Placa de interpretação do Parque Eólico da Serra do Ralo e troço do “Trilho da Serra do Ralo” (fotos na parte superior); visitantes no dia de inauguração do percurso (fotos na parte inferior)
Fonte: autoria própria (fotos na parte superior); GDF SUEZ, 2011 (fotos na parte inferior)

Relativamente ao potencial de exploração de vento na região, Marques (1996: 97) curiosamente mencionava que “os moinhos de vento são raros, pois não há necessidade de aproveitar a energia eólica numa região onde abunda a hidráulica”, sendo os cereais produzidos na Serra da Estrela normalmente reduzidos a farinha através das azenhas/ moinhos de água, “frequentemente na parte inicial dos rios Mondego e Zêzere”. Todavia, atualmente, os modernos “moinhos de vento” implantados em território da Serra da Estrela têm outro propósito, o de produzir energia elétrica. De acordo com a GDF SUEZ (2011), a produção energética anual deste parque eólico é suficiente para abastecer o equivalente ao consumo de eletricidade dos concelhos de Celorico da Beira, Trancoso, Fornos de Algodres e Gouveia, abrangendo um universo de cerca de 40.000 habitantes.

O Parque Eólico da Serra do Ralo foi um dos projetos para exploração da energia do “vento” com autorização para ser construído no seio do Parque Natural. Esta infraestrutura, concessionada por 30 anos (Jesus & Freire, 2004), propriedade da GDF SUEZ Energia Portugal, entrou em funcionamento em 2007, estando os 16 aerogeradores de 2 megawatts de potência localizados a nascente de Linhares, na cumeeada da Serra do Ralo, abrangendo parte das freguesias vizinhas de Cadafaz, Salgueirais, Vale de Azares e Vide Entre Vinhas (FIGURA 40) (GDF SUEZ, 2011). Considerando o perímetro de segurança definido para as zonas de lançamento e de aterragem de parapente, pelo Instituto de Desporto de Portugal, o parque encontra-se assim distanciados a mais de 4km de Linhares, local de prática comum deste desporto (Jesus & Freire, 2004).

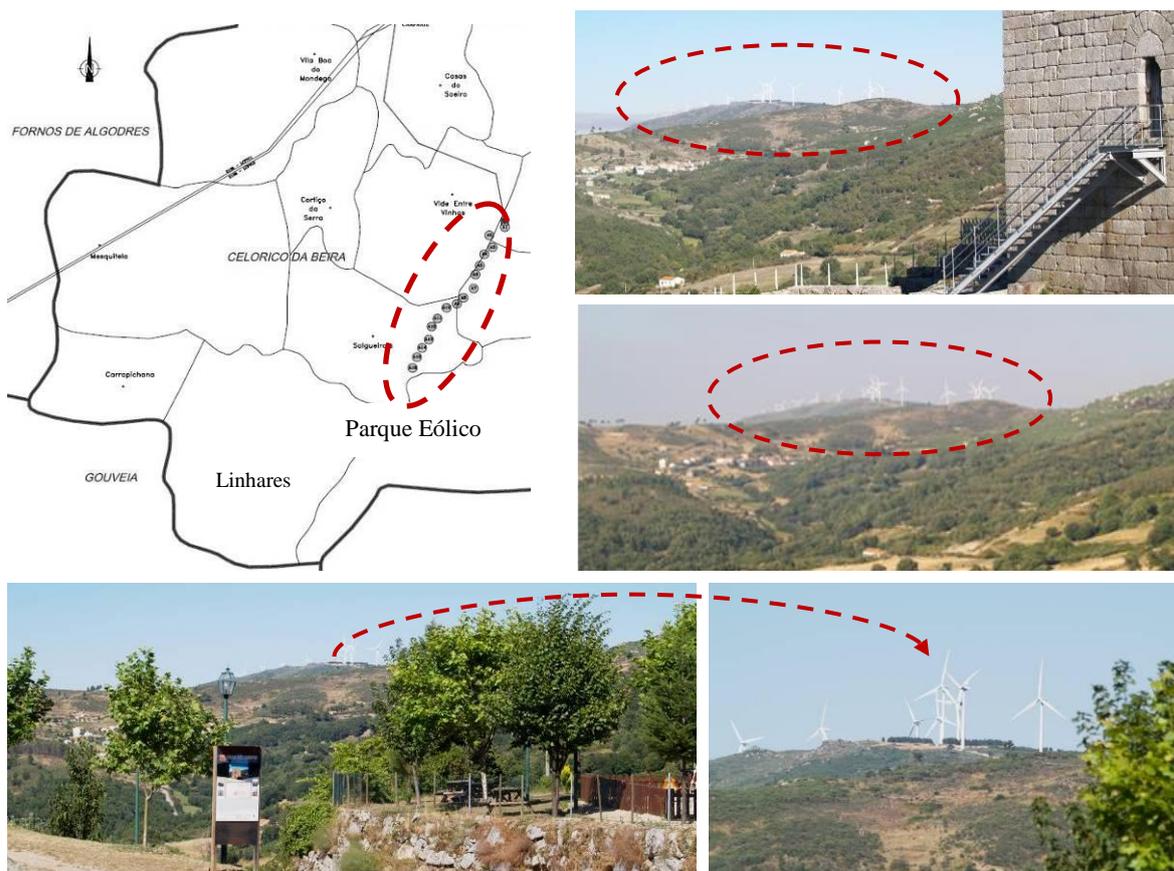


FIGURA 40 – Localização do Parque Eólico da Serra do Ralo (mapa); aerogeradores visíveis do interior do recinto do castelo de Linhares (fotos na parte superior), e do exterior do castelo (fotos na parte inferior)

Fonte: autoria própria (exceto mapa, adaptado de Jesus & Freire, 2004)

Segundo Almeida (2001), a prática comum de implantar parques eólicos em regiões de montanha levou a que o PNSE tenha recebido (e continue a receber) várias propostas para autorizar a instalação de aerogeradores na área protegida, tendo em conta os indicadores de referência para a região relativos ao vento (do Serviço Meteorológico Nacional), apesar dos diversos impactes negativos normalmente imputados a este tipo de infraestruturas, em especial ao nível paisagístico e na afetação de aves e morcegos. Como foi descrito por Jesus e Freire (2004: 11), no resumo não técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Eólico da Serra do Ralo:

“Os principais impactes paisagísticos estão associados aos aerogeradores do Parque Eólico. Os aerogeradores serão visíveis por praticamente todas as povoações da envolvente, embora com o decorrer do tempo se verifique um fenómeno de habituação e o impacte negativo se reduza. A pintura de alguns dos aerogeradores com faixas brancas e laranjas, por razões de segurança para a aviação e prática do parapente, agravará este impacte negativo.”

Para além deste parque e de um outro, o Parque Eólico da Serra da Alvoaça (com 10 aerogeradores de 2 megawatts de potência), em funcionamento no limite sudoeste do PNSE (Agri.Pro Ambiente Consultores, 2005), está previsto para breve a implantação de um novo projeto nos arredores da Serra do Ralo, designado por Parque Eólico de Prados, atualmente em fase de pós-avaliação (APA - Agência Portuguesa do Ambiente, 2012).

No contexto do meio natural na envolvente de Linhares é de registar igualmente a existência de outros espaços de intervenção humana, como os complexos industriais para extração de minério, atualmente inativos e abandonados (ver **ANEXO 2**) e, geralmente, não sinalizados, sem placas de interpretação e pouco divulgados numa perspetiva de aproveitamento turístico e recreativo, apesar de alguns destes locais serem mencionados como elemento de interesse em determinados percursos pedestres ou de BTT⁵⁴. Um desses casos são as minas de Azibrais (localizadas entre Linhares e Folgoso) (**FIGURA 41**), destinadas à extração e apuramento do volfrâmio, exploradas por uma concessionária alemã durante a Segunda Guerra Mundial, nas quais trabalharam muitos homens de Linhares e arredores (Abrantes, 1997).



FIGURA 41 – Minas de Azibrais observadas da estrada junto ao café “Nascer do Sol”, em Linhares
Fonte: autoria própria

⁵⁴ Ver, por exemplo, um percurso de BTT nas Minas em <http://roadbooks1.no.sapo.pt/sestrela/linhares/minas%201.jpg>.

Este é um tipo de património industrial, resultante da exploração local de recursos naturais de subsolo, que deverá ser reabilitado e recuperado visando a minimização dos seus impactes ao nível natural e paisagístico, bem como de possíveis ameaças para a saúde pública – contaminação de recursos hídricos superficiais/ subterrâneos e do solo, derrocadas, etc. A valorização deste tipo de património, em termos turísticos e recreativos, poderá contribuir para a preservação da “memória coletiva” da região, em termos das atividades socioeconómicas desenvolvidas ao longo dos tempos. Estas antigas explorações mineiras revelam potencial para constituir um elemento didático e alavancar o desenvolvimento de um “turismo industrial” apoiado, por exemplo, num núcleo museológico local, para além da sua integração em percursos pedestres e de BTT, permitindo aos visitantes apreciar e conhecer o património natural/ histórico-cultural existente. Nesse sentido, é importante apostar numa melhoria da sinalização e interpretação quer de percursos/ trilhos, quer de elementos construídos e/ ou elementos naturais de interesse. Já Abrantes (1997) salientava não só a necessidade de reabilitar e preservar o património cultural construído como a urgência em “valorizar o património natural, disperso pela Serra, protegendo-o e sinalizando-o” (p. 24), visando assim “sensibilizar os turistas, por todos os meios pedagógicos ao alcance e levá-los a amar e respeitar este rico património natural que todos podemos admirar e usufruir sem o conspurcar, deteriorar ou destruir” (p. 38), segundo uma visão de sustentabilidade.

Considerando então o potencial do meio natural/ cultural envolvente a Linhares, poderão aqui vir a ser dinamizadas ou otimizadas atividades desportivas, recreativas e didáticas tais como, o parapente e a asa-delta, o pedestrianismo, BTT/ cicloturismo, passeios de burro/ cavalo, fotografia, observação de aves e/ outra fauna, observação de flora, observação da geologia da região, *workshops* sobre a fauna e flora autóctone e a exótica/ invasora, *workshops* sobre plantas aromáticas e medicinais, desafios de *geocaching*⁵⁵, entre outras. Estas atividades podem vir a ser integradas no âmbito do Plano de Animação da Rede das Aldeias Históricas de acordo com os segmentos temáticos turismo histórico-cultural, paisagístico e turismo de natureza, ajudando a reter por mais tempo os visitantes na região e aumentando as receitas turísticas locais (ADTAHP, 2009). Na aldeia de Linhares, resultado do seu enquadramento geográfico e natural, o parapente (**FIGURA 42**) surge como um tema complementar com grande potencial de dinamização e animação da localidade (*idem*).

Relativamente à prática de parapente na região Abrantes (1997: 43) menciona que a “grande festa dos Parapentes”, realizada anualmente em agosto, leva a que seja possível observar a pairar sobre os “céus de Linhares [...] inúmeras ‘aves bizarras’, de tons alegres e garridos que levantam voo, nas fragas da Serra e vão pousar, com toda a leveza e elegância, na relva macia e fresca do campo de aterragem, depois de adejarem e voltejarem, a seu bel-prazer, no espaço aéreo [...]”. Nesta aldeia, para além da realização anual do Festival de Parapente (com provas de âmbito nacional ou internacional), têm sido desenvolvidas infraestruturas de apoio a esta modalidade desportiva, caso do Clube de Parapente (situado no anterior local que albergava a Escola de Parapente da Fundação INATEL) (**FIGURA 42**) e do Centro de Estágio de Voo Livre, um espaço gerido e coordenado pelo Clube (em parceria com a Junta de Freguesia de Linhares da Beira e a

⁵⁵ Uma atividade *outdoor* que se assemelha a uma “caça ao tesouro” dos tempos modernos, recorrendo ao uso de aparelhos de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Para mais informações consultar: <http://www.geocaching.com/>.

Câmara Municipal de Celorico da Beira) que permitirá colocar à disposição das entidades públicas e privadas unidades de alojamento, salas de aulas/ conferências/ reuniões e um polidesportivo, tendo sido ambos inaugurados durante o VIII Festival Nacional de Parapente, que decorreu entre 10 e 12 de agosto deste ano (WIND - Centro de Atividades de Montanha, 2012). Na Torre de Menagem do castelo de Linhares foi colocado um Simulador de Parapente, permitindo aos visitantes experienciar um voo virtual (Falhas, 2010). Contudo, infelizmente, este aparelho encontra-se atualmente indisponível para ser utilizado devido a uma avaria no sistema.



FIGURA 42 – Praticantes de parapente em Linhares da Beira, e Clube de Parapente na aldeia

Fonte: autoria própria

No **APÊNDICE 6** são mencionados alguns dos elementos de carácter natural/ cultural que foram descritos ao longo deste subcapítulo 7.2. Durante a realização deste trabalho de investigação, o levantamento o mais pormenorizado possível - num raio de até 20km em redor da aldeia - deste património *in loco* ou com recurso a documentos escritos e a informações em páginas de internet, possibilitou a elaboração de uma Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico, com base na classificação de recursos naturais de Field (2008) e nas matrizes de avaliação dos recursos desenvolvidas no projeto PITER - Terras do Vouga e do Caramulo. Esta Matriz contém a descrição dos elementos e a existência ou não de sinalização e interpretação, a localização e distância à aldeia em estudo (km), o grau de atratividade para o mercado turístico (Inskeep, 1991) existente atualmente, a existência ou não de fotos, e quais as fontes utilizadas.

7.3 ESTUDO DE CASO Nº 2 – JANEIRO DE CIMA (ALDEIA DE XISTO)

7.3.1 CARATERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÓMICA

Janeiro de Cima, povoação cuja origem remonta ao século XVI ou XVII (não se conhece a data precisa), situa-se no extremo sudoeste do concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco (**FIGURA 43**), na margem esquerda do rio Zêzere (CMF – Câmara Municipal do Fundão, 2012). Faz fronteira com o concelho da Pampilhosa da Serra, distrito de Coimbra, que abrange as terras localizadas na margem direita do rio, como é o caso de Janeiro de Baixo, povoação que ao longo dos tempos esteve fortemente ligada a Janeiro de Cima, tendo ambas feito parte integrante do mesmo concelho, até meados do século XIX (CMF, 2012). Atualmente, estas duas povoações integram as “Aldeias do Xisto” (ADXTUR - ALDEIAS DO XISTO, 2008), rede que engloba 27 aldeias da região Centro, localizadas nos concelhos de Arganil, Castelo Branco, Covilhã, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penela, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.



FIGURA 43 – Localização de Janeiro de Cima

Fonte: elaboração própria (com base em DFR, 2012 e Viajar Clix, 2012b)

A cerca de 45km da sede de concelho (Fundão) e da autoestrada mais próxima (a A23, entre a Guarda e Torres Novas), com acesso pela estrada nacional N238, a freguesia de Janeiro de Cima ocupa uma área de 11,92km² (CMF, 2012), consistindo num único aglomerado populacional com 306 habitantes, dos quais 39,5% têm 65 ou mais anos (INE, 2011). Esta aldeia, exemplo do que sucede dentro do distrito, regista assim um acentuado envelhecimento dos seus residentes e um franco declínio da população rural (**TABELA 13**), provocado por fortes fluxos migratórios para o estrangeiro e para as áreas urbanas do litoral (Silva, 2008), caso de Lisboa, mas também para centros urbanos próximos, como Castelo Branco (Dias, 2011).

TABELA 13 - Dinâmica demográfica da freguesia de Janeiro de Cima (N.^o= total de HM; H= homens; M= mulheres)

Freguesia	População residente (N. ^o)				Variação absoluta	Variação percentual (1981-2011)
	1981	1991	2001	2011		
Janeiro de Cima	542 (239H; 303M)	442 (220H; 222M)	352 (172H; 180M)	306 (140H; 166M)	-236	-43,5%

Fonte: elaboração própria (com base em INE, 1983, 1993, 2002, 2011)

De acordo com a última publicação do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR)⁵⁶, relativo ao ano de 2009, verifica-se que a sub-região NUT III Cova da Beira (que integra o concelho do Fundão) apresentou, comparativamente ao conjunto do país (Portugal=100), um resultado final em termos de índice global de desenvolvimento regional (IG) de 98,14, um pouco acima do IG alcançado pela sub-região NUT III Beira Interior Norte (que integra o concelho de Celorico da Beira e aldeia de Linhares) (INE, 2012). Apesar de ser um território menos competitivo do que o conjunto do país, apresentou um resultado acima da média nacional no indicador compósito relativo à “coesão” (102,15) e à “qualidade ambiental” (105,77) (INE, 2012), o que poderá ser um indicativo do potencial dos recursos naturais para dinamizar um produto turístico rural integrado.

As atividades económicas da aldeia assentam, maioritariamente, no sector secundário, seguindo-se o sector terciário e, por fim, o sector primário (INE, 2001), este último baseado essencialmente numa agricultura de subsistência e numa estrutura minifundiária, complementada pela pecuária e/ ou apicultura (Silva, 2011). Contudo, o sector secundário tem registado igualmente algum declínio pois, na última década, têm encerrado ou sido deslocalizadas algumas empresas ligadas à panificação, à carpintaria e à mecânica automóvel (Silva, 2011). A crise no sector da construção civil, resultante da atual situação económica do país, também deverá contribuir para o decréscimo da importância do sector secundário na economia da aldeia. Já o sector terciário tem vindo a registar um crescimento centrado nas atividades relacionadas com o turismo, tendo em conta o aparecimento, nos últimos anos, de novas infraestruturas turísticas⁵⁷ tais como a “Casa de Janeiro”, a “Casa da Cova do Barro⁵⁸” ou o “Restaurante Fiado”.

Contrariamente a Linhares da Beira (que possui um Posto de Turismo), em Janeiro de Cima não existem quaisquer estatísticas referentes ao número e perfil de visitantes, apesar de Silva (2011: 129), um residente na aldeia, referir que “*mais recentemente tem-se registado uma afluência significativa de visitantes*”. Também a ADXTUR (2008), na sua página de internet, menciona que “*Janeiro de Cima enche-se de gente aos fins-de-semana e nas férias*”. Contudo nesta aldeia, comparativamente a Linhares, o movimento turístico parece ser bastante mais limitado, situação que poderá dever-se quer à ‘interioridade’ da sua localização e distância aos centros urbanos, quer aos difíceis acessos rodoviários.

⁵⁶ ISDR é um “*modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental*” (INE, 2012: 1).

⁵⁷ Em termos de oferta turística a aldeia possui atualmente quatro unidades de alojamento oficiais (‘Casa de Janeiro’, ‘Casa da Pedra Rolada’, ‘Casa Cova do Barro’ e ‘Parque de Campismo’ da Junta de Freguesia), um restaurante (‘Fiado’), dois cafés (‘Cardoso’ e o do ‘Parque Fluvial’, este último aberto só no verão), um café-bar (‘O Passadiço’), uma cooperativa de tecedeiras/ loja de artesanato/ núcleo museológico do linho (‘Casa das Tecedeiras’), e o ‘Parque Fluvial da Lavadeira’. Para mais informações ver a página do projeto ORTE: <http://cms.ua.pt/orte/>

⁵⁸ Esta unidade de turismo em espaço rural foi inaugurada muito recentemente (em junho de 2012), sendo propriedade da dona do Minimercado “Artesanato”, entrevistada nesse âmbito.

7.3.2 CARATERIZAÇÃO BIOFÍSICA E NATURAL-CULTURAL

O vale do rio Zêzere separa duas linhas de serras: do lado norte, as serras da Estrela, do Açor e da Lousã; do lado sul, as serras da Gardunha, Moradal e Alvelos – ambas com orientação geral no sentido nordeste-sudoeste (Ribeiro, 1995; Abreu *et al.*, 2004). Assim, a noroeste de Janeiro de Cima, aldeia situada num fundo aplanado do vale do rio Zêzere, “*estendem-se, a perder de vista, os cimos nus e boleados da Serra do Açor*” (Ribeiro, 1995: 335) – ver **FIGURA 44**.

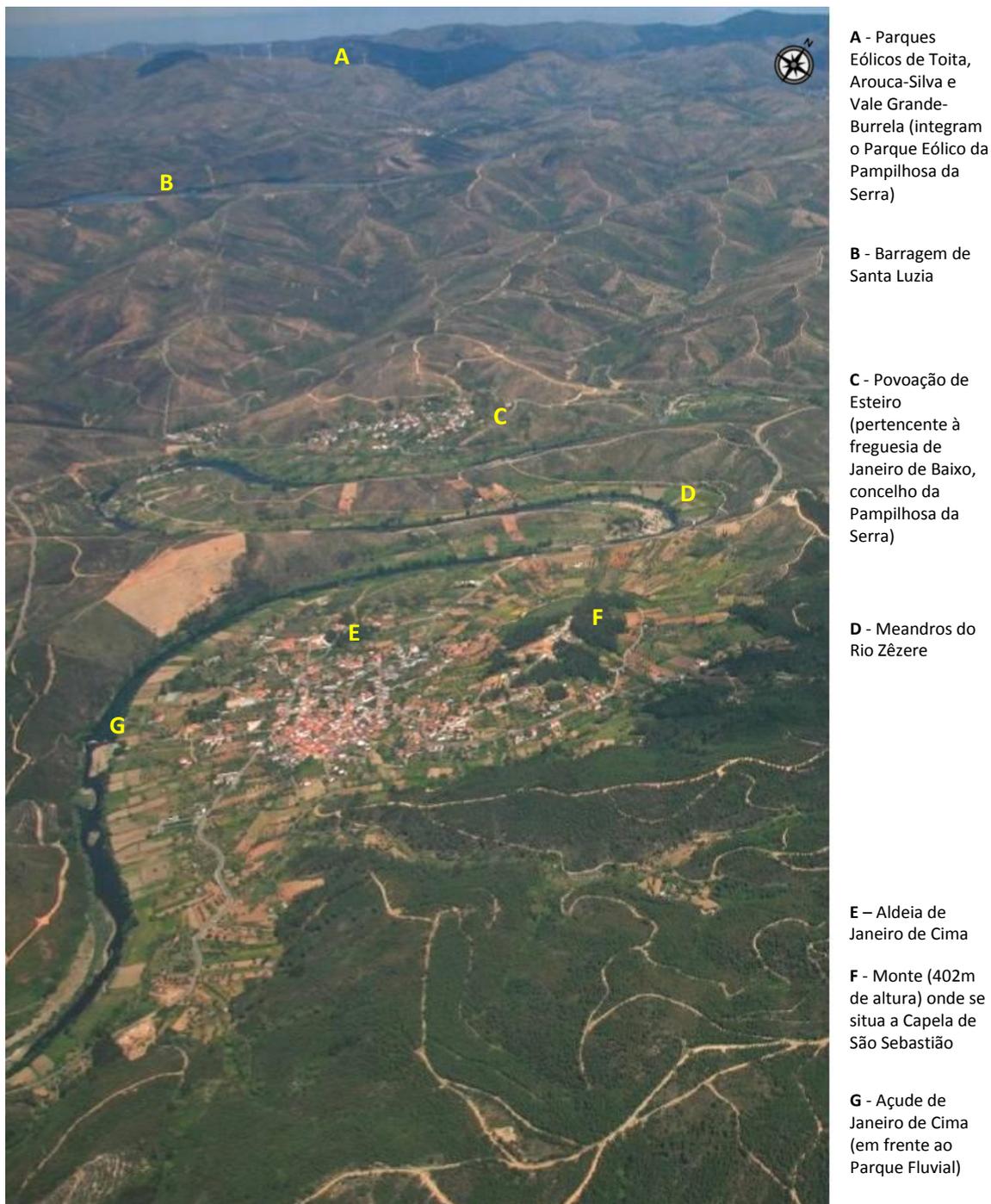


FIGURA 44 – Vista aérea de Janeiro de Cima e de outros elementos em redor

Fonte: adaptado de Jorge, 2007: 94

É o traçado peculiar do rio Zêzere, em meandros, que define fortemente a unidade de paisagem que integra a aldeia – o “Vale do Zêzere”⁵⁹, que se desenvolve entre os 100 e os 400m de altura, e encostas adjacentes (Abreu *et al.*, 2004), como se pode observar na **FIGURA 45**, a partir do miradouro de Sarnadela, pertencente a Janeiro de Cima. Como descreve Lautensach (1991: 151):

“Este rio forma aqui uma série de «meandros de trincheira» [...] [cujas] lombas convexas [...] organizam-se num nível uniforme, que se encontra quase 250m acima do rio. As vertentes íngremes do vale apresentam, a 400m e 700m de altura relativa, outros níveis de terraços, que demonstram o levantamento, em fases sucessivas, deste elemento intermédio da Cordilheira Central.”

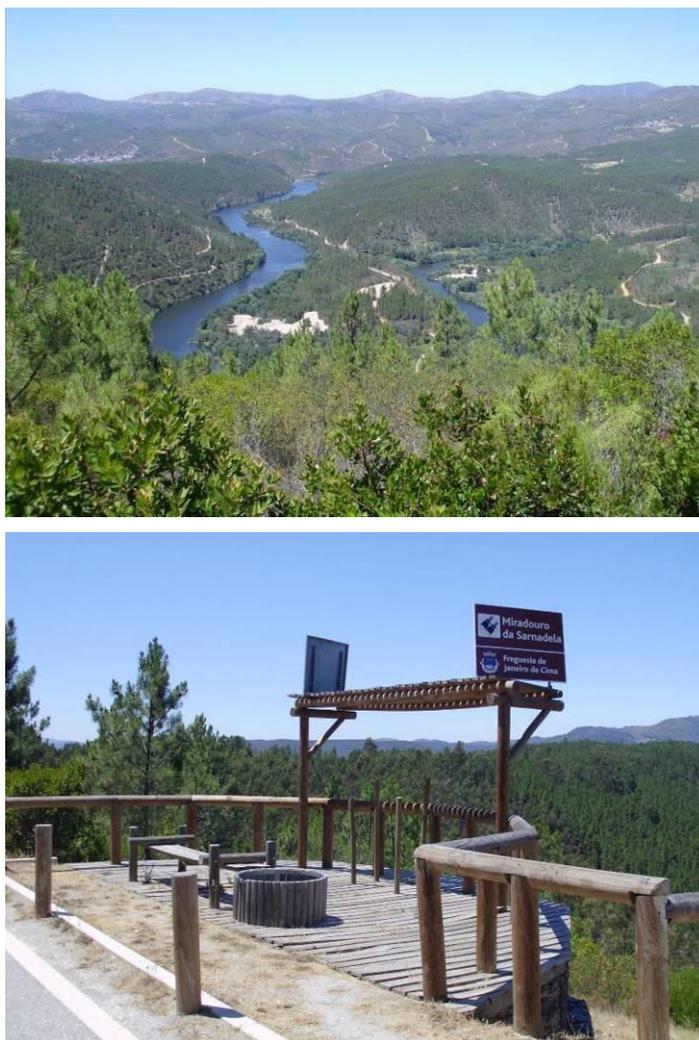


FIGURA 45 – Meandros do rio Zêzere observados do miradouro da Sarnadela (à beira da estrada N238)
Fonte: autoria própria

No que concerne ao panorama geológico, neste território, “*dum e doutro lado do Zêzere, o xisto é o material de todo o relevo*” (Ribeiro, 1995: 432), sendo que as “*serranias de xisto dão uma paisagem de formas confusas: cimos pontiagudos ou em cúpula, nesgas de planaltos, lombas de encostas convexas, vales profundos e apertados*” (*idem*: 434). Também é de salientar a presença

⁵⁹ Em Belmonte podemos encontrar o “Ecomuseu do Zêzere”, que visa informar os visitantes sobre a história do rio, ao longo das suas várias idades, e dar a conhecer as suas características geológicas, biológicas e antropológicas. Para mais informações consultar a página de internet: <http://www.cm-belmonte.pt/build/paginas/ecomuseu/index.html>

de “cristas aguçadas de quartzito, que à simples vista se distinguem dos cimos rombos do xisto, recortam no céu perfis finos e denteados” (Ribeiro, 1995: 434). Sendo estas cristas quartzíticas “perpendiculares à orientação dominante das serranias da Cordilheira Central e ao percurso dos rios, elas preparam o terreno para a construção de barragens reservatórios, como a de Santa Luzia [...] esplêndido lago de águas tranquilas” (idem: 434), como se pode observar na **FIGURA 46**. Já a serra da Gardunha é de natureza granítica, constituindo, na opinião de Ribeiro (1995: 433) “a última serra verdadeiramente beiroa, pelos enormes fraguados de granito cinzento e desolado, pelas encostas arborizadas de [...] castanheiros [...] ou de pinhais [...], pelas águas abundantes”.



FIGURA 46 – Em cima: escarpas quartzíticas na barragem de Santa Luzia (lado sul) vistas a partir do miradouro, junto à aldeia de Vale Grande; Em baixo: a albufeira da barragem de Santa Luzia (lado norte)
Fonte: autoria própria

As características dos recursos endógenos deste território, incluído no maciço antigo e onde dominam as rochas sedimentares xisto-grauváquicas (Abreu *et al.*, 1994), influenciaram fortemente o tipo de construção presente nos meios rurais. Como refere Ribeiro (1995: 442): “a casa de habitação está, como em toda a parte, em estreita dependência dos materiais: de xisto, de granito, de leitos alternados de xisto e calhaus rolados”. Esta última situação é particularmente evidente em Janeiro de Cima, em especial no seu núcleo habitacional mais antigo, no qual temos “casas feitas de gogos de quartzite amarela tiradas do rio, entremeadas com xisto negro e argamassadas com barro da região” (CMF, 2012). Na **FIGURA 47** podemos observar exemplos das construções típicas, em xisto intercalado com os seixos redondos, rolados pelas águas do Zêzere, às quais o “Sol do fim da tarde [...] confere uma tonalidade avermelhada, única” (ADXTUR, 2008).



FIGURA 47 – Exemplo de casas típicas, de placas de xisto intercaladas com as pedras roladas do rio Zêzere
Fonte: autoria própria

O território abrangido pela bacia do rio Zêzere é caracterizado por um clima temperado, com invernos chuvosos e verões secos, nem muito frios nem muito quentes, correspondendo ao tipo Csb da classificação climática de Köppen (Peel *et al.*, 2007; PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo, 2012). De acordo com a Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, o tipo de relevo acidentado da região aliado às características climáticas *“favorece o aparecimento de riachos e ribeiros que contribuem de forma considerável para os caudais dos rios Ceira, Unhais e Zêzere e para abastecer a albufeira de Santa Luzia e a central hidroeléctrica de Esteiro”* (PS – Pampilhosa da Serra, 2012: 4). A cerca de 12km de Janeiro de Cima, na freguesia de Orvalho (concelho de Oleiros), é de salientar a presença de um elemento natural singular, a cascata de “Água D’Alta” (Abreu *et al.*, 2004) – **FIGURA 48**, atualmente considerada um “geomonumento” do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, no qual *“50 metros de desnível [são] vencidos por uma sucessão de três véus de água turbulentos e crepitantes”* (Geopark Naturtejo, 2012).



FIGURA 48 – A Fraga da Água D’Alta (perto de Orvalho) e respetiva sinalização do Geossítio n.º 11
Fonte: autoria própria

O recurso a açudes e represas permitiu igualmente a construção de moinhos de água um pouco por toda a região, inclusive em Janeiro de Cima e na aldeia vizinha de Janeiro de Baixo - **FIGURA 49**. Em Janeiro de Cima, a réplica da antiga roda do moinho de água - **FIGURA 50** - só é colocada na época do Verão, para mostrar a quem visita como era nos tempos antigos. A ponte sobre o açude (**FIGURA 50**), que possibilita o acesso à margem direita do Zêzere (já em território da Pampilhosa da Serra), também só nesta altura é montada pois, nas restantes épocas do ano, o nível e a força das águas do rio não permitem a sua colocação e manutenção.



FIGURA 49 – Moinho de água cravado na rocha, em Janeiro de Baixo (aldeia vizinha de Janeiro de Cima)
Fonte: autoria própria



FIGURA 50 – Em cima: ruínas do moinho de água de Janeiro de Cima e réplica da azenha; Em baixo: açude sem ponte (foto do lado esquerdo) e açude com ponte (foto do lado direito), no parque fluvial da aldeia
Fonte: autoria própria

No que concerne ao coberto vegetal, em meados do século XIX e inícios do século XX (Aguiar *et al.*, 2009), predominava a “desoladora nudez” e as “corcovas despidas dos montes” (Ribeiro, 1995: 434) nas serranias de xisto deste território, devido a “séculos de roças de mato, pastoreio e queimadas” (Silva, 2007: 16), que devastaram as matas naturais de azinheira (*Quercus ilex ssp. rotundifolia*) e de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (Abreu *et al.*, 2004). Com a aplicação do Plano de Povoamento Florestal (1938-1968) (Aguiar *et al.*, 2009), as serras foram sujeitas a um esforço de florestação, por parte de particulares e do próprio Estado, recorrendo sobretudo à plantação de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), originando uma mancha florestal quase contínua (Silva, 2007). Esta homogeneidade florestal, na opinião de Abreu *et al.* (2004: 195), está na base de uma paisagem de “notável pobreza sensitiva”, de “reduzida profundidade”, monótona devido à “cor verde constante ao longo do ano, dada a presença das mesmas espécies florestais de folha persistente” e à “generalizada falta de movimento e fraca diversidade sonora”, sendo fortemente marcada “pelo efeito dos constantes incêndios florestais” que vão devastando a floresta. Porém, nas últimas três décadas, os povoamentos de pinheiro-bravo têm vindo a ser substituídos por uma espécie exótica, o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), que vem assumindo um domínio crescente na floresta portuguesa (Abreu *et al.*, 2004; Silva, 2007). Mas, para além das monoculturas de pinheiro-bravo (FIGURA 45) e de eucalipto, na envolvente de Janeiro de Cima ainda é possível encontrar elementos florísticos de influência mediterrânica, caso do medronheiro (*Arbutus unedo*) (com vários exemplares visíveis ao longo das estradas N238 e M518, ou junto ao miradouro da Sarnadela), a par com outros de influência atlântica, caso do carvalho-roble (*Quercus robur*) (Abreu *et al.*, 2004), bem como vestígios de uma Laurissilva (floresta do passado subtropical) que cobriu o sudoeste da Europa até às glaciações, constituída por azereiro (*Prunus lusitanica lusitanica*) e folhado (*Viburnum tinus*), espécies presentes no vale onde se situa a cascata da Água D’Alta (Rodrigues, Carvalho & Metodiev, 2009), local onde, infelizmente, também detetámos a abundância da mimosa, *Acacia dealbata*, espécie exótica e invasora – FIGURA 51.



FIGURA 51 – Elementos florísticos presentes no coberto vegetal, para além do pinheiro-bravo e eucalipto
Fonte: autoria própria

Nas zonas de mato estão presentes os tojos, as urzes (**FIGURA 52**), as estevas, os rosmaninhos e as giestas, enquanto a vegetação ripícola (**FIGURA 52**) existente ao longo das linhas de água é constituída essencialmente por freixos, choupos, amieiros e salgueiros (Abreu *et al.*, 2004).



FIGURA 52 – Vegetação ripícola junto ao parque fluvial de Janeiro de Cima, e exemplar de urze (*Erica* sp.)

Fonte: autoria própria

Neste território pratica-se uma agricultura de subsistência, dado que *“o chão é pobre, delgado, pedregoso e não consente outro tratamento que não seja a braço esforçado do homem”* (Ribeiro, 1995: 435), complementada pela caprinicultura (Silveira, 2007; PS, 2012), pois *“apenas a cabra se acomoda ao magro pascigo da região”* (Ribeiro, 1995: 435). Assim, a atual prática agrícola, com tendência a ser substituída pela silvicultura, tem *“uma expressão reduzida, surgindo apenas na cintura dos aglomerados populacionais, concentra-se na base das encostas e nos estreitos vales, correspondendo no geral a uma policultura associada a culturas permanentes (olival e alguma vinha)”* (Abreu *et al.*, 2004: 200) – ver **FIGURA 53**. A apicultura e a produção de mel também complementam o rendimento das populações, derivado da *“abundante floração das urzes, entre outros elementos da vegetação serrana”* (Silveira, 2007). A aposta na criação da Casa do Mel, em Bogas de Cima (a cerca de 11km de Janeiro de Cima), revela a importância desta atividade na região (Pinus Verde, 2010).



FIGURA 53 – Janeiro de Cima: vinhedos (à esquerda), oliveiras (em cima); frascos de mel (em baixo)

Fonte: autoria própria

Tal como na região de Linhares da Beira, a planta do linho foi outrora uma das culturas importantes no vale do Zêzere, estando na base de tradições locais ligadas ao tecer e ao fabrico de peças de linho, o que levou à criação, em 2005, da “Casa das Tecedeiras”, simultaneamente um núcleo museológico do linho, *atelier* de artesãos que conjugam os saberes tradicionais com a inovação e modernidade, e ponto de venda (ADXTUR, 2008), em Janeiro de Cima – **FIGURA 54**.

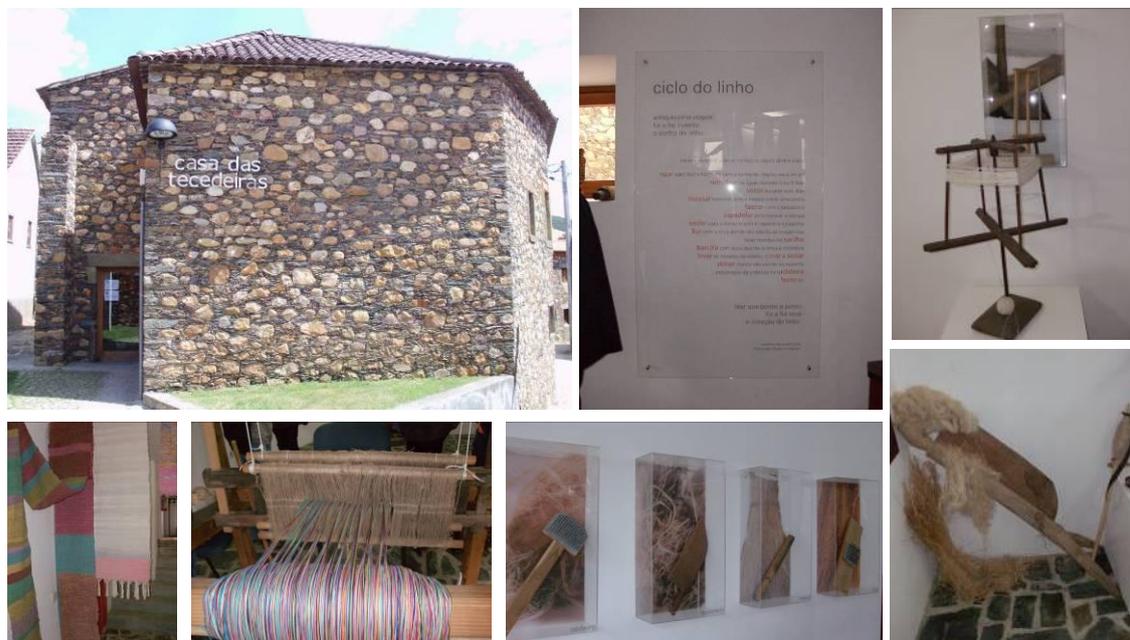


FIGURA 54 – Exterior e interior da “Casa das Tecedeiras”, em Janeiro de Cima
Fonte: autoria própria

Relativamente à riqueza faunística da região, apesar dos recursos piscícolas serem significativos no vale do Zêzere, registando-se a presença de barbos, bogas, bordalos, enguias, trutas (Abreu *et al.*, 2004), mas também de espécies exóticas como o achigã e a carpa (MO – Município de Oleiros, 2012), de um modo geral, a paisagem deste território parece não ter “*capacidade para suportar uma significativa diversidade de espécies animais e vegetais, não havendo referências à presença de espécies raras ou de elevado valor para a conservação*” (Abreu *et al.*, 2004: 210), exceto nos locais classificados como Sítios de Interesse Comunitário, caso da “Serra da Gardunha” ou do “Complexo do Açor” (ICNF, 2012), ou no vale junto à Fraga de Água D’Alta (Rodrigues *et al.*, 2009).

A diversidade piscícola nos habitats fluviais deste território favorece a prática da pesca desportiva (MO, 2012). Para além desta atividade é ainda possível, por exemplo, a prática de canoagem, de *rafting*, natação nas praias fluviais, passeios de gaivotas ou, em Janeiro de Cima, passeios rio acima numa das tradicionais barcas (feitas em madeira de oliveira) (**FIGURA 55**), antigamente utilizadas para fazer a travessia do rio entre as duas margens (ADXTUR, 2008).



FIGURA 55 – A “Barca” de Janeiro de Cima
Fonte: autoria própria

Já as serranias de xisto, seus vales e encostas, podem ser aproveitados para a prática de caminhadas pedestres de curto, médio ou longo curso ou de atividades de BTT, tendo em conta os vários percursos sinalizados (especialmente dentro do concelho da Pampilhosa da Serra). Em Janeiro de Cima é de salientar o Caminho do Xisto 'Ó da Barca' (percurso pedestre n.º 2 do Fundão) – **FIGURA 56**, inaugurado a 31 de julho de 2011 (ADXTUR, 2008).



FIGURA 56 – Placa de interpretação do trilho “Ó da Barca!”, junto à igreja nova, e capa do panfleto
Fonte: autoria própria (foto do lado esquerdo); ADXTUR, 2008 (imagem do lado direito)

Na aldeia vizinha da Barroca (a cerca de 14km, no sentido do Fundão), a existência de uma “rota do mineiro” que integra o “Caminho de Xisto da Barroca” (percurso pedestre n.º 1 do Fundão), permite conhecer o papel que as explorações mineiras têm tido, desde tempos remotos, nesta região (ADXTUR, 2008), como é o caso das Minas da Panasqueira – **FIGURA 57**, “*as mais ricas do mundo em volfrâmio e onde atualmente se explora principalmente o estanho e a arsénio-pirite*” (Marques, 1996: 94). A referência deste complexo mineiro nas rotas/ percursos deste território evidencia o interesse num aproveitamento do ponto de vista turístico. As Minas da Panasqueira integram o “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal”, possuindo uma loja de cristais onde são vendidos produtos de artesanato exclusivos destas minas (DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia, 2012). Nas proximidades, Cabeço do Pião, aldeia mineira onde se localiza a antiga lavaria de minério das Minas da Panasqueira - **FIGURA 57**, apostou-se na criação de uma Pousada de Juventude (Mina – Fundão), visando dar a conhecer um “*espólio de arqueologia industrial e habitacional único no país*” (Portal da Juventude, 2012).



FIGURA 57 – Minas da Panasqueira e escombrelas (à esquerda); Lavaria do Cabeço do Pião (à direita)
Fonte: autoria própria

Apesar da sua importância em termos económicos para as populações da região, a atividade do complexo mineiro das Minas da Panasqueira resulta em fortes impactos negativos a nível ambiental e paisagístico (Valente, Figueiredo & Coelho, 2008; Gonçalves, 2010), que deverão ser minimizados, de forma a contribuir, numa ótica de sustentabilidade global, para uma melhor qualidade ambiental e bem-estar das comunidades locais, atenuando igualmente eventuais efeitos negativos na experiência turística de quem visita esta região.

Outro tipo de infraestruturas que também geram impactos a nível paisagístico e ambiental são os parques eólicos, que têm sido fortemente implantados na região envolvente a Janeiro de Cima, como são os casos do Parque Eólico da Pampilhosa da Serra, do Parque Eólico da Gardunha, do Parque Eólico da Serra do Açor, Parque Eólico do Pinhal Interior, entre outros. Quem viajar até Janeiro de Cima, vindo dos lados do Fundão (a este), da Pampilhosa da Serra (a oeste), de Covanca (a norte) ou de Castelo Branco (a sul), dará certamente conta da presença de aerogeradores implantados num dos vários montes e serras deste território. Contudo, apesar dos novos caminhos abertos ou melhorados pela construção deste tipo de infraestrutura, passíveis de serem utilizados, por exemplo, por praticantes de pedestrianismo e de BTT, não parece ter sido efetuada, nos parques eólicos visíveis (**FIGURA 58**) a partir de Janeiro de Cima - Parques Eólicos de Toita, Arouca-Silva e Vale Grande-Burrela (que integram o Parque Eólico da Pampilhosa da Serra) - a devida sinalização ou a interpretação dos valores existentes (colocação de placas informativas), nem a aposta na criação de percursos sinalizados que integrassem os mesmos, tal como foi por nós observado no caso do Parque Eólico da Serra do Ralo, nas proximidades de Linhares da Beira.



FIGURA 58 – Parque Eólico de Arouca-Silva: visto de Janeiro de Cima (à esquerda); perto de Ceiroco, na estrada CM1404 (à direita) - sem sinalização nem placas de interpretação junto à entrada do parque

Fonte: autoria própria

No **APÊNDICE 7** são mencionados alguns dos elementos de carácter natural/ cultural que foram descritos ao longo deste subcapítulo 7.3. Durante a realização deste trabalho de investigação, o levantamento o mais pormenorizado possível (num raio até 20km em redor da aldeia), do património *in loco* ou com recurso a documentos escritos e a informações em páginas de internet, possibilitou a elaboração de uma Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico, tal como efetuado e descrito para o Estudo de Caso n.º 1 – Linhares da Beira.

7.4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS EM LINHARES DA BEIRA (LB) E JANEIRO DE CIMA (JC)

Na **FIGURA 59** encontra-se representada o número total de entrevistas (conjunto de 97 casos)⁶⁰, de acordo com o tipo de entrevistado, que foram recolhidas em cada aldeia.

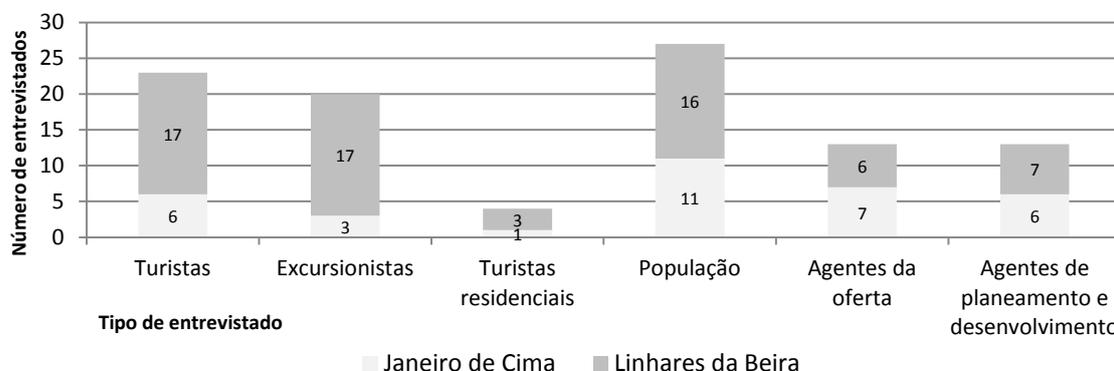


FIGURA 59 - N.º de entrevistas semiestruturadas efetuadas, por aldeia e tipo de entrevistado

Fonte: elaboração própria

Visando descrever mais pormenorizadamente o perfil sociodemográfico dos ‘Visitantes’ (englobando os turistas, excursionistas e turistas residenciais) (**FIGURA 60**), e da ‘População’ (**FIGURA 61**), das duas aldeias em estudo, foram elaborados os gráficos a seguir apresentados, numa análise *within-case* e *cross-cases*.

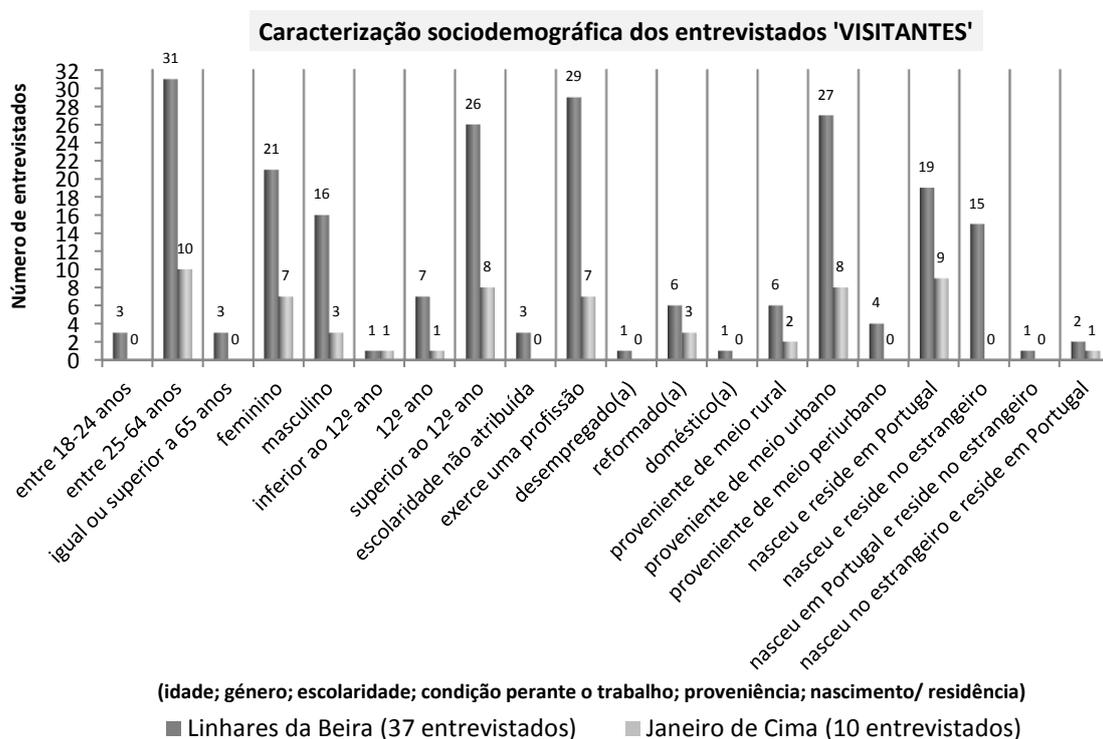


FIGURA 60 – Caracterização dos entrevistados do tipo ‘Visitantes’ nas duas aldeias

Fonte: elaboração própria

⁶⁰ O total de entrevistas recolhidas foi de 97 casos, contudo o somatório dos valores do gráfico dará 100 casos. Para compreender esta discrepância ler parágrafo relativo aos ‘Agentes de Planeamento e Desenvolvimento’, na página 129.

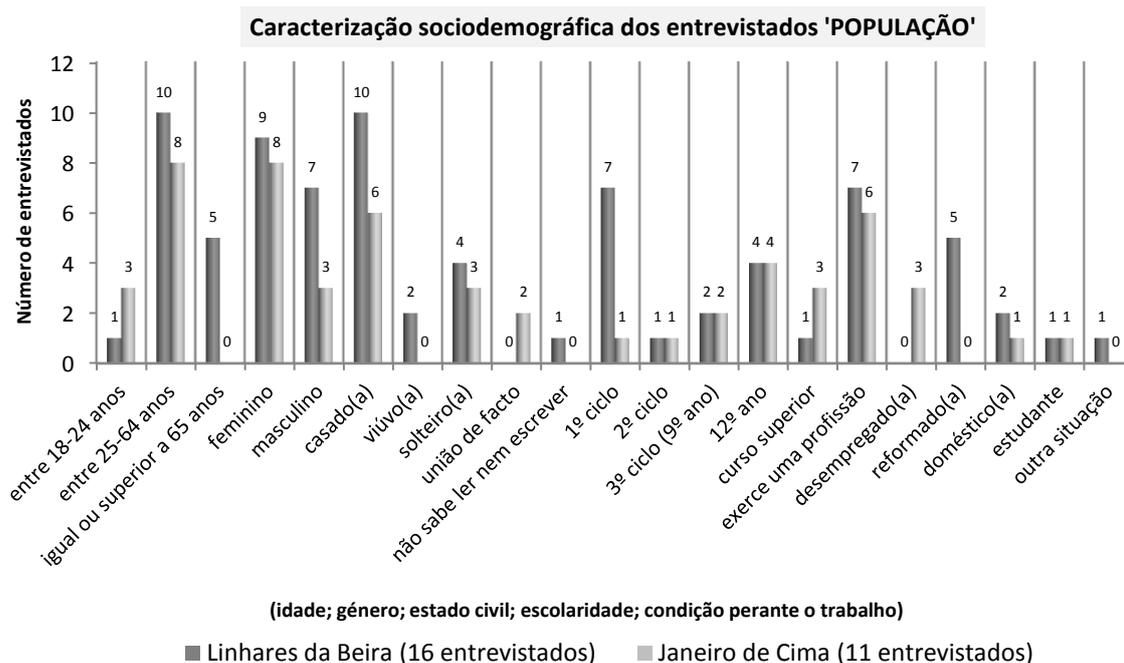


FIGURA 61 – Caracterização dos entrevistados do tipo ‘População’ nas duas aldeias
Fonte: elaboração própria

Considerando o gráfico relativo aos ‘Visitantes’ (FIGURA 60) verifica-se que a amostra, para as duas aldeias, revela uma ligeira predominância de inquiridos do género feminino⁶¹, uma maioria de idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, um nível de escolaridade superior ao 12º ano, e uma proveniência de meios essencialmente urbanos/ citadinos (segundo o local oficial de residência). Relativamente à ‘condição perante o emprego’, em ambas as aldeias a maioria dos entrevistados afirmou “exercer uma profissão” atualmente. Apesar de não expresso no gráfico anterior, a amostra de inquiridos em **LB** e **JC** revelou, de um modo geral, possuir um estatuto socioeconómico médio/ alto, considerando a atividade profissional desenvolvida, frequentemente inserida na categoria “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas⁶²”, segundo a Classificação Nacional de Profissões (IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2001).

Em **LB**, a maioria dos visitantes entrevistados residia em Portugal Continental (21 casos), apesar de ter sido inquirido um número aproximado de indivíduos de nacionalidade estrangeira (15 casos), oriundos de países como a França (4 casos), Grã-Bretanha (3 casos), Espanha (2 casos), Itália, Brasil, Holanda, Bélgica, República Checa e Canadá (cada país, 1 caso). Já em **JC** todos os inquiridos residiam em Portugal Continental (10 casos).

Analisando as respostas dos residentes em **LB**, no que concerne à sua perceção sobre o perfil dos visitantes na aldeia, estes afirmam que vem “um bocadinho mais o português” (LB_P4), sendo provenientes “normalmente [...] da cidade” (LB_P11), mas também “estrangeiros [...] vêm

⁶¹ Em Linhares, em duas situações específicas ambos os membros do casal responderam às questões colocadas, tendo sido contudo registada somente a caracterização do inquirido do género feminino, dado este ter sido mais participativo.

⁶² Esta categoria engloba, por exemplo, engenheiros, médicos, enfermeiros, farmacêuticos, advogados, docentes, etc.

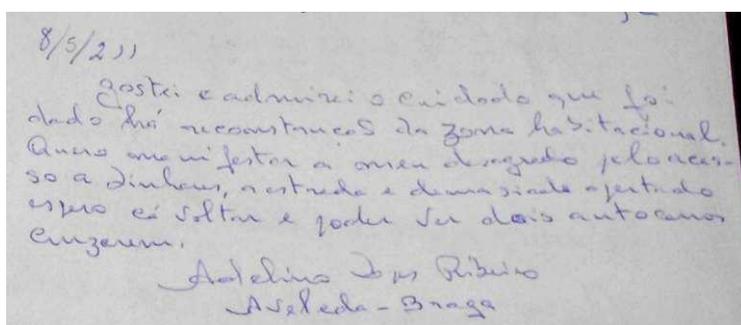
muito...ingleses e espanhóis [...] franceses [...] passam muito. Os franceses são mais franceses-portugueses [...] A maioria é emigrantes” (LB_P11). Na opinião dos agentes de oferta e dos agentes de planeamento e desenvolvimento, os portugueses também constituem a maioria dos visitantes em **LB** (AO2, AO3, AO4, AO5, APD1, APD2, APD4, APD6, APD7), comparativamente ao número de estrangeiros. Como afirma um dos agentes de planeamento e desenvolvimento inquiridos: *“Em termos globais [...] os portugueses são mais de 80% dos visitantes da região, os estrangeiros são 20%, embora tenham vindo a crescer nestes 10 anos, mas o crescimento dos portugueses tem sido muitíssimo grande e tem impedido o aumento da percentagem dos estrangeiros” (JCLB_APD7).* Estas opiniões vão ao encontro do que foi sendo observado durante as várias saídas de campo realizadas a Linhares, ou seja, parece haver uma maioria de visitantes portugueses na aldeia, apesar de facilmente encontrarmos visitantes estrangeiros ao longo de todo o ano, em especial espanhóis, presença talvez acentuada dada a relativa proximidade com a fronteira, em Vilar Formoso (cerca de 74km).

No caso dos visitantes de nacionalidade estrangeira, ao examinarmos as mensagens escritas no “livro de visitas” do Posto de Turismo de Linhares (compreendendo o período de tempo entre 04 de janeiro de 2011 e 05 de abril de 2012) verificamos que as nacionalidades estrangeiras abrangem países como a Espanha (20 registos), os Países Baixos (20 registos), o Brasil (18 registos), a França (11 registos), os Estados Unidos da América (11 registos), a Alemanha (3 registos), a Grã-Bretanha (3 registos), o Canadá (2 registos), a Escócia (2 registos), e a Suíça, Suécia, Finlândia (?), Bélgica, Polónia, México, Chile, Japão, Ilha Formosa (Taiwan), Austrália (cada um destes países com um registo). A notória presença de indivíduos de nacionalidade espanhola e holandesa pode dever-se ao facto, como salienta um agente de oferta, de existirem na região envolvente a Linhares várias comunidades constituídas por *“muitos holandeses, aqui na zona de Gouveia, têm [...] algumas casas que foram recuperadas e têm uma quinta, que é a Quinta da Cegonha, que tem um parque de campismo de caravanas [...] tem piscina, e tem tudo, e há holandeses que moram lá o ano inteiro. E Arganil também tem uma zona só de holandeses. E ali no Vale do Mondego, tem uma zona lá em Vila Cortês, que também tem holandeses e alemães. E há lá pessoas que estão lá fixas, o ano inteiro...E entretanto vêm amigos e vêm pessoas lá da zona deles [...] e eles acabam por vir aqui, também...E espanhóis, também há ali famílias de espanhóis que se fixaram ali em Melo (?) e compraram ali umas quintas... e vêm muitos espanhóis ter com eles” (LB_AO2).* A Pousada do INATEL mencionou também receber *“muitos nórdicos, sem dúvida. Mas, também do Brasil. Depois temos aqui outro pormenor [...]. Tem muita gente da Argentina, é engraçado, muita gente, muita gente em termos da mostra que temos [...] e recordo-me perfeitamente de Polónia, é engraçado não é, desses países assim”.*

Na aldeia de **JC**, apesar da não existência de um Posto de Turismo que ajude na obtenção de números oficiais, o perfil dos visitantes revela algumas diferenças, tendo em conta as entrevistas realizadas. Para além do facto de todos os visitantes entrevistados terem nacionalidade portuguesa, a análise às respostas da população de **JC** indica que a sua perceção sobre o perfil dos visitantes na aldeia confirma o que foi sendo observado nas várias saídas de campo realizadas a Janeiro de Cima, ou seja, o predomínio, ao longo do ano, dos visitantes portugueses em relação aos visitantes estrangeiros: *“em termos de visitantes vejo muito mais portugueses, portugueses de meios urbanos” (JC_P5); “a fazer o turismo rural [...] acho que são mais os portugueses” (JC_P7); “mais portugueses, maioritariamente [...] assim durante o ano é portugueses” (JC_P8).* De igual modo, os agentes de oferta entrevistados confirmam que na aldeia os visitantes são maioritariamente

portugueses e, geralmente, provenientes de meios urbanos, como se pode verificar nos excertos seguintes: “maioria portugueses [...] De todo o país, talvez do Algarve não. Geralmente de cidades” (JC_AO2); “maior parte são portugueses, estrangeiros vêm poucos” (JC_AO3); “portugueses do Norte, de Lisboa” (JC_AO5); “vêm os emigrantes...no verão, e mesmo ao fim-de-semana há sempre mais gente porque há muitas famílias que têm cá casa mas estão a trabalharem Castelo Branco e no Fundão [caso dos turistas residenciais]” (JC_AO6); “maioritariamente portugueses...alguns estrangeiros no verão, mas é uma percentagem muito baixa” (JC_AO7). Como também confirma um dos agentes de planeamento e desenvolvimento inquiridos: “É mais o mercado nacional, 95, eu não tenho os dados, para não dizer, 98% é mercado nacional [...] [pelo que] não podemos falar de uma internacionalização do destino, nem pouco mais ou menos” (JCLB_APD2). Relativamente à nacionalidade desses visitantes estrangeiros, a população, agentes de oferta e agentes de planeamento e de desenvolvimento entrevistados referiram os espanhóis, alemães, holandeses, ingleses, franceses, belgas, mas também brasileiros: “já estiveram espanhóis, alemães” (JC_P1); “holandeses” (JC_P9); “na parte do verão às vezes encontram-se já alguns ingleses” (JC_P8); “Alemanha, da Holanda, França, Bélgica [...] de Espanha se calhar são os que vêm mais” (JC_AO7); “Estrangeiros vêm às vezes no verão, mais nórdicos e alguns espanhóis” (JC_AO1); “Às vezes aparecem alguns ingleses, alemães” (JC_AO4); “Alguns espanhóis, claro [...] [e] começa a ter alguma importância [...] o mercado brasileiro, por causa da proximidade que temos aqui com Belmonte” (JCLB_APD2). Assim **JC**, comparativamente a **LB**, parece receber um número muito inferior de visitantes estrangeiros.

Observando novamente a **FIGURA 60**, verifica-se que em **LB** houve um equilíbrio na recolha de entrevistas relativas a visitantes do tipo ‘turista’ (17 casos) e do tipo ‘excursionista’ (17 casos), comparativamente a **JC** em que foram entrevistados mais turistas (6 casos) que excursionistas (3 casos). Contudo, nas várias visitas que realizámos às aldeias foi observado que em Linhares parece haver um predomínio de visitantes do tipo ‘excursionista’ que apenas permanece por algumas horas na povoação, não ficando nenhuma noite alojado no local ou arredores (dentro do raio de 20km definido no âmbito do projeto ORTE). A relativa proximidade da aldeia à autoestrada A25 (a cerca de 20 minutos) poderá ter aqui uma influência importante, facilitando uma visita de passagem, ao contrário de **JC**, situada a cerca de 50 minutos de uma via do mesmo género (a A23) e com acessos em curva, dificultando a viagem mas “favorecendo” a estadia na povoação. No geral, os visitantes entrevistados afirmaram que até Linhares “as acessibilidades são boas” (LB_T4), e que “em relação à zona envolvente é dos melhores que já visitei, a nível de condições de acesso” (LB_T11), sendo poucas as queixas, apesar de também existirem (ver **FIGURA 62**).



Legenda: (8/5/2011)

“Gostei e admirei o cuidado que foi dado há reconstrução da zona habitacional. Quero manifestar o meu desagrado pelo acesso a Linhares, a estrada é demasiado apertada espero cá voltar e poder ver dois autocarros cruzarem”

(Adelino Lopes Ribeiro, Aveleda-Braga)

FIGURA 62 – Mensagem deixada no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo, situado no castelo de Linhares
Fonte: autoria própria

No caso de **JC** os inquiridos mencionaram frequentemente as *“estradas com curvas, estreitinhas”* (JC_T1), o que requer *“uma condução muito cuidadosa devido às curvas, o que torna mais cansativa a viagem”* (JC_T8), e assim *“para se chegar cá dá um bocadinho de trabalho. Se for para vir passar vários dias como vim, tudo bem”* (JC_T2). Analisando então a **duração da visita** verifica-se que, tanto em **LB** como em **JC**, os entrevistados do tipo ‘turistas’, em média, permaneceram alojados até duas noites. Estes dados foram igualmente confirmados nas entrevistas efetuadas aos agentes de oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento locais, como se verifica nos excertos seguintes: *“1 ou 2 noites é o normal”* (LB_AO4); *“1 ou 2 dias”* (LB_APD1); *“Nunca muito tempo - 2 dias, 1 dia, outros 3...Normalmente 2 dias”* (JC_AO4); *“1 ou 2 noites e no verão há pessoas que alugam casa 1 semana...”* (JC_AO5). No caso específico dos visitantes do tipo ‘turistas residenciais’, em **JC** uma entrevistada (reformada e a residir em Lisboa), que nasceu e viveu na aldeia até aos 19 anos, regressava várias vezes por ano, geralmente para fazer férias na casa que aí possui: *“as férias é sempre aqui...posso ir passear, posso ir ao Algarve e vir [...] mas o mês de Agosto as férias é sempre...foi toda a vida...há 35 anos que estou casada e é aqui as férias”* (JC_TR1). Em **LB**, um dos turistas residenciais (reformado e a residir em França) também nascido na aldeia, regressava duas ou três vezes por ano, permanecendo por longos períodos de tempo - *“um gajo está habituado aqui [...] nasci aqui”* (LB_TR2). Nesta aldeia, uma outra entrevistada (a residir e a trabalhar em Lisboa) salientou as ligações familiares (os pais são de Linhares) que a levaram a adquirir uma segunda residência à qual regressa *“mensalmente, um fim-de-semana por mês...e o mês de Agosto [...] mais tempo, pelo menos 15 dias, três semanas”* (LB_TR3). É de referir que uma terceira turista residencial, a residir e a trabalhar em Santarém, sem qualquer raiz ou ligação familiar a Linhares, aqui optou por comprar uma segunda residência (composta por duas casas anexas) - *“nós viemos cá num passeio com uns amigos e ficámos a gostar muito da aldeia e depois vimos esta casa à venda [...] são duas casas...vimos aquela à venda, a Casa do Penedo e depois comprámos e entretanto comprámos esta”,* utilizando-as, geralmente, todos os anos para passar férias ou uns dias de descanso - *“vimos na Páscoa [...] passar a Passagem de Ano [...] e vimos em Agosto, depois da praia vimos para aqui o restinho das férias”* (LB_TR1).

Em **LB**, o grupo de viagem do entrevistado englobava normalmente o casal (frequentemente com filhos), acompanhado por vezes de familiares ou amigos. No caso de **JC**, o grupo de viagem englobava maioritariamente o casal (sem filhos). No que concerne ao **planeamento da viagem**, em ambas as aldeias os entrevistados referiram recorrer geralmente à internet, tendo todavia também em consideração a recomendação de amigos e familiares. No caso específico de **LB** alguns dos entrevistados alojados na Pousada do INATEL (em Linhares ou em Vila Ruiva) mencionaram que o facto de serem associados da Fundação INATEL influenciou a sua opção de ficarem alojados nesta região. Já em **JC**, o recurso a Pacotes de Experiência, por exemplo, da “Smartbox” ou da “Vida é Bela”, foi um fator que pareceu influenciar a opção de estadia no local. A maioria dos entrevistados do tipo ‘turista’ e ‘excursionista’ afirmou ter sido a primeira vez que visitam a aldeia em questão - **LB** (22 casos), **JC** (7 casos). A situação de visita repetida foi mais referida em **LB** (12 casos) do que em **JC** (2 casos).

Observando a **FIGURA 61** relativa à ‘População’ verifica-se que a amostra, nas duas aldeias, é constituída maioritariamente por indivíduos com idades compreendidas entre 25 e os 64 anos, casados, ocorrendo uma ligeira predominância de inquiridos do género feminino. Enquanto em **LB**

os inquiridos apresentavam um nível de escolaridade maioritariamente referente ao 1º ciclo (ensino primário), seguido do 12º ano, no caso de **JC** o nível situava-se especialmente entre o 12º ano e a frequência de um curso superior. Relativamente à ‘condição perante o trabalho’, em ambas as aldeias, a maioria dos entrevistados revelou estar a ‘exercer uma profissão’, sendo que em **LB** foram entrevistados indivíduos reformados (5 casos) e em **JC** desempregados (3 casos).

Em cada aldeia foram inquiridos a maioria dos ‘**Agentes da Oferta**’ que aí exerciam a sua atividade económica. Na aldeia de Linhares foram entrevistados seis agentes representando o “Restaurante Cova da Loba/Lopa”, a “Taberna do Alcaide”, o “Café Mimoso”, o “Café Nascer do Sol”, a “Pousada do INATEL”, e a “Casa Pissarra” em conjunto com a loja de artesanato “D’outros tempos”, dado estes dois últimos serem geridos pela mesma proprietária. Na aldeia de Janeiro de Cima foram entrevistados sete agentes representando o “Restaurante Fiado”, o “Café Cardoso”, o “Café-Bar O Passadiço”, a “Casa de Janeiro” (alojamento), a “Casa das Tecedeiras” (local que inclui loja de artesanato), o “Minimercado Artesanato”, e um outro Minimercado (na Rua das Flores).

Relativamente aos ‘**Agentes de Planeamento e Desenvolvimento**’ foram entrevistados, na região de atuação envolvendo **LB**, representantes da Câmara Municipal de Celorico da Beira (engloba respostas do Vereador do Pelouro do Turismo e de um técnico superior do Gabinete de Turismo), do Instituto de Conservação da Natureza (ICN)/ Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), da Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE), da Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (AHP) (engloba respostas do Presidente da Câmara de Arganil e do Presidente da Câmara do Fundão, respetivamente, os responsáveis pela Presidência da Direção e pela Presidência da Assembleia Geral desta associação, em 2011), ao Turismo Serra da Estrela (TSE) (engloba respostas do Presidente e de uma técnica superior), e o Presidente da Junta de Freguesia de Linhares. No caso da região de atuação envolvendo **JC**, foram entrevistados o Presidente da Câmara do Fundão e outros representantes da Câmara Municipal do Fundão (engloba respostas da arquiteta responsável pela elaboração do Plano de Aldeia e do responsável da Fundão Turismo-Empresa Municipal), da Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul (ADERES), e da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) (engloba as respostas do Coordenador Técnico e do Diretor de Comunicação e Marketing). Dado que a região de atuação do TSE engloba também o concelho do Fundão onde está inserida a aldeia **JC**, a mesma entrevista foi contabilizada para ambas as aldeias. A entrevista efetuada ao Presidente da Câmara do Fundão constituiu igualmente um caso particular pois, apesar das respostas deste entrevistado abordarem maioritariamente o contexto da aldeia de Janeiro de Cima e região envolvente, o facto de ter sido um dos fundadores da associação da AHP levou a que a sua entrevista fosse também contabilizada para ambas as aldeias. Este inquirido foi igualmente fundador da Associação de Desenvolvimento Pinus Verde (que atua na região envolvente a **JC**) pelo que as respostas foram contabilizadas duas vezes para a região de atuação envolvendo **JC**. Desta forma, apesar de terem sido realizadas 10 entrevistas aos agentes de planeamento e desenvolvimento no total das duas aldeias, o facto de considerarmos estas duplicações explica os valores expressos na **FIGURA 59 (LB, 7 casos; JC, 6 casos)**. Assim, apesar de ter sido realizado um total de 97 entrevistas, o somatório de todos os valores no gráfico da **FIGURA 59** excederá em 3 casos esse valor.

No subcapítulo seguinte iremos abordar, numa análise *within-case* e *cross-cases*, os resultados relativos à experiência procurada pelos visitantes, ou seja, as expectativas/ motivações para visitar o meio rural e aldeias em estudo (partindo do geral para o particular), bem como o comportamento espacial exibido (ou seja, que outros locais / atrações são procurados na região envolvente), relacionado com o tipo de recursos naturais presente no destino, tendo por base as respostas dos próprios e as perceções da população, agentes da oferta e agentes de planeamento e de desenvolvimento. Visando compreender o papel dos recursos naturais na “experiência turística em espaço rural” serão igualmente analisadas as perceções e atitudes dos vários entrevistados relacionadas com a avaliação cognitiva e sensorial do destino, principais experiências e atividades desenvolvidas, impressões marcantes da visita e avaliação da qualidade/ estado de conservação dos elementos naturais, especificidades e elementos distintivos das aldeias, as referências a possíveis impactes ambientais derivados do desenvolvimento turístico nas aldeias e o grau de satisfação global resultante da visita.

7.5 A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA RURAL BASEADA NOS RECURSOS NATURAIS DO DESTINO

EXPERIÊNCIA PROCURADA NO ESPAÇO RURAL

Nas últimas décadas as áreas rurais têm vindo a sofrer um conjunto de transformações caracterizadas essencialmente pela perda de relevância das atividades e funções tradicionais relacionadas com a produção agro-silva-pastoril, facto que foi salientado por alguns dos entrevistados, residentes nas aldeias em estudo: *“antigamente toda a gente semeava pão, ceifávamos o pão à foice...hoje o pouco que se semeia, que já se semeia pouquinho, já é tudo cortado a máquinas...é tudo diferente”* (LB_P3); *“agricultura há menos, menos...pouca gente já cultiva. É só para a gente comer mesmo”* (LB_P9); *“as pessoas tinham muito mais animais [...] isso foi-se alterando porque as pessoas [...] abandonaram a parte agrícola”* (JC_P6); *“agricultura cada vez menos. São aquelas pessoas já daquela idade [...] 70 anos...é que mantêm”* (JC_P8). Essa vertente de “espaço de produção” tem vindo gradualmente a ser substituída por uma vertente social de “espaço de consumo” no domínio do turismo, recreação e lazer (Figueiredo, 2003; Correia, 2007). Considerando os efeitos da globalização, as características das áreas urbanas e o atual modo de vida citadino, as novas atividades e funções do meio rural encontram-se fortemente associadas a uma imagem de ‘natureza’ e a um espaço ‘idílico-pastoril’, ou seja, à presença de uma natureza e paisagem preservadas/ inalteradas, uma boa qualidade ambiental, um perfeito equilíbrio entre o Homem e o meio natural, um estilo de vida simples e saudável, reflexo de ‘qualidade de vida’ (Kastenholtz *et al.*, 1999; Figueiredo 2003; Cánoves *et al.*, 2004). Por exemplo, Abrantes (1997: 23), na sua obra sobre o território da Serra da Estrela, menciona que os visitantes urbanos, visando *“aliviar as tensões instaladas”* resultantes do *stress* citadino, tendem a direcionar o olhar *“com certa simpatia, para o mundo rural”*, procurando aproveitar *“os fins de semana para regressar ao campo a respirar o ar puro, a aliviar o cansaço da vida agitada do dia-a-dia e restabelecer as energias constantemente dispendidas até à exaustão”*.

Efetivamente, ao analisarmos a categoria relativa às **motivações para visitar o espaço rural**, uma das várias que integra o sistema de categorias (designado por *Nós em Árvore* no WebQDA) derivado da análise de conteúdo, verificamos que a **procura do ‘descanso’** foi mencionada, nas duas aldeias, por vários visitantes (todos provenientes de meio urbano), em especial em **LB**, como

a seguir exemplificamos: *“tudo o que possa contribuir para trazer calma, tranquilidade e fazer esquecer o dia-a-dia, são esses os locais e aquilo que espero dos locais”* (LB_T12), *“en campo para relaxarme”* (LB_T33), *“o descanso, calma”* (LB_T15); mas também em JC: *“descanso, calma...serenidade, silêncio”* (JC_T6), *“sempre que posso procuro espaços calmos e tranquilos, sobretudo para fins-de-semana, estadias de curta duração. Acho que é um ambiente ótimo para relaxar”* (JC_T8). A opção por destinos rurais da parte de indivíduos vindos de áreas citadinas parece estar ligada também a uma **procura pela ‘novidade/ diferença’**. Como referiram alguns entrevistados, *“como vivemos na cidade temos mais curiosidade de ver estes destinos rurais”* (LB_TR1), dado serem *“locais contrastantes com a vida em meio urbano onde passo o resto do ano”* (JC_T3), o que os leva a procurar *“sítios diferentes daqueles em que eu vivo, quebrar a rotina”* (LB_T12), pois *“de cidades já a gente estamos fartos (risos)”* (LB_T1).

Desta forma, parece existir também uma certa **procura da ‘ruralidade’**, ou seja, das qualidades e atributos percebidos como pertencendo ao mundo rural (Gamache *et al.*, 2004), como o modo de vida simples, a ligação ao campo, as tradições agrícolas e culturais, etc. Alguns entrevistados mencionaram, por exemplo, o interesse no *“contacto com a realidade do quotidiano, de pessoas que vivem em meio rural, nomeadamente de pessoas que continuam a trabalhar no campo”* (JC_T2), em observar a forma como *“the people live in the countryside”* (LB_T34), e o modo de *“vida simples”* (JC_T3). É de salientar a valorização do meio rural como espaço “vivido” e ligado à atividade agropecuária demonstrada por um dos entrevistados: *“gosto de ver os espaços rurais ainda com pessoas. Isto para mim não fazia sentido se as pessoas não vivessem aqui, se eu não encontrasse os campos ainda cultivados, os animais, as cabras por aí a pastar...Portanto, o que eu espero encontrar aqui é as pessoas ainda aqui a morarem e sentir os espaços como eram ou como eles são, vividos pelas pessoas que são daqui. Não me interessa chegar aqui e isto ser uma espécie de museu, não tinha graça nenhuma...Eram só casas de pessoas que vinham cá de férias, isto não tinha nenhum sentido”* (JC_T5). Um dos agentes de planeamento e desenvolvimento também realça esta perspetiva: *“Os recursos naturais, numa primeira fase de atração turística, são os principais e, depois, questões como as atividades tradicionais e tradições relacionadas com o calendário agrícola são de grande relevância pois também são aspetos que os turistas associam à natureza e ao território rural”* (JC_APD4).

Um estudo exploratório realizado em Portugal por Kastenholtz *et al.* (1999), que procurou definir os segmentos de turistas em espaço rural nas regiões Norte e Centro do país, salienta a existência de quatro tipos diferentes de segmentos, dos quais um grupo relevante (30%) englobava indivíduos que revelaram um profundo interesse pelo estilo de vida rural (designados por *‘Traditional Ruralist’*). Esta segmentação realizada com dados de 1996 foi, praticamente, confirmada com dados de 1998/1999, com um universo mais representativo de turistas rurais no Norte de Portugal (N=2280), apontando alguma diversidade no mercado de turistas rurais, em que alguns valorizam sobretudo a natureza, outros o espaço rural e natural como cenário para uma multiplicidade de atividades e um grupo o espaço rural como reflexo do “idílio rural”, muito associado à uma vida no campo idealizada e nostalgicamente embelezada (Kastenholtz, 2002). Resultados de estudos realizados na Escócia por Frochot (2005), e em Espanha por Molera e Albaladejo (2007), sugerem que a grande maioria (principais segmentos distinguidos) de visitantes de destinos rurais não revela um especial interesse pelo estilo de vida rural ligado às práticas agrícolas, revelando antes uma atração focada nos atributos mais abrangentes das áreas rurais relacionados com a natureza, a paisagem, a cultura local e as atividades que aí poderão realizar.

A representação simbólica evidenciada pela sociedade urbana parece assentar preferencialmente numa “naturalização” do espaço rural, ou seja, a perceção deste como um cenário de “regresso à natureza”, providenciando um local de descanso, de revitalização, de contemplação, entre outros aspetos (Figueiredo, 2003; 2008a). Nesse sentido, verificamos que a **procura da ‘natureza’** constituiu o motivo de visita mais referido pelos entrevistados em ambas as aldeias: *“valorizamos o contacto com a natureza. Somos pessoas que gostamos muito do campo. Normalmente procuramos destinos turísticos ligados ao campo [...] [pois] este regresso ao contacto com o campo para mim é-me gratificante, é-me agradável”* (JC_T2); *“proporcionar o reencontro com a Natureza”* (JC_T3); *“[preferência] por sítios mais pequenos onde a natureza também possa surpreender-nos e possa revigorar-nos [...] portanto a natureza tem de estar sempre presente, tem uma grande importância”* (LB_T12); *“pues, naturaleza, tranquilidad”* (LB_T20). Na opinião de um agente de planeamento e desenvolvimento, no espaço rural envolvente à Serra da Estrela, os visitantes procuram essencialmente *“algum descanso com qualidade e com proximidade à natureza, que lhe permita uma visita à montanha, ou estar na piscina, ou fazer uma caminhada, dependendo do tempo”* (JCLB_APD7). Segundo Frantál e Kunc (2011), o potencial natural de um destino influencia fortemente o tipo de atividades recreativas e turísticas que aí poderão ser desenvolvidas. Por exemplo, áreas rurais montanhosas com determinadas características geoclimáticas poderão constituir um fator de atração para visitantes interessados em praticar certas **‘atividades desportivas outdoor’**. Silva (2011) identificou a dimensão do “desporto e lazer” como uma das várias dimensões simbólicas associadas aos destinos de montanha. Em LB, dois entrevistados de nacionalidade estrangeira mencionaram uma motivação de visita geralmente assente na procura de destinos rurais de montanha propícios à prática de parapente: *“The activity is paragliding, mountains and the small villages”* (LB_T24); *“[montagne] pour le sport essentiellement [faire du parapente]”* (LB_T30).

As **motivações para visitar o espaço rural** referidas anteriormente – o descansar, o experienciar um contexto diferente do dia-a-dia, o interesse pela ruralidade, o contacto com a natureza e a prática de atividades ao ar livre – têm vindo a ser frequentemente mencionadas por vários autores que investigaram as motivações e/ou procuraram definir o perfil dos visitantes de destinos rurais (Fleischer & Pizam, 1997; Kastenholtz *et al.*, 1999; Cébrian, 2003; Kastenholtz, 2005; Frochot, 2005; Molera & Albaladejo, 2007; Park & Yoon, 2009; Devesa, Laguna & Palacios, 2010; Pesonen, Komppula, Kronenberg & Peters, 2011; Chen, Lim & Kuo, 2012; Pesonen, 2012). Estas motivações revelam a influência de fatores *push* e *pull* na decisão de viajar e de visitar destinos rurais, sendo que os *push* estão relacionados com aspetos do foro interno ou emocional do indivíduo, que o “empurram” no sentido de “escapar” do contexto de vida quotidiano, levando-o a procurar, por exemplo, o descanso/relaxe, a aventura ou a interação social (Devesa *et al.*, 2010). Por outro lado, os motivos *pull* relacionam-se com aspetos que “chamam” o indivíduo a um determinado destino, tais como: a natureza distintiva do local, as suas características naturais e/ou culturais, a presença de determinado tipo de infraestruturas turísticas, entre outros (*idem*).

No contexto do marketing dos destinos, bem como da gestão e planeamento territorial, parece importante apostar em estudos que tentem distinguir e compreender quais os segmentos de visitantes em espaço rural que poderão vir a constituir uma mais-valia para estas áreas, tendo em conta os benefícios socioeconómicos e menores impactes ambientais e culturais.

EXPERIÊNCIA PROCURADA E VIVIDA NAS ALDEIAS DO ESTUDO

No âmbito da *experiência procurada*, ao analisarmos a categoria das **motivações para visitar a aldeia (FIGURA 63)** verificamos que os resultados se assemelham aos descritos para a categoria das motivações para visitar o espaço rural, pois os principais motivos indicados pelos vários tipos de entrevistados, no conjunto das duas aldeias, foram a procura da **‘natureza’** (24 casos) e a **‘fuga ao stress’** (procura de descanso) (20 casos), expressando os modos de experiência “interest” e “change” sugeridos por Elands e Lengkeek (2000). Porém, estes dois motivos foram especialmente mencionados por agentes da oferta de **LB** e **JC**, tendo em conta as suas perceções.

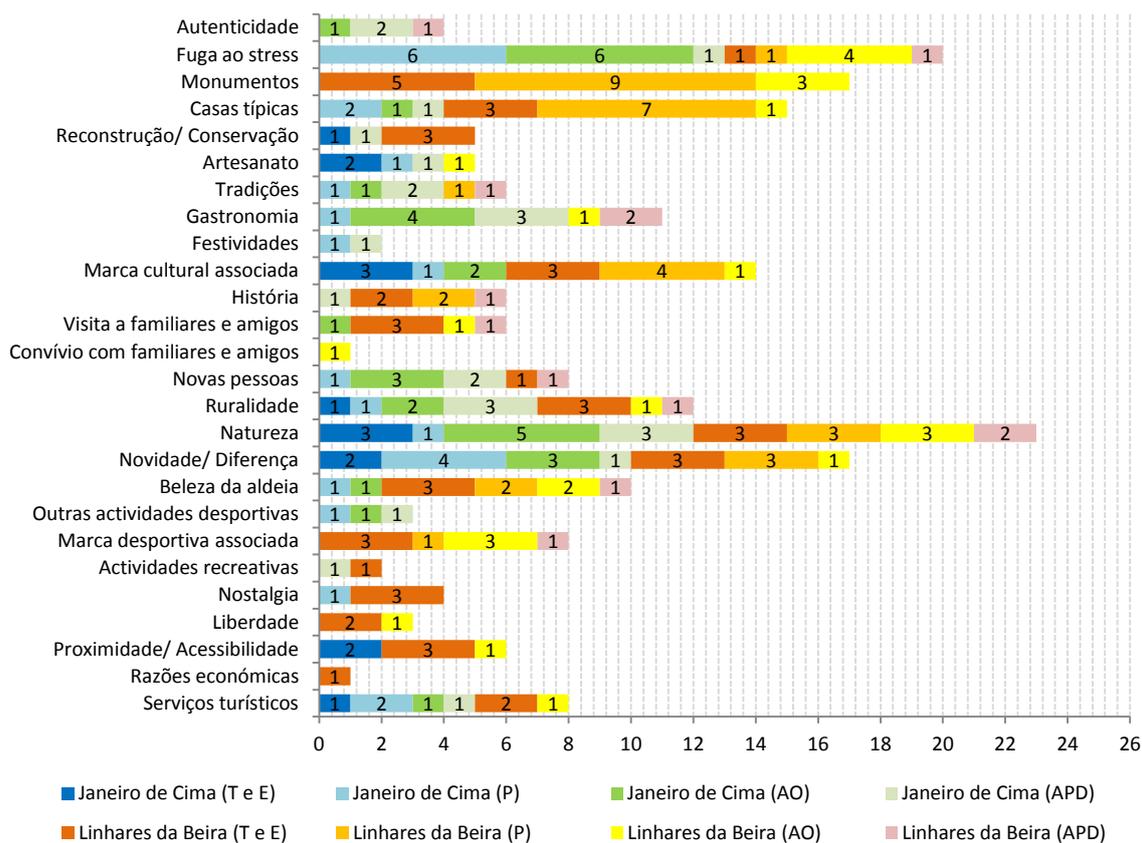


FIGURA 63 – Categoria ‘motivações para visitar a aldeia’⁶³ (referências por tipo de entrevistado – Turista, Excursionista, População, Agente da Oferta, Agente de Planeamento e Desenvolvimento - em JC e LB)
Fonte: autoria própria

Apesar de uma contagem de frequências dentro das categorias constituir uma abordagem à análise de conteúdo essencialmente quantitativa (Finn *et al.*, 2000; Quivy & Van Campenhoudt, 1998), que autores como Yin (2011) consideram não ser a estratégia analítica mais adequada para a obtenção de informação relevante no seio de uma investigação qualitativa, nesta situação optámos por o fazer de modo a criar um elemento visual revelador da complexidade do processo de codificação e categorização deste estudo, ajudando a estabelecer uma base de reflexão.

⁶³ Dentro desta categoria (tal como noutras categorias criadas) os inquiridos podem ter referido mais do um motivo para visitar a aldeia em questão, pelo que o somatório de todas as subcategorias relativo a cada tipo de entrevistado poderá exceder o número efetivo de entrevistados. Por exemplo, apesar de em **JC** terem sido entrevistados 6 turistas e 3 excursionistas (9 casos), o somatório dos valores a azul-escuro dentro de cada subcategoria dá um total de 15.

Ao analisarmos quais os motivos principais referidos pelos *entrevistados visitantes* (do tipo ‘turistas’ e ‘excursionistas’) para a aldeia de **JC**, encontramos a ‘natureza’ e a ‘marca cultural associada’ - marca das Aldeias do Xisto (AX), enquanto para a aldeia de **LB** foram os ‘monumentos’ (sendo a referência predominante o ‘castelo’). Relativamente às perceções referidas por outro tipo de entrevistados, em **JC**, os agentes de planeamento e desenvolvimento distinguiram a ‘natureza’, a ‘ruralidade’ e a ‘gastronomia’, enquanto a população e os agentes da oferta salientaram a ‘fuga ao stress’, uma motivação mais genérica relacionada com a procura de descanso, de sossego, de tranquilidade, assente numa perspetiva de contraste com o meio urbano. Em **LB**, os agentes da oferta também referiram a ‘fuga ao stress’, enquanto a população mencionou os ‘monumentos’, e os agentes de planeamento e desenvolvimento, a ‘natureza’ e a ‘gastronomia’. A **TABELA 14** expressa os resultados obtidos para esta categoria, por aldeia e tipo de entrevistado, acompanhados de alguns excertos exemplificativos das motivações referidas.

TABELA 14 – Os motivos e perceções mais referidos pelos diferentes entrevistados para visitar LB ou JC

	LINHARES DA BEIRA	JANEIRO DE CIMA
Motivações de Turistas e Excursionistas (T e E)	<p>MONUMENTOS (5 casos):</p> <p>-“a parte dos castelos” (T11)</p> <p>-“we are coming back from the mountains, we checked the guide and see about the village, first we saw the towers [of the castle], because it is visible from a distance, then we parked the car” (T21)</p> <p>-“and the castles” (T34)</p>	<p>NATUREZA (3 casos):</p> <p>-“procura de uma coisa que tem relação com isto que é o Zêzere, eu nunca tinha estado numa zona próxima aqui do Zêzere” (T2)</p> <p>-“conhecer a praia fluvial” (T4)</p> <p>MARCA CULTURAL ASSOCIADA (3 casos):</p> <p>-“pertencia às Aldeias do Xisto [...] fui ver na net e vi que realmente pertencia à Rede e foi assim que viemos” (T5)</p> <p>-“sabíamos que queríamos o xisto” (T6)</p>
Perceções da População (P)	<p>MONUMENTOS (9 casos):</p> <p>-“ver o património. Mais o Castelo, a aldeia nem tanto” (P1)</p> <p>-“mais pelo castelo, pelas igrejas...e ver as casas, ver as ruas” (P11)</p> <p>-“Castelos [...] igrejas manuelinas...cadeia, o fórum. É uma aldeia museu” (P12)</p> <p>-“os castelos chamam muita gente. São coisas diferentes, é isso que puxa” (P13)</p>	<p>FUGA AO STRESS (6 casos):</p> <p>-“há pessoas que vêm mesmo para descansar, é mesmo para descansar” (P3)</p> <p>-“relaxar [...] para estarem descansados, à vontade...sem preocupações” (P4)</p> <p>-“são a maior parte pessoas da cidade e vêm à procura de calma, de tranquilidade” (P7)</p>
Perceções dos Agentes da oferta (AO)	<p>FUGA AO STRESS (4 casos):</p> <p>-“tranquilidade, sem dúvida. Temos tido imensos comentários nesse sentido, precisavam de descansar e que isto é extremamente tranquilo” (AO4)</p> <p>-“é mais para descansar” (AO2)</p>	<p>FUGA AO STRESS (6 casos):</p> <p>-“maior parte das pessoas vem para descontraír, para sair de um ambiente de cidade, num contexto de rotinas e para passar [...] uns dias...hmm...tranquilos” (AO7)</p> <p>-“e as pessoas vêm para descansar” (AO3)</p>
Perceções dos Agentes de planeamento e desenvolvimento (APD)	<p>NATUREZA (2 casos):</p> <p>-“procura a natureza, paisagem” (APD1)</p> <p>GASTRONOMIA (2 casos):</p> <p>-“[procuram] a experiência do ‘sabor’” (APD1)</p>	<p>NATUREZA (3 casos):</p> <p>-“contacto com o mundo natural” (APD1)</p> <p>-“os recursos naturais” (APD4)</p> <p>RURALIDADE (3 casos):</p> <p>-“mais ligação à terra e ao rural” (APD3)</p> <p>GASTRONOMIA (3 casos):</p> <p>-“e gastronomia” (APD4)</p>

Fonte: elaboração própria

Considerando a **FIGURA 63** e a **TABELA 14**, no caso de **LB**, parece existir uma motivação específica fortemente relacionada com o património histórico-cultural da aldeia e marca Aldeia Histórica de Portugal, assente na presença de um castelo, nas características histórico-arquitetónicas e estado de conservação do património edificado, reveladora por vezes de uma visão nostálgica do passado, de uma certa procura pela ancestralidade: *“costumamos procurar sempre algo medieval, qualquer coisa que tenha a ver com o passado”* (LB_T11). Já as especificidades geoclimáticas desta aldeia, que lhe permitiram a obtenção do epíteto “Capital do Parapente”, motivam também a visita de um segmento particular de visitante atraído por atividades desportivas ao ar livre, especialmente por ocasião dos festivais anuais de cariz nacional ou internacional - os praticantes de parapente portugueses e estrangeiros, como se pode verificar no seguinte excerto: *“c'est connu dans le monde du parapente, donc on savait que ça volait très très bien, donc on est venu”* (LB_T30).

Em **JC**, a motivação específica parece estar mais relacionada com a envolvente natural onde se insere, especialmente assente na sua localização numa curva do rio Zêzere. Como salienta um agente de planeamento e desenvolvimento: *“aquele enquadramento maravilhoso [...] ligado ao rio Zêzere [...] é talvez o fator de maior valor que tem a aldeia de Janeiro de Cima”* (JCLB_APD2). Este elemento natural ajudou a moldar a singularidade do património edificado da aldeia, caracterizado por construções onde as pedras roladas do rio encaixam harmoniosamente na pedra de xisto, específica deste território. A integração da aldeia na Rede das Aldeias do Xisto constitui assim um motivo particular de atração. O facto dos recursos naturais providenciarem o contexto para as atrações culturais de um destino (Hall, 2004), ajudando a definir uma identidade cultural singular que constitua motivo de atração, pode ser compreendida através da opinião expressa pelo agente de planeamento e desenvolvimento já mencionado, relativamente à sua região de atuação: *“no concelho temos a questão do território do xisto, ou seja, o património do xisto é uma ideia forte que nós aqui temos [...] o xisto, o granito, o património construído”* (JCLB_APD2).

A relação próxima entre o património natural e o património cultural, constitui por vezes uma motivação mista expressa pelos visitantes destas aldeias – *“Nature and lots of, lots of things to visit. History and culture, the mix”* (LB_T25); *“atrai-me a [...] vegetação, [...] relevo, [...] tipo de arquitetura e construções, [...] materiais usados na construção de casas...e também [...] tipo de produtos que encontramos nestas regiões”* (JC_T8) - sendo particularmente salientada pelos agentes de planeamento e desenvolvimento locais – *“natureza e cultura (gastronomia e tradições)”* (LB_APD1); *“património histórico, cultural, natureza e gastronomia”* (LB_APD6); *“a relação com a natureza, com uma paisagem não urbana, isso nitidamente. E que depois nela, se verifica a questão do produto autêntico, da gastronomia genuína, do produto natural. Essa é a motivação principal das pessoas que nos procuram”* (JCLB_APD2); *“Os recursos naturais, e uma vez no destino, os aspetos culturais”* (JC_APD4).

No contexto da *experiência vivida* pelos visitantes nas aldeias é importante considerar as dimensões relativas à **apreciação sensorial** (assente na perceção, por exemplo, das cores, dos cheiros, dos sons, dos sabores⁶⁴, etc.) (**FIGURA 64**), aos **processos cognitivos** (baseados em associações de natureza visual ou outras), ao **tipo de atividades realizadas** (**FIGURA 65**), às emoções e às interações sociais. Neste estudo não iremos focar as duas últimas dimensões mas

⁶⁴ O sentido do paladar não irá ser analisado neste estudo pois consideramos que esta categoria engloba essencialmente itens do domínio cultural imaterial – a gastronomia.

sim as restantes, visando compreender de que forma os elementos naturais (*per se* ou no seio da cultura local) são percecionados e vivenciados no âmbito da experiência turística rural.

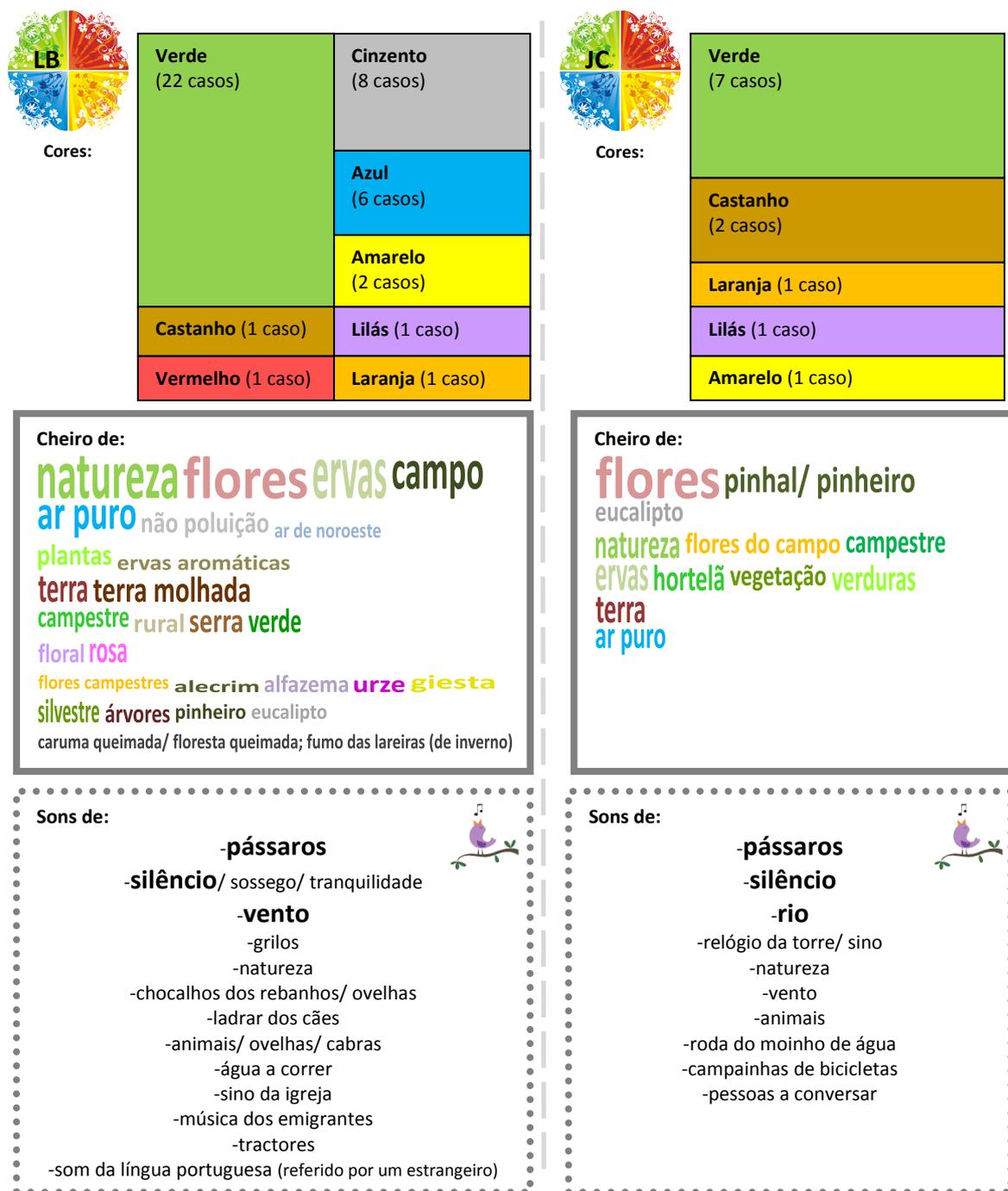


FIGURA 64 – Dimensão sensorial (cores, cheiros e sons) nos visitantes em LB e JC

Fonte: elaboração própria

Ao analisarmos melhor os componentes da FIGURA 64 verificamos que os itens referidos ilustram a “naturalização” do espaço rural e a associação com o imaginário “idílico”, assumindo um papel importante na experiência vivida dos visitantes nestas duas aldeias, em especial pelo contraste com as características dos meios urbanos de onde a maioria provém. Tanto em LB como em JC, a

referência predominante da cor verde aparece fortemente associada aos elementos do meio natural, como se pode observar nos exemplos seguintes: *“o verde da serra”* (LB_T1); *“de natureza, de esperança”* (LB_T16); *“green for nature, yellow for the sunny side”* (LB_T25); *“campos verdes”* (JC_T8). Já cores como o cinzento em **LB**, ou o castanho/ laranja em **JC**, são utilizadas, respetivamente, para descrever elementos naturais como o granito e o xisto/ pedra rolada do rio, característicos do património edificado local: *“a cor das pedras, aquela cor cinzenta”* (LB_T8); *“granito, cinzento”* (LB_T10); *“castanho [...] das casas de xisto”* (JC_T3); *“casas de cor alaranjada”* (JC_T5). A cor azul em **LB** aparece associada à cor do céu que domina o horizonte: *“blue, because of the sky”* (LB_T23); *“le paysage, c’est le bleu, il y a beaucoup de bleu”* (LB_T30). É de salientar que esta perceção das cores é facilmente influenciada pela estação do ano (por exemplo, é de supor que na primavera o tom verde seja predominante) e pelas condições climáticas (por exemplo, o céu limpo e azul no verão). Como refere um visitante em **LB** na altura em que decorreu a entrevista, no mês de abril - *“o verde (agora não há neve)”* (LB_T8), e um outro visitante em **JC**, na mesma altura do ano - *“aquela vegetação arbustiva, com flores porque estamos na Primavera, não é, amarela, roxa, lilás”* (JC_T1).

No que concerne aos aromas, os visitantes salientam os cheiros da ‘natureza’, do ‘campo’/ ‘campestres’ derivados, geralmente, da vegetação seminatural ou cultivada existente na envolvente das aldeias - *“verdes...cheiros da serra”* (LB_T1); *“cheira a plantas, cheira a ervas”* (LB_T6); *“ervas aromáticas, a alfazema”* (LB_T5); *“flowers, nature”* (LB_T32); *“os cheiros das flores do campo nesta altura”* (JC_T2); *“o cheiro [...] a giesta e pinheiro”* (LB_T12); *“o cheiro...a pinheiro e eucalipto”* (JC_T9) - ou nas próprias povoações, como é o caso, por exemplo, das flores envasadas ou nos jardins - *“o cheiro das flores porque há muitas casas que têm as flores à porta”* (LB_T2); *“o cheiro a flores, porque como vê esta terra tem muitas flores, muitas trepadeiras, rosas”* (JC_T7). No caso de **JC**, aldeia em que muitos residentes possuem um bocadinho de terreno cultivado junto às suas casas, houve quem tivesse salientado *“o cheiro a verduras”* (JC_T3). Certos visitantes, numa clara comparação entre a qualidade ambiental do campo e da cidade, salientaram a existência no meio rural de um *“cheiro...sem ser da poluição dos carros (riso) em fila para entrar na cidade”* (LB_T7), transmitindo *“uma sensação de ar puro, de estar num ambiente não poluído”* (JC_T8). De acordo com as condições climáticas também houve quem, em tempo de chuva, salientasse o cheiro *“à terra, ontem senti a terra...talvez por causa da chuva”* (LB_T9), ou no tempo quente sentisse o odor a *“caruma queimada”* (LB_T22), derivados de queimadas ou fogos florestais na zona.

De entre os vários sons mencionados pelos visitantes das duas aldeias são de destacar, positivamente, os sons da ‘natureza’, em especial, os derivados dos ‘pássaros’ e/ou do ‘vento’ - *“os pássaros [...], vento e o efeito dele nas árvores”* (LB_T4); *“sons das folhas com o vento e da passarada”* (LB_T5); *“o chilrear dos passarinhos”* (LB_T12); *“birds, the birds are amazing [...] and the wind”* (LB_T34); *“o som dos pássaros, que isso tem pássaros que nunca mais acaba”* (JC_T1); *“sons de passarinhos e da brisa nas árvores”* (JC_T9). Em **JC** também foi referido o som do ‘rio’ - *“o som do rio, tem uma cascatazinha”* (JC_T7); *“no verão [...] o rio a correr, aquele barulho, aquela soada do rio...aquilo é uma magia”* (JC_TR1). No caso de **LB** houve quem também salientasse os ‘grilos’ - *“grilos, curiosamente...ouvi muito grilo”* (LB_T9) - e os sons de animais ligados à pastorícia, como as ovelhas e cabras, através dos seus balidos ou dos chocalhos que levam ao pescoço - *“sons relacionados com a natureza e com os animais, por exemplo, os chocalhos das ovelhas”* (LB_T17). Contudo, este último som do rural foi percecionado por um visitante estrangeiro de uma forma negativa: *“when*

the goats go by it is not very pleasant and the noisy dogs next door" (LB_T26). Nesse sentido, o 'silêncio' - ou o "*peace and quietness*" salientado pelo visitante anterior - foi um dos sons rurais que os visitantes em ambas as aldeias mais referiram, ilustrando uma ligação com a procura do 'descanso', sossego e tranquilidade, no âmbito das motivações para visitar o espaço rural, em especial, por parte de indivíduos provenientes de meios urbanos: "*the silence, the Sound of Silence - the song (risos)*" (LB_T23); "*a ausência de ruído*" (LB_T22); "*o sossego [...] a gente às vezes [...] atravessa a aldeia e não se houve nada (risos)*" (LB_TR3); "*No sound – silence*" (LB_T25); "*o som mais agradável é o silêncio*" (JC_T2); "*a falta dos outros sons. No fundo, é ouvir a natureza e não estar a ouvir os outros sons da cidade*" (JC_T5).

Num mundo globalizado fortemente dominado pela componente visual, Urry (2002: 145) salienta o "*carácter essencialmente visual das experiências turísticas*", influenciador do desenvolvimento turístico num destino. De facto, as associações dos nossos entrevistados parecem assentar preferencialmente em referências visuais, não só ao nível do domínio sensorial mas também no domínio cognitivo. No contexto da **imagem cognitiva**, os visitantes destacam atributos singulares das aldeias, relacionados normalmente com o património histórico, arquitetónico, natural e paisagístico, como se pode observar pelos seguintes excertos de **LB** - "*o castelo, as torres do castelo...os granitos e a serra*" (LB_T1); "*o casario, o castelo [...] e a encosta da serra [...], o recorte das pequenas propriedades [...] embora abandonadas algumas delas, mas o recorte, o parcelamento, é o que me salta mais à vista*" (LB_T4); "*pedra aparelhada, água e prados*" (LB_T13); "*a arquitetura, a paisagem serrana*" (LB_T17); "*é o castelo, é a serra e também [...] aquele edifício da Pousada [...] [do INATEL]*" (LB_TR1); "*imagem do parapente na serra, da vista do parapente, pronto, eu não vi, mas é uma imagem que associo a Linhares*" (LB_T22) - e de **JC** - "*o rio é lindíssimo. O pinhal [...] e o imponente das montanhas. Você tem alguns cabeços imponentes que são muito característicos...Verifico também, que sabia de dados, que começa a haver muitas ventoinhas, pá, de produção eólica*" (JC_T1); "*o sossego do rio a correr tranquilo por entre as margens, as casas pintalgadas de seixos e a luz clara do amanhecer*" (JC_T3); "*o rio, imagens dos campos verdes...e das casas em pedra rolada e xisto*" (JC_T8); "*é o rio, é o Cabeço de São Sebastião...mas tenho mais, a Volta da Folha*" (JC_TR1). Urry (2002) alerta para os perigos de um desenvolvimento turístico baseado fundamentalmente numa vertente contemplativa ('*visual gaze*'), dado o sentido da visão ser normalmente dirigido aos elementos próximos e mais visíveis num determinado destino. Exemplo pertinente desta situação é o caso do castelo de Linhares, alvo de uma breve paragem exploratória e para recolha fotográfica por parte da maioria dos visitantes, que depois não vão conhecer os restantes elementos que constituem a aldeia. Como salienta um residente: "*muitos turistas vêm, deixam o carro aí em baixo, veem o castelo e vão embora. E não veem a importância da aldeia, as coisas que nós temos para visitar aqui na aldeia*" (LB_P1). Assim, nas palavras de Urry (2002: 149), a "*visão pode ser considerado o mais superficial dos sentidos, podendo perturbar experiências reais que devem envolver outros sentidos, necessitando de longos períodos de tempo de modo a alcançar uma imersão correta*".

Ainda no âmbito da dimensão cognitiva da experiência vivida, os visitantes das aldeias revelaram outro tipo de associações de natureza não só visual, fortemente relacionadas com os elementos centrais das motivações para visitar o espaço rural e com os símbolos do "idílio rural", tais como a tranquilidade e o relaxamento - "*tranquilidade*" (JC_T5); "*tranquilidad, relax, expansión, desconectar de la vida de la ciudad*" (LB_T33); "*o relaxe...a calma, quebra do ritmo*" (LB_T15) - a natureza, a

ruralidade e a relação Homem-Natureza – *“equilíbrio entre o meio natural e o meio humano”* (LB_T4); *“penso na sintonia com a Natureza”* (JC_T4); *“uma ligação muito forte entre a parte da natureza e a parte humana. Estes espaços conseguem fazer isso muito bem”* (JC_T5) – que por vezes expressam sentimentos de carácter nostálgico - *“faz-me recuar um bocado em experiências anteriores da minha vida, o trabalho das pessoas aqui nas hortas e no tipo de relação que têm com esta pequena agricultura. É muito característica. É um Portugal que está ainda aqui, não é um Portugal encenado, é perfeitamente genuíno, são pessoas que têm um conhecimento que lhe vem da relação com a natureza”* (JC_T2); *“a ideia mais forte que me assalta é o regresso às origens, à matriz inicial de um tempo em que a vida era muito mais simples e natural, porque em comunhão com a natureza”* (LB_T12). Relativamente a este último aspeto, um estudo de Rodrigues (2012) demonstrou a relevância da procura nostálgica do espaço rural europeu, até por parte do mercado de longa distância, caso do mercado americano.

Em relação ao **tipo de atividades** em que participam durante a visita às aldeias, a maioria dos visitantes referiu, geralmente, a realização de pequenas caminhadas pela aldeia ou passeios de carro na região envolvente⁶⁵ (num *touring cultural e paisagístico*⁶⁶), visando observar ou tirar fotografias a aspetos do património histórico, sociocultural e natural local, ou simplesmente usufruir de momentos de relaxe. Nas duas aldeias, as atividades mencionadas pelos visitantes são predominantemente de âmbito cultural relacionadas, no geral, com a observação do edificado local ou a experiência gastronómica, e especificamente, com a visita à Casa das Tecedeiras, em **JC**, ou ao castelo, em **LB**. Estes resultados parecem indicar um interesse preferencial da parte dos visitantes por atividades fisicamente pouco exigentes, de carácter mais informal e de âmbito cultural, indo ao encontro de resultados obtidos noutros estudos, como o de Frochot (2005).

No caso das atividades de âmbito natural, os visitantes de **LB** mencionaram a realização de passeios ao ar livre, visando o contacto com a *“nature”* (LB_T25), o *“respirar ar puro”* (LB_T12), o apreciar da *“beleza da paisagem”* (LB_T15) ou observar *“the birds”* (LB_T26). Já em **JC**, os passeios a pé dos visitantes têm normalmente como objetivo principal o *“contacto com o rio”* (JC_T2) e a visita ao *“parque fluvial”* (JC_T3), para contemplação ou até dar um *“mergulho”* (JC_T9). Mas, nas duas aldeias, alguns visitantes mencionaram também a realização de atividades fisicamente mais exigentes como o pedestranismo/ *“hiking”* (LB_T24)/ *“senderismo”* (LB_T33), explorando os trilhos pedestres existentes – *“faço sempre percursos pedestres e de observação da flora e fauna”* (JC_T5); *“vimos caminhando, e fizemos a rota mais difícil pela serra, andámos muito mais, só para ver [uma série de aldeias de xisto na zona da Lousã]”* (JC_T6), ou então passeios de bicicleta/ BTT – *“o meu marido*

⁶⁵ No contexto do **‘comportamento espacial’** daremos aqui exemplos de locais que alguns dos visitantes entrevistados mencionaram ter visitado ou ir visitar no decorrer das suas férias (sem repetir o nome das povoações). Em **LB**, foram referidos locais como *“Gouveia, Seia, Sabugueiro”* (T1); outras *“Aldeias Históricas de Portugal”*, como Trancoso, Almeida, etc. (T3); *“Guarda”* (T4); *“Unhais da Serra [...] Folgoso”* (T5); *“Vila Ruiva”* (T8); *“Covilhã”* (T9); *“Belmonte [...] Manteigas, na Torre”* (T11); *“uma aldeia em Montemor-O-Velho”* (T14); *“Celorico da Beira [...] Carrapichana”* (T15); *“Fundão [...] Castelo Branco [...] Penha Garcia e Monsanto [...] Meda”* (T16); *“Marialva”* (T18); *“Douro [...] Évora [...] Sevilha”* (T19); *“Porto, Lisboa, Sagres, Faro”* (T23 – estrangeiro); *“Coimbra [...] Óbidos”* (T21 – estrangeiro); *“Alenquer [...] Santarém”* (T22); *“Viana do Castelo [...] Braga, Guimarães [...] Aveiro”* (T20 – estrangeiro). Já em **JC**, foram referidos locais como *“Alcains [...] Monfortinho [...] Salamanca [...] Janeiro de Baixo [...] Barroca [...] Porto das Vacas”* (T1); *“Piódão [...] Fajão”* (T4); *“Lousã [...] Dornelas do Zêzere [...] Barragem de Santa Luzia”* (T5).

⁶⁶ Designação de um dos dez produtos estratégicos definidos pelo PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo (ver <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Pages/EstrategiaNacionaldoTurismo.aspx>)

[...] muitas vezes organizam aí passeios de bicicleta e vão pela serra” (LB_TR3); “go by bicycle” (LB_T24). Tendo em conta as especificidades geoclimáticas de Linhares, alguns visitantes mencionaram a prática da modalidade de parapente: “paragliding...sometimes we fly, sometimes the wind is too strong [...] [or] bad conditions to fly” (LB_T24); “relaxarme, disfrutar del vuelo [de parapente]” (LB_T33).

Analisando as perceções dos agentes de oferta e dos agentes de planeamento e desenvolvimento sobre o tipo de atividades realizadas pelos visitantes em JC verifica-se que os mesmos salientam, preferencialmente, as atividades realizadas ao ar livre, em contacto com a natureza, ou as de carácter desportivo (frequentemente ligadas ao rio): “canoagem no Verão, BTT também há alguma procura [...] muita gente valoriza o contacto com a natureza...portanto, poder estar ao ar livre, fazer caminhadas” (JC_AO7); “passeios a pé, [fazer as] rotas, canoagem no verão” (JC_AO3); “andar de bicicleta, ir para o rio, para a barca. Para a barca falam com o Sr. Álvaro [Presidente da Junta de Freguesia] que manda lá o empregado da Junta passeá-los um bocado” (JC_AO2); “canoagem, BTT, percursos pedestres essencialmente, safari fotográfico, e às vezes até outros desportos mais radicais como paintball, rappel” (JC_AO1); “um tipo de visitante que é mais jovem e é movido pelas questões do desporto ativo e da natureza” (JC_APD1); “atividades de descoberta, o turismo ativo e de natureza (ex.: passeios pedestres)” (JC_APD3). Em LB, um dos agentes de planeamento e desenvolvimento mencionou as atividades de “parapente, BTT, passeios pedestres, jipes moto-quatro [TT]” (LB_APD6), enquanto um agente da oferta salientou que “todos os anos cá vêm uns grupos de 20 pessoas...olhe ainda agora estiveram aí há dias...com 3 roulettes, e que vieram da Suíça...todos os anos cá vêm...fazer parapente...e dois são portugueses” (LB_AO3). Já outros dois agentes da oferta sublinharam o interesse dos visitantes, em especial os estrangeiros, em explorar os percursos pedestres: “passeio, percursos – os espanhóis fazem muito” (LB_AO2); “os estrangeiros vêm muito pelos trilhos e caminhadas. Os trilhos são mais os estrangeiros e fazem muito e especificamente. Os estrangeiros vêm muito pelas caminhadas a pé, eles têm aqueles mapas que eles já trazem lá do estrangeiro que aqui nós não temos [...] e eles mostram-nos e aparece lá Calçada Romana, e tudo o mais” (LB_AO4). Nesta aldeia, para além da prática de parapente (FIGURA 42), observámos *in loco* - durante algumas das saídas de campo realizadas - a realização de atividades de pedestrianismo e de BTT por parte de alguns visitantes de nacionalidade estrangeira (espanhóis e holandeses) (FIGURA 65).



FIGURA 65 – Exemplos de atividades desportivas *outdoors* praticadas por alguns visitantes em LB (à esquerda: pedestrianistas holandeses que andavam a percorrer os trilhos da serra; à direita: bicicleta de um espanhol que percorria os trilhos da serra e que parou para visitar o castelo)

Fonte: elaboração própria

Ao tentarmos classificar algumas das atividades mencionadas pelos visitantes nas aldeias, de acordo com cada uma das quatro dimensões da experiência – ‘entretenimento’, ‘educacional’,

estética’ e ‘escapista’ – sugeridas por Pine & Gilmore (1998) (**FIGURA 66**), verificamos que a maioria parece enquadrar-se nos modos de experiência ‘estética’ ou ‘escapista’, revelando a ‘imersão’ dos visitantes no contexto da aldeia, de uma forma ‘passiva’ ou ‘ativa’, ou seja, em atividades assentes numa forte apreciação sensorial do meio envolvente, normalmente ao nível visual, ou então, como sucede especialmente em LB, na prática de atividades fisicamente mais exigentes, como é o caso da modalidade de parapente.

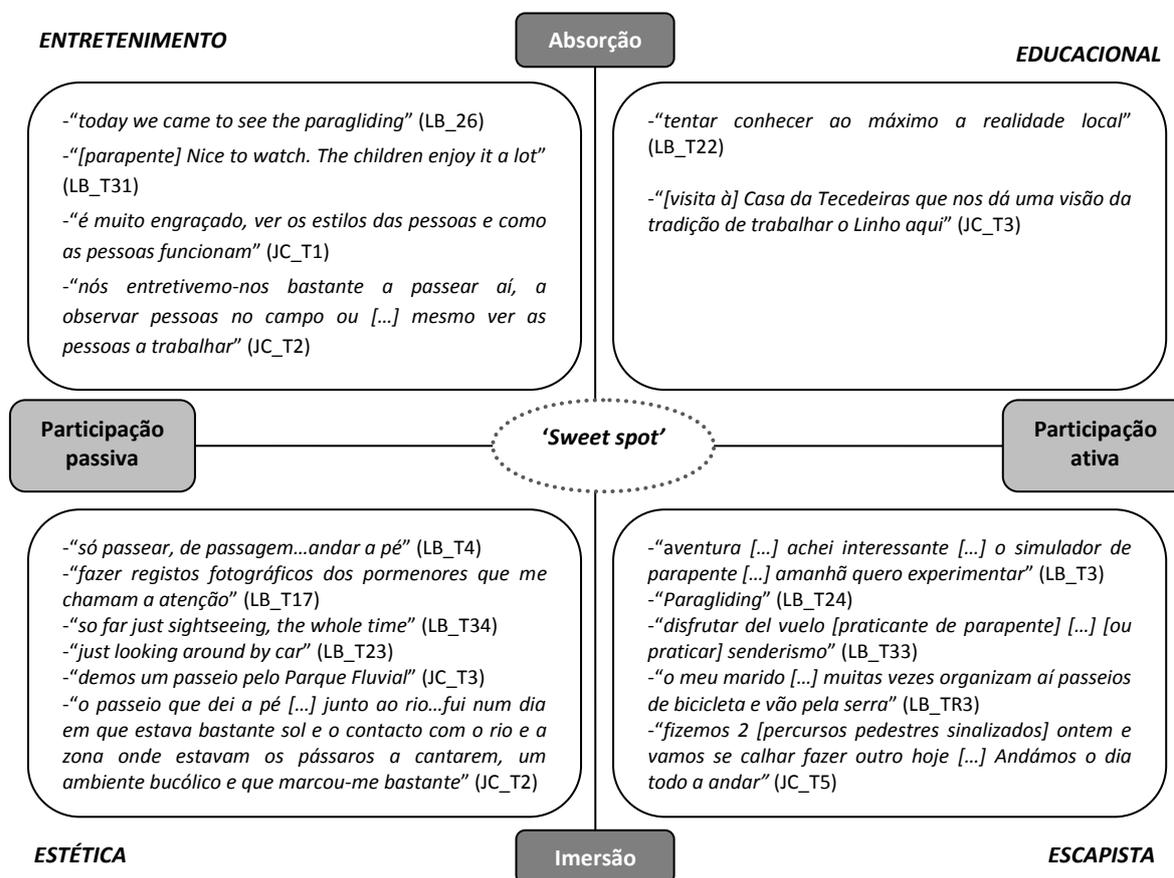


FIGURA 66 – Classificação das atividades (de âmbito natural-cultural) no modelo 4Es da economia da experiência, com alguns exemplos retirados das entrevistas aos visitantes em LB e JC
Fonte: elaboração própria, adaptado de Pine & Gilmore (1998)

Os modos de experiência ‘educacional’ e ‘entretenimento’, apesar de estarem presentes, abrangem geralmente um menor número de atividades, consequência talvez da pouca oferta existente ao nível de eventos culturais e desportivos nas aldeias, de atividades no âmbito da educação ambiental, *workshops* sobre tradições locais ou património natural e histórico-cultural, visitas guiadas que permitam conhecer melhor as atrações locais, espaços museológicos interativos, etc., por nós confirmada durante as várias saídas de campo e salientada na opinião de alguns entrevistados da população e agentes locais/ regionais: em JC - “[visitantes] *passam aí na rua, vão vendo [...] mas não tem nenhuma atividade, não há nada para eles*” (JC_P4); “era necessário também criar [...] uma animação turística na aldeia” (JC_P9); “cada vez mais o turista está interessado [...] em ter *workshops sobre ervas aromáticas, é toda uma área que também não está a ser ainda explorada*” (JC_AO7) – e em LB - “*falta [mais eventos]*” (LB_AO5); “[desenvolver] *mais atividades para*

eles [visitantes] poderem colaborar” (LB_P1); “o próprio castelo, em si, podia ter uma série de eventos lá dentro [...] Podia haver concertos, podia haver uma série de coisas que eles podiam criar ali dentro daquele espaço, porque tem um espaço enorme lá dentro, podiam fazer feiras, podiam fazer feiras medievais, uma série de coisas” (LB_P16); “[ir] com um guia que saiba, é muito interessante saber tudo o que está relacionado com a própria aldeia, com aquilo que já se passou” (LB_AO4); “recuperar atividades como já teve no passado, como as feiras medievais, ter o castelo, se calhar, com outro tipo de atrativos. Hoje em dia, associar as novas tecnologias a estes espaços é fundamental, é chamativo. Nós podemos visualizar. Há coisas giríssimas que se fazem, até tentar repor aquilo que era antigamente através de painéis ou de coisas interativas. Tudo o que for interativo funciona muito bem com público. [...] Podia haver um conjunto de situações, não ferindo o espaço, que eventualmente poderiam ali ser feitas. Até aqui os simuladores. Por exemplo, simular que andava a cavalo e tal, aquelas coisas [...] tem que haver a questão da animação e da dinamização” (LB_APD3).

No caso dos modos de experiência ‘escapista’ e ‘educacional’, o envolvimento ativo dos visitantes no contexto do destino revela, assim, o papel fundamental que estes desempenham na experiência vivida (Hosany & Witham, 2009) e o potencial no processo de cocriação de valor na experiência turística (Binkhorst & Dekker, 2009; Prebensen & Foss, 2011), o que sugere que estas dimensões deveriam ser particularmente valorizadas e dinamizadas. Mas, como afirmam Pine & Gilmore (1998) é a combinação das quatro dimensões que permite criar uma experiência de consumo enriquecedora – “*sweet spot*”. Deste modo, um destino rural deverá proporcionar experiências que abranjam todas as dimensões, no sentido de uma experiência mais integrada, diversificada e apelativa para diversos públicos, embora umas possam vir a ser mais enfatizadas do que outras dadas as características dos recursos endógenos, os interesses e dinâmicas dos vários atores num destino rural, e uma visão de desenvolvimento sustentável.

Em termos da avaliação que os visitantes fazem da **oferta de atividades nas aldeias** verificou-se uma variedade de opiniões, indo desde as mais críticas, em **LB** – “*uma desgraça*” (LB_T4); “*não vejo aí oferta de grande coisa, não é?*” (LB_T9); “*para além do parapente acho que não deve ter muitas mais*” (LB_T10); “*a desistência [...] da escola de Parapente e de outras atividades de lazer que já existiram [...] [oferta] fraca*” (LB_T12) ou “*pobre*” (LB_T13); “*podia haver mais*” (L_TR1) – até às mais positivas, em **JC** – “*razoável, mas podia haver mais informação na aldeia sobre as atividades*” (JC_T3); “*não soubemos de muitas atividades, mas gostámos muito dos passeios que fizemos*” (JC_T4); “*uma pessoa que venha cá e queira jogar futebol ou ténis, nesta aldeia ou noutra lado arranja maneira de ter, ou que queira andar nos barcos no rio...apercebi-me que há essas possibilidades. Acho que é positivo a pessoa chegar ao local e não ter que andar à procura*” (JC_T2); “*como uma pessoa vem dois dias ou três, o ano tem 365 dias, pá, não pode haver iniciativas todas as semanas, pá...não é? E nós viemos durante a semana, e ao nível da animação, as pessoas trabalham, seria mais ao fim-de-semana, não é? [...] Gostei...acho que as coisas para ver, portanto a pessoa vem durante a semana, não é estar à espera de uma animação, até porque eu vim para descansar*” (JC_T1). A crítica mais positiva em **LB** foi de um visitante que afirmou: “*bem, como somos nós que fazemos as nossas atividades [envolvendo geralmente pequenas caminhadas e apreciação do património local] não precisamos assim de grandes [ofertas]*” (LB_T7).

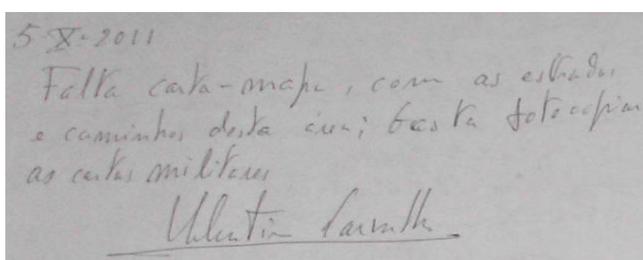
Relativamente aos *trilhos pedestres/BTT* existentes na envolvente a Janeiro de Cima, os visitantes que os percorreram referiram ter sido impressionados quer pela positiva - “*o que gostei mais foram os percursos pedestres*” (JC_T5); “*os percursos estavam ótimos, estavam super cuidados [...] in loco havia*

*informação” (JC_T6) – quer pela negativa – “falta é indicação em folhetos para nós sabermos onde é o início do percurso, porque não encontramos isso em lado nenhum. Nós fomos a pé até Janeiro de Baixo, aqui em Janeiro de Cima não havia lado nenhum onde tivesse um folheto, ninguém nos sabia dizer nada, aqui também não há net - tínhamos o telemóvel que por acaso dava para ver [...] Então pensámos, ‘bem, vamos arranjar folhetos’, mas aqui não arranjámos nada, começámos a andar a pé e encontramos a meio uma parte de um percurso e fizemos esse, depois a meio encontrámos outro percurso e fizemos esse percurso, andámos a misturar percursos, mas correu bem. Andámos o dia todo a andar, só que não há folhetos, portanto uma pessoa não sabia, estávamos a meio do percurso e não sabíamos se era muito grande, muito pequeno [...] devia haver um melhor serviço ao nível da informação: folhetos ou pessoas que saibam dar essa informação porque mesmo aqui na casa, não sabiam informar” (JC_T5); “existem percursos, muitos percursos, mas tivemos muita dificuldade no local de encontrar informação. [...] Se não houvesse percurso nenhum ninguém se importava de não haver informação, não havia percurso nenhum, não é? Mas como existe percurso, estamos depois à espera de encontrar muita informação sobre [...] Achei que faltava, em relação a esta aldeia, os percursos pedestres, não haver folhetos, e toda a gente a quem pedimos teve ‘Pois, realmente gostava de ter mas não tenho’, não é? [...] o mais negativo [...] talvez [seja] a comunicação para os percursos [...] [falta a] informação para trazer para casa, para depois estares a estudar, para depois decidir” (JC_P6). Assim, a manutenção e a sinalização dos percursos no terreno parece ser boa, contudo, a divulgação e promoção através de mapas e panfletos revela ser escassa. Esta situação pode dever-se ao facto de **JC** estar localizada mais próxima da sede de concelho da Pampilhosa da Serra do que da sede do concelho do Fundão (ao qual pertence), pelo que a maioria dos percursos sinalizados pertence ao município vizinho que, aparentemente, não promove/ veicula adequadamente essa informação turística nesta aldeia (através de panfletos, mapas, etc.), de forma que os visitantes em **JC** não têm acesso fácil à mesma.*

Nesse sentido, quando questionada a população e os agentes da oferta sobre o que poderia ser **melhorado em termos da oferta turística**, estes mencionaram, especialmente na aldeia de **JC**, a necessidade de criar mais “circuitos” (JC_P5) e percursos sinalizados: “*haver mais percursos também demarcados, as pessoas procuram muito e também não estão marcados*” (JC_P2); “*há aí muita gente que gosta neste momento de andar a pé e aqui nós não temos rotas, isso realmente é a uma coisa que...não há percursos para as pessoas [...] Acho que nesse ponto que podia investir nisso numas, numas rotas, nuns percursos*” (JC_P7); “*a marcação de percursos pedestres...há um ou dois marcados mas não [...] estão a funcionar muito bem, e há imensa gente que vem especificamente para caminhar...e, portanto, isso é indiscutível, tem mesmo que se avançar com a questão dos percursos*” (JC_AO7); “*podiam fazer aqui percursos, passeios espetaculares*” (JC_AO4); “*[apostar] em rotas pedestres com grau de dificuldade variado*” (JC_AO1). Porém, o desenvolvimento de mais rotas sinalizadas, para percursos pedestres/ BTT mas também para percursos de automóvel, requer igualmente a aposta em mais e melhor informação turística - material impresso que possa ser disponibilizado pelos agentes diretamente aos visitantes, ou até através de um Posto de Turismo - que apoie a visita à aldeia e região envolvente: “*[é uma falha] não termos aqui panfletos ou circuitos de, de...que as pessoas pudessem visitar [...] faz falta, porque as pessoas chegam aqui...[...] por exemplo, ali no Orvalho [...] [a queda] ‘Água D’Alta’ que é muito bonito [...] acho que pertence ao parque Naturtejo [...] não há [informação]...devia de haver mais informação aqui entre as aldeias...que houvesse um consenso entre todos e fazer o roteiro daqui de...a barragem de Santa Luzia, o Orvalho, porque as pessoas quando vêm, isto é muito pequeno...as pessoas vêm com 2 ou 3 dias, no fim de uma tarde conhecem aqui a aldeia e precisavam de conhecer a zona [...] A pessoa diz ‘Olhe tem ali, está aí’ e as pessoas vão, mas é diferente do que ter um*

roteiro que elas possam seguir” (JC_P1); “os turistas que vêm também não têm informação [...], por exemplo, passeios que eles podem fazer, coisas a visitar à volta, a pouca, há falta de informação” (JC_P3); “as condições que podiam ser melhoradas, talvez ao nível de indicações [...] ao nível de...circuitos” (JC_P5); “as pessoas procuram Janeiro de Cima e depois chegam aqui e não têm informação. Tem umas setas a indicar, tudo bem que tenham mas não há uma informação...do que existe na aldeia, sobretudo e até mesmo nos arredores porque podia haver aqui um posto de turismo. E justificava-se” (JC_P9); “fazia falta era o posto de turismo que às vezes vem os turistas e às vezes não sabem o que tem para visitar” (JC_P11); “o problema é não haver nenhuma informação aqui na aldeia” (JC_AO5); “mais informação - há uma má informação e só cá é que se percebe o que é possível fazer. Não há um papel impresso, um roteiro” (JC_AO1); “muita gente não vai a mais sítios porque não há um folheto com as atrações à volta [...] falta um folheto, um mapa para indicar às pessoas onde é que podem ir...Já há uma data de anos que eu digo isso ao Presidente da Junta de Freguesia [...] e não se faz nada” (JC_AO4). O acesso à informação, através de mapas/ panfletos e apoiada por sinalética, até para a realização de pequenos passeios dentro da aldeia, revela ser um aspeto fundamental para quem visita, como se pode ver pelo desabafo feito por um visitante: “mesmo os passeios, pá, nós temos aqui um mapa que não está muito pormenorizado, e não temos facilidade de perguntar aqui a alguém como é que se sai para o horto, e não sei quantos... [...] fomos a São Sebastião tentar adivinhar qual era o caminho para ir aí a uma horta [...] [há] falta de tabuletas [...] [de] um espaço que a gente possa perguntar” (JC_T1).

No caso dos trilhos/ percursos em **LB**, apesar de um residente ter referido ser necessário criar “mais percursos, para as pessoas darem umas voltas a pé [...] ou umas voltas de BTT” (LB_P4), as opiniões gerais, da população e dos agentes da oferta, vão no sentido de dinamizar a oferta existente – “também falta um bocadinho de iniciativas” (LB_P4); “temos imensos caminhos que dá quer para TT, para Motocross, para bicicleta, uma série de coisas [...]. Mesmo quando há neve, também podiam fazer coisas diferentes. Eu não acho que está a ser explorado, nada” (LB_AO2); “não há a organização de passeios de BTT, não há” (LB_AO4) – e de a melhor promover: “ser mais divulgada, há trilhos marcados [...], a Câmara já está a apostar nisso, têm um flyerzinho com trilhos que tem essa indicação [...] a nível da INATEL também [...] tem o trilho definido por GPS [...] É algo interessante, porque [...] as pessoas estão cada vez mais a procurar lugares serenos, tranquilos onde possam caminhar a pé, porque na cidade não o podem fazer, sem receios” (JC_AO4). No ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo de **LB** um visitante deixou uma crítica à falta de mapas com indicação dos caminhos (**FIGURA 67**).



Legenda: (5/10/2011)

“Falta carta-mapa, com as estradas e caminhos desta área; basta fotocopiar as cartas militares”

(Valentim Carvalho)

FIGURA 67 – Crítica sobre a falta de mapas, deixada no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo de LB
Fonte: autoria própria

No que concerne a **melhorias na oferta de outras atividades**, de âmbito *outdoor*, a população de **JC** sugeriu o seguinte: “podiam-se aliar ao rio também umas bicicletas, podiam-se alugar às pessoas podiam fazer os seus passeios” (JC_P2); “uma questão que se poderia começar a explorar era em termos de equipamento desportivo. Há um núcleo bastante grande junto com a praia fluvial que neste momento

estão desligados, mas acho que há um turista que...vem há procura desse tipo” (JC_P5); “tem o rio, tem uma paisagem e tem aquela parte da, da daquela água que vai para o rio [...] Aquele precipício todo, se poderem subir, fazer escalada, acho que poderiam fazer, determinados desportos que ali se adaptassem, sem prejudicar as pessoas que estão a utilizar naquela zona toda” (JC_P6). Relativamente ao potencial do rio, alguns agentes da oferta afirmaram que: “poderia ser tudo melhor aproveitado. O rio está muito mal aproveitado. A praia fluvial, para mim, tinha que levar uma volta enorme” (JC_AO4); “há um grave problema que é o rio não ter condições [em termos de infraestruturas] para ser usado ...neste momento as coisas têm corrido mais ou menos bem, portanto, a água tem condições para se tomar banho, para alguns desportos [...] acho que isso pode ser muito mais explorado, sem dúvida nenhuma...o rio tem muitas condições para fazer coisas” (JC_AO7). Um outro agente da oferta mencionou também a possibilidade de “passeios de cavalo” (JC_AO3).

Dadas as características de **LB**, as sugestões da população foram direcionadas para o parapente, modalidade que é necessário dinamizar, em especial, a atividade da Escola de Parapente, o que poderia atrair mais visitantes e trazer outros benefícios à aldeia: *“o parapente, que foi um início bom. Hoje está um bocado quebrado” (LB_P5); “a questão do parapente também. Tínhamos a escola ali em cima, mas penso que agora está fechada. Mas se estivesse aberta tinha bastante atividade. O ano passado, no fim do ano, tive pessoas a questionar sobre a escola, pessoas que já cá tinham estado e que queriam voltar” (LB_P6); “se calhar se continuassem e a Escola [parapente] reabrisse e as coisas continuassem, porque Linhares também tinha muita vida com os jovens do parapente que vinham aí... Isso já dava para também haver mais pessoas a investir noutras coisas, sem ser só o turismo de pessoas que vêm visitar, ou vêm passear, esses eram aqueles que permaneciam aqui dias e dias e dias, e precisavam de sítios para dormir, e precisavam de sítios para comer, e precisavam de sítios para tomar o pequeno-almoço e para se divertir. E assim se calhar as pessoas iam pensar 2 vezes, e ia haver mais investimento e ia dinamizar mais e desenvolver mais a aldeia. Mas como isso também parou...” (LB_P16).*

Os recursos naturais, paisagísticos e culturais foram, comparativamente à vertente humana/social ou à existência de determinados serviços turísticos, os preferencialmente referidos pelos vários tipos de entrevistados no sentido de constituírem os **elementos distintivos em cada aldeia** do estudo. Na perceção dos visitantes, em **JC**, os recursos naturais (**FIGURA 68**) assumem particular relevância num contexto de valorização estética - *“destas aldeias é a que é mais conseguida, pá, não só pela localização que tem, que fica aqui numa curva, e esta zona de rio [...] o rio é muito bonito [...] [o aspeto florestal] é lindo porque está tudo, de facto, cheio de pinhal e de vegetação” (JC_T1); “o contacto com o rio [...] um ambiente tranquilo...com uma sensação de integração muito boa com a natureza [...] a aldeia está num sítio muito bonito e tem um encanto particular o local onde está” (JC_T2); “fartei-me de tirar fotografias aos campos [agrícolas], só porque estavam todos alinhados e campos pequeninos, do tamanho da mesa, no meio do nada ao pé do rio, que ainda tinham um carreiro e ainda estavam todos amanhados [...] Paisagem: lindíssimo, vimos coisas, assim, mesmo...lindíssimo!” (JC_T5) - no desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer - “é o rio [...] no Verão é uma maravilha, e há muitas aldeias que não têm” (JC_TR1); “praia fluvial” (JC_T9) - e na ligação à identidade cultural local - “é a construção com a pedra rolada nas fachadas, que [...] eu não conhecia, mas...aquilo é um tipo de revestimento da casa que tem identidade e que eu não acho que esteja muito disseminado [...] acho que é uma imagem que a terra devia valorizar. [...] Eu acho que é interessante, identitário, está ligado ao rio, está ligado ao Zêzere. Talvez fizessem essa ligação da construção com a pedra rolada, tem várias cores, mas aquilo é bonito e depois tem a ver com o rio. Isto é um revestimento que se faz com a natureza” (JC_T2); “O aspeto que o xisto dá às casas” (JC_T3); “sem dúvida, as casas em*

pedra rolada e xisto” (JC_T8). Como explica um agente de planeamento e desenvolvimento, em relação ao património identitário: *“a aldeia de xisto Janeiro de Cima é única em termos das técnicas de construção das casas. Os seixos do rio com xisto, é a única na rede que tem esta técnica de construção”* (JCLB_APD2). Um dos visitantes na aldeia reforçou a importância de manter as práticas tradicionais na construção do edificado, mantendo a coerência arquitetónica: *“se forem murozinhos de xisto [...] e de pedra [...] estão sempre impecáveis [...] e decoram [...] usar esses materiais, tentar usar materiais que no fundo sejam mais...que tratem de enfeitar...e que sejam mais ecológicos e que [...] não exijam outra configuração, porque [...] são autóctones [...] estão adaptados ao meio ambiente”* (JC_T1). Os produtos típicos derivados de um outro material natural – o linho – cultura outrora abundante na zona, foram também valorizados, por alguns visitantes de JC, como um elemento distintivo: *“os linhos, especialmente”* (JC_T3). Já as perceções da população, dos agentes da oferta e dos agentes de planeamento e desenvolvimento salientam especialmente o rio e a existência da praia fluvial, como se pode verificar pelos seguintes exemplos: *“de Verão temos a praia fluvial, que é um sítio espetacular, onde as pessoas podem passar ali umas belas tardes. Agora de Inverno só [...] a paisagem (riso)”* (JC_P7); *“Praia fluvial (monumento de paisagem)”* (JC_AO1); *“Há muita gente aqui que, desde sempre, vai para Janeiro de Cima para o rio, no Verão”* (JC_APD1). Numa perspetiva que abrange igualmente a região envolvente a JC, um dos agentes de planeamento e desenvolvimento menciona os *“recursos ambientais (floresta, rios, ribeiras, serras e minas)”* (JC_APD4).



FIGURA 68 – Recursos naturais percebidos pelos vários inquiridos como elementos distintivos de JC

Fonte: elaboração própria

No caso de LB, a componente natural e paisagística apesar de mencionada por alguns dos vários de entrevistados não assume tanta importância como é que atribuída aos elementos do património histórico-cultural, o que facilmente se compreende dada a ancestralidade da povoação. Os recursos naturais de LB (FIGURA 69) percebidos como elementos distintivos pelos visitantes, assumem importância num contexto de ligação à identidade cultural local - *“os granitos”* (LB_T1); *“as construções em pedra, em granito”* (LB_T18); *“la pierre”* (LB_T30) – e no desenvolvimento de atividades desportivas ao ar livre – *“mais característica é ser a Catedral do Parapente, do voo livre. É a Catedral do voo livre...em Portugal”* (LB_T16); *“[parapente] é [se calhar o] mais característico”* (LB_TR3). A população e os agentes da oferta referem especialmente o valor cénico da paisagem – *“temos uma boa paisagem”* (LB_P4); *“uma linda paisagem e boa água, lá em*

cima no alto da serra” (LB_P5); “tem uma paisagem maravilhosa” (LB_AO2) - sendo que alguns destes últimos o fazem em estreita ligação com a modalidade de parapente: “isto é bonito [paisagem], e então donde se lançam lá de cima [próximo do mirante de Linhares] de parapente é um espetáculo” (LB_AO5); “esta paisagem fantástica que permite que Linhares seja identificado como um dos melhores locais para poder fazer voo de lazer” (LB_AO6). Certos agentes de planeamento e desenvolvimento valorizam também o distintivo do parapente, como se pode ver pelos excertos seguintes: “o facto de possuir condições naturais únicas no País para a prática dos desportos ao ar livre sobretudo o Parapente” (LB_APD6); “nome Linhares da Beira é já um nome muito conhecido dos portugueses [...] não só por causa da Aldeia Histórica mas também por causa das atividades do parapente” (LB_APD4); “a história do parapente que foi claramente a atividade que pôs Linhares no mapa” (JCLB_APD2). Numa perspetiva territorial mais abrangente, o espaço natural de excelência que constitui a “Serra da Estrela” (LB_APD1) foi referido por um outro agente de desenvolvimento e planeamento em termos da “singularidade das paisagens, a especificidade dos recursos naturais”, realçando a importância de destacar “os recursos naturais [...] numa matriz de referência para o desenvolvimento da região [...], constituindo-se como um ativo na dinamização económica através de um contínuo processo de inovação e qualificação dos serviços - turismo de natureza (hard e soft)” (LB_APD5).

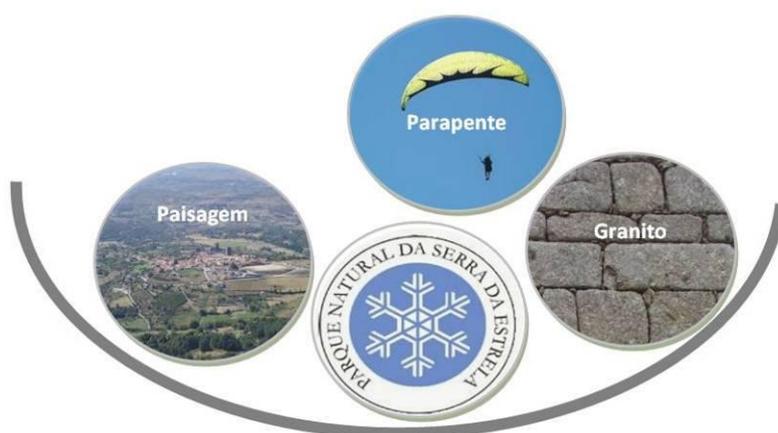


FIGURA 69 – Recursos naturais percebidos pelos vários inquiridos como elementos distintivos de LB
Fonte: elaboração própria

As aldeias, para além dos elementos considerados distintivos, possuem outro tipo de recursos, relacionados com práticas tradicionais, com potencial para serem valorizados em termos de oferta turística, numa vertente natural/ cultural. Assim, em **JC**, alguns entrevistados sugeriram o aproveitamento de elementos como: “o moinho [de água] [...] [e] a fonte velha, que era onde as pessoas iam à água [...] [a] eira [...] onde malhavam o milho, e debulhavam o milho, a outra é o lagar [...] ainda em vara, antigo e tem uma linha de água [...] E a casa do milho por causa do ciclo do milho, porque dantes à beira do rio houve uma altura em que o milho também vem para cá, foi importado, não era nosso” (JC_P6); “antigamente tinha um grande fluxo de barcas, faziam-se os passeios, isso abandonou-se um bocadinho [...] penso que é umas das potencialidades da aldeia” (JC_P2); “[o] conjunto de recursos de água, ribeiras, fontanários [...] [e] as barcas no rio, à antiga, que passavam o gado de um lado para o outro [...] é preciso por as barcas a circular dentro da água, criar um programa qualquer, com um guia...Agora amarradas a um poste, não enriquece em nada a experiência do turista” (JC_AO1); “aproveitar melhor o xisto [a nível da arquitetura] [...] os lagares, os moinhos” (JC_AO5); “o fator para as pessoas quererem o seu pacote era andar de barca. A barca é uma coisa que faz a diferença, para relação

com o rio” (JCLB_APD2). Em **LB**, foram mencionados essencialmente: “moinhos [de água da Corredoura] [...] [que] não estão sinalizados” (LB_TR3); “moinhos [da Corredoura], que é uma coisa importante e não está nada [arranjado]” (LB_AO5).

No que concerne à **avaliação dos atributos naturais** das aldeias feita pelos visitantes em **LB** e **JC** foram salientados aspetos, geralmente positivos (exceto nalgumas referências a incêndios florestais), relacionados com a apreciação estética – “sinceramente...espectacular!” (LB_T6); “é tudo muito verde” (LB_T11); “beleza agreste” (LB_T12); “rio é muito bonito” (JC_T1); “muito bonita e preservada” (JC_T4); “a frescura do rio [...] [e a natureza] acho que é maravilhosa” (JC_T7), as características florísticas e/ ou faunísticas - “em termos de vegetação é muito diversificada [...] noto que tem uma diversidade grande, é muito bonito, uns tons de verde” (LB_T5); “rica” (LB_T13); “é muito bonito, não estava à espera de ver tantos pinheiros, o pinhal tão crescido [...] Estava à espera de ver muito mais...a rocha, a rocha...e depois aquela vegetação arbustiva, com flores porque estamos na Primavera” (JC_T1); “o Zêzere é encantador, é um rio encantador, tem muita passarada, tem muita sombra, tem esse tipo de coisas...tem um habitat muito preservado, não tem muito barulho nem tem uma prática agrícola...não é muito tipo monocultura, que é uma coisa muito menos interessante do ponto de vista da estratégia rural. Nós aqui, junto ao rio, temos uma atividade agrícola que é diversificada, que torna o sítio bonito [...] nas margens do rio nós temos um tipo de arvoredado muito mais harmonioso e bonito, nas zonas mais próximas do rio é muito bonito” (JC_T2); “vi cegonhas-negras, que nunca tinha visto. A parte da natureza está muito rica, ainda se consegue andar pelo campo e ver-se realmente a riqueza da natureza” (JC_T5), o estado de conservação – “sim, está conservada. Olha-se, lá em cima, aqui as redondezas e vê-se que sim, está tudo mais ou menos” (LB_T7); “está muito bem. Foi pena [...] [ontem] houve um incêndio [...] bastante grande e foi aqui próximo” (LB_T9); “bonita, bem preservada” (LB_T10); “parque natural, penso que podia estar mais aproveitado” (LB_TR1); “uma grande presença de pinhal e de mata...mas é pinhal que se percebe que é relativamente recente [...] qualquer dia arde tudo outra vez. Não se tem muito a sensação de que haja aceiros ou que haja uma gestão florestal. Os eucaliptos percebe-se que estão cuidados porque o eucalipto corta-se...o pinhal não se percebe muito bem...está tudo a nascer e aquilo está tudo muito denso [...] mas daqui a uns tempos isto arde tudo outra vez...se não houver uma boa gestão florestal” (JC_T1), e a relação de equilíbrio entre Homem e Natureza – “uma boa relação com a natureza, está aqui no meio da serra” (LB_T8); “pura, bela, harmoniosa e bem enquadrada com a mão humana” (JC_T8).

No caso específico da **paisagem**, associada fortemente ao contexto natural mas também rural, esta é avaliada geralmente de forma positiva, como podemos verificar através de algumas opiniões expressas pelos visitantes em **LB** – “a paisagem é linda. Esta gente tem uma paisagem muito bonita [...] de lá de cima é uma paisagem muito bonita” (LB_T2); “paisagem bucólica” (LB_T5); “é linda, linda, é linda” (LB_T7); “uma paisagem serrana mas verde” (LB_T8); “bela” (LB_T13); “a beleza da paisagem” (LB_T15); “I like the views” (LB_T25); “repousante” (LB_T12) – e em **JC** – “uma coisa amorosa que aqui há é...as hortinhas, toda a pequena agricultura [...], que está tudo arranjadinho, e as vinhas, e as couves, e os milhos que estão semeando, e a ovelha que está por ali [...] [mas também o envolvente florestal] agora é lindo porque está tudo, de facto, cheio de pinhal e de vegetação” (JC_T1); “temos beleza paisagística no território” (JC_T2); “calma” (JC_T3); “muito bonita” (JC_T4); “vimos coisas, assim, mesmo...lindíssimo!” (JC_T5); “paisagem é muito bonita” (JC_T7); “o que me marcou mais positivamente foi [...] a paisagem natural” (JC_T8). Mas também houve algumas críticas negativas, relativas ao tipo de monocultura florestal praticado no nosso país: “eu tenho pena do tipo de floresta que nós

desenvolvemos em Portugal, baseada no pinheiro e no eucalipto” (JC_T2); “há algumas zonas que têm a ver com os eucaliptos, quando eles cortam tudo, fica um bocado descampado [...] e como no eucalipto não nasce mato [...] Fica o solo todo à vista, parece uma chaga, uma ferida” (JC_T1).

Na **avaliação da qualidade ambiental**, a maioria dos visitantes entrevistados nas aldeias tem a percepção que esta, no geral, é *“excelente” (LB_T1); “muito boa” (LB_T6, T7, T11; JC_T8, T3, T2); “ótima” (LB_T3); ou “boa” (LB_T4, T5, T13, TR1).* Como exemplificado por alguns inquiridos: *“não há poluição [nem] ruído” (LB_T8); “há pouco ruído” (LB_T11); “[há] ar puro” (LB_T12); “está limpo, está cuidado” (LB_T20 – visitante estrangeiro); “ruído não [há]...e acho que as pessoas são bastante cuidadosas, não se vê lixo” (JC_T1); “sem poluição nem ruído” (JC_T3, T4), “poluição atmosférica penso que não haverá [...] não há indústria” (JC_T7).* Todavia, em **JC**, alguns visitantes salientaram alguns aspetos ambientais negativos tais como: *“a periferia é um estaleiro onde fica os lixos, os restos [das obras de construção civil]” (JC_T1); “na proximidade dos sítios onde as pessoas vivem talvez um aspeto negativo...[a] estação de tratamento de águas [...] acho que não está a funcionar. Isso para um turista que é exigente dá uma imagem negativa” (JC_T2); “não sei se é afetada é pelas minas da Panasqueira, que penso que ficam aqui a norte, mas também não sei se continuam a funcionar ou se estão desativadas, mas Cambas, que é uma localidade a sul, era afetada pela poluição do rio, pela lavagem do minério. Agora não sei se isso ainda se verifica ou não e se elas estão a trabalhar ou não” (JC_T7).* Dois visitantes na aldeia, praticantes de pedestrianismo, denunciaram, também, a presença *“[junto aos percursos de] alguns sítios com despejos de entulhos e não sei quê...” (JC_T6),* ou seja, *“pequenos atentados ambientais que vi aí no meio dos campos, a zona do rio está mais ou menos, agora ao longo dos percursos tinha muitos depósitos de lixo (óleos e coisas assim pesadas), mesmo à beira do percurso 4. Mas as pessoas é que têm de ter consciência. Foi o único ponto mais negativo que vi, foram essas descargas de lixo ilegais” (JC_T5),* o que deixou uma impressão negativa na visita à aldeia, apesar da manutenção da maioria dos percursos na envolvente de **JC** ser da responsabilidade do município da Pampilhosa da Serra – por exemplo, o Percurso 4 referido diz respeito ao ‘Caminhos do Xisto de Janeiro de Baixo’, aldeia vizinha de **JC** que pertence a esse município. Esta situação foi igualmente por nós comprovada numa das saídas des campo efetuadas à aldeia e seus arredores – ver **FIGURA 70**. Um alerta de um agente da oferta reforça a ideia da necessidade de melhoria da qualidade ambiental da zona envolvente a **JC** - *“a nível de passeios na floresta podiam estar mais limpos” (JC_AO3).*



FIGURA 70 – Entulho deixado na beira da estrada, perto de Janeiro de Baixo, junto ao percurso n.º 4
Fonte: autoria própria

No que concerne à percepção da população e agentes da oferta sobre os **impactes ambientais** nas aldeias derivados da atividade turística, em **LB** um residente foi perentório ao afirmar que “[o turismo] degrada muito [...] por exemplo, o lixo no chão” (LB_P1). Contudo, outros três residentes desta aldeia, no que diz respeito a esse tipo de comportamento, afirmam que: “há sempre algumas crianças que deitam o lixo para o chão [...] mas os turistas não, não têm [feito isso]” (LB_P3); “vão respeitando. Há um ou outro que mete (riso) [lixo no chão]” (LB_P4); “a maior parte [dos visitantes] [...] tem esse cuidado de guardar no bolso e deitar no caixote do lixo” (LB_P15). Mas em **LB**, um agente da oferta refere ter testemunhado um comportamento incorreto por parte de um visitante, seu conhecido: “[num passeio de bicicleta pela serra] um colega meu, tira a prata [onde levava a maçã embrulhada] e deita-a fora e pensa que depois isso passa lá o homem do lixo a recolher a prata e ali não passa a camioneta do lixo como é óbvio, não é?” (LB_AO6). Apesar disso, este inquirido é da opinião que, de momento, os recursos naturais “estão bem conservados [...] porque efetivamente a marca humana faz-se sentir ainda muito pouco, portanto não há um desgaste, vamos lá ver, grande porque as pessoas são poucas [...] há pouco uso”, apesar de ter a consciência de que também “não é preciso muita gente para estragar”. Relativamente à conservação dos recursos naturais da serra, este inquirido salienta o papel importante ao nível da educação ambiental que o Parque Natural Serra da Estrela pode vir a desempenhar “[o PNSE] é uma entidade que tem responsabilidades aqui mas que a sua ação não tem sido uma ação pró-ativa no sentido de alterar hábitos, até porque eu penso que este tipo de alteração de hábitos faz-se sobretudo pela educação, não se faz por punição” (LB_AO6).

Já em **JC**, as percepções dos residentes são mais positivas dado o empenho da Junta de Freguesia em “espalhar caixotes [de lixo pela aldeia] [...] [o que] incentiva que as pessoas ao invés de colocarem no chão, a dez metros está um caixote e colocasse. Eu penso que as pessoas respeitam muito isso” (JC_P2), atenuando assim alguns impactes ambientais do turismo na aldeia. No caso da zona junto ao rio, alvo de grande interesse turístico, um outro residente também salienta o papel fulcral do Presidente da Junta de Freguesia, na manutenção da qualidade ambiental do espaço: “lá em baixo no rio, o Sr. Álvaro tem sempre aquilo num brinquinho, isso é a menina dos olhos dele” (JC_P8). Um residente menciona que os visitantes “já têm esse cuidado [de não deitar lixo para o chão]” (JC_P7), enquanto um outro refere que “há pessoas que se preocupam bastante com isso, outras pessoas não. Por exemplo, ali em baixo na praia fluvial há pessoas que não se preocupam” (JC_P3). Mas outro inquirido salienta que: “sim [os visitantes vêm com a preocupação de separar o lixo], e procuram [perguntam] sempre: ‘vocês fazem separação ou pode juntar tudo?’ [...] eles próprios já estão habituados a fazer isso” (JC_P2). Curiosa é a percepção positiva de um outro residente que, relativamente aos impactes ambientais, afirma que: “[os recursos estão cá e] não é problema nenhum, não se gasta, não se rompe, como costume dizer. Os olhos não comem a paisagem” (JC_P6).

Ao analisarmos a **satisfação global** dos visitantes entrevistados verificamos que estes revelaram estar satisfeitos com a visita que fizeram às aldeias, como se pode confirmar pelos seguintes excertos: “gostei, porque cumpriu dois objetivos principais: satisfazer a curiosidade e proporcionar um fim-de-semana revigorante” (LB_T12); “sim, pelo contacto com o ambiente” (LB_T13); “yes, very much” (LB_T29); “sim, porque foi instrutiva e diferente” (JC_T3); “sim, porque correspondeu às expectativas” (JC_T4); “gostei bastante” (JC_T9). Alguns dos inquiridos chegaram a referir o interesse em visitar as aldeias e que iam aconselhar estes destinos, num ‘passa-palavra positivo’: “gostei imenso e é para voltar e para aconselhar” (LB_T14); “on a trouvé des conditions de pratique du vol qui sont vraiment

très très bien ici; on reviendra une autre fois (LB_T30 – praticante de parapente); *“adorei, prometo voltar”* (JC_T7); *“e, eventualmente, regressar”* (JC_T8).

A satisfação dos visitantes em **LB** pode também ser observada nas mensagens escritas no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo (no castelo). A **FIGURA 71** revela alguns exemplos, especialmente selecionados por revelarem a satisfação com as características do meio natural e paisagístico.

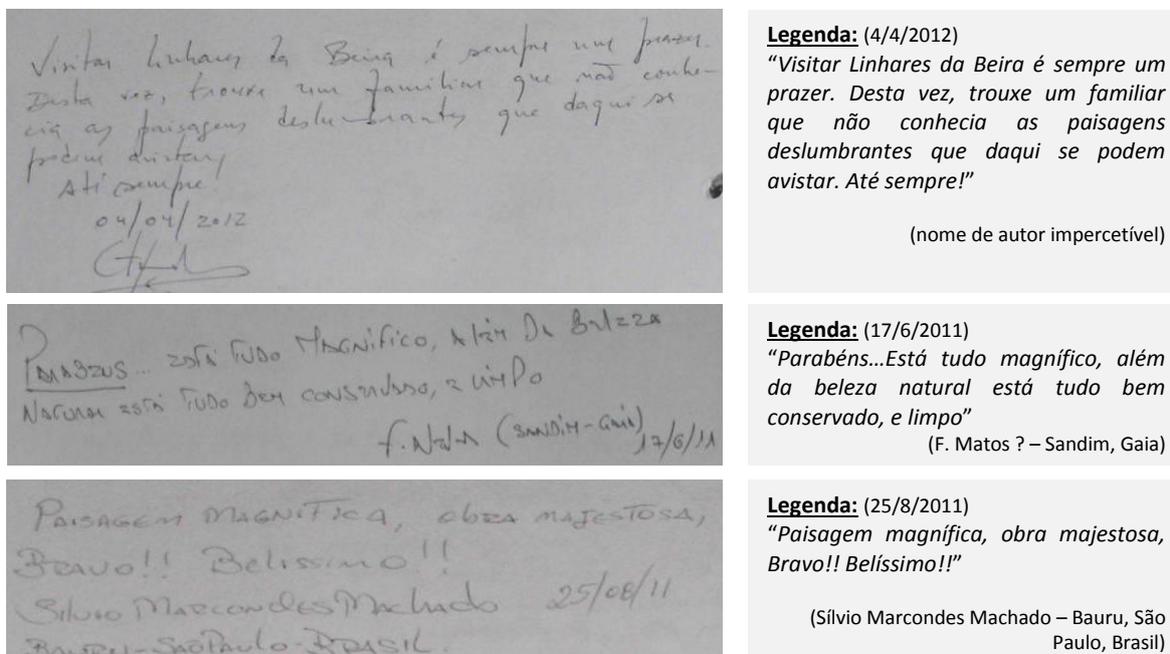


FIGURA 71 – Mensagens de satisfação deixadas no ‘livro de visitas’ do Posto de Turismo de LB
Fonte: autoria própria

No subcapítulo seguinte iremos abordar as atitudes e perceções dos entrevistados relativamente à presença de parques eólicos e de que forma influencia a experiência turística em espaço rural.

7.6 ATITUDES E PERCEÇÕES SOBRE OS PARQUES EÓLICOS DO DESTINO

Dos 37 visitantes entrevistados em **LB** e dos 10 em **JC** relativamente à experiência turística em espaço rural, só 35 em **LB**⁶⁷ mas todos em **JC**, foram igualmente inquiridos em relação às perceções sobre a energia eólica, parques eólicos e comportamento ambiental. No que concerne à população, em **JC** todos os 11 entrevistados responderam às questões colocadas no âmbito das temáticas referidas, mas em **LB**⁶⁸ só 15, dos 16 residentes entrevistados, também o fizeram. Aos agentes da oferta e aos agentes de desenvolvimento entrevistados não foram colocadas questões relativas às temáticas aqui tratadas neste subcapítulo, contudo, no caso de um agente de oferta (LB_AO4) e de quatro agentes de planeamento e desenvolvimento (JCLB_APD7, JC_APD3, LB_APD3 e LB_APD5) houve a oportunidade de colocar algumas questões abertas relativamente às perceções sobre a presença de parques eólicos nas regiões onde atuam.

⁶⁷ Dois visitantes estrangeiros não quiseram responder pois estavam com pressa e não podiam dispendir mais tempo com a entrevista.

⁶⁸ Um dos residentes não respondeu às questões sobre a energia eólica, parques eólicos e comportamento ambiental pelos mesmos motivos referidos pelos dois visitantes, mencionados na nota de rodapé anterior.

Quando questionados acerca da opinião que tinham sobre a **energia eólica**, a maioria dos visitantes inquiridos, tanto em **LB** (30 casos) como em **JC** (10 casos), referiu perceber a energia eólica de uma forma favorável, dois deles até como algo *“muito positivo, excelente”* (LB_T3) e *“extremamente positivo”* (JC_T1). De um modo geral, nas duas aldeias, verificou-se que os visitantes entrevistados associam a energia eólica a um tipo de energia *“limpa”* (LB_T6; LB_T8; LB_T17; LB_T19; LB_T33; JC_T5; JC_T6), *“renovável”* (LB_T13; LB_T15; LB_T16; LB_T19; JC_T3), *“alternativa”* (LB_T5; LB_TR1; LB_T12; LB_T25; LB_T33), *“não poluente”* (LB_T18; LB_T22), *“ecológica”* (LB_T24; LB_T28), *“simpática”* (LB_T22), *“verde”* (LB_T10), *“sustentável”* (LB_T19), que é uma *“mais-valia”* (LB_T18), a *“good thing”* (LB_T27; LB_T28; LB_T32), que *“não prejudica o ambiente”* (LB_T15) ou que até é *“amiga do ambiente”* (JC_T9). Referem ainda que a aposta na energia eólica está *“subaproveitada”* em Portugal (LB_T4; LB_TR1), que é o *“futuro”* (LB_T19; LB_TR1), que *“é melhor do que outro tipo de energia”* (LB_T10), que evita o consumo e custos com o *“petróleo”* (LB_T4; LB_T15; LB_T17) e a dependência energética do exterior (LB_T1; LB_T3). Este tipo de opiniões favoráveis também foi expresso, de um modo geral, pelos residentes de **LB** e **JC** – **FIGURA 72**. É de salientar que um agente de planeamento e desenvolvimento de **JC** confirmou que *“outros projetos de desenvolvimento na região, como é o caso da energia eólica, têm sido bem recebidos pelas populações. Há uma boa imagem das energias renováveis, apesar dos impactos visuais e sonoros”* (JC_APD3).

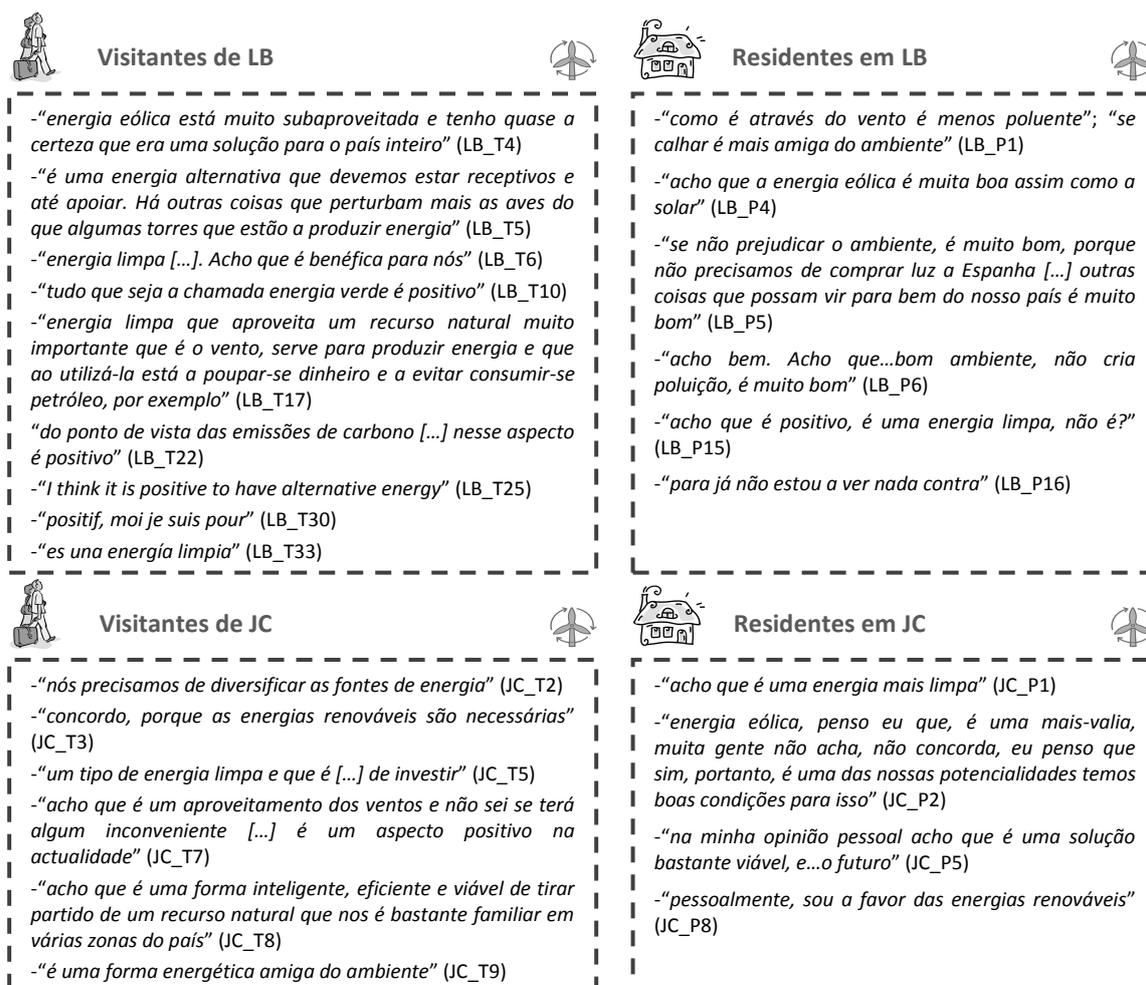


FIGURA 72 – Exemplos de opiniões favoráveis expressas por visitantes e residentes, nas aldeias de LB e JC

Fonte: elaboração própria

Já em termos de opiniões desfavoráveis sobre este tipo de energia, manifestadas pelos visitantes entrevistados nas duas aldeias (5 casos em **LB** e 1 caso em **JC**), verificou-se que três dos inquiridos em **LB** e 1 em **JC** salientaram a existência de impactes paisagísticos negativos, derivados da implantação de aerogeradores – *“mas altera a paisagem”* (LB_T8); *“estraga um bocado a paisagem”* (LB_T10); *“[fatores] extremamente inconvenientes na paisagem. Isso é um aspecto negativo que eu acho que a energia eólica traz e devia ser mais acautelado”* (LB_T22); *“é feio, na paisagem”* (JC_T1) - apesar de terem igualmente mencionado aspectos favoráveis. Um quarto entrevistado em **LB** sublinhou que o *“custo-benefício não compensa [...] [pois a energia eólica] dá [...] 1 ou 2%...o que é isso para Portugal? Se se importa 70% [da energia que se consome]”* (LB_T16), enquanto, para um quinto inquirido, esta energia é *“un mal necessário [...] si te paras a pensar en todas las alternativas a energía sucia, todas tienen un contra”* (LB_T20). Somente um residente, em **LB**, expressou uma opinião desfavorável para com a energia eólica – *“eu acho que não [é boa]. Não traz bem nenhum, por causa do ambiente”* (LB_P14). Este apoio maioritário à energia eólica parece corroborar os resultados obtidos em diversas sondagens de opinião (Devine-Wright, 2005), inclusive em estudos realizados em território nacional (European Commission, 2007), revelando que a energia eólica, no geral, é percebida como um tipo de energia renovável, limpa e não poluente para o ambiente.

Foi interessante verificar que alguns dos entrevistados associaram a aposta na energia eólica com as políticas energéticas defendidas pelo anterior Primeiro-Ministro do país (entre 2005-2011), José Sócrates, sugerindo que esta temática, fortemente explorada na altura pelos meios de comunicação social, parece ainda estar presente na memória de alguns portugueses. Dos três visitantes que mencionaram o ex-Primeiro Ministro, um salientou que *“apesar de [...] não concordar com o Primeiro-Ministro em muitas coisas [...] acho que aí ele teve uma visão”* (LB_T9), outro afirmou que *“é uma boa política mas demasiada empolgada por ele, que as vantagens se calhar não são tantas como ele quer fazer entrar pelos olhos das pessoas [...] E...é uma grande bandeira do [...] engenheiro Sócrates”* (LB_LB_T15) e um terceiro referiu-se à aposta na energia eólica e restantes renováveis, *“que se fala muito agora”,* como *“a paranoia do nosso Primeiro-Ministro”* (LB_T16).

Quando questionados sobre os **projetos de parques eólicos** especificamente, as opiniões dos visitantes e dos residentes entrevistados nas duas aldeias permitiram identificar perspetivas positivas, de meio-termo ou negativas – **APÊNDICE 8**. Tendo em conta a diversidade de fatores que podem afetar a opinião pessoal dos entrevistados sobre os projetos de parques eólicos – *impacte visual dos aerogeradores na paisagem, poluição sonora, outros impactes ambientais (por exemplo, na fauna e flora, na utilização do solo), a proximidade/ distância ao local de implantação, percepção sobre a necessidade deste tipo de energia, percepção sobre interferências eletromagnéticas, conhecimento pessoal e informação sobre o assunto* (Devlin, 2002), os custos e os benefícios económicos, os impactes na atividade turística (Warren & Birnie, 2009), entre outros - verificou-se que os inquiridos (visitantes e residentes) ao longo da entrevista revelaram, frequentemente, perspetivas e sentimentos mistos. Tal sugere uma temática ainda controversa, que necessita de ser melhor estudada e compreendida, de acordo com os diferentes pontos de vista dos vários agentes que atuam no local de implantação destes projetos energéticos – residentes, visitantes, agentes da oferta, entidades governativas e agentes de planeamento e desenvolvimento – segundo uma visão de desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, das localizadas em frágeis áreas rurais, bem como da sociedade no geral.

Para além dos exemplos referidos na **APÊNDICE 8**, foi interessante verificar que, em **LB**, alguns dos visitantes entrevistados associaram estas infraestruturas aos antigos e tradicionais “moinhos de vento” - “*então primeiro não havia os moinhos e isso tudo?*” (LB_TR2); “*simpatizo com os moinhos de vento*” (LB_T12); “*no difference to the old fashion of windmills*” (LB_T26). No conjunto das duas aldeias, outros visitantes visionaram os parques eólicos, não como um símbolo do passado, mas como objetos que simbolizavam a modernidade ou o “*desenvolvimento*” (LB_T5; LB_T16; LB_T17; LB_T18; LB_TR2; JC_T7) de uma região, ou uma “*new technology*” (LB_T26). No caso específico de alguns entrevistados da população em **JC**, verificou-se a associação dos aerogeradores quer a símbolos do passado (numa perspetiva positiva), caso das “*caravelas*” (JC_P7; JC_P11), quer a símbolos de urbanidade/ modernidade (numa perspetiva negativa), caso das “*árvores de ferro*”/ ou elementos de um qualquer “*aeroporto*” (JC_P1). Esta diferença de perceções revela o elevado grau de subjetividade implícito na **avaliação do impacte visual** destes equipamentos, aspecto que autores de outros estudos, como Devine-Wright (2005), salientam ser necessário estudar mais profundamente, no sentido de avaliar que tipo de dimensões físicas e simbólicas se encontram associadas a estas infraestruturas, bem como compreender a forma como as mesmas “*moldam*” essas perceções. Considerando as várias referências, mencionadas pela maioria dos visitantes e residentes entrevistados, relativamente ao impacte visual (no sentido positivo ou negativo) destas infraestruturas nos valores da paisagem, parece-nos importante a aposta - que tem vindo a ser feita por alguns autores - no desenvolvimento de instrumentos e metodologias de avaliação que possibilitem uma análise mais aprofundada, pois este constitui o fator mais determinante na compreensão das atitudes da opinião pública sobre estes projetos, na opinião de Wolsink (2007).

Para além de referências aos impactes visuais, ao analisarmos melhor as perceções dos residentes nas duas aldeias, comparativamente aos visitantes entrevistados, verificamos a frequente alusão a outros aspetos tais como os **benefícios económicos** (para as freguesias e para os proprietários individuais) resultantes do arrendamento dos terrenos para a implantação dos parques eólicos, os **impactes sonoros** (perceção do nível de ruído emitidos pelos aerogeradores em funcionamento) e a **abertura de novos acessos**, facilitando a deslocação dos bombeiros no combate a incêndios. O possível impacte económico parece ter uma forte influência na obtenção de uma perceção positiva sobre os parques eólicos por parte dos residentes, aspeto que também se reflecte nas opiniões de alguns agentes de planeamento e desenvolvimento das duas aldeias: “*acho que são muito bem pagos, os espaços [...]. A apreciação que eu tenho é que quem tem o espaço facilmente cede porque em termos financeiros compensa, é atractivo, é mais atractivo do que cultivar a terra*” (LB_APD3); “*outros projectos de desenvolvimento na região, como é o caso da energia eólica, têm sido bem vistos pelas populações. Há uma boa imagem das energias renováveis, apesar dos impactos visuais e sonoros. Este tipo de desenvolvimento traz novos rendimentos para a região e as próprias empresas que implementam estes projectos têm preocupações ambientais [...] este tipo de projectos pode ser compatibilizado (e até complementar) com as actividades turísticas*” (JC_APD3). No mesmo sentido, uma outra opinião manifestada por um agente da oferta em **LB** refere que: “*sou de uma aldeia que fica perto e na altura em que eles andavam a construir [o parque eólico] acho que nunca foi visto como algo negativo, era assim: ‘que bom, estão a fazer aquilo aqui, estão a aproveitar’ [...] [A população revelou interesse, até] em visitar, fica curiosa e há aquele comentário: ‘isso é algo bom, se procuraram esta região para isso é positivo, trouxe de certeza mais emprego...’. As pessoas associam assim. Portanto,*

algo que se constrói e não considera que destoe muito na paisagem, até acham engraçado. [...] E os mais pequeninos acham um piadão: ‘olha, estão ali’ [os aerogeradores]” (LB_AO4).

Contudo, é de salientar que, na perceção de alguns residentes entrevistados em **JC**, as comunidades localizadas na região envolvente à implantação de parques eólicos, não receberam informação suficiente ou não foram consultadas sobre a construção destas infraestruturas no território, como se pode verificar pelos seguintes exemplos: *“geralmente, não...não [os residentes não foram ouvidos sobre este tipo de construção]” (JC_P1); “acho que também faltou isso [chegar a informação às pessoas]” (JC_P2).* Todavia, a participação da comunidade local no processo de planeamento é um aspeto essencial no nível de aceitação social da implantação de parques eólicos (Devlin, 2002), pelo que as entidades promotoras destes projetos, e entidades governativas locais, deverão fazer um maior esforço no sentido de promover a inserção e participação das comunidades nas tomadas de decisão. Na opinião de um agente de planeamento e desenvolvimento de **LB**, os promotores dos parques eólicos naquele território até tentavam falar com as associações locais e população local, *“mas o problema é que [este tipo de encontro] não é muito participado” (LB_APD3).*

Analisando melhor as perceções sobre **impactes no ambiente/ natureza (APÊNDICE 8)**, no conjunto dos visitantes e residentes entrevistados nas duas aldeias, verificou-se que as opiniões variaram desde a não perceção de impactes à menção de impactes positivos - relacionados, por exemplo, com a influência positiva na qualidade do ar, a poupança dos recursos fósseis ou a transmissão de uma mensagem *“ecológica”* - mas igualmente de impactes negativos, dado os parques eólicos serem *“uma coisa artificial” (LB_T1)*, cuja *“grandiosidade das torres” (LB_T17)* *“não fica bem [...] na natureza” (LB_P1)*, e para *“quem não está habituado faz bastante barulho” (JC_P3).* Pode ainda afetar as aves (LB_T5; LB_T7; LB_T33; JC_T1; JC_T6) ou outra fauna – *“it’s not good for animals, because it is noisy and it makes them to go away” (LB_T32)*, bem como a vegetação - *“tiveram que deitar [abaixo]...destruir um bocado” (JC_P7)*, ou então o conjunto da *“fauna e flora” (JC_T9; JC_P9).* No que concerne aos possíveis impactes ambientais negativos derivados da implantação e do funcionamento dos parques eólicos e infraestruturas associadas (caso das linhas elétricas), um agente de planeamento e desenvolvimento de **LB** salientou que, além dos impactes no *“valor paisagístico”* do Parque Natural da Serra da Estrela, no ambiente local podem ocorrer impactes ao nível da *“avifauna...morcegos, portanto quirópteros e [...] alguma flora e vegetação local” (LB_APD5).*

Na **FIGURA 73**, podemos observar as respostas dos visitantes, nas duas aldeias, relativamente a questões relacionadas com os parques eólicos e com a experiência turística no destino. A maioria dos visitantes entrevistados (28 casos em **LB**; 8 casos em **JC**) referiu ter **conhecimento da existência de parques eólicos na envolvente** das aldeias que estavam a visitar, tendo em conta afirmações como *“nesta zona há muitos parques” (JC_T9) / “avista [-se] perfeitamente aqui da aldeia” (LB_T17).* Outros inquiridos mencionaram a presença destas infraestruturas noutras zonas do território nacional, por viverem nas suas proximidades – *“na minha zona também existe muito isto, os parques eólicos” (LB_T11) / “moro em Leiria e ali na Serra de Aires e Candeeiros há vários parques” (JC_T5)*, ou por delas se terem apercebido durante as viagens que realizaram – *“temos visto [...] muitas ventoinhas pelo caminho” (LB_T6) / “apercebi-me, ao longo da viagem que existem vários” (JC_T8)*, inclusive visitantes estrangeiros – *“we saw a lot here in Portugal, during the road also”*

(LB_T32) ou “*have seen them when we were driving*” (LB_T25). Alguns desses visitantes estrangeiros fizeram associações ou comparações com a realidade do seu país de origem – “*en Portugal no he visto tanto [...] pero en España [...] nos es raro que no subas en una montaña y encuentres un parque eólico*” (LB_T20); “*hay una zona que es el sur-este de España, se llama Albacete. Hay aí más de cuatrocientos juntos, es terrible*” (LB_T33); “*in France it is getting more and more popular*” (LB_T32); “*we have them in England as well*” (LB_T31). Com a expansão destes projetos no território nacional - facto confirmado por alguns agentes de planeamento e desenvolvimento: “*na zona de Linhares há muito. E têm aparecido muitas [neste território], nos últimos tempos*” (LB_APD3); “*se forem pela A25 vão ver a crescer mais [parques eólicos] [...] [Há vários] à voltinha nesses montes que vão até à Lousã e depois do outro lado até à Malcata, para a Guarda*” (JCLB_APD7) – alguns dos visitantes entrevistados deixaram um alerta em como “*não devia haver muito mais*” (LB_T1), “*não [...] é agora encher o país ou a paisagem de parques eólicos*” (LB_T10) ou “*if there are not too many [...] just a few is okay*” (LB_T31), pois corre-se o risco de “*if starts to get more and more [...] it would be ugly*” (LB_T27), sugerindo uma possível influência, de carácter negativo, na experiência turística do destino.

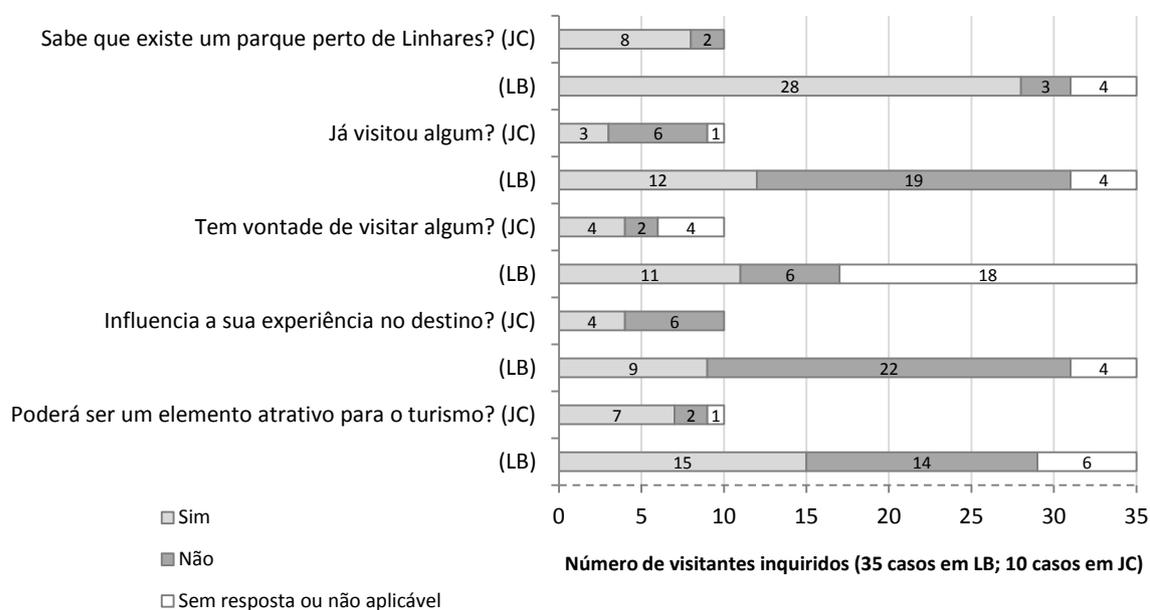


FIGURA 73 – Opiniões dos visitantes de Linhares da Beira (LB) e Janeiro de Cima (JC) sobre os parques eólicos e a experiência turística

Fonte: elaboração própria

Desta forma, no contexto dos possíveis **impactes na experiência turística do visitante (FIGURA 73)**, resultante da presença de parques eólicos no destino, verificámos a existência de opiniões sugestivas de *influência* – negativa ou positiva - ou, então, de *não influência*. Assim, no âmbito das duas aldeias, temos opiniões reveladoras de uma *possível influência negativa na experiência turística*, geralmente relacionadas com os impactes visuais na paisagem, tais como: “[*na*] *paisagem natural choca-me um bocado ver as torres eólicas [...] as torres são sempre um elemento dissonante, digamos, no imaginário que se forma e que leva à criação do motivo para a visita*” (LB_T22); “*no me gusta, porque miro al monte y no veo el monte*” (LB_T33); “*pode ter alguma influência pelo impacto visual na paisagem*” (JC_T4); “*a influência que tem é [a nível] estético porque tem um impacto enorme na*

paisagem porque é algo que se vê a kms! [...] Como está neste momento, não me choca ainda, vê-se algumas mas ainda são poucas [...] Mas eu já vi zonas em que se torna bastante complicado, não aqui, em que o impacto é muito grande e torna uma zona que era muito bonita, e com uma paisagem espectacular, que fica estragada por causa do parque eólico” (JC_T5). Complementando o referido por estes visitantes, temos também uma opinião pessoal de um agente de desenvolvimento e planeamento que mencionou: *”eu reconheço a importância das eólicas, mas acho que em termos de paisagem é um choque muito grande. Uma pessoa olha, acho que fere a paisagem [...] Acho que choca muito ver o cimo da serra assim com aquelas coisas” (LB_APD3).* Em **LB**, um outro visitante, praticante de parapente referiu que, para esta atividade desportiva, a presença de aerogeradores *“é uma chatice grande” (LB_T16)*, apesar de afirmar, *“venho na mesma”*, ou seja, não deixa de vir praticar a modalidade em destinos onde existam essas infraestruturas. Em **JC**, dois entrevistados referiram a existência de *“sentimentos contraditórios” (JC_T1; JC_T2)*, pois *“[um parque eólico] não é bonito mas como a gente sabe que aquilo é importante [...] encaixamos na paisagem...e ficamos tranquilos” (JC_T1).*

Já no caso de uma *possível influência positiva na experiência turística*, verificamos a existência de opiniões, nas duas aldeias, geralmente relacionadas com os impactes visuais na paisagem, com os valores ecológicos e com a prática de atividades desportivas, tais como: *“simpatizo com os ‘moinhos de vento’, porque recortados nas serras lhes acrescentam a beleza do sonho de D. Quixote! [...] [e] influencia, pois é uma demonstração de preocupação com as questões ambientais que valorizo” (LB_T12); “influencia, por acrescentar diferença à paisagem” (LB_T13); “tem efeito positivo de sabermos que é uma energia renovável que não prejudica o ambiente e que é bom para...evitar os outros custos com o petróleo e com as energias fósseis [...] gosto que haja essas coisas” (LB_T15); “incentiva [a utilizar os novos acessos e a ir fazer atividades outdoor] [...] Eu faço BTT, portanto, muitas das vezes, mesmo lá na zona...é subir às eólicas porque sabemos que é o ponto mais alto” (JC_T6).*

Todavia, a maioria das opiniões registadas (**FIGURA 73**), como se pode verificar para **JC** (6 casos) - *“penso que não influencia” (JC_T3); “a mim pessoalmente não me chateia absolutamente nada” (JC_T6); “não muito, acho. Estou mais focada noutras características do destino...Se houvesse oportunidades de visitar um parque, acharia interessante, mas não se trata de um fator que influencie a minha tomada de decisão relativamente a este destino, em particular” (JC_T9); “neste momento, não. Não influenciará, na medida em que não é um elemento estranho, já que é uma presença habitual em várias regiões do país. Penso que não vai perturbar assim tanto a relação com a paisagem natural, uma vez que o seu enquadramento é relativamente harmonioso, ainda que os parques se imponham pelas suas características, mas não me parece que possam gerar desarmonias” (JC_T8); “para mim não é chocante, é mais chocante ver tudo queimado” (JC_TR1) – e para **LB** (22 casos) – *“não [influencia]” (LB_T4); “acho que em termos do enquadramento paisagístico não me afecta, nem me choca, apesar de ser uma estrutura moderna [...] Perturba muito mais uma construção completamente sem enquadramento à época e no local, como há imensos casarios por aí espalhados do que propriamente as torres” (LB_T5); “acho que é indiferente” (LB_T11); “acho que está suficientemente afastada para nós não misturarmos a aldeia com o parque” (LB_T22); “a mí, personalmente, no [...]si el sitio te gusta” (LB_T20); “I don’t think so” (LB_T24); “the fact, that we see them up on top of the mountain, doesn’t bother me” (LB_T26); “no me importa, porque entiendo que tiene que estar, es necesario” (LB_T33); “a non, ça n’a rien à voir” (LB_T30) - parece sugerir que a presença destas infraestruturas no destino *não tem particular influência na experiência turística* dos visitantes, nem na sua vontade em visitar - *“não [não***

desincentiva], antes pelo contrário” (LB_T15), ou até mesmo em regressar, ainda que venham a surgir mais projetos eólicos – “yes, I would [come back]. It doesn’t bother me” (LB_T32).

Assim, no contexto de possíveis **impactes para o sector do turismo**, alguns visitantes entrevistados em **LB**, revelaram perspetivas negativas, tais como: *“há pessoas [...] que querem estar no estado da natureza mesmo pura e que não gostam de ver” (LB_T6); “para o tipo de turismo que se está a fazer nestas aldeias [...] tem um impacto negativo” (LB_T22); “ça peut avoir un impact negative [s’il y a trop]” (LB_T30); “pienso que no hacen bien al turismo” (LB_T33).* Um outro inquirido estrangeiro (LB_T20) referiu, neste âmbito, aspetos como *“[algún turista] extraña y se le molesta”, e “un turista siempre busca la esencia y un parque no es la esencia, es la modernidade puesta en medio de la montaña”,* rematando, porém, que *“otra cosa es que sus beneficios están por encima de lo que piensa el turismo”.* Complementando estas perceções negativas, um agente de planeamento e desenvolvimento de **LB** salientou que: *“a nossa região está muito vocacionada para os defensores ambientais, por causa da paisagem [...] Para além disso, em termos dos ecossistemas as eólicas trazem muitos problemas porque afastam alguns dos animais, por causa do próprio barulho que fazem. [...] [Logo] não sei se é bom em termos turísticos, tenho algumas dúvidas por causa do impacto que criam. [...] Eu acho que em termos turísticos fere a paisagem. Nós podemos ter muitas coisas associadas à parte ambiental e de birdwatching, esse tipo de actividades, que tem um público específico em termos turísticos. As pessoas podem vir para aqui para ver determinado tipo de espécies mas elas são afastadas com as eólicas. Acho que em alguns sítios tem sido mesmo problemático” (LB_AP3).*

Contudo, um outro agente de planeamento e desenvolvimento, que atua no território que abrange as duas aldeias em estudo, referiu, relativamente à presença de parques eólicos, que: *“nunca ouvi nenhum comentário negativo [...] Penso que não [seja um constrangimento para o turismo]. Não ouvi nenhuma crítica [...] Não incomoda o turista [...] e estão a ajudar a economia nacional e os municípios porque os municípios recebem rendas. E as freguesias também, as aldeias também recebem rendimentos [...] Acho [que parques eólicos são] um elemento decorativo da paisagem. Porque é uma paisagem muito inóspita, pobre, estes pequenos maciços à volta da Serra da Estrela” (JCLB_APD7).* Considerando então perspetivas mais positivas, de incremento da visibilidade turística da região, temos opiniões de visitantes, nas duas aldeias, que afirmaram: *“[for tourism] it could be interesting” (LB_T32); “é positivo as pessoas saberem que o país está vocacionado para essas coisas” (LB_T15); “se calhar [ajudaria a] trazer mais pessoas [...] a zona ficar mais conhecida” (LB_T14); “como pretexto de visita ao parque podem passar pela aldeia [...] e fazer com que o número de visitas aumentem na aldeia” (LB_T17); “há pessoas que gostariam de visitar os parques e estando perto poderão visitar a aldeia” (LB_T18); “penso que pode incentivá-los [visitantes] a ir ver [os parques eólicos e percursos pedestres associados]” (LB_TR1); “poderá ser positivo [...] [no sentido de que] cria-se um novo percurso quando se abre uma estrada [o que poderá incentivar os visitantes a explorar esses novos caminhos]” (JC_T6 – um praticante de BTT).*

Mas nas duas aldeias, no geral, os visitantes entrevistados mencionaram não existir nenhum ou um pouco significativo impacto no turismo ou influência sobre o visitante, como exemplificam os comentários – *“it’s not a great deal, I don’t think” (LB_T26), “não tem nenhuma influência” (LB_T5); “para o turismo é capaz de não afectar muito. Acho que não” (LB_T2); “não tem impacto nenhum a não ser, eventualmente, para os ortodoxos ou demasiado ortodoxos que não gostam de ver na serra um poste ao alto” (LB_T4); “não sei se chama turistas. Pode afastar um ou outro mais purista que não goste das*

ventoinhas, mas não é um impacto muito significativo” (LB_T8); “acho que não afeta muito porque [parque eólico] está assim afastado [...] acho que [visitantes] não ligam mesmo” (LB_TR3); “acho que não tem positivo nem tem negativo [para o turismo]” (JC_T6).

Quando questionados igualmente os residentes das duas aldeias sobre qual a opinião relativamente a possíveis impactes destas infraestruturas para o turismo da região, alguns referem que os visitantes *“certamente não gostam muito de ver” (LB_P15)*, sendo as *“críticas geralmente [...] negativas quanto à presença das eólicas” (LB_P1)*, havendo *“pessoas que dizem: ah, fica ali tão mal aquelas eólicas!” (LB_P1)*. Contudo, a maioria dos residentes parece não percecionar quaisquer impactes para atividade turística local, considerando que *“não há muita curiosidade [por parte dos visitantes] a este nível” (JC_P2)* ou que *“a energia eólica para o turismo [...] é indiferente [não afasta nem atrai os visitantes]” (LB_P15)*. No caso de **JC**, o facto de a aldeia estar situada *“um bocadinho longe” (JC_P3)* dos principais parques eólicos presentes na região, leva a que, no geral, não se tenha ainda *“ouvido nenhum comentário” (JC_P7)* negativo, nem *“nenhuma queixa” (JC_P9)* da parte dos visitantes. Em **LB**, alguns residentes não têm sentido o interesse dos visitantes em ir até ao Parque Eólico da Serra do Ralo – *“quando fizeram [o parque] é que houve aquela novidade de lá ir [ver], como é que era...mas [agora] não tenho ouvido...não perguntam muito” (LB_P8)*, ou *“não [costumam perguntar pelo parque] Porque não é só aqui que há disto, não é? [Os visitantes] podem vir de outras regiões onde também há” (LB_P12)* – mas, por outro lado, também não sentem que os visitantes deixam de vir até à aldeia devido à presença próxima do parque eólico – *“eu nunca ouvi ninguém [dizer]” (LB_P16)*, nem dão conta de qualquer crítica – *“não...não se queixam” (LB_P4)*. Já numa perspetiva mais positiva, certos residentes de **JC** salientaram que, nos visitantes da região, *“se calhar também desperta alguma curiosidade, já houve pessoas a perguntar como poderiam lá chegar...aqui a muitas aqui na zona” (JC_P4)*, que *“se calhar até é bom {para o turismo} porque eles [...] têm interesse em lá ir ver” (JC_P7)*, e que *“há pessoas que vão de propósito do Fundão [...] para verem [os parques eólicos locais]...têm curiosidade em ver” (JC_P3)*. Em **LB**, alguns residentes mencionaram que, ao Parque Eólico da Serra do Ralo, *“vão lá muitos [visitantes ver]” (LB_P10)*, e que *“de vez em quando” (LB_P5)* perguntam como se pode lá chegar. Um outro inquirido mencionou ainda a utilização do parque como recurso didático por algumas escolas da região: *“os meninos da escola primária de Oliveirinha já lá [foram] [...] os meninos da escola primária vão lá ver os parques” (LB_P16)*.

Observando novamente a **FIGURA 73**, relativamente à possibilidade de um parque eólico poder ser considerado um **elemento atrativo** para o turismo (**FIGURA 73**), 15 visitantes inquiridos em **LB** e 7 em **JC**, concordaram que sim, em especial, caso essas infraestruturas estejam sinalizadas ou tenham associado um centro de educação ambiental ou algum tipo de oferta de atividades - por exemplo, percursos pedestres ou de BTT - podendo vir a constituir um novo *“ponto de interesse” (LB_T8)* turístico, como se pode verificar pelos seguintes exemplos:

– “[for tourism?] It could be interesting” (LB_T32);

– “se forem bem...digamos posicionados, bem estudados, até podem ser considerados um elemento atrativo, porque há aí algumas encostas e montanha que não têm interesse de maior e os parques eólicos até podem dar alguma piada e até podem ser um motivo, por exemplo, para as pessoas se deslocarem ao local e visitarem” (LB_T4);

– “se calhar. Se viermos a fazer turismo ecológico [...] [visando conhecer] as formas de energia...acho que sim, pode ser atractivo, porque aqui na zona há muitas” (LB_T6);

- “teoricamente considero poder ser apelativo para visitantes com interesses nas áreas das tecnologias e da preservação ambiental” (LB_T12);
- “se for bem sinalizado e com painéis de informação que expliquem o que é o parque, pode ser mais uma coisa a visitar quando aqui vimos” (LB_T13);
- “sim, se calhar [com a existência de um centro de educação ambiental], com essa ajuda sim” (LB_T7);
- “o meu cunhado [...] um grande apreciador e [...] era uma das coisas que o podia trazer cá” (LB_T14);
- “sim, sim, é uma coisa que eu gosto de ver. Esse tipo de coisas também gosto de ver” (LB_T15);
- “acho que sim. As pessoas que apreciam a energia eólica pode [atrair]” (JC_T7);
- “há pessoas que se interessam por essas questões e para quem estas tecnologias despertam curiosidade e atraem” (JC_T3);
- “penso que se houver um planeamento cuidado, poderão minimizar-se impactos ambientais e maximizar-se os turísticos. Na minha opinião, estes parques poderão ser bons centros de interpretação e de acolhimento de desportos de aventura” (JC_T9).

Os parques eólicos podem igualmente constituir um recurso didático, algo “para as escolas irem visitar” (JC_T1), no âmbito de “visitas de estudo” (JC_T7), apesar de um estudo de Marinho (2009) sugerir que estas infraestruturas ainda são pouco exploradas pelas escolas (pelos menos, nas do concelho de Fafe). Nesse sentido, vai também a opinião de um residente de **JC**, em como um parque eólico poderia servir como instrumento “para explicar às pessoas a vantagem da energia, ou pelo menos informá-las como as coisas funcionam [...] [pois] também é uma questão de cultura, a pessoa saber como as coisas funcionam, vê ali uma torre e diz: ‘o que é isto, como é que é?’ Explicar bem...o porquê das coisas e as vantagens e desvantagens, esclarecer as pessoas para depois elas também poderem ter uma opinião, não é? [...] A informação acho que é útil. E se está próximo das pessoas, mais elas têm obrigação de saber” (JC_P6). Outros residentes em **LB** mencionaram que: “para os turistas pode ser engraçado ir ver. As pessoas que nunca viram podem gostar” (LB_P13) ou “acho que sim [pode ser atrativo para os visitantes] [...] [pois] tudo o que há aqui em Linhares deve ter interesse” (LB_P14). Já um agente de planeamento e desenvolvimento de **LB** é da opinião que: “no início havia [...] essa curiosidade [...], quando começaram a aparecer os primeiros parques em Portugal é que havia esse fator de atratividade, dos parques eólicos. Como era novidade, as pessoas utilizavam esses trilhos e...e iam ver os aerogeradores, e iam utilizar porque acabam por estar localizados em situações de cumeada...portanto, eram corredores de vistas. E como eram corredores de vistas também tinham uma, uma visualização sobre a paisagem envolvente muito, muito interessante. E tinham boa acessibilidade. Portanto, aliavam corredor de vista...uma visualização de longa distância sobre a paisagem envolvente, e isso era, era atrativo. E depois era uma novidade. Neste momento é capaz de ter diminuído um pouco, portanto, esse fator de novidade, já deve ter...Acaba por ser sempre uma possibilidade de acesso, aquele ponto com boa infraestrutura viária. Isso não deixa de ser...uma possibilidade” (LB_APD5).

Com a perceção contrária, ou seja, de que um parque eólico é um **elemento não atrativo para o turismo**, temos 14 visitantes entrevistados em **LB** e 2 em **JC**, que mencionaram razões como, estas infraestruturas poderem ser pouco interessantes para a maioria das pessoas - “se calhar muita gente até nem tem interesse” (LB_T1); “para os turistas não atrai” (LB_T10); “ninguém iria atrás de uma usina eólica” (LB_T19); “it’s so much out there the people come for to enjoy [...] No, it’s not a big issue” (LB_T26); “as pessoas não ligam muito, acho que as pessoas procuram mais visitar os monumentos” (LB_T11); “[não poderá ser um elemento atrativo] porque acho que a procura, neste tipo de aldeias, procura estar em contacto quer com a paisagem mais edificada, quer [o] mais natural

possível, [o] mais autêntica possível” (LB_T22); “um parque eólico não é assim um local muito a visitar, só se for por curiosidade [...] na minha perspectiva não irá atrair, por si só” (JC_T5); “só para uma questão [...] de marketing, e de [...] uma jogada mais politicamente correta, [pois] não tem absolutamente interesse nenhum” (JC_T6) - ou pelo facto de que com “a informação que as pessoas têm, já sabem o que é” (LB_T1), e porque “isso [os parques eólicos] é em todo lado já” (JC_TR1). Um residente em LB reforçou que: “não é [um elemento atrativo] [...] se fosse atrativa temos centenas de parques aí no país, não é? (risos)...e temos [por aí] parques muito maiores [...] não só este aqui” (LB_P4).

Com base na **FIGURA 73**, verificamos que dos visitantes entrevistados, 12 em LB e 3 em JC já tiveram a curiosidade de **visitar um parque eólico** - “*sim, já estive junto de 2 ou 3 torres*”(LB_T22); “*já fomos ver um [...] para os lados de Castelo de Paiva*” (LB_T7); “*[visitei] uma ventoinha, uma vez*” (LB_T8); “*Já estive lá mesmo ao pé deles [...] Para ver. Aquilo é uns monstros, aquilo é muito grande, aquilo é forte*” (LB_TR2); “*not here [...] in England*” (LB_T31); “*sí, en la Cañiza, en España [...] por curiosidad*” (LB_T33); “*já visitei [...] tinha curiosidade em conhecer*” (JC_T5); “*já visitei [...] Eu faço BTT, portanto, muitas das vezes [...] é subir às eólicas [...] E quando vínhamos da Lousã [em direção a Janeiro de Cima] passámos no Parque Eólico da Lousã, no cimo da serra [...] [onde] havia uns outdoors com uma série de [...] de informações, mesmo da natureza*” (JC_T6); “*já [visitei] [para] perceber como funciona [...] como é a produção de energia, com pessoas que sabem explicar*” (JC_T2). Pelo contrário, 19 inquiridos em LB e 6 em JC referiram que ainda nunca o fizeram, por razões como, “*nunca tive oportunidade*” (LB_T9); “*não é uma das minhas prioridades*” (LB_T4); “*não sei se também há essa oportunidade [se será permitido visitar estas infraestruturas] se não*” (LB_T15); “*ainda não visitei nenhum por falta de tempo*” (JC_T4). Um visitante em LB fez a comparação com a situação no seu país, dizendo que “*visitar, no lo sé se aqui se hace, pero en España no se visitan. Pasas por allí, pero no hay visitas*” (LB_T20).

Do grupo de visitantes que referiram nunca ter visitado um parque eólico, somente 6 inquiridos em LB e 2 em JC, afirmaram não estarem interessados em visitar uma destas infraestruturas porque, por exemplo, “*os aerogeradores são barulhentos e não quero perder a imagem romântica que tenho deles*” (LB_T12); “*não faz parte das minhas prioridades conhecer*” (LB_T13); “*it wouldn't be interesting*” (LB_T27); “*não tenho interesse especial em conhecer, a não ser de longe*” (JC_T3); “*deve fazer muito barulho [...] deixe-a lá estar em cima do cabeça*” (JC_T1), contrariamente a 11 inquiridos em LB e 4 em JC que disseram ter interesse em o vir a fazer, como exemplificam os seguintes comentários: “*sim, bastante*” (LB_T9); “*I would like to see it once*” (LB_T25); “*tenho curiosidade em conhecer como funciona e ainda para mais o meu marido trabalha numa empresa que está ligada à construção destes parques*” (LB_T17); “*se calhar era uma...possibilidade, não está excluído*” (LB_T14); “*não é uma das prioridades de visita, mas até gostava. Um dia destes*” (LB_T18); “*já tive curiosidade mas não tive essa oportunidade*” (LB_T15); “*why not, yes*” (LB_T32); “*quando vou à minha aldeia passo numa estrada onde no cimo, pertíssimo, há várias torres eólicas e já tive várias vezes curiosidade de ir lá*” (JC_P7); “*para perceber como funciona todo o sistema subjacente...acho até muito interessante*” (JC_T8). Um dos visitantes em LB até referiu que iria visitar uma destas infraestruturas ainda durante as suas férias – “*Beja, vou lá a um parque eólico [...] vamos para uma concentração de autocaravanas, com outros colegas, e uma das visitas é precisamente ao parque eólico naquela zona*” (LB_T3).

Já no caso dos residentes das aldeias, a maioria também revelaram ter curiosidade por estas infraestruturas e interesse em visitá-las, quer em LB (no caso do Parque Eólico da Serra do Ralo) - “*já lá fomos a pé. Juntámo-nos aí meia dúzia delas e fomos lá ver (risos)*” (LB_P3); “*fui por curiosidade,*

mais nada” (LB_P4); “já lá fui, já lá passei” (LB_P5); “já lá estive debaixo das antenas [...] (risos) Para ver como é que aquilo era. A gente vi-as daqui [de Linhares]. Daqui parece uma coisa mas lá é outra” (LB_P11); “já visitei, por curiosidade e fomos lá comer um lanchinho” (LB_P14) – quer em JC - “já, já...mais os meus filhos [...] eles gostam de ir lá ao pé ver...parece um avião” (JC_P1); “sim, é esquisito quando chegamos lá perto uma sensação de monstruosidade é enorme!” (JC_P4); “eu só passei na Gardunha [...] por curiosidade, porque queria ver como funcionava” (JC_P6); “[o filho] já me levou ao parque eólico...na Lousã” (JC_P7); “aqui há tempos disse assim, ‘Epah, nunca tive ao pé de uma coisa daquelas ao pé’, e por acaso um dia agarrei, eu, o meu marido e as meninas, fomos para elas também verem ao pé... [...] qualquer pessoa gosta de ver ali ao pé, como é, como não é. Logo aqui este parque aqui, quando a gente vai ali para Fajão, tantas, tantas, tantas...eu acho que as pessoas também...eu, por acaso, gostei de ir com elas e visitar” (JC_P8); “já fizemos percursos na Guarda, num parque eólico, nós fizemos percursos pedestres, animação desportiva e então...por acaso aconteceu passarmos num parque eólico” (JC_P9); “tenho uma certa curiosidade [em visitar], confesso deve ser gigantesco” (JC_P2); “por acaso gostava [de visitar]” (JC_P3); “tenho [curiosidade] Deve ser engraçado ver o parque mesmo de perto. A gente ao ver ao longe não faz ideia do tamanho das eólicas” (JC_P11). Nesta última aldeia, um residente explica que: “a novidade da instalação de um (parque eólico)...gera curiosidade, se calhar pessoas [...] foram ver... [...] quando estavam a ser feitas, principalmente a mais próxima [...] se calhar pegaram no carro e foram lá” (JC_P5). Contudo, também se verificou que alguns residentes, em especial em LB, referiram não ter interesse em vir a visitar parques eólicos, nem mesmo os que estão próximos da aldeia onde residem: “não me dispus ainda a ir lá, sinceramente, não tenho muita curiosidade...Já vi mas foi ao longe, passei ao lado na estrada” (LB_P1); “não, por acaso [nunca visitou o parque perto de Linhares] [...] não é [uma prioridade]” (LB_P7).

Com este estudo exploratório, podemos afirmar que, de um modo geral, os resultados obtidos relativamente às perceções sobre a energia eólica, os parques eólicos, os impactes na experiência turística do visitante, os impactes e a possível atratividade destes elementos para o sector do turismo parecem corroborar outros obtidos em estudos empíricos como, por exemplo, Warren e McFadyen (2010) e Frantál e Kunc (2011), e em várias sondagens de opinião como, por exemplo, MORI Scotland (2002) e Aitchison (2004). Assim, estes resultados parecem sugerir que as opiniões, no conjunto de visitantes, residentes e de outros agentes, vão no sentido de uma perceção positiva da energia eólica, de uma perceção positiva ou neutra para com os parques eólicos, de uma perceção inexistente ou baixo impacte na experiência turística do visitante e no sector do turismo, e de uma perceção misto de concordância/ discordância no que concerne à possibilidade destas infraestruturas poderem ser consideradas um elemento atrativo para o turismo.

Contudo, a diversidade de opiniões expressas pelos vários inquiridos, descritas ao longo deste subcapítulo, sugere a necessidade de mais estudos e novas abordagens que permitam aprofundar melhor estas temáticas, no sentido de compreender como conciliar a presença de parques eólicos em espaço rural com as atividades turísticas nestes destinos, minimizando possíveis impactes dos primeiros sobre os segundos, e procurando dinamizar novas vertentes no contexto de um produto turístico rural integrado, que valorize de forma sustentável os recursos naturais enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. E dado que a degradação de recursos naturais no destino poderá depender do tipo de comportamento manifestado pelos visitantes (Budeanu, 2007) iremos, em seguida, explorar essa temática.

7.7 COMPORTAMENTO AMBIENTAL NO DESTINO

Com o objetivo de explorar a possível relação entre o tipo de comportamento ambiental manifestado pelos visitantes, os possíveis impactos para o ambiente das aldeias visitadas e as percepções para com a energia eólica e a presença de parques eólicos no destino, foram colocadas algumas questões aos visitantes relativamente ao tipo de comportamento que, na sua opinião, deveria ser incentivado de uma forma geral, que comportamentos que colocava em prática no dia-a-dia e se mantinha os mesmos no período de férias e porquê. Na **TABELA 15** podemos observar alguns exemplos das respostas dadas pelos visitantes, nas aldeias em estudo. Como complemento, também se recolheram algumas respostas dos residentes, de forma a explorar um pouco o tipo de preocupações e o comportamento ambiental manifestado pela população.

Analisando então a **TABELA 15**, verificamos que relativamente à questão n.º 1 – *“Na sua opinião geral, que tipos de comportamentos ‘amigos do ambiente’ deveriam ser mais incentivados?”*, diversas foram as opiniões dos entrevistados, permitindo, contudo, definir algumas ideias-chave ou categorias comuns. Em **LB**, a maioria dos visitantes mencionou aspetos que se podem inserir em categorias como a “separação de resíduos/ reciclagem” e a “poupança/ melhor gestão da água”, enquanto, em **JC**, a maioria referiu aspetos que se encaixam, igualmente, na categoria relativa à reciclagem, mas também na categoria “promover a limpeza/ não poluição” (do solo, da água, etc.). Tendo em conta que, no contexto do comportamento ambiental, certos estudos empíricos como os de Barr (2004), têm sugerido uma relação entre as “intenções declaradas”, em termos de atitudes ambientais, e as “ações comportamentais”, em termos de comportamentos ambientalmente responsáveis efetivamente colocados em prática, procurámos explorar, com a questão n.º 2 – *“Quais os que coloca em prática no seu dia-a-dia”*, a existência de coerência entre os aspetos mencionados pelos entrevistados na questão n.º 1 e os comportamentos que colocavam em prática no seu dia-a-dia. Verificámos, por exemplo, para a “separação de resíduos/ reciclagem”, que dois visitantes entrevistados em **LB** (T3; T16) e um em **JC** (T2), que tinham mencionado estes itens como um tipo de comportamento ‘amigo do ambiente’ que deveria ser mais incentivado, não referiram ser este um dos comportamentos que colocavam em prática no seu dia-a-dia. Num outro exemplo, como na “poupança/ melhor gestão da água”, dos entrevistados de **LB** que a referiram na primeira questão, três não a mencionaram na segunda questão (T7; T20; T22). Curioso foi o caso do entrevistado (LB_T22) que na questão n.º 1 salientou o facto de *“o consumo de água, acho que é cada vez mais importante [...] [o] aspecto da utilização, da gestão da água, quer a nível doméstico quer a nível público”*, ter reconhecido na questão n.º 2 que *“não me comporto muito bem no que tem a ver com o consumo de água, gasto muita água no banho...mas acho que não vou mudar”*, resultado um *“value-action gap”*, no qual a expressão de uma atitude “pró-verde” não indica que na prática se atue em conformidade (Van der Horst, 2007). Já, por exemplo, para o caso da “poupança de eletricidade”, verificou-se que os inquiridos que o mencionaram, nas duas aldeias, também afirmaram ser esse um comportamento que colocavam efetivamente em prática.

Relacionando com a temática da energia eólica, Ek (2005) refere ser mais provável que indivíduos interessados em questões ambientais revelem atitudes mais positivas para com esta energia, mas Van der Horst (2007) salienta que as mesmas podem antes expressar atitudes “politicamente corretas”/ “socialmente aceitáveis”, sendo necessário mais estudos neste contexto.

TABELA 15 – Respostas dos visitantes entrevistados, em LB e JC, relativamente ao comportamento ambiental (o que deve ser incentivado, o que é praticado no dia-a-dia e o que é praticado em férias)

	LINHARES DA BEIRA (LB)	JANEIRO DE CIMA (JC)
<p>QUESTÃO: “Na sua opinião geral, que tipos de comportamentos ‘amigos do ambiente’ deveriam ser mais incentivados”</p>	<p>IDEIAS-CHAVE: -Separação dos resíduos/ Reciclagem: T1; T2; T3; T4; T8; T9; T12; T15; T16; T17; T18; T20; T22; T25; T32; TR1 -Promover a limpeza/ Não poluição: T22; T30 -Tratamento dos lixos industriais: T4 -Investimento/ Utilização de transportes públicos: T1; T5; T6; T12; T15; T16 -Bicicleta/ Investimento em ciclovias: T5 -Poupança/ Melhor gestão da água: T2; T3; T5; T7; T12; T14; T15; T16; T17; T20; T22; T29; TR1 -Poupança de eletricidade: T5; T15; T16; TR1 -Poupança de energia (geral)/ Menor consumo: T8; T17; T20 -Investimento nas renováveis/ Formas de produção de energia mais limpas: T4; T8 -Investimento/ Promoção de produtos “amigos do ambiente”: T12; T18 -Utilização/ Promoção de produtos locais: T27 -Conservação da natureza (fauna e flora): T4; T17; T33 -Um pouco de tudo: T9</p> <p>OUTROS: T4: “a preocupação com a organização arquitetónica...[...] uma nova educação estética para as habitações”; “o repensar da casa e das suas funcionalidades no sentido do reaproveitamento de resíduos, do aproveitamento das energias que a natureza nos dá é uma questão”; “o eucalipto em Portugal para mim é uma praga [...] Dá cabo dos solos. O eucalipto para mim desaparecia em detrimento de árvores naturais” T6: “fazer do Turismo uma coisa limpa também. Nós não prejudicamos os sítios onde passamos. Tentamos não interferir com nada, não trazer lixo. Evitar os carros, podemos deixar mais longe e caminhar, que também é uma maneira” T19: “tudo o que envolva o consumo consciente...Consciente e responsável de recursos que vão...que são esgotáveis um dia” T33: “en Portugal creo que es muy importante perder la cultura del fuego [...] Mucha gente para que el monte este limpio prenden fuego y creo que eso no debería ser”</p>	<p>IDEIAS-CHAVE: -Separação dos resíduos/ Reciclagem: T2; T7; T8; T9 -Promover a limpeza/ Não poluição: T1; T7; T8; T9 -Poupança/ Melhor gestão da água: T1; T8 -Poupança de eletricidade: T8 -Poupança de energia (geral)/ Menor consumo: T8 -Utilização/ Promoção de produtos locais (T5) -Investimento nas renováveis/ Formas de produção de energia mais limpas: T8 -Um pouco de tudo: T1; T3; T4</p> <p>OUTROS: T2: “devem ser promovidas práticas agrícolas amigas do ambiente, nomeadamente ao nível da pequena agricultura” T9: “numa primeira fase, creio que a separação de resíduos e o incentivo à não poluição (não deitar lixo para o chão, não deitar resíduos no rio ou praia fluvial, etc.), serão os mais urgentes. Manter a aldeia limpa poderá tornar-se motivo de orgulho e assim desencadear outro tipo de ações amigas do ambiente”</p>
<p>QUESTÃO: “Quais os que coloca em prática no seu dia-a-dia”</p>	<p>T1: “basicamente só a reciclagem”; “Eu tenho que andar de carro porque [...] se for a pé para o trabalho tenho que andar uns 10km a pé e...tinha que sair uma hora antes de casa. Tenho mesmo que andar de carro, mas se tivesse numa zona que tivesse comboios ou autocarros que passasse, usava” T2: “reciclamos tudo [...] divido tudo e vai tudo para o ecoponto”; “com os meus netos na poupança da água porque eles às vezes vão à casa de banho lavar as mãos e a torneira fica a verter”</p>	<p>T2: “as preocupações que eu tenho [...] são, principalmente, a utilização de energias eléctricas, encontrar soluções para poupar mais e o consumo da água, para fins domésticos”; “em relação ao carro eu sou uma pessoa que tenho a preocupação de conduzir a velocidade moderada” T3: “tento comprar produtos amigos do ambiente, faço separação de resíduos e tento poupar água e luz” T4: “procuro comprar produtos amigos do ambiente e fazer separação de</p>

<p>T3: “redução de água, sem dúvida. Não é uma questão de gasto, é uma questão mesmo de natureza e de incutir regras e civismo”</p> <p>T4: “a separação...a reciclagem em casa, sou uma das criaturas que mais fecha luzes, fecha portas, ando sempre atento aos consumos da água, etc.”</p> <p>T5: “separação dos lixos, tento consumir menos água, o que não é fácil com crianças em casa. Tentar gastar menos energia eléctrica”</p> <p>T6: “a reciclagem, a poupança de energia, também poupamos muito a luz, desligamos sempre às luzes em cada divisão, a água, arranjam os cântaros, para enquanto a água está a aquecer [...] é uma forma de economizar também o valor da fatura no fim do mês, mas também em termos ambientais”</p> <p>T7: “sim, sim [separação de resíduos e poupança de luz]”</p> <p>T8: “um bocadinho a poupança [de energia], mas poderia fazer mais, e a reciclagem”</p> <p>T9: “fazemos a separação do lixo [...] e compramos muito produto reciclado, muito”</p> <p>T10: “[lâmpadas] substituí-las pelas mais económicas [...] e ter os cuidados necessários”</p> <p>T11: “todos os dias [separar o lixo]”</p> <p>T12: “compra de produtos amigos do ambiente, sempre que possível, poupança de água e separação de resíduos”</p> <p>T13: “tento comprar produtos amigos do ambiente, poupar água, luz, reciclagem”</p> <p>T14: “no dia-a-dia, em termos de recursos, também tento poupar energia com lâmpadas de menor consumo...a água também...na louça [...] tento ter esses cuidados”</p> <p>T15: “não sou um exemplo muito...mas pronto tento a reciclagem, a poupança de água, sempre que possível. A poupança de electricidade é possível, sem extremos [...] é mais essas coisas”; “[não pôr o lixo no chão] é um cuidado que tenho sempre”</p> <p>T16: “a poupança da luz [...] poupança da água”</p> <p>T17: “a preocupação no dia-a-dia, em casa, é separar lixos [...] e gerir bem o consumo de electricidade e da água. Outras das preocupações que tenho é o aproveitamento da energia solar para o aquecimento de águas domésticas, evitando assim o consumo de gasóleo [...] e em termos de resultados posso dizer que poupo muita energia e dinheiro em combustível”</p> <p>T18: “tenho preocupação em reciclar, evito o uso de sacos de plástico...evito sempre utilizá-los, apago todas as luzes que não são necessárias, também tenho sempre preocupação em poupar água, tanto na cozinha como no banho”</p> <p>T19: “a gente tem aquecimento solar em casa, a gente tem preocupação com água, a gente [...] recicla tudo”</p> <p>T20: “la reciclaje, las botellas de vidrio”</p> <p>T22: “nós separamos os resíduos em casa [...] Isso é sagrado, para toda a família, esse tipo de comportamento. [...] [Mas] não me comporto muito bem no que tem a ver com o consumo de água, gasto muita água no banho [...] Tento não...tudo o que seja resíduos não os lançar [no chão] [...] Comecei a conduzir mais devagar para gastar menos combustível e também com a preocupação económica, obviamente, mas também a questão...de não poluir, de não produzir tantos gases. E estou a pensar trocar o carro por um mais económico, mais amigo do ambiente”</p> <p>T24: “we are very clean in France [...] [but in the] paragliding activity [...] we need a car, two cars, to go up and down. It is not a good ecological activity in this way. We have to drive</p>	<p>resíduos”</p> <p>T5: “a minha área é Ambiente, por isso para mim poupar água e energia, a separação de resíduos, é o que eu faço diariamente”</p> <p>T6: “tenho muito cuidado [...] ao nível do, do consumo de energia. Em primeira instância por causa do financeiro, não é? [...] e depois é, de facto, uma questão de poupar o ambiente, lógico”; “[e de poupança de luz, de água e separação de lixo] sim, perfeitamente [...] habitualmente tenho esse cuidado e sou fanático divisor [separador de resíduos]”</p> <p>T7: “não consigo pôr plásticos no lixo normal nem papéis, nada disso...faço a reciclagem sistematicamente. Também é importante a poupança de energia. Por exemplo, de dia [...] só acendo as lâmpadas quando preciso [pela poupança de energia mas também porque prefere a luz do dia]”; “a água também [...] se deve poupar bastante”</p> <p>T8: “procuro aplicar todos, na medida em que faço a separação de lixos, procuro fazer uma gestão sensata do gasto de água, evito acender luzes desnecessariamente, tenho em casa um sistema de aquecimento de água através de painéis fotovoltaicos e tento adotar uma conduta amiga do ambiente no meu dia-a-dia. Nem sempre é possível, claro...gostaria de usar menos o carro, por exemplo, mas a minha profissão condiciona em termos de horários e não só”</p> <p>T9: “separação de resíduos e poupança de água”</p> <p>TR1: “reciclar os lixos [...] faço sempre...desde que se começou a falar nisso, que as miúdas andavam na escola e começavam as Professoras a incentivar”; “sim [cuidados na poupança de água, energia] isso até convém, que a gente já pagamos tanto”</p>
--	---

	<p>the car to come here, to go high and down”</p> <p>T25: “waste separation”</p> <p>T26: “I’d like to use public transport between Porto Airport and where we live. It’s cheaper [than] the alternatives [...] We have a car”; “I am happy to separate waste, I trying to keep it clean as long as it not end up in the same bin (trashcan) at the end of the day...I am very cynical”</p> <p>T27: “we do, yes [separate the waste] [...] in London [...] We got filed otherwise”</p> <p>T28: “we do this, recycling”</p> <p>T29: “at home I shower more than here [and spend more water]. [I do] The separating of waste”</p> <p>T30: “tries not to put garbage on the ground”</p> <p>T31: “we always turn the lights off, if we don’t use them, it is the same with water. We try to minimize the amount”</p> <p>T32: “we are recycling at home”</p> <p>T33: “ [preocupa-se com] los resíduos, sí [...] [e] Preocuparse con el agua”</p> <p>TR1: “tento poupar água e tenho alguma preocupação com [...] o consumo de energia eléctrica e sempre que posso [...] faço separação [de resíduos], agora faço mais, tenho um ecoponto pertinho”</p> <p>TR2: [não me preocupo em poupar água] A água temos muita, Graças a Deus. Mais um bocado a luz. A luz é que tem que ser”; “não [me preocupo com a separação do lixo ou em utilizar os ecopontos]”</p> <p>TR3: “tentar evitar [o desperdício] durante o dia...a luz e a água...sempre que se pode poupar [...] [são coisas que me preocupam] pelo menos nesta altura [Verão] [...] Que a água é escassa [...] [e] também [em termos económicos]”</p>	
<p>QUESTÃO: “E em tempo de férias mantêm os mesmos? Porquê?”</p>	<p>SIM MANTENHO: T1; T2; T4; T7; T10; T11; T12; T13; T14; T16; T17; T18; T19; T20; T22; T24; T25; T27; T28; T29; T30; T31; T33; TR2; TR3</p> <p>Exemplos:</p> <p>T1: “sim, já é um hábito adquirido [a reciclagem]”</p> <p>T4: “mantenho, sobretudo a preocupação de não atirar lixo para as ruas, mas isso também é um hábito pessoal. Às vezes lá escapa uma ponta de cigarro, mas tenho um papel na mão, tenho qualquer coisa vou usar o lixo”</p> <p>T7: “exactamente...aliás até temos o lixo metido no carro pois estamos à espera de arranjar um sítio para pôr separado, senão quando chegarmos ao INATEL (Vila Ruiva)”</p> <p>T10: “sim, o que faço em casa faço em todo lado...não altero o comportamento por estar fora de casa”</p> <p>T12: “mantenho, porque são fruto de convicções e não de moda”</p> <p>T13: “procuro ter uma atitude coerente com aquilo em que acredito, por isso, sempre que há essa possibilidade, mantenho os comportamentos”</p> <p>T14: “mesmo nestas unidades hoteleiras, faço a mesma coisa que faço em minha casa. As toalhas...se for preciso não é preciso lavar todos os dias as toalhas como...a gente aqui suja e...tenho esse cuidado também em não sujar assim”</p> <p>T16: “sim, sim...sou poupado por natureza”</p> <p>T17: “sim, sempre [...] Porque é um princípio que sigo e que já faz parte do meu dia-a-dia.”</p>	<p>SIM MANTENHO: T2; T3; T4; T5; T6; T7; T8</p> <p>Exemplos:</p> <p>T2: “devemos ter o mesmo respeito. Não é pelo facto de não estarmos na nossa casa que vamos gastar mais. A noção de poupança também deve estar noutros sítios”</p> <p>T3: “sim, sempre que as condições o permitem”</p> <p>T5: “sim, porque acho importante”</p> <p>T6: “[mas preocupo-me em não deixar a luz desnecessariamente ligada no alojamento] até porque torna-se um hábito. Cada vez que se desliga um interruptor não se pensa ‘Deixa-me poupar’. É um hábito ligar e desligar as luzes, sim”</p> <p>T7: “relativamente à água e à electricidade mantenho, sim”</p> <p>T8: “porque penso que adopção de uma conduta amiga do ambiente faz parte do meu estilo de vida e não é sazonal, está sempre presente”</p> <p>TENTO MANTER: T9</p> <p>Exemplos:</p> <p>T9: “se houver condições nos destinos e estabelecimentos hoteleiros,</p>

<p>Quer seja em férias, quer seja em tempo de trabalho mantenho sempre os mesmos hábitos e preocupações. Reconheço que já é um hábito adquirido e tenho sempre a preocupação em influenciar a minha família a terem estes comportamentos”</p> <p>T18: “sim, porque é natural, não é uma atitude forçada”</p> <p>T20: “si, sí. Aquí he visto que tenéis la reciclaje. E sobretudo no tirar cosas por el aire, contenedores, realmente...no costa nada”</p> <p>T24: “we are very clean in France and [...] we are [clean] here too”</p> <p>T27: “we do, yes [separate the waste] in Portugal”</p> <p>T28: “we do this, recycling. We do this here too”</p> <p>T29: “at the camping side it is very good. No waste of water [...] at home I shower more than here. The separating of waste is the same like in Holland. You have to do”</p> <p>T30: “tries not to put garbage on the ground - this is something he tries to do in all the places wherever he goes”</p> <p>T31: “We always turn the lights off, if we don’t use them, it is the same with water. We try to minimize the amount. We try the same here, yes. We use towels again; we don’t put garbage everywhere, no. I have my pockets full of paper”</p> <p>TR3: “sim, a gente leva disto um hábito diário e então se calhar já faz parte mesmo da nossa rotina...Por exemplo, a gente toma banho e desliga a água para se ensaboar, não é? Se calhar isso já é um hábito que a gente leva ao dia-a-dia, quando vai para fora é a mesma coisa que faz”</p> <p>TENTO MANTER: T6; T8; T9; T15; T23; T32; TR1</p> <p>Exemplos:</p> <p>T6: “ah, de férias é um bocadinho difícil. Porque se o hotel não faz reciclagem...também o que nós fazemos de lixo nas férias é completamente diferente do quotidiano. Mas procuro sempre não deitar lixo para o chão e preservar ao máximo o que está a minha volta”</p> <p>T8: “às vezes é mais difícil a separação [reciclagem] em espaços mais pequenos em que não existem [ecopontos]”</p> <p>T15: “se calhar descuro mais um bocadinho mas pronto, é uma coisa que está sempre no meu pensamento. Quando estou a utilizar alguma coisa que possa poluir ou que esteja a gastar recursos naturais é uma coisa que sempre no meu pensamento, que é...não exagerar, tipo evitar os gastos desnecessários [...] [mesmo nos alojamentos tento] não gastar tanta água e tudo isso [...] [e] tenho sempre [o cuidado] de pelo menos não sujar [os sítios por onde passo, nem deitar o lixo para o chão]”</p> <p>T23: “not every day, we try - but not every day. We try to keep it clean when we leave, to separate dust from plastic from glass”</p> <p>T32: “we are recycling at home and it is easy to do. We try [here] to, but not as much as we usually do. Sometimes when you have a lot of garbage, you can not keep it with you when you are moving around. We try to separate glass, easy stuff to separate”</p> <p>TR1: “tenho [o mesmo comportamento], embora aqui seja difícil...[pois] é só lá em baixo que há [numa das entradas da aldeia], é complicado ir lá”</p>	<p>certamente que manterei os meus hábitos [de separação de resíduos e poupança de água]”</p> <p>NÃO MANTENHO: (T6; T7); TR1</p> <p>Exemplos:</p> <p>T6: “eu vou-lhe ser honesto, nós não fizemos divisão de lixo. Também quer dizer, só estragámos uma garrafa e um pacote, porque também não vimos [ecopontos], não é? [...] se houvesse [ecopontos no alojamento] tinha-o feito. Se bem...é uma altura em que as pessoas...hmm, isto é quase egoísta, isto não é nada correto [...] Não é politicamente correto de se dizer...mas é um bocado descanso, não é? ‘É pá, não me vou estar a preocupar com isso’. Se houvesse aqui três caixotes, eu tinha trazido as coisas e tinha separado...a Neuza [companheira] ainda disse: ‘Ai vamos levar isto no carro e deitamos [num ecoponto]’. Mas também não vi ecopontos, portanto...não sei até onde é que tinha que levar aquilo. E então não tive esse cuidado, mas habitualmente tenho esse cuidado”</p> <p>T7: “bem, os mesmos hábitos lá na minha aldeia [quando lá vou de férias] não mantenho, porque lá não há ecopontos para se fazer reciclagem”</p> <p>TR1: “reciclar os lixos...cá [na aldeia] não [...] porque temos só um contentor e é aqui...e está sempre cheio”</p>
---	--

Fonte: elaboração própria

No contexto do desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, foi colocada a questão n.º 3 - “E em tempo de férias mantêm os mesmos? Porquê?”, visando perceber se havia uma coerência entre os comportamentos que os visitantes entrevistados referiam ter no dia-a-dia e os que revelavam ter durante o seu período de férias, fora do seu local de residência habitual. A grande maioria dos visitantes (25 casos em **LB**; 7 casos em **JC**) afirmou que mantinha, em tempo de férias, os mesmos comportamentos que colocava em prática no dia-a-dia, explicando, nalguns casos, que que esses eram já um “hábito adquirido”, uma questão de “princípio”, de “convicções” ou de “respeito”. Outros entrevistados, quer em **LB** quer em **JC**, referiram tentar manter os mesmos comportamentos durante o período de férias, apesar de os poderem descurar “um bocadinho”, mesmo estando sempre no “pensamento” pois, por vezes, as “condições nos destinos e estabelecimentos hoteleiros” não são as mais convidativas, por exemplo, a incentivar à separação do lixo, dada a inexistência de ecopontos. É, no âmbito da reciclagem, e na aldeia de **JC**, que se registam os casos em que os entrevistados confessaram não manter o mesmo tipo de comportamento que usualmente praticam no dia-a-dia, dada a inexistência ou a localização de ecopontos nos destinos que visitam e/ ou alojamentos que utilizam em férias. Todavia, é de salientar o comentário do visitante (**JC_T6**): “*não é politicamente correto de se dizer...mas é um bocado descanso, não é? É pá, não me vou estar a preocupar com isso*”, um padrão de comportamento que vai ao encontro dos resultados obtidos num estudo de Dolnicar e Grün (2009), autores que procuraram analisar se os padrões de comportamento dos indivíduos diferiam sistematicamente entre contextos/ ambientes diferentes (caso do ambiente doméstico vs ambiente de férias), chegando à conclusão que a maioria dos indivíduos tendeu a envolver-se num menor número de comportamentos pró-ambientais no contexto de férias. Estes autores salientaram a necessidade de se tentar determinar as razões na base destas diferenças comportamentais, analisando, por exemplo, se são de natureza *objetiva* (existência ou não de certas infraestruturas no destino) ou *subjéctiva* (atitude individual). No caso deste entrevistado aparenta ser um misto de natureza *objetiva* (ver excerto completo na **TABELA 15**) – a não existência de ecopontos no alojamento onde ficou e o desconhecimento face à existência de ecopontos no destino (informação que demos ao inquirido no final da entrevista, dado que existem ecopontos à entrada da aldeia – ver **FIGURA 74**) – e de natureza *subjéctiva* – atitude mais “relaxada” em tempo de férias. Parece então ser necessário aprofundar os estudos empíricos no sentido de compreender de que forma o conhecimento dos assuntos e das estratégias de ação, as atitudes para com o ambiente e as intenções de agir (Lee & Moscardo, 2005) poderão encorajar os indivíduos a adotar comportamentos ambientalmente responsáveis/ pró-ambientais (Jorgensen, 2011).



FIGURA 74 – Ecopontos: **JC**, junto à Igreja Nova (à esquerda); **LB**, junto à Igreja da Misericórdia (à direita)
Fonte: autoria própria

Analisando as percepções dos residentes nas duas aldeias, a quem foram colocadas as mesmas questões n.º 1 e n.º 2, verifica-se a existência de várias associações relativamente a aspetos específicos de cada povoação, permitindo compreender melhor o contexto atual e quais as situações que deverão ser melhoradas, em prol da melhoria da qualidade de vida da população, bem como da experiência turística de quem visita. Por exemplo, em **LB**, alguns entrevistados mencionaram as características e qualidade da água local: *“utilizar a água, se calhar [...] houve uma altura em que, a água que vem da Serra, vem com muita velocidade, que podia ser produzida energia aqui em Linhares. [...] Era um bom meio, não é? Não era tão poluente”* (LB_P1); *“a nossa água vem ali da rede pública [...] e por vezes têm de ir lá deitar aquelas lixívias e não sei quê...e por vezes deitam demais (risos). Ainda há uns tempos atrás não sei se viu na televisão ou se não, nós tínhamos aqui uma qualidade de água muito má”* (LB_P4); *“há águas a correr pela aldeia toda, para regas e para esse tipo de coisas”* (LB_P15). Outro aspeto referido em **LB** diz respeito à limpeza do chão e à separação de resíduos, revelando perspetivas quer negativas quer positivas, como a seguir exemplificamos:

“muita vez eu apanho os plásticos que vejo, meto-os lá nos caixotes do lixo para não andarem aí a poluírem [...] às vezes é uma lixeira ali ao pé do castelo. As pessoas que vêm visitar e é muito lixo. Os cães deitam abaixo e se fossem uns caixotes maiores...o ambiente tornava-se mais bonito” (LB_P5);

“dos ecopontos [...] É assim...alguns [residentes] poderão utilizar, mas muito poucos. E agora (risos), também coloco uma questão ‘Você mora lá por cima, por exemplo, no cimo da aldeia, está um dia a chover ou vento, vem aí agarrada à bengala para fazer a reciclagem lá em baixo?’ [...] a aldeia por vezes não está mais limpa [...] porque há aí pessoas que ainda têm gado e tudo e têm cães...e os cães quando lhes cheira a comida no caixote do lixo vão...e gatos e isso...Também se calhar se os contentores fossem outros...há aí muitas ruas que por vezes estão cheias [...] e por vezes há contentores que não estão bem seguros...aqui a nossa zona, a nossa aldeia é uma zona muito batida de vento...e com a ajuda dos cães isso depois é pior” (LB_P4);

“as pessoas deviam reciclar mais, devia haver mais ecopontos, por exemplo aqui em Linhares só há um e é no fundo da aldeia [...] Muita gente se calhar não faz [reciclagem] por causa disso [...] por exemplo, os restaurantes é que fazem mais, reciclam mais. Acho que devia haver mais empenho nas pessoas” (LB_P8);

“acho que as pessoas já têm cuidado [...] como a maioria das pessoas têm animais, e então aproveitam muita comida e os resíduos para os animais...E a separação do lixo [...] se calhar as pessoas mais idosas que não...faz-lhe confusão e então não devem ligar [...] [ecopontos] é só lá em baixo...mas eu acho que há muita gente que faz [a separação]” (LB_TR3);

“[os residentes] também têm cuidado a separar [o lixo] porque nós temos lá em baixo os contentores ao fundo do povo, e a gente vai e já mete...antigamente não, porque também nem tínhamos condições para se fazer [...], mas agora há muita gente que já faz, e já há muita gente que poupa a luz e a água e tudo porque já é bastante cara (risos)” (LB_P3).

Em **JC**, relativamente a este último aspecto, alguns entrevistados também afirmaram: *“as pessoas aqui, acho que ainda reciclam alguma coisa porque os contentores enchem-se, é porque as pessoas vão lá colocar...por acaso fui lá na terça-feira pôr o vidro, do fim-de-semana, e o papelão estava cheio...latas e papéis estava quase cheio, só do vidro é que não. Portanto, as pessoas fazem a reciclagem...não todas, mas sim”* (JC_P1); *“acho que aqui a população toda aderiu...nós temos lá em baixo os contentores [...] pelo menos eu vejo...mais ou menos, toda a população a separar o lixo e... como vê não é uma aldeia suja [...] a nossa aldeia até está cuidada...E o nosso Presidente da Junta, é uma coisa [...] [com] que ele se preocupa, é com manter a aldeia limpa”* (JC_P7). Contudo, um outro residente deixou uma crítica à presença de alguma poluição do solo na envolvência da aldeia e ao impacte visual criado pelos

ecopontos e contentores do lixo: *“fiz um levantamento aqui nas redondezas de Janeiro de Cima de sítios críticos e...nós temos lá em cima [...] um local, que nada nos orgulha, no meio dos pinheiros [...] posso lhe dizer que contabilizei 14 colchões [...] era frigoríficos [...] encontrava-se lá tudo [...] esta questão não nos afecta muito em termos turísticos porque as pessoas não vão a esse local, não passam. Só mesmo alguém que conhece é que consegue ir...Dentro da população há um grande cuidado, mesmo da própria Junta de Freguesia acho que há um cuidado. Há vários papelões e bidões espalhados pela aldeia que também...ferem um bocadinho a vista...ali na igreja velha não é muito agradável ver, mas se calhar também é necessário” (JC_P9).*

O comentário de um residente de **LB** - *“devem informar as pessoas, porque há umas pessoas mais idosas [que] já não compreendem certas coisas e se forem bem informadas devem compreender” (LB_P14)* – remete-nos para a importância da aposta na informação e consciencialização dos indivíduos (de todas as idades) que vivem num determinado destino, bem como dos indivíduos que visitam esse destino, visando estimular a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis, que contribuam para o uso racional dos recursos naturais e qualidade ambiental, para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para uma experiência turística global, inesquecível, satisfatória e “verde”, no âmbito do desenvolvimento sustentável das comunidades locais e da sustentabilidade da atividade turística em espaço rural.

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES PARA O MARKETING DO DESTINO

Neste último capítulo será apresentada uma reflexão geral sobre os resultados obtidos relativamente às várias temáticas abordadas neste estudo de carácter exploratório e possíveis implicações para o *marketing* de destinos (subcapítulo 8.1), as principais dificuldades e limitações do estudo (subcapítulo 8.2), bem como propostas para investigação futura (subcapítulo 8.3).

8.1 CONCLUSÕES GERAIS

A realização deste trabalho de projeto, integrado no Projeto ORTE – “*A experiência global em turismo rural e o desenvolvimento sustentável de comunidades locais*”, teve como objetivo fundamental contribuir para uma compreensão mais profunda da natureza, dimensões, determinantes e consequências do fenómeno complexo que constitui a “*experiência turística em espaço rural*”, no âmbito do desenvolvimento sustentável de destinos rurais. Neste domínio, centrou-se a atenção na dimensão da “*experiência da natureza*” (influenciada pelos atributos dos recursos naturais), no eventual impacte dos parques eólicos e no comportamento ambiental.

O potencial da experiência turística rural assenta no tipo e nas características dos recursos endógenos presentes no destino, pelo que é necessário apostar no seu conhecimento de forma a identificar “*clusters de oferta, que permitirão, então, colocar no mercado produtos [turísticos] devidamente estruturados e com valor comercial*” (Costa, 2001: 79). Neste projeto optou-se por se efetuar o levantamento dos recursos naturais existentes na envolvência de duas aldeias da região Centro de Portugal - Linhares da Beira e Janeiro de Cima - tendo em conta que estes são, de acordo com Cunha (2003), o primeiro componente da oferta turística, e que providenciam o contexto para as atrações culturais de um destino (Hall, 2004). A existência de áreas de proteção de natureza, como o Parque Natural da Serra da Estrela, que integra a aldeia de Linhares da Beira, ou outras como a Paisagem Protegida da Serra do Açor, o Sítio de Importância Comunitária “Serra da Gardunha”, bem como o Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, na envolvente de Janeiro de Cima, reforçam a relevância dos valores naturais nestas regiões.

A elaboração, para cada aldeia, de uma Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico permitiu identificar diversos elementos de base natural-cultural que evidenciam a riqueza patrimonial (tangível e intangível) destes territórios, sugerindo a presença de *clusters* de oferta que possibilitam o desenvolvimento de produtos turísticos que valorizem, por exemplo, determinados valores geológicos, biológicos e/ ou paisagísticos, ou, numa perspetiva complementar, que permitam compreender a sua utilização feita pelo Homem ao longo dos tempos – caso da extração dos recursos do subsolo (exploração mineira), do aproveitamento da energia hídrica pelos moinhos de água/ azenhas e barragens, ou do aproveitamento da energia eólica pelos aerogeradores, no contexto dos parques eólicos. O potencial natural de um destino tem, igualmente, grande influência no tipo de atividades recreativas e turísticas que aí poderão vir a ser desenvolvidas (Frantál & Kunc, 2011), como é o caso do pedestrianismo, da prática de BTT, canoagem, pesca, parapente, entre outras, pelo que o

seu levantamento também integra as Matrizes de Avaliação atrás referidas. Tanto em Linhares da Beira como em Janeiro de Cima verifica-se a existência de condições propícias à prática de modalidades como o pedestrianismo ou BTT, algo que tem vindo a ser promovido pelas entidades governativas e/ou associações de desenvolvimento locais, através da criação de alguns percursos sinalizados e da divulgação nas suas páginas de internet. Mas considerando as especificidades de cada aldeia, a prática de parapente em Linhares, e de atividades no rio Zêzere em Janeiro de Cima, parecem configurar uma aposta complementar em termos de atividades *outdoors*, no âmbito de um produto turístico de carácter ativo. A riqueza e diversidade de recursos naturais que caracterizam as regiões onde se situam estas duas aldeias revelam, assim, o potencial dos mesmos para integrar um produto turístico rural diversificado, que valorize as especificidades ambientais e socioculturais dos destinos rurais, satisfazendo diferentes motivações dos visitantes e as necessidades das comunidades locais.

No que respeita aos visitantes, Kastenholtz, Carneiro e Marques (2012a) afirmam que estes procuram, acima de tudo, usufruir de experiências únicas e apelativas, sendo as mesmas “moldadas” pelas suas expectativas prévias e pela imagem que têm do destino e dos seus produtos, pelo contexto mais amplo (económico, social, cultural, político) e por acontecimentos circunstanciais. Como salientam Kastenholtz *et al.* (2012b), a experiência turística deverá ser compreendida como um conjunto complexo, cocriado e partilhado por visitantes, prestadores de serviços e comunidade local, assente nas especificidades dos recursos do destino que providenciam os elementos significativos da experiência. De modo a criar um produto turístico bem-sucedido é importante a aposta no desenvolvimento de temas com significado, promovendo experiências memoráveis, no âmbito da experiência turística rural (Kastenholtz *et al.*, 2012a).

Tendo em conta a análise de conteúdo das entrevistas efetuadas a visitantes, residentes, agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento confirmou-se a importância dos recursos naturais no contexto da experiência procurada no espaço rural, bem como na experiência vivida nas duas aldeias do estudo. Indo ao encontro do que tem sido salientado por outros autores, verificou-se que os visitantes, maioritariamente provenientes de áreas urbanas, valorizam o meio rural como um “local de natureza” (Woods, 2005), cenário propício ao descanso, à revitalização e à contemplação, evidenciando a representação simbólica de um “idílio rural” (Figueiredo, 2003). As motivações genéricas para visitar as aldeias assentam fortemente numa imagem de ruralidade associada a um estilo de vida puro e simples (Kastenholtz *et al.*, 1999), contrastante com o contexto de vida citadino (Cánoves *et al.*, 2004; Frochot, 2005), permitindo uma “fuga ao stress” e a obtenção de tranquilidade. Nesse sentido, as atividades praticadas pelos visitantes, em Linhares e Janeiro de Cima, tendem a ser relativamente passivas, assentando preferencialmente numa forte apreciação sensorial do meio envolvente (com o predomínio da componente visual), correspondente ao modo de experiência “estética” de Pine e Gilmore (1998), ou ao “*tourist gaze*”, conceito popularizado por Urry (2002). Atividades com uma componente de participação mais ativa, tais como o pedestrianismo, BTT ou parapente, correspondentes ao modo de experiência “escapista” (dos autores anteriormente referidos), foram também mencionadas por alguns visitantes nas aldeias em questão, mas especialmente pelos agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento locais. O facto deste último tipo de atividades não ter sido tão referenciado pelos visitantes que entrevistámos pode estar de alguma forma relacionado com a

dificuldade em conseguir “encontrar” estes praticantes de atividades desportivas *outdoors* dentro dos limites das aldeias, dada a sua “imersão” no contexto natural envolvente. Na nossa experiência no terreno, os praticantes de atividades desportivas fisicamente exigentes como o pedestrianismo (frequentemente praticado por turistas internacionais) ou BTT, não demonstravam, geralmente, disponibilidade para parar por um pouco a prática da atividade e fazer uma entrevista, sendo a sua passagem pelas aldeias muito breve e quase sempre sem paragens. Relativamente a possíveis melhorias em termos da oferta de percursos/ trilhos nas duas aldeias, as opiniões de visitantes, população e agentes da oferta locais evidenciam a necessidade de se criar mais circuitos, mas em especial, de se apostar na sinalização, divulgação e dinamização dos já existentes. No caso particular de Linhares, as sugestões da população salientam igualmente a importância de dinamizar a modalidade de parapente e o papel da Escola de Parapente.

No caso das motivações específicas para visitar, estas encontram-se intimamente ligadas às características distintivas dos recursos endógenos de cada aldeia: os monumentos históricos em Linhares (construídos em granito, uma pedra local), e a própria “natureza” em Janeiro de Cima, representada essencialmente pelo rio Zêzere e parque fluvial, mas também pela mistura da pedra rolada do rio com o xisto, que define a arquitetura tradicional. Nas duas aldeias, também a apreciação sensorial do meio rural pelos visitantes incidiu particularmente nas características dos elementos naturais, tais como: o verde da natureza, da serra ou dos campos; os cheiros conotados com o tipo de vegetação existente ou uma sensação de “ar puro”; os sons dos “pássaros” ou então o “silêncio”, evidenciando o contraste com o meio urbano. Mas verificou-se que foram as impressões visuais que dominaram tanto a nível da dimensão sensorial da experiência vivida como a nível da dimensão cognitiva, com destaque para os atributos naturais e paisagísticos das aldeias (em especial, a serra em Linhares e o rio em Janeiro de Cima), sugerindo um forte “consumo estético” do espaço rural por parte dos visitantes urbanos (Figueiredo, 2003), no contexto da experiência turística rural, confirmando resultados obtidos por Kastenholz e Lima (2011).

Num espaço de carácter multifuncional como é o meio rural, as suas características estéticas/cénicas podem ser “moldadas” pela atividade de diversos sectores económicos, por exemplo, no âmbito da produção agro-silva-pastoril, do desenvolvimento turístico e recreativo, da exploração mineira ou do aproveitamento energético – caso da energia eólica e infraestruturas associadas. Nos tempos atuais, a crescente presença de parques eólicos em território nacional, ocupando sempre pontos dominantes da paisagem (Fadigas, 2011), sugere a possibilidade de perceção de um acentuado impacto visual em paisagens rurais, podendo, assim, vir a influenciar a experiência turística procurada e vivida em destinos rurais, tendo em conta a importância dos, já referidos, elementos naturais e o contraste com o estilo de vida urbano. Nesse sentido, alguns alertas deixados pelos visitantes entrevistados que expressaram perceções de meio-termo para com os parques eólicos, sugerem a possibilidade de virem a modificar a sua opinião (no sentido negativo) caso haja um aumento significativo destes no país e nas paisagens rurais/ naturais. Como salientam Kastenholz *et al.* (2012a) a vivência de experiências positivas por parte dos visitantes deriva, frequentemente, da existência de atrações e/ ou atividades que possam ser percebidas sensorialmente, simbolicamente e socialmente de forma contrastante à vida citadina.

Contudo, a percepção do público sobre os impactes dos parques eólicos têm implícito um elevado grau de subjetividade, ou seja, diferentes formas de compreender, interpretar e valorizar o que se vê (Devlin, 2002). Observando os resultados obtidos neste estudo exploratório verificou-se, em ambas as aldeias, uma diversidade de opiniões, abrangendo perspetivas *positivas* (relacionadas, geralmente, com a percepção de benefícios ambientais, energéticos ou económicos), *negativas* (assentes, geralmente, na percepção de impactes visuais, sonoros e ambientais desfavoráveis) e de meio-termo. Estas últimas expressam opiniões que vão no sentido dos parques eólicos terem tanto um lado positivo como um lado negativo, bem como um custo-benefício.

No caso dos residentes, verificou-se que as opiniões positivas se encontravam geralmente associadas à percepção da obtenção de benefícios económicos, derivados do arrendamento dos terrenos às entidades promotoras dos parques eólicos. Estes resultados parecem ir ao encontro de uma perspetiva “utilitária” na relação com a natureza e no uso dos recursos naturais (Kellert, 1993), em quem tem por hábito ganhar o sustento a partir da produtividade da terra (Devlin, 2002), reveladora da existência de um “*rural para viver*” (Figueiredo, 2003). Todavia, alguns dos residentes entrevistados também mencionaram percecionarem impactes negativos, em especial, a nível visual e sonoro. Relativamente às percepções dos visitantes nas duas aldeias, verificou-se que, para alguns, os parques eólicos constituíam uma marca de progresso e de desenvolvimento da região, num sentido positivo da dinâmica evolutiva dos territórios. Já para outros visitantes, a presença de infraestruturas conotadas com o “urbano” num meio de carácter natural/ rural poderá constituir uma ameaça à imagem idealizada do rural – um “*rural para visitar*” – um local de revitalização ou de contemplação (Figueiredo, 2003), revelando uma perspetiva “de apreciação estética” relativamente ao meio e recursos naturais (Kellert, 1993). No contexto da “*experiência estética da paisagem*” foram evidenciadas várias formas de experienciar a paisagem, de lhe atribuir significado e valor (Jorgensen, 2011). Assim, certos visitantes percecionaram os parques eólicos como objetos que até embelezam a paisagem rural, acrescentando novos pontos de interesse a zonas de outro modo tidas como agrestes ou de grande monotonia visual (caso dos topos das serras), enquanto outros consideraram que a presença destas infraestruturas na paisagem rural não se integrava, de forma alguma, no meio circundante (em especial, pela sua dimensão e posicionamento). De acordo com Rodrigues e Kastenholtz (2010), a diversidade de atitudes dos visitantes, face aos parques eólicos em meio rural, poderá estar relacionada com o tipo de preferências por paisagens mais humanizadas ou menos humanizadas, sendo que a maioria das pessoas prefere um “meio-termo” ao deslocar-se a espaços naturais.

Visando compreender as bases sociais e psicológicas que poderão influenciar as percepções de residentes e visitantes sobre os parques eólicos, parece importante apostar em estudos empíricos que testem as dimensões relacionadas com o conceito de “*place attachment*”, tal como sugerido por Devine-Wright e Howes (2010). Por exemplo, no caso de indivíduos que visitam frequentemente um determinado destino há tendência a criar uma forte “ligação ao lugar” (Goud, 2005), o que poderá influenciar as percepções para com este tipo de infraestruturas.

Neste estudo exploratório, os resultados relativos às opiniões gerais sobre a energia eólica vão ao encontro dos resultados de algumas sondagens de opinião realizadas em Portugal, caso do estudo efetuado pela Comissão Europeia (European Commission, 2007), no sentido de um apoio

generalizado a este tipo de energia. De um modo geral, podemos afirmar que os resultados obtidos relativamente às percepções sobre a energia eólica, os parques eólicos, os impactes na experiência turística do visitante, os impactes para o sector do turismo e a possível atratividade destes elementos parecem corroborar outros obtidos em estudos empíricos como, por exemplo, Warren e McFadyen (2010) e Frantál e Kunc (2011), e em várias sondagens de opinião como, por exemplo, MORI Scotland (2002) e Aitchison (2004). Assim, as opiniões obtidas no conjunto de visitantes, residentes e de outros agentes nas duas aldeias, parecem sugerir: uma percepção positiva da energia eólica; uma percepção positiva ou neutra para com os parques eólicos; uma percepção inexistente ou de baixo impacte na experiência turística do visitante e no sector do turismo; uma percepção mista de concordância/ discordância no que concerne à possibilidade destas infraestruturas poderem ser consideradas um elemento atrativo para o turismo.

Assim, a presença destas infraestruturas num destino rural não parece afetar a decisão dos visitantes em vir conhecer as aldeias do estudo ou em um dia regressar, nem sugere uma particular influência na sua experiência turística, mesmo tratando-se de uma experiência no âmbito de um turismo de carácter “funcionalmente” rural (Lane, 1994). Relativamente às opiniões dos residentes das duas aldeias sobre possíveis alterações na atividade turística local, a maioria parece não perceber quaisquer impactes a esse nível. É de salientar que vários inquiridos (visitantes e residentes) afirmaram já ter visitado parques eólicos, geralmente, por curiosidade em ver de perto estas estruturas, contudo, outros não o fizeram por não saberem se tal seria possível ou simplesmente por não terem qualquer interesse nisso.

No conjunto dos visitantes entrevistados das duas aldeias, as opiniões dividem-se sobre se os parques eólicos podem vir a ser considerados um elemento atrativo para o turismo. Os inquiridos que concordaram que sim, salientaram que uma aposta na interpretação destas infraestruturas, em termos de painéis de informação, de um apoio prestado por centros de interpretação ou de educação ambiental ou mesmo, de acolhimento de desportos de aventura (caso da BTT) poderá ajudar a que estes elementos constituem um novo ponto de interesse turístico. Por exemplo, Frantál e Kunc (2011) sugerem que os parques eólicos podem ser utilizados no desenvolvimento de novas formas de turismo se associados, por exemplo, a centros de educação ambiental, a torres de observação ou a percursos de natureza [pedestres ou de BTT, dados os novos acessos criados]. Nesse sentido, essa aposta poderia complementar a oferta existente em destinos rurais onde estas infraestruturas estivessem localizadas. Isto leva-nos a sugerir que, certos parques eólicos, como o da Serra do Ralo (em Linhares da Beira), terão potencial para serem incorporados num produto turístico rural diversificado, se integrado nos objetivos de desenvolvimento local. É de salientar que para a região envolvente de Janeiro de Cima, no âmbito de um projeto-âncora da Rede das Aldeias do Xisto, está prevista a criação de um “Centro Interpretativo do Vento” no contexto do Parque Eólico da Pampilhosa da Serra, com uma forte componente científica (espaço dedicado a serviços educativos onde se abordará, por exemplo, a história do vento e a sua origem), artística (espaços para exposições temporárias e permanentes) e de diversão, visando constituir uma referência a nível local, nacional e até mesmo internacional (Simão, 2009).

Tendo em conta a realidade da presença destas infraestruturas no espaço rural português, uma aposta na informação dos visitantes, por exemplo, através da divulgação de panfletos (em locais-

chave como Postos de Turismo, unidades de alojamento e de restauração, etc.) que mencionem a existência de percursos pedestres pelos parques eólicos (como no caso do “Trilho da Serra do Ralo”, em Linhares da Beira) e na dinamização sustentável das zonas onde estão implantados (através de, por exemplo, visitas guiadas, criação de eventos ou desenvolvimento de atividades educativas e desportivas) poderá levar a que estes elementos, porventura “estranhos” na paisagem, venham a ser percecionados como um complemento dos atributos naturais existentes (Deng *et al.*, 2002). Tal poderia, possivelmente, vir a contribuir para uma melhoria da experiência turística, no âmbito do turismo em espaço rural. Da mesma forma, no contexto de um desenvolvimento turístico sustentável, uma aposta na informação das comunidades locais poderá ajudar a que estas consigam comunicar melhor com os visitantes, informando-os sobre os parques eólicos existentes na região, como ter acesso a eles, o tipo de atividades que aí poderão realizar, etc., ajudando a promover estas infraestruturas com um ponto de interesse turístico.

Como salientam alguns autores, estes locais podem vir a ser percecionados como um destino “verde” - onde se produz e consome energia “limpa”, a partir de recursos locais renováveis - com potencial para atrair um número crescente de visitantes com preocupações ambientais (SEI - Sustainable Energy Ireland, 2003; Barker, 2009). Desta forma, considerando o crescente interesse do público por questões ambientais e pelas novas tecnologias (na Dinamarca, por exemplo, os parques eólicos são utilizados para marketing do “turismo verde”) (Bergmann *et al.*, 2008), um bom planeamento/ gestão do destino e estratégias de marketing que visem captar esses segmentos de visitantes, poderão dar um novo contributo para a atratividade de uma região.

Voltando ao contexto da experiência turística rural, os aspetos relativos aos atributos naturais, paisagísticos e a qualidade ambiental foram avaliados, geralmente, de forma positiva, pelos visitantes nas duas aldeias. No geral, as perceções dos residentes locais parecem sugerir, igualmente, a não existência, até o momento, de impactes ambientais relevantes derivados da atividade turística nas aldeias. No âmbito do desenvolvimento de um turismo rural sustentável, a minimização dos impactes deste sector nos recursos endógenos de um destino assume especial relevância em termos do bem-estar das comunidades locais e da manutenção da atividade turística a longo prazo, o que implica a sua avaliação, monitorização e gestão, recorrendo à definição e aplicação de indicadores de sustentabilidade (Tsaour & Wang, 2007).

No caso dos impactes ambientais, para além de aspetos relacionados com o uso dos recursos e a poluição, existe uma ligação ao tipo de atitudes e comportamento (Sharpley & Telfer, 2002) manifestado por parte dos visitantes e residentes, pelo que é importante apostar na divulgação de códigos de conduta ligados à ética ambiental para visitantes e implementação de boas práticas ambientais nas empresas locais que atuam neste sector, promovendo um comportamento ambientalmente responsável. Também no contexto das energias renováveis, Van der Horst (2007) salienta que as perceções dos indivíduos sobre este tipo de energia expressam, geralmente, princípios morais, podendo influenciar a manifestação de opiniões “pró-verdes”, no sentido de serem “politicamente corretas” ou o “socialmente aceitáveis”, não implicando que, na prática, se venha a agir em conformidade, ou seja, como um “cidadão verde”. Segundo McKercher *et al.* (2010), o facto de as questões ambientais estarem tão difundidas a nível político e social pode

fazer com que os indivíduos se sintam na obrigação de dar uma resposta que consideram ser a “correta”, em vez de uma sincera.

No contexto do comportamento ambiental no destino, os resultados obtidos neste estudo exploratório parecem indicar que a grande maioria dos visitantes, no seu dia-a-dia, revela adotar um ou vários comportamentos “amigos do ambiente” tais como, a separação de resíduos e a reciclagem, a poupança de água, entre outros. Contudo, apesar de muitos inquiridos terem afirmado que mantinham este tipo de comportamento tanto num contexto diário como num contexto de férias - regra geral, por uma questão de hábito ou de princípio - verificou-se, nalguns casos em Janeiro de Cima, uma menor prevalência de um comportamento ambientalmente responsável num contexto de férias. Este tipo de padrão comportamental divergente vai ao encontro dos resultados obtidos num estudo de Dolnicar e Grün (2009), que sugerem a existência de razões subjetivas, relacionadas com a atitude individual (mais “relaxada” e menos preocupada com as responsabilidades em tempo de férias), e razões objetivas, relacionadas com a não existência de certas infraestruturas no destino de férias (que permitam manter o mesmo tipo de comportamento exibido no dia-a-dia). Tendo em conta a opinião manifestada por estes autores, os visitantes que revelam manter um padrão de comportamento pró-ambiental em tempo de férias representam um mercado-alvo muito atraente para destinos turísticos interessados em desenvolver um turismo sustentável. Nesse sentido, as organizações e empresas turísticas devem atribuir uma maior importância à segmentação do mercado, no sentido de atrair categorias de visitantes que, além de economicamente atrativas, sejam sensíveis à adoção de comportamentos sustentáveis e de menor impacto ecológico (Dinan & Sargeant, 2000; Kastenzholz, 2004; Crouch *et al.*, 2005).

Assim, o desenvolvimento turístico em destinos rurais, se bem planeado e gerido, revela potencial para contribuir para o tão desejado desenvolvimento sustentável das comunidades locais, garantindo o seu bem-estar e qualidade de vida, a conservação dos seus recursos endógenos (naturais, mas também culturais e sociais), enquanto proporciona uma experiência turística rural memorável. Considerando a natureza complexa e multifuncional do espaço rural, parece-nos importante tentar integrar o desenvolvimento do turismo em espaço rural com outro tipo de atividades económicas, objetivos e instrumentos de desenvolvimento presentes (ou planeados), visando criar sinergias que a todos beneficie, numa perspetiva de sustentabilidade a longo prazo. Nesse sentido, a opção por um marketing integrado e sustentável do destino (Kastenzholz, 2006) poderá ajudar a desenvolver soluções e dinâmicas inovadoras – assentes, por exemplo, em projetos de cocriação de experiências (Mossberg, 2007), e parcerias e redes entre os vários agentes - que respeitem e promovam as especificidades do “capital rural” do destino (Garrod *et al.*, 2006), tendo em conta o cenário de crescente competitividade entre os territórios e os desafios colocados pela globalização.

8.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Mesmo tendo este estudo um carácter exploratório, a “imersão” no contexto do fenómeno complexo que constitui a “*experiência turística em espaço rural*”, no âmbito do desenvolvimento sustentável de destinos rurais, não revelou ser uma tarefa fácil. A tentativa de explorar aspetos

relativos ao papel dos recursos naturais na experiência turística rural, bem como de temáticas que revelam ser complementares a esta – os impactes dos parques eólicos no espaço rural e o comportamento ambiental no destino – poderá ter sido demasiado ambiciosa. Nesse sentido, a análise dos dados primários poderá não ter sido tão aprofundada quanto o desejado, quer em termos da informação presente nas 97 entrevistas realizadas a visitantes, residentes, agentes da oferta e agentes de desenvolvimento e planeamento (no âmbito da fase qualitativa do Projeto ORTE), quer em termos de confrontação com a literatura existente sobre estas matérias. De igual forma, a recolha e análise de uma grande diversidade de dados secundários, com base em documentos impressos variados e em páginas de internet, constituiu um desafio. Contudo, é de salientar a escassez de dados estatísticos em termos de atividade turística nas aldeias de Linhares da Beira e Janeiro de Cima. A opção por uma estratégia de caso múltiplo – análise de dois estudos de caso, correspondentes às aldeias referidas - em vez de um só, implicou um maior esforço ao nível da análise de conteúdo, envolvendo o estudo “*within-case*” (dentro de cada caso) e uma comparação “*cross-cases*” (entre casos).

Relativamente à revisão bibliográfica é de salientar as dificuldades tanto em analisar temáticas com um vasto número de estudos - tais como, as relativas ao desenvolvimento sustentável, aos impactes e sustentabilidade de turismo, ao turismo em espaço rural, às perceções e atitudes de residentes para com os parques eólicos, ao capital natural, às experiências turísticas – bem como em encontrar estudos empíricos de carácter científico, visando o impacte dos parques eólicos no turismo, nas perceções e experiência dos visitantes, ou o comportamento pró-ambiental no turismo. No âmbito da temática das perceções sobre parques eólicos é de referir a escassez de dados estatísticos obtidos em sondagens de opinião, bem como de estudos científicos relevantes.

Ao nível da amostragem é de referir a dificuldade em conseguir realizar entrevistas a visitantes praticantes de atividades desportivas *outdoors*, tendo em conta que os agentes da oferta e dos agentes de planeamento e desenvolvimento, nas duas aldeias, frequentemente mencionaram a procura e a realização deste tipo de atividades. Dado que este tipo de visitantes constitui um segmento muito interessante a explorar em termos do desenvolvimento de um turismo ativo e de natureza, os poucos visitantes entrevistados neste contexto revelam uma limitação da amostra. Outros aspetos que constituem limitações da amostra são, também, o baixo número de entrevistados estrangeiros (15 em **LB** e nenhum em **JC**) e a não recolha de entrevistas ao longo de um ano tendo em conta a sazonalidade da procura turística (os visitantes foram entrevistados no período da primavera e do verão).

No que concerne ao guião de entrevista aplicado, já de si longo, o facto das questões sobre os parques eólicos e o comportamento ambiental terem sido inseridas no final do mesmo poderá ter influenciado o tipo de respostas dadas pelos entrevistados, no sentido de serem mais curtas, não tão desenvolvidas ou mesmo não respondidas devido ao cansaço ou, então, à pressa em terminar a entrevista e ir embora (situação muito frequente em visitantes do tipo ‘excursionista’).

A aplicação de um plano de investigação qualitativo tem como principal desvantagem o facto de a amostra ser de pequena dimensão (comparativamente à obtida num plano de investigação quantitativo), não permitindo generalizar os resultados obtidos para toda a população. Desta

forma, a validação dos resultados obtidos implica que o investigador recorra a diversos tipos de procedimentos visando assegurar a confiabilidade dos seus dados e o rigor das suas descobertas. Nesse sentido, foi necessário, por exemplo, providenciar descrições o mais detalhadas possível de forma a assegurar a validade externa, permitindo a obtenção de resultados mais “ricos” e realistas, porém, mais trabalhosos e morosos de concretizar.

8.3 PROPOSTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Este estudo exploratório, apesar de integrado num estudo mais abrangente e multidisciplinar ainda a decorrer - o Projeto ORTE - que irá abordar diversas vertentes e dimensões da experiência turística rural aqui não exploradas, permite sugerir algumas linhas de investigação complementares, tendo em conta algumas especificidades deste trabalho, relacionadas com a abordagem às temáticas dos recursos naturais e da componente “natureza” na experiência turística, dos parques eólicos e do comportamento ambiental:

- aprofundar a compreensão sobre o uso e gestão dos recursos naturais no contexto da multifuncionalidade do espaço rural, tendo em conta as diferentes práticas e interesses de sectores como o sector do turismo, o sector energético, o sector mineiro, o sector agro-silva-pastoril, etc., visando arranjar soluções integradas no âmbito do desenvolvimento sustentável;
- aprofundar a compreensão da “experiência da natureza” por parte de diversos públicos, no contexto das diversas dimensões da experiência turística, com base em autores como Pine e Gilmore (1998), Elands e Lengkeek (2000), entre outros, visando contribuir para uma elaboração mais eficaz de propostas no âmbito de uma experiência turística integrada e sustentável;
- analisar a “experiência da natureza” do ponto de vista da dimensão afetiva (emoções) no contexto no contexto da experiência turística;
- analisar o papel das interações sociais (entre visitantes e residentes, grupo de viagem, etc.) na “experiência da natureza”, na valorização e conservação dos recursos naturais de destinos rurais;
- aprofundar a recolha de dados a turistas internacionais, de forma a melhor compreender o tipo de experiência procurada e vivida em destinos rurais, tendo em conta o crescente interesse em Portugal revelado por este mercado;
- aprofundar a recolha de dados a visitantes praticantes de atividades desportivas *outdoors*, visando compreender o tipo de experiência procurada e vivida em destinos rurais;
- analisar o papel de redes como as Redes das Aldeias Históricas de Portugal ou das Aldeias do Xisto, bem como das dinâmicas locais e regionais ao nível de entidades governativas, associações de desenvolvimento local e agentes da oferta, no sentido de compreender as suas perceções relativamente ao papel dos recursos naturais na experiência turística, e a forma como os mesmos são valorizados, promovidos e geridos, num contexto de experiência turística sustentável;
- alargar a análise, a nível espacial, das perceções e atitudes de visitantes e residentes sobre os parques eólicos, no sentido de se obterem dados que permitam compreender a realidade noutros destinos rurais com diferentes características e em diferentes fases de desenvolvimento turístico;
- alargar a análise, a nível temporal, das perceções e atitudes de visitantes e residentes sobre os parques eólicos, no sentido de se obterem dados que permitam compreender as perspetivas

antes e depois da implantação destas infraestruturas num determinado destino rural, bem como os possíveis impactes daí resultantes;

-no caso específico de Linhares da Beira, aldeia conhecida como a “Capital do Parapente”, aprofundar a análise de possíveis impactes dos parques eólicos ao nível da experiência turística nos praticantes desta modalidade desportiva;

-aprofundar a recolha de exemplos (boas práticas), a nível da realidade mundial, que permita compreender de que forma estes equipamentos podem vir a ser considerados atrações turísticas;

-aprofundar a análise às opiniões de outros *stakeholders* presentes nos destinos rurais (como os agentes da oferta e agentes de planeamento e desenvolvimento), relativamente aos parques eólicos, procurando cruzar com as diferentes perspetivas obtidas para visitantes e residentes, visando melhorar a experiência turística rural;

-analisar o impacto visual dos parques eólicos nos valores da paisagem rural, ajudando a prever os potenciais efeitos visuais antes da sua implantação efetiva, e a desenvolver soluções que tentem minimizar os aspetos negativos associados a estes;

-aprofundar o estudo das opiniões dos visitantes urbanos *versus* as dos habitantes rurais relativamente aos parques eólicos, visando compreender melhor a convergência e a divergência de perspetivas, permitindo definir estratégias de planeamento e de gestão dos destinos mais concertadas, tendo em conta o tipo de desenvolvimento local pretendido;

-analisar o conteúdo de diferentes materiais promocionais de destinos turísticos rurais (panfletos impressos, páginas de internet, etc.), procurando compreender de que forma é promovida a paisagem rural, os recursos naturais de um destino, bem como os parques eólicos na região;

-analisar a influência dos processos e dinâmicas sociais no tipo de opinião expresso pelos visitantes e residentes sobre os parques eólicos e sobre o comportamento pró-ambiental, no sentido de compreender perspetivas “socialmente aceitáveis” ou “politicamente corretas”;

-analisar a possibilidade de uma relação entre o conceito de “*place attachment*” e o tipo de perceções sobre os parques eólicos, bem como entre este conceito e o tipo de comportamentos ambientais;

-analisar a possibilidade de uma relação entre as perceções, positivas ou negativas, dos visitantes para com os parques eólicos e a manifestação de comportamentos pró-ambientais ou não, por parte dos mesmos;

-analisar as atitudes ambientais dos visitantes em destinos rurais, através da aplicação de escalas como a Escala do Novo Paradigma Ecológico (NEP) ou a Escala de Conexão com a Natureza (CNS), bem como a existência ou não de uma relação com o tipo de comportamento ambiental manifestado;

-no contexto do desenvolvimento sustentável de um destino, analisar que tipo de segmentos de mercado visitam destinos rurais, procurando distinguir e compreender quais aqueles que podem vir a constituir uma mais-valia para estas áreas, tendo em conta os benefícios socioeconómicos e menores impactes ambientais e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, L. (1995). *Linhares, antiga e nobre vila da Beira: museu de arte da serra da Estrela*. Monografia. Edição do autor. Folgoso, Portugal.
- ABRANTES, L. (1997). *Novas portas de acesso à serra da Estrela: a Assedace na encruzilhada*. Monografia. Edição do autor. Folgoso, Portugal.
- ABREU, A.C., CORREIA, T.P. & OLIVEIRA, R. (Coords.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume 3-Grupos de Unidades de Paisagem F-J (Beira Alta a Pinhal do Centro)*. Universidade de Évora. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Ed.). Lisboa, Portugal.
- ADTAHP-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (2009). *Rede das Aldeias Históricas de Portugal: estratégia de eficiência coletiva e plano de ação*. PROVERE: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Consultado a 18 de setembro de 2012. URL: [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20\(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas).pdf)
- ADXTUR – ALDEIAS DO XISTO (2008). *A descoberta começa aqui*. Consultado a 25 de setembro de 2012. URL: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/>
- AFONSO, A.I. & MENDES, C. (2010). Energía eólica y paisajes protegidos: controversias en el Parque Natural de Montesinho. *Nimbus*, 25/26: 5-19.
- AGRI.PRO AMBIENTE CONSULTORES (2005). *Sumário executivo do relatório de conformidade ambiental do projeto de execução (RECAPE) do Parque Eólico da Serra da Alvoaça*. Consultado a 15 de setembro de 2012. URL: http://www2.apambiente.pt/IPAMB_DPP/docs/SE154.pdf
- AGUIAR, C. & PINTO, B. (2007). Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental-até à Idade Média. Pp. 15-53. In *Árvores e florestas de Portugal – floresta e sociedade: uma história em comum, vol.7*. Silva, J.S (Ed.). Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento & Jornal Público. Lisboa, Portugal.
- AGUIAR, C., RODRIGUES, O., AZEVEDO, J. & DOMINGOS, T. (2009). Montanha. Pp. 293-338. In *Ecosistemas e bem-estar humano: avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Pereira, H.M., Domingos, T., Vicente, L. & Proença, V. (Eds.). Escolar Editora. Lisboa, Portugal.
- AHLHEIM M. (2009). *Sustainability and Regional Development*. Hohenheimer Diskussionbeitrage, N. 307, Universitat Hohenheim, Stuttgart, Germany. Consultado a 23 de março de 2011. URL: <http://opus.ub.uni-hohenheim.de/volltexte/2009/349/pdf/307.pdf>
- AHN, B., LEE, B. & SHAFER, C.S. (2002). Operationalizing sustainability in regional tourism planning: an application of the limits of acceptable change framework. *Tourism Management*, 23: 1-15.
- AHO, S. (2001). Towards a general theory of touristic experiences: modelling experience process in tourism. *Tourism Review*, 56 (3/4): 33-37.
- AHP – ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL (2010). *Fluxo de turistas nas Aldeias Históricas no período 2005-2009*. Consultado a 05 janeiro de 2012. URL: <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>

AITCHISON, C. (2004). *Fullabrook wind farm proposal, North Devon: evidence gathering of the impact of wind farms on visitor numbers and tourist experience*. University of the West England (Bristol), for North Devon Wind Power (M. Baker Group Ltd.). Consultado a 25 de outubro de 2010. URL: <http://www.devonwindpower.co.uk/pdf/tia.pdf>

AITKEN, M. (2010). Why we still don't understand the social aspects of wind power: A critique of key assumptions within the literature. *Energy Policy*, 38: 1834–1841.

AKELLA, A.K., SAINI, R.P. & SHARMA, M.P. (2009). Social, economical and environmental impacts of renewable energy systems. *Renewable Energy*, 34: 390–396.

ALARCÓN, P., GONZÁLEZ, E. & PÉREZ, J. (2010). Residential tourism in the south of Spain: an approach towards consumption. *Revista Encuentros Científicos*, 6: 36-48.

ALMEIDA, C.M. (2001). Os recursos naturais no desenvolvimento da região da Serra da Estrela. Comunicação no “1º Congresso de Estudos Rurais: Ambiente e Usos do Território”. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal. Consultado a 07 de julho de 2012. URL: <http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/2007.PDF>

ALTER, M. (2007). A integração do turismo no desenvolvimento rural - A experiência do LEADER no Alentejo Central. Pp. 10. In “O turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem”, Seminário de 23 de maio de 2007. Borralho, R., Pinto-Correia, T & Sousa, C. (Coords.). Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Universidade de Évora e Naturlink. Évora, Portugal.

ALTINAY, L. & PARASKEVAS, A. (2008). *Planning research in hospitality and tourism*. Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford, UK.

ÁLVAREZ-FARIZO, B. & HANLEY, N. (2002). Using conjoint analysis to quantify public preferences over the environmental impacts of wind farms. An example from Spain. *Energy Policy*, 30: 107–116.

AMARAL, S.M.S. (2009). *Análise comparativa da avaliação de impacto ambiental de parques eólicos em Portugal*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.

ANDERECK, K.L. (2009). Tourists' perceptions of environmentally responsible innovations at tourism businesses. *Journal of Sustainable Tourism*, 17 (4): 489-499.

ANDERECK, K., BRICKER, K.S., KERSTETTER, D. & NICKERSON, N.P. (2006). Connecting experiences to quality: understanding the meanings behind visitor's experiences. Pp. 81-98. In *Quality tourism experiences*. Jennings, G., & Nickerson, N.P. (Eds.). Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford, UK.

ANDERSSON, T.D. (2007). The tourist in the experience economy. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7 (1): 46–58.

ANDREWS, H. (2009). Tourism as a 'moment of being'. *Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society*, 34 (2): 5-21.

ANTROP, M. (2006). Sustainable landscapes: contradiction, fiction or utopia? *Landscape and Urban Planning*, 75: 187-197.

APA – AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012). *AIA Digital: Avaliação de Impacte Ambiental - Lista de Projetos Sujeitos a Pós-Avaliação*. Consultado a 14 setembro de 2012. URL: http://www2.apambiente.pt/IPAMB_DPP/historico/1stPosAval.asp

APREN – ASSOCIAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (2010). *Roteiro Nacional das Energias Renováveis: Aplicação da Directiva 2009/28/CE (versão final)*. Consultado a 23 de outubro de

2010. URL:
http://www.apren.pt/fotos/editor2/divulgacao/roadmap_apren_vfinal_18_03_2010.pdf
- ART, H.W. (Editor Geral) (1998). *Dicionário de ecologia e ciências ambientais*. Fundação Editora UNESP. Companhia Melhoramentos. São Paulo, Brasil.
- BALLANTYNE, R. & PACKER, J. (2011). Using tourism free-choice learning experiences to promote environmentally sustainable behaviour: the role of post-visit 'action resources'. *Environmental Education Research*, 17 (2): 201-215.
- BARBIER, E.B. (2002). The role of natural resources in economic development. *CIES (Centre For International Economic Studies) Discussion Paper series*. Discussion Paper No. 0227. Adelaide University. Australia. Consultado a 28 de fevereiro de 2011. URL: <http://dlyons01.web-prod.development.adelaide.edu.au/cies/papers/0227.pdf>
- BARBOSA, A. & CORREIA, A. (1990). *À descoberta da Estrela: rede de percursos pedestres de grande rota - Parque Natural da Serra da Estrela*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa, Portugal.
- BARDIN, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Edições 70. Lisboa, Portugal.
- BARKE, M. (2004). Rural tourism in Spain. *International Journal of Tourism Research*, 6: 137-149.
- BARKER, A. (2009). *Wind power and ecotourism: a study of sustainable development on the ground in Møre and Romsdal*. Master Thesis. Centre for Development and the Environment, University of Oslo.
- BARR, S. (2004). Are we all environmentalists now? Rhetoric and reality in environmental action. *Geoforum*, 35: 231-249.
- BARR, S., SHAW, G., COLES, T. & PRILLWITZ, J. (2010). 'A holiday is a holiday': practicing sustainability, home and away. *Journal of Transport Geography*, 18: 474-481.
- BASTOS, C., QUINTELA, M.M. & MATOS, A.P. (2002). *O novo aquilégio: Santo Amaro*. Consultado a 17 de setembro de 2012. URL: http://www.aguas.ics.ul.pt/guarda_bsamaro.html
- BATRA, A. (2006). Tourism marketing for sustainable development. *ABAC Journal*, 26 (1): 59-65.
- BEETON, S. (2005). The case study in tourism research: a multi-method case study approach. Pp. 37-49. In *Tourism research methods: integrating theory with practice*. Ritchie, B.W., Burns, P.M. & Palmer, C.A. (Eds.). CABI Publishing. UK.
- BELHASSEN, Y., CATON, K. & STEWART, W.P. (2008). The search for authenticity in the pilgrim experience. *Annals of Tourism Research*, 35 (3): 668-689.
- BELL, D., GRAY, T. & HAGGETT, C. (2005). The 'social gap' in wind farm siting decisions: explanations and policy responses. *Environmental Politics*, 14 (4): 460-477.
- BELL, S. & MORSE, S. (2008) *Sustainability indicators – measuring the immeasurable?* Earthscan. UK.
- BERG, B.L. (2001). *Qualitative research methods for the social sciences (4th)*. Allyn and Bacon. Boston, USA.
- BERGMANN, A., HANLEY, N. & WRIGHT, R. (2006). Valuing the attributes of renewable energy investments. *Energy Policy*, 34: 1004-1014.
- BERGMANN, A., COLOMBO, S. & HANLEY, N. (2008). Rural versus urban preferences for renewable energy developments. *Ecological Economics*, 65: 616-625.

- BIMONTE, S. (2008). The “tragedy of tourism resources” as the outcome of a strategic game – a new analytical framework. *Ecological Economics*, 67: 457-464.
- BINKHORST, E. & DEKKER, T.D. (2009). Agenda for co-creation tourism experience research. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 18 (2-3): 311-327.
- BIO3 Website (2011). *Projectos de Investigação (I&DT) – Wind & Biodiversity*. Consultado a 24 de setembro de 2011. URL: <http://www.bio3.pt/servicos-e-projectos/projectos-de-investigacao>
- BRANDTH, B. & HAUGEN, M.S. (2010). Farm diversification into tourism - Implications for social identity? *Journal of Rural Studies*, 27 (1): 35-44.
- BRAUNHOLTZ, S. (2003). *Public attitudes to wind farms: a survey of local residents in Scotland*. MORI Scotland, for Scottish Executive Social Research. Edinburgh, UK.
- BRIDGER, J.C., & LULOFF, A.E. (1999). Toward an interactional approach to sustainable community development. *Journal of Rural Studies*, 15: 377-387.
- BRIEDENHANN, J. & WICKENS, E. (2004). Tourism route as a tool for the economic development of rural areas – vibrant hope or impossible dream? *Tourism Management*, 25: 71-79.
- BRITTAN, G.G. (2001). Wind, energy, landscape: reconciling nature and technology. *Philosophy & Geography*, 4 (2): 169-184.
- BROWNILL, S. & CARPENTER, J. (2009). Governance and ‘Integrated’ Planning: the case of sustainable communities in the Thames Gateway, England. *Urban Studies*, 46 (2): 251-274.
- BUCKLEY, R.C. (2001). Turnover and trends in tourism ecolabels. Pp. 189-212. In *Tourism ecolabelling - certification and promotion of sustainable management*. Font, X. & Buckley, R.C. (Eds.). CABI Publishing, UK.
- BUDEANU, A. (2007). Sustainable tourist behaviour – a discussion of opportunities for change. *International Journal of Consumer Studies*, 31: 499-508.
- BUHALIS, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21: 97-116.
- BWEA – BRITISH WIND ENERGY ASSOCIATION (2006). *The impact of wind farms on the tourist industry in the UK*. Report for All-Party Parliamentary Group on Tourism. UK.
- CALLAGHAN, E.G. & COLTON, J. (2008). Building sustainable & resilient communities: a balancing of community capital. *Environment, Development and Sustainability*, 10 (6): 931-942.
- CAMP, W.G. & DAUGHERTY, T.B. (2004). *Managing our natural resources (4th edition)*. Delmar, Thomson Learning. New York, USA.
- CÁNOVES, G., VILLARINO, M., PRIESTLEY, G.K. & BLANCO, A. (2004). Rural tourism in Spain: an analysis of recent evolution. *Geoforum*, 35: 755–769.
- CASSIN, M. & ZOLIN, B. (2009). Can wind energy make a real contribution to improve the quality of life of rural/remote areas? – The European Union and India compared. *Transition Studies Review*, 16: 735-754.
- CASTRO, C. & MARTINS, P. (2010). Ensaio de variedades de linho em diferentes épocas. Comportamento fenológico e produção. *Revista de Ciências Agrárias [online]*, 33 (2): 53-60. Consultado a 09 de agosto de 2012. URL: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/rca/v33n2/v33n2a05.pdf>

- CAWLEY, M. & GILLMOR, D.A. (2008). Integrated rural tourism: concepts and practice. *Annals of Tourism Research*, 35 (2): 316–337.
- CÉBRIAN, A. (2003). El turista rural en Castilla-La Mancha y el sureste. Tipología frente a infradotación de servicios en las sierras de Murcia y Albacete. *Cuadernos de Turismo*, 11: 59-81.
- CHEN, L-C., LIN, S-P. & KUO, C-M. (2012). Rural tourism: marketing strategies for the bed and breakfast industry in Taiwan. *International Journal of Hospitality Management*, <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijhm.2012.07.005>
- CHHETRI, P., ARROWSMITH, C. & JACKSON, M. (2004). Determining hiking experiences in nature-based tourist destinations. *Tourism Management*, 25: 31–43.
- CHOI, H.C. & SIRAKAYA, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, 27: 1274–1289.
- CLARK, J.R.A. & CLARKE, R. (2011). Local sustainability initiatives in English National Parks: what role for adaptive governance? *Land Use Policy*, 28: 314–324.
- CMF – CAMÃRA MUNICIPAL DO FUNDÃO (2012). *O Município: Juntas de Freguesia*. Consultado a 01 de novembro de 2012. URL: <http://www.cm-fundao.pt/>
- COCCOSSIS, H. & CONSTANTOGLU, M.E. (2006). *The use of typologies in tourism planning: Problems and conflicts*. Comunicação apresentada no “46th Congress of the European Regional Science Association (ERSA)”. University of Thessaly. Consultado a 19 de fevereiro de 2011. URL: <http://www.sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa06/papers/712.pdf>
- COELHO, C.I.A. (2007). *Avaliação dos impactes ambientais dos parques eólicos em áreas protegidas: o caso de estudo do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de Mestrado. Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- COHEN, E. (1979). A phenomenology of tourist experiences. *Sociology*, 13: 179-201.
- COHEN, E. (1988). Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of Tourism Research*, 15 (3): 371-386.
- COLTON, J. & CALLAGHAN, E. (2005). *Building a sustainable community: the role of leisure, recreation and tourism*. Comunicação apresentada no “11th Canadian Congress on Leisure Research”, Malaspina University-College, Canadá. Consultado a 18 de março de 2011. URL: <http://lin.ca/Uploads/cclr11/CCLR11-19.pdf>
- COOPER, C., FLETCHER, J., FYALL, A., GILBERT, D. & WANHILL, S. (2008). *Tourism: principles and practice* (4th Ed.). Prentice Hall. UK.
- CORREIA, T.P. (2007). *Novas perspectivas para a paisagem rural: o desafio da multifuncionalidade*. Pp. 3-4. n “O turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem”, Seminário de 23 de maio de 2007. Borralho, R., Pinto-Correia, T & Sousa, C. (Coords.). Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Universidade de Évora e Naturlink. Évora, Portugal.
- COSTA, C. (2001). Introdução ao tema. In “*Novas estratégias para o turismo - Europarque, 2000*”, Comunicação apresentada no Seminário organizado pela AEP - Associação Empresarial de Portugal.
- COSTA, C.M.M. (2005). *Projeto Turístico Estruturante de Base Regional para os concelhos de Águeda, Vouzela, Oliveira de Frades e Tondela*. GrupUnave/ Universidade de Aveiro. Aveiro.

COUNCIL OF EUROPE (2000). *European Landscape Convention, Florence, 20 October 2000*. Consultado a 22 de setembro de 2011. URL: <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm>

COUTINHO, C.P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Almedina. Coimbra, Portugal.

COUTO, J.P. & COUTO, A. (2007). *Integração dos projectos eólicos com a envolvente*. Comunicação apresentada na Conferência “Engenharias ’07 – Inovação & Desenvolvimento”, 21-23 de novembro. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

CRESWELL, J.W. (2009). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (3rd)*. SAGE Publications. California, USA.

CRESWELL, J.W. (2011). *Educational research: planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research (4th)*. Pearson Education. Boston, USA.

CROUCH, G.I., DEVINNEY, T., DOLNICAR, S., HUYBERS, T., LOUVIERE, J. & OPPEWAL, H. (2005). *New horses for old courses: questioning the limitations of sustainable tourism to supply-driven measures and the nature-based context*. University of Wollongong. Consultado a 02 de março de 2011. URL: <http://ro.uow.edu.au/compapers/70>

CUNHA, L. (2003). *Introdução ao Turismo (2ª Ed.)*. Editorial Verbo. Lisboa, Portugal.

CUNHA, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Editorial Verbo. Lisboa, Portugal.

DALTON, G.J., LOCKINGTON, D.A. & BALDOCK, T.E. (2008). A survey of tourist attitudes to renewable energy supply in Australian hotel accommodation. *Renewable Energy*, 33: 2174-2185.

DECRETO-LEI n.º 557/76 de 16 de julho (1976). *Cria o Parque Natural da Serra da Estrela*. Presidência de Conselho de Ministros. Consultado a 10 setembro de 2012. URL: <http://www.dre.pt/pdf1s/1976/07/16500/15621565.pdf>

DENG, J., KING, B. & BAUER, T. (2002). Evaluating natural attractions for tourism. *Annals of Tourism Research*, 29 (2): 422-438.

DENSCOMBE, M. (2007). *The good research guide: for small-scale social research projects (3rd)*. Open University Press. Berkshire, UK.

DENZIN, N. (2009). *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. Transaction Publishers. New Jersey, USA.

DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (Eds.) (2005). *The SAGE handbook of qualitative research (3rd)*. SAGE Publications. California, USA.

DEVESA, M., LAGUNA, M. & PALACIOS, A. (2010). The role of motivation in visitor satisfaction: empirical evidence in rural tourism. *Tourism Management*, 31: 547-552.

DEVINE-WRIGHT, P. (2005). Beyond NIMBYism: towards an integrated framework for understanding public perceptions of wind energy. *Wind Energy*, 8: 125-139.

DEVINE-WRIGHT, P. & HOWES, Y. (2010). Disruption to place attachment and the protection of restorative environments: a wind energy case study. *Journal of Environmental Psychology*, 30: 271–280.

DEVLIN, E. (2002). *Factors affecting public acceptance of wind turbines in Sweden*. Master thesis, Lund University, Sweden.

- DEY, I. (1993). *Qualitative data analysis: a user-friendly guide for social scientists*. Routledge. London, UK. Consultado a 14 de outubro de 2011. URL: http://drapuig.info/files/Qualitative_data_analysis.pdf
- DGEG - DIRECÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA (2012). *Roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal: loja de cristais das Minas da Panasqueira*. Consultado a 10 de novembro de 2012. URL: <http://www.roteirodeminas.pt/>
- DIAMANTIS, D. & WESTLAKE, J. (2001). Ecolabelling in the context of sustainable tourism and ecotourism. Pp. 27-40. In *Tourism ecolabelling - certification and promotion of sustainable management*. Font, X. & Buckley, R.C. (Eds.). CABI Publishing, UK.
- DIAS, J.P.A. (2011). *Aldeias do Xisto – o turismo como futuro para áreas rurais*. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. Porto, Portugal.
- DIEF, M. & FONT, X. (2010). The determinants of hotels' marketing managers' green marketing behaviour. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (2): 157–174.
- DIMITROPOULOS, A. & KONTOLEON, A. (2009). Assessing the determinants of local acceptability of wind-farm investment: a choice experiment in the Greek Aegean Islands. *Energy Policy*, 37: 1842-1854.
- DINAN, C. & SARGEANT, A. (2000). Social marketing and sustainable tourism - is there a match?. *International Journal of Tourism Research*, 2: 1-14.
- DOLNICAR, S. & GRÜN, B. (2009). Environmentally friendly behavior - can heterogeneity among individuals and contexts/environments be harvested for improved sustainable management?. *Environment & Behavior*, 41 (5): 693-714. Consultado a 22 de abril de 2011. URL: <http://ro.uow.edu.au/commpapers/658>
- DOLNICAR, S. & LEISCH, F. (2008). An investigation of tourists' patterns of obligation to protect the environment. *Journal of Travel Research*, 46(4): 381-391.
- DOMINGUES, A. (2003). Paisagens rurais em Portugal: algumas razões de polémica. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol. XIX: 111-117.
- DRF (2012). *Demos: mapa de Portugal*. Consultado a 22 julho de 2012. URL: <http://www.dfr.pt/empresa.php>
- DREWITT, A.L. & LANGSTON, R.H.W. (2006). Assessing the impacts of wind farms on birds. *Ibis*, 148: 29-42.
- DUNLAP, R.E. (2008). The New Environmental Paradigm Scale: from marginality to worldwide use. *Journal of Environmental Education*, 40 (1): 3-18.
- EK, K. (2002). *Valuing the environmental impacts of wind power - a choice experiment approach*. Licentiate Thesis. Luleå University of Technology, Porsön, Sweden.
- EK, K. (2005). Public and private attitudes towards “green” electricity: the case of Swedish wind power. *Energy Policy*, 33: 1677-1689.
- EKINS, P., SIMON, S., DEUTSCH, L., FOLKE, C. & DE GROOT, R. (2003). A Framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. *Ecological Economics*, 44 (2-3): 165-185.
- ELANDS, B.H.M. & LENGKEEK, J. (2000). *Typical tourists: research into the theoretical and methodological foundations of a typology of tourism and recreation experiences*. Mansholt Studies, Vol. 21. Wageningen University, The Netherlands.

- ELTHAM, D.C., HARRISON, G.P. & ALLEN, S.J. (2008). Change in public attitudes towards a Cornish wind farm: implications for planning. *Energy Policy*, 36: 23-33.
- EUROPEAN COMMISSION (2007). Energy Technologies: Knowledge, Perception, Measures. *Special Eurobarometer 262 / Wave 65.3 – TNS Opinion & Social*. Consultado a 30 de setembro de 2011. URL: http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_262_en.pdf
- FADIGAS, L. (2011). *Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem*. Edições Sílabo. Lisboa, Portugal.
- FALHAS, S. (2010). *Aldeias Históricas de Portugal: guia turístico*. Olho de Turista, Lda. (Ed.). Mêda, Portugal.
- FARSARI, Y. & PRASTACOS, P. (2001). Sustainable tourism indicators for Mediterranean established destinations. *Tourism Today*, 1 (1): 103-121.
- FENNELL, D.A. & BUTLER, R.W. (2003). A human ecological approach to tourism interactions. *International Journal of Tourism Research*, 5: 197-210.
- FIELD, B.C. (2008). *Natural resource economics – an introduction*. Waveland Press. USA.
- FIELD, B.C. & FIELD, M.K. (2003). *Economía ambiental*. McGraw Hill. Spain.
- FIGUEIREDO, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de Doutoramento, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.
- FIGUEIREDO, E. (2008a). Imagine there's no rural: the transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*, 15 (2): 159-171.
- FIGUEIREDO, E. (2008b). ¿Cómo proteger a las personas en las áreas protegidas? El medio ambiente como vulnerabilidade en dos áreas protegidas portuguesas. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 220: 45-69.
- FINN, M., ELLIOTT-WHITE, M. & WALTON, M. (2000). *Tourism & leisure research analysis – data collection, analysis and interpretation*. Longman. UK.
- FIRESTONE, J. & KEMPTON, W. (2007). Public opinion about large offshore wind power: underlying factors. *Energy Policy*, 35: 1584-1598.
- FLEISCHER, A. & PIZAM, A. (1997). Rural tourism in Israel. *Tourism Management*, 18 (6): 367-372.
- FLEISCHER, A. & TCHETCHIK, A. (2005). Does rural tourism benefit from agriculture? *Tourist Management*, 26: 493-501.
- FLICK, U. (2009). *Métodos de pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa (3^{ed})*. Artmed Editora. São Paulo, Brasil.
- FLØYSAND, A. & JAKOBSEN, S-E. (2007). Commodification of rural places: a narrative of social fields, rural development, and football. *Journal of Rural Studies*, 23 (2): 206-221.
- FONSECA, F.P. & RAMOS, R.A.R. (2007). O turismo como panaceia para inverter o declínio dos espaços rurais? O caso de Almeida. In *“Agricultura multifuncional, desenvolvimento rural e políticas públicas”*, Congresso de Estudos Rurais (III CER), Universidade do Algarve. Faro, Portugal.
- FONTANA, A. & GREY, J.H. (2005). The interview – from neutral stance to political involvement. Pp. 695-727. In *The SAGE handbook of qualitative research (3rd)*. Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (Eds.). SAGE Publications. California, USA.

- FOSTER, P. (2006). Observational Research. Pp. 57-92. In *Data collection and analysis (2nd)*. Sapsford, R. & Jupp, V. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- FRANTÁL, B. & KUNC, J. (2011). Wind turbines in tourism landscapes - Czech Experience. *Annals of Tourism Research*, 38 (2): 499-519.
- FRENT, C. (2009). The economic importance of vacation homes from the Tourism Satellite Account (TSA) perspective, *Tourism Review*, 64(2): 19-27.
- FROCHOT, I. (2005). A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective. *Tourism Management*, 26: 335-346.
- FROLOVA, M. (2010). Los paisajes de la energía eólica: su percepción social y gestión en España. *Nimbus*, 25/26: 93-110.
- GALVÃO, M.J. & VARETA, N.D. (2010). A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. *Cadernos - Curso de Doutoramento em Geografia*, 2: 61-86.
- GAMA, A. P. (2009). O estudo de caso como metodologia de investigação em marketing e gestão. *Revista Portuguesa de Marketing*, 25: 72-83.
- GAMACHE, N., DOMON, G. & JEAN, Y. (2004). Pour une compréhension des espaces ruraux: représentations du paysage de territoires français et québécois. *Cahiers d'économie et sociologie rurales*, 73: 71-102.
- GAMBOA, G. & MUNDA, G. (2007). The problem of windfarm location: a social multi-criteria evaluation framework. *Energy Policy*, 35: 1564-1583.
- GARROD, B., WORNELL, R. & YOUJELL, R. (2006). Re-conceptualising rural resources as countryside capital: the case of rural tourism. *Journal of Rural Studies*, 22: 117-128.
- GDF SUEZ (2011). *Parque eólico da serra do Ralo*. Consultado a 21 outubro de 2011. URL: <http://www.gdfsuez-energia.pt>
- GEE, K. (2010). Offshore wind power development as affected by seascape values on the German North Sea coast. *Land Use Policy*, 27: 185-194.
- GEOPARK NATURTEJO (2012). *GeoPark Naturtejo*. Consultado a 22 de setembro de 2012. URL: <http://www.naturtejo.com/>
- GHIGLIONE, R. & MATALON, B. (1993). *O Inquérito: teoria e prática*. Celta Editora. Oeiras, Portugal.
- GIBS, G. (2007). *Analysing qualitative data (the SAGE qualitative research kit)*. Flick, U. (Ed.). SAGE Publications. London, UK.
- GNOTH, J. (2003). *Customer activated services networks: towards a dynamic model for tourism destinations*. 32nd EMAC Conference Proceedings. [CD-Rom]. University of Strathclyde, Glasgow.
- GONÇALVES, A.C.R. (2010). Impactes ambientais em áreas mineiras activas – o caso da Ribeira do Bodelhão, Minas da Panasqueira. Comunicação apresentada no “VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física”, em maio. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- GÖSSLING, S. (2003). Market integration and ecosystem degradation: is sustainable tourism development in rural communities a contradiction in terms? *Environment, Development and Sustainability*, 5: 383-400.

- GÖSSLING, S., HANSSON, C.B., HÖRSTMEIER, O. & SAGGEL, S. (2002). Ecological footprint analysis as a tool to assess tourism sustainability. *Ecological Economics*, 43: 199-211.
- GÖSSLING, S., PEETERS, P., CERON, J., DUBOIS, G., PATTERSON, T. & RICHARDSON, R.B. (2005). The eco-efficiency of tourism. *Ecological Economics*, 54: 417-434.
- GOULD, J. (2005). *Wind farms: landscape intrusion or landscape infusion?* Thesis Draft for Submittal to the Environmental Program. University of Vermont, USA.
- GRADY, B. (2009). *Nature as a transformational space and facilitating environment for psychological growth: a psychodynamic perspective*. Psychology Ph.D. Massachusetts School of Professional Psychology, Massachusetts, USA.
- GRAHAM, J.B., STEPHENSON, J.R. & SMITH, I.J. (2009). Public perceptions of wind energy developments: case studies from New Zealand. *Energy Policy*, 37: 3348-3357.
- GRIMES, S. (2000). Rural areas in the information society: diminishing distance or increasing learning capacity? *Journal of Rural Studies*, 16: 13-21.
- GUBA, E.G. & LINCOLN, Y.S. (2005). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. Pp. 191-215. In *The SAGE handbook of qualitative research (3rd)*. Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (Eds.). SAGE Publications. California, USA.
- GWEC – GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (2010). *Global wind 2009 report*. Brussels, Belgium. Consultado a 23 de outubro de 2010. URL: <http://www.gwec.net/index.php?id=103>
- GWEC – GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (2011). *Annual market update 2010*. Brussels, Belgium. Consultado a 14 de setembro de 2011. URL: <http://www.gwec.net/index.php?id=103>
- HALL, D. (2004). Rural tourism development in Southeastern Europe: transition and the search for sustainability. *International Journal of Tourism Research*, 6: 165–176.
- HAUGHTON, J., GIUFFRE, D., BARRETT, J. & TUERCK, D.G. (2004). *An economic analysis of a wind farm in Nantucket Sound*. The Beacon Hill Institute, Suffolk University. Boston, USA. Consultado a 20 de novembro de 2010. URL: <http://www.beaconhill.org/BHISTudies/Windmills2004/WindFarmArmyCorps.pdf>
- HAWCROFT, L.J. & MILFONT, T.L. (2010). The use (and abuse) of the new environmental paradigm scale over the last 30 years: a meta-analysis. *Journal of Environmental Psychology*, 30: 143-158.
- HENRIQUES, F.F. (1726). *Aquilegio medicinal: em que se dá notícia das agoas de caldas, de fontes, rios, poços, lagoas, e cisternas do Reyno de Portugal e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memoria*. Oficina da Musica. Lisboa, Portugal.
- HILLERY, M., NANCARROW, B., GRIFFIN, G. & SYME, G. (2001). Tourist perception of environmental impact. *Annals of Tourism Research*, 28 (4): 853-867.
- HÖCHTL, F., RUȘDEA, E., SCHAICH, H., WATTENDORF, P., BIELING, C., REEG, T. & KONOLD, W. (2007). Building bridges and crossing borders: integrative approaches to rural landscape management in Europe. *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography*, 61: 157-169.
- HOLDEN, A. (2006). *Tourism studies and the social sciences*. Routledge. USA.
- HOSANY, S. & WITHAM, M. (2009). *Dimensions of Cruisers' Experiences, Satisfaction and Intention to Recommend* [versão electrónica]. The School of Management Working Paper Series. SoMWP–

0905. Royal Holloway, University of London. UK. Consultado a 21 de fevereiro de 2011. URL: http://eprints.rhul.ac.uk/768/1/0905_Hosany_Witham.pdf

HUGHES, G. (2002). Environmental indicators. *Annals of Tourism Research*, 29 (2): 457-477.

HURTADO, J.P., FERNÁNDEZ, J., PARRONDO, J.L. & BLANCO, E. (2004). Spanish method of visual impact evaluation in wind farms. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 8: 483-491.

ICN – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2005). *Parque Natural da Serra da Estrela*. Consultado a 28 dezembro de 2011. URL: <http://portal.icnb.pt/>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012). *Sítios de Importância Comunitária (SIC)*. Consultado a 28 setembro de 2012. URL: http://www.icnf.pt/ICNFPortal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000+2010/RN2000+em+Portugal/sitios_importancia_comunitaria.htm

IEFP – INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2001). *Classificação Nacional de Profissões – Versão 1994*. Gabinete de Comunicação-Núcleo de Informação e Documentação do IEFP. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (2006). *Serviços online: IGeoE-SIG*. Consultado a 22 de setembro de 2012. URL: <http://www.igeoe.pt/igeoesig/igeoesig.asp>

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1983). *Recenseamentos da população e habitação – 1981: distritos de Castelo Branco e da Guarda (resultados definitivos)*. Instituto Nacional de Estatística, Serviços Centrais. Lisboa, Portugal.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1993). *Censos91 (resultados definitivos): região do Centro*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, Portugal.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001). *Censos 2001: população empregada (n.º) por local de residência (à data dos Censos 2001) e actividade económica (CAE Rev. 2.1), Decenal*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, Portugal.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002a). *Censos 2001 (resultados definitivos): Centro*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, Portugal.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008). *Conceitos - Conceitos Estatísticos – Turismo - Residência secundária utilizada para fins turísticos*. Consultado a 18 de abril de 2012. URL: http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detail.aspx?cnc_cod=4382&cnc_ini=16-05-2008

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011). *Censos - Resultados provisórios: 2011*. Consultado a 06 agosto 2012. URL: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012). *Destaques - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional: 2009*. Consultado a 16 agosto de 2012. URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaque&DESTAQUESdest_boui=133295328&DESTAQUESmodo=2

INSKEEP, E. (1991). *Tourism planning: an integrated and sustainable development approach*. Van Nostrand Reinhold. New York, USA.

JACKSON, C., MORGAN, M. & HEMMINGTON, N. (2009). Extraordinary experiences in tourism: introduction to the special edition. *International Journal of Tourism Research*, 11: 107–109.

- JENNINGS, G.R. (2005). Interviewing: a focus on qualitative techniques. Pp. 99-118. In *Tourism research methods: integrating theory with practice*. Ritchie, B.W., Burns, P. & Palmer, C. (Eds.). CABI Publishing. Wallingford, UK.
- JENNINGS, G.R. (2007). Advances in tourism research: theoretical paradigms and accountability. Pp. 9-35. In *Advances in modern tourism research, economic perspectives*. Matias, A., Nijkamp, P. & Neto, P. (Eds.). Physica-Verlag. Heidelberg, Germany.
- JENSEN, Ø. (2010). Social mediation in remote developing world tourism locations – the significance of social ties between local guides and host communities in sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (5): 615-633.
- JESUS, J. & FREIRE, O. (2004). *Parque Eólico de Videmonte: estudo de impacte ambiental (resumo não técnico)*. Consultado a 07 de janeiro de 2012. URL: http://www2.apambiente.pt/IPAMB_DPP/docs/RNT1154.pdf
- JOHANSSON, M. & LAIKE, T. (2007). Intention to respond to local wind turbines: the role of attitudes and visual perception. *Wind Energy*, 10: 435-451.
- JOHNSON, G.D., ERICKSON, W.P., STRICKLAND, M.D., SHEPHERD, M.F., SHEPHERD D.A. & SARAPPO, S.A. (2003). Mortality of bats at a large-scale wind power development at Buffalo Ridge, Minnesota. *The American Midland Naturalist*, 150 (2): 332-342.
- JOHNSON, R.B. & ONWUEGBUZIE, A.J. (2004). Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. *Educational Researcher*, 33 (7): 14-26.
- JONES, C.R. & EISER, J.R. (2009). Identifying predictors of attitudes towards local onshore wind development with reference to an English case study. *Energy Policy*, 37: 4604-4614.
- JONES, C.R. & EISER, J.R. (2010). Understanding ‘local’ opposition to wind development in the UK: how big is a backyard? *Energy Policy*, 38: 3106-3117.
- JONES, C.R., ORR, B.J. & EISER, J.R. (2011). When is enough, enough? Identifying predictors of capacity estimates for onshore wind-power development in a region of the UK. *Energy Policy*, 39: 4563-4577.
- JORGE, F. (Coord.) (2007). *Portugal visto do céu*. Argumentum. Lisboa, Portugal.
- JORGENSEN, A. (2011). Beyond the view: Future directions in landscape aesthetics research. *Landscape and Urban Planning*, 100: 353-355.
- JOUMARD, R. & GUDMUNDSSON, H. (Eds.) (2010). *Indicators of environmental sustainability in transport - An interdisciplinary approach to methods*. Recherches. Les collections de l'INRETS - Institut national de recherche sur les transports et leur sécurité.
- JUROWSKI, C. (2009). *An examination of the four realms of tourism experience theory*. International CHRIE Conference-Referedd Track. Paper 23. Consultado a 15 setembro de 2012. URL: <http://scholarworks.umass.edu/refereed/Sessions/Wednesday/23/>
- KALDELLIS, J.K. (2005). Social attitude towards wind energy applications in Greece. *Energy Policy*, 33: 595-602.
- KASTENHOLZ, E. (2002). *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing - o caso do Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.

- KASTENHOLZ, E. (2003). A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. Pp. 203-216. In *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Simões, O. & Cristóvão, A. (Orgs.). Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra, Portugal.
- KASTENHOLZ, E. (2004). ‘Management of demand’ as a tool in sustainable tourist destination development. *Journal of Sustainable Tourism*, 12 (5): 388-408.
- KASTENHOLZ, E. (2005). Contributos para o marketing de destinos rurais – o caso do Norte de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2 (1): 21-33.
- KASTENHOLZ, E. (2006). O marketing de destinos turísticos – o seu significado e potencial, ilustrado para um destino rural. Pp. 31-44. In *Revista Turismo & Desenvolvimento (n.º 6)*. Costa, C., Silva, J.A. & Malta, P.A. (Eds.). Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.
- KASTENHOLZ, E. (2010). Experiência global em turismo rural e desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Pp. 420-435. In Livro de Atas do 4º Congresso de Estudos Rurais: *Mundos Rurais em Portugal - múltiplos olhares, múltiplos futuros*. Figueiredo, E., Kastenholtz, E., Eusébio, M., Gomes, M., Carneiro, M., Batista, P. & Valente, S. (Eds.). 4-6 de fevereiro. Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.
- KASTENHOLZ, E., CARNEIRO, M. & MARQUES, C. (2012a). Marketing the rural tourism experience. Pp. 247-264. In *Strategic marketing in tourism services*. Tsiotsou, R.H. & Goldsmith R.E. (Eds.). Emerald Group Publishing. Bingley, UK.
- KASTENHOLZ, E., CARNEIRO, M., MARQUES, C. & LIMA, J. (2012b). Understanding and managing the rural tourism experience – the case of a historical village in Portugal. *Tourism Management Perspectives*, 4: 207-214.
- KASTENHOLZ, E., DAVIS, D. & PAUL, G.W. (1999). Segmenting tourism in rural areas: the case of North and Central Portugal. *Journal of Travel Research*, 37 (4): 353-363.
- KASTENHOLZ, E. & LIMA, J. (2011). The integral rural tourism experience from the tourist’s point of view – a qualitative analysis of its nature and meaning. *Revista Encontros Científicos - Tourism & Management Studies*, 7: 62-74.
- KASTENHOLZ, E. & PAUL, G.W. (2004). Destination marketing: profit- or non-profit marketing? *Actas das “III Jornadas Internacionais de Marketing Público e Não-Lucrativo”*, Universidade da Beira Interior, 1-2 de abril. Covilhã, Portugal.
- KELLERT, S. R. (1993). The biological basis for human values of nature. Pp. 42-71. In *The Biophilia Hypothesis*. Kellert, S.R. & Wilson, E.O. (Eds.). Island Press. USA.
- KELLY, J., HAIDER, W., WILLIAMS, P.W. & ENGLUND, K. (2007). Stated preferences of tourists for eco-efficient destination planning options. *Tourism Management*, 28: 377-390.
- KEMPTON, W., FIRESTONE, J., LILLEY, J., ROULEAU, T. & WHITAKER, P. (2005). The offshore wind power debate: views from Cape Cod. *Coastal Management*, 33:119-149.
- KIM, H., BORGES, M.C. & CHON, J. (2006). Impacts of environmental values on tourism motivation: the case of FICA, Brazil. *Tourism Management*, 27: 957-967.
- KNUTSON, B.J. & BECK, J.A. (2003). Identifying the dimensions of the experience construct: development of the model. Pp. 23-36. In *Current issues and development in hospitality and tourism satisfaction*. Williams, J.A. & Uysal, M. (Eds.). The Haworth Press. USA.
- KOTCHEN, M.J. & REILING, S.D. (2000). Environmental attitudes, motivations, and contingent valuation of nonuse values: a case study involving endangered species. *Ecological Economics*, 32: 93-107.

- KOWAL, S. & O'Connell, D.C. (2004). The transcription of conversations. Pp. 248-252. In *A companion to qualitative research*. Flick, U., von Kardoff, E. & Steinke, I. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- KRUEGER, A.D. (2007). *Valuing public preferences for offshore wind power: a choice experiment approach*. Philosophy Ph.D. Marine Studies, Faculty of the University of Delaware, Delaware, USA.
- LACHMAN, B.E. (1997). *Linking Sustainable Community Activities to Pollution Prevention*. RAND – Critical Technologies Institute. Washington, D.C. Consultado a 18 de março de 2011. URL: http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/2005/MR855.pdf
- LADENBURG, J. (2010). Attitudes towards offshore wind farms - the role of beach visits on attitude and demographic and attitude relations. *Energy Policy*, 38: 1297-1304.
- LADENBURG, J. & DUBGAARD, A. (2007). Willingness to pay for reduced visual disamenities from offshore wind farms in Denmark. *Energy Policy*, 35: 4059-4071.
- LANE, B. (1994). "What is rural tourism?". *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1/2): 7-21.
- LAROCHE, M., BERGERON, J. & BARBARO-FORLEO, G. (2001). Targeting consumers who are willing to pay more for environmentally friendly products. *Journal of Consumer Marketing*, 18 (6): 503-520.
- LAUTENSACH, H. (1991). As orlas oeste e sul do Alto de Portugal. Pp. 151-154. In *Geografia de Portugal – a posição geográfica e o território (vol. 1)*. Ribeiro, O. & Lautensach, H. (Coords.). Edições João Sá da Costa. Lisboa, Portugal.
- LEDEC, G.C., RAPP, K.W. & AIELLO, R.G. (2011). *Greening the wind: environmental and social considerations for wind power development in Latin America and beyond*. Full Report. Energy Unit of the Sustainable Development Department of the Latin America and Caribbean Region of the World Bank. ESMAP - Energy Sector Management Assistance Program. Washington, USA. Consultado a 20 de setembro de 2011. URL: http://www.esmap.org/esmap/sites/esmap.org/files/Greening_The_Wind_LAC_ESMAP_June%202011.pdf
- LEE, W.H. & MOSCARDO, G. (2005). Understanding the impact of ecotourism resort experiences on tourists' environmental attitudes and behavioural intentions. *Journal of Sustainable Tourism*, 13 (6): 546-565.
- LEWIS, F. (2003). Design issues: Pp. 47-76. In *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. Ritchie, J. & Lewis, J. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- LILLEY, M.B., FIRESTONE, J. & KEMPTON, W. (2010). The effect of wind power installations on coastal tourism. *Energies*, 3: 1-22.
- LODICO, M.G., SPAULDING, D.T. & VOEGTLE, K.H. (2006). *Methods in educational research: from theory to practice*. Jossey-Bass. San Francisco, USA.
- LORENTZEN, A. (2009). Cities in the experience economy. *European Planning Studies*, 17 (6): 829-845.
- LORENTZEN, A. & HANSEN, C.J. (2009). The role and transformation of the city in the experience economy: identifying and exploring research challenges. *European Planning Studies*, 17 (6): 819-826.
- LOTHIAN, A. (2008). Scenic perceptions of the visual effects of wind farms on South Australian landscapes. *Geographical Research*, 46(2): 196-207.

LUDWIG, D., HILBORN, R. & WALTERS, C. (1993). Uncertainty, resource exploitation, and conservation: lessons from history. *Science*, 269(5104): 17-36.

MANENTE, M. & MINGHETTI, V. (2006). Destination management organizations and actors. Pp. 228-237. In *Tourism business frontiers: consumers, products and industry*. Buhalis, D. & Costa, C. (Eds.). Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford, UK.

MARCOUILLER, D.W., KIM, K. & DELLER, S.C. (2004). Natural amenities, tourism and income distribution. *Annals of Tourism Research*, 31(4): 1031-1050.

MARINHO, S.M.R. (2009). *A energia eólica e o Parque Eólico das Terras Altas de Fafe: um estudo sobre concepções e opiniões de professores de Física e Química e de alunos de 9º ano*. Tese de Mestrado. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho. Braga, Portugal.

MARQUES, C.A. (1996). *A serra da Estrela: estudo geográfico*. Assírio & Alvim. Lisboa, Portugal.

MARSHALL, M.N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family Practice*, 13(6): 522-525.

MARTINS, C. (2003). *Turismo em zonas rurais: oportunidades para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Instituto Politécnico de Bragança. Comunicação apresentada no “1º Encontro de Turismo em Espaços Rurais e Naturais”, Coimbra. Consultado a 26 de março de 2011. URL: http://www.esac.pt/tern/tern/papers/3-8-Catarina%20Martins_a.pdf

MASON, J. (2002). *Qualitative researching (2nd)*. SAGE Publications. London, UK.

MASON, P. (2003). *Tourism impacts, planning and management*. Butterworth-Heinemann. UK.

MAYER, F.S. & FRANTZ, C.M. (2004). The connectedness to nature scale: a measure of individuals' feeling in community with nature. *Journal of Environmental Psychology*, 24: 503-515.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (s/d). *Panfleto divulgativo: Moinhos da Rapa, o renascer da mó*. Câmara Municipal de Celorico da Beira. Celorico da Beira, Portugal.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2005). *Fluxo de visitantes no posto de turismo entre 2002 e 2004*. Gabinete de Turismo da Câmara Municipal de Celorico da Beira. Não publicado.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009). *Página de internet da Câmara Municipal de Celorico da Beira*. Consultado a 08 dezembro de 2011. URL: <http://www.cm-celoricodabeira.pt>

McCRACKEN, G. (1988). *The Long Interview*. SAGE Publications. California, USA.

MCKERCHER, B., PRIDEAUX, B., CHEUNG, C. & LAW, R. (2010). Achieving voluntary reductions in the carbon footprint of tourism and climate change. *Journal of Sustainable Tourism*, 18 (3): 297-317.

MEHMETOGLU, M. & ENGEN, M. (2011). Pine and Gilmore's concept of experience economy and its dimensions: an empirical examination in tourism. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 12 (4): 237-255.

MERTENS, D.M. (2010). *Research and evaluation in education and psychology: integrating diversity with quantitative, qualitative, and mixed methods (3rd)*. SAGE Publications. California, USA.

MILLER, G.A. (2001). *The development of indicators for the promotion of sustainable tourism*. PhD thesis. School of Management Studies for the Service Sector, University of Surrey. UK.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO (2008). *Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março – Aprovação do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos*. DR 48 - Série I.

MIRANDA, A.S.C.R. (2007). *O papel da AIA na melhoria da qualidade dos projectos no caso dos parques eólicos*. Tese de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Portugal.

MO – MUNICÍPIO DE OLEIROS (2012). *Turismo: pesca*. Consultado a 29 de outubro de 2012. URL: <http://www.cm-oleiros.pt/>

MOLERA, L. & ALBALADEJO, I.P. (2007). Profiling segments of tourists in rural areas of South-Eastern Spain. *Tourism Management*, 28: 757-767.

MOLINA-RUIZ, J., MARTÍNEZ-SÁNCHEZ, M.J., PÉREZ-SIRVENT, C., TUDELA-SERRANO, M.L. & GARCÍA LORENZO, M.L. (2011). Developing and applying a GIS-assisted approach to evaluate visual impact in wind farms. *Renewable Energy*, 36: 1125-1132.

MOREIRA, M.C. (1980). Linhares: aspectos históricos. In *Coleção "Parques Naturais, vol. 6"*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. Lisboa, Portugal.

MORGAN, M., ELBE, J. & ESTEBAN, J.C. (2009). Has the experience economy arrived? The views of destination managers in three visitor-dependent areas. *International Journal of Tourism Research*, 11: 201–216.

MORI SCOTLAND (2002). *Tourist attitudes towards wind farms*. Summary Report, for Scottish Renewables Forum and British Wind Energy Association. Consultado a 01 de outubro de 2011. URL: <http://www.bwea.com/pdf/MORI.pdf>

MOSSBERG, L. (2007). A marketing approach to the tourist experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7 (1): 59-74.

MÜLLER, D. (2002). German second home development in Sweden. Pp. 169-186. In *Tourism and migration: new relationships between production and consumption*. Hall, C. & Williams, A. (Eds.). Kluwer Academic Publishers. Dordrecht, The Netherlands.

MUNDAY, M., BRISTOW, G. & COWELL, R. (2011). Wind farms in rural areas: How far do community benefits from wind farms represent a local economic development opportunity? *Journal of Rural Studies*, 27: 1-12.

NADAÏ, A., KRAUSS, W., AFONSO, A.I., DRACKLÉ, D., HINKELBEIN, O., LABUSSIÈRE, O. & MENDES, C. (2010). El paisaje y la transición energética: comparando el surgimiento de paisajes de energía eólica en Francia, Alemania y Portugal. *Nimbus*, 25/26: 155-173.

NADAÏ, A. & VAN DER HORST, D. (2010). Wind power planning, landscapes and publics (Editorial). *Land Use Policy*, 27: 181-184.

NETO, F. (2003). *A new approach to sustainable tourism development: moving beyond environmental protection*. Discussion Paper of the United Nations Department of Economic and Social Affairs. ST/ESA/2003/DP/29. United Nations, New York. Consultado a 30 de março de 2011. URL: <http://www.un.org/esa/desa/papers/2003/esa03dp29.pdf>

NEWTON, J. (2007). *Well-being and the natural environment: a brief overview of the evidence*. Consultado a 14 de abril de 2011. URL: <http://www3.surrey.ac.uk/resolve/seminars/Julie%20Newton%20Paper.pdf>

NFO (2002). *Investigation into the Potential Impact of Wind Farms on Tourism in Scotland*. Final Report, for Visit Scotland. Edinburgh, UK. Consultado a 01 de outubro de 2011. URL: http://www.viewsofscotland.org/library/docs/VS_Survey_Potential_Impact_of_WF_02.pdf

NFO (2003). *Investigation into the potential Impact of Wind Farms on Tourism in Wales*. Summary Report, for Wales Tourist Board. Cardiff, Wales, UK. Consultado a 01 de outubro de 2011. URL:

http://www.citizensforresponsiblewind.com/uploads/5/7/5/9/5759868/470_potential_tourism_impact_of_wind_farms_on_wales_vw_03.pdf

OBJECTIVO 2015 - CAMPANHA DO MILÉNIO DAS NAÇÕES UNIDAS (2011). *8 Objectivos - Sustentabilidade Ambiental*. Consultado a 19 de fevereiro de 2011. URL: <http://www.objectivo2015.org/ambiente/index.shtml>

OH, H., FIORE, A.M. & JEOUNG, M. (2007). Measuring experience economy concepts: tourism applications. *Journal of Travel Research*, 46: 119-132.

O'REILLY, A.M. (1986). Tourism carrying capacity: concept and issues. *Tourism Management*, 7: 254-258.

PARK, D-B. & YOON, Y-S. (2009). Segmentation by motivation in rural tourism: a Korean case study. *Tourism Management*, 30: 99-108.

PARRIS, T.M. & KATES, R.W. (2003). Characterizing and measuring sustainable development. *Annual Review of Environment and Resources*, 28: 559-586.

PARTIDÁRIO, M.R. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável. Pp. 115-126. In *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Simões, O. & Cristovão, A. (org.). Edições IPC - Inovar para crescer. Coimbra.

PASQUALETTI, M.J. (2001). Wind energy landscapes: society and technology in the California desert. *Society and Natural Resources*, 14(8): 689-699.

PASQUALETTI, M.J. (2011). Opposing wind energy landscapes: a search for common cause. *Annals of the Association of American Geographers*, 101(4): 907-917.

PASQUALETTI, M.J., GIPE, P. & RIGHTER, R.W. (2002). *Wind power in view: energy landscapes in a crowded world*. Academic Press. USA.

PATTON, M.Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods (3rd)*. SAGE Publications. California, USA.

PEDRO, A. (2006). Urbanization and second-home tourism. Pp. 85-93. In *Tourism business frontiers: consumers, products and industry*. Buhalis, D. & Costa, C. (Eds.). Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford, UK.

PEEL, M.C., FINLAYSON, B.L. & MCMAHON, T.A. (2007). Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. *Hydrology and Earth System Sciences*, 11: 1633-1644.

PEREIRA, A. & PEDROSA, A.S. (2007). Paisagem cultural das montanhas do noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão. *Territorium - Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*, 14: 49-61.

PERMAN, R., MA, Y., MCGILVRAY, J. & COMMON, M. (2003). *Natural resource and environmental economics*. Pearson Education. UK.

PESONEN, J. (2012). Segmentation of rural tourists: combining push and pull motivations. *Tourism and Hospitality Management*, 18 (1): 69-82.

PESONEN, J., KOMPPULA, R., KRONENBERG, C. & PETERS, M. (2011). Understanding the relationship between push and pull motivations in rural tourism. *Tourism Review*, 66 (3): 32-49.

PGRH – PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO (2012). *Repositório de mapas (mapa 4 – classificação climática segundo Köppen e Thornthwaite)*. Consultado a 08 de novembro de 2012. URL: http://www.planotejo.arhtejo.pt/liferay/repositorio_de_mapas

- PIGRAM, J.J. (1993). Planning for tourism in rural areas: bridging the policy implementation gap. Pp: 156-174. In *Tourism research: critiques and challenges*. Pearce, D.G. & Butler, R.W. (Eds.). Routledge. London.
- PIKE, S. (2008). *Destination marketing – an integrated marketing communication approach*. Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford, UK.
- PINE, J.B. II & GILMORE, J.H. (1998). Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, 76 (4): 97-105.
- PINE, J.B. II & GILMORE, J.H. (1999). *The Experience Economy: work is theatre & every business a stage*. Harvard Business School Press. Boston, USA.
- PINTO, P. (2001). *Projecto e Operação de parques eólicos com excedente de potência instalada*. Tese de Mestrado. Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto. Porto, Portugal.
- PINTO-CORREIA, T., ABREU, A. C. & OLIVEIRA, R. (2001). Identificação e caracterização de unidades de paisagem de Portugal Continental. *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, 36 (72): 195-206.
- PINUS VERDE (2010). *Casas da Floresta: Casa do Mel*. Consultado a 12 de novembro de 2012. URL: <http://www.pinusverde.pt/?cix=211&lang=1>
- PLUMMER, R. & FENNELL, D.A. (2009). Managing protected areas for sustainable tourism: prospects for adaptive co-management. *Journal of Sustainable Tourism*, 17 (2): 149–168.
- POLKINGHORNE, D.E. (2005). Language and meaning: data collection in qualitative research. *Journal of Counseling Psychology*, 52(2): 137-145.
- PORTAL DA JUVENTUDE (2012). *Turismo e tempos livres: pousadas (Pousada de Juventude Mina-Fundão)*. Consultado a 10 de novembro de 2012. URL: <http://microsites.juventude.gov.pt/Portal/pt/>
- POTTS, T.G. & HARRILL, R. (1998). Enhancing communities for sustainability: a travel ecology approach. *Tourism Analysis*, 3: 133-142.
- POWELL, F. (2009). ‘Think globally, act locally’: sustainable communities, modernity and development. *GeoJournal*. DOI 10.1007/s10708-009-9330-5. Consultado a 17 de março de 2011. URL: <http://www.springerlink.com/content/7836752203r30108/fulltext.pdf>
- PREBENSEN, N.K. & FOSS, L. (2011). Coping and co-creating in tourist experiences. *International Journal of Tourism Research*, 13: 54-67.
- PRUGH, T., CONSTANZA, R. & DALY, H. (2000). *The local politics of global sustainability*. Island Press.
- PS – PAMPILHOSA DA SERRA (2012). *Turismo: roteiro turístico 2011*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/roteiro-turistico>
- QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (2011). *Portugal, 2007-2013*. Consultado a 04 de setembro de 2011. URL: <http://www.qren.pt/>
- QUADRI-FELITTI, D. & FIORE, A.M. (2012). Experience economy constructs as a framework for understanding wine tourism. *Journal of Vacation Marketing*, 18 (1): 3-15.
- QUIVY, R., VAN CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais (2ª edição)*. Gradiva. Lisboa, Portugal.

- RIBEIRO, O. (1995). *Opúsculos geográficos: estudos regionais (vol. VI)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Portugal.
- RIBEIRO, P. (2007). Contributo do PDRc para o turismo rural e a multifuncionalidade da paisagem. Pp. 6. In “*O turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem*”, Seminário de 23 de maio de 2007. Borralho, R., Pinto-Correia, T & Sousa, C. (Coords.). Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas. Universidade de Évora e Naturlink. Évora, Portugal.
- RICHARDS, G. (Ed.) (2001). *Cultural attractions and European tourism*. CABI Publishing.
- RICHARDS, G. & HALL, D. (2000). The community: a sustainable concept in tourism development? Pp. 1-13. In *Tourism and sustainable development*. Richards, G. & Hall, D. (Eds.). Routledge.
- RIDDINGTON, G., MCARTHUR, D., HARRISON, T. & GIBSON, H. (2010). Assessing the economic impact of wind farms on tourism in Scotland: GIS, surveys and policy outcomes. *International Journal of Tourism Research*, 12: 237-252.
- RIGALL-I-TORRENT, R. (2008). Sustainable development in tourism municipalities: the role of public goods. *Tourism Management*, 29: 883–897.
- RILEY, R.W. & LOVE, L.L. (2000). The state of qualitative research. *Annals of Tourism Research*, 27 (1): 164-187.
- RITCHIE, J. (2003). The applications of qualitative methods to social research. Pp. 24-46. In *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. Ritchie, J. & Lewis, J. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- RITCHIE, J., LEWIS, J. & ELAM, G. (2003). Designing and selecting samples. Pp. 77-108. In *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. Ritchie, J. & Lewis, J. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- ROBINSON, M. & PICARD, D. (2006). *Tourism, Culture and Sustainable Development*. Programme “Culture, tourism, development”, Division of cultural policies and intercultural dialogue, Culture and development section. UNESCO. Consultado a 22 de março de 2011. URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147578e.pdf>
- RODRIGUES, A.L.O. (2012). *Constrangimentos, nostalgia e as visitas dos Norte Americanos à Europa rural*. Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.
- RODRIGUES, J., CARVALHO, C.N. & METODIEV, D. (2009). Património geológico da serra de Moradal (Oleiros): inventariação, certezas e potencialidades geoturísticas. *AÇAFA On Line*, 2: 1-34. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Patrimonio_Geologico_da_Serra_do_Moradal.pdf
- RODRIGUES, A. & KASTENHOLZ, E. (2010). Sentir a natureza – passeios pedestres como elementos centrais de uma experiência turística. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 13/14 (2): 719-728.
- ROSELAND, M. (2000). Sustainable community development: integrating environmental, economic, and social objectives. *Progress in Planning*, 54: 73-132.
- SAARINEN, J. (2006). Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33 (4): 1121–1140.
- SAIDUR, R., RAHIM, N.A., ISLAM, M.R. & SOLANGI, K.H. (2011). Environmental impact of wind energy. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 15: 2423-2430.

- SANTOS, C. (2011). *Portal sobre Linhares da Beira*. Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. Instituto Politécnico da Guarda. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: http://linharesdabeira.net/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=114&Itemid=214
- SAXENA, G., CLARK, G., OLIVER, T. & IBERY, B. (2007). Conceptualizing integrated rural tourism. *Tourism Geographies*, 9 (4): 347-370.
- SAXENA, G. & ILBERY, B. (2010). Developing integrated rural tourism: actor practices in the English/Welsh border. *Journal of Rural Studies*, 26: 260-271.
- SCARLES, C. (2009). Becoming tourist: renegotiating the visual in the tourist experience. *Environment and Planning D: Society and Space*, 27: 465-488.
- SCHOFIELD, W. (2006). Survey Sampling. Pp. 26-55. In *Data collection and analysis (2nd)*. Sapsford, R. & Jupp, V. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- SCHWANDT, T.A. (2000). Three epistemological stances for qualitative inquiry – interpretivism, hermeneutics, and social constructionism. Pp. 189-213. In *Handbook of qualitative research (2nd)*. Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (Eds.). SAGE Publications. California, USA.
- SEI - SUSTAINABLE ENERGY IRELAND (2003). *Attitudes towards the development of wind farms in Ireland*. Bandon, Ireland.
- SHARPLEY, R. (2000). Tourism and Sustainable Development: exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8 (1): 1-19.
- SHARPLEY, R. (2001). The consumer behaviour context of ecolabelling. Pp. 41-55. In *Tourism ecolabelling - certification and promotion of sustainable management*. Font, X. & Buckley, R.C. (Eds.). CABI Publishing, UK.
- SHARPLEY, R. (Ed.) (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* Tourism, Environment and Development Series. Earthscan. UK.
- SHARPLEY, R. & PEARCE, T. (2007) Tourism, marketing and sustainable development in the English National Parks: the role of National Park authorities. *Journal of Sustainable Tourism*, 15 (5): 557-573.
- SHARPLEY, R. & TELFER, D. (Eds.) (2002). Tourism and development: concepts and issues. In *Aspects of Tourism 5*. Cooper, C. & Hall, M. (Eds.). Channel View Publications. England.
- SHEPERD, D. (2009). *Visitors' attitudes towards wind farms: a study of the English Lake District National Park*. Master Thesis. Master Degree in Environmental Studies in Nature-based Tourism and Recreation. School of Outdoor Recreation, Parks and Tourism, Lakehead University. Canada.
- SHEPERIS, C.J., YOUNG, J.S. & DANIELS, M.H. (2010). *Counseling research quantitative, qualitative, and mixed methods*. Pearson Education. Boston, USA.
- SHKEDI, A. (2005). Multiple case narrative – a qualitative approach to studying multiple populations. In *Studies in narrative, volume 7*. Bamberg, M. (Series Editor). John Benjamins Publishing Company. Amsterdam, The Netherlands.
- SHORT, L. (2002). Wind power and English landscape identity. Pp. 43-58. In *Wind power in view: energy landscapes in a crowded world*. Pasqualetti, M.J., Gipe, P & Righter, R.W. (Eds.). Academic Press. USA.

- SILVA, C.M.A. (2011). *A imagem dos destinos turísticos de montanha: olhares dos residentes e dos turistas*. Tese de Mestrado. Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal.
- SILVA, J.S. (2007). Introdução. Pp. 9-16. In *Árvores e florestas de Portugal – pinhais e eucaliptais, vol.4*. Silva, J.S (Ed.). Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento & Jornal Público. Lisboa, Portugal.
- SILVA, S.S.B. (2008). *Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- SILVA, J.A. & PERNA, F. (2009). Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. Pp. 477-498. In *Compêndio de Economia Regional – volume I: teoria, temáticas e políticas*. Costa, J.S. & Nijkamp, P. (Coord.). Príncipe Editora. Cascais, Portugal.
- SILVEIRA, P.C. (2007). A flora da Serra do Açor (Portugal). *Guineana*, 13: 1-333.
- SIMÃO, A.C.R., DENSHAM, P.J. & RODRIGUES, J.M.C. (2004). *Um sistema Internet-SIG para a promoção da participação pública e apoio à decisão aplicação à localização de parques eólicos*. Relatório interno n.º 12. Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra. Consultado a 22 de fevereiro de 2011. URL: http://www.inescc.pt/documentos/12_2004.pdf
- SIMÃO, R. (2009). *PROVERE Aldeias do Xisto*. Comunicação apresentada no workshop “Territórios de baixa densidade: que futuro?”, Trancoso, 28-29 de outubro. Consultado a 30 de setembro de 2011. URL: <http://www.maiscentro.qren.pt/index.php?acao=comum&id=50>
- SIMPSON, M.C. (2008). Progress in tourism management: community benefit tourism initiatives— a conceptual oxymoron? *Tourism Management*, 29: 1–18.
- SNAPE, D. & SPENCER, L. (2003). The foundations of qualitative research. Pp. 1-23. In *Qualitative research practice – a guide for social science students and researchers*. Ritchie, J. & Lewis, J. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- SOINI, K., POUTA, E., SALMIOVIRTA, M., UUSITALO, M. & KIVINEN, T. (2011). Local residents’ perceptions of energy landscape: the case of transmission lines. *Land Use Policy*, 28: 294–305.
- SØRENSEN, F. (2004). *Tourism Experience Innovation Networks: tourism experience innovations and the role of geographically organised production and information innovation networks*. Ph.D. Dissertation. Department of Social Sciences. Roskilde University. Denmark.
- SOULÉ, M. E. (1993). Biophilia: unanswered questions. Pp. 441-455. In *The Biophilia Hypothesis*. Kellert, S. R. & Wilson, E. O. (Eds.). Island Press. USA.
- SOUZA, F.N., COSTA, A.P. & MOREIRA, A. (2011a). Análise de dados qualitativos suportada pelo software WebQDA. Pp. 49-56. In Livro de atas da *VII Conferência Internacional de Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação: perspetivas de inovação (Challenges 2011)*. Dias, P. (Ed.). 12-13 de maio. Universidade de Braga. Braga, Portugal.
- SOUZA, F.N., COSTA, A.P. & MOREIRA, A. (2011b). Questionamento no processo de dados qualitativos com apoio do software WebQDA. *EDUSER: revista de educação*, 3 (1): 19-30.
- SPENCER, L., RITCHIE, J. & O’CONNOR, W. (2003). Analysis: practices, principles and processes. Pp. 199-218. In *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. Ritchie, J. & Lewis, J. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- STAKE, R.E. (2005). Qualitative case studies. Pp. 443-466. In *The SAGE handbook of qualitative research (3rd)*. Denzin, N.K. & Lincoln, Y.S. (Eds.). SAGE Publications. California, USA.

STEFANO, L. (2004). *Freshwater and Tourism in the Mediterranean*. WWF (World Wide Fund for Nature) Mediterranean Programme. Italy. Consultado a 20 de março de 2011. URL: http://assets.panda.org/downloads/medpotourismreportfinal_ofnc.pdf

STERNBERG, E. (1997). The iconography of the tourism experience. *Annals of Tourism Research*, 24 (4): 951-969.

SUNDBO, J. (2009). Innovation in the experience economy: a taxonomy of innovation organizations. *The Service Industries Journal*, 29 (3/4): 431-455.

SWARBROOKE, J. (1999). *Sustainable tourism management*. CABI Publishing. UK.

SWOFFORD, J. & SLATTERY, M. (2010). Public attitudes of wind energy in Texas: Local communities in close proximity to wind farms and their effect on decision-making. *Energy Policy*, 38: 2508–2519.

TARRANT, M.A. & GREEN, G.T. (1999). Outdoor Recreation and the Predictive Validity of Environmental Attitudes. *Leisure Sciences*, 21 (1): 17-30.

TORRES SIBILLE, A.C., CLOQUELL-BALLESTER, V-A., CLOQUELL-BALLESTER, V-A. & DARTON, R. (2009). Development and validation of a multicriteria indicator for the assessment of objective aesthetic impact of wind farms. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 13: 40–66.

TRAUER, B. & RYAN, C. (2005). Destination image, romance and place experience – an application of intimacy theory in tourism. *Tourism Management*, 26: 481-491.

TRAVASSOS, P., COSTA, H.M., SARAIVA, T., TOMÉ, R., ARMELIN, M., RAMÍREZ, F.I. & NEVES, J. (2005). *A energia eólica e a conservação da avifauna em Portugal*. SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Lisboa, Portugal.

TSAUR, S.H. & WANG, C.H. (2007). The evaluation of sustainable tourism development by analytic hierarchy process and fuzzy set theory: an empirical study on the green island in Taiwan. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 12 (2): 127-145.

TT-THINKTHUR (2006). *Programa de visitação e comunicação na rede nacional de áreas protegidas: diagnóstico das áreas protegidas (relatório da 1ª fase)*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: http://www.icnf.pt/cn/NR/rdonlyres/0C7804FC-02DA-457E-AC50-84EE43788904/0/cap3_1_fase.pdf

TURISMO PORTUGAL (2010). *Boas Práticas Ambientais no Turismo - Um desafio de modernização através da sustentabilidade*. Consultado a 15 de março de 2011. URL: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasActividade/ApoioaoInvestimento/Pages/BoasPr%C3%A1ticasAmbientaisnoTurismo-Aceiteodesafioda.aspx>

TUSSYADIAH, I.P. & FESENMAIER, D.R. (2009). Mediating tourist experiences: access to places via shared videos. *Annals of Tourism Research*, 36 (1): 24–40.

UNEP - UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2011). *Tourism impacts: environmental impacts of tourism*. Consultado a 31 de março de 2011. URL: <http://www.unep.fr/scp/tourism/sustain/impacts/environmental/conservation.htm>

UNMDG - UNITED NATIONS MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS (2008). *Millennium Development Goals: End Poverty 2015*. Consultado a 19 de fevereiro de 2011. URL: <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>

UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION (2004). *Sustainable Development of Tourism - conceptual definition*. Consultado a 19 de fevereiro de 2011. URL: <http://www.unwto.org/sdt/mission/en/mission.php?op=1>

- UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION (2007). *Davos declaration: climate change and tourism responding to global challenges*. Second International Conference on Climate Change and Tourism. Consultado a 21 de abril de 2011. URL: <http://www.unwto.org/pdf/pr071046.pdf>
- UNWTO – WORLD TOURISM ORGANIZATION (2010). *International recommendations for tourism statistics 2008*. United Nations Publication. New York, USA.
- URIELY, N. (2005). The tourist experience - conceptual developments. *Annals of Tourism Research*, 32 (1): 199-216.
- URRY, J. (2002). *The tourist gaze (2nd edition)*. SAGE Publications. London, UK.
- VALENTE, S. & FIGUEIREDO, E. (2003). “O turismo que existe não é aquele que se quer...”. Pp. 95-106. In *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Simões, O. & Cristóvão, A. (Orgs.). Instituto Politécnico de Coimbra. Coimbra, Portugal
- VALENTE, S., FIGUEIREDO, E. & COELHO, C. (2008). Entre os riscos e os benefícios – análise da percepção social do risco em duas comunidades mineiras. Comunicação apresentada no “VI Congresso Português de Sociologia – Mundos sociais: saberes e práticas”, 25-28 junho. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- VAN DER HORST, D. (2007). NIMBY or not? Exploring the relevance of location and the politics of voiced opinions in renewable energy siting controversies. *Energy Policy*, 35: 2705–2714.
- VAN DER HORST, D. & LOZADA-ELLISON, L-M. (2010). Conflictos entre las energías renovables y el paisaje: siete mitos y la propuesta de manejo adaptativo y colaborativo. *Nimbus*, 25/26: 231-251.
- VANDERSTOEP, S.W. & JOHNSTON, D.D. (2009). *Research methods for everyday life – blending qualitative and quantitative approaches*. Jossey-Bass. San Francisco, USA.
- VEAL, A.J. (2006). *Research methods for leisure and tourism: a practical guide (3rd)*. Pearson Education. Harlow, UK.
- VIAJAR CLIX (2012a). *Mapa: Celorico da Beira*. Consultado a 22 julho de 2012. URL: http://www.viajar.clix.pt/mapa.php?c=131&lg=pt&w=celorico_da_beira
- VIAJAR CLIX (2012b). *Mapa: Fundão*. Consultado a 10 outubro de 2012. URL: <http://viajar.clix.pt/mapa.php?c=147&lg=pt&w=fundao>
- VILLARREAL, A. (2005). Paradigm shifting: effects of outdoor recreation on environmental attitudes. Pp. 51-64. In *Hot Papers 2005: the best academic writing at Wayne State College*. WSC Press. USA.
- WALKER, G. (1995). Renewable energy and the public. *Land Use Policy*, 12 (1): 49-59.
- WALL, G. (1997). Sustainable tourism – unsustainable development. In *Tourism, development and growth – the challenge of sustainability*. Wahab, S. & Pigram, J. (Editors). Routledge. USA.
- WALLS, A.R., OKUMUS, F., WANG, Y.R. & KWUN, D.J-W. (2011). An epistemological view of consumer experiences. *International Journal of Hospitality Management*, 30: 10–21.
- WANG, N. (1999). Rethinking authenticity in tourism experience. *Annals of Tourism Research*, 26 (2): 349-370.
- WARREN, C. R. & BIRNIE, R. V. (2009). Re-powering Scotland: wind farms and the 'Energy or Environment?' Debate. *Scottish Geographical Journal*, 125 (2): 97-126.

- WARREN, C.R., LUMSDEN, C., O'DOWD, S. & BIRNIE, R. (2005). 'Green on green': public perceptions of wind power in Scotland and Ireland. *Journal of Environmental Planning and Management*, 48 (6): 853-875.
- WARREN, C.R. & MCFADYEN, M. (2010). Does community ownership affect public attitudes to wind energy? – a case study from south-west Scotland. *Land Use Policy*, 27: 204-213.
- WATSON, R.T. (2008). Environment: challenges and opportunities. *Journal of Environmental Monitoring*, 10; 288-290.
- WCED - WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (1987). *Our common future*. Oxford University Press, New York. Consultado a 19 de março de 2011. URL: <http://worldinbalance.net/pdf/1987-brundtland.pdf>
- WEBER, R.P. (1990). *Basic Content Analysis (2nd)*. Sage University Papers Series. Lewis-Beck (Ed.). Iowa, USA.
- WELFORD, R., YTTERHUS, B. & ELIGH, J. (1999). Tourism and sustainable development: an analysis of policy and guidelines for managing provision and consumption. *Sustainable Development*, 7: 165-177.
- WILSON, M. & SAPSFORD, R. (2006). Asking questions. Pp. 93-123. In *Data collection and analysis (2nd)*. Sapsford, R. & Jupp, V. (Eds.). SAGE Publications. London, UK.
- WIND - CENTRO DE ATIVIDADES DE MONTANHA (2012). *Festival de parapente de Linhares 2012: 10 a 12 Agosto*. Consultado a 18 setembro de 2012. URL: <http://linhares.sam-cam.com/>
- WOLSINK, M. (2000). Wind power and the NIMBY-myth: institutional capacity and the limited significance of public support. *Renewable Energy*, 21: 49-64.
- WOLSINK, M. (2007). Wind power implementation: the nature of public attitudes: equity and fairness instead of 'backyard motives'. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 11: 1188-1207.
- WOODS, M. (2005). *Rural geography: processes, responses and experiences in rural restructuring*. SAGE Publications, UK.
- WÜSTENHAGEN, R., WOLSINK, M. & BÜRER, M.J. (2007). Social acceptance of renewable energy innovation: an introduction to the concept. *Energy Policy*, 35: 2683–2691.
- YAW, F. (2005). Cleaner technologies for sustainable tourism: Caribbean case studies. *Journal of Cleaner Production*, 13: 117-134.
- YIN, R.K. (2003). Case study research: design and methods (3rd). In *Applied social research methods series, volume 5*. Bickman, L. & Rog, D.J. (Series Editors). SAGE Publications. California, USA.
- YIN, R.K. (2011). *Qualitative research from start to finish*. The Guilford Press. New York. USA.
- ZOELLNER, J., SCHWEIZER-RIES, P. & WEMHEUER, C. (2008). Public acceptance of renewable energies: results from case studies in Germany. *Energy Policy*, 36: 4136-4141.

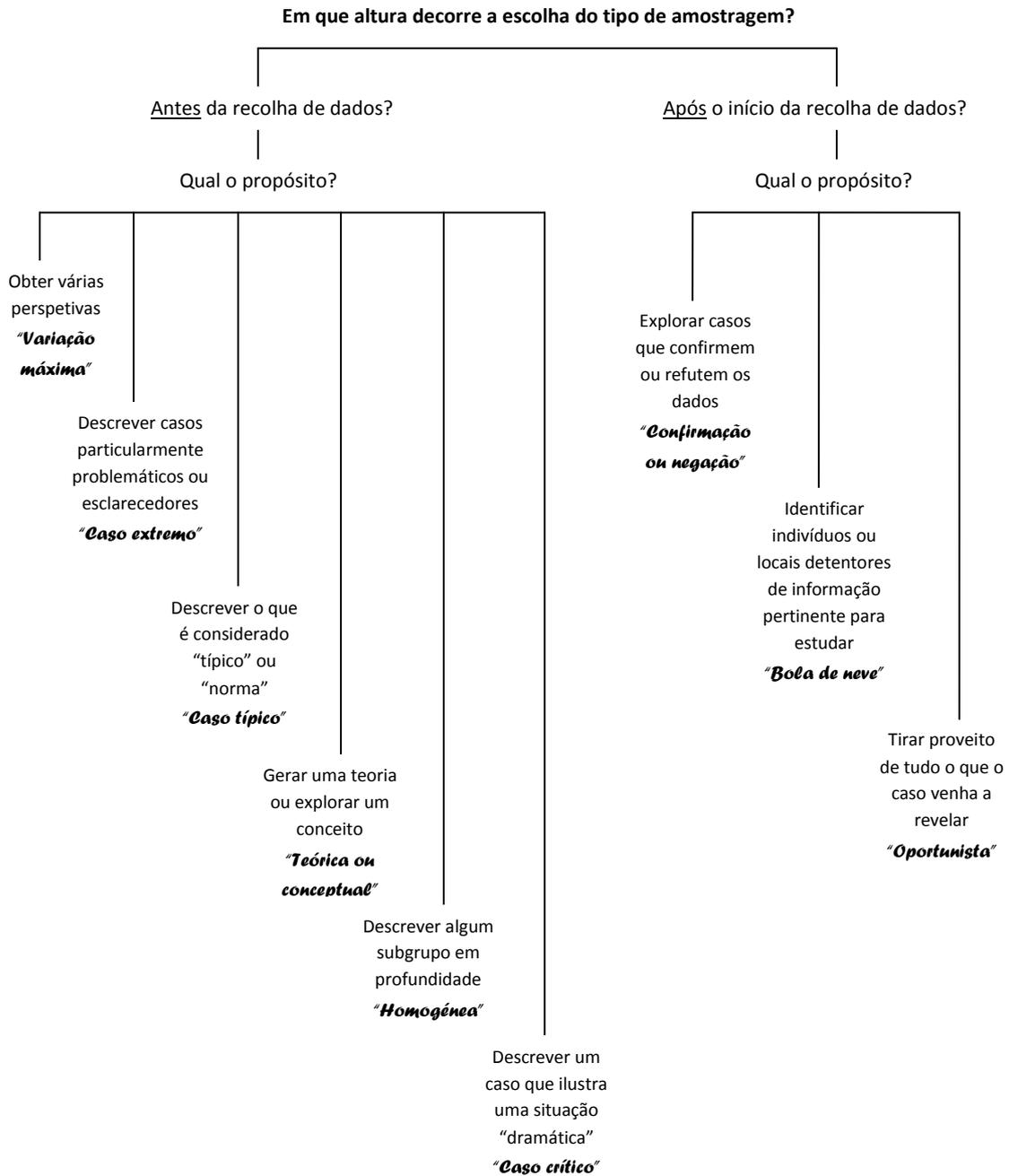
APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Descrição de algumas técnicas de amostragem intencional

TÉCNICAS	DESCRIÇÃO
Caso crítico	Seleção de amostras que ilustrem "dramaticamente" a situação. Permite a generalização lógica e a máxima aplicação da informação a outros casos, porque se for verdade para esse caso particular é provável que também o seja para os restantes casos.
Caso extremo/ desviante	Seleção de indivíduos ou elementos que representem os extremos. Permite obter informação a partir de manifestações raras do fenómeno de interesse, por exemplo, casos de sucesso excepcional/ insucesso notável, eventos invulgares ou situações de crise.
Segundo a intensidade	Seleção de indivíduos ou elementos que manifestem o fenómeno com intensidade, mas sem ser os que representam os extremos (por exemplo, indivíduos com fortes opiniões sobre um assunto; acima da média/ abaixo da média, etc.).
Homogénea	Seleção de amostras com base em atributos similares ou comuns (por exemplo, indivíduos da mesma faixa etária e meio socioeconómico, etc.). Permite descrever um subgrupo em profundidade, reduz a variação e simplifica a análise.
Varição máxima (heterogénea)	Seleção de amostras que permitam obter uma ampla gama de casos, perspetivas várias, e diversidade nas dimensões de interesse (por exemplo, indivíduos com visões diferentes sobre a questão em estudo ou que apresentem o maior número possível das características em estudo, etc.). O objetivo é identificar temas centrais (padrões comuns) que sejam transversais à variedade de casos ou participantes.
Aleatória intencional	Após a utilização inicial de um outro tipo de técnica intencional na seleção das amostras segue-se a aplicação de um procedimento aleatório. Permite adicionar credibilidade quando a amostra intencional potencial ultrapassa aquilo com que se pode lidar, e reduz o enviesamento dentro de uma categoria intencional (mas continua a não ter representatividade e a não permitir generalizações).
Bola de neve	Indivíduos de uma população alvo (ou com certas características) são selecionados e depois é-lhes pedido que identifiquem/ sugiram outros indivíduos da mesma população (ou com características similares) – o designado efeito “bola de neve”. Permite alcançar populações difíceis de identificar ou localizar locais para estudar.
Caso típico	Seleção de indivíduos ou elementos que representem a norma, o “típico”, a média. Permite descrever o que é considerado “típico” para os que não estão familiarizados com o caso.
Confirmação ou negação	Seleção de amostras que permitam elaborar e aprofundar a análise preliminar, através da procura de exceções (no sentido de confirmar ou refutar os dados) ou do testar da variação.
Quotas	Seleção de amostras por quota de representação na população, assegurando a seleção de participantes com as características adequadas.
Oportunista ou emergente	Seleção de amostras com base em novas pistas surgidas após o início da recolha de dados. Permite tirar vantagem do inesperado e de novas situações que se apresentem.
Teórica ou conceptual	Seleção de amostras que possibilitem explorar um conceito e suas variações ou gerar uma teoria. A amostra é selecionada de forma contínua, ou seja, o pesquisador identifica os participantes ou elementos, analisa os dados, e decide então de quem/ onde irá recolher dados em seguida, de acordo com o quadro teórico emergente. É uma das principais estratégias utilizadas no âmbito da “teoria fundamentada”.
Conveniência	Seleção de amostras de acordo com a facilidade de acesso do investigador, ou seja, serem as mais convenientes (ex.: amigos, colegas de turma ou de trabalho, organizações situadas na vizinhança, etc.). É uma forma barata, fácil e rápida de conseguir participantes suficientes para um estudo. Contudo, não tem representatividade, leva à obtenção de casos com pouca riqueza de informação, e uma maior suscetibilidade de enviesamento indesejável dada a não clareza da estratégia de amostragem. Alguns autores referem, assim, que esta técnica não é nem “intencional”, nem estratégica. Apresenta, no geral, baixa credibilidade.

Fontes: Marshall, 1996; Patton, 2002; Ritchie *et al.*, 2003; Lodico *et al.*, 2006; Coutinho, 2011; Creswell, 2011; Yin, 2011

APÊNDICE 2 – Esquema do processo de seleção entre as várias técnicas de amostragem intencional



Fonte: adaptado de Creswell, 2011: 207

APÊNDICE 3 – Comparação entre entrevista estruturada, semiestruturada e não estruturada

CARACTERÍSTICAS	ENTREVISTA ESTRUTURADA	ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA
Estilo	Protocolo específico para perguntas e respostas	Similar a uma conversa	Conversa
Esquema	Estruturado	Semiemergente	Emergente
Atitude do entrevistador	Objetiva	Subjetiva	Subjetiva
Perspetiva do entrevistador	“Do lado de fora”	“Do lado de dentro”	“Do lado de dentro”
Consequência da atitude e da perspetiva do entrevistador	Reflexividade limitada	Reflexividade ⁶⁹	Reflexividade
Intercâmbio durante o processo de investigação	Reciprocidade limitada	Reciprocidade	Reciprocidade
Entrevistado percebido como	Sujeito; o que responde	Participante; coinvestigador; o que informa	Participante; coinvestigador; o que informa
Recolha de dados	<i>Checklist</i> ; algumas questões abertas	Notas de campo; gravação e transcrição	Notas de campo; gravação e transcrição
Base da análise	Análise estatística e matemática	Análise textual	Análise textual
Resultados expressos em	Números	Descrições densas e aprofundadas	Descrições densas e aprofundadas
Estilo de escrita nos relatórios de investigação	Relatório científico	Narrativa	Narrativa

Fonte: adaptado de Jennings, 2005: 101

⁶⁹ Reflexividade diz respeito ao “processo através do qual os investigadores refletem e ponderam sobre os impactos da sua subjetividade pessoal e sobre as consequências da sua participação no processo de investigação, mencionando estes durante a escrita do relatório de investigação” (Jennings, 2005: 108).

APÊNDICE 4 – Descrição dos guiões de entrevista, de acordo com o tipo de entrevistado – projeto ORTE

TIPO DE ENTREVISTADO	ESTRUTURA GERAL DO GUIÃO - PROJETO ORTE -	EXEMPLOS DE PERGUNTAS (p)
Turista	<p>Total de questões: 44 Questões abertas (A): 22 Questões semiabertas (SA):13 Questões fechadas (F): 9</p> <p>Partes:</p> <p>1) <i>Caracterização sociodemográfica</i> (p1-p7);</p> <p>2) <i>No geral:</i> -significado das férias (p8); -preferências de destinos (p9);</p> <p>3) <i>Em áreas rurais:</i> -prática de férias em meio rural (p10); -motivações da visita (p11); -alterações na motivação ao longo do tempo (p12); -expectativas (p13); -tipo de atividades realizadas (p14); -perceção sobre o mundo rural (p15); -impactes na vida quotidiana (p16); -possibilidade de vir a residir em área rural (p17); -possibilidade de vir a residir nesta aldeia rural (p18);</p> <p>4) <i>Na aldeia (momento da visita):</i> -caracterização do grupo de viagem (p19); -planeamento da viagem (p20-p21); -comportamento espacial (p22); -experiência anterior (p23-p24) -motivações da visita (p25); -avaliação afetiva (p26); -avaliação cognitiva (p27-p30); -avaliação sensorial (p31-p34; p29); -principais experiências (p35);</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p1-p7) (F): Idade; Estado civil; Agregado familiar (nº filhos, e dos quais <15 anos?); Profissão; Habilitações literárias; Naturalidade; Residência (Concelho/Freguesia); • (p8+p9): Porque razões é que costumam viajar? (A) + Que tipo de destinos costuma preferir? (A) • (p10): Costuma fazer férias em espaço rural? Onde? (SA) • (p11+p12): Porque razão viaja para áreas rurais? (A) + E a sua motivação para as visitar alterou-se ao longo do tempo? Em que sentido? (SA) • (p13): O que espera encontrar/experimentar/viver nestes sítios? (A) • (p14): Que tipo de atividades costuma realizar quando está em férias numa área rural? (A) • (p15): Vê o mundo rural de outra forma, desde que visita destinos rurais? Essa opção alterou algo na sua vida? O quê? (SA) • (p16): Vê a sua vida quotidiana de outra forma? Essa opção alterou algo na sua vida? O quê? (SA) • (p17+p18): Gostaria de viver numa área rural? Porquê? (SA) + E nesta aldeia em particular? Porquê? (SA) • (p19): Grupo de viagem (filhos menores?) (F) • (p20-p21): Duração da viagem: dias/ noites (F) + Como planeou a sua visita? (A) • (p22): Itinerário previsto (A) • (p23-p24): Já estive nesta aldeia anteriormente? Há quanto tempo? (SA) / O que nota de diferente? (A) • (p25): Porque veio a esta aldeia, o que o atraiu em particular? (A) • (p26): Quais os três sentimentos/emoções que associa imediatamente a este local? Porquê? (SA) • (p27-p30): Que pensamento tem mais frequentemente quando está neste local? (A) + Quando chegou ao local e entrou no quarto de hotel, o que imaginou que veria ao abrir a janela? (A) + Por favor refira três imagens que associa a este local. (A) + O que considera mais típico/distintivo desta aldeia? (A) • (p31-p34; p29): Que cor associa a esta visita que está a realizar? (A) + E o tipo de cheiros? (A) + E sons? (A) + E sabores? (A) • (p35): Relativamente a esta visita, quais as principais experiências que destaca? (A)

	<p>-place attachment (p36-p37); -impressões resultantes (p38); -tipo de atividades realizadas (p39); -interações locais (p40); -aquisição de produtos (p41); -alteração da percepção sobre o mundo rural (p42); -impactes na vida quotidiana (p43); -satisfação global (p44)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p36-p37): O que significa este lugar para si? (A) + Identifica-se com este local? De que forma? (SA) • (p38): Que impressões/ ocorrências o marcaram mais (positivamente e negativamente)? (A) • (p39): Que tipo de atividades realizou ou vai realizar? (A) • (p40): Poderia falar um pouco dos contactos que estabeleceu com a população deste local e com os outros visitantes? Como avalia esses contactos? (A) • (p41): Pretende adquirir/adquiriu algum produto típico como lembrança? Se sim, qual(is)? Porquê? (SA) • (p42): Esta viagem alterou de algum modo a sua visão do mundo rural? (SA) • (p43): Acha que esta visita irá alterar/ afetar alguns aspetos da sua vida quotidiana? Quais? (SA) • (p44): De forma global, gostou da sua visita? Porquê? (SA)
<p>Excursionista</p>	<p>Total de questões: 35 Questões abertas: 17 Questões semiabertas: 9 Questões fechadas: 9</p> <p>Partes: -similar à estrutura do guião para os turistas; -não contém apenas as perguntas das partes 2) e 3) do guião para os turistas, exceto para as perguntas p10 e p18 que foram aplicadas; -a pergunta p28 do guião para os turistas foi ligeiramente alterada na sua formulação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p28) Imagine que está alojado na aldeia, quando entrasse no quarto de hotel, abria a janela – o que imagina que verá? (A)
<p>Residente</p>	<p>Total de questões: 35 Questões abertas (A): 19 Questões semiabertas (SA): 5 Questões fechadas (F): 11</p> <p>Partes: 1) <i>Percepções sobre a aldeia, o seu desenvolvimento e o turismo:</i> -fatores de permanência na aldeia (p45-p51); -percepções sobre especificidades do rural (p52-p54); -atitudes e comportamentos (p55);</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p45-p51): Porque motivos vive nesta aldeia? (A) + Alguma vez viveu fora da aldeia? (F) + Porque saiu? (A) + Quem tomou a decisão de sair? (A) + Onde viveu mais tempo? (A) + Porque regressou? (A) + Onde considera que viveu melhor? (A) • (p52-p54): Qual a sua opinião sobre a vida na cidade e no campo? (A) + Existem diferenças? Se sim, quais? (SA) + Onde se vive melhor? (A) • (p55): Acha que a população da aldeia se preocupa com manter as suas tradições, os recursos naturais e o património? (A) • (p56-p57): O que mais se alterou na aldeia ao longo da sua vida aqui? (A) + O que acha que se alterou com o turismo? (A) • (p58-p60): O que pensa sobre o turismo na sua aldeia? (A) + Porque razões as pessoas de

	<p>-transformações na aldeia (p56-p57); -perceções sobre turismo na aldeia (p58-p60); -perceções sobre especificidades da aldeia (na perspetiva do turismo) (p61-p63); -interações residentes/ turistas (p64-p65); -impactes do turismo na aldeia (p66-p68); -fatores de desenvolvimento rural (p69); 2) <i>Caracterização sociodemográfica</i> (p70-p79)</p>	<p>outros lugares visitam a sua aldeia? (A) + Como são os turistas que costumam visitar a aldeia? (A)</p> <ul style="list-style-type: none"> • (p61-p63): O que pode esta aldeia oferecer a quem a visita? (A) + Em que se distingue de outras aldeias? (A) + O que acha que poderia ser melhorado relativamente ao turismo? (A) • (p64-p65): Os turistas que visitam a aldeia procuram também conviver/ conversar com os habitantes? Se sim, de que forma? (SA) + Costuma interagir com os visitantes da aldeia? Se sim, de que forma? (SA) • (p66-p68): Tem conhecimento de ou já esteve envolvido em conflitos/ problemas/ queixas entre a população e os visitantes da aldeia? Se sim, porque motivos isso aconteceu? (SA) + Quem é que beneficia com o turismo na aldeia? (A) + Considera que o turismo teve ou tem impactes no desenvolvimento da aldeia? Quais? (SA) • (p69): Quais os aspetos que pensa que devem ser valorizados no desenvolvimento da sua aldeia? Porquê? (A) • (p70-p79) (F): Local de residência; Local de nascimento; Idade; Sexo; Estado Civil; Nível de escolaridade; Condição perante o trabalho; Profissão, atual ou última (no caso de reformado); Número de elementos que compõem o seu agregado familiar (e parentesco); Nível de rendimento líquido mensal do agregado familiar
<p>Turista Residencial</p>	<p>Total de questões: 48 Questões abertas (A): 28 Questões semiabertas (SA): 10 Questões fechadas (F): 10</p> <p>Partes: -guião contém um misto de perguntas utilizadas no guião para os turistas e no guião para a população; -as perguntas p30, p39 foram ligeiramente alteradas na sua formulação</p> <p>1) <i>Na aldeia (momento da visita):</i> -avaliação afetiva (p26); -avaliação cognitiva (p27, p29-p30); -avaliação sensorial (p31-p34; p29); -<i>place attachment</i> (p36-p37); -impressões resultantes (p38); -interações locais (p40);</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p26): Quais os três sentimentos/emoções que associa imediatamente a este local? Porquê? (SA) • (p27, p29-p30): Que pensamento tem mais frequentemente quando está neste local? (A) + Por favor refira três imagens que associa a este local. (A) + O que considera mais típico/distintivo desta aldeia? O que a torna diferente de outros locais? (A) • (p31-p34; p29): Que cor associa a esta visita que está a realizar? (A) + E o tipo de cheiros? (A) + E sons? (A) + E sabores? (A) • (p36-p37): O que significa este lugar para si? (A) + Identifica-se com este local? De que forma? (SA) • (p38): Que impressões/ ocorrências o marcaram mais (positivamente e negativamente)? (A) • (p39): Que tipo de atividades costuma realizar quando está aqui? (A) • (p40): Poderia falar um pouco dos contactos que estabeleceu com a população deste local e com os outros visitantes? Como avalia esses contactos? (A) • (p52-p54): Qual a sua opinião sobre a vida na cidade e no campo? (A) + Existem diferenças? Se sim, quais? (SA) + Onde se vive melhor? (A)

	<p>2) <i>Perceções sobre a aldeia, o seu desenvolvimento e o turismo:</i> -perceções sobre especificidades do rural (p52-p54); -atitudes e comportamentos (p55); -transformações na aldeia (p56-p57); -perceções sobre turismo na aldeia (p58-p60); -perceções sobre especificidades da aldeia (na perspetiva do turismo) (p61-p63); -interações residentes/ turistas (p64-p65); -impactes do turismo na aldeia (p66-67);</p> <p>3) <i>Especificidades da 2ª residência:</i> -razões de escolha (p80); -padrões de uso (p81); -atitudes e comportamentos (p82-p83); -alteração da perceção sobre o mundo rural (p84); -aquisição de produtos (p85-p86); -impactes na vida quotidiana (p87); -impactes da 2ª residência (p88);</p> <p>4) <i>Caracterização sociodemográfica</i> -formulação similar às do guião de turista residencial (p70-p79)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p55): Acha que a população da aldeia se preocupa com manter as suas tradições, os recursos naturais e o património? (A) • (p56-p57): O que mais se alterou na aldeia ao longo da sua vida aqui? (A) + O que acha que se alterou com o turismo? (A) • (p58-p60): O que pensa sobre o turismo na sua aldeia? (A) + Porque razões as pessoas de outros lugares visitam a sua aldeia? (A) + Como são os turistas que costumam visitar a aldeia? (A) • (p61-p63): O que pode esta aldeia oferecer a quem a visita? (A) + Em que se distingue de outras aldeias? (A) + O que acha que poderia ser melhorado relativamente ao turismo? (A) • (p64-p65): Os turistas que visitam a aldeia procuram também conviver/ conversar com os habitantes? Se sim, de que forma? (SA) + Costuma interagir com os visitantes da aldeia? Se sim, de que forma? (SA) • (p66-p67): Tem conhecimento de ou já esteve envolvido em conflitos/ problemas/ queixas entre a população e os visitantes da aldeia? Se sim, porque motivos isso aconteceu? (SA) + Quem é que beneficia com o turismo na aldeia? (A) • (p80): Porque escolheu este local para ter a segunda residência? (A) • (p81): Qual a frequência de utilização da segunda residência? (A) • (p82-p83): Acha que a população gosta de ver aqui pessoas investir em 2as residências? (A) + Consegue integrar-se bem na comunidade? (A) • (p84): O facto de ter esta 2ª residência alterou de algum modo a sua visão do mundo rural? (SA) • (p85-86): Onde costuma adquirir bens e serviços quando está na segunda residência? E que tipo de produtos são? (SA) + Também adquire produtos típicos deste local/ região? Que tipo? Para quê? (SA) • (p87): Acha que ter esta 2ª residência alterou/ afetou alguns aspetos da sua vida quotidiana? Quais? (SA) • (p88): Quais pensa serem os impactes das segundas residências na aldeia? (A)
<p>Agente da oferta</p>	<p>Total de questões: 46 Questões abertas (A): 38 Questões semiabertas (SA): 7 Questões fechadas (F): 1</p> <p>Partes: 1) <i>Desenvolvimento da aldeia:</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p89-p91): Os fatores potenciadores do desenvolvimento local? (A) + As dinâmicas locais? (A) + Os constrangimentos ao desenvolvimento local? (A) • (p92-p95): Considera que o turismo contribui, ou pode contribuir, para o desenvolvimento da aldeia? Como? (SA) + A sua complementaridade com outros sectores? (A) + Os principais recursos e equipamentos turísticos da aldeia? (A) + O estado de conservação desses recursos e equipamentos, e melhorias necessárias? (A)

	<p>-contexto socioeconómico da aldeia (p89-p91); -papel do turismo (p92-p95);</p> <p>2) <i>Sustentabilidade do desenvolvimento turístico</i>: -escala de atração turística (p96); -comportamento sazonal da procura (p97-p98); -especificidades da aldeia (p99-p102); -posicionamento da aldeia (p103);</p> <p>3) <i>Caracterização da procura turística (para região e aldeia)</i>: -perfil sociodemográfico (p104-p105); -comportamento de viagem (p106-p115); -perceção acerca da experiência turística (p116-p119);</p> <p>4) <i>Governança e redes (para setor público ou privado)</i>: -motivações do setor privado (p120-p127); -motivações do setor público (p128-p131); -atores-chave no desenvolvimento da aldeia (p132); -redes e parcerias (p133-p134)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p96): A escala de atração turística da aldeia? (A) • (p97-p98): As razões da sazonalidade da procura turística (caso exista)? (A) + Os impactes positivos e negativos resultantes da sazonalidade da procura? (A) • (p99-p102): Os elementos da cultura local, dos serviços e produtos turísticos e da paisagem que são singulares? (A) + O grau de conservação desses elementos? (A) + Os elementos mais divulgados? (A) + Aqueles que têm falta de publicitação? (A) • (p103): Qual é a região em que a aldeia se insere em termos de circulação turística? (A) • (p104-p105): Nacionalidade? (A) + Classe social? (A) • (p106-p115): Duração da visita? (A) + Gasto médio por visitante? (A) + Época da visita? (A) + Motivações genéricas? (A) + Motivações específicas? (A) + Grupo de viagem? (A) + Viagem guiada ou independente? (F) + Atividades praticadas? (A) + Produtos procurados? (A) + Geralmente têm interesse em percorrer as rotas existentes? [quais] (SA) • (p116-p119): A experiência e os elementos centrais dessa experiência? (A) + O que mais atrai os visitantes? (A) + Se o tipo de experiência que conseguem proporcionar aos turistas corresponde às suas expectativas? [como] (SA) + Quais os aspetos que poderiam ser melhorados na oferta turística e no próprio planeamento e gestão do destino, de forma a melhorar a experiência dos turistas? (A) • (p120-p127): As razões que levaram à escolha deste sector? (A) + As razões que levaram à escolha da aldeia? (A) + Que apoios teve para desenvolver a atividade? (A) + Qual a estratégia de negócio? (A) + Envolvimento na gestão? (A) + Se tem outras atividades na aldeia ou projetos futuros (em que áreas)? (SA) + Se o negócio está a corresponder às expectativas (se não, qual a razão)? (SA) + Que tipo de interação tem com os turistas? (A) • (p128-p131): As razões que levaram à escolha deste sector para desenvolver esta aldeia? (A) + Que apoios existem para o desenvolvimento do sector? (A) + Se a população e os outros agentes locais são convidados a participar no processo de planeamento e desenvolvimento do sector (se sim, como)? (SA) + Se a população e os outros agentes locais demonstram interesse em participar e intervir (se não, porquê)? (SA) • (p132): Que tipo de atores assume uma função orientadora do desenvolvimento da aldeia? (A) • (p133-p134): Qual a natureza das relações que estabelece com os outros atores locais para as suas atividades de gestão e de marketing? (A) + Qual a importância destas relações para a sua atividade e para o desenvolvimento do destino? (A)
<p>Câmara Municipal/</p>	<p>Total de questões: 46 Questões abertas (A): 34</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p135-p138): Quais são os principais fatores potenciadores do desenvolvimento do concelho? (A) + E da aldeia? (A) + Que constrangimentos identifica ao desenvolvimento

<p>Entidade Regional de Turismo</p>	<p>Questões semiabertas (SA): 11 Questões fechadas (F): 1</p> <p>Partes:</p> <p>1) <i>Desenvolvimento (do concelho e da aldeia):</i> -contexto socioeconómico (p135-p138); -papel do turismo (p139);</p> <p>2) <i>Sustentabilidade do desenvolvimento turístico:</i> -especificidades da aldeia (p140-p143);</p> <p>3) <i>Caracterização da procura turística (para o concelho):</i> -perfil sociodemográfico (p144-p145); -comportamento de viagem (p146-p154); -segmentos de mercado (p155-p156); -comparação com procura turística da aldeia (p157); -perceção acerca da experiência turística (p158-p164);</p> <p>4) <i>Governança e redes:</i> -planeamento do desenvolvimento turístico (para o concelho e aldeia) (p165-p170); -constrangimentos de divulgação (p171); -caracterização do empreendedorismo regional/ local (p172-p174); -redes e parcerias (p175-p178); -atitudes e comportamentos (p179-p180); -perspetiva futura (p181)</p>	<p>do concelho? (A) + E da aldeia? (A)</p> <ul style="list-style-type: none"> • (p139): Qual o papel que o turismo poderá desempenhar para esses desenvolvimentos? Porquê? (A) • (p140-p143): Quais os principais elementos atrativos e recursos turísticos do concelho e da aldeia? (A) + Porque considera que são os principais? (A) + Em que estado considera estarem? (A) + E as infraestruturas/ equipamentos/ serviços secundários mais importantes para o desenvolvimento do turismo – quais são, porquê e qual o seu estado? (A) • (p144-145): Nacionalidade? (A) + Classe social? (A) • (p146-p154): Duração da visita? (A) + Época da visita? (A) + Motivações genéricas? (A) + Motivações específicas? (A) + Grupo de viagem? (A) + Viagem guiada ou independente? (F) + Atividades praticadas? (A) + Produtos procurados? (A) + Geralmente têm interesse em percorrer as rotas existentes? [quais] (SA) • (p155-p156): Consegue identificar segmentos de mercado que se destaquem claramente? (A) + Qual o papel/importância do mercado estrangeiro no mercado global? (A) • (p157): Existem diferenças relativamente ao tipo de procura turística da aldeia? [quais] (SA) • (p158-p164): Quais as suas perceções, enquanto agente de planeamento do turismo local, relativamente à experiência que os turistas procuram (expectativas) no concelho? (A) + Essa experiência, uma vez vivida, corresponde às expectativas? (A) + Que tipos de experiência conseguem proporcionar aos turistas? (A) + Quais os elementos centrais dessa experiência? (A) + O que atrai mais os visitantes? (A) + E na aldeia, o cenário difere? [como] (SA) + Que aspetos poderiam ser melhorados na oferta turística e no próprio planeamento e gestão do destino de forma a melhorar a experiência dos turistas? (A) • (p165-p170): Qual é a estratégia de desenvolvimento turístico para o concelho? (A) + Têm alguma estratégia delineada especificamente para a aldeia? [qual] (SA) + Desde quando começaram a pensar o turismo no concelho, de forma mais estruturada? (A) + E na aldeia? (A) + Que apoios dão ao desenvolvimento do turismo na aldeia? (A) + Em termos de ações futuras, quais as intervenções que a sua entidade prevê para o concelho com vista ao desenvolvimento do turismo, que se relacionem com a aldeia? (A) • (p171): Com que problemas se debate esta entidade no que toca à promoção/ divulgação do concelho e dos seus recursos turísticos? (A) • (p172-p174): Os investidores no sector do turismo no concelho são maioritariamente residentes ou não residentes? Qual a sua ligação ao local e à comunidade? (SA) + Na
--	---	---

		<p>aldeia a realidade é diferente? [como] (SA) + Quais as suas perceções em relação ao tipo de empreendedores em turismo que a região/ aldeia tem? (A)</p> <ul style="list-style-type: none"> • (p175-p178): Existe alguma articulação entre a oferta turística concelhia/ da aldeia? [como] (SA) + Que tipos de contacto mantêm com as entidades de regulação/ planeamento do turismo regional/ nacional? (A) + Existem organizações locais para o desenvolvimento turístico (redes, associações)? [quais] (SA) + Mantêm ligações a associações/ redes locais ou exteriores que ajudem a desenvolver o turismo/ comercialização/ divulgação? [quais] (SA) • (p179-p180): A população e agentes locais são convidados a participar/dar opinião no desenvolvimento de projetos ou atividades turísticas? Como? (SA) + E demonstram interesse em participar e intervir? Porquê? (SA) • (p181): Quais as perspetivas que tem acerca do futuro turístico da região e da aldeia nos próximos anos? (A)
<p>Associação de Desenvolvimento</p> <p>(ex.: associações locais e LEADER)</p>	<p>Total de questões: 34 Questões abertas (A): 26 Questões semiabertas (SA): 8 Questões fechadas (F): 0</p> <p>Partes: -similar ao guião para entidade do tipo Câmara Municipal ou Entidade regional de turismo; -perguntas retiradas: p144 a p157, p158-p159, p166; -perguntas extra: p182-p185, p186, (enquadramento da ação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p182-p185): Em que domínios atuam? (A) + Em que região? (A) + Quais são os objetivos da vossa atuação? (A) + Quais são os vossos parceiros atuais? (A) • (p186): O turismo é contemplado nas vossas estratégias e atuação como fator de desenvolvimento? (A)
<p>Rede de Turismo</p> <p>(ex.: Aldeias do Xisto, Aldeias Históricas de Portugal)</p>	<p>Total de questões: 53 Questões abertas (A): 39 Questões semiabertas (SA): 13 Questões fechadas (F): 1</p> <p>Partes: -similar ao guião para entidade do tipo Câmara Municipal ou Entidade regional de turismo; -pergunta retirada: p167; -perguntas extra: p187-p188 (enquadramento da ação), p189 (papel da rede), p190 (monitorização), p191 (especificidades da aldeia), p192 (estratégias), p193 (articulação da oferta)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • (p185): Quais são os vossos parceiros atuais? (A) • (p187-p188): Quais são a vossa visão e os vossos objetivos de atuação? (A) + Que objetivos/ visão têm para a aldeia? (A) • (p189): Qual o papel da vossa rede na maximização desse contributo? (A) • (p190): Têm efetuado algum estudo de avaliação da evolução do desenvolvimento regional/local desde o início do trabalho em rede? [qual] (SA) • (p191): Existe alguma característica distintiva e particular na aldeia? [qual] (SA) • (p192): Como considera que essa estratégia se integra na Estratégia Nacional para o Turismo? (A) • (p193): Como pensa que a região articula a sua oferta numa escala nacional? (A)

Fonte: elaboração própria

APÊNDICE 5 – Descrição do papel do investigador (motivações, experiências pessoais e enviesamentos)

Como já tinha sido referido no subcapítulo 1.1, relativo ao enquadramento do Estágio/ Projeto, foi o meu interesse na temática abordada pelo Projeto ORTE – “*A experiência global em turismo rural e desenvolvimento sustentável de comunidades locais*” – no âmbito da experiência turística, do turismo em espaço rural e na perspetiva do turismo como um sector que poderá apoiar o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos e comunidades anfitriãs, que me levou a optar por realizar um estudo de investigação integrado nesse Projeto de cariz multidisciplinar.

A escolha da vertente de Estágio/ Projeto, em detrimento de uma dissertação, foi igualmente no sentido de poder desenvolver competências em investigação científica numa área – Turismo/ Ciências Sociais – diferente, mas certamente complementar, da minha formação académica de base – Biologia/ Ciências da Vida, no contexto de integração/ interação com uma experiente e diversificada equipa de investigação (abrangendo áreas desde o turismo, marketing, sociologia, economia, entre outras), tendo ainda a possibilidade de um maior contacto/ “trabalho de campo” com/ nos destinos rurais em estudo. O nível de envolvimento no Projeto ORTE ocorrido durante a fase de Estágio (entre outubro de 2010 e junho de 2011) resultou na possibilidade de integrar o mesmo como Bolseira de Investigação (entre setembro de 2011 e novembro de 2012), o que levou a uma maior profundidade no contacto com o fenómeno da “experiência turística rural” nas aldeias em estudo, na ligação aos residentes das comunidades anfitriãs e agentes locais/ regionais, e no conhecimento das especificidades destes destinos rurais do interior de Portugal.

A opção, na fase de Projeto, pelo tema “*Os recursos naturais e parques eólicos na experiência turística rural*”, deve-se ao meu interesse pelo meio ambiente/ natureza e desenvolvimento sustentável, tendo em conta a minha formação académica de base, Biologia, e ao trabalho que realizei nestes últimos anos como estagiária investigadora ou bolseira de investigação nas áreas da Ecologia/ Ornitologia, Ecologia/ Botânica tropical, Ecologia/ Plantas exóticas invasoras. Desta forma, e tendo em conta os vários tipos de recursos que constituem o capital rural, optei por explorar o papel dos recursos naturais na experiência turística em espaço rural. Contudo, ao iniciar a minha pesquisa bibliográfica sobre as áreas rurais portuguesas apercebi-me da crescente presença de parques eólicos na envolvência das duas aldeias que serviram de estudos de caso a esta investigação – Linhares da Beira (distrito da Guarda) e Janeiro de Cima (distrito de Castelo Branco). Na minha primeira visita à aldeia de Linhares, a 19 de outubro de 2010, verifiquei que uma dessas infraestruturas era visível da aldeia, o que reforçou o meu interesse em estudar, de forma exploratória, o papel destes projetos de exploração da energia do “vento”, também no âmbito da experiência turística rural. Sendo estas infraestruturas consideradas, de um modo geral, como geradoras de “energia verde”, integrando a categoria de energias renováveis, pareceu-me igualmente interessante tentar explorar, no âmbito do planeamento de estratégias de marketing sustentável, de que forma o comportamento ambiental manifestado pelos visitantes em férias poderia influenciar as suas perceções e atitudes para com este tipo de energia e presença de parques eólicos nos destinos visitados. As minhas expectativas iniciais eram de conseguir obter variados pontos de vista, nem sempre segundo a ótica do se ser “politicamente correto”, atitude frequentemente manifestada por entrevistados relativamente a questões ambientais.

As minhas percepções sobre estas temáticas são certamente “moldadas” pelas minhas experiências pessoais. No meu papel de “visitante”, em tempo de férias, assumo uma particular preferência pela opção por destinos rurais, em particular, os integrados nas Áreas Naturais Protegidas de Portugal, tendo em conta a maior riqueza natural e biodiversidade associados às mesmas. O facto de ter estagiado durante um ano num Parque Natural, no âmbito da Ecologia/Ornitologia, só veio a reforçar mais o meu interesse por estas áreas de proteção da natureza, mas também dos modos de vida tradicionais associados, num aparente equilíbrio na relação entre Homem e Natureza, que permitiu a criação e manutenção de zonas de elevada biodiversidade, porém, bastante frágeis, se não forem geridas de forma sustentável. Enquanto visitante num destino procuro ter um comportamento ambiental o mais correto possível, no sentido de não sujar/ degradar os locais visitados, de reciclar os desperdícios, de não desperdiçar água e energia nos locais onde fico hospedada, e de “trazer somente fotografias e não deixar mais que pegadas”, estando porém consciente de que nem sempre se consegue atingir todos os objetivos a 100%, em especial, quando se procura relaxar do *stress* e rotinas do dia-a-dia.

O meu contacto inicial com os aerogeradores de um parque eólico, há uns anos atrás, durante umas férias, foi de extrema curiosidade, que me levou a ir ver um de perto, apesar de estar familiarizada com o conceito. A percepção que tenho é a de que, na ótica de um desenvolvimento sustentável e de diminuição do consumo de energias não renováveis, a aposta neste tipo e infraestruturas é essencial de forma a garantir o bem-estar das gerações atuais e futuras. Aceito o seu impacto visual nas paisagens, achando até que servem de boas referências visuais para quem está habituado a “trabalhar no terreno”, no contexto da Biologia de campo. Preocupam-me mais os possíveis impactes na vegetação durante a sua construção e na fauna durante o seu funcionamento. Tendo, contudo, já participado (voluntariamente) no levantamento florístico *in loco*, no âmbito de um estudo de impacto ambiental, de uma zona que iria ser sujeita à implantação de um parque eólico, acredito que se tente fazer o melhor possível por minimizar os impactes destas infraestruturas ao nível do solo. Porém, ao nível da avifauna, acredito que mais estudos sejam ainda necessários para melhor compreender o tipo de impactes associados.

Apesar da minha formação de base não ser as Ciências Sociais, e de o primeiro contacto com a temática da experiência turística rural ter sido ao nível das disciplinas do 1º ano do Mestrado de Gestão e Planeamento em Turismo, acredito que a minha formação em Biologia, a minha experiência profissional e as minhas experiências pessoais contribuíram para a obtenção de um conhecimento de base, de uma particular consciência e sensibilidade para com a abordagem destas temáticas, permitindo explorar as mesmas de uma forma multidisciplinar e abrangente. Aceito, contudo, que essa mesma formação de base, experiência profissional e pessoal possam trazer certos enviesamentos a este estudo de investigação, no sentido de influenciarem, até certo ponto, a forma como perceciono o contexto dos destinos rurais em estudo, recolho os dados (por exemplo, o tipo de observação que faço e que registo), analiso e interpreto as experiências, percepções e atitudes dos participantes e defino as conclusões gerais. Mas acredito que realizei o máximo esforço no sentido de assegurar a objetividade da minha visão/ interpretação, visando alcançar o pressuposto da fiabilidade na investigação qualitativa, que Gibs (2007) descreve como sendo a indicação de que a abordagem de um determinado investigador é consistente entre diferentes investigadores e diferentes projetos.

APÊNDICE 6 - Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico⁷⁰ de Linhares da Beira; apresentação de alguns exemplos encontrados num raio de até 20km da aldeia em estudo (o que não inclui toda a área do PNSE apesar da sua relevância)

LINHARES DA BEIRA (LB)					
	-Descrição do elemento + -Sinalização e interpretação⁷¹	Localização (lugar, freguesia, concelho) /Distância à aldeia LB (legenda no final da tabela)	Grau de Atratividade (legenda no final da tabela)	Foto (recolhida para o projeto ORTE)	Fontes consultadas (páginas de internet, livros/ artigos, panfletos)
<i>Classificação geral</i>	PATRIMÓNIO NATURAL/ CULTURAL				
ÁREAS DE PATRIMÓNIO NATURAL (zonas classificadas e zonas de interesse biológico) E UNIDADES PAISAGÍSTICAS					
Áreas Proteção da Natureza	<i>Parque Natural Serra da Estrela⁷² (classificação nacional → Rede Nacional de Áreas Protegidas)</i>	Concelhos de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas, Covilhã, Seia e Gouveia. LB integra o PNSE	☀		-ICN (2005a) -Portaria n.º 829/2007 de 1 de agosto -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
	<i>Sítio de Importância Comunitária⁷³ “Serra da Estrela” (classificação internacional → Rede Natura 2000)</i>	LB integra o S.I.C. “Serra da Estrela”	☀		
Zonas de Interesse Biológico	<i>Planalto de Videmonte</i>	Dentro do PNSE, nos arredores de Videmonte (G) /♦♦♦	▲	Não	-ICN (2005b: 19)
	<i>Santinha e Cumeada da Santinha</i>	Dentro do PNSE, nos arredores de Gv /♦	▲	Não	-ICN (2005b: 19)
	<i>Vale do Mondego - Belarteiro</i>	Dentro do PNSE, próximo do rio Mondego, junto à Quinta do Belarteiro e do vértice geodésico “Ensemil” (1142m), perto de Folgoso (Gv) /♦♦	▲	Não	-ICN (2005b: 33) -IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)] -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)

⁷⁰ Com base na classificação de recursos naturais de Field (2008) e nas matrizes de avaliação dos recursos desenvolvidas no âmbito do projeto PITER - Terras do Vouga e do Caramulo.

⁷¹ Só nos casos em que se aplica e se tem conhecimento da existência de sinalização do local e de uma placa de interpretação de determinado elemento estes itens são referidos.

⁷² Segundo a TT-ThinkTur (2006: 29), o Parque “está assinalado em diversas vias que lhe dão acesso, e tem placas identificadoras à entrada”, mas apresenta “placas direccionais apenas dos principais pólos turísticos, e painéis informativos junto dos mesmos (Torre, Poço do Inferno, etc.)”, o que confirmámos neste trabalho de investigação (ver a **FIGURA 33**).

⁷³ Designam locais de Portugal classificados como zonas especiais de conservação (ZEC) que conjuntamente com as zonas de proteção especial (ZPE) constituem a Rede Natura 2000 (Portaria n.º 829/2007 de 1 de agosto).

	<i>Vale e as encostas sobre a ribeira do Sendão</i>	Dentro do PNSE, próximo de Valhelhas (G) /◊	▲	Não	-ICN (2005b: 20) -IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Vale da ribeira de Beijames</i>	Nos arredores de Verdelhos (C) /◊	★	Não	-ICN (2005b: 20) -Beira Serra (s/d)
Unidade de Paisagem na qual se insere LB	<i>Grupo do “Maciço Central”, na unidade: -Serra da Estrela (I62)</i>	ver FIGURA A2	☀	Sim (ver figuras 19, 20 e 31)	-Abreu et al. (2004)
Unidades de Paisagem em redor de LB (20km)	<i>Grupo da “Beira Alta”, nas unidades: -Dão e Médio Mondego (F45) -Cova de Celorico (F46)</i>		★	Sim (ver figuras 30 e 32)	
	<i>Grupo da “Beira Interior”, nas unidades: -Planalto da Beira Trasmontana (G47) -Cova da Beira (G49)</i>		★	Não	
RECURSOS GEOLÓGICOS					
Serras/ Vales	<i>Serra da Estrela (no geral)</i>	LB localiza-se nas faldas de uma das cumeadas da Serra da Estrela	☀	Sim (ver figuras 19, 20 e 31)	-MCB (2009a)
	<i>Vale do Mondego</i>	Entre CB e LB, visível do castelo de LB (CB) /◆◆◆	★	Sim (ver figuras 30 e 32)	-MCB (2009a) -ICN (2005b: 19) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 10) (ver FIGURA A3)
	<i>Vale do Rossim</i>	No PNSE, Mangualde da Serra (Gv) /◊	★	Não	-EFAA Turma Gouveia (2009) -ICN (2005c) -Casas de Folgoso (s/d)
	<i>Vale do Zêzere</i>	Nos arredores de M /◊	★	Não	-ICN (2005c) -MM (2008a) -Estrela <i>Green Tracks</i> (2010) -Raízes (2002) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
Vértices Geodésicos (em elevações naturais ou edificadas acima dos 700m)	<i>Miusela (700m)</i>	Próximo de Vila Cova do Covelo (PC) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1986 [carta militar n.º 179 - Penalva do Castelo]
	<i>Cabeço da Vela (724m)</i>	Próximo de Vila Cova do Covelo (PC) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1986 [carta militar n.º 179 - Penalva do Castelo]
	<i>Pena (704m)</i>	Perto de Matança (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
	<i>Milho (745m)</i>	Próximo de Forçadas (Matança, FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
	<i>Cumeeira (749m)</i>	Perto de Maceira (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]

<i>Corgas (768m)</i>	Junto à Aldeia Nova (T) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1976 [carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
<i>Cabeça Grande (726m)</i>	Perto de Baraçal (CB) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 181 - Vila Franca das Naves (Trancoso)]
<i>Bom Sucesso (766m)</i>	Perto de Chãs de Tavares (Mg) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1990 [carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Moitas (724m)</i>	Próximo de Pinheiro de Tavares (S. João da Fresta, Mg) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1990 [carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Pousadas (766m)</i>	Na Serra da Pousada, próximo de Matados (Chãs de Tavares, Mg) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1990 [carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Boco (709m)</i>	Próximo de Cunha Alta (Mg) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1990 [carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Rasa de Infias (742m)</i>	Perto de Infias (FA) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1989 [carta militar n.º 191 - Celorico da Beira]
<i>São João (702m)</i>	Junto a Algodres (FA) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1989 [carta militar n.º 191 - Celorico da Beira]
<i>Pedra da Atalaia (1013m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra do Ralo, próximo de Salgueirais / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1989 [carta militar n.º 191 - Celorico da Beira]
<i>São Cornélio (939m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra do Ralo, no Parque Eólico da Serra do Ralo, perto de Vide Entre Vinhas (CB) / ⬠	▲	Sim	-IGeoE, 1989 [carta militar n.º 191 - Celorico da Beira]
<i>Pedra Aguda (872m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de Vila Cortês do Mondego (G) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Penedo da Janela (921m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Cadafaz (CB) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Soida (985m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de Soida (Aldeia Viçosa, G) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Tentinho (920m)</i>	Próximo de Ramalhosa (Faia, G) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Picoto (803m)</i>	Próximo de Amoreiras (Sobral da Serra, G) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Tins (853m)</i>	Próximo de Porto da Carne (G) / ⬠	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Bico do Corvo (887m)</i>	Na Serra da Estrela, perto	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 - Gouveia]

		de Gouveia (Gv) /◇			
<i>Gravanhos (948m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Folgoso (933m)</i>	Na Serra da Estrela, em Folgoso /◆◆	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Galhardos (1323m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Ensemil (1142m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Malhadinha (1070m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de LB (CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>S. Domingos (1267m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Sim (ver figura 20)	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>S. Tiago (1489m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Carvalho Juntos (1192m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de LB (CB) /○	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Salgadeira (1269m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de LB (CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Linhares (castelo) (805m)</i>	Na Serra da Estrela, em LB (CB) /○	★	Sim (ver figura 19)	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Casal da Ribeira (1176m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de LB (CB) /○	★ (local de salto de parapente)	Sim (ver figuras 20, 28 e 31)	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Cabeça Alta (1287m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de LB (CB) /○	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Assanhas (843m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Assanhas (LB, CB) /○	▲	Sim	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Seixo (1256m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de LB (CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]	
<i>Barrocal (1035m)</i>	Próximo de Carapito de S. Salvador (São Miguel da Guarda, G) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]	
<i>Cerca (981m)</i>	Perto da Guarda (G) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]	
<i>Galegos (843m)</i>	Perto da Guarda (G) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]	
<i>Guarda (castelo) (1061m)</i>	Na Guarda /◇	★	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]	
<i>Pedra do Vento (1052m)</i>	Perto da Guarda (G) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]	

	<i>Forte Velho (1068m)</i>	Perto da Guarda (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Penedo Ladário (1074m)</i>	Próximo de Aldeia do Bispo (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Barrocal do Conde (959m)</i>	Perto de Ramela (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Cabeço do Meio (1077m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Vila Soeiro (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Cabeças (916m)</i>	Próximo de Cubo (Maçaínhas, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Pedra Sobreposta (1064m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Prados (CB) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda] -Panfleto da RTSE (s/d_a) (ver FIGURA A4)
	<i>Lomba (1137m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Prados (CB) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Seixo Branco (1000m)</i>	Na Serra da Estrela, próximo de Trinta (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Negrume (724m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Mangualde da Serra (Gv) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Alfátima (1310m)</i>	Na Serra da Estrela, perto das Aldeias (Gv) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Taloeiro (1465m)</i>	Na Serra da Estrela, perto das Aldeias (Gv) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Santo Estevão (1378m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sabugueiro (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Fraga da Varanda (1430m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sabugueiro (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Vale de Perdiz (1425m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sabugueiro (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Corgo das Mós (1552m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sabugueiro (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Santinha (1595m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Gv /♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Santinha (Vigia) (1594m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Gv /♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Malhão (1557m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Gv/♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Cruzeiro de Assedasse (1058m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Sameiro (M)	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]

	/◊			
<i>Senhora de Assedasse (935m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Corredor de Mouros (1301m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Fraga da Batalha (1279m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de M /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Chão das Barcas (1355m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de M /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Fragão do Corvo (1446m)</i>	Na Serra da Estrela, junto a Penhas Douradas (Santa Maria, M) /◊	★	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>São Lourenço (1176m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>São Lourenço (capela) (1191m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Cerro do Gato (1222m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra do Gato, nos arredores de Famalicão (G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Serra de Bois (1242m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra de Bois, nos arredores de Famalicão (G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Azinha (1272m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Azinha (Vigia) (1248m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Sameiro (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Cabeça Alta (1109m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra da Cabeça Alta, nos arredores de Vale de Amoreira (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Azinheira (1035m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Vale de Amoreira (M) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Cagarraz (1046m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Famalicão (G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
<i>Cabeça Alta 1ª (802m)</i>	Na Serra da Estrela, perto	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]

		de Valhelhas (G) / ⚡			
	<i>Serra de Mor (856m)</i>	Na Serra da Estrela/ Serra de Mor, próximo de Valhelhas (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Sarzedo (1114m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Famalicão (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Alvarrões (1122m)</i>	Nos arredores de Seixo Amarelo (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Mosqueiros (1121m)</i>	Na Serra da Estrela, perto de Famalicão (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Lanchal (1036m)</i>	Próximo de Fraga (Gonçalo, G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Cabeço do Bispo (716m)</i>	Na Serra de Vale Mourão, nos arredores de Gaia (B, B) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>S. Geães (739m)</i>	Próximo de Vela (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Galqueira (813m)</i>	Nos arredores de Benespera (G) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Fraga das Penhas (1668m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de M / ⚡	⤴	Não	-IGeo, 1993 [carta militar n.º 223 - Loriga (Seia)]
	<i>Curral da Nave (1457m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Verdelhos (C) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)]
	<i>Cabeço do Souto (1286m)</i>	Na Serra da Estrela, entre Caldas de Manteigas (M) e Verdelhos (C) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)]
	<i>Cabeço do Moreira (1197m)</i>	Na Serra da Estrela, nos arredores de Verdelhos (C) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)]
	<i>Mato da Atalaia (1048m)</i>	Nos arredores de Sarzedo (C) / ⚡	⤴	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)]
Elementos de Interesse Geológico	<i>Penedo do Sino (colossal monolítico granítico)</i>	Na Necrópole de S. Gens, arredores de Forno Telheiro (CB) / ⚡	⤴	Sim	-TSE (s/d) -Igogo (2012a) -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5) -Panfleto da RTSE (s/d_a) (ver FIGURA A4) -Falhas (2010: 45) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 15) (ver FIGURA A3)

<i>Nascente do Rio Mondego (Mondeguinho) (1525m)</i>	Na Serra da Estrela, perto da Represa de Vale de Rossim, Mangualde da Serra (Gv) /◇	▲	Não	-Marques (1996: 38) -ICN (2005b: 9) -Barbosa & Correia (1990: 83) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 3) (ver FIGURA A3) -Raízes (2002) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
<i>Nascente do Rio Alva (1500m) (no troço inicial designado por Ribeira da Fervença)</i>	Na Serra da Estrela, perto da Represa de Vale de Rossim, e do vértice geodésico de Corgo das Mós, nos arredores de Sabugueiro (S) /◇	▲	Não	-ICN (2005b: 9) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
<i>Penedo do Mazorro</i>	Em Vila Franca da Serra (Gv) /◆◆◆	▲	Não	-MG (2009a)
<i>Penedos dos Mouros</i>	Em Figueiró da Serra (Gv) /◆	▲	Não	-Figueiró da Serra (2005)
<i>Pedra Furada</i>	Ao cimo da calçada da Serra de Baixo, nos arredores de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Não	-Folgoso (s/d) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 7) (ver FIGURA A3)
<i>Cabeça do Faraó</i>	Na Serra, nos arredores de Folgoso (Gv) /◆◆	▲	Não	-Folgoso (s/d) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 7) (ver FIGURA A3)
<i>Cabeço do Velho</i>	Arredores de Mangualde da Serra, na estrada EN232, a caminho de Vale de Rossim (Gv) /◇	▲	Não	-Igogo (2012b) -Casas de Folgoso (s/d) -Raízes (2002)
<i>Penedo Gordo</i>	Nos arredores de Cortiço da Serra (CB) /◆	▲	Não	-MCB (2009b)
<i>Penedo da Bota</i>	Nos arredores de Cortiço da Serra (CB) /◆	▲	Não	-MCB (2009b)
<i>Penedo João Pires</i>	Em Mesquitela (CB) /◆	▲	Não	-MCB (2009c)
<i>Pedra Que Abana</i>	Nos arredores da Rapa (CB) /◆◆◆	▲	Não	-MCB (2009d)
<i>Barroco da Penhadeira</i>	Nos arredores de Velosa (CB) /◇	▲	Não	-MCB (2009e)
<i>Penedo Gordo</i>	Nos arredores de Vide Entre Vinhas (CB) /◆◆	▲	Não	-MCB (2009f)
<i>Penedo do Bico</i>	Nos arredores de Vide Entre Vinhas (CB) /◆◆	▲	Não	-MCB (2009f)

	<i>Penedo do Casamento</i>	Nos arredores de Vide Entre Vinhas (CB) /♦♦	▲	Não	-MCB (2009f)
	<i>Pata de Boi</i> (rochedo com uma aparente “pata de boi” gravada na pedra)	Próximo de Carvalho Juntos, nos arredores de LB (CB) /○	▲	Não	-Abrantes, 1997: 130
	<i>Penha de Prados</i> (imponente Tor granítico)	Perto de Prados (CB) /♦♦	▲	Não	-Geocaching (2012a) -ICN (2005c) -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5) -Panfleto da RTSE (s/d_a) (ver FIGURA A4) -Barbosa & Correia (1990: 74) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 15) (ver FIGURA A3)
Explorações mineiras ⁷⁴	<i>Mina de Azibrais</i> (mina de volfrâmio inativa)	Perto de LB, arredores de Figueiró da Serra (Gv) /♦	▲	Sim (ver figura 41)	-Figueiró da Serra (2005) -ADRUSE (2003) -Barbosa & Correia, 1990: 78 -Rio (2003a)
	<i>Mina do Canto do Lagar</i> (mina de urânio inativa)	Arcozelo da Serra (Gv) /♦♦♦	▲	Não	-Ribeiro (2011)
	<i>Minas de Castelejo</i> (mina de urânio inativa)	Próximo de Vila Cortês da Serra /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Covas de Estanho</i> (antigas minas desativadas)	Próximo de LB	▲	Não	-Barbosa & Correia (1990: 32) -IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Mina C-15 "COVÃO"</i> (Quartzo e Feldspato)	Entre Benespera e Vela, a norte (G) /◊	▲	Não	-APA (2012a)
RECURSOS HÍDRICOS					
Lagos/ Lagoas	<i>Lagoa do Vale do Rossim</i>	No PNSE, Mangualde da Serra (Gv) /◊	★	Não	-EFAA Turma Gouveia (2009) -ICN (2005c) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 3) (ver FIGURA A3) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
Rios/ Ribeiras ⁷⁵	<i>Rio Dão</i>	Junto a Forninhos (AG) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1986 [Carta militar n.º 179 - Penalva do Castelo]
	<i>Ribeira do Carapito</i>	Perto de Vila Cova do Covelo (PC) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1986 [Carta militar n.º 179 - Penalva do Castelo]
	<i>Ribeira de S. Domingos</i>	Perto de Cortiçô (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
	<i>Ribeiro de Cortiçô</i>	Perto de Cortiçô (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
	<i>Ribeira de Muxagata</i>	Perto de Muxagata (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]

⁷⁴ No relatório do Plano de Ordenamento do PNSE (ICN, 2005b: 20) é referido que algumas das minas inativas “são ocupadas como abrigo por morcegos cavernícolas”.

⁷⁵ Segundo a MCB (2009g) existem inúmeras linhas de água com carácter temporário por toda a região, e que em tempo de seca e/ou nos meses de Verão não possuem, normalmente, qualquer caudal. Assim, destacaram-se as linhas de água de maior relevância num raio de até 20km da aldeia (em mapa, com base nas cartas militares da série M888, escala 1: 25000).

<i>Ribeiro de Vide</i>	Perto de Muxagata (FA) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
<i>Ribeira da Quinta dos Seixos</i>	Perto de Forno Telheiro (CB) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
<i>Ribeiro dos Tamanhos</i>	Perto de Forno Telheiro (CB) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1976 [Carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)]
<i>Rio de Ludares</i>	Perto de S. João da Fresta (Mg) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1990 [Carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Ribeira de Ludares</i>	Próxima de Matados (Chãs de Tavares, Mg) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1990 [Carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Ribeira da Calharda</i>	Passa próximo de Várzea de Tavares (Mg) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1990 [Carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)]
<i>Rio Mondego</i>	Passa próximo de CB e nos arredores de M /◆◆◆	★	Sim	-IGeoE, 1989 [Carta militar n.º 191 - Celorico da Beira] -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5)
<i>Ribeiro de Salgueirais</i>	Próxima de Salgueirais e em Vila Boa do Mondego (CB) /◆	▲	Não	-IGeoE, 1989 [Carta militar n.º 191 - Celorico da Beira]
<i>Ribeira de Cavadoude</i>	Perto de Cavadoude (G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Ribeira da Velosa</i>	Passa perto de Amoreiras (Sobral da Serra, G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Ribeira de Massueime</i>	Perto de Alvendro (G) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)]
<i>Ribeira do Rebedal</i>	Passa em Póvoa de Cervães (Mg) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 – Gouveia]
<i>Rio Torto</i>	Passa em Cativelos e perto de Rio Torto (Gv) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 – Gouveia]
<i>Ribeira das Aldeias</i>	Perto de Lagarinhos (Gv) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 – Gouveia]
<i>Ribeira de Risado</i>	Perto de Arcozelo (Gv) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 – Gouveia]
<i>Ribeira de S. Paio</i>	Perto de São Paio (Gv) /◆◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 201 – Gouveia]
<i>Ribeira de Linhares</i>	Passa em LB e perto de Mesquitela (CB) /○	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)] -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5)
<i>Ribeira da Cabeça Alta</i>	Perto de LB, Rapa e Lajeosa do Mondego (CB) /○	▲	Sim (ver figura 25)	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]

	<i>Ribeiro do Paço</i>	Passa em Vila Cortês da Serra e Melo (Gv) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Ribeiro dos Namorados</i>	Próxima de Melo (Gv) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Ribeiro do Freixo</i>	Passa em Vila Cortês da Serra e Folgoso (Gv) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Ribeira do Verdilheiro</i>	Perto de Folgoso (Gv) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1998 [carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)]
	<i>Rio Diz</i>	Passa na G /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Rio Noéme</i>	Próximo de Barracão (Panóias de Cima, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Ribeira do Vale da Teixeira</i>	Perto de Ramela (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Ribeira da Amezendinha</i>	Perto da Aldeia do Bispo (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Ribeira do Caldeirão</i>	Passa na Corujeira (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda] -Panfleto da RTSE (s/d_b: 9) (ver FIGURA A3)
	<i>Ribeira do Cubo</i>	Passa próximo do Cubo (Maçainhas, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 203 – Guarda]
	<i>Ribeira das Aldeias</i>	Passa próximo das Aldeias (Gv) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Ribeira de Fervença/Rio Alva</i>	Passa próximo de Sabugueiro (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Rio Seia</i>	Perto de Pinhanços (S) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Ribeira da Bandoiva</i>	Perto de Paços da Serra (Gv) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 212 - Seia]
	<i>Ribeira de Leandres</i>	Próxima de Manteigas/♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Rio Zêzere</i>	Passa em Manteigas/♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Ribeira de Quêcere</i>	Nos arredores de Vale de Amoreira (M) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Ribeira de Famalicão</i>	Passa em Valhelhas (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1971 [carta miliar n.º 213 – Manteigas]
	<i>Ribeira de Avereiro</i>	Perto de Gonçalo (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Ribeira da Gaia</i>	Junto a Gaia (B, B) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Ribeira de Santo Amaro</i>	Próxima de Vela (G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta miliar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)]
	<i>Rio Beijames</i>	Perto de Verdelhos (C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1970 [carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)]
Quedas de Água/ Açudes	<i>Queda de Água do Poço do Inferno</i> -Tem placa de interpretação	Situa-se na garganta da Ribeira de Leandres, junto a Cabeço do Souto,	▲	Não	-MM (2008b) -Barbosa & Correia (1990: 101) -Raízes (2002)

	(segundo a TT-ThinkTur, 2006: 29)	próximo de Caldas de Manteigas (M) /◇			
Albufeiras/ Barragens	<i>Charca de Linhares</i>	Em LB, junto ao parque de campismo (CB) /○	▲	Sim	-Abrantes (1997: 127)
	<i>Represa de Salgueirais</i>	Em Salgueirais (CB) /◆	▲	Não	-ADRUSE (s/d) -TSE (s/d) -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5) -Barbosa & Correia (1990: 75)
	<i>Represa do Vale do Rossim</i>	Arredores de Mangualde da Serra (Gv) /◇	▲	Não	-EFAA Turma Gouveia (2009) -ICN (2005c) -Barbosa & Correia (1990: 36)
	<i>Barragem do Caldeirão</i>	Nos arredores de Maçaínhas, junto à estrada EN556 (G) /◇	▲	Não	-Igogo (2012c) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
Estâncias termais	<i>Santo Amaro (atualmente abandonadas)</i>	Junto a Capela de Santo Amaro, Quintãs (CB) /○	▲	Não	-Bastos <i>et al.</i> (2002) -Falhas (2010: 47)
	<i>Termas de S. António/ Banhos da Emília (atualmente abandonadas)</i>	Em Santo António, próximo de Celorico-Gare (Forno Telheiro, CB) /◇	▲	Não	-Bastos <i>et al.</i> (2002) -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5)
	<i>Complexo Termal de Gouveia/ Corgas Largas (em fase de projeto)</i>	Em Aldeias (São Pedro, G) /◇	▲	Não	-Bastos <i>et al.</i> (2002)
	<i>Estância Termal das Caldas de Manteigas (em funcionamento)</i>	Próximo de M (São Pedro, M) /◇	★	Não	-Termas de Portugal (2012) -Bastos <i>et al.</i> (2002) -MM (2008c) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
	<i>Termas do Pisão/ Aldeia Nova (uso popular)</i>	Em Aldeia Nova (T) /◇	▲	Não	-Bastos <i>et al.</i> (2002) -MT (2009)
Praias/ Parques Fluviais	<i>Praia Fluvial de Vale de Azares</i>	Em Vale de Azares (CB) /◆◆◆	▲	Não	-Guarda Digital (2010a) -Canal de Celorico da Beira (2003) -Decreto Regulamentar n.º 9/2002
	<i>Praia Fluvial da Rapa</i>	Em Rapa (CB) /◆◆◆	▲	Não	-Guarda Digital (2010a) -Canal de Celorico da Beira (2003)
	<i>Praia Fluvial de Mesquitela</i>	Em Mesquitela (CB)	▲	Não	-ADRUSE (2003)
	<i>Praia Fluvial da Lajeosa do Mondego</i>	Em Lajeosa do Mondego (CB) /◇	▲	Não	-Portugal Veraki (2012) -Decreto Regulamentar n.º 9/2002
	<i>Praia dos Doutores</i>	Em CB /◆◆◆	▲	Não	-Portugal Veraki (2012)
	<i>Praia Fluvial da Ponte Nova</i>	Próximo de Vila Franca da Serra (Gv) /◆◆◆	▲	Não	-MG (2009a)
	<i>Praia Fluvial de Vila Boa do</i>	Em Vila Boa do Mondego	▲	Não	-Guarda Digital (2010a)

	<i>Mondego</i>	(CB) /♦♦♦			-Canal de Celorico da Beira (2003)
	<i>Praia Fluvial do Ribamondego</i>	Em Ribamondego (Gv) /♦♦♦	▲	Não	-MG (2009a) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 17) (ver FIGURA A3) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
	<i>Praia Fluvial de Ponte de Juncais</i>	Em Juncais (FA) /♦♦♦	▲	Não	-Guarda Digital (2010a) -ADRUSE (2003) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 16) (ver FIGURA A3)
	<i>Praia Fluvial de Aldeia Viçosa</i>	Em Aldeia Viçosa (G) /◇	▲	Não	-Guarda Digital (2010a) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 10) (ver FIGURA A3)
	<i>Praia Fluvial de Valhelhas (obteve galardão "Bandeira Azul" em 2012)</i>	Em Valhelhas (G) /◇	★	Não	-Guarda Digital (2010a)
	<i>Praia Fluvial da Relva da Reboleira</i>	No Complexo da Unidade de Recreio e Lazer da Relva da Reboleira (Sameiro, M) /◇	▲	Não	-Igogo (2012d) -Guarda Digital (2010a)
	<i>Praia Fluvial do Covão da Ponte</i>	Nos arredores de M /◇	▲	Não	-Casas de Folgoso (s/d) -Raízes (2002) -Panfleto do TSE, 2009 (ver FIGURA A1)
	<i>Praia Fluvial do Vale de Rossim</i>	Arredores de Mangualde da Serra (Gv) /◇	★	Não	-Guarda Digital (2010a)
Moinhos de Água/Azenhas	<i>Moinhos da Rapa</i> -Sinalizado -Centro interpretativo no local	Em Rapa (CB) /♦♦♦	▲	Sim (ver figura 25)	-Panfleto da MCB (s/d_b) (ver FIGURA A6) -Panfleto da MCB (s/d_a) (ver FIGURA A5)
	<i>Moinhos da Corredoura</i> -Sinalizado (em LB, junto à igreja matriz) -Sem placa de interpretação	Saída leste de LB (CB) /○	▲	Sim (ver figura 24)	-Barbosa & Correia, 1990: 75
	<i>Moinhos de Água da freguesia de Figueiró da Serra (abandonados e em ruína)</i>	Ao longo da Ribeira de Linhares, em Figueiró da Serra (Gv) /♦	▲	Não	-Figueiró da Serra (2005)
	<i>Moinhos da Fórnea (inativos)</i>	Arredores de Folgoso (Gv) /♦♦	▲	Não	-Folgoso (s/d) -Geocaching (2012b)
	<i>Moinho de Água de Ribamondego (em funcionamento)</i>	Em Ribamondego (Gv) /♦♦♦	▲	Não	-ADRUSE (2003)
	<i>Moinhos de Vila Franca da Serra (inativos)</i>	Próximo de Vila Franca da Serra (Gv) /♦♦♦	▲	Não	-ADRUSE (2003)
	<i>Moinhos de Água de Trinta</i>	Nos arredores de Trinta	▲	Não	-CMG (2006a)

	(inativos)	(G) /◇			
	Moinhos de Água de Maçainhas (em ruínas)	Em Cubo (Maçainhas, G) /◇	▲	Não	-Património & Turismo (2004) -Junta de Freguesia de Maçainhas (2009)
	Moinhos de Água de Meios	Em Meios (G) /◇	▲	Não	-CMG (2006b)
	Moinhos de Água de Videmonte	Em Videmonte (G) /◇	▲	Não	-Freguesia de Videmonte (s/d) -CMG (2006c)
	Moinhos de Água de Vila Cortês do Mondego	Em Vila Cortês do Mondego (G) /◇	▲	Não	-CMG (2006d) -ADMESTRELA (2003)
ESPAÇOS DE OBSERVAÇÃO E/ OU DE INTERPRETAÇÃO					
Parques Biológicos/ Ecológicos/ Centros de Interpretação	Parque Ecológico de Gouveia (PEG) (integra também a sede do CERVAS – Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens) -Tem placa de interpretação	Na Quinta da Borrachota, a 5m do centro de Gv, sentido NE (Gv) /◆◆◆	★	Não	-MG (2009b) -DLCG (s/d) -lgogo (2012e) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 17) (ver FIGURA A3) -Panfleto do Parque Ecológico (MG, s/d) (ver FIGURA A7)
	☞ Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)	No centro de S /◇	★	Não	-CISE (2012)
Postos Aquícolas	Viveiro das trutas/ Posto Aquícola da Fonte Santa	À saída de M, pela Estrada Regional 338 (São Pedro, M) /◇	▲	Não	-MM (2008d)
Miradouros	Mirante de Linhares -Não sinalizado -Tem placa de interpretação (do PNSE) junto à fonte	No topo da Estrada da Serra, junto a LB (CB) /○	▲	Sim (ver figura 31, 32 e 33)	-Abrantes (1997: 128)
	Miradouro de Linhares (castelo)	Nas muralhas ou no topo da Torre do Relógio do castelo de LB (CB) /○	▲	Sim (ver figura 30)	-Falhas (2010: 42) -Raízes (2002) -Panfleto da MCB (s/d_c) (ver FIGURA A8)
	Miradouro virtual com animação em 3D ('Virtual Sightseeing')	Numa muralha do castelo de LB (CB) /○	▲	Sim	-Guarda Digital (2010b) -Panfleto da MCB (s/d_c) (ver FIGURA A8)
	Miradouro de Salgueirais	Em Salgueirais (CB) /◆	▲	Não	-lgogo (2012f)
	Miradouro de Vide Entre Vinhas	Próximo de Vide Entre Vinhas (CB) /◆◆	▲	Não	-MCB (2009h)
	Miradouro de Soutomoninho	Perto de Soutomoninho (Cadafaz, CB) /◆◆	▲	Não	-MCB (2009h) -MCB (2009i)
	Miradouro Sacadura Cabral	Na Praça Sacadura Cabral, em CB /◆◆◆	▲	Não	-lgogo (2012g)
	Miradouro de S. Tiago (capela)	Na Serra da Estrela, nos	▲	Não	-Guarda Digital (2010c)

		arredores de Gv /♦			
	<i>Miradouro do Fragão do Corvo</i>	Na Serra da Estrela, junto a Penhas Douradas (Santa Maria, M) /♦	★	Não	-MM (2008e) -lgogo (2012h) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 3) (ver FIGURA A3)
	<i>Miradouro de Penha de Prados</i>	Perto de Prados (CB) /♦♦	▲	Não	-Geocaching (2012a) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 14) (ver FIGURA A3)
	<i>Miradouro de Folgoso</i>	Em Folgoso (Gv) /♦♦	▲	Não	-lgogo (2012i) -Raízes (2002)
	<i>Miradouro de Mangualde da Serra</i>	Em Mangualde da Serra (Gv) /♦	▲	Não	-lgogo (2012j)
	<i>Mirante da Senhora do Monte</i>	Próximo de Mangualde da Serra (Gv) /♦	▲	Não	-MG (2009a)
	<i>Miradouro do Brojo</i>	Em Aldeias (Gv) /♦	▲	Não	-Freguesia de Aldeias (s/d)
	<i>Mirante Botto Machado</i>	Em São Julião (Gv) /♦	▲	Não	-MG (2009a)
	<i>Mirante do Paixotão</i>	Em São Pedro (Gv) /♦	▲	Não	-MG (2009a)
	<i>Mirante do Senhor do Calvário</i>	Em São Pedro (Gv) /♦	▲	Não	-MG (2009a)
	<i>Miradouro de Sarzedo</i>	Em Sarzedo (C) /♦	▲	Não	-MC (2012)
	<i>Miradouro de Vale Formoso</i>	Em Vale Formoso (C) /♦	▲	Não	-MC (2012)
	<i>Miradouro dos Trinta</i>	Em Trinta, na estrada CM1176 (G) /♦	▲	Não	-lgogo (2012k)
	<i>Miradouro do Mocho Real</i>	Estrada EN556, junto à barragem do Caldeirão, perto Maçainhas (G) /♦	▲	Não	-lgogo (2012l) -Panfleto da RTSE (s/d_b: 9) (ver FIGURA A3)
	<i>Miradouro do Cabeço do Gato</i>	Nos arredores de Forninhos (AG) /♦	▲	Não	-Geocaching (2012c) -lgogo (2012m)
	<i>Miradouro de Algodres</i>	Em Algodres (FA) /♦	▲	Não	-lgogo (2012n)
	<i>Miradouro de Aldeia Viçosa</i>	Nos arredores de Aldeia Viçosa (G) /♦	▲	Não	-Quinta da Maunça (2006)
RECURSOS ENERGÉTICOS (exploração do potencial eólico)					
Parques Eólicos	<i>Parque Eólico da Serra do Ralo (inicialmente denominado de Parque Eólico de Videmonte)</i>	Dentro do PNSE, arredores de Salgueirais e Vide Entre Vinhas /♦	▲	Sim (ver figuras 39 e 40)	-GDF SUEZ (2011)
	<i>Parque Eólico Serra de</i>	Dentro do PNSE, junto à	▲	Não	-APA (2012b)

	<i>Alvoaça</i>	Serra da Alvoaça, arredores de Vasco Esteves de Cima (Alvoco da Serra, S) /◊			
	<i>Parque Eólico de Prados (projeto aprovado; a ser construído em breve)</i>	Dentro do PNSE arredores de Prados e de Rapa (CB) /♦♦	▲	Não	-CMG (2006e) -APA (2012c)
Classificação geral	OPORTUNIDADE PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES DESPORTIVAS/ RECREATIVAS/ LAZER (engloba zonas e equipamentos)				
Rotas/ Trilhos A-automóvel; B-pedestres/ BTT (alguns percursos poderão também ser utilizados por viaturas motorizadas todo-o-terreno-TT)	<i>Trilho das Ladeiras (B)</i> -Sinalizado -Com placa de interpretação junto ao castelo de LB (CB)	Arredores de LB (CB) /◉	▲	Sim (ver figura 37)	-MCB (2009h)
	<i>Trilho da Serra do Ralo (B)</i> -Sinalizado -Com placas de interpretação junto às entradas e dentro do parque eólico	-Entre Vide Entre Vinhas e Cadafaz (CB) /♦♦	▲	Sim (ver figuras 38 e 39)	-MCB (2009h) -GDF SUEZ (2011)
	<i>Trilho S. Gens (B)</i> -Sinalizado -Com placa próxima do edifício da MCB	-Entre CB e Lameiras (Santa Maria, CB), próximo da Necrópole de S. Gens /♦♦♦	▲	Sim	-MCB (2009h)
	<i>Pelos trilhos de Vila Ruiva (INATEL) (B)</i>	Entre Vila Ruiva (FA) e LB (CB) /♦♦	▲	Não	-Panfleto do INATEL Turismo (2010) (ver FIGURA A9)
	<i>BTT INATEL Vila Ruiva (B)</i>	Arredores de Vila Ruiva (FA) /♦♦	▲	Não	-Panfleto do INATEL Turismo (s/d) (ver FIGURA A10)
	<i>BTT INATEL Manteigas (B)</i>	Arredores de M /◊	▲	Não	-Panfleto do INATEL Turismo (s/d) (ver FIGURA A10)
	<i>Percurso das Calçadas + Percurso dos Viveiros (B)</i>	Entre LB e Folgosinho /♦	▲	Não	-Espírito de Aventura (2011)
	<i>Percursos de BTT na zona de Linhares (carta militar n.º 202)</i>	Nos arredores de Linhares /◉	▲	Não	-Ramos (2002)
	<i>Circuito Turístico IV (A)</i>	Gv /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
	<i>Circuito Turístico V (A)</i>	G-CB-LB /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
	<i>Circuito Turístico VI (A)</i>	B-Valhelhas-M /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
	<i>Circuito Turístico VII (A)</i>	Vila Ruiva-FA-AG /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
	<i>PP/PR 01-São Lourenço (B)</i>	Nos arredores de M /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
	<i>PP/PR 11-Circular do Maciço superior / Lagoa Comprida (B)</i>	Nos arredores do Vale do Rossim-sul (Gv/ S) /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)

PP/PR 12-Sumo do Mondego (B)	Nos arredores de Vale do Rossim-norte (Gv) /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
PP/PR 19-Planalto de Videmonte (B)	Nos arredores de Videmonte (G) /◆◆	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
PP/PR 21- Fraga da Pena (B)	Arredores de Sobral Pichorro (FA) /◊	★	Não	-Guarda Digital (2010b)
Rotas pela Serra com início e fim em M: Rotas 1, 2, 3 e 4 (A)	Em M /◊	★	Não	-MM (2008f)
Rota G-Torre-Vide (A/B)	Percorre áreas dentro do PNSE e envolvente /◊	★	Não	-Covão da Ponte (s/d)
Rota Vila Soeiro-Gv-Loriga (A/B)	Percorre a encosta noroeste da Serra da Estrela (e visita LB) /◊	★	Não	-Covão da Ponte (s/d)
Rota Videmonte-Verdelho-Loriga (A/B)	Percorre a encosta noroeste da Serra da Estrela /◊	★	Não	-Covão da Ponte (s/d)
Rota Covão da Ponte-Sra. Assedasse (B)	Dentro do PNSE /◊	★	Não	-Covão da Ponte (s/d)
Rota Covão da Ponte – Manteigas (A/B)	Dentro do PNSE e do concelho de M /◊	★	Não	-Covão da Ponte (s/d)
PR1- Percurso pedestre Rota dos Galhardos (B)	Na freguesia de Folgoso (Gv) /◊	▲	Não	-Folgosinho (s/d) -MG (2009c)
PR3-Rota dos Penedos dos Mouros (B)	Próximo de Nespereira (Gv) /◊	▲	Não	-MG (2009c)
Caminho dos Galegos (B)	Na freguesia de Mareco (PC) /◊	▲	Não	-CMPC (2012)
PR3-Trilhos de Gil Vicente (B)	Entre Santo Amaro de Azurara e Guimarães de Tavares (Mg) /◊	▲	Não	-CMM (2012)
PR4-Rota da Senhora das Verdes (B)	Arredores de Abrunhosa-a-Velha (Mg) /◊	▲	Não	-CMM (2012)
PR5-Caminhos do Bom Sucesso (B)	Nos arredores de S. João da Fresta (Mg) /◊	▲	Não	-CMM (2012)
Rota Natura-Guarda/ Quinta da Maunça (B)	Nos arredores de Alviandre (G) /◊	▲	Não	-Quinta da Maunça (2006)
Rota Natura-Guarda/ Aldeia Viçosa (B)	Nos arredores de Aldeia Viçosa (G) /◊	▲	Não	-Quinta da Maunça (2006)

	<i>Trilho das Fragas (B)</i>	Nos arredores de Verdelhos (C) /♦	▲	Não	-Beira Serra (s/d).
	<i>Rota do Glaciar (B)</i>	Nos arredores de M /♦	▲	Não	-Estrela <i>Green Tracks</i> (2010).
	<i>Rota do Alto Mondego (A)</i>	Nos concelhos integrados na Região de Turismo da Serra da Estrela (Gv, M, G, CB, FA, S e Oliveira do Hospital) /♦	▲	Não	-Panfleto da RTSE (s/d_b) (ver FIGURA A3)
	<i>GR22-Rota das Aldeias Históricas (B)</i>	Une 10 aldeias históricas (Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, LB, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha) /♦	★	Não	-CAOS (2012)
Outras Desportivas Terrestres/ Aéreas	<i>Zonas de Caça Municipais do distrito da Guarda</i>	Nos vários concelhos do distrito da G	▲	Não	-ICNF (2012a)
	<i>Zonas de Caça Municipais do distrito de Viseu</i>	Nos vários concelhos do distrito de Viseu	▲	Não	-ICNF (2012b)
	<i>Zonas de Caça Municipais do distrito de Castelo Branco</i>	Nos vários concelhos do distrito de Castelo Branco	▲	Não	-ICNF (2012c)
	<i>Parapente</i>	Em LB (CB) /○	★/☀	Sim (ver figura 42)	-Falhas (2010: 47) -Panfleto da MCB (s/d_c) (ver FIGURA A8)
	<i>Parapente</i>	Azinhaga (Sameiro, M) /♦	★/☀	Não	-MM (2008g)
Desportivas Aquáticas	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito da Guarda (na Ratoeira (CB) /♦ foi construída a maior pista de pesca do país)</i>	Em vários concelhos do distrito da G	▲	Sim (só no caso da pista da Ratoeira)	-ICNF (2012d) -[Ratoeira (CB) → Jornal Via Rápida Press (2012)]
	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito de Viseu</i>	Em vários concelhos do distrito de Viseu	▲	Não	-ICNF (2012e)
	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito de Castelo Branco</i>	Em vários concelhos do distrito de Castelo Branco	▲	Não	-ICNF (2012f)
	<i>Pesca desportiva (à truta)</i>	Represa de Salgueirais (CB) /♦	▲	Não	-TSE (s/d)
	<i>Pesca (em zona reservada)⁷⁶</i>	Nas Lagoas do PNSE /♦	▲	Não	-ICN (2005b: 19) -ICNF (2012g)

⁷⁶ Segundo a Direção Geral das Florestas corresponde a uma “Zona de Pesca Reservada” pelo que “só está autorizada a pesca desportiva e apenas nas condições especificadas no respetivo regulamento, onde estão fixados os tipos das licenças especiais diárias e preços correspondentes” (Serra & Costa, 2001: 65).

	Canoagem no Alto Mondego	No rio Mondego, caso de Videmonte (G) /♦♦♦	▲	Não	-Kompanhia das Águas (2008)
--	--------------------------	--	---	-----	-----------------------------

LEGENDA:

● até 5km da aldeia ♦ 6 a 10km da aldeia ♦♦ 11 a 15km da aldeia ♦♦♦ 16 a 20km da aldeia ♦ a mais de 20km da aldeia → Caminho mais curto sugerido pelo Google Maps, desde a aldeia em estudo até à localidade mais próxima do elemento descrito. No caso do símbolo ☹ significa que o elemento se encontra localizado fora do raio de 20km mas dentro ou nos limites do PNSE.

▲ Local ★ Nacional ✱ Internacional → Sugestão do nível de atratividade turística (atual) do elemento descrito.

Localidades: Distrito da Guarda → G= Guarda; CB= Celorico da Beira (inclui LB= Linhares da Beira); FA= Fornos de Algodres; AG= Aguiar da Beira; T= Trancoso; Gv= Gouveia; S= Seia; M= Manteigas; Distrito de Viseu → PC= Penalva do Castelo; Mg= Mangualde; Distrito de Castelo Branco → B= Belmonte; C= Covilhã

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (mencionadas nas “fontes consultadas”):

ABRANTES, L. (1997). *Novas portas de acesso à serra da Estrela: a Assedace na encruzilhada*. Monografia. Edição do autor. Folgoso, Portugal.

ABREU, A.C., CORREIA, T.P. & OLIVEIRA, R. (Coords.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume 3- Grupos de Unidades de Paisagem F-J (Beira Alta a Pinhal do Centro)*. Universidade de Évora. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Ed.). Lisboa, Portugal.

ADMESTRELA (2003). *Observatório local: Vila Cortês do Mondego*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.admestrela.pt/observatorio/vcortez.htm

ADRUSE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA SERRA DA ESTRELA (s/d). Turismo: concelho - Celorico da Beira. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: www.adruse.pt/turismo.asp?conc=3&concelho=Celorico%20da%20Beira

ADRUSE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA SERRA DA ESTRELA (2003). *Centro Rural do Alto Mondego*. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: <http://www.adruse.pt/cram/index.asp>

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012a). *Declarações de Impacte Ambiental: Mina C - 15 Covão, Alargamento da Concessão de Quartzos e Feldspato (RNT 2491)*. Consultado a 20 de setembro de 2012. URL: <http://sniamb.apambiente.pt/diadigital/>

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012b). *Declarações de Impacte Ambiental: Parque Eólico da Serra da Alvoaça (estudo prévio)*. Consultado a 20 de setembro de 2012. URL: http://sniamb.apambiente.pt/DIAdigital/2004/dia_2004.html

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012c). *Declarações de Impacte Ambiental: Parque Eólico de Prados*. Consultado a 20 de setembro de 2012. URL: <http://sniamb.apambiente.pt/diadigital/2009/DIA2034.pdf>

BARBOSA, A. & CORREIA, A. (1990). *À descoberta da Estrela: rede de percursos pedestres de grande rota - Parque Natural da Serra da Estrela*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Lisboa, Portugal.

BASTOS, C., QUINTELA, M.M. & MATOS, A.P. (2002). *O novo aquilégio*. Consultado a 17 de setembro de 2012. URL: <http://www.aguas.ics.ul.pt/index.htm>

BEIRA SERRA (s/d). *PR3 – Verdelhos/ Vila do Carvalho: trilho das fragas*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.beiraserra.pt/download/Folheto_Trilho_Fragas.pdf

CANAL DE CELORICO DA BEIRA (2003). *Introdução da Vila*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: <http://canalcelorico.no.sapo.pt/Introducao.htm>

CAOS – CÍRCULO DE ATIVIDADES OXIGÉNIO & SOL (2012). *Percursos pedestres no concelho de Idanha-a-Nova (G.R. 22 - Rota das Aldeias Históricas)*. Consultado a 10 de setembro de 2012. URL: www.oaos.org/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=37

CASAS DE FOLGOSINHO (s/d). *Folgosinho*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: www.casasfolgosinho.com/folgosinho/

CISE - CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA SERRA DA ESTRELA (2012). *Entrada*. Consultado a 15 de novembro de 2012. URL: <http://www.cise.pt/>

CMG – CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (2006a). *Concelho da Guarda: freguesia Trinta*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=579&id=281&action=noticia

CMG – CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (2006b). *Concelho da Guarda: freguesia Meios*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=579&id=260&action=noticia

CMG - CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (2006c). *Concelho da Guarda: freguesia Videmonte*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=579&id=285&action=noticia

CMG - CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (2006d). *Concelho da Guarda: freguesia Vila Cortês do Mondego*. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idseccao=579&id=286&action=noticia

CMG - CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA (2006e). *Consulta pública no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental do Projeto Parque Eólico de Prados*. Consultado a 21 setembro de 2012. URL: <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idEdicao=51&id=1749&idSeccao=625&Action=noticia>

CMM - CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUALDE (2012). *Turismo e Animação: roteiros - percursos pedestres*. Consultado a 10 de setembro de 2012. URL: http://www.cmmangualde.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=222&Itemid=246

CMPC - CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO (2012). *Turismo – percursos pedestres*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-penalvadocastelo.pt/index.php/turismo/percursos-pedestres>

COVÃO DA PONTE (s/d). *Serra da Estrela: caminhos serranos*. Consultado a 14 de setembro de 2012. URL: <http://www.covaodaponte.com/194>

DECRETO REGULAMENTAR n.º 9/2002 (2002). *Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego*. Diário da República, I Série-B, n.º 51, de 1 de Março de 2002. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Consultado a 10 de agosto de 2012. URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2002/03/051B00/16951745.pdf>

DLCG - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL (s/d). *Parque Ecológico de Gouveia*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: www.dlcg.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=118&Itemid=178

EFAA TURMA GOUVEIA (2009). *Blogue “7 maravilhas de Gouveia”*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: <http://7maravilhasdegouveia.blogspot.pt/2009/04/16-estrada-nacional-232-inclui-cabeca.html>

ESPÍRITO DE AVENTURA (2011). *Blogue “Aventura nas Aldeias Históricas” – Linhares da Beira BTT*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: http://aventura-aldeias-historicas.iblogger.org/Linhares/paginas/actividade1_linhares.html

ESTRELA GREEN TRACKS (2010). *Percursos pedestres de Manteigas: PR6 MTG – rota do glaciár*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: www.manteigastrilhosverdes.com/uploads/pr_6_mtg_por.pdf

FALHAS, S. (2010). *Aldeias Históricas de Portugal: guia turístico*. Olho de Turista, Lda. (Ed.). Mêda, Portugal.

FIGUEIRÓ DA SERRA (2005). *Património cultural e natural*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: www.figueirodaserra.com/Patrimonio.htm

FOLGOSINHO (s/d). *A visitar*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: <http://folgosinho.com/visitar>

FREGUESIA DE ALDEIAS (s/d). *Caracterização*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: <http://www.terralusa.net/index.php?site=212&sec=part5>

FREGUESIA DE VIDEMONTE (s/d). *Património Arquitetónico*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: www.terralusa.net/index.php?site=166&sec=part7

GDF SUEZ (2011). *Parque eólico da serra do Ralo*. Consultado a 21 outubro de 2011. URL: <http://www.gdfsuez-energia.pt>

GEOCACHING (2012a). *Penha de Prados [Celorico da Beira]*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GC292W3

GEOCACHING (2012b). *Moinhos da Fórnea (Folgosinho)*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GC174KB

GEOCACHING (2012c). *Miradouro Cabeço do Gato (Forninhos)*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GC2DRZ2

GUARDA DIGITAL (2010a). *Guarda.pt: turismo – Praias fluviais*. Consultado a 21 de agosto de 2012. URL: <http://www.turismo.guarda.pt/servicos/lazer/praiasfluviais/Paginas/default.aspx>

GUARDA DIGITAL (2010b). *Guarda.pt: turismo – Descobrir a região, Serra da Estrela (circuitos)*. Consultado a 21 de agosto de 2012. URL: <http://www.turismo.guarda.pt/descobriraregiao/SerradaEstrela/Circuitos/Paginas/Circuitos.aspx>

GUARDA DIGITAL (2010c). *Guarda.pt: turismo – Descobrir a região, Serra da Estrela (o que ver)*. Consultado a 21 de agosto de 2012. URL: <http://www.turismo.guarda.pt/descobriraregiao/SerradaEstrela/Paginas/Oquever.aspx>

ICN – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2005a). *Parque Natural da Serra da Estrela*. Consultado a 28 dezembro de 2011. URL: <http://www.icnf.pt/cn/ICNPortal/vPT2007/>

ICN – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2005b). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Fase 3 – Ordenamento: relatório síntese (agosto de 2008)*. Consultado a 17 setembro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Ordenamento+e+Gest%C3%A3o/Planos+de+Ordenamento+das+%C3%81reas+Protegidas+%28POAP%29/Poap+-+PNSE.htm>

ICN – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2005c). *Parque Natural da Serra da Estrela: pontos de interesse*. Consultado a 14 agosto de 2012. URL: www.icnf.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-SerraEstrela/Visitar+Area+Protegida/Sugestoes+Visita/Pontos+de+Interesse/

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012a). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: Condições de acesso (Guarda)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/guarda>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012b). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: Condições de acesso (Viseu)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/viseu>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012c). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: condições de acesso (Castelo Branco)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/castelo-branco>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012d). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Guarda)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/gu>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012e). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Viseu)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/vs>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012f). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Castelo Branco)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/cb>

ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012g). *Pesca, Pesca Reservada, ZPR das Lagoas da Serra da Estrela*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/zpr/zpr-lagoas-serra-estrela>

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1970). *Série M888: carta militar n.º 214 – Gonçalo (Guarda)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1970). *Série M888: carta militar n.º 203 – Guarda*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1970). *Série M888: carta militar n.º 224 - Teixoso (Covilhã)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1971). *Série M888: carta militar n.º 192 - Lajeosa do Mondego (Celorico da Beira)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1971). *Série M888: carta militar n.º 213 – Manteigas*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1971). *Série M888: carta militar n.º 181 - Vila Franca das Naves (Trancoso)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1976). *Série M888: carta militar n.º 180 - Aldeia Nova (Trancoso)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1986). *Série M888: carta militar n.º 179 - Penalva do Castelo*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1989). *Série M888: carta militar n.º 191 - Celorico da Beira*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1990). *Série M888: carta militar n.º 190 - Mesquitela (Mangualde)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 201 – Gouveia*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 223 - Loriga (Seia)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 212 – Seia*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1998). *Série M888: carta militar n.º 202 - Linhares (Celorico da Beira)*. IGE. Lisboa, Portugal.

IGOGO (2012a). *Necrópole de São Gens e Penedo do Sino*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/necropole-de-sao-gens-e-penedo-do-sino/

IGOGO (2012b). *Cabeça do Velho*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/cabeca-do-velho/

IGOGO (2012c). *Barragem do Caldeirão*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/barragem-do-caldeirao/

IGOGO (2012d). *Praia Fluvial da Relva da Reboleira*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/prai-fluvial-da-relva-da-reboleira/

IGOGO (2012e). *Atrações em Gouveia*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/atracoes-gouveia/

IGOGO (2012f). *Miradouro de Salgueirais*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-de-salgueirais/

IGOGO (2012g). *Miradouro Sacadura Cabral*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-sacadura-cabral/

IGOGO (2012h). *Miradouro do Fragão do Corvo*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-do-fragao-do-corvo/

IGOGO (2012i). *Miradouro de Folgoso*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-de-folgosinho/

IGOGO (2012j). *Miradouro de Mangualde da Serra*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-de-mangualde-da-serra/

IGOGO (2012k). *Miradouro de Trinta*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-de-trinta/

IGOGO (2012l). *Miradouro do Mocho Real*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-do-mocho-real/

IGOGO (2012m). *Miradouro do Cabeço do Gato*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-do-cabeco-do-gato/

IGOGO (2012n). *Miradouro de Algodres*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.igogo.pt/miradouro-de-algodres/

INATEL TURISMO (s/d). Panfleto *“Percurso de BTT com a Fundação INATEL: por trilhos de norte a sul de Portugal”*. INATEL Turismo.

INATEL TURISMO (2010). Panfleto *“Trilhos da Natureza: Linhares da Beira/ Vila Ruiva”*. INATEL Turismo.

JORNAL VIA RÁPIDA PRESS (2012). *Andanças e Danças na Água na Ratoeira (Celorico da Beira) (notícia de 3 de agosto de 2012)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: www.jornalviarapida.com/regiao/andancas-e-dancas-na-agua-na-ratoeira-celorico-da-beira

JUNTA DE FREGUESIA DE MAÇAINHAS (2009). *História da freguesia*. Consultado a 21 de agosto de 2012. URL: <http://www.jf-macainhas.com/AFreguesia/Historial/tabid/61/Default.aspx>

KOMPANHIA DAS ÁGUAS (2008). *O Alto Mondego (canoagem)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: www.kompanhiadasaguas.com/Mondego.htm

MARQUES, C.A. (1996). *A serra da Estrela: estudo geográfico*. Assírio & Alvim. Lisboa, Portugal.

MC – MUNICÍPIO DA COVILHÃ (2012). *Concelho: freguesias*. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-covilha.pt/>

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (s/d_a). Panfleto “*Guía de Turismo: Celorico da Beira te inspira*”. Câmara Municipal de Celorico da Beira.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (s/d_b). Panfleto “*Moinhos da Rapa: o renascer da mó*”. Câmara Municipal de Celorico da Beira.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (s/d_c). Panfleto “*Castelo de Linhares da Beira: entre o céu e a terra*”. Câmara Municipal de Celorico da Beira.

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009a). *Linhares da Beira*. Consultado a 11 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/linharesdabeira/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009b). *Cortiçô da Serra*. Consultado a 12 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/corticodaserra/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009c). *Mesquitela*. Consultado a 12 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/mesquitela/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009d). *Rapa*. Consultado a 12 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/rapa/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009e). *Velosa*. Consultado a 13 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/velosa/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009f). *Vide entre Vinhas*. Consultado a 13 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/videentrevinhas/Paginas/default.aspx

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009g). *Concelho: história -enquadramento*. Consultado a 13 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/historia/Paginas/Enquadramento.aspx>

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009h). *Turismo: percursos pedestres*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-celorico-dabeira.pt/turismo/percursospedestres/Paginas/default.aspx>

MCB – MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA (2009i). *Cadafaz*. Consultado a 13 de agosto de 2012. URL: www.cm-celorico-dabeira.pt/concelho/freguesias/cadafaz/Paginas/default.aspx

MG – MUNICÍPIO DE GOUVEIA (s/d). Panfleto “*Parque Ecológico de Gouveia*”. Município de Gouveia.

MG – MUNICÍPIO DE GOUVEIA (2009a). *Concelho de Gouveia*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-gouveia.pt/concelho/Paginas/default.aspx>

MG – MUNICÍPIO DE GOUVEIA (2009b). *Visitar Gouveia: Parque Ecológico*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-gouveia.pt/visitargouveia/Paginas/parque-ecologico.aspx>

MG – MUNICÍPIO DE GOUVEIA (2009c). *Visitar Gouveia: percursos pedestres*. Consultado a 16 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-gouveia.pt/visitargouveia/Paginas/percursos-pedestres.aspx>

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008a). *Vale Glaciar do Zêzere: 7 maravilhas de Portugal*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-manteigas.pt/Paginas/default.aspx>

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008b). *Locais de interesse: Poço do Inferno*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: www.cm-manteigas.pt/turismo/LocaisdeInteresse/Paginas/Po%C3%A7odoInferno.aspx

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008c). *Termalismo: estância termal - Caldas de Manteigas*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: www.cm-manteigas.pt/turismo/termalismo/Paginas/default.aspx

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008d). *Locais de interesse – viveiros das trutas*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: www.cm-manteigas.pt/turismo/LocaisdeInteresse/Paginas/ViveirodasTrutas.aspx

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008e). *Locais de interesse – miradouro do Fragão do Corvo*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-manteigas.pt/turismo/LocaisdeInteresse/Paginas/MiradourodoFragaodoCorvo.aspx>

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008f). *Turismo e ambiente: roteiros*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: www.cm-manteigas.pt/turismo/roteiros/Paginas/default.aspx

MM – MUNICÍPIO DE MANTEIGAS (2008g). *Turismo e ambiente: lazer e tempos livres – parapente*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-manteigas.pt/turismo/LazerTemposLivres/Paginas/Parapente.aspx>

MT – MUNICÍPIO DE TRANCOSO (2009). *Freguesias: Aldeia Nova*. Consultado a 21 de agosto de 2012. URL: www.cm-trancoso.pt/concelho/freguesias/Paginas/AldeiaNova.aspx

PATRIMONIO & TURISMO (2004). *Freguesia de Maçainhas (Guarda)*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: www.patrimonio-turismo.com/juntas/zoom.php?identifx=607

PORTARIA n.º 829/2007 de 1 de agosto (2007). *Lista dos sítios de importância comunitária (SIC)*. Diário da República, 1.ª série, N.º 147, 1 de agosto de 2007. Consultado a 17 de setembro de 2012. URL: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/08/14700/0491304915.PDF>

PORTUGAL VERAKI (2012). *Cultura & Lazer: concelhos – Celorico da Beira*. Consultado a 08 de agosto de 2012. URL: <http://portugal.veraki.pt/concelhos/concelhos.php?idconc=247&gr=CL&op=CT>

QUINTA DA MAUNÇA (2006). *Rotas Natura*. Consultado a 15 de setembro de 2012. URL: <http://www.quintadamaunca.mun-guarda.pt/rotasnatura/>

RAÍZES (2002). *Roteiro: travessia dos Montes Hermínios*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: <http://raizes.no.sapo.pt/TextoRoteiro8.htm>

RAMOS, R. (2002). *Percursos de BTT - Serra da Estrela: Linhares*. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: <http://rpramos.com.sapo.pt/bttrdbks.htm>

RIBEIRO, A.F.P. (2011). *Avaliação do Risco Ambiental de uma mina de urânio (Gouveia, Centro de Portugal)*. Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco, Portugal.

RIO, L. (2003a). *Serra da Estrela: roadbooks - Percurso das Minas dos Azibrais*. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: <http://roadbooks1.no.sapo.pt/sestrela/linhares/minas%201.jpg>

RTSE - REGIÃO TURISMO DA SERRA DA ESTRELA (s/d_a). Panfleto "*Serra da Estrela: património histórico*". Região Turismo da Serra da Estrela.

RTSE - REGIÃO TURISMO DA SERRA DA ESTRELA (s/d_b). Panfleto "*Rota do Alto Mondego*". Região Turismo da Serra da Estrela.

SERRA, A. & COSTA, J.S. (Coords.) (2001). *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego (1ª fase análise e diagnóstico da situação atual): anexo 9 - Conservação da Natureza*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: http://www.arhcentro.pt/website/OLD_Plan._Bacia_Hidrogr%C3%A1fica/PGH_-_Rio_Mondego.aspx

TERMAS DE PORTUGAL (2012). *Estâncias termais*. Consultado a 20 de agosto de 2012. URL: <http://www.termasdeportugal.pt/estanciastermais/>

TSE – TURISMO SERRA DA ESTRELA (s/d). *A região: concelhos – Celorico da Beira*. Consultado a 15 de agosto de 2012. URL: www.rt-serradaestrela.pt/index.php/pt/a-regiao/concelhos/celorico-da-beira

TSE – TURISMO SERRA DA ESTRELA (2009). Panfleto "*Mapa-guia*". Turismo Serra da Estrela. Covilhã, Portugal.

TT-THINKTHUR (2006). *Programa de visitação e comunicação na rede nacional de áreas protegidas: diagnóstico das áreas protegidas (relatório da 1ª fase)*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: http://www.icnf.pt/cn/NR/rdonlyres/0C7804FC-02DA-457E-AC50-84EE43788904/0/cap3_1_fase.pdf

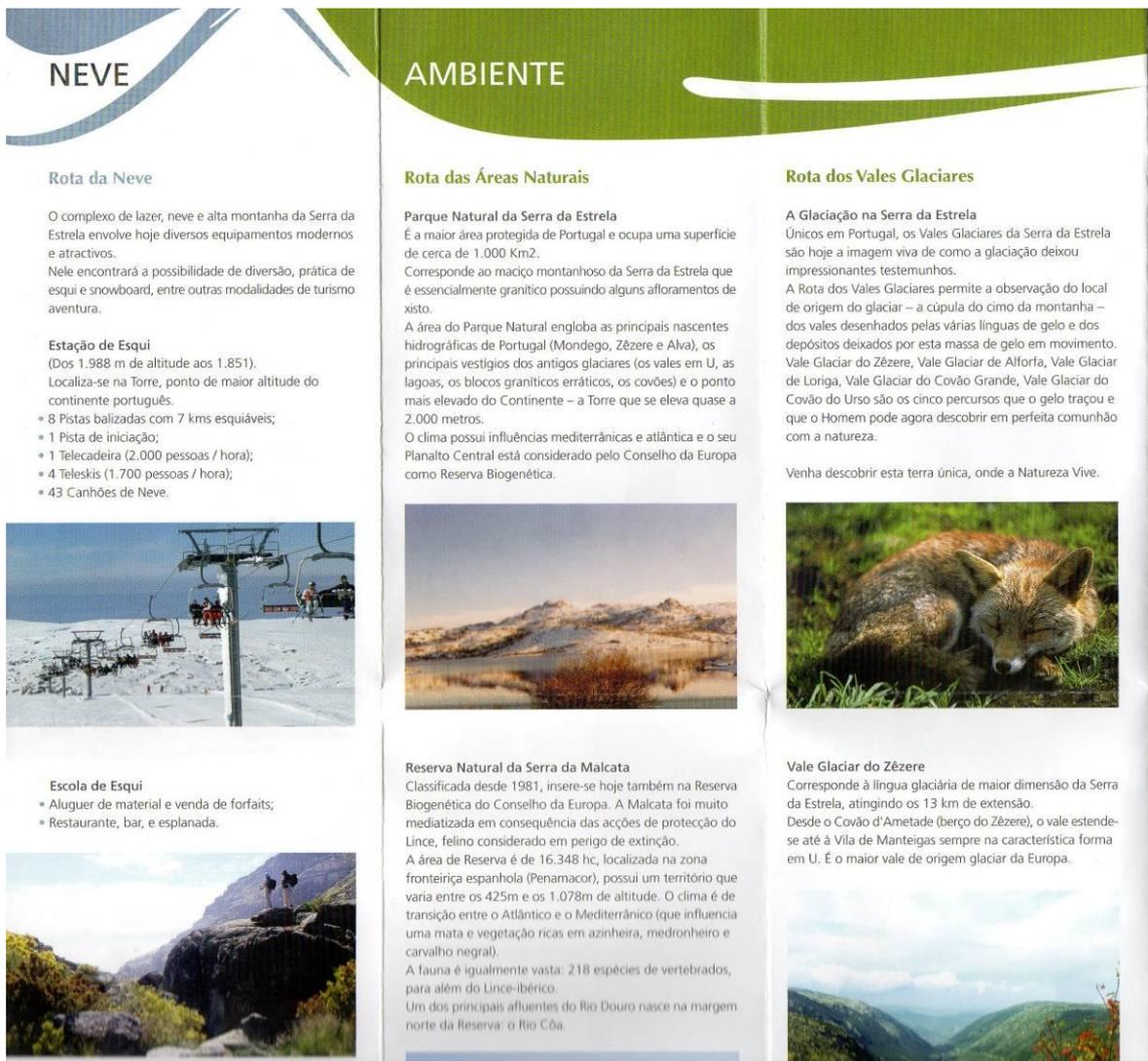


FIGURA A1 - Panfleto “Mapa-guia”, do turismo Serra da Estrela (exemplo da capa, contracapa e de uma página interior)

Fonte: TSE, 2009

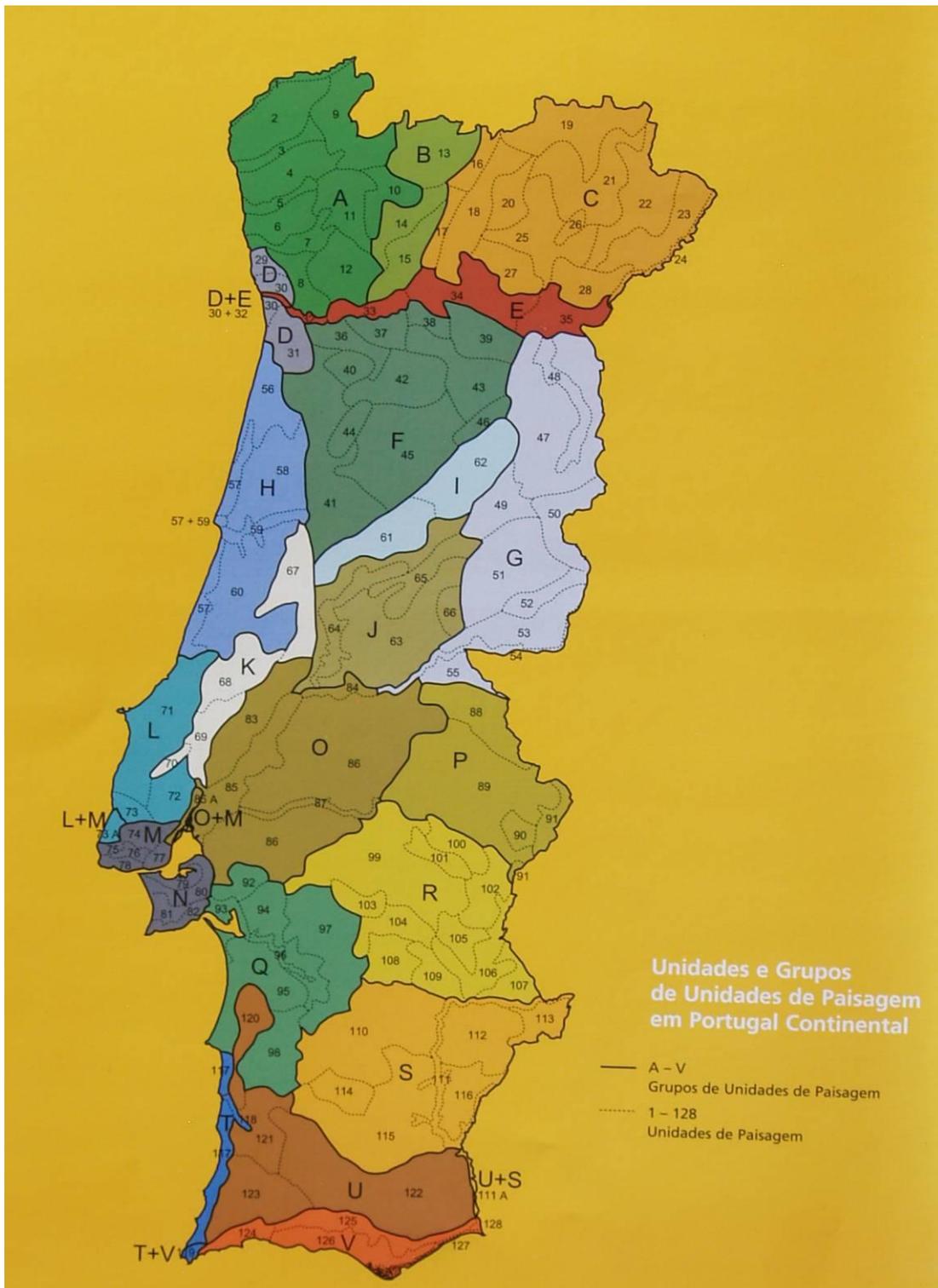
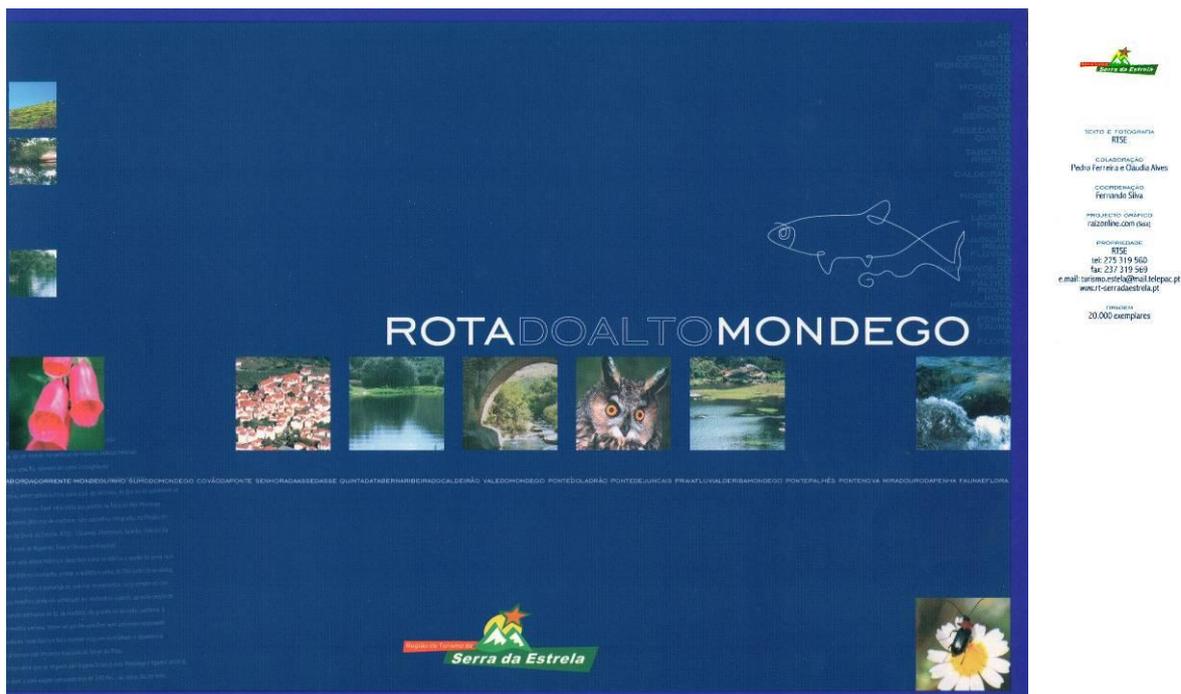


FIGURA A2 – Unidades e grupos de unidades de paisagem em Portugal Continental
(grupo do “Maciço Central – Serra da Estrela”: letra I, n.º 62; grupo da “Beira Alta – Dão e Médio Mondego”: letra F, n.º 45; grupo da “Beira Alta – Cova de Celorico”: letra F, n.º 46; grupo da “Beira Interior – Planalto da Beira Transmontana”: letra G, n.º 47; “grupo da “Beira Interior – Cova da Beira”: letra G, n.º 49)
Fonte: Abreu *et al.* (2004: 3)



LOCAIS A VISITAR

Casal das Pias e outros Casais – Pela estrada de macadame a partir da Sra. d'Assedasse em direcção à Portela de Folgoso, aos 2,8 Km cortar à direita para os Casais em direcção ao Jogo da Bola (10,2 Km).

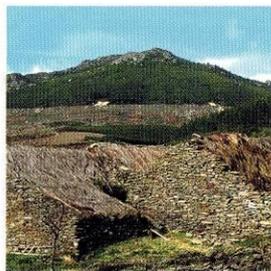
Pedra Furada e Cabeça do Faraó – A partir da Portela de Folgoso (em direcção ao Jogo da Bola), 2 Km até à Cabeça do Faraó e 4 Km até à Pedra Furada. A partir do Jogo da Bola seguindo em direcção à Portela de Folgoso, 500m até à Pedra Furada, 2,5 Km até à Cabeça do Faraó.

Folgoso – A partir do Jogo da Bola pelos viveiros florestais 6,5 Km. A partir da Sra. d'Assedasse pela Portela de Folgoso 8,9 Km.

Linhares – Aldeia Histórica – A partir do Jogo da Bola seguir em direcção a Videmonte e cortar à esquerda em Carvalhos Juntos (a 2,6 Km) para a estrada alcatroada (5,7 Km até Linhares).



Pedra Furada



Casais de Folgoso



ACESSOS

A partir do Covão da Ponte - Seguir pela estrada de macadame na margem direita do rio durante 3,5 Km.

A partir de Folgoso - Pela estrada de macadame em direcção à Portela de Folgoso (4,2 Km). Neste cruzamento escolher a direcção de Sra. D'Assedasse e seguir até lá (4,4 Km).

FIGURA A3 – Panfleto da Região de Turismo da Serra da Estrela (capa, informação da contracapa e exemplo de uma página interior - página 7)
Fonte: RTSE (s/d_b)

Dolmenes y Castros de Fornos de Algodres Hasta Seia

En la Sierra da Estrela el pasado nació mucho tiempo antes de los hispanos, el pueblo de pastores y guerreros de los Montes Hermosos (Sierras da Estrela, Gardunha y Louçã), cuya bravura y resistencia a las legiones romanas es relatada desde el siglo IV d.C. por historiadores griegos y latinos. Pero si el destino es un viaje por la Pre y Proto-Historia, con cortas paradas en la era romana y medieval, entonces Fornos de Algodres es el punto de salida ideal. Se debe empezar por el dolmen de Cozga de Matança, ubicado entre los pueblos de Furtado y Matança. Este dolmen tiene 9 columnas de granito, cámara poligonal con 4 metros de altura y su fecha es del Neolítico (V milenio a.C.). En dos de las columnas pueden ser vistas inscripciones serpentiformes. Por el camino hasta el poblado fortificado de la Fraga da Pena, de la Edad de Bronce Final (III/II milenio a.C.), vea la calzada romana junto al puente de Matança, sobre la ribera de Campito y la Necrópolis Medieval de Forcadã, formada por 25 sepulturas, no antropomórficas, del siglo VII/VIII d.C.; las excavaciones realizadas junto al Tor granítico del Castro de la Fraga da Pena, ubicado a 3 kms a sur de Queiriz, revelaron un recinto rodeado por murallas defensivas. Al sur de Villa Chã se encuentra el Castro de Santiago donde han sido descubiertas hocas de piedra pulida, puntas de flecha en sílex y cerámicas datadas del Calcolítico (III milenio a.C.). El dolmen de Cortiça, situado a medio camino de la carretera Algodres - Madreira es otro monumento megalítico do V milenio a.C. de Fornos de Algodres para Gouveia, siga por Vila Raina donde puede ver una Necrópolis formada por viviendas sepulturas trazadas en la roca, del siglo VII/XII/XIII d.C. Continúa por la EN 17 visite el dolmen de Rio Torto situado 100 metros a la derecha de esta carretera, después del cruce para Rio Torto. De Seia siga hasta S. Romão y de ahí hasta el oquedo de la Cabeza Vieja. En la otra orilla del río Aça, en un morro cercano al valle, se ven las tres muralla castrejas que rodean el Tor granítico del Castro de S. Romão.



de la Prehistoria

devoluciones hocas de piedra pulida, puntas de flecha en sílex y cerámicas datadas del Calcolítico (III milenio a.C.). El dolmen de Cortiça, situado a medio camino de la carretera Algodres - Madreira es otro monumento megalítico do V milenio a.C. de Fornos de Algodres para Gouveia, siga por Vila Raina donde puede ver una Necrópolis formada por viviendas sepulturas trazadas en la roca, del siglo VII/XII/XIII d.C. Continúa por la EN 17 visite el dolmen de Rio Torto situado 100 metros a la derecha de esta carretera, después del cruce para Rio Torto. De Seia siga hasta S. Romão y de ahí hasta el oquedo de la Cabeza Vieja. En la otra orilla del río Aça, en un morro cercano al valle, se ven las tres muralla castrejas que rodean el Tor granítico del Castro de S. Romão.

Serra da Estrela

Montanhas, Portugal

Património Histórico

INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

Celorico da Beira
Estrada Nacional 16
Tel.: (071) 72109.

Fornos de Algodres
Edifício da Câmara
Tel.: (071) 79345/79350
Fax: (071) 79227.

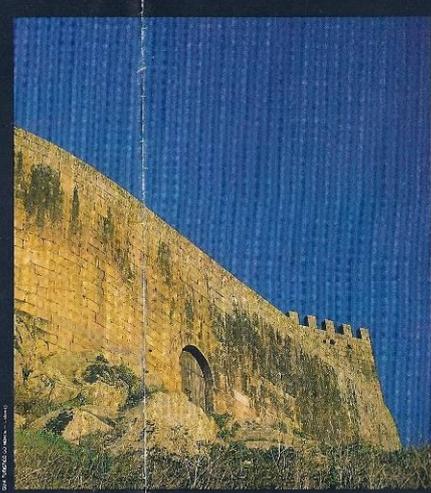
Gouveia
Jardim Lopes da Costa
Tel.: (038) 42185.

Manteigas
R. Dr. Esteves de Carvalho
Tel.: (075) 981129.

Seia
Edifício do Mercado
Tel.: (038) 22272.

ALOJAMENTOS

Central de Reservas e Informação de Turismo no Meio Rural
ADRUSE - Largo do Mercado
6290 Gouveia - Tel.: (038) 491123
Fax: (038) 40250.





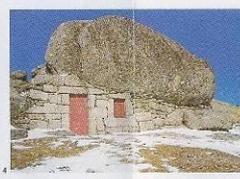

Los Monumentos y los pueblos históricos

Un paseo por tierras de castillos, pueblos históricos y otras que parecen museos. Siempre respirando los paisajes puros de la "Sierra da Estrela" y siglos de arte y monumentalidad.

Celorico da Beira ubica su imponente castillo en un vasto morro granítico, todo cercado por un anillo de caserío bajo, acogido al largo de calles estrechas adornadas con portales góticos y ventanas "manucinas". Visite la Iglesia de La Misericórdia y cruce el río Mondego por el puente de la "Lavandaria" para llegar a la Necrópolis de S. Gens - un campo sepulcral de la era visigoda, siglo VIII/IX d.C., con 46 sepulturas no antropomórficas, trazadas en la roca y encimadas por la pitoresca Peña del "Sino". En las cercanías vea la "Forca" (horca).

De retorno a Celorico da Beira, no deje de probar el cabrito asado y visitar el mercado de Queijo de la Sierra en Celorico que se realiza quincenalmente los viernes, a partir de las 7 horas de la mañana, de Diciembre a Mayo, en el Mercado Municipal.

CAPA: Castillo de Celorico da Beira
1: Catedral de Guarda
2: N.º 97 - da Boa Estrela - Manteigas
3: Vila Cova a Coelheira - Seia
4: Penhas Douradas - Manteigas
5: Jardim Arqueológico - Gouveia
6: Castillo de Linhares
7: Linhares
8: Calzada Romana - Fornos de Algodres
9: Necrópolis de S. Gens - Celorico da Beira
10: Anta de Paramios - Seia


El Pueblo Histórico de Linhares

Después de visitar la Piedra Sobrepueta (antiguo Castro romano) y la Peña de Prados, diríjase a Linhares, antiguo poblado castrejo, fortificado entre los morros graníticos del castillo y fundado en 380 a.C., por los Túrduulos, pastores de la antigua Bética (Centro de la Península Iberica) que vinieron a originar el pueblo lusitano.

De la Leniobriga de la ocupación romana quedó la calzada que viene de Figueiró, el forum y la tribuna romana delante de la piedra "manuelina" con la construcción del primitivo castillo en el siglo VIII por los Leoneses y a definitiva conquista a los musulmanes en 1169 por el Rey Afonso Henriques, Linhares se

De los Museos de Gouveia a el Pueblo-Museo de Folgoso

Gouveia colorida de granito, jardines tallados y fachadas barrocas de aire jesuita que transpira para el cielo azul de esta ciudad artística. Empiece por la Plaza de S. Pedro suba por la calle Direita, mirando la casa de la Torre, del siglo XVI, y su ventana manuelina y, después el Museo Municipal Abel Manta para conocer las obras de diversos pintores portugueses contemporáneos de Abel Manta, como Vieira da Silva, Menz, Veloz o Sara Afonso. Después vea el rico espólio del Cardenal Mendes Belo en el Museo de Arte Sacra y admire en el Jardín Arqueológico las piedras medievales y romanas, o en el Museo Etnográfico los trajes y la vida rural de la "Sierra da Estrela", sin olvidar los espaciosos jardines artísticos del Parque Infantil de Lopes da Costa. Otro de los mejores museos del Ayuntamiento de Gouveia es el pueblo de Folgoso. Su espólio son las peñas del Castillo y del Otero con vestigios castrejos y de atalaya roquera, y son las calles antiguas, donde hay memoria de Judíos y la famosa lapide de la Baía Fidal Média, señalando que en este local tendría nacido Viriato - el pastor lusitano que en el siglo I a.C. dirigió la heroica resistencia a las legiones romanas de Licinio Luculo y de Galba.

La Ruta Historica

La Ruta que posibilita al turista conocer el Patrimonio histórico de los ayuntamientos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia se encuentra señalada a amarillo en el mapa al lado.



FIGURA A4 – Panfleto da Região de Turismo da Serra da Estrela (em espanhol)
Fonte: RTSE (s/d_a)



FIGURA A5 - Panfleto do concelho de Celorico da Beira (em espanhol)
(somente uma parte dada a sua grande dimensão)
Fonte: MCB (s/d_a)

O moinho era um dos mais importantes instrumentos na economia de subsistência e, num período de fraca circulação monetária, o pagamento pela moagem dos cereais era feito com uma percentagem da farinha obtida, quantidade essa que normalmente oscilava entre os 5 e 10%.

A actividade económica do moleiro era complementada por outras actividades, pois este conciliava o trabalho no moinho com o cultivo de pequenas parcelas agrícolas ou, quando os moinhos se localizavam nas margens de grandes cursos de água, dedicava-se também à pesca como meio de subsistência. A actividade laboral, num moinho de água, possuía alguns períodos "mortos", pois a falta de água durante o período estival ou o seu excesso durante o Inverno (cheias) podiam levar o moinho a cessar a actividade temporariamente.

Os moinhos eram, também, centros de conflituência e de convívio social. Os agricultores transportavam para o moinho, em sacas, os cereais, fruto do seu árduo trabalho. Estes eram transportados no dorso de burros e/ou em carros puxados a juntas de bois. O tempo que distava entre a moagem do cereal e a sua transformação em farinha era aproveitado pelos utilizadores dos moinhos para conviverem.

Presumivelmente, também o Moinho de Água da Rapa conheceu, outrora, estas vivências. A escolha do local para construção do moinho era extremamente importante, pois dessa escolha dependia o bom funcionamento do moinho e, consequentemente, a qualidade da farinha moída. O funcionamento do engenho dependia das condições climáticas, pois o mesmo moleiro possuía por vezes dois moinhos, sendo que um se posicionava mais próximo das margens do rio. Este, normalmente não permitia a moagem durante o inverno devido às cheias, garantindo um bom funcionamento apenas durante os meses de verão.

Ao longo do mesmo curso de água, rio, e/ou ribeira, funcionavam vários moinhos em simultâneo.

Nos moinhos de água existem duas variantes: a azenha, movida por uma roda vertical e um moinho movido por uma roda horizontal.

A azenha possui uma roda vertical de "penas" que é movida por uma forte corrente de água. Este movimento é transmitido à mó por uma roda dentada e um carreto.

O moinho de roda horizontal ou rodízio, caracteriza-se pelo representamento intermitente de água que o move. Estudos mais recentes associam as azenhas aos principais cursos de água e os moinhos à rede hidrográfica secundária ou terciária. Devido a esta distinção na localização dos dois sistemas de moagem, os moinhos estão, normalmente sujeitos a secas, impedindo-os de colocar as moendas a trabalhar.

Ao contrário, não existem indicações de paragens sazonais no funcionamento das azenhas, uma vez que se localizam nos maiores cursos de água, não ficando por isso sujeitas a secas nos períodos mais quentes do ano.



O MOINHO

Ao longo das margens da Ribeira da Cabeça Alta encontram-se várias ruínas do que outrora foram moinhos de água, símbolos de uma economia de subsistência que perdurou, na nossa região, até às décadas de 60/70 do século XX.

Com o objectivo de preservar a memória colectiva, através do nosso património etnográfico, o município de Celorico da Beira procedeu à recuperação física de um dos moinhos de água da Ribeira da Cabeça Alta. Trata-se, pois, da recuperação e preservação de um elemento cultural que preencheu e humanizou as margens das principais ribeiras e do rio Mondego, no concelho de Celorico da Beira, durante séculos.

Este moinho situado na Aldeia da Rapa, possui um espaço interpretativo de como funciona um moinho de água e toda a história relativa à importância dos moinhos na economia local.

Prezando assim, não só, reavivar memórias, mas também, ensinar os mais novos de como funciona esta arte ancestral de moer cereais.

1 - Moinhos da Rapa 2 - Capela 3 - Igreja Matriz

ENTRADA PRINCIPAL RAPA

MAIS INFORMAÇÕES:
 POSTO DE TURISMO - TEL. 271 742 109
 CÂMARA MUNICIPAL - TEL. 271 747 400

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
 SEG. A DOM.
 DAS 9:30H-12:30H / 14:00H-18:00H

COORDENADAS - N 40° 20' 32.57" W 40° 35' 06.062"
 PARA MARCAÇÃO DE VISITAS ENVIAR EMAIL PARA:
 TURISMO@CM-CELORICODABEIRA.PT

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA
 WWW.CM-CELORICODABEIRA.PT

O RENASCER DA MÓ

MOINHOS DA RAPA

CELORICO DA BEIRA

FIGURA A6 – Panfleto dos Moinhos de Água da Rapa

Fonte: MCB (s/d_b)

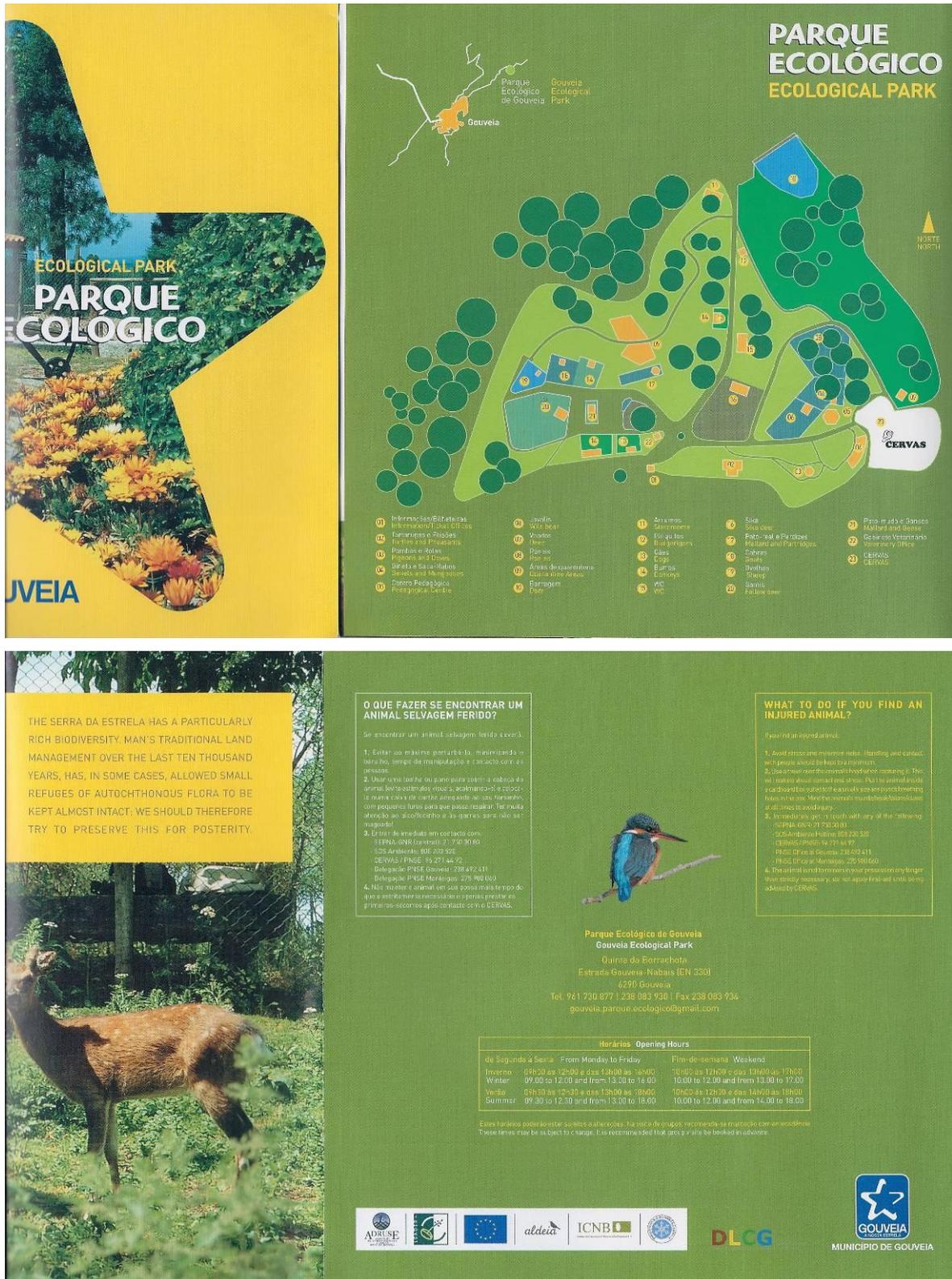


FIGURA A7 – Panfleto do Parque Ecológico de Gouveia – PEG
(exemplo de algumas das páginas)
Fonte: MG (s/d)

O Simulador de Parapente situa-se na torre de Mengem do Castelo. O equipamento de parapente constituído por uma asa, uma cadeira de parapente e dois travões de parapente para controlo da asa está suspenso no tecto. Ao sentar-se na cadeira, o visitante fica suspenso no ar, tendo que dar dois ou três passos de forma a partir para a descida, iniciando assim o voo virtual projectado numa tela grande à sua frente. De seguida terá que controlar a asa e o voo, através das duas pegas (travões de parapente), que permitirão controlar a direcção do voo para a esquerda, para a direita, para cima e para baixo, com correspondência directa nas imagens projectadas. Neste equipamento o visitante possui 3 vãos distintos. Na aterragem, o visitante tem também dois locais diferentes para o fazer assinalado no solo com um círculo vermelho. Para tal terá de pousar os travões para baixo com uma determinada força, à distância correcta para o efeito (à cerca de 0,5 metros do solo). No final do voo, aparece uma mensagem de parabéns ou tente outra vez, conforme o sucesso ou não da aterragem.

O Virtual SightSeeing é um sistema de visualização moderno que utiliza o conceito dos miradouros ópticos tradicionais para apresentar informação virtual sobre a paisagem envolvente. A principal vantagem desta solução é a sua capacidade de contextualizar o espaço real, disponibilizando informação virtual sobre os vários pontos notáveis, à medida que estes ficam visíveis no miradouro e também se encontram catalogados na base de dados georreferenciada. Permite, também, enviar postais do local através de email/Internet. O **Photomaton** permite aos visitantes tirar fotografias temáticas, e utilizá-las para o transportar ao passado em cenários alusivos ao séc. XVI inseridos na paisagem do castelo e da aldeia de Linhares. Este equipamento permite a reutilização de imagens provenientes do Virtual Sightseeing e/ou do Simulador de Parapente, podendo personalizar os cenários e fundos. A selecção dos ambientes é feita através de um ecrã touchscreen e assim que a fotografia tiver a aprovação do visitante é impressa num postal.

Na **Torre Sineira** existe uma recepção situada no segundo piso que funciona também como um ponto de informação turística. No piso superior encontramos uma sala transformada em auditório onde se podem desfrutar reuniões, palestras e sessões de esclarecimento. Desta sala podemos aceder à cobertura da torre (telhado de quatro águas), que possui um corredor em seu redor rodeado por ameias, e assim desfrutar da magnífica paisagem que Linhares oferece.

O Relógio de Péndulos datado do século XVII presente nesta torre, é algo de excepcional. As duas grandes peças que fazem de péndulos fazem funcionar este relógio, que necessita apenas de ser lubrificado de 15 em 15 dias e onde só é necessário dar à corda uma vez por semana. Este relógio bate as horas no sino que se encontra junto das ameias dessa torre. Para além desta função, este sino serve também para alertar a população de incêndios, acidentes graves e para chamar os homens que anualmente se juntam para limpar a levada.

O CASTELO
A construção do Castelo de Linhares, sobre um enorme maciço granítico, renouvara à meados do século XI, seguindo da conquista definitiva deste território aos muçulmanos por Fernando Magro. Tipologicamente trata-se de um castelo românico-gótico, constituído por dois recintos murallados fechados, de configuração alongada. Apresenta duas torres: a Torre de Mengem de planta rectangular integrada no troço de muralha separador dos dois recintos e a Torre do Relógio adossada ao plano de muralha exterior. Possui quatro portais: uma primeira orientada a Sul, aberta para o recinto de menor perímetro, em arco de volta quebrada e coberta com abóbada de berço quebrado; uma segunda no plano de muralha do lado oposto em arco pleno; uma terceira no plano separador dos dois recintos, em arco de volta quebrada e uma quarta conhecida por porta da tração. O traçado do castelo de Linhares, bem como de todas as outras fortificações localizadas na ilha, são de responsabilidade do reinado de D.Dinis e do seu vasto programa de construção e requalificação de fortificações.

CASTELO DE LINHARES DA BEIRA
ENTRE O CÉU E A TERRA

MAIS INFORMAÇÕES:
1 - Castelo 2 - Unidade Habitativa do INATEL
3 - Igreja da Interceção 4 - Igreja matriz
5 - Loja de artesanato

POSTO DE TURISMO - TEL. 271 776 368
CÂMARA MUNICIPAL - TEL. 271 747 400
SEG. A DOM.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
DAS 9:30H-12:30H / 14:00H-18:00H

GEORREFERÊNCIA - N 07° 27' 38,259" W 40° 32' 23,212"
PARA MARCAÇÃO DE VÍDEOS ENVIAR EMAIL PARA:
TURISMO@CM-CERQUEIRA.BEIRA.PT

CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUEIRA DA BEIRA

FIGURA A8 – Panfleto do castelo de Linhares
Fonte: MCB (s/d_c)

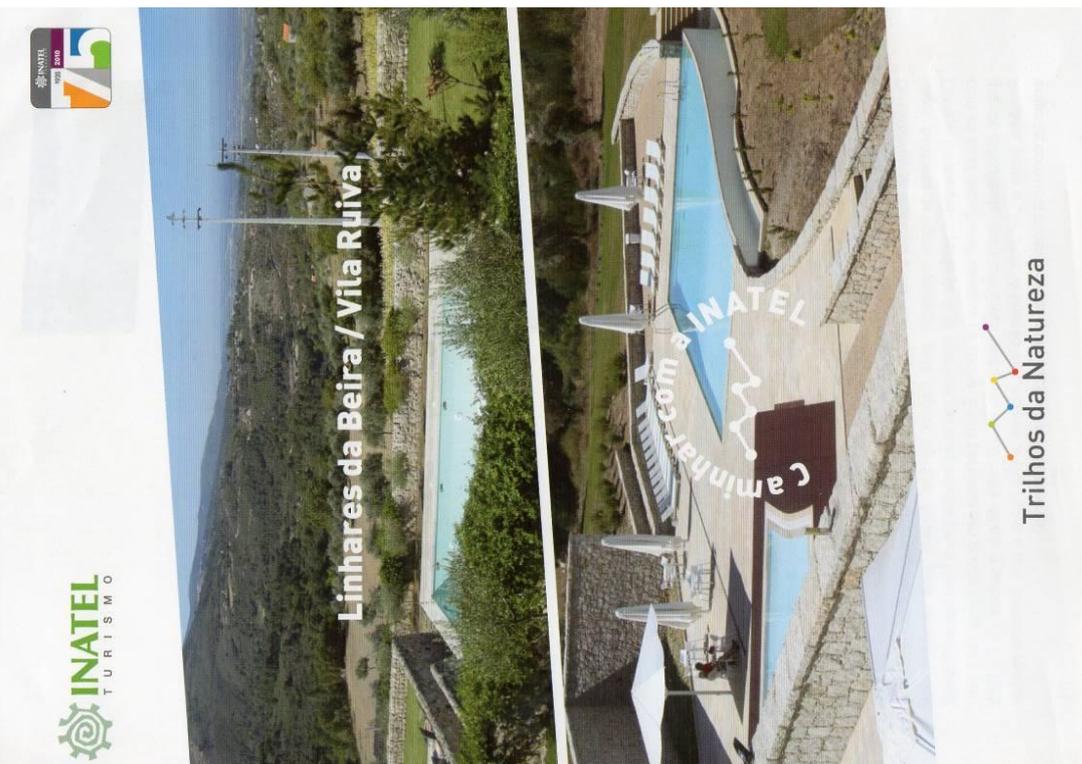


FIGURA A9 – Panfleto dos “Trilhos da Natureza” do INATEL
 Fonte: INATEL Turismo (2010)



TRILHO 1
DE LINHARES À RIBEIRA 6-7 Km

Este trilho circular inicia-se na bela aldeia histórica de Linhares da Beira, junto ao Castelo e Igreja Matriz. É um passeio muito bonito, que se inicia pelas antigas ruas da aldeia, para seguir pouco depois por caminho de terra que acompanha uma linha de água muito arborizada, a descer até à bonita Ribeira de Linhares. Depois da Ribeira sobe-se a antiga Calçada Romana que leva até às imediações da Igreja da Misericórdia, novamente em Linhares. A partir daqui o percurso é muito simples, sem grandes declives, por caminhos rurais, por vezes com muros de pedra antiga, outras vezes com arbustos, passando por quintas e algumas zonas agrícolas. É um percurso sem dificuldades. A subida da Calçada Romana é a única zona mais exigente do ponto de vista físico, mas com apenas cerca de 1300 metros de comprimento. Pode-se ainda optar por percorrer apenas metade do trilho, até ou a partir da Igreja da Misericórdia.



TRILHO 2
DO INATEL AO INATEL 10 Km

Este trilho circular inicia-se e termina nas unidades hoteleiras da Inatel. (INATEL Linhares da Beira e INATEL Vila Ruiva (Fornos de Algodres), podendo ser iniciado (e terminado) em qualquer uma das duas unidades. É um passeio muito bonito, que liga as duas aldeias, cada uma com a sua beleza muito própria: Vila Ruiva com a sua vida e paisagem rural, muito aprazível e Linhares da Beira, bela aldeia histórica recuperada, com os seus muitos testemunhos de vivências antigas, romanas e medievais. De Vila Ruiva para Linhares da Beira atravessam-se lindas paisagens rurais, por vezes com culturas agrícolas, com passagem por Figueiró da Serra. Já nas proximidades de Linhares, desce-se ao bonito Ribeiro de Linhares que se atravessa para iniciar a subida final pela antiga e empedrada Calçada Romana, que leva até ao Inatel de Linhares da Beira, em plena aldeia histórica. De Linhares da Beira para Vila Ruiva, o percurso segue por outros caminhos rurais, por vezes bastante antigos, passando pela Capela de Sto. Amaro, pela localidade de Carrapichana e pela Capela do Anjo, que tem nas suas imediações a Necrópole Medieval com as suas sepulturas cavadas na rocha. É um percurso um pouco longo mas sem grande dificuldade, com um único troço um pouco mais difícil: a subida da Calçada Romana, junto a Linhares. A ligação de Linhares a Vila Ruiva é pois bastante menos exigente, com uma ascensão total que não chega aos 120 metros.

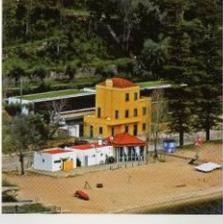
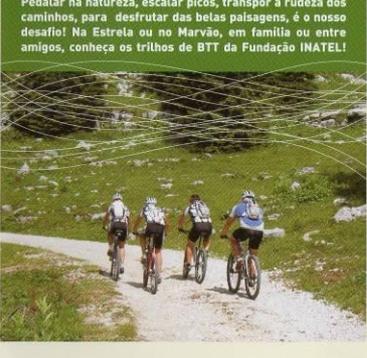
<p>• VERDE: acessível • AZUL: médio • VERMELHO: difícil</p> <p>INATEL PIDDÃO Tel: 235 730 100/101</p>  <p>• PERCURSO VERMELHO Descrição do Percorso: Este percurso tem cerca de 15,6 km, começa e termina na unidade hoteleira e desenvolve-se nas encostas sudeste do Piddão. O percurso segue quase sempre a meia encosta com vistas espetaculares sobre o Piddão e passa por baixo da Capela da Nossa senhora das Necessidades. Destina-se a poder ser feito por pessoas com alguma preparação. Duração estimada: 2h a 2h30 Pontos de interesse: Vistas sobre o Piddão.</p> <p>• PERCURSO VERMELHO Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 42,4 km com possibilidade de reduzir para cerca de 25 km, saindo pelo percurso anterior. O percurso desenvolve-se numa primeira parte nas encostas sudeste do Piddão com passagem pela capela da Sra. das Necessidades, seguindo depois para o S. Pedro do Açor. Na parte final e depois de descer para Chãs de Egua o percurso chega ao Piddão por um espetacular "single track". Duração estimada: 4h30 a 6h Pontos de interesse: Vistas sobre o Piddão, passagem nos dois pontos mais altos da zona (Sra. das Necessidades e S. Pedro do Açor), Chãs de Egua, Piddão.</p>	<p>• VERDE: acessível • AZUL: médio • VERMELHO: difícil</p> <p>INATEL ALAMAL Tel: 245 900 243</p>  <p>• PERCURSO VERDE Descrição do Percorso: Este percurso tem cerca de 7,5 km e desenvolve-se nas imediações da aldeia do Cadafaz. Destina-se a poder ser feito por qualquer pessoa. Duração estimada: 45 min. a 1h30 Pontos de interesse: Zona envolvente da aldeia do Cadafaz.</p> <p>• PERCURSO AZUL Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 18 km que começa e acaba na unidade hoteleira. Desenvolve-se na zona envolvente da aldeia do Cadafaz com vistas sobre o Rio Tejo e Belver e com passagem na zona da Barragem de Belver. Duração estimada: 1h30 a 2h30 Pontos de interesse: Zona envolvente da aldeia do Cadafaz, Rio Tejo e Barragem de Belver.</p>	<p>Descubra os novos serviços das Unidades Hoteleiras, especialmente pensados para o seu "hobby" preferido. "Bike Friendly" INATEL...</p> <p>PERCURSOS DE BTT COM A FUNDAÇÃO INATEL por trilhos de norte a sul de Portugal</p> <p>Pedalar na natureza, escalar picos, transpor a rudeza dos caminhos, para desfrutar das belas paisagens, é o nosso desafio! Na Estrela ou no Marvão, em família ou entre amigos, conheça os trilhos de BTT da Fundação INATEL!</p>  <p>INATEL TURISMO TREK</p>
<p>• VERDE: acessível • AZUL: médio • VERMELHO: difícil</p> <p>INATEL VILA RUIVA Tel: 271 776 015/016</p>  <p>• PERCURSO VERDE Descrição do Percorso: Este percurso tem cerca de 8 km e desenvolve-se nas imediações de Vila Ruiva com passagem pela Mesquitela. Destina-se a poder ser feito por qualquer pessoa. Duração estimada: 45 min. a 1h30 Pontos de interesse: Vila Ruiva, Ribeira de Linhares e Ponte Romana em Mesquitela.</p> <p>• PERCURSO AZUL Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 23 km com possibilidade de reduzir para cerca de 14 km usando uma variante que encurta o percurso. Duração estimada: 2h a 3h Pontos de interesse: Vila Ruiva, Vila Cortês da Serra, Melo, Freixo da Serra, Figueiró da Serra, Carrapichana e Mesquitela.</p> <p>• PERCURSO VERMELHO Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 38 km com passagens técnicas e verdadeiras passagens de montanha em pleno Parque Natural da Serra da Estrela. Duração estimada: 4h a 6h Pontos de interesse: Vila Ruiva, Vila Cortês da Serra, Melo, Freixo da Serra, Figueiró da Serra, Carrapichana, Mesquitela, Linhares da Beira e Folgosinho.</p>	<p>• VERDE: acessível • AZUL: médio • VERMELHO: difícil</p> <p>INATEL CASTELO DE VIDE Tel: 245 900 200</p>  <p>• PERCURSO VERDE Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 23 km. Este percurso é uma versão mais curta e mais fácil do percurso azul que começa e termina no Parque Megalítico de Courelheiros retirando assim a descida e subida de e para Castelo de Vide. Destina-se a poder ser feito por qualquer pessoa com um mínimo de preparação. Duração estimada: 2h a 3h Pontos de interesse: Antas do Parque Megalítico de Courelheiros, Menir da Meada.</p> <p>• PERCURSO AZUL Descrição do Percorso: Este percurso tem cerca de 30 km, começa e termina em Castelo de Vide e tem a forma de uma "raquete". Sai de Castelo de Vide em direcção ao Parque Megalítico de Courelheiros. Neste local segue para norte passando no Menir da Meada e volta novamente ao Parque Megalítico de Courelheiros subindo depois novamente para Castelo de Vide. Destina-se a poder ser feito por qualquer pessoa com um mínimo de preparação. Duração estimada: 3h a 4h Pontos de interesse: Castelo de Vide, Antas do Parque Megalítico de Courelheiros, Menir da Meada.</p> <p>• PERCURSO VERMELHO Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 27,5 km que começa e acaba em Castelo de Vide. Este percurso segue para nordeste em direcção a Beirã rumando depois para Marvão. A ligação entre Marvão e Castelo de Vide é feita por calçadas antigas em terreno irregular e técnico. Destina-se a poder ser feito por pessoas com preparação e técnica. Duração estimada: 3h a 4h Pontos de interesse: Castelo de Vide, Beirã, Marvão, calçadas antigas e matas de castanheiros nas encostas de Marvão.</p>	<p>• VERDE: acessível • AZUL: médio • VERMELHO: difícil</p> <p>INATEL MANTEIGAS Tel: 275 980 300</p>  <p>• PERCURSO AZUL Descrição do Percorso: Este percurso tem cerca de 13,7 km e desenvolve-se na zona envolvente ao Covão da Ponte. O Covão da Ponte é um local de grande beleza que fica a cerca de 8 km do centro de Manteigas Seguindo a estrada nacional 232 em direcção a Gouveia corta-se à direita na primeira curva apertada da subida. O percurso começa e termina junto ao parque de campismo e desenvolve-se em ambas as margens do Rio Mondego com uma passagem superior pelo Corredor de Mouros. É um percurso pouco técnico numa zona de pastoreio e relativamente plana, excepção à subida para o Corredor de Mouros. Destina-se a poder ser feito por todas as pessoas que tenham um mínimo de preparação. Duração estimada: 1h30 a 2h Pontos de interesse: Covão da Ponte, Rio Mondego, vista desde o Corredor de Mouros para a zona do Covão da Ponte.</p> <p>• PERCURSO VERMELHO Descrição do Percorso: Percurso com cerca de 44,65 km que se desenvolve pelas encostas adjacentes a Manteigas. Começa e acaba na unidade hoteleira e segue pela margem direita do Rio Zêzere a meia encosta até junto do Sky Parque. Passa pelo Sameiro e sobe para a Capela de S. Lourenço. Após este ponto junta-se ao percurso azul e faz toda a zona envolvente do Covão da Ponte. Continua a subir até à Pousada de São Lourenço e desce pela Calçada Romana até ao centro de Manteigas. Duração estimada: 4h a 6h Pontos de interesse: Vistas sobre Manteigas e sobre o Vale Glaciar do Rio Zêzere, matas de Castanheiros nas encostas de Manteigas, Sky Parque, Capela de S. Lourenço, Covão da Ponte, Rio Mondego e Calçada Romana.</p>

FIGURA A10 – Panfleto de percursos de BTT do INATEL

Fonte: INATEL Turismo (s/d)

APÊNDICE 7 - Matriz de Avaliação de Recursos/ Atrações Naturais com potencial turístico⁷⁷ de Janeiro de Cima; apresentação de alguns exemplos encontrados num raio de até 20km da aldeia em estudo

JANEIRO DE CIMA (JC)					
Descrição do elemento + -Sinalização e interpretação ⁷⁸	Localização (lugar, freguesia, concelho) /Distância à aldeia LB (legenda no final da tabela)	Grau de Atratividade (legenda no final da tabela)	Foto (recolhida para o projeto ORTE)	Fontes consultadas (páginas de internet, livros/ artigos, panfletos)	
<i>Classificação geral</i>					
PATRIMÓNIO NATURAL/ CULTURAL					
ÁREAS DE PATRIMÓNIO NATURAL (zonas classificadas e zonas de interesse biológico) E UNIDADES PAISAGÍSTICAS					
Áreas de Proteção da Natureza	<i>Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA)⁷⁹ (classificação nacional → Rede Nacional de Áreas Protegidas)</i>	PPSA integra o S.I.C. "Complexo de Açor", abrangendo ainda a Mata e afloramentos do Fajão e os cumes de S. Pedro de Açor e da Cebola; Próximo de Parrozelos (Moura da Serra, A) /Ø	★		-ICN (2005)
	<i>Parque Natural da Serra da Estrela (classificação nacional → Rede Nacional de Áreas Protegidas)</i>	Limite sudoeste do PNSE (a sul de Teixeira, S) /Ø	☀		
	<i>Mata da Margaraça (integra o S.I.C. "Complexo do Açor") → (integra Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa)</i>	Próximo de Parrozelos (Moura da Serra, A) /Ø	☀		-ADXTUR (2008) -AA (2012) -ELOZ (2008)
	<i>Sítio de Importância Comunitária⁸⁰ "Complexo do Açor" (classificação</i>	Este S.I.C. abrange 55% do concelho de A, 36% do concelho de PS, 7% do	☀		-ICNF (2012a) -Portaria n.º 829/2007 de 1 de agosto

⁷⁷ Com base na classificação de recursos naturais de Field (2008) e nas matrizes de avaliação dos recursos desenvolvidas no âmbito do projeto PITER - Terras do Vouga e do Caramulo.

⁷⁸ Só nos casos em que se aplica e se tem conhecimento da existência de sinalização do local e de uma placa de interpretação de determinado elemento estes itens são referidos.

⁷⁹ Segundo a TT-ThinkTur (2006: 125), esta área protegida está "assinalada a partir de Coja", nas vias que lhe dão acesso, enquanto no seu interior "existem placas direcionais e painéis informativos nos principais polos de atração e centro de interpretação", havendo "também sinalização no início dos 5 percursos pedestres, mas não ao longo dos mesmos".

⁸⁰ Designam locais de Portugal classificados como zonas especiais de conservação (ZEC) que conjuntamente com as zonas de proteção especial (ZPE) constituem a Rede Natura 2000 (Portaria n.º 829/2007 de 1 de agosto).

	<i>internacional → Rede Natura 2000)</i>	concelho da C e 2% do concelho de S; Próximo de Parrozelos (Moura da Serra, A) / \diamond			
	<i>Sítio de Importância Comunitária “Serra da Estrela” (classificação internacional → Rede Natura 2000)</i>	Este S.I.C. abrange 97,8% do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE); Próximo de Teixeira de Cima (S) / \diamond	☀		
	<i>Sítio de Importância Comunitária “Serra da Gardunha” (classificação internacional → Rede Natura 2000)</i>	Este S.I.C. abrange 81% do concelho do F e 19% do concelho de CB; Próximo de Paradanta (São Vicente da Beira, CB) / \diamond	☀		
	<i>GeoParque Naturtejo da Meseta Meridional (UNESCO)</i>	Em CB / \diamond	☀	Sim (ver figura 48)	-Geopark Naturtejo (2012) -Turismo Centro de Portugal (2010)
Zonas de Interesse Biológico	<i>Mata da Margaraça</i>	Próximo de Parrozelos (Moura da Serra, A) / \diamond	☀	Não	-ICNF (2012a) -ELOZ (2008) -ADXTUR (2008)
	<i>Sítio da Fraga da Pena</i>	Na Mata da Margaraça; Próximo de Parrozelos (Moura da Serra, A) / \diamond	★	Não	-Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008 -ELOZ (2008)
	<i>Mata do Fajão</i>	Próximo de Fajão (PS) / \diamond	★	Não	-ICNF (2012a)
	<i>Mata de Álvaro</i>	Próximo de Álvaro (O) / \diamond	▲	Não	-MO (2012a)
Unidade de Paisagem na qual se insere JC	<i>Grupo do “Pinhal do Centro”, na unidade: -Vale do Zêzere (J64)</i>		★	Sim (ver figuras 44 e 45)	
Unidades de Paisagem em redor de JC (20km)	<i>Grupo do “Pinhal do Centro”, nas unidades: -Pinhal Interior (J63) -Serras da Gardunha, de Alvelos e do Moradal (J65)</i>	ver FIGURA A2 (APÊNDICE 6)	★	Sim (ver figuras 44 e 45, só no caso do ‘Pinhal Interior’)	-Abreu <i>et al.</i> (2004)
	<i>Grupo do “Maciço Central”: -Serras da Lousã e Açor (I61)</i>		★	Não	
RECURSOS GEOLÓGICOS					
Serras/ Vales	<i>Serra do Açor</i>	Nos arredores de Benfeita (A) / \diamond	★	Não	-AA (2012) -Turismo Centro de Portugal (2010)

	<i>Serra da Gardunha</i>	Nos arredores do F /◇	★	Não	-Fundão Turismo (2006) -Turismo Centro de Portugal (2010) -ADXTUR (2008) -Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
	<i>Serra do Moradal</i>	Perto de Orvalho, Vilar Barroco, Estreito (O) /◇	▲	Não	-MO (2012a) -Turismo Centro de Portugal (2010) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
	<i>Serra de Alvelos</i>	Perto de Sardeiras de Cima e Isna (O) /◇	▲	Não	-MO (2012a) -Turismo Centro de Portugal (2010)
	<i>Serra da Estrela (no geral)</i>	Próximo de Unhais da Serra (C) /◇	☀		-ICN (2005a)
	<i>Vale do Muro</i>	Perto de Porto de Vacas (Janeiro de Baixo, PS) /○	▲	Não	-PS (2012a)
	<i>Vale do Rio Ceira</i>	Nos arredores de Fajão (PS) /◇	▲	Não	-ELOZ (2008) -IGeoE, 1992 [carta militar n.º 243 - Góis] -IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
	<i>Vale do Zêzere</i>	Ao longo dos concelhos de F, PS e O	★	Sim (ver figuras 44 e 45)	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)] -IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)] -IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)] -IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)] -IGeoE, 1993 [carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)] -MO (2012a)
Vértices Geodésicos (em elevações naturais ou edificadas acima dos 700m)	<i>São Pedro do Açor (1342m)</i>	Na Serra do Açor, entre Piódão e Malhada Chã (A) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 233 - Vide (Seia)]
	<i>Tojo (1280m)</i>	Na Serra do Açor, perto do Tojo (Piódão, A) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 233 - Vide (Seia)]
	<i>Moura da Serra (capela) (744m)</i>	Na Serra do Açor, em Moura da Serra (A) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 233 - Vide (Seia)]
	<i>Gondufo (1342m)</i>	Na Serra do Açor, perto de Chãs de Égua (Piódão, A) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 233 - Vide (Seia)]
	<i>Fonte Espinho (1061m)</i>	Na Serra do Açor, perto de Trigais (Erada, C) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 234 - Unhais da Serra (Covilhã)]
	<i>Pigeiro Pequeno (859m)</i>	Na Serra do Açor, perto de Sobral de São Miguel (C) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 234 - Unhais da Serra (Covilhã)]
	<i>Reguengo (958m)</i>	Perto de Teixeira (A) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 243 - Góis]
	<i>Picota (1016m)</i>	Perto de Enxudro	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]

	(Benfeita, A) /♦				
<i>Carambola (1162m)</i>	Na Serra do Açor, perto de Parrozelos (Moura da Serra, A) /♦	▲	Sim	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Vale Grande (1012m)</i>	Perto de Ribeiro (Teixeira, A) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Castanheira (1071m)</i>	Perto de Ribeiro (Teixeira, A) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Poio (892m)</i>	Perto de Camba (Fajão, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Mata (902m)</i>	Perto de Fajão (PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Fajão (capela) (754m)</i>	Junto a Fajão (PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Silva (1132m)</i>	Entre a Serra da Silva e a Serra da Cebola, perto de Ceiroco (Fajão, PS) /♦	▲	Sim	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Arouca (1114m)</i>	Na Serra do Açor/ Serra da Silva, próximo de Malhada do Rei (Unhais-O-Velho, PS) /♦♦♦	▲	Sim	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Cebola (1418m)</i>	Na Serra do Açor/ Serra da Cebola, perto de Covanca (Fajão, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)] -PS (2012b)	
<i>Aradas (capela) (759m)</i>	Perto de Aradas (Unhais-O-Velho, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Salgueiro (928m)</i>	Perto de Meãs (Unhais-O-Velho, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Chiqueiro (1086m)</i>	Na Serra do Açor, perto de Meãs (Unhais-O-Velho, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Manhão (810m)</i>	Entre o Vale da Cerdeira e as Minas da Panasqueira (São Jorge da Beira, C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]	
<i>Serrinha (Enxabarda) (712m)</i>	Entre Lavacolhos e Enxabarda (F) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]	
<i>Abotureira (706m)</i>	Perto de Silvares (F) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]	
<i>Serrinha (801m)</i>	Perto da Aldeia de S. Francisco de Assis (C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]	

<i>Cepos (769m)</i>	Perto de Cepos (A) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 243 - Góis]
<i>Cabeçada (757m)</i>	Perto de Boiças (Fajão, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 243 - Góis]
<i>Souto (706m)</i>	Perto de Malhada (Colmeal, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 243 - Góis]
<i>Ramal (801m)</i>	Perto do Ceiroquinho (Fajão, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Covo (935m)</i>	Perto de Fajão (PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Rocha (1190m)</i>	Perto de Fajão (PS) /♦	▲	Sim	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Figueirinha (995m)</i>	Próximo de Unhais-O-Velho (PS) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Sobral (836m)</i>	Perto de Póvoa da Raposeira (Unhais-O-Velho, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Caveiras 1ª (1028m)</i>	A entrar na Serra do Açor, perto de Malhada (Colmeal, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Decabelos (1052m)</i>	A entrar na Serra do Açor, perto de Malhada (Colmeal, G) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Soeirinho (934m)</i>	Perto de Soeirinho (PS, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Toita (963m)</i>	Próximo de Soeirinho (PS, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Carvalho (782m)</i>	Próximo de Sobral Bendito (Pessegueiro, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Batoreco (1119m)</i>	Na Serra do Açor/ Serra do Vidual, perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Vidual de Cima (capela) (707m)</i>	Em Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Marmoral (757m)</i>	Próximo de Cabril (PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Cruz de Santa Luzia (730m)</i>	Junto à Barragem de Santa Luzia, próximo de Cabril (PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]

<i>Picoto (929m)</i>	Perto de Brejo de Cima (Janeiro de Baixo, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Antoninho (787m)</i>	Próximo de Unhais-O-Velho (PS) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Serra (732m)</i>	Entre a Serra do Machialinho e a Serra do Carregal, próximo de Machialinho (Janeiro de Baixo, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Sobral Valado (763m)</i>	Perto de Sobral Valado (PS, PS) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Armadouro (735m)</i>	Perto de Armadouro (Cabril, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Cabeça Gorda (721m)</i>	Perto de Sobral do Gavião (PS, PS) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
<i>Godinho (770m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de S. Martinho (Barroca, F) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Cabeço Alto (869m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Boxinos (Bogas de Cima, F) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Maunça (1005m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Açor (Castelejo, F) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)] -Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
<i>Moeda (978m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Vale de Urso (Souto da Casa, F) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Candal (933m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Açor (Castelejo, F) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Cigarelho (901m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Boxinos (Bogas de Cima, F) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Portela da Moreira (957m)</i>	Na Serra da Gardunha, perto de Rochas de Cima (Almaceda, CB) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
<i>Zibreiro (1097m)</i>	Na Serra da Gardunha, próximo de Ingarnal	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]

	(Almaceda, CB) /♦			
Vale Serrão (794m)	Próximo de Aldeia do Meio (PS, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)]
Vale das Pereiras (772m)	Perto de Vale de Pereiras (Machio, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)]
Mata do Álvaro (966m)	Na Serra de Alvelos, próximo de Quartos de Aquém (Álvaro, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)]
Povoinha (970m)	Na Serra de Alvelos, próximo de Quartos de Aquém (Álvaro, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)]
Vilar (915m)	Na Serra do Moradal, perto de Vilarinho (Vilar Barroco, O) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Rabaças (777m)	Perto de Rabaças (O, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Portela (744m)	Perto de Casal da Portela (O, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Vale da Sobreira (761m)	Próximo de Estreito (O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Zebro (888m)	Na Serra do Moradal, próximo de Sarnadas de S. Simão (O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Casinhas (860m)	Na Serra de Alvelos/ Serra das Casinhas, perto de Mogadouro (O, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Azinheira (790m)	Na Serra Rasa, próximo de Melrico (O, O) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
Marmoura (790m)	Próximo de Casas da Zebreira (Orvalho, O) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
Cabeça Gorda 3ª (908m)	Próximo de Casas da Zebreira (Orvalho, O) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
Lomba do Carvalho (827m)	Próximo de Almaceda (CB) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
Lapa (900m)	Na Serra da Gardunha/	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]

		Serra da Pedragueira, próximo de Foz do Giraldo (Orvalho, O) /◇			
	<i>Pedragueira (709m)</i>	Na Serra da Gardunha/ Serra da Pedragueira, perto de Rochas de Baixo (Almaceda, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
	<i>Carvalhal (775m)</i>	Próximo de Silvosa (Sarnadas de S. Simão, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
	<i>Safra 2ª (833m)</i>	Próximo de Mougueiras de Cima (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Feteirinha (820m)</i>	Na Serra das Mougueiras, próximo de Mougueiras de Baixo (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Caniçal (795m)</i>	Na Serra do Caniçal, perto de Roda (O, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Algar (712m)</i>	Próximo da Bafareira (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Cardal (860m)</i>	Na Serra do Moradal, perto de Cardosa (Sarnadas de S. Simão, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)]
	<i>Picoto (843m)</i>	Na Serra do Moradal, perto de Cardosa (Sarnadas de S. Simão, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)] -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
Elementos de Interesse Geológico	<i>Afloramentos quartzíticos de Santa Luzia (Serra do Açor)</i>	No lado oeste da Barragem de Santa Luzia (entre Vidual e Cabril, PS) /◆◆◆	▲	Sim	-PS (2012b) -ADXTUR (2008)
	<i>Garganta quartzítica da Barragem de Santa Luzia (paredão)</i> ⁸¹	Próximo de Vale Grande (Cabril, PS) /◆◆	▲	Sim (ver figura 46)	-avesdeportugal.info (2012)

⁸¹ Foi neste paredão da Barragem de Santa Luzia que ornitólogos observaram uma ave raramente avistada em Portugal, a trepadeira-dos-muros (*Tichodroma muraria*). Para mais informações consultar a página: <http://www.avesdeportugal.info/ticmur.html>

	<i>Escarpas quartzíticas dos Penedos de Fajão (Serra do Açor)</i>	Na envolvente de Fajão (PS) /◊	▲	Não	-ADXTUR (2008) -ELOZ (2008) -PS (2012d)
	<i>Penedo Mosqueiro (crista quartzítica)</i>	Perto de Bogas de Baixo (F) /♦	▲	Não	-PS (2012a) -MO (2012a)
	<i>Penedo Barroco</i>	Perto de Bogas de Cima (F) /♦♦	▲	Não	-PS (2012a)
	<i>Afloramento rochoso de Zebro (crista quartzítica)</i>	Próximo de Estreito (O) /◊	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Fragas de Água d'Alta (geomonumento⁸²)</i> -Sinalizado -Com placas de interpretação junto à cascata	Nos arredores de Orvalho (O) /♦♦	★	Sim (ver figura 48)	-MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -National Geographic (2012) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009) -Abreu <i>et al.</i> (2004)
	<i>Meandros do rio Zêzere (geomonumento)</i>	Perto de Frazumeira, nos arredores de Álvaro (O) /◊	★	Não	-MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -National Geographic (2012)
	<i>Garganta do Zêzere/ Garganta epigénica de Malhada Velha/ "Antro dos Penedos" (geomonumento)</i> -Sinalizado	Perto de Ademoço, nos arredores de Cambas (O) /◉	★	Sim (só da sinalização)	-PS (2012a) -MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -National Geographic (2012) -ADXTUR (2008) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
Explorações Mineiras	<i>Minas da Panasqueira (mina de volfrâmio ativa)</i> -Sinalizado (as escombreyras)	Próximo à Aldeia de S. Francisco de Assis (C) /♦♦♦	★	Sim (ver figura 57)	-ADXTUR (2008) -MC (2012) -Aldeias do Xisto (s/d) (ver FIGURA A11)
	<i>Cabeço do Pião (antiga lavaria de minério)</i>	Próximo de Silvares (F) /◊	▲	Sim (ver figura 57)	-ADXTUR (2008) -MC (2012) -Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12) -Fundão Turismo (2006)
	☞ <i>Minas de Argemela (mina de volfrâmio e estanho inativa)</i>	Próximo de Barco (C) /◊	▲	Não	-MC (2012) -IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
	☞ <i>Minas das Fragas da Ribeira do Cavalo</i>	Próximo de Cavalo (O, O) /◊	▲	Não	-Geopark Naturtejo (2012)

⁸² Os geomonumentos constituem "locais singulares de elevado interesse geológico que apresentam características de monumentalidade e espetacularidade para o público em geral" (Rodrigues *et al.*, 2009: 9). Estes foram definidos no âmbito da inventariação do Património Geológico do Geopark Naturtejo da Meseta Meridional, entidade pertencente, desde 2006, às Redes Europeia e Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO (*idem*).

<i>(mina de volfrâmio inativa)</i>					
RECURSOS HÍDRICOS					
Lagos/ Lagoas	Sem elementos				
Rios/ Ribeiras⁸³	<i>Rio Zêzere</i>	Passa em JC (F) /○	★	Sim (ver figuras 44, 45, 47 e 52)	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
	<i>Ribeira de Praçais</i>	Passa em Praçais (Cabril, PS) /◆◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
	<i>Ribeira de Pescansecos</i>	Perto de Praçais (Cabril, PS) /◆◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
	<i>Ribeira das Bogas</i>	Passa em Bogas de Baixo e Bogas de Cima (F) /◆	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)]
	<i>Ribeiro do Descoberto</i>	Passa perto de Descoberto (Bogas de Cima, F) /◆◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira das Rochas</i>	Passa em Rochas de Cima (Almaceda, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira da Enxabarda</i>	Passa perto de Enxabarda (Castelejo, F) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira da Partida</i>	Passa em Partida (São Vicente da Beira, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira dos Pereiros</i>	Passa em Pereiros (São Vicente da Beira, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira de Mourelo</i>	Passa perto de Violeiro (São Vicente da Beira, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)]
	<i>Ribeira de Sendinho de Santo Amaro</i>	Passa perto de Sendinho de Santo Amaro (Álvaro, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
	<i>Ribeiro do Estreito</i>	Passa perto de Melrico (O, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
	<i>Ribeira das Casas da Zebreira</i>	Passa em Póvoa de Cambas e Vilar Barroco (Vilar Barroco, O) /◆◆◆	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]

⁸³ Destacaram-se as linhas de água de maior relevância num raio até 20km da aldeia (em mapa, com base nas cartas militares da série M888, escala 1: 25000), excluindo-se assim as linhas de água de menor caudal e com, geralmente, um carácter temporário no verão ou períodos de seca.

<i>Ribeiro de Perbeques</i>	Passa em Ameixoeira e São Torcato (Estreito, O) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)]
<i>Ribeiro da Água de Alta</i>	Perto de Orvalho (Orvalho, O) /♦	★	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)] -Geopark Naturtejo (2012)
<i>Ribeira de Parrozelos</i>	Passa em Porto Castanheiro (Teixeira, A) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Ribeira de Teixeira</i>	Passa em Relvas (Teixeira, A) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Rio Ceira</i>	Passa em Ponte de Fajão, Porto da Balsa, Malhada Chã (Fajão, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Ribeira da Cerdeira</i>	Passa em Vale da Cerdeira (São Jorge da Beira, C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Ribeira de Cebola</i>	Passa em São Jorge da Beira e próximo às Minas da Panasqueira (São Jorge da Beira, C) /♦♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Rio Unhais</i>	Passa em Unhais-O-Velho e Pampilhosa da Serra (PS) /♦♦	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)]
<i>Ribeira da Loisa</i>	Passa em Pessegueiro (Pessegueiro, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Ribeira do Carvalho</i>	Passa em Carvalho (PS, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Ribeiro do Moninho</i>	Passa perto de Moninho (PS, PS) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra]
<i>Ribeira dos Lobos</i>	Passa próximo de Sobral de S. Miguel (C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 234 - Unhais da Serra (Covilhã)]
<i>Ribeira de Porsim</i>	A sul de Sobral de S. Miguel (Covilhã) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
<i>Ribeira das Sinhas</i>	Próxima à Aldeia de São Francisco de Assis (C) /♦	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
<i>Ribeira do Moinho</i>	Passa perto de Silvares (F)	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]

		/◇			
	<i>Ribeira de Casegas</i>	Passa em Casegas (Covilhã) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
	<i>Ribeira do Paúl</i>	Passa em Ourondo (C) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
	<i>Ribeira de Ximassas</i>	Passa perto de Lavacolhos (F) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1991 [carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)]
	<i>Ribeira de Almeda</i>	Passa em Martim Branco (Almeda, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almeda (Castelo Branco)]
	<i>Rio de Mourelo</i>	Passa em Mourelo (São Vicente da Beira, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almeda (Castelo Branco)]
	<i>Ribeira da Partida</i>	Próximo de Mourelo (São Vicente da Beira, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almeda (Castelo Branco)]
	<i>Rio Tripeiro</i>	Passa próximo a Martim Branco (Almeda, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almeda (Castelo Branco)]
	<i>Ribeira da Magueija</i>	Passa em Pé da Serra (Sarzedas, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)]
	<i>Ribeira de Vale Ferradas</i>	Próximo do Vale de Ferradas (Sarzedas, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)]
	<i>Ribeira de Goulo</i>	Próximo do Vale de Ferradas (Sarzedas, CB) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)]
	<i>Ribeira da Sertã</i>	Passa em Oleiros (O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Ribeiro do Esteiro</i>	Passa perto de Couço de Cima (O, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Ribeira da Roda</i>	Passa na Roda (Oleiros, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Ribeira da Povoinha</i>	Passa na Bafareira (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Ribeira da Alcova</i>	Próximo da Raposeira (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
	<i>Ribeira do Alvito</i>	Perto de Amieirinha (Estreito, O) /◇	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 278 - Oleiros]
Quedas de Água/ Açudes	<i>Açude de JC</i>	No Parque Fluvial de JC /○	▲	Sim (ver figuras 44 e 50)	
	<i>Açude da Ribeira de Praçais</i>	Praçais (PS) /◆◆◆	▲	Não	-lgogo (2012h)

	<i>Açude do Esteiro</i>	Próximo de JC (Janeiro de Baixo, PS) /♦	▲	Sim	-ADXTUR (2008)
	<i>Fraga da Pena</i>	Na Mata da Margaraça (Próximo de Parrozelos, A) /◊	★	Não	-ADXTUR (2008) -ELOZ (2008) -AA (2012)
	<i>Açude da Barroca</i>	Na Barroca (F) /♦♦	★	Sim	-Fundão Turismo (2006)
	<i>Fraga de Água D'Alta (integrada no Geopark Naturtejo)</i> -Sinalizado -Com placas de interpretação junto à cascata	Nos arredores de Orvalho (O) /♦♦	▲	Sim (ver figura 48)	-MO (2012a) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009) -Abreu <i>et al.</i> (2004)
	<i>Queda de água de Poço do Caldeirão</i>	Perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Não	-ADXTUR (2008)
Albufeiras/ Barragens	<i>Barragem de Santa Luzia</i>	Perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Sim (ver figuras 44 e 46)	-PS (2012b) -ADXTUR (2008)
	<i>Barragem do Alto Ceira</i>	Entre Covanca e Camba (Fajão, PS) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1992 [carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)] -ELOZ (2008) -PS (2012d)
	<i>Barragem da Várzea do Porto do Conde</i>	Perto de Martim Branco (Almaceda, CB) /◊	▲	Não	-IGeoE, 1993 [carta militar n.º 267 - Almaceda (Castelo Branco)]
Estâncias termais	Sem elementos				
Praias/ Parques Fluviais	<i>Parque Fluvial de JC</i> -Sinalizado -Sem placa de interpretação	Em JC (F)	▲	Sim (ver figuras 50 e 52)	-Fundão Turismo (2006) -Porta Serra da Estrela (2012) -ADXTUR (2008) -Aldeias do Xisto (s/d) (ver FIGURA A11) -Fundão Turismo (2006)
	<i>Praia Fluvial de Janeiro de Baixo (praia acessível)</i> -Sinalizado -Sem placa de interpretação	Em Janeiro de Baixo (PS) /◉	▲	Sim	-PS (2012b) -PS (2012d) -ADXTUR (2008)
	<i>Parque Fluvial de Pessegueiro</i>	Em Pessegueiro de Baixo (PS) /◊	▲	Não	-PS (2012d)
	<i>Parque Fluvial de Pampilhosa da Serra</i>	Em PS /◊	▲	Não	-PS (2012d)
	<i>Praia Fluvial da Barragem de Santa Luzia</i>	Perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Sim	-PS (2012a) -ADXTUR (2008)
	<i>Parque Fluvial de Dornelas do Zêzere</i>	Em Dornelas do Zêzere (PS) /♦♦♦	▲	Não	-PS (2012d)

	<i>Praia Fluvial de Cambas</i>	Em Cambas (O) /♦♦♦	▲	Não	-MO (2012a) -LT6 (2006)
	<i>Praia Fluvial de Álvaro</i>	Perto de Álvaro (O) /◇	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Praia Fluvial de Açude Pinto</i>	Perto de Oleiros (O) /◇	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Praia Fluvial do Ourondo</i>	Em Ourondo (C) /◇	▲	Não	-Fundão Turismo (2006) -Porta Serra da Estrela (2012) -MC (2012)
	<i>Praia Fluvial de Sobral de São Miguel</i>	Em Sobral de São Miguel (C) /◇	▲	Não	-Turismo Covilhã (2012)
	<i>Praia Fluvial de Poço da Cesta</i>	Próximo de Cepos (A) /◇	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Praia Fluvial de Pejadouro</i>	Próximo de Cepos (A) /◇	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Praia Fluvial do Piódão</i>	Em Piódão (A) /◇	▲	Não	-AA (2012) -LT6 (2006)
	<i>Praia Fluvial de Foz D' Égua</i>	Próximo de Piódão (A) /◇	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Praia Fluvial da Bafareira</i>	Em Bafareira (Estreito, O) /◇	▲	Não	-MO (2012a)
Moinhos de Água/ Azenhas	<i>Azenha de JC</i> (antiga roda do moinho) -Sinalizado -Sem placa de interpretação	No parque fluvial de JC /○	▲	Sim (ver figura 50)	-ADXTUR (2008)
	<i>Moinho cravado na rocha de Janeiro de Baixo</i> (em ruínas) -Sinalizado -Sem placa de interpretação	Em Janeiro de Baixo (PS) /○	▲	Sim (ver figura 49)	-PS (2012d) -Aldeias do Xisto (s/d) (ver FIGURA A11)
	<i>Moinhos da Barroca</i>	Próximo da Barroca (F) /♦♦	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Moinhos de Caratão</i>	Em Caratão (Teixeira, A) /◇	▲	Não	-ELOZ (2008)
	<i>Moinhos de água na zona de Ameixoeira</i>	Nos arredores de Ameixoeira (Estreito, O) /◇	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Moinhos de água na zona de Orvalho</i>	Nos arredores de Orvalho (O) /♦♦	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Moinhos de água na zona de Martim Branco</i> (inativos)	Nos arredores de Martim Branco (Almaceda, CB) /◇	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Moinhos de água na zona de Vidual de Cima</i>	Perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /♦♦♦	▲	Não	-ADXTUR (2008)

ESPAÇOS DE OBSERVAÇÃO E/ OU DE INTERPRETAÇÃO					
Parques Biológicos/ Ecológicos/ Centros de Interpretação	<i>Centro de Interpretação da Mata da Margaraça</i>	Próximo de Benfeita (A) /◇	★	Não	-ADXTUR (2008)
Postos Aquícolas	<i>Viveiro das trutas da Quinta da Safra</i>	Nos arredores de Fajão (PS) /◇	▲	Não	-PS (2012b)
Miradouros	<i>Miradouro da Sarnadela /Janeiro de Cima</i> -Sinalizado (só no local) -Sem placa de interpretação	Próximo de JC (F) /○	▲	Sim (ver figura 45)	-lgogo (2012e)
	<i>Miradouro da Barroca das Penedas</i>	Próximo de JC (F) /○	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Miradouro da Capela da Senhora da Rocha</i>	Próximo da Barroca (F) /◆◆	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Miradouro da Malhada</i>	Nos arredores de Porto de Vacas (Janeiro de Baixo, PS) /○	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Miradouro do Aguilhão</i>	Nos arredores de Porto de Vacas (Janeiro de Baixo, PS) /○	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	<i>Miradouro de Castanheira da Serra</i>	Em Castanheira da Serra (Fajão, PS) /◇	▲	Não	-PS (2012b)
	<i>Miradouro de Janeiro de Baixo</i>	Nos arredores de Janeiro de Baixo (PS) /○	▲	Não	-PS (2012b) -lgogo (2012c)
	<i>Miradouro de Dornelas do Zêzere</i>	Em Dornelas do Zêzere (Barroca, F) /◆◆	▲	Não	-PS (2012d) -lgogo (2012a)
	<i>Miradouro da Barragem de Santa Luzia</i>	Próximo de Vale Grande (Cabril, PS) /◆◆	▲	Sim (ver figura 46)	-PS (2012d) -lgogo (2012b)
	<i>Miradouro de Cabril</i>	Próximo de Cabril (PS) /◆◆◆	▲	Não	-lgogo (2012d)
	<i>Miradouro do Cristo-Rei</i>	Em PS /◇	▲	Não	-PS (2012d)
	<i>Miradouro do Moradal /Picoto de Moradal</i>	Próximo de Sarnadas de S. Simão (O) /◇	▲	Não	-MO (2012a) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009) -lgogo (2012g)
	<i>Miradouro do Cabeço Mosqueiro/ Penedo das Sardas</i>	Próximo de Orvalho (O) /◆◆	▲	Não	-MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
	<i>Miradouro do Piódão</i>	Próximo do Piódão (A) /◇	▲	Não	-AA (2012)

	<i>Miradouro de Chãs da Égua</i>	Próximo de Chãs da Égua (Piódão, A) /♦	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Miradouro de Moura da Serra</i>	Próximo de Moura da Serra (A) /♦	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Miradouro da Fraga da Pena</i>	Próximo de Benfeita (A) /♦	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Miradouro da Selada das Eiras</i>	Próximo de Teixeira (A) /♦	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Miradouro de Cepos</i>	Em Cepos (A) /♦	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Miradouro do Zebro</i>	Próximo de Estreito (O)	▲	Não	-MO (2012a) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
	<i>Miradouro de Água d'Alta/Cabeça Murada</i>	Junto às fragas de Água D'Alta, nos arredores de Orvalho (O) /♦♦	▲	Sim	-MO (2012a) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
	<i>Miradouro de Álvaro</i>	Junto à Igreja Matriz de Álvaro (Igreja de S. Tiago) (O) /♦	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Miradouro do Picoto</i>	Próximo de Cardoso (Sarnadas de S. Simão, O) /♦	▲	Não	-MO (2012a)
	<i>Miradouro da Praça de Misericórdia</i>	Em O /♦	▲	Não	-lgogo (2012f)
RECURSOS ENERGÉTICOS (exploração do potencial eólico)					
Parques Eólicos					
	☞ <i>Parque Eólico Serra de Alvoaça</i>	Dentro do PNSE, junto à Serra da Alvoaça, arredores de Vasco Esteves de Cima (Alvoco da Serra, S) /♦	▲	Não	-APA (2012b) -Agri.pro Ambiente (2012) -INEGI & APREN (2011) -Amaral (2009)
	☞ <i>Parque Eólico de Pedras Lavradas</i>	Na freguesia de Teixeira (S) /♦	▲	Não	-Geocaching (2012a) -ENEOP2 & Agri.pro Ambiente (2008) -INEGI & APREN (2011)
	☞ <i>Parques Eólicos de Pedras Lavradas II, Balocas e Sr.ª das Necessidades</i>	Concelhos de A, C e S /♦	▲	Não	-Agri.pro Ambiente (2012) -INEGI & APREN (2011) -ENEOP2 & Agri.pro Ambiente (2008) -Amaral (2009)
	<i>Parques Eólicos da Serra do Açor e Açor II</i>	Nas freguesias de Piódão e Moura da Serra (A) /♦	▲	Não	-APA (2012a) -INEGI & APREN (2011) -Amaral (2009)

	☒ <i>Parques Eólicos de Cadafaz e Cadafaz II</i>	Nos arredores de Cadafaz (G) / ⬠	▲	Não	-Agri.pro Ambiente (2012) -INEGI & APREN (2011) -APA (2012d) -Amaral (2009)
	☒ <i>Parque Eólico de Malhadas (integra o Parque Eólico da Pampilhosa da Serra)</i>	Nos arredores de Cadafaz (G) / ⬠	▲	Não	-INEGI & APREN (2011)
	<i>Parques Eólicos de Toita, Arouca-Silva e Vale Grande-Burrela (integram o Parque Eólico da Pampilhosa da Serra)</i> -Não sinalizado -Sem placa de interpretação	Concelhos de A, G e PS / ⬠	▲	Sim (ver figura 58)	-APA (2012c) -Amaral (2009) -CMPS (2007)
	<i>Parque Eólico da Pampilhosa da Serra</i>	Concelhos de A, G e PS) / ⬠	▲	Não	-INEGI & APREN (2011) -Amaral (2009) -CMPS (2007)
	<i>Parque Eólico do Chiqueiro</i>	No lugar de Cabeço do Chiqueiro (Unhais-o-Velho, PS) / ♦♦	▲	Não	-CMPS (2007) -INEGI & APREN (2011)
	<i>Parque Eólico da Gardunha</i> ⁸⁴	Concelhos de F e CB / ⬠	▲	Não	-INEGI & APREN (2011) -Amaral (2009)
	☒ <i>Parques Eólicos de Cabeça Rainha e Cabeço Rainha II</i>	Concelhos de Sertã e O / ⬠	▲	Não	-Agri.pro Ambiente (2012) -INEGI & APREN (2011) -MO (2012b) -Amaral (2009)
	<i>Parques Eólicos de Alvelos, Mata Álvaro, Bravo Covões e Mata Álvaro II (integram o Parque Eólico do Pinhal Interior)</i> ⁸⁵	Concelhos de Sertã e O / ⬠	▲	Não	-MO (2012b) -Amaral (2009)
	☒ <i>Parques Eólicos de Furnas e Seladolinho (integram o Parque Eólico do Pinhal Interior)</i>	Concelhos de Proença-a-Nova e O / ⬠	▲	Não	-INEGI & APREN (2011) -MO (2012b) -Amaral (2009)

⁸⁴ Integra vários subparques (alguns ainda por construir) sendo que, por exemplo, os subparques de Zibreiro-Moeda e da Maunça (Amaral, 2009) estão inseridos num raio até 20 km.

⁸⁵ O Parque Eólico de Alvelos já se encontra localizado ligeiramente fora do raio de 20km.

Classificação geral	OPORTUNIDADE PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES DESPORTIVAS/ RECREATIVAS/ LAZER (engloba zonas e equipamentos)				
Rotas/ Trilhos A-automóvel; B-pedestres/ BTT (alguns percursos poderão também ser utilizados por viaturas motorizadas todo-o-terreno-TT)	<i>Caminho do Xisto de Janeiro de Cima - "Ó da Barca!"</i> (B) -Sinalizado -Com placa de interpretação junto à igreja nova	Nos arredores de JC (F) / ○	▲	Sim (ver figura 56)	-ADXTUR (2008)
	<i>Trilhos do Açor</i> (B)	Nos arredores de Benfeita (A) / ◇	▲	Não	-PS (2012b)
	<i>Percursos pedestres do Piódão</i> (B)	Nos arredores de Piódão (A) / ◇	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Percursos de BTT INATEL Piódão</i> (B)	Arredores de Piódão (A) / ◇	▲	Não	-Panfleto do INATEL Turismo (s/d) (ver APÊNDICE 6, FIGURA A10)
	<i>Circuito do Açor</i> (A)	Dentro do concelho de A / ◇	▲	Não	-AA (2012)
	<i>Percurso pedestre do Fajão (N.º1)</i> (B)	Nos arredores de Fajão (PS) / ◇	▲	Não	-PS (2012a) -ADXTUR (2008)
	<i>Percurso pedestre do Fajão (N.º2)</i> (B)	Nos arredores de Fajão (PS) / ◇	▲	Não	-PS (2012b)
	<i>Percurso pedestre da Barragem de Santa Luzia (N.º 3)</i> (B)	Nos arredores de Vidual de Cima (Vidual, PS) / ◆◆◆	▲	Não	-PS (2012a) -ADXTUR (2008)
	<i>Percurso pedestre de Janeiro de Baixo (N.º 4)</i> (B) -Sinalizado -Com placa de interpretação junto à praia fluvial	Nos arredores de Janeiro de Baixo (PS) / ○	▲	Sim	-PS (2012a) -ADXTUR (2008)
	<i>Percurso pedestre do Pessegueiro (N.º 5)</i> (B)	Nas margens da Ribeira da Loisa (Pessegueiro, PS) / ◇	▲	Não	-PS (2012a)
	<i>Percurso pedestre de Porto de Vacas (N.º 6)</i> (B)	Porto de Vacas (Janeiro de Baixo, PS) / ○	▲	Não	-PS (2012a) -ADXTUR (2008)
	<i>PR1-Mui nobre villa (Álvaro)</i> (B)	Nos arredores de Álvaro (O) / ◇	▲	Não	-MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -ADXTUR (2008)
	<i>PR2-Nos Meandros do Zêzere (Álvaro)</i> (B)	Nos arredores de Álvaro (O) / ◇	▲	Não	-MO (2012a) -Geopark Naturtejo (2012) -ADXTUR (2008)
<i>PR3-GeoRota do Orvalho</i> (B)	Nos arredores de Orvalho	▲	Sim	-MO (2012a)	

	-Sinalizado	(O) /♦♦			-Geopark Naturtejo (2012) -Geopark Naturtejo (2012) -Rodrigues <i>et al.</i> (2009)
	PR4 -Trilhos do Estreito (B)	Nos arredores de Estreito (O) /♦	▲	Não	-MO (2012a) -National Geographic (2012) -Geopark Naturtejo (2012)
	Rota das barragens (A)	No concelho de PS	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d)
	Rota dos rios (A)	No concelho de PS	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d)
	Rota das montanhas (A)	No concelho de PS	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d)
	Percursos de BTT na barragem de Santa Luzia (B)	Em torno da bacia hidrográfica da Barragem de Santa Luzia (PS)	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d) -PS (2012c) -ADXTUR (2008)
	Rota das montanhas de Oleiros (A)	No concelho de O /♦	▲	Não	-MO (2012a)
	Caminho do Xisto de Fajão - 'Voltinhas do Ceira' (B)	Nos arredores de Fajão (PS) /♦	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	Caminho do Xisto de Martim Branco – PR2 (B)	Nos arredores de Martim Branco (Almaceda, CB) /♦	▲	Não	-National Geographic (2012) -ADXTUR (2008)
	Caminho do Xisto da Barroca-PR1 (B) -Sinalizado -Sem placa de interpretação	Nos arredores da Barroca (F) /♦♦	▲	Sim	-ADXTUR (2008)
	Caminho do Xisto da Benfeita (B)	Nos arredores de Benfeita (A) /♦	▲	Não	-ADXTUR (2008)
	Rota do Mineiro (B) -Sinalizado -Sem placa de interpretação	Junto às escombreiras da antiga lavaria de minério do Cabeço do Pião, nos arredores da Barroca (F) /♦♦	▲	Sim	-ADXTUR (2008)
	Percorso do Cabeço do Pião (B)	Nos arredores de Silvares (F) /♦♦♦	▲	Não	-Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
	Percorso de Fernandelho (B)	Nos arredores de Silvares (F) /♦♦♦	▲	Não	-Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
	Percorso de Pias (B)	Nos arredores de Silvares (F) /♦♦♦	▲	Não	-Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
	Percorso da Maunça (B)	Nos arredores de Silvares (F) /♦♦♦	▲	Não	-Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (2009) (ver FIGURA A12)
Desportivas Terrestres/ Aéreas	Zonas de Caça Municipais do distrito de Coimbra	Nos vários concelhos do distrito de Coimbra	▲	Não	-ICNF (2012b)

	<i>Zonas de Caça Municipais do distrito de Castelo Branco</i>	Nos vários concelhos do distrito de CB	▲	Não	-ICNF (2012c)
	<i>Zonas de Caça Municipais do distrito da Guarda</i>	Nos vários concelhos do distrito da Guarda	▲	Não	-ICNF (2012d)
Desportivas Aquáticas	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito de Coimbra</i>	Em vários concelhos do distrito de Coimbra	▲	Não	-ICNF (2012e)
	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito de Castelo Branco</i>	Em vários concelhos do distrito de CB	▲	Não	-ICNF (2012f)
	<i>Concessões de pesca desportiva no distrito da Guarda</i>	Em vários concelhos do distrito da Guarda	▲	Não	-ICNF (2012g)
	<i>Descida de rápidos no rio Zêzere</i>	No concelho de PS	▲	Não	-PS (2012b)
	<i>Canoagem na Barragem de Santa Luzia</i>	Perto de Vidual de Cima (Vidual, PS) /◆◆◆	★	Não	-PS (2012b)
	<i>Canoagem na Barragem do Alto Ceira</i>	Entre Covanca e Camba (Fajão, PS) /◇	▲	Não	-PS (2012b)
	<i>Canoagem em Janeiro de Baixo</i>	Em Janeiro de Baixo (PS) /○	▲	Sim	-PS (2012b)
	<i>Canoagem no Rio Zêzere (Zona de Dornelas)</i>	Em Dornelas do Zêzere (PS) /◆◆◆	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d)
	<i>Canoagem no Rio Zêzere (Zona de Porto de Vacas)</i>	Em Porto de Vacas (Janeiro de Baixo, PS) /○	▲	Não	-Net_Pampilhosense (s/d)

LEGENDA:

○ até 5km da aldeia ◆ 6 a 10km da aldeia ◆◆ 11 a 15km da aldeia ◆◆◆ 16 a 20km da aldeia ◇ a mais de 20km da aldeia → Caminho mais curto sugerido pelo Google Mapas, desde a aldeia em estudo até à localidade mais próxima do elemento descrito. Caso apareça o símbolo ☹ significa que o elemento se encontra localizado ligeiramente fora do raio de 20km.

▲ Local ★ Nacional ✪ Internacional → Sugestão do nível de atratividade turística (atual) do elemento descrito.

Localidades: Distrito de Castelo Branco → CB= Castelo Branco; F= Fundão (inclui JC= Janeiro de Cima); C= Covilhã; O= Oleiros; Distrito de Coimbra → PS= Pampilhosa da Serra; A= Arganil; G= Góis; Distrito da Guarda → S= Seia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (mencionadas nas “fontes consultadas”):

AA – AUTARQUIA DE ARGANIL (2012). *Concelho: informação turística*. Consultado a 29 de outubro de 2012. URL: http://www.cm-arganil.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=801&Itemid=290

ABREU, A.C., CORREIA, T.P. & OLIVEIRA, R. (Coords.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Volume 3- Grupos de Unidades de Paisagem F-J (Beira Alta a Pinhal do Centro)*. Universidade de Évora. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Ed.). Lisboa, Portugal.

ADXTUR – ALDEIAS DO XISTO (2008). *A descoberta começa aqui*. Consultado a 25 de setembro de 2012. URL: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/>

AGRI.PRO AMBIENTE (2012). *Infraestruturas de Energia e Parques Eólicos*. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: <http://www.agriproambiente.pt/gestao-ambiental/infraestruturas-de-energia-e-parques-eolicos>

ALDEIAS DO XISTO (s/d). Panfleto “*A descoberta começa aqui*”. Centro Dinamizador das Aldeias do Xisto. Barroca, Portugal.

AMARAL, S.M.S. (2009). *Análise comparativa da avaliação de impacto ambiental de parques eólicos em Portugal*. Tese de Mestrado. Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental, Departamento de Biologia Animal, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012a). *Declarações de Impacte Ambiental: ampliação do Parque Eólico do Açor*. Consultado a 04 de novembro de 2012. URL: <http://sniamb.apambiente.pt/diadigital/2012/DIA2426.pdf>

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012b). *Declarações de Impacte Ambiental: Parque Eólico da Serra da Alvoaça (estudo prévio)*. Consultado a 20 de setembro de 2012. URL: http://sniamb.apambiente.pt/DIAdigital/2004/dia_2004.html

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012c). *Declarações de Impacte Ambiental: projeto “Parques Eólicos de Toita, Arouca-Silva e Vale-Grande/Burrela” (estudo prévio)*. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: <http://sniamb.apambiente.pt/DIAdigital/2007/DIA1644.pdf>

APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (2012d). *Declarações de Impacte Ambiental: Parque Eólico de Cadafaz II e Subestação de Folques (estudo prévio)*. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: <http://sniamb.apambiente.pt/DIAdigital/2008/DIA1863.pdf>

AVESDEPORTUGAL.INFO (2012). *Onde observar: barragem de Santa Luzia*. Consultado a 03 de novembro de 2012. URL: <http://www.avesdeportugal.info/sitbarrasantaluzia.html>

CMF – CAMÃRA MUNICIPAL DO FUNDÃO (2012). *O Município: Juntas de Freguesia*. Consultado a 01 de Novembro de 2012. URL: <http://www.cm-fundao.pt/>

CMPS – CÂMARA MUNICIPAL DA PAMPILHOSA DA SERRA (2007). *Acta nº 08 da reunião ordinária realizada no dia 11/04/2007*. Consultado a 12 de novembro de 2012. URL: http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/uploads/documentos/documento_1208971413_2792.pdf

ELOZ – ENTRE SERRA LOUSÃ E ZÊZERE (2008). *Biblioteca: publicações (Atlas da Paisagem do Vale do Rio Ceira)*. Consultado a 26 de setembro de 2012. URL: <http://www.dueceira.pt/publicacoes.php?tema=Publica%E7%F5es%20do%20Territ%F3rio>

ENEOP2 – EXPLORAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS & AGRI.PRO AMBIENTE (2008). *Parques Eólicos de Pedras Lavradas II, Balocas e Sr.ª das Necessidades – Estudo de Impacte Ambiental (volume 1, resumo não técnico)*. ENEOP2 & Agri.Pro Ambiente. Porto, Portugal. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: http://www.eib.europa.eu/attachments/pipeline/20060036_nts4_pt.pdf

GEOCACHING (2012a). *Eólicas das Pedras Lavradas*. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?wp=GC1FCHY

- GEOPARK NATURTEJO (2012). *GeoPark Naturtejo*. Consultado a 22 de setembro de 2012. URL: <http://www.naturtejo.com/>
- GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SILVARES (2009). Panfleto "*Roteiro turístico de Silvares*". Grupo Desportivo e Cultural de Silvares (Ed.). Silvares, Portugal.
- FUNDÃO TURISMO (2006). *Mapas/ Galeria*. Consultado a 29 de outubro de 2012. URL: <http://www.fundaoturismo.pt/>
- ICN – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (2005). *Áreas Protegidas*. Consultado a 28 setembro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/cn/ICNPortal/vPT2007/>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012a). *Sítios de Importância Comunitária (SIC)*. Consultado a 28 setembro de 2012. URL: http://www.icnf.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Rede+Natura+2000+2010/RN2000+em+Portugal/sitios_importancia_comunitaria.htm
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012b). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: condições de acesso (Coimbra)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/coimbra>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012c). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: condições de acesso (Castelo Branco)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/castelo-branco>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012d). *Caça, Zonas de Caça, ZCM 2012-2013: Condições de acesso (Guarda)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/caca/zc/zcm2012-2013/guarda>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012e). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Coimbra)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/co>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012f). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Castelo Branco)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/cb>
- ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2012g). *Pesca, Pesca Desportiva, Concessões: concessões de pesca desportiva (Guarda)*. Consultado a 18 de outubro de 2012. URL: <http://www.icnf.pt/portal/pesca/pescadesportiva/cpd/gu>
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1991). *Série M888: carta militar n.º 254 - Vidual (Pampilhosa da Serra)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1991). *Série M888: carta militar n.º 245 - Silvares (Fundão)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1992). *Série M888: carta militar n.º 255 - Barroca (Fundão)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1992). *Série M888: carta militar n.º 243 - Góis*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1992). *Série M888: carta militar n.º 244 - S. Jorge da Beira (Covilhã)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 267 - Alameda (Castelo Branco)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 265 - Madeirã (Oleiros)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 278 - Oleiros*. IGE. Lisboa, Portugal.

- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 266 - Orvalho (Oleiros)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 253 - Pampilhosa da Serra*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 279 - Salgueiro do Campo (Castelo Branco)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 234 - Unhais da Serra (Covilhã)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGeoE - INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (1993). *Série M888: carta militar n.º 233 - Vide (Seia)*. IGE. Lisboa, Portugal.
- IGOGO (2012a). *Mira Zêzere*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/mira-zezere/>
- IGOGO (2012b). *Miradouro da Barragem de Santa Luzia*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-da-barragem-de-santa-luzia/>
- IGOGO (2012c). *Miradouro de Janeiro de Baixo*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-de-janeiro-de-baixo/>
- IGOGO (2012d). *Miradouro de Cabril*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-do-cabril/>
- IGOGO (2012e). *Miradouro de Janeiro de Cima*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-de-janeiro-de-cima/>
- IGOGO (2012f). *Miradouro da Praça da Misericórdia (Oleiros)*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-da-praca-de-misericordia/>
- IGOGO (2012g). *Miradouro da Serra do Muradal (Oleiros)*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://www.igogo.pt/miradouro-da-serra-do-muradal/>
- IGOGO (2012h). *Queda de Água da Ribeira de Praçais*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: www.igogo.pt/queda-de-agua-da-ribeira-de-pracais/
- INEGI – INSTITUTO DE ENGENHARIA MECÂNICA E GESTÃO INDUSTRIAL & APREN – ASSOCIAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS (2011). *Parques Eólicos em Portugal – Dezembro de 2011*. INEGI & APREN. Porto, Lisboa, Portugal. Consultado a 05 de novembro de 2012. URL: http://e2p.inegi.up.pt/relatorios/Portugal_Parques_Eolicos_201112.pdf
- LT6 (2006). *Rede de praias fluviais: mergulhe à descoberta*. Consultado a 01 de novembro de 2012. URL: <http://www.praiasfluviais.com/praias.asp>
- MC – MUNICÍPIO DA COVILHÃ (2012). *Concelho: freguesias*. Consultado a 17 de agosto de 2012. URL: <http://www.cm-covilha.pt/>
- MO – MUNICÍPIO DE OLEIROS (2012a). *Turismo*. Consultado a 29 de outubro de 2012. URL: <http://www.cm-oleiros.pt/>
- MO – MUNICÍPIO DE OLEIROS (2012b). *Infraestruturas: parques eólicos*. Consultado a 29 de outubro de 2012. URL: <http://www.cm-oleiros.pt/conteudos/6/40/parques-eolicos/>
- NATIONAL GEOGRAPHIC (2012). *O primeiro geoparque português: Naturtejo*. Suplemento da National Geographic n.º 137, agosto. National Geographic Portugal.
- NET_PAMPILHOSENSE (s/d). *Pampilhosa da Serra Turismo*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://pampilhosaturismo.no.sapo.pt/index.html>
- PORTAL SERRA DA ESTRELA (2012). *Praias fluviais: praia fluvial de Janeiro de Cima*. Consultado a 02 de novembro de 2012. URL: <http://serradaestrela.biz/praias-fluviais/prai-fluvial-janeiro-de-cima>

PORTARIA n.º 829/2007 de 1 de agosto (2007). *Lista dos sítios de importância comunitária (SIC)*. Diário da República, 1.ª série, N.º 147, 1 de agosto de 2007. Consultado a 17 de setembro de 2012. URL: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/08/14700/0491304915.PDF>

PS – PAMPILHOSA DA SERRA (2012a). *Turismo: percursos pedestres*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/percursos-pedestres1>

PS – PAMPILHOSA DA SERRA (2012b). *Turismo: roteiro turístico*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/roteiro-turistico>

PS – PAMPILHOSA DA SERRA (2012c). *Turismo: centro BTT*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/centro-btt1>

PS – PAMPILHOSA DA SERRA (2012d). *Turismo: locais a visitar*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://cm-pampilhosadaserra.pt/pt/go/locais-a-visitar>

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 183/2008 (2008). *Regulamento do Plano de Ordenamento da Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor*. Diário da República, 1.ª série, n.º 228, 24 de Novembro de 2008. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/11/22800/0844508454.PDF>

RODRIGUES, J., CARVALHO, C.N. & METODIEV, D. (2009). Património geológico da serra de Moradal (Oleiros): inventariação, certezas e potencialidades geoturísticas. *AÇafa On Line*, 2: 1-34. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: http://www.altotejo.org/acafa/docsN2/Patrimonio_Geologico_da_Serra_do_Moradal.pdf

TT-THINKTHUR (2006). *Programa de visitação e comunicação na rede nacional de áreas protegidas: diagnóstico das áreas protegidas (relatório da 1ª fase)*. Consultado a 14 de agosto de 2012. URL: http://www.icnf.pt/cn/NR/rdonlyres/0C7804FC-02DA-457E-AC50-84EE43788904/0/cap3_1_fase.pdf

TURISMO CENTRO DE PORTUGAL (2010). *O que visitar*. Consultado a 30 de outubro de 2012. URL: <http://www.turismodocentro.pt/>

TURISMO COVILHÃ (2012). *Packs Turismo: piscinas e praias*. Consultado a 03 de novembro de 2012. URL: http://www.turismocovilha.pt/?cix=471&qtipo=&select_ordena=



as Aldeias do Xisto the Schist Villages

Município de Arganil
Benfelta
Benfelta é terra de hortas, pecuária e olivicultura. Aqui, a cada dia 7 de Maio, o sino da Torre da Paz comemora o aniversário do fim da II Guerra Mundial com 1620 badaladas, uma por cada um dos dias que durou a neutralidade portuguesa.

Município de Castelo Branco
Martim Branco
Por detrás das casas da última rua, a ribeira de Almaceda faz cantar as águas e os rouxinóis. Lá fora, o forno comunitário ainda exala o cheiro do pão acabado de cozer. Os fornos são os elementos mais interessantes em Martim Branco e o processo da sua recuperação tem o pão 'bóia' periclitado porque...

Município de Castelo Branco
Sarzedas
Sarzedas distingue-se pelos traços de cor que lhe marcam as fachadas das casas rebocadas a caminho da Fonte da Vila. No Alto de São Jacinto, junto à Igreja Matriz, o Campanário ergue-se solitário sobre a aldeia. Está-se bem aqui, neste espaço de leitura moderna, a pensar na história deste lugar cujo povoamento se deve a D. Gil Sanches...

Município de Figueiró dos Vinhos
Casal de São Simão
Esta é uma aldeia recuperada por pessoas da cidade que aqui vinham para férias e fins-de-semana, mas que começam a ficar. Está é um lugar que voltou a ter vida. Das mãos de um conjunto de amigos estão a nascer em Casal de São Simão projectos para o futuro das Aldeias do Xisto. É esperar para ver...

Município de Fundão
Barroca
A Casa Grande, antigo solar do séc. XVIII onde hoje funciona o Centro Dinamizador das Aldeias do Xisto, acolhe-nos e lança-nos à descoberta. Na Barroca continua a respirar-se um ambiente rural, pautado pelos seus ciclos agrícolas. A paisagem circundante é enquadrada pelo pinhal e pelas pirâmides das Minas da Panasqueira.

Janeiro de Cima
Em companhia com a natureza e as raízes familiares, Janeiro de Cima enche-se de gente aos fins-de-semana de habitação.

Município de Lousã
Cerdaria
Uma pequena ponte convida-nos a conhecer um punhado de casas que espertam por entre a

de-semana e nas férias. No Verão, fazem-se piqueniques no pinhal ou aproveitam-se a frescura da água no Parque Fluvial. Mas contando com os passeios organizados de BTT, canoaagem ou escalada, todo o ano há que fazer.

Município de Góis
Comareira
nas outras e debruçadas sobre uma paisagem que se estende a perder de vista. Os seus habitantes orgulham-se de poder dizer que este é um ponto estratégico para os visitantes das Aldeias do Xisto que se interessam pelas praias fluviais do conchelo, pelo Parque Florestal da Oliveira ou pelas caminhadas organizadas pelos amigos da serra.

Alagra Nova
É obrigatório parar aqui, deixar-se acolher no Centro de Convívio. A simpatia é tão contagiante como é serena a paisagem. A sul, o freixo ergue-se, imponente, a 1204 metros de altitude. É bom saber que, no fundo destes vales, veados e javalis continuam a subsistir imperturbados, como que protegidos do mundo.

Alagra Velha
Aqui ainda se ouvem histórias antigas de caravanas de comerciantes que vagueavam pela serra e paravam para pernoitar. Também por aqui andaram lobos, o que obrigou a uma curiosa disposição das habitações na povoação: a única rua era fechada e as casas ainda têm ligações interiores entre si. Estas paredes de xisto cercadas de pastagens são o porto de abrigo de onde partimos para descobrir o Parque da Oitava e a Ribeira de Pena.

Pena
Esta aldeia retira da água cristalina da ribeira todos os proveitos. Ali ao lado, os Penedos de Góis são uma proposta de aventura para os mais ousados. E ao fim do dia, o repouso mora na casa de Turismo Rural, uma construção típica adaptada para turismo de habitação.

Município de Lousã
Cerdaria
Uma pequena ponte convida-nos a conhecer um punhado de casas que espertam por entre a

folhagem. A inclinação do terreno acentua a sensação de descoberta, obrigando-nos a subir. Não passamos despercebidos nem um atelier criativo, nem uma plantação de ervas aromáticas, medicinais e condimentares. Em socolcos, diaro,

Talsnal
As casas encostam-se umas às outras e uma fonte canta os segredos da Serra. É o cenário ideal para provar um festival de sabores inspirados em produtos da região. A sobremesa, não há como resistir aos Talsnais,

Casal Novo
Os novos habitantes da aldeia empenham-se na conservação e renovação. A criação de uma Associação de Recuperação do Casal Novo é disso tristemundo. Preservar características arquitectónicas originais, melhorar as condições de vida na aldeia e promover a defesa das condições ambientais da zona envolvente são algumas das suas preocupações.

Chiqueiro
Em tempos considerada a mais importante da Lousã, esta Aldeia do Xisto tem uma forte ligação à religião. A capela de Nossa Senhora da Guia sempre promoveu o contacto com as populações de Candal e Casal Novo, que aqui vinham quer para rezar e contactar o pároco residente, quer para fazer a romaria à Senhora da Piedade e a Santo António da Neve.

Candal
Beneficiado pela acessibilidade privilegiada que lhe proporciona a Estrada Nacional, Candal é muitas vezes considerada a mais desenvolvida das aldeias serranas e uma das mais visitadas. Aos seus habitantes de sempre é comum adormecerem-se ocupantes de férias e fins-de-semana que aqui ocorrem em busca de ar puro e boa companhia.

Município de Miranda do Corvo
Gondramaz
Gondramaz distingue-se pela tonalidade específica do xisto que nos envolve da cabeça aos pés. Até o chão que se pisa é exemplo da melhor arte de trabalhar artesanalmente a pedra. Esta é, aliás, terra de artesãos cujas mãos hábeis criam figuras escultóricas que são marcas da serra e que levam consigo o nome do mestre e da aldeia além-fronteiras.

Município de Oleiros
Álvoro
O seu rico património religioso atesta que esta foi uma povoação importante para os ordens religiosos. A aldeia de Álvoro estende-se à beira do rio de uma encosta sobranceira ao Rio Zêzere. Avistada do alto da guarda a passagem do rio.

Município de Pampilhosa da Serra
Fajó
Vá ao adro da igreja, sinta a frescura da Fonte Velha. Percorra os pátios do largo da cadeia e do Museu Monsenhor Nunes Pereira para chegar ao topo da aldeia. Lá a piscina aguarda os dias de Verão. Sigas os passos do Juiz e sente-se à sua mesa no restaurante com o mesmo nome. Não vai esquecer que a gastronomia é um dos atractivos maiores de Fajó.

Janeiro de Baixo
O Zêzere acaba de descobrir Janeiro de Baixo. Um moirão escavado na rocha saída a sua chegada. Ali à frente, podemos desfrutá-lo no parque de campismo ou na zona de lazer. O núcleo central da aldeia, sua igreja e capelas, sentem a envolvimento do rio e tranquilizam-nos com mais murmurios de xisto que de voltas a receber em Álvoro e em Pedrógão Pequeno. São as simplicidades do Zêzere com as Aldeias do Xisto.

Município de Penela
Ferraria de São João
Alcandorada numa crista quartzítica no extremo sul da Serra da Lousã, tem como ex-libris os antigos Cabalos dos animais. Perto de Casal de São Simão, esta aldeia tira hoje partido da presença de novos vizinhos para recuperar antigas tradições, festas populares e religiosas, em que todos se envolvem reunindo esforços e participando.

Município de Proença-A-Nova
Figueira
Com casario de xisto, ruelas e becos, é uma aldeia viva ainda com ritmos verdadeiramente rurais. Figueira pertence mesmo àquele imaginário idílico de como deve ser a vida nas aldeias de outros tempos mas desconfortado; a carroça ainda tem o feno e a horta está mesmo à mão de semear; o forno comunitário ainda tem o quente aroma do pão acabado de cozer. Está próxima da Praia Fluvial da Fróia e do Centro de Pará-queidismo das Moitas.

Município de Sertã
Pedrógão Pequeno
Em Pedrógão Pequeno o xisto escondido-se sob rebocos alvos. Quando a banda filarmónica ali vem tocar, as ruas enchem-se e vem à memória a década de 50, quando chegaram à aldeia os trabalhadores que construíram a Barragem do Cabril. Descubra a vista do alto do Monte da Sra. da Confiança e a velha estrada que nos leva ao Zêzere sobre uma antiga ponte Filipina.

Município de Vila de Rei
Água Formosa
Esta é uma aldeia que vive de esperança. Tem apenas quatro habitantes residentes, mas a estes estão prestes a juntar-se mais quatro. Vieram atraídos pelo som da água a correr na Ribeira das Galegas. Pela sincera simpatia dos vizinhos. Pelo caminho calçadado que conduz à fonte de água puríssima, um amfiteatro para o calor que também mata a sede de descanso.

Município de Vila Velha de Ródão
Foz do Cobreiro
À margem esquerda do Ocreza aflui a ribeira do Cobreiro. Foi aí que nasceu a antiga povoação que mais tarde subiu encosta acima, fixando-se num local de magníficas paisagens. A crista quartzítica da serra das Sarnadas emoldura-a e abriga grifos e cegonhas-meigas que, lá do alto, observam rochas com cerca de 500 milhões de anos marcadas pela ondulação e pelos fósseis de um oceano que já não é.

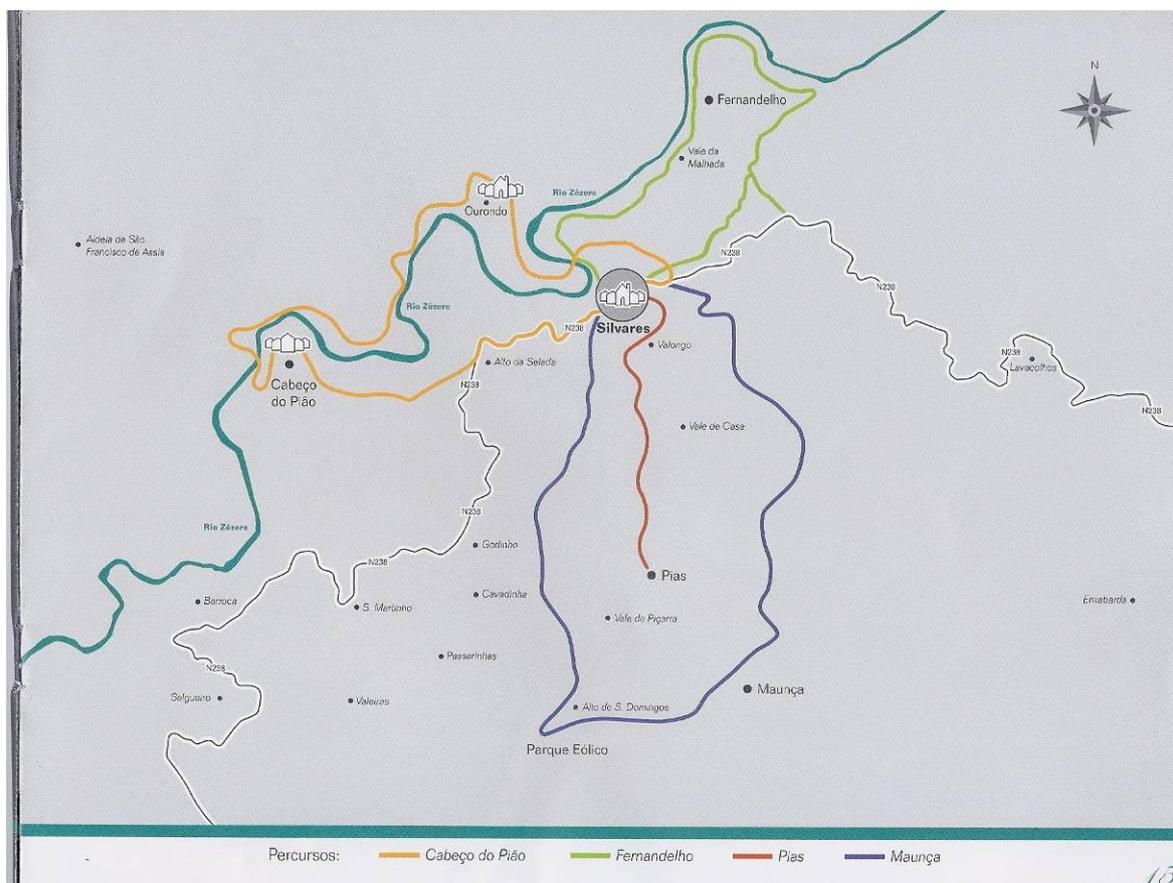
Arganil County
Benfelta
Benfelta village is a land of vegetable gardens, cattle and olive cultures. Here, on May 7th anniversary, the bell of the Peace War II with 1620 strokes, one for each day of Portuguese neutrality.

Castelo Branco County
Martim Branco
Behind the houses of the last street, the Almaceda creek makes the water and the birds sing. Outside, the community oven still exhales the aroma of freshly baked bread. Ovens are the most interesting elements in Martim Branco and the process of their recovery is contributing to a new communitarian life in the village. If you taste the bread, you'll understand why.

Figueiró dos Vinhos County
Casal de São Simão
This is a village that has been recovered by city people who used to come here on holidays and weekends, but started to stay. This is a place that came alive again. From the hands of a few friends, new projects for the Schist Villages are being born. Let's wait and see...

Fundão County
Barroca
The Great House, an ancient mansion-house that today holds the Dynamic Centre for the Schist Villages, welcomes us and sends us off on our discovery. At Barroca the rhythm is still rural, set by agricultural cycles. The surrounding landscape is marked by the pine trees and the pyramids of the Panasqueira Mines.

FIGURA A11 – Panfleto das aldeias do xisto
(exemplo de uma página interior)
Fonte: Aldeias do Xisto (s/d)



**FIGURA A12 – Panfleto “Roteiro turístico de Silvaes”
(exemplo de duas páginas interiores – páginas 11 e 15)
Fonte: Grupo Desportivo e Cultural de Silvaes (2009)**

APÊNDICE 8 – Tipo de percepções sobre os parques eólicos manifestadas por visitantes e residentes, em Linhares da Beira (LB) e Janeiro de Cima (JC)

	VISITANTES	POPULAÇÃO
	PERCEÇÕES POSITIVAS	
LB	<p>T2: “[até] deveriam fazer mais”</p> <p>T3: “[no ambiente têm] impactos positivos [...] gastos que as autarquias não têm, preservação em termos de natureza”; “devem estar a beneficiar bastante [população]”</p> <p>T5: “acho que não vai ter impacto absolutamente nenhum [no ambiente]”</p> <p>T6: “acho que são muito benéficos [...] é de aproveitar porque são zonas muito ventosas”</p> <p>T8: “tem impactos positivos [na paisagem] porque substitui outra produção de energia [tendo também influência positiva na qualidade do ar]”</p> <p>T9: “eu acho que é para melhorar [o ambiente] [...] [passa uma mensagem a nível de energia verde ou ecológica]”; “a nível paisagístico não fere”</p> <p>T11: “na minha zona também existe muito isto [...] é uma mais-valia [...] os combustíveis fósseis não ajudam em nada”; “do feedback que eu tenho das outras pessoas eu não vejo que seja assim mau para a paisagem”; “tem melhor impacto para o ambiente”</p> <p>T12: “demonstração de preocupação com as questões ambientais”</p> <p>T15: “no geral, a nível de ambiente é positivo, sem dúvida [ajuda a poupar nos recursos fósseis]”; “sei que há pessoas que são contra isto por causa do efeito que tem na paisagem. Acho que é positivo. São mais benefícios do que os prejuízos”</p> <p>T16: “acho até piada às eólicas [...] não acho que desfeie a paisagem [...] acho que até embeleza a paisagem [...] nota-se que há mais desenvolvimento”</p> <p>T17: “são colocados em sítios onde há muito vento e não há população...nas serras. Acaba por ter pouco impacto na paisagem”; “é uma marca de desenvolvimento para esta zona”</p> <p>T19: “apoio totalmente [os parques eólicos]”; “ai não, influencia não [o ambiente]”</p> <p>T23: “[wind farms] is good. Is good, yes”</p> <p>T25: “it doesn’t bother me when they are on top of the mountains”; “for me no, no [environmental impacts], the ones I saw, they were really high in the mountains, there is actually almost nothing growing”</p> <p>T27: “it is a good thing and they are pretty”</p> <p>T29: “It is necessary and okay”</p> <p>T31: “I think they are quite inspiring”</p>	<p>P3: “traz benefícios porque os donos [das terras] devem estar a receber para lá deixarem pôr”</p> <p>P4: “haviam de colocar mais parques”; “ao [...] ambiente [...] não deve trazer prejuízo nenhum”</p> <p>P5: “o barulho...a pessoa que está na cidade, a poluição do carro, não será pior? Está aqui um restaurante. Se não houvesse o restaurante, pois eu até dormia mais descansado, mas se não houver movimento, então não há desenvolvimento, cada vez está isto mais morto. Nós não queremos ver isto morrer, nós queremos evoluir, isto a aldeia...que desenvolva”</p> <p>P6: “rentável e mais amigo do ambiente”; “Há quem diga que estraga um pouco a paisagem...eu não acho isso, porque além do mais, visitei o parque quando cheguei e, ao passar lá em cima, não se vê assim tão grandes estragos, tão grandes impactos no ambiente”</p> <p>P7: “deviam pôr mais eólicas ali na serra. Não é autorizado, devido aos parapentes [...] mas eu acho que sim, porque é sempre bom. É uma coisa da natureza, não é?”; “não [têm impacte no ambiente], que estão um bocado desviadas [as torres eólicas relativamente à aldeia]”</p> <p>P11: “até gosto de as ver a rodar”; “É [bonito], até podiam pôr era pela serra toda, até toda à volta, mas que não deixam, não sei se é verdade se é mentira”</p> <p>P14: “para os nossos netos, até para os grandes é divertido lá passar um bocado [nas eólicas]”</p> <p>P16: “aquilo não faz grande barulho...em termos de rendimento rende para toda a gente [...] é um rendimento para a Junta de Freguesia, é um rendimento para as autarquias, é um rendimento para o proprietário, e é um rendimento para a empresa...e para a criação de postos de trabalho [...] além disso os parques são muito limpinhos e muito arranjadinhos [...] até é um bom corte de defesa contra incêndios (risos) [...] pessoalmente ache que aquilo só traz lucro. A maior parte dos terrenos que estão abandonados e não têm, e nunca tiveram rentabilidade nenhuma e os agricultores nunca receberam um tostão por aquilo, é um meio de subsistência muito grande para eles [...] no mínimo [...] são 3500 euros por cada megawatt! Ou seja, um proprietário pode ter uma renda anual de 7000 euros/ano!”; “não deixa marca nenhuma [...] não precisa de estar a cortar as árvores para estar lá...pode eventualmente cortar algumas para abrir caminhos, ou abrir valas ou alguma coisa que esteja só, porque aquilo tem uma área de influência. A área de influência do aerogerador [...] é um hectare [...], e o resto tudo pode continuar. Pode continuar a fazer pastoreio, pode continuar a ter agricultura, pode continuar a ter as árvores, pode continuar a ter tudo”; “agricultores são beneficiados quando há o corte de alguma árvore, além do rendimento ser para eles [...] ainda são sempre financiados e...eles [empresa que gere</p>

<p>T32: "I think it is useful [...] it is needed"</p> <p>TR1: "são poucos, devia apostar-se mais nisso [...] não afeta a paisagem [...] não altera nada a paisagem. Acabamos por nos habituar e traz muitas vantagens"; "[impactes no ambiente] são positivos"</p> <p>TR2: "devia haver mais"; "[acho que traz benefícios] para tudo [inclusive para as populações]"; "não [estraga a paisagem], eu acho que não"</p> <p>TR3: "é um benefício pelo que eu oiço"; "não [tem impacte negativo na paisagem]"</p>	<p>parque eólico] indemniza-os com uma série de coisas [...] não têm nenhum prejuízo"; "Aqui [em Linhares] não podem fazer [parques eólicos] por causa do parapente, precisamente. E não estão a tirar fruto nem de uma coisa nem da outra. Porque se a Junta de Freguesia tivesse lá os aerogeradores em cima [na serra junto a Linhares, em 'Cabeça Alta'] pode ter a certeza que, a nível daquilo que se fazia dentro desta freguesia, seria muito maior. Já viu a quantidade de financiamento que a Junta de Freguesia podia ter? Anualmente...Não tem nada a ver. Havia muita gente que ia beneficiar de muita coisa. E muito desenvolvimento"</p>
<p>JC</p> <p>T2: "uma opção que o país fez e é uma boa opção, porque nós temos que valorizar os nossos recursos"</p> <p>T4: "a energia é necessária, pelo que a construção de parques se torna indispensável"</p> <p>T5: "sou a favor [...] É preciso é fazer estudos de impacto ambiental, não só a nível de estudos de fauna, mas também de impacto no próprio terreno, que por vezes é um bocadinho esquecido. Tirando isso acho [...] que é de aproveitar esta e outras zonas, é de investir"</p> <p>T6: "perceção que eu tenho é que é, de facto, uma coisa boa em termos energéticos, e em termos ecológicos [...] quero acreditar que depois a envolvente, o impacto de alguma maneira é...é minimizado"</p> <p>T7: "no desenvolvimento da própria terra onde está inserida talvez, porque leva para lá pessoas, talvez até dê postos de trabalho [...] aqui em Janeiro de Cima não sei, mas sei que a Pampilhosa já tem um parque...um tipo de estaleiro que dá apoio às torres eólicas. Isso vai desenvolver e inclusivamente eu penso que, onde estão os parques eólicos, pagam um subsídio, pagam uma renda"</p> <p>T8: "desde que haja uma parceria adequada ao nível das empresas responsáveis pela montagem dos parques e pelas entidades responsáveis pela ordenação e gestão do espaço natural, penso que é positivo"; "tem, certamente [impactes no ambiente], mas na minha perspetiva são mais os impactos positivos do que os negativos. E uma coisa é certa...as regiões do interior precisam de ser rentabilizadas também ao nível dos recursos naturais. Julgo que o aproveitamento que é feito a partir do vento tem um impacto muito positivo...são mais os fatores positivos do que os negativos"; "enquadramento [na paisagem natural] é relativamente harmonioso"</p> <p>TR1: "tem benefícios por causa da energia"</p>	<p>P1: "tem vantagens, sim"; "eles pagaram os terrenos às pessoas, ou estão a pagar umas rendas. Ali Bogas ainda recebeu bastante dinheiro por [...] terem lá implantado o parque"</p> <p>P2: "trouxe uma vantagem muito grande, que foi acessos a sítios que outra ora não havia. Por exemplo quando há incêndios, criaram outros acessos para os bombeiros e acho que foi muito importante [...] eu acho benéfico [...] Eu também acho piada [...], confesso"</p> <p>P3: "é positivo, sim"</p> <p>P5: "estamos num ponto do vale do Zêzere e [...] temos as eólicas o mais afastado visível, ou seja, é uma distância enorme, por exemplo o ruído é uma coisa que nem sonha chegar aqui [...] [mas tem sido positivo nas zonas onde se têm construído os parques eólicos] em termos de retorno [financeiro para os proprietários]"; "as eólicas têm de estar protegidas do fogo e obrigam à limpeza de uma vasta da floresta [...] é bom para as populações também"; "até é uma valorização porque aquele território que estava abandonado e que sem a eólica era um monte verde, agora não, tem uma função...boa para toda a gente"</p> <p>P6: "a nível de saúde não prejudica, também não sei se tem radiações se não tem"</p> <p>P7: "nem temos aqui [parques eólicos] Nós aqui nem notamos muito. Estão todos longe [...] [mas se tivesse algum junto à aldeia] se calhar sim [a população ia gostar] [...] até porque, ainda uma vez...estava a falar com uma senhora do Maxial, que da varanda dela via lá o parque eólico [...], e ela dizia-me que de vez em quando há noite e mesmo de dia, que ficava ali entretida a olhar as 'caravelas' [...], que gostava de ver..."</p> <p>P8: "da opinião que se deve fazer cada vez mais [...] Estamos um bocadinho distantes, a nós não nos afecta grande coisa [...] A mim não [me choca ver as torres eólicas na paisagem] [...] em pouco tempo começámos a ver muito, mas nunca me fez [impressão]"; "acho que não [tem impacte para o ambiente] [...] nós estamos um bocado distantes"</p> <p>P10: "ficava contente era ir uma para a minha terra, para o meu terreno"</p> <p>P11: "traz mais energia [...] Acho que é bom [...] para quem lá tem [terreno], melhor é"; "não [tem impactes no ambiente nem visuais]. A gente olha para a serra e vê aquilo [...] a gente está habituada a ver lá os pinheiros, e ver lá as 'caravelas' agora, mas não tira a sua vista"</p>

PERCEÇÕES DE MEIO-TERMO	
LB	<p>T4: “se nós vamos espetar a serra carregada de moinhos, pode ser complicado em termos de equilíbrio com a paisagem, mas se pusesse ali uma refinaria em cima no alto da torre seria muito pior. Os moinhos são uma coisa a que as pessoas se habituem e também...Mesmo que nós tivéssemos que avançar para muitos mais parques eólicos [...] não iam ser tantos que iam prejudicar”; “[impacte ambiental] só mesmo paisagístico, mas não tem nenhum [impacte ambiental] a não ser do ponto de vista do impacto visual”</p> <p>T5: “embora sejam umas coisas com uma dimensão enorme, mas não me choca”; “pura e simplesmente é uma forma de recolher energia, não é? E acaba, quer dizer em termos de emprego...aquilo [parque eólico] não emprega muita gente, tem 2, 3 ou 4 técnicos que fazem a manutenção, não requer muita mão-de-obra”; “embora digam que em termos das aves acaba por ter um efeito perverso [...] há outras coisas que perturbam mais as aves do que algumas torres que estão a produzir energia”</p> <p>T6: “tem sempre vantagens e desvantagens”</p> <p>T8: “pode fazer algum mal, mas se calhar compensa”</p> <p>T10: “estraga um bocadinho mas é questão de alternativa”; “ao nível da natureza não tem grande impacto [...] em termos negativos atrai impactos na paisagem mas pouco mais”</p> <p>T15: “é positivo, apesar de estragar a paisagem”</p> <p>T17: “talvez influencie o ambiente [...] a paisagem por ser um equipamento grande que se avista ao longe...ao mesmo tempo, é uma marca de desenvolvimento para esta zona”</p> <p>T18: “além de alterar a paisagem se calhar desenvolve mais este local, porque acho que há pessoas que gostam de visitar esses locais”</p> <p>T20: “valoro como algo neutro, porque entiendo su beneficio, pero por otro lado el impacto visual es muy alto”</p> <p>T22: “é como tudo na vida, tem os seus lados positivos e negativos”</p> <p>T27: “we can see them from our house [Aldeia das Dez]. (It is bothering you?) No, in the moment it is only a few, but if it starts to get more and more I think it would be ugly”</p> <p>T31: “I don’t mind the look of them, if there are not too many [...] just a few”</p> <p>T33: “no me importa, porque entiendo que tiene que estar, es necesario, un día no podemos vivir del petróleo, tenemos que buscar energías alternativas”; “impacto visual es terrible, terrible, pero entiendo que tiene que haber”</p>
JC	<p>P3: “traz benefícios [...] para os donos dos terrenos [...] para as outras pessoas não é bem nem é mal [...] os terrenos [onde está instalado o parque eólico] não pertencem aqui [...] Linhares não tem benefício nenhum de lá”</p> <p>P4: “ao nível de saúde até hoje aos dias de hoje não se sabe se aquilo será bom, será mau, se terá algumas consequências ou não”; “Não sei se terá alguma consequência ao nível de radiações para as populações. Agora, a nível económico se calhar é bom para as pessoas que têm o terreno onde são colocadas [...] de resto [para a população] não traz mais nada”</p> <p>P9: “então, se os donos das terras concordaram, eu não tenho nada a dizer, eles é que sabem”</p> <p>P10: “uns dizem bem outros dizem mal. A gente não sabe”</p> <p>P11: “para mim acho [bonito na paisagem], desde que não estraguem [...]”</p> <p>P15: “paisagens mais feias, não é?” [...] A gente estava habituada a olhar para o cimo da serra e ver aquilo limpinho e passado 2 meses está aquilo tudo povoado de torres. É um bocado complicado. Moro além naquela zona, tipo no cimo da serra e todas as outras serras à volta está tudo...só posteinhos. É um bocado complicado, não é, mas acho positivo, acho muito positivo”; “é claro que os proprietários dos terrenos beneficiaram, não é, mas agora tudo o resto acho que é indiferente”; “tirando a parte paisagística nem aquece nem arrefece”</p> <p>P16: “pode causar algum impacto a nível visual...porque impacto ambiental não cria, porque aquilo não polui, não é? Você pode continuar a fazer pastoreio, pode continuar a fazer agricultura, pode continuar a ter floresta, não há problema absolutamente nenhum”; “Mas também queria ver se a nível de ruído, se era assim uma coisa tão...tão má como as pessoas diziam ‘Ai aquilo faz mal e faz muito barulho, e não sei quê’, mas não faz. Também tudo depende de onde estão direcionadas e como é que estão os dias, mas aquilo é um ‘Zummm’...por isso é que têm de estar distanciados no mínimo dois quilómetros de cada localidade”</p>
	<p>P3: “pena que as aldeias em que estão os parques eólicos, ou perto das eólicas, não estarem a beneficiar com essa energia [...] têm uma renda [...] [que] pagam aos proprietários do terreno mas a nível de electricidade [...] está normal. A EDP não...e isso é uma pena”</p>

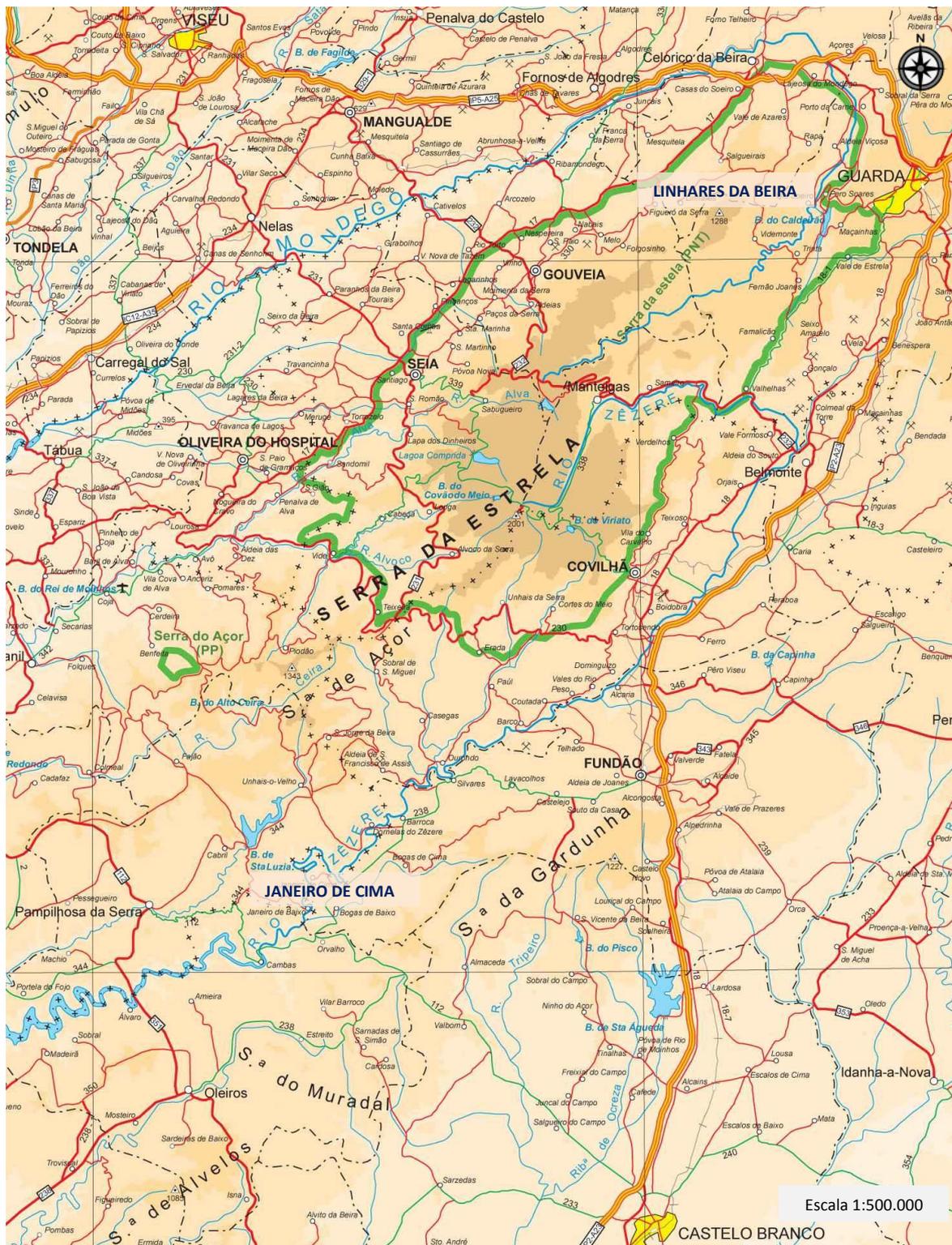
<p>nos sítios em que há vento, pá, e que não criar grandes problemas”</p> <p>T2: “admito até que haja pessoas que achem aquilo bonito. Eu por mim, se não fosse por produzir energia, dispensava todas aquelas coisas”; “do ponto de vista estético, de imagem aquilo não é bonito, mas também depende da densidade”</p> <p>T3: “penso que terá efeitos especialmente ao nível do ruído, mas em termos de paisagem penso que o impacto não é significativo”</p> <p>T6: “eu acho que tem algum impacto sobre a zona, não é? Sobre as aves e etc...Se isso poder ser contornável, ser de alguma maneira ser minimizado, eu não sou fundamentalista, eu não que...acho que as duas coisas têm que tentar coexistir”</p>	<p>P4: “não [me choca ver as torres eólicas na serra]”</p> <p>P5: “em Janeiro de Cima a influência será [...] apenas a nível da paisagem”; “distância é grande, não afectou nem positiva nem negativamente. As pessoas não têm terrenos...onde foi instalado”</p> <p>P6: “não vejo que seja prejudicial desde que esteja um bocado afastada da povoação porque faz um bocado de ruído. Penso eu que faz. Mas não vejo à partida, desde que bem localizadas [...] que seja prejudicial. [...] Se produz energia [...] o benefício que traz para a população em geral, desde que diminua os custos, que haja uma contrapartida, também não vejo grande mal a gente olhar para a paisagem...ela também não fica nua, vê-se, é um objecto, um objecto diferente”; “há zonas que eu discordo [...] por exemplo, um penedo, [...] [para implantação dos parques], mas se for uma serra que é...não tem uma característica assim única, diferente [...] [é preciso] saber inserir as coisas na paisagem”; “outras aldeias dizem que tiveram benefícios porque eles participam...as rendas e eles têm feito melhoramentos à base disso. Agora [...] se eles utilizarem bem essa contrapartida, a nível paisagístico perderam mas...utilizando bem o benéfico que vão ter”</p> <p>P8: “tem as suas coisas boas e tem as suas coisas más”</p>
<p>PERCEÇÕES NEGATIVAS</p>	
<p>LB</p> <p>T1: “se calhar tem [impacte ambiental]. É uma coisa artificial, não nasceu ali, foi lá posto. Se calhar, a gente se for a ver a nível da natureza...influencia um bocadinho”</p> <p>T2: “é capaz de influenciar [...] talvez do ambiente”; “para as pessoas que vivem aqui é capaz de alterar um bocadinho, a maneira, a vida deles. Digo eu, não tenho a certeza”</p> <p>T6: “faz barulho e pronto eu sei que interfere ali com algumas coisas localmente”</p> <p>T7: “notícias que eu ouço penso que sim...em termos de aves e assim [...] que tem [impactes]”</p> <p>T11: “pode ser um investimento avultado”</p> <p>T13: “sei que faz bastante ruído, mas nada mais que isso”</p> <p>T15: “talvez prejudicar um bocadinho a paisagem”</p> <p>T16: “as eólicas! [...] é uma chatice para a gente...para o parapente é uma chatice grande...[...] mas já voei, mas voei acima de...nouras terras, acima das eólicas, pronto...não faz grande diferença, só se for mesmo na descolagem, é que mete medo”</p> <p>T17: é uma construção cara que tem algum impacto no ambiente devido à grandiosidade das torres”; “talvez influencie o ambiente, poderá influenciar a paisagem por ser um equipamento grande que se avista ao longe [...] Considero que até há um impacto visual e, eventualmente, algum ruído em determinadas alturas”</p> <p>T20: “las eólicas tiene el contra del impacto visual”</p> <p>T22: “custa muito ver do alto das serras [...] Paisagem que já está conspurcada de outras formas, não me choca, mas [na] paisagem natural choca-me um bocado ver”; “faz muito</p>	<p>P1: “quanto à construção [as eólicas] têm de ser colocadas nos sítios mais ventosos, não é? Mas não fica bem, eu não gosto de ver na natureza, mas pronto, não há outra possibilidade de poder fazer”; “devido à natureza acho que não fica bem, ficaria melhor outro tipo...não sei outra coisa qualquer que não fosse tão visível”; “aqui não temos muita razão de queixa, mas por exemplo aqueles que vivem em Salgueirais, estão muito perto, constantemente sempre a ouvir aquele barulho, sempre, é ensurdecador...É desagradável. Por acaso eu já lá estive naquela altura, e ouvia o barulho delas andarem a girar e é incomodativo. Eles se calhar já não porque já estão habituados, mas nós, a mim, faz-me diferença”</p> <p>P3: “para a nossa terra não era muito...para a terra que é antiga...acho que não ficava muito bem [caso construíssem um parque eólico na serra atrás da aldeia]”</p> <p>P4: “o parque eólico ali por cima, entre Salgueirais e Prado, nós por vezes sentimos aquilo [aerogeradores] a rodar [...] Ouvimos o barulho daqui [...] quando o vento vem além daquela zona, por vezes conseguimos ouvir aquele barulho [...] a nós se calhar não nos perturba, porque ouvimos também um barulho (risos) um bocadinho reduzido...agora se calhar quem está mais perto...agora se calhar, se tivéssemos aqui na nossa serra, se calhar, já nos perturbaria um bocadinho mais”; “negativa [...] incómodo [do ruído e a nível visual]”</p> <p>P10: “há quem diga que não é muito bom...que ajunta mais a...trovoada ou não sei o quê”</p> <p>P11: “há quem diga que faz muito barulho, não sei”; “onde passa a corrente elétrica [como nos</p>

<p>ruído</p> <p>T26: "I'm let to believe they are an expensive waste of time, particularly in the UK"</p> <p>T30: "impact visuel"</p> <p>T31: "they cost a lots of money to put up, a lots of money to get the electricity out"</p> <p>T32: "I heard it's not good for animals, because it is noisy and it makes them to go away"</p> <p>T33: "aberración a la vista"; "no me gusta, porque miro al monte y no veo el monte"</p>	<p>parques eólicos]...as trovoadas que atraem mais"</p> <p>P12: "fica [feio na paisagem]"</p> <p>P14: "[o impacte ambiental] deve ser mau"; "não traz bem nenhum, por causa do ambiente. Então mandaram tirar as antenas todas das casas e agora põem aquilo ali"</p> <p>P16: "pode causar algum impacto a nível visual"</p>
<p>JC</p> <p>T1: "não é bonito"</p> <p>T2: "do ponto de vista da...provoca algumas manchas nas aves, porque aquilo cada...têm rotas migratórias e com a situação pode causar algumas baixa [nas aves]"</p> <p>T5: "a influência que tem [um parque eólico] é estético porque tem um impacto enorme na paisagem porque é algo que se vê a kms! Agora, se tem influência apenas na paisagem [...] já vi zonas em que se torna bastante complicado, não aqui, em que o impacto é muito grande e torna uma zona que era muito bonita, e com uma paisagem espectacular, que fica estragada por causa do parque eólico [...] na paisagem pode ter efeitos muito maus"</p> <p>T6: "claro que o impacto [visual] não é especialmente agradável, não é? Olhar para cima, ver o skyline e ver as eólicas...é pá, mas é tal coisa, não é?"</p> <p>T9: "no caso da construção, já acho que deveria haver mais preocupação com os impactes ao nível estético da paisagem...Nesta zona há muitos parques...Não é que seja feio, mas talvez sejam em excesso e descaracterizem um pouco a paisagem"; "impactos paisagísticos e de ruído...aquelas pás, fazem imenso barulho! Isso, provavelmente, também deve causar impactos na fauna e flora"</p> <p>TR1: "há pessoas que dizem que não é bom"</p>	<p>P1: "negativa é ao nível só de paisagem [...] [pois a desvaloriza] [...] as 'Árvores de Ferro' (risos)...as pessoas que vivem nas aldeias, aquilo, parece que estão num aeroporto"; "vejam lá se não era mais bonito sem parque eólico, pronto. Aqui nesta parte já começa de ter...acaba por tirar a beleza, não é...principalmente [...] ao pôr-do-sol...não fica tão bonito"</p> <p>P2: "queixam-se um bocadinho porque acham feio [...] na nossa serra. As pessoas [...] quando não se tem completa informação das coisas [...] Muitas delas não percebem para o que é"</p> <p>P3: "negativo [...] o barulho, quem não está habituado faz bastante barulho. É uma pena a pessoa estar a levar, digamos assim, com isso tudo e não ter benefícios"</p> <p>P4: "na aldeia do meu avô tem muito e as pessoas se queixavam por causa do barulho [...] Houve algumas pessoas que se queixavam porque alterou a paisagem"</p> <p>P5: "únicos casos que conheço de...negação acabam por ser as populações muito próximas mas por causa do ruído"</p> <p>P6: "a nível do ambiente eu vejo que descaracteriza um bocado a paisagem, há uma mudança na paisagem"; "qual o interesse do parque eólico, é uma coisa estática, está ali parada, não [...] é uma coisa que a gente utilize. Se fosse uma coisa que a gente utilizasse...rentabiliza é para a empresa, mas para a população beneficiar, não tem benefício, só prejudica a nível da paisagem"</p> <p>P7: "destruíram um bocado a [paisagem]...porque para construir esses parques tiveram que deitar...destruir um bocado a [vegetação]"</p> <p>P8: "aldeias que também criticam muito, porque depois as antenas da televisão já não dão"</p> <p>P9: "em termos estéticos, para ser sincera, não gosto [...] custa-me um pouco ver a serra do Açor, aquela serra do Açor parece ter uns pássaros gigantes lá no meio da serra [...] a nível de paisagem eu sou mesmo muito contra [...] Não gostava de ver aqui ao redor tudo cheio de eólicas. Aquilo dá-me a sensação que são pássaros gigantes lá no meio a piscar"; "em termos de serviços como internet e telemóveis, eu acho que há muitas queixas em relação a isso. Com as eólicas houve interferências...nos aparelhos e na televisão também"; "há uma perda da fauna e flora [...] aquilo leva tudo à frente para se abrirem novos acessos"</p>

Fonte: elaboração própria

ANEXOS

ANEXO 1 – Localização de Linhares, Janeiro de Cima e Parque Natural da Serra da Estrela – PNSE



Fonte: adaptado de IGeoE, 2009

